Pesquisa qualitativa em geografia:
reflexões teórico-conceituais e aplicadas

Sumário

Apresentação

Esta coletânea retoma nossas preocupações sobre o uso das metodologias qualitativas na pesquisa geográfica, ampliando o escopo de pesquisadores de cursos de geografia de instituições de ensino superior – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Goiás (UFG/Catalão), Universidade Federal da Paraíba (UFPB/Campina Grande), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de Goiás (UEG/Unidade Cora Coralina), Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP/UFU), Instituto Federal de Goiás (IFG), Instituto Estadual do Ambiente (INEA) – e cobrindo, dessa forma, diversas partes do território nacional que compartilham a preocupação com o uso apropriado de tais metodologias.

Os textos aqui apresentados resultam de estudos envolvendo pesquisadores e alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de iniciação científica e exemplificam com clareza e rigor didático a aplicação da pesquisa qualitativa em geografia.

Nesse contexto, o livro encontra-se dividido em quatro partes, com um total de 27 artigos. A primeira preocupa-se em analisar conceitos básicos vinculados à pesquisa qualitativa; a segunda atém-se às aplicações empíricas nos estudos rurais; a terceira foca as pesquisas empíricas nos estudos urbanos; e a quarta trata da pesquisa qualitativa aplicada a outros estudos geográficos.

Abrindo a coletânea, Julio Cesar de Lima Ramires e Vera Lúcia Salazar Pessôa, em "Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia", apresentam uma

bibliografia sobre pesquisa qualitativa, no intento de subsidiar sua incorporação aos trabalhos acadêmicos no âmbito da ciência geográfica. Para os autores, a importância desse texto é divulgar na ciência geográfica a riqueza de reflexões já produzidas em diferentes áreas do conhecimento, constituindo-se em um importante fórum de debate e divulgação dessa metodologia.

Em "Interpretação da história do pensamento geográfico pelo método hermenêutico", Flamarion Dutra Alves explica esse método partindo da análise do pluralismo na ciência geográfica, em decorrência de os estudos da história do pensamento geográfico tenderem a realizar divisões ou classificações por escolas, correntes ou linhas de pensamento. Para tanto, busca na geografia agrária as técnicas de pesquisa referenciadas a partir da análise de conteúdo e da análise do discurso, que darão clareza à interpretação e à compreensão dos textos pesquisados e permitirão decodificar a filiação metodológica de cada autor, servindo como balizadores do discurso geográfico.

Em "Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas", Angela Fagna Gomes de Souza visa, em um primeiro momento, enfocar a importância da pesquisa qualitativa para as ciências humanas, tendo a antropologia como base e as análises etnográficas como suporte metodológico para sua aplicabilidade nas pesquisas geográficas. Em um segundo momento, a autora apresenta uma proposta metodológica de pesquisa que articula a geografia e a antropologia – a qual denominou de geoetnografia – como forma de auxiliar pesquisadores que buscam trilhar esses caminhos. Por fim, tece considerações sobre o uso da pesquisa qualitativa, enfatizando a presença da etnografia na geografia.

No texto "Nas tramas do discurso: possibilidades teóricas e metodológicas em Michel Foucault", os autores Geraldo Inácio Martins e João Cleps Junior, diante dessa complexidade temática, têm como proposta, por meio do arsenal teórico-metodológico da análise do discurso, focar a contribuição de Foucault e o entroncamento de discurso/enunciado/arquivo. Trata-se de um exercício teórico sobre o discurso, analisando a sutil relação entre as posições de sujeitos e a produção de sentidos, na qual a linguagem assume um papel importante na leitura de mundo empreendida em cada sociedade.

Em "O projeto de pesquisa a partir da rede urbana da Amazônia", Miguel Angelo Ribeiro apresenta as etapas contidas em um projeto de pesquisa e reflete sobre elas. Tomando como exemplo empírico a rede urbana da Amazônia, utiliza o projeto inicial elaborado em seu doutoramento, em 1995, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e procura, com base em novas leituras, reatualizá-lo. Defende que um projeto não corresponde a um receituário nem a um modelo fechado, mas, sim, depende dos propósitos do pesquisador.

Em "Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica", Vera Lúcia Salazar Pessôa e Julio Cesar Lima Ramires objetivam mostrar a relevância

da amostragem como um subsídio para a pesquisa qualitativa em geografia. Consideram importantes a discussão sobre as possíveis complementaridades entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa, as aplicações da amostragem na pesquisa qualitativa, o tamanho, a coleta e o registro dos dados e os tipos de amostragem probabilísticos e não probabilísticos.

No artigo "Teoria sobre o conhecimento geográfico dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias: fundamentos a partir da abordagem qualitativa", Martha Priscila Bezerra Pereira debate a formação de uma teoria do desenvolvimento do conhecimento geográfico desses agentes a partir da abordagem qualitativa, utilizando como recorte espacial três municípios: Santa Rita e Campina Grande, na Paraíba; e Recife, em Pernambuco.

Em "As tramas do agronegócio nas 'terras' do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa", Patrícia Francisca de Matos e Vera Lúcia Salazar Pessôa refletem sobre as metamorfoses socioespaciais e ambientais decorrentes da expansão do agronegócio no Sudeste Goiano, procurando desvendar a lógica contraditória do capital nos usos do território e as novas territorialidades deles decorrentes.

Em "O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica", Murilo Mendonça Oliveira de Souza e Vera Lúcia Salazar Pessôa estabelecem um relato teórico-metodológico referente ao trabalho de campo em geografia agrária. Buscam apresentar diferentes possibilidades/instrumentos para a investigação científica, discutindo especificamente a importância da pesquisa exploratória, do recurso da entrevista e da utilização do diário de campo e de fotografias no trabalho acadêmico em geografia.

Em "A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais: desafios e possibilidades", Marcelo Antonio Sotratti e Glaucio José Marafon partem do princípio de que o patrimônio cultural constitui-se em um importante campo de investigação para as pesquisas nas ciências humanas e sociais na atualidade. Ressaltam as possibilidades e os desafios que a pesquisa qualitativa apresenta quanto ao patrimônio cultural presente no espaço rural e indicam alguns instrumentos de análise utilizados nesse tipo de pesquisa.

Em "Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação", Juniele Martins Silva e Estevane de Paula Pontes Mendes discutem o uso da pesquisa qualitativa na geografia, focando os estudos rurais, e refletem acerca do emprego da pesquisa documental, da entrevista e da observação.

Em "Saberes da cultura camponesa: os sujeitos da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita 'nas trilhas' da investigação", Heloisa Vitória de Castro e Vera Lúcia Salazar Pessôa partem do fato de que a constituição da escola no/do campo traz elementos que permeiam o direito universal à educação e o papel que a escola se propõe

a assumir no campo, estabelecendo uma relação que se situa entre o ideal e o essencial. Analisam a escola municipal em tela, a cultura do campo e sua aplicabilidade nas salas de aula e como os discentes veem a relação campo-cidade, levando o leitor a refletir sobre dois elementos fundamentais ao pesquisar uma escola no campo: a escola pensada pelos movimentos sociais e a que não tem a influência desses movimentos.

Em "Entrevista: instrumento de pesquisa no estudo da Comunidade de Palmatuba (Babaçulândia/TO)", Airton Sieben e João Cleps Junior exploram e apresentam o roteiro de entrevista, que contém questões abertas e fechadas, aplicado no estudo da comunidade pesquisada. Apontam que o uso de instrumentos de pesquisa tem sido importante em trabalhos científicos, pois permite a coleta e a obtenção de dados e informações relevantes para o contexto geral do trabalho.

Em "Caminhos da pesquisa: a Comunidade Macaúba como *locus* da investigação", Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira e Vera Lúcia Salazar Pessôa relatam algumas experiências vividas no trabalho de campo realizado na comunidade em tela, localizada em Catalão/GO, entre 2010 e 2012. Observam que a territorialidade anteriormente vinculada às atividades agrícolas realizadas por famílias camponesas passou por desigualdades sociais, quando da implantação, na década de 1970, de mineradoras de capital estatal e privado que se territorializaram em áreas pertencentes àquela comunidade e a outras para explorar minerais de interesse comercial.

Em "Entre poderes, discursos e imagens: a análise do discurso e as fotografias como técnicas de investigação das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri/GO", Rafael de Melo Monteiro e Vera Lúcia Salazar Pessôa objetivam compreender a aproximação da geografia com a pesquisa qualitativa e a importância da aplicação das técnicas de pesquisa da análise do discurso e das fotografias para a investigação das relações de poder naquele assentamento. Indicam que as técnicas da análise do discurso e das fotografias, apesar de serem importantes na construção de pesquisas qualitativas, são modestamente utilizadas pelos pesquisadores, incluindo os geógrafos.

Em "O discurso do medo e sua influência na geografização das práticas de violência", Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior analisa a violência urbana e as mudanças de territorialidades provocadas pelas relações sociais de poder entre grupos que disputam o domínio de um mesmo espaço. Nesse contexto, a identificação dos diferentes discursos sobre a expressão geográfica torna-se um elemento fundamental; a cidade do medo, como uma das expressões da organização territorial da insegurança urbana, é contextualizada de forma diferenciada entre os diversos sujeitos sociais. A superposição dessas impressões sobre o urbano, produto da violência, é possível a partir da montagem de uma matriz discursiva em que se evidenciam os diferentes discursos sobre as expressões da violência no espaço urbano, tendo a cidade de Campina Grande/PB como recorte territorial analítico.

Em “Abordagens metodológicas para o estudo de aglomerações urbanas no Brasil: Montes Claros/MG como objeto de análise”, Iara Soares de França e Beatriz Ribeiro Soares partem do pressuposto de que as cidades médias, por estarem sendo dotadas de potencialidades que as tornam capazes de atrair para seu espaço interno e regional capitais econômicos, tecnologias, indústrias, fluxos populacionais, entre outros elementos, são centros nos quais as aglomerações urbanas podem se estruturar e se consolidar. A cidade média de Montes Claros e seus municípios limítrofes ao norte de Minas constituem um processo de aglomeração que vai além de seus limites administrativos, evidenciando uma continuidade espacial que contempla uma série de atividades econômicas.

Em “Violência urbana em Uberlândia/MG: uma pesquisa a partir do discurso dos moradores”, Márcia Andréia Ferreira Santos discute a violência em uma cidade de porte médio. Toma por procedimento metodológico a coleta de informações entre os moradores de 35 bairros da referida cidade e entrevista setenta sujeitos, os quais apontam suas visões acerca da violência e da segurança nos bairros em que moram. Também investiga as medidas de segurança adotadas para diminuir a incidência dos crimes praticados na cidade.

Em “Relação entre violência urbana e práticas sociais em espaços públicos a partir da análise do discurso: o exemplo da cidade de Campina Grande/PB”, Sâmara Iris de Lima Santos e Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior apontam que a difusão das práticas de violência nos espaços urbanos tem produzido interferências significativas em seu processo de estruturação. Caracterizado como um problema coletivo, o aumento dos casos de violência interfere diretamente nas práticas cotidianas dos indivíduos, ao despertar neles sentimentos como medo e apreensão, e nas próprias relações de produção, condicionadas, no tempo e no espaço, às ações de estruturação da cidade. Os autores selecionam como recorte espacial a cidade de Campina Grande, na qual a urbanidade possibilita a mistura de realidades e, consequentemente, homogeneíza a sensação de “medo urbano”. Dessa forma, a cidade vai se reestruturando e comportando espaços de segregação voluntária (grandes condomínios fechados que passam a ser criados na periferia) e involuntária (expressa pela falta de investimentos que proporcionem maior mobilidade urbana), o que reflete em sua história recente.

Em “Uma análise qualitativa sobre a modificação da paisagem na Feira da Prata, em Campina Grande/PB, e suas consequências para a qualidade de vida dos que a vivenciam”, Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira e Martha Priscila Bezerra Pereira partem do pressuposto de que as feiras, a partir de uma perspectiva do cotidiano, são instituições repletas de valores simbólicos e afetivos. A feira é, ao mesmo tempo, o local da tradição, do trabalho e do lúdico. No entanto, como a qualidade de vida é levada em consideração nesse ambiente? Que fatores se devem considerar ao analisar

o dia a dia dos indivíduos que vivenciam esse espaço? Até que ponto uma modificação na paisagem pode influenciar sua qualidade de vida? Buscando responder a esses questionamentos, os autores analisam a modificação na paisagem da Feira da Prata e as consequências para quem vive em suas proximidades. Além disso, identificam os elementos dessa paisagem que podem interferir no cotidiano das pessoas, elaboram um diagnóstico sobre a percepção da qualidade de vida e identificam os principais problemas e potencialidades a partir da paisagem atual.

Em "A dinâmica espacial na Região Metropolitana de Goiânia: reestruturação e fragmentação do município de Inhumas/GO", Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira e Renato Araújo Teixeira procuram uma nova forma de compreender a Região Metropolitana de Goiânia, tendo por recorte espacial a região de Inhumas, por entender que esse município apresenta uma singularidade que o diferencia de toda a estrutura urbano-regional goiana. Para os autores, a hipótese norteadora do estudo é que o referido município tornou-se um espaço luminoso, muito mais complexo, em virtude da tensão de forças procedentes da metrópole e do campo que mudou o arranjo produtivo local e gerou um descompasso na metrópole, em decorrência da produção de etanol. Essa mudança desencadeou novos olhares e abordagens, como o fato de o município responder às demandas dos *fronts* do agronegócio e da metropolização de Goiânia, que, combinados, configuram o território de Inhumas. Este apresenta características geográficas que o identificam como ponto de passagem para a cidade de Goiás – patrimônio histórico-cultural, proximidade com a metrópole Goiânia, entre outros aspectos que, somados, dão consistência ao território inhumense como apto e competitivo para a reprodução do capital.

Em "Pesquisa social aplicada à geografia: histórias de vida como fontes de documentação", Rene Gonçalves Serafim Silva e Vicente de Paulo da Silva apresentam aos pesquisadores das ciências humanas, em especial aos geógrafos, técnicas e métodos de pesquisa social aplicados no estudo dos fenômenos sociais que ocorrem na dimensão do espaço. Além disso, buscam entender como as histórias de vida e as experiências de pessoas atingidas por grandes empreendimentos podem servir de documentação e argumento nos relatos acerca dos efeitos de determinados eventos sobre uma história alicerçada em uma vida cotidiana repleta de símbolos e de apego/afetividade aos lugares. Para isso, propõem a realização de pesquisas, principalmente fundamentadas nas fontes de documentação orais e nos trabalhos de campo.

Em "Se o cascalho informa bem, a peneira tira a dúvida: geografia e pesquisa qualitativa nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG", Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves e Marcelo Rodrigues Mendonça evidenciam as possibilidades de se trabalharem diversas técnicas e procedimentos metodológicos no âmbito da pesquisa qualitativa em geografia – como pesquisa de campo, observação, diário de campo e

entrevista –, aplicando-os em garimpos de diamantes no município mineiro de Coromandel, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. No contexto geográfico, as técnicas e os procedimentos metodológicos adotados proporcionam diferentes interpretações por meio dos sujeitos, de suas relações e dos territórios em que vivem e trabalham.

Em "A pesquisa qualitativa nos estudos geográficos: abordagens dos sistemas de transporte e das exportações na região norte de Minas Gerais", Luiz Andrei Gonçalves Pereira discute as interações espaciais inter-regionais dos sistemas de transporte responsáveis pela inserção das exportações do norte mineiro nos mercados internacionais, no período de 2004 a 2008, enfatizando a percepção dos representantes das empresas acerca das redes de transporte. Por meio de entrevistas semiestruturadas, o autor questiona: quais as motivações das empresas para a escolha dos meios de transporte, os problemas logísticos identificados e as soluções logísticas propostas?

Em "Complementaridade das técnicas quantitativas e qualitativas nos estudos ambientais: o solo e o manejo como foco de pesquisa", Thalita Mendes Resende e Vania Rosolen apontam que a equalização entre os ganhos e as perdas ambientais e sociais relacionados ao solo depende essencialmente da capacidade de manter a resiliência deste, em função de seu uso e dos sistemas de manejo. As autoras afirmam que o uso do conceito de resiliência nos estudos ambientais e, por conseguinte, na geografia é adequado por tratar das esferas social e ambiental, ou seja, por ser um sistema interdependente entre pessoas e natureza, verdadeiro para comunidades locais e seus ecossistemas de entorno, mas válido também em escala global, relacionando a aceleração das atividades humanas sobre a Terra. Para dar conta dos impactos ambientais agrícolas, elas utilizam como operacionalização as técnicas quantitativas e qualitativas vinculadas à utilização intensiva e ao manejo do solo, o que permite avaliar o padrão e as tendências da agricultura e do ambiente na escala global.

Em "Abordagem qualitativa na identificação das competências e habilidades sociais dos agentes de saúde no município de Campina Grande/PB", Antônio Pereira Cardoso da Silva Filho e Martha Priscila Bezerra Pereira identificam e analisam as competências sociais desenvolvidas pelos agentes de saúde inseridos na Estratégia Saúde da Família (ESF) e na Vigilância Ambiental em Saúde (VAS) naquele município paraibano. Mostram que tanto a ESF quanto a VAS se configuram no âmbito da comunidade como recurso mobilizador de táticas que visam à melhoria das condições sociais e de saúde da população.

Por fim, em "O uso das geotecnologias na análise socioespacial", Glaucio José Marafon, Paulo Vinicius Rufino Fevrier e Renata da Silva Corrêa identificam como o uso de ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) pode contribuir para a interpretação de fenômenos que ocorrem no espaço geográfico. Buscam exemplos

de estudos focados em processos socioeconômicos que utilizam diferentes ferramentas para analisar distintos fenômenos socioespaciais e retratam temas como geoestatística, análise multivariada, análise do uso e da ocupação do solo, entre outros. Apontam que as contribuições dessas geotecnologias à análise espaço-temporal têm sido amplamente discutidas e consideram que seu uso, associado ao exame de outros tipos de dados, fornece ao geógrafo um rico material de análise das transformações socioespaciais.

Esses artigos provêm de teses, dissertações e pesquisas com diferentes propósitos, tendo como fio condutor a pesquisa qualitativa em geografia, tratando ora de reflexões teórico-conceituais, ora de sua aplicação empírica, em diferentes recortes espaciais do território brasileiro.

Este livro representa nossos esforços para agregar pesquisadores dedicados às questões teórico-metodológicas e à apresentação de seu uso de forma didática aos interessados pela temática.

Assim, gostaríamos de registrar nossos sinceros agradecimentos aos autores que, preocupados às ciência geográfica e à aplicabilidade da pesquisa qualitativa, contribuíram para a elaboração desta coletânea, divulgando e socializando seu conhecimento e permitindo que este sirva de subsídio a novos estudos e debates na geografia brasileira.

Os organizadores

Prefácio

Um prefácio é, por definição, uma apreciação do conteúdo de um livro de forma pessoal, com destaque para alguns aspectos que se sobressaem para quem o escreve. Neste caso, aceitei o desafio dos autores para expor algumas ideias sobre o livro que ora se apresenta.

Inicio pelo mote básico da obra: a metodologia da pesquisa qualitativa. Não há textos com várias tendências metodológicas, mas apenas uma. Os diversos autores que assinam os textos se ativeram à proposta do livro e apresentaram suas ideias segundo a convicção de cada um.

Antes de continuar a falar sobre a coletânea, permitam-me uma regressão. Quando, em 2004, publiquei o livro *Geografia e filosofia*, tinha em mente levar, principalmente para os geógrafos, uma proposta de conceituação do método, seus componentes e o debate de alguns temas. A motivação, naquele momento, era a escassez de textos sobre metodologia escritos por geógrafos e, mais ainda, a utilização incorreta do método (e de muitos encaminhamentos de pesquisa que eram designados como método) em inúmeros trabalhos geográficos. Acreditava e continuo acreditando que a carência de textos sobre o método decorre do distanciamento interdisciplinar com a filosofia, embora a história do pensamento geográfico e a epistemologia da geografia sejam especialidades de muitos geógrafos.

Na geografia, o conhecimento tácito do trabalho de pesquisa inspirado nas monografias francesas, de grande influência nas práticas dos geógrafos brasileiros, marcou indelevelmente a prática de gerações de investigadores que não tinham como preocu-

pação o debate do método. Ele estava dado pela estrutura dos trabalhos inspirados na influência francesa e bastava segui-la. Nessa estrutura, primeiro traçava-se o quadro natural da área estudada; em seguida, os aspectos econômicos eram salientados; e, finalmente, a população (assim mesmo, genericamente) era o objeto da análise. As partes tinham conexão pela área e não por articulação entre elas, mesmo que excelentes trabalhos tenham marcado a produção do conhecimento geográfico em todo o século XX.

É claro que estou fazendo, neste momento, um esboço generalizante de uma história rica que foi fundamental para se conhecer o território brasileiro. No entanto, do ponto de vista do método, não havia preocupação em se saber qual era utilizado. Por outro lado, era possível notar o rigor nas técnicas de trabalho de campo, na busca de obras básicas para se aproximar da área estudada e na organização dos resultados. O uso de esboços, fotografias e relatos minuciosos do que se observava era outra característica dos textos de uma geografia de forte componente empírico.

Quero enfatizar essa última questão: a componente empírica materializada nos trabalhos de campo, lado sempre presente na geografia brasileira. Tal aspecto é a ponte que faço, agora, com este livro. Os autores se propuseram a organizar uma obra com textos de vários estudiosos que tinham, como fio condutor, a pesquisa qualitativa. Fecho o círculo: a pesquisa qualitativa não prescinde da pesquisa de campo. Essa característica está presente – muitas vezes de maneira repetitiva – sublinhada, relembrada em quase todos os textos.

Sempre enfatizando a pesquisa qualitativa, os autores utilizaram o método hermenêutico e a pesquisa-ação, por exemplo, de maneira clara e definida. A observação foi a prática mais abrangente. Mesmo que tenham surgido preocupações com a ideia e a materialidade (par que pode ser utilizado dialeticamente), outro par dialético também foi elemento estruturante em diversos textos: interioridade e exterioridade.

A preocupação, na pesquisa qualitativa, baseia-se em como captar as permanências e transformações do ponto de vista do pesquisador e do pesquisado; ou seja, do ponto de vista daquele que olha a realidade, submerge nela e procura explicá-la pela compreensão do pesquisado. A dificuldade, neste caso, está em descrever, de maneira clara, o que o objeto "tem a dizer", sem deturpar o que se observa e sem transformar aquilo que se observa em objeto próprio do pesquisador. E aí reside, em minha opinião, a grande dificuldade da pesquisa qualitativa. É preciso olhar o objeto "por dentro", entrar no objeto, descrever suas partes, articular suas características sem se deixar contaminar por ele ou, mais ainda, sem contaminá-lo com as ideias preconcebidas do pesquisador, sujeito fundamental na relação com o objeto (aquilo que é estudado).

É preciso saber o que é qualitativo e o que é quantitativo. Não há limites físicos entre essas palavras. Por isso, o pesquisador tem de incorporar o método praticando-o. Como o método não é uma receita pronta, é preciso, primeiro, incorporá-lo na prática

científica e, depois de utilizá-lo como intermediário na percepção da realidade pelos órgãos dos sentidos (os intermediadores entre o ser humano e aquilo que chamamos de realidade objetiva), não falar por ele nem deixá-lo falar pelo pesquisador, pois é este que tem a palavra na descrição, definição e explicação do fenômeno estudado.

Nos textos deste livro, há valorização da imagem, da fotografia, do relato, da entrevista, de aspectos da oralidade – sempre permeados pela observação (capacidade original para a pesquisa, desde Aristóteles) – como possibilidades de compreensão e explicação do fenômeno estudado. Ora pela descrição de casos específicos, ora pelo uso da técnica da amostragem, a qualificação do fenômeno é a motivação para a pesquisa qualitativa, na busca da credibilidade e da confiabilidade dos resultados da pesquisa.

A pesquisa qualitativa, então, é uma maneira atual de se trazer, para fazer companhia aos geógrafos, inúmeros filósofos, sociólogos e antropólogos que praticaram e praticam, há mais tempo, essa forma de compreender e explicar a realidade. O que acontece, portanto, é uma mudança de rumo no pensamento geográfico e em seu diálogo transdisciplinar. Outros interlocutores se afastam da pesquisa qualitativa: economistas e historiadores, em alguns casos, e também geógrafos que seguem bases ideológicas e doutrinárias que não se afinam com a pesquisa qualitativa.

O livro está dividido em quatro partes. A primeira inicia-se com um levantamento de referências para a pesquisa qualitativa em geografia, uma pesquisa exaustiva de obras que auxiliam nessa direção. Estou ciente de que, apesar de ser uma importante lista de obras e autores, ela é apenas uma abertura para aqueles que querem ir além, procurando outras obras, principalmente em outros idiomas: a produção de textos sobre metodologia se multiplica em outros países e precisamos superar a barreira do idioma para tomar contato com outras propostas. Depois, há uma exposição convicta do método hermenêutico, da etnografia, da análise do discurso e da amostragem. Aos textos sobre o método e as técnicas, acrescentam-se dois recortes territoriais, que são a rede urbana na Amazônia e a ação dos agentes comunitários de saúde.

Na segunda parte, por meio da pesquisa qualitativa, privilegiam-se os estudos rurais. Há diferentes recortes, desde um territorial, como o Sudoeste Goiano, até o reforço do trabalho de campo, da entrevista, da análise do discurso e da pesquisa documental.

Em seguida, na terceira parte, existe um conjunto voltado para a pesquisa qualitativa nos estudos urbanos. Há diferentes formas de se utilizar essa proposta metodológica porque os temas foram as aglomerações urbanas, a geografização das práticas de violência (em três textos), as mudanças na paisagem e os desdobramentos do crescimento da cidade.

A última parte contém outras aplicações da pesquisa qualitativa em diversos estudos geográficos: histórias de vida como fonte de documentação, os garimpos em

Coromandel/MG, os transportes no norte de Minas Gerais, os agentes de saúde em Campina Grande/PB e a exposição do uso das geotecnologias na análise socioespacial.

Acredito que este livro pode ser fonte inspiradora para os geógrafos aceitarem o repto de continuarem a produzir textos, a estimular mestrados e doutorados, a assumir orientações de estudantes em diferentes níveis, enfim, a praticar o método como elemento fundamental e imprescindível para a pesquisa geográfica.

Eliseu Savério Sposito

Parte 1
Pesquisa qualitativa: conceitos básicos

Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia

Julio Cesar de Lima Ramires
Vera Lúcia Salazar Pessôa

Este artigo tem como objetivo central apresentar referências sobre pesquisa qualitativa no intuito de subsidiar sua incorporação em trabalhos acadêmicos no âmbito da geografia.

A pesquisa qualitativa, com pouco mais de um século de existência, consolidou-se como uma metodologia alternativa para as ciências sociais e humanas, que, em sua fase inicial de estruturação, seguiram o receituário das ciências naturais. Das ciências sociais e humanas, a pesquisa qualitativa passou a ser incorporada por diversas áreas do conhecimento, como administração de empresas, educação, saúde, entre outras.

Nesse processo de consolidação, assistiu-se a um expressivo aumento de publicações (artigos, livros, teses e dissertações) e de eventos nacionais e internacionais para discutir a temática da pesquisa qualitativa. No Brasil, a Sociedade de Estudos e Pesquisas Qualitativas constitui-se num importante fórum de reflexão e divulgação dessa metodologia.

Assim, espera-se, com este texto, divulgar no âmbito da geografia a riqueza de reflexões já produzidas em diferentes áreas do conhecimento. No primeiro item, apresentamos considerações sobre a pesquisa qualitativa. No segundo, fizemos um ordenamento das metodologias qualitativas, a fim de mostrá-las nos diversos textos que compõem esta coletânea. No terceiro, por fim, arrolamos as referências levantadas acerca de cada metodologia.

Pesquisa qualitativa: uma apresentação

Um conjunto de falsas motivações geralmente acompanha a escolha da pesquisa qualitativa por pesquisadores iniciantes, a saber: pouca habilidade com números e procedimentos estatísticos; crença de que se trata de uma metodologia mais simples; vontade de usar uma metodologia mais avançada; e gosto pelo poético e/ou literário.

As raízes da pesquisa qualitativa estão na antropologia de caráter funcionalista e positivista, com destaque para os estudos etnográficos realizados por Franz Boas e Bronislaw Malinowski.

A trajetória da pesquisa qualitativa, de acordo com Chizzotti (2003), pode ser apresentada em cinco grandes fases:

1. final do século XIX;
2. primeira metade do século XX;
3. da Segunda Guerra Mundial aos anos 1970;
4. anos 1970-1980;
5. 1990 até hoje.

Na última fase, consolida-se o vigor das metodologias qualitativas, com grande originalidade criadora da investigação em ciências humanas e sociais, incorporando novas estratégias de investigação e novos paradigmas teórico-conceituais.

A própria dificuldade em definir a pesquisa qualitativa deriva da ampla diversidade de vertentes e filiações teórico-metodológicas oriundas da sociologia, da antropologia, da psicologia, da história, entre outras áreas. Para Minayo (1994), podem-se definir como pesquisas qualitativas aquelas que são capazes de incorporar o significado e a intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas tanto em seu advento quanto em sua transformação como construções humanas significativas.

Conforme destaca Demo, a introdução dos métodos qualitativos no âmbito das ciências humanas e sociais se apresentou como uma reação à "ditadura do método" preconizada pelas ciências naturais. O legado formal que deu sustentação ao conhecimento científico não poderia ser abandonado.

> A ciência abusou dele, mas lhe é parte essencial. Nesse sentido, destaca na realidade as manifestações mais facilmente formalizáveis, o que já traz um prejuízo claro frente ao que costumamos chamar de qualidade. O legado formal é, assim, virtude e vício ao mesmo tempo. É vício por tender a distorcer a realidade, na proporção em que

> compreende melhor o que é sistematizável logicamente. É virtude porque consegue captar com grande proficiência as faces formais. O progresso da ciência é algo inegável e fantástico (1998, p. 91).

Para o autor, somente se compreende aquilo que puder ser minimamente sistematizado, ou seja, se não houver no fenômeno nada que tenha perfil lógico, sistemático, recorrente, pelo menos regular, ele não pode ser abordado cientificamente. Por isso, a ciência trabalha melhor quantidades do que qualidades. Estas estão definitivamente reconhecidas e são, de novo, moda, mas são mais complicadas de ser manejadas pela pesquisa científica.

Para Demo, a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo não é real, e

> pode-se, no máximo, priorizar uma ou outra, por qualquer motivo, mas nunca insinuar que uma se faria às expensas da outra, ou contra a outra. Todo fenômeno qualitativo, pelo fato de ser histórico, existe em contexto também material, temporal, espacial. E todo fenômeno histórico quantitativo, se envolver o ser humano, também contém a dimensão qualitativa. Assim, o reino da pura quantidade ou da pura qualidade é ficção conceitual (p. 92).

A pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas.

A palavra qualidade deriva de *qualitas* e significa essência. Assim, qualidade designa parte essencial, aquilo que é mais importante e determinante. Qualidade sinaliza o horizonte da intensidade, que vai além da extensão. Significa outra dimensão fundamental de fenômenos qualitativos, que é sua busca de profundidade e plenitude.

Para Demo,

> a definição de qualidade parece um jogo teórico. Entretanto, como nada é melhor para a prática do que uma boa teoria, será o caso perceber que nenhuma prática da qualidade é qualitativa se não souber definir-se conceitualmente. Acaba tornando-se *qualquer coisa* (p. 100, grifos do autor).

Os pesquisadores qualitativos estão mais preocupados com o processo, e não simplesmente com os resultados, tendo o ambiente natural como fonte direta dos dados, e grande destaque é dado à interpretação do significado das ações sociais.

Ao apontar a evolução da pesquisa qualitativa, Chizzotti destaca desafios a serem superados:

> Uma agenda futura para a pesquisa sugere que algumas questões candentes continuarão a provocar os pesquisadores: algumas, epistemológicas, como a onipresença e onipotência do autor no texto e a relevância do 'outro', o estilo e a validade do discurso como tradução da realidade descrita, o público e a apresentação perfuntória ou performática do texto científico; outras, ético-políticas, como os fins sociais da pesquisa, a voz dos silentes, o poder e a emancipação, a solidariedade e participação na transformação deliberada da vida humana. Crescem, porém, a consciência e o compromisso de que a pesquisa é uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social, e os pesquisadores que optaram pela pesquisa qualitativa, ao se decidirem pela descoberta de novas vias investigativas, não pretenderam, nem pretendem furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la (2003, p. 232).

Esses desafios conduzem o pesquisador a definir com segurança o referencial teórico-metodológico para responder ao empírico de sua pesquisa e construir um conhecimento que seja aceito e validado pela comunidade científica.

O ordenamento das metodologias qualitativas

1. Pesquisa qualitativa: uma caracterização
2. Análise de conteúdo
3. Análise do discurso
4. Diário de campo e trabalho de campo
5. Estudo de caso
6. Entrevista e questionário
7. História oral e história de vida
8. Observação
9. Pesquisa participante
10. Pesquisa-ação
11. Uso de fotografias e imagens
12. Grupos focais, representações sociais, discurso do sujeito coletivo e técnicas de trabalho de campo e laboratório

A seguir, apresentamos as referências levantadas, procurando atender a cada uma dessas metodologias.

Ordenamento das referências

Essas referências foram organizadas com base na experiência dos autores em cursos sobre pesquisa qualitativa. Não se trata de um levantamento exaustivo e sistemático, mas de um modesto ordenamento de referências que julgamos básicas para o pesquisador iniciante na temática das metodologias qualitativas. Portanto, podemos ter omitido textos relevantes, na medida em que nossa seleção foi balizada por materiais aos quais tivemos, de alguma forma, acesso.

O material se restringe a publicações nacionais, especialmente artigos publicados em periódicos, livros e capítulos de livros. Algumas teses e dissertações também foram consultadas, porém, em virtude dos limites de nosso levantamento, decidimos não incluí-las. Também optamos pela não inclusão de textos publicados em anais de eventos por considerar a grande diversidade de eventos e a grande quantidade de produtos, o que dificultaria a escolha dos mais relevantes.

Tendo em vista diferentes disciplinas que utilizam metodologias qualitativas, os textos cobrem diferentes áreas do conhecimento, especialmente antropologia, sociologia e educação.

1 – Pesquisa qualitativa: uma caracterização

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. “O planejamento de pesquisas qualitativas em educação”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, mai. 1991, n. 77, pp. 53-71.

—— e GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANDRÉ, Marli E. A. “Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa: oposição ou convergência?”. *Cadernos CERU*, São Paulo, 1991, n. 3, pp. 161-5.

BAITZ, Ricardo. “A implicação: um novo sedimento a se explorar na geografia?”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 25-50.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto, 1994.

BOSI, Maria Lúcia M. e MERCADO, Francisco J. (orgs.). *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. “Quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas de investigação nas ciências sociais”. In GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina M. G.; GOMES, Mara H. de A. (orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003, pp. 157-83.

BRITO, Angela Xavier de e LEONARDOS, Ana Cristina. “A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, jul. 2001, n. 113, pp. 7-38.

CAPRARA, Andrea e LANDIM, Lucyla P. “Etnografia: uso, potencialidade e limites na pesquisa em saúde”. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, abr.-jun. 2008, v. 12, n. 25, pp. 363-76.

CARDOSO, Ruth C. L. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

——. "A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios". *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, 2003, v. 16, n. 2, pp. 221-36.

DEMO, Pedro. "Pesquisa qualitativa: em busca de equilíbrio entre forma e conteúdo". *Revista Latino--Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, abr. 1998, v. 6, n. 2, pp. 89-104.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUARTE, R. "Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, mar. 2002, n. 115, pp. 139-54.

ESTEBAN, Maria Paz Sandin. *Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições*. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Bookman/Artmed, 2009.

——. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTANELLA, Bruno J. B.; RICAS, Janete; TURATO, Egberto R. "Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, jan. 2008, v. 24, n. 1, pp. 17-27.

FREHSE, Fraya. "Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história". *Tempo Social*, São Paulo, nov. 2001, v. 13, n. 2, pp. 169-84.

GARCEZ, Andrea; DUARTE, Rosalia; EISENBERG, Zena. "Produção e análise de videogravações em pesquisas qualitativas". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, ago. 2011, v. 37, n. 2, pp. 249-61.

GARNICA, Antonio V. M. "Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia". *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, 1997, v. 1, n. 1, pp. 109-22.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Bookman/Artmed, 2009.

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda S. "Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mar.-abr. 1995, v. 35, n. 2, pp. 57-63.

——. "Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mai.- jun. 1995, v. 35, n. 3, pp. 20-9.

——. "A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, jul.-ago. 1995, v. 35, n. 4, pp. 65-71.

GONZALEZ REY, Fernando. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson, 2005.

HAGUETTE, Teresa M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2010 [1987].

LÜKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANGABEIRA, Wilma. "O uso de computadores na análise qualitativa: uma nova tendência na pesquisa sociológica". *BIB*, Rio de Janeiro, 2º sem. 1992, n. 34, pp. 83-95.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

—— e SANCHEZ, Odécio. "Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, jul.-set. 1993, v. 9, n. 3, pp. 239-62.

MINAYO, Maria Cecília de S. e MINAYO-GÓMEZ, Carlos. "Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde". In GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina M. G.; GOMES, Mara H. de A. (orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003, pp. 117-42.

MINAYO, Maria Cecília de S.; ASSIS, Simone G. de; SOUZA, Edinilsa (orgs.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLLAIK, Leila G. e ZILLER, Henrique M. "Concepções de validade em pesquisas qualitativas". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, mar. 2012, v. 38, n. 1, pp. 229-42.

POUPART, Jean-Marie et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVERMAN, David. *Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Tradução de Magda F. Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

STRAUSS, Anselm L. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2008.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3 ed. São Paulo: Polis, 1982.

——. "Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, mai. 1984, n. 49, pp. 45-50.

——. *Metodologia da pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, Egberto R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes, 2003.

——. "Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa". *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 2005, v. 39, n. 3, pp. 507-14.

WITHAKER, Dulce C. *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Wenceslau/São Paulo: Letras à Margem, 2002.

2 – Análise de conteúdo

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4 ed. Revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUER, Martin W. e GASQUELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7 ed. Tradução de Pedrinho A. Guarenchi. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAREGNATO, Rita C. A. e MUTTI, Regina. "Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo". *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, out.-dez. 2006, v. 15, n. 4, pp. 679-84.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

ROCHA, Décio e DEUSDARÁ, Bruno. "Análise do conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória". *Alea*, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2005, v. 7, n. 2, pp. 305-22.

3 – Análise do discurso

CAREGNATO, Rita C. A. e MUTTI, Regina. "Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo". *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, out.-dez. 2006, v. 15, n. 4, pp. 679-84.

DOOLEY, Robert A. e LEVINSOHN, Stephen N. *Análise do discurso: conceitos básicos em linguística*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FIGARO, Roseli. *Comunicação e análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

GREGOLIM, Maria do R. V. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso*. 3 ed. São Carlos: Clara Luz, 2007.

INIGUEZ, Lupicinio. *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
MACEDO, Laura C. et al. "Análise do discurso: uma reflexão para pesquisar em saúde". *Interface*, Botucatu, jul.-set. 2008, v. 12, n. 26, pp. 649-57.
MAINGUENEAU, Dominique e CHARAUDEAUX, Patrick. *Dicionário de análise do discurso*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
MAZIÉRE, Francine. *A análise do discurso: história e prática*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. (Coleção na Ponta da Língua, v. 14.)
PÊCHEUX, Michel. *Semântica do discurso*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.
PIOVEZANI, Carlos e SARGENTINI, Vanice (orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.
RESENDE, Viviane de Melo e RAMALHO, Viviane. *Análise do discurso crítico*. São Paulo: Contexto, 2006.
ROCHA, Décio e DEUSDARÁ, Bruno. "Análise do conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória". *Alea*, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2005, v. 7, n. 2, pp. 305-22.

4 – Diário de campo e trabalho de campo

BARBOSA, Joaquim G. e HESS, Remi. *O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo*. Brasília: Liberlivro, 2010. (Série Pesquisa.)
BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.
BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA, São Paulo, jul. 2006, n. 84, 138 p., número especial sobre trabalho de campo.
BRANDÃO, Carlos R. "Reflexões sobre como fazer trabalho de campo". *Sociedade e Cultura*, Goiânia, 2007, v. 10, n. 1, pp. 11-27. Disponível em http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf. Acesso em 10 dez. 2012.
DUARTE, Rosália. "Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, mar. 2002, n. 115, pp. 139-54.
HISSA, Cássio V. e OLIVEIRA, Janete R. de. "O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica". *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, jan.-dez. 2004, v. 24, n. 1-2, pp. 31-41.
KAYSER, Bernard. "O geógrafo e a pesquisa de campo". *Seleção de Textos-AGB*, São Paulo, ago. 1985, n. 11, pp. 25-40.
LACOSTE, Yves. "A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos". *Seleção de Textos-AGB*, São Paulo, 1985, n. 11, pp. 1-23.
PÁDUA, Elisabete M. M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagens teórico-prática*. 8 ed. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.)
RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009.
SANTOS, Rosselvelt J. "Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico". *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, jan.-dez. 1999, n. 21-22, pp. 111-25.
THOMAZ JUNIOR, Antonio. "Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo". *Geografia passo a passo (ensaios críticos dos anos 1990)*. Presidente Prudente: Centelha, 2005, pp. 31-9.
WITHAKER, Dulce C. *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Wenceslau/São Paulo: Letras à Margem, 2002, pp. 121-68.

5 – Estudo de caso

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. "Usos e abusos dos estudos de caso". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, set.- dez. 2006, v. 36, n. 129, pp. 637-51.

CAMPOMAR, Marcos C. "Do uso do 'estudo de caso' em pesquisas para dissertações e teses em administração". *Revista de Administração*, São Paulo, jul.-set. 1991, v. 26, n. 3, pp. 95-7.

MACHADO, André G. C. e CALLADO, Antonio A. C. "Precauções do método de estudo de caso para o ensino de administração em uma perspectiva epistemológica". *Cadernos EBAPE*, Rio de Janeiro, ago. 2008, v. 6, pp. 1-10, número especial.

MARIZ, Luiz A. et al. "O reinado dos estudos de caso na teoria das organizações: imprecisões e alternativas". *Cadernos EBAPE*, Rio de Janeiro, jul. 2005, v. 3, n. 3, pp. 1-14.

NASCIMENTO, Marlucio T. do. "Método, metodologia e estudo de caso como modalidade de pesquisa". *ÍCONE – Revista de Letras*, São Luis de Montes Belos, jul. 2008, v. 2, pp. 147-62. Disponível em http://www.simb.ueg/iconeletras. Acesso em 10 dez. 2012.

PEREIRA, Lais de T. K.; GODOY, Dalva M. A.; TERÇARIOL, Denise. "Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica". *Psicologia e Reflexão Crítica*, Porto Alegre, 2009, v. 22, n. 3, pp. 422-9.

POZZEBON, Marlei e FREITAS, Henrique M. R. de. "Pela aplicabilidade com maior rigor científico dos estudos de caso em sistema de informação". *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, mai.-ago. 1998, v. 2, n. 2, pp. 143-70.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

6 – Entrevista e questionário

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. e GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

BAUER, M. W. e GASQUELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7 ed. Tradução de Pedrinho A. Guarenchi. Petrópolis: Vozes, 2008.

FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OLIVEIRA, Silvio L. de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e tese*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

7 – História oral e história de vida

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In FERREIRA, Marieta (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, pp. 183-91.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: USP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
GONÇALVES, Rita de C. e LISBOA, Teresa K. "Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida". *Revista Katálysis*, Florianópolis, 2007, v. 10, pp. 83-92 , número especial.
HAGUETTE, Teresa M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2010 [1987].
HOLANDA, Fabíola e MEIHY, José Carlos S. B. *História oral, como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2011.
LANG, Alice Beatriz da S. G. "História oral: procedimentos e possibilidades". *Desafios da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: CERU, 2001, pp. 91-111.
MEIHY, José Carlos S. B. *Manual de história oral*. 5 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2005.
—— e RIBEIRO, Suzana L. S. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2008.
RAMOS, Frederico e KOGA, Dirce. "Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública". *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, abr.-jun. 2011, n. 106, pp. 335-64.
THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

8 – Observação

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
MARCON, Sonia Silva e ELSEN, Ingrid. "Estudo qualitativo utilizando observação participante: análise de uma experiência". *Acta Scientiarum*, Maringá, 2000, v. 22, n. 2, pp. 637-47.
MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
QUEIROZ, Danielle T. et al. "Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde". *Revista de Enfermagem da UERJ*, abr.-jun. 2007, v. 15, n. 2, pp. 276-83.

9 – Pesquisa participante

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. e GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
BRANDÃO, Carlos R. *Repensando a pesquisa participante*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
——. *Pesquisa participante*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
——. "A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina". In — e STRECK, Danilo R. (orgs.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006, pp. 21-54.
BROSE, Markus. *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
GABARRÓN, Luis R. e LANDA, Libertad H. "O que é pesquisa participante". In BRANDÃO, Carlos R. e STRECK, Danilo R. (orgs.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006, pp. 93-121.
GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
HAGUETTE, Teresa M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2010 [1987].
LEMOS, A. I. G. de. "Pesquisa participante em geografia: uma linha de ação e experiências na periferia de São Paulo (Brasil)". *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, 1986-1987, v. 31-34, n. 16-17, pp. 285-8.

WHYTE, William F. *Sociedade de esquina [street corner society]: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Apresentação de Gilberto Velho. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

10 – Pesquisa-ação

ALVAREZ, Aparecida M. de S. et al. "Pesquisa-ação-formação inter e transdisciplinar com pessoas envolvidas com a questão do morador de rua". *Saúde e Sociedade*, São Paulo, 2011, v. 20, n. 2, pp. 300-13.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro, 2007. (Série Pesquisa, v. 3.)

DIONE, Hugues. *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Brasília: Líber Livro, 2007.

EL ANDALOUSSI, Khalid. *Pesquisas-ações: ciência, desenvolvimento e cidadania*. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

FRANCO, Maria A. Santoro. "Pedagogia da pesquisa-ação". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, set.-dez. 2005, v. 31, n. 3, pp. 483-502.

MACIEL, Maria Inês E. *A pesquisa-ação e Habermas: um novo paradigma*. Belo Horizonte: Uma Editora, 1999.

MENEZES, Maria Arlinda de A. "Do método do caso ao *case*: a trajetória de uma ferramenta pedagógica". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, abr. 2009, v. 35, n. 1, pp. 129-43.

MIRANDA, Marília G. de e RESENDE, Anita C. A. "Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo". *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, set.-dez. 2006, v. 11, n. 33, pp. 511-65.

MONCEAU, Gilles. "Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, set.-dez. 2005, v. 31, n. 3, pp. 467-82.

MONTEIRO, Claudete F. de S. et al. "Pesquisa-ação: contribuição para a prática do enfermeiro". *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, mar. 2010, v. 31, n. 1, pp. 167-74.

MORIN, André. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NEVES, Vanessa F. A. "Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados". *Pesquisas e Práticas Sociais*, São João del Rei, jun. 2006, v. 1, n. 1, pp. 1-17. Disponível em http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip. Acesso em 10 dez. 2012.

PIMENTA, Selma G. "Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, set.-dez. 2005, v. 31, n. 3, pp. 521-39.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

——. *Pesquisa-ação e projetos colaborativos na visão de Henri Desroche*. Florianópolis: EDUFSCar, 2006.

—— e SILVA, Generosa de O. "Metodologia da pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais". *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, jan.-jun. 2007, v. 1, n. 1, pp. 93-100. Disponível em http://www.reciis.cict.fiocruz.br. Acesso em 10 dez. 2012.

TRIPP, David. "Pesquisa-ação: uma introdução metodológica". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, set.-dez. 2005, v. 31, n. 3, pp. 443-66.

11 – Uso de fotografias e imagens

ALIMONDA, Hector e FERGUSON, Juan. "Travessia de imagens (um projeto de documentação visual sobre o mundo rural)". In COSTA, Luiz F. de C.; MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina (orgs.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 99-113.

BANKS, Marcus. *Dados visuais para pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman/Artmed, 2009.

BAUER, M. W. e GASQUELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7 ed. Tradução de Pedrinho A. Guarenchi. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Luiz F. de C. "Paisagens urbanas: um estudo sobre fotografias". In SILVA, Francisco C. T. da; SANTOS, Raimundo C.; COSTA, Luiz F. de C. (orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, pp. 75-94.

GARCEZ, Andréa; DUARTE, Rosalia; EISENBERG, Zena. "Produção e análise de videogravações em pesquisas qualitativas". *Pesquisa e Educação*, São Paulo, mai.-ago. 2011, v. 37, n. 2, pp. 249-62.

L'ESTOILE, Benôit de e SIGAUD, Lygia (orgs.). "Caderno de fotos: fotografia e pesquisa de campo". *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 19-28.

LOIZOS, Peter. "Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa". In BAUER, M. W. e GASQUELL, G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7 ed. Tradução de Pedrinho A. Guarenchi. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 137-50.

MARTINS, José de S. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2009.

PIETROFORTE, Antonio U. *Análise do texto visual: a construção de imagens*. São Paulo: Contexto, 2011.

PINHEIRO, Eliana M.; KAKEHASHI, Teresa Y.; ANGELO, Margareth. "O uso de filmagem em pesquisas qualitativas". *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, set.-out. 2005, v. 13, n. 5, pp. 717-22.

ROCHA, Yuri T. "Fontes históricas e pesquisas geográficas: relatos de viajantes, iconografia e cartografia". *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, 2005, n. 17, pp. 135-51.

12 – Grupos focais, representações sociais, discurso do sujeito coletivo, técnicas de trabalho de campo e laboratório

BARBOUR, Rosaline. *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BONFUM, Leny A. "Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiência com o uso da técnica em pesquisas de saúde". *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2009, v. 19, n. 3, pp. 777-96.

DALL'AGNOL, Clarice M. et al. "A noção de tarefa nos grupos focais". *Revista Gaúcha Enfermagem*, Porto Alegre, mar. 2012, v. 33, n. 1, pp. 186-90.

DUARTE, Sebastião Junior H.; MAMEDE, Marli V.; ANDRADE, Sônia M. O de. "Opções teórico--metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo". *Saúde e Sociedade*, São Paulo, 2009, v. 18, n. 4, pp. 620-6.

GONDIM, Sônia M. G. "Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos". *Paideia*, Ribeirão Preto, 2002, v. 12, n. 24, pp. 149-61.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. (orgs.). *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

VENTURI, Luis A. (org.). *Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

Referências

CHIZZOTTI, Antonio. "A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios". *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, 2003, v. 16, n. 2, pp. 221-36.

DEMO, Pedro. "Pesquisa qualitativa: em busca de equilíbrio entre forma e conteúdo". *Revista Latino--Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, abr. 1998, v. 6, n. 2, pp. 89-104.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

TURATO, Egberto R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Interpretação da história do pensamento geográfico pelo método hermenêutico*

Flamarion Dutra Alves

O processo investigativo da história do pensamento geográfico pode ser realizado de diversas maneiras para elucidar as questões teóricas e metodológicas do pesquisador, da temática, da escola ou do ramo da geografia. Os textos representam um mosaico de informações e pensamentos que podem ser compreendidos por várias formas de análises textuais. Assim, o esquema metodológico adotado aqui para entender a história do pensamento geográfico seguirá uma tendência plural, partindo da explicação do pluralismo metodológico e da escolha dos métodos. Em seguida, abordar-se-á a questão paradigmática na ciência.

Os estudos da história do pensamento geográfico tendem a realizar divisões ou classificações por escolas, correntes ou linhas de pensamento, o que não é a única forma correta de interpretar o contexto geográfico, mas apenas uma das maneiras de fazer isso.

Essas divisões devem ser balizadas por um paradigma/uma filosofia dominante que dita a escolha das teorias e dos métodos de certo grupo de cientistas. Kuhn (1975) explica essa mudança de paradigmas na ciência e, por isso, serve de referência aos estudos de história do pensamento geográfico. Com base em suas ideias, faremos aqui uma subdivisão teórico-metodológica, primeiro, periodizando por décadas a produção

* Este texto é fruto da tese de doutoramento desenvolvida por Alves (2010), que verificou as transformações metodológicas da geografia agrária brasileira por meio de periódicos e revistas científicas entre 1939 e 2009.

bibliográfica dos periódicos em geografia de 1939 a 2009 e, depois, classificando-a por paradigmas e filosofias.

As técnicas de pesquisa corresponderão a análises de conteúdo e discurso, o que dará clareza à interpretação e compreensão dos textos pesquisados e permitirá decifrar a filiação metodológica em que estão inseridos os autores.

Inicialmente, faremos uma breve explicação sobre as definições terminológicas dos elementos metodológicos, as quais, ao longo da história da geografia agrária, têm servido como balizadoras do discurso geográfico.

Elementos metodológicos da investigação da história da geografia

Para entendermos os diferentes métodos e técnicas empregados na investigação da história da geografia, faremos uma breve distinção entre método e metodologia, visando elucidar as terminologias existentes e explicar suas diferenças. Muitas vezes, há inúmeras confusões no emprego de definições em uma pesquisa científica.

Método

Trata-se de um instrumento organizado que procura atingir resultados. Está diretamente ligado à teoria que o fundamenta. Conforme Japiassú e Marcondes (2001), é um conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir determinado objetivo. Segundo Lalande, o método é "o caminho pelo qual se chegou a determinado resultado" (p. 678).

Sposito (2004) cita alguns elementos que estão imbricados no método, como doutrina, ideologia, teoria, leis, conceitos e categorias. Esses elementos dão a cada método uma característica particular, a qual os diferencia dos demais.

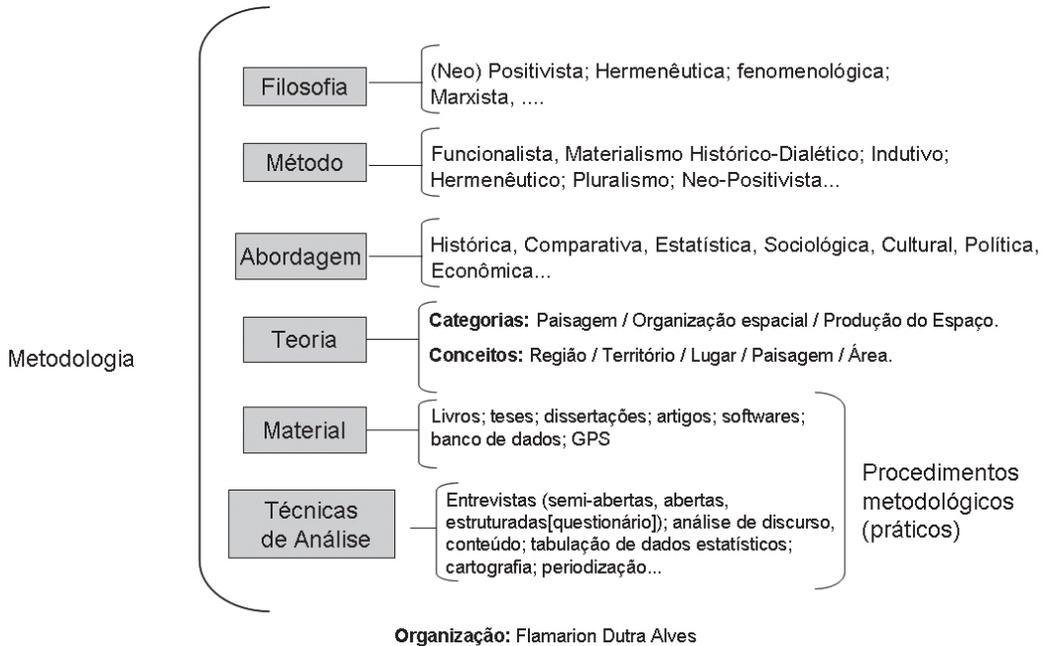
Buscando caracterizar o método, Bachelard (1983, p. 122) diz que este "é verdadeiramente uma astúcia de aquisição, um estratagema novo, útil na fronteira do saber", e que o método científico é "aquele que procura o perigo [...] e a dúvida está na frente, e não atrás". Logo, "não é o objeto que designa o rigor, mas o método" (p. 122).

Portanto, o método é uma maneira de obter os resultados. O pesquisador utiliza uma teoria para fundamentar seus pensamentos, citando, por exemplo, método dialético, indutivo, dedutivo, fenomenológico, hermenêutico, entre outros.

Metodologia

Corresponde aos procedimentos utilizados pelo pesquisador, material e métodos, em determinada investigação, ou seja, às etapas a seguir em dado processo. Segundo

Lalande, "é a subdivisão da lógica, que tem por objeto o estudo *a posteriori* dos métodos e, mais especialmente, vulgarmente, dos métodos científicos" (1999, p. 680). Contempla todos os elementos que constituem os passos a serem tomados na pesquisa (esquema 1).

Esquema 1 – Organização da estrutura metodológica segundo seus elementos

Fonte: Alves (2010, p. 25).

Nesse esquema, encontra-se uma síntese dos elementos que compõem a metodologia, os quais deverão estar incluídos na pesquisa científica para o desenvolvimento do processo investigativo. Alguns deles serão mais evidenciados ou trabalhados com mais ênfase em nossa análise, devendo ficar clara a base teórico-metodológica dos autores em questão ou dos momentos da história da geografia agrária.

Ruptura de paradigmas na ciência

Uma ciência é composta por seus paradigmas, que norteiam a direção das pesquisas e a fundamentação de todo arcabouço teórico, conceitual e técnico. Nesse senti-

do, concordamos com o pensamento de Kuhn (1975) sobre a criação de paradigmas e de uma estrutura básica em cada ciência, fundamentada por teorias e métodos.

A constituição de novos paradigmas científicos impõe outra dinâmica, qualquer que seja o campo de saber em que nos situemos. A história do conhecimento se desenvolve à luz da linguagem; é a partir da articulação linguística que se produzem conceitos acerca da realidade, os quais, em seu conjunto, formam o terreno de qualquer investigação.

As ideias de Kuhn (1975) servem para explicar a mudança das bases teórico-metodológicas de cada escola do pensamento na geografia. O que faz mudar ou diminuir uma tendência de pensamento? Que motivos fazem os paradigmas permanecerem vigentes ou combinados a outros?

As divisões existentes na geografia estão ligadas a paradigmas, filosofias ou doutrinas que caracterizam um grupo de cientistas; assim, "a existência de um paradigma nem mesmo precisa implicar a existência de qualquer conjunto completo de regras" (Kuhn, 1975, p. 69).

Dessa forma, existe um padrão metodológico que baliza as pesquisas e a ocorrência de escolas de pensamento: "Os paradigmas orientam as pesquisas, seja modelando-as diretamente, seja por meio de regras abstratas" (p. 72). As rupturas de paradigmas e as mudanças de bases teórico-metodológicas estão ligadas às questões de sua funcionalidade e validade:

> O período pré-paradigmático, em particular, é regularmente marcado por debates frequentes e profundos a respeito de métodos, problemas e padrões de solução legítimos – embora esses debates sirvam mais para definir escolas do que para produzir um acordo. [...] a decisão de empregar determinado aparelho e de empregá-lo de um modo específico baseia-se no pressuposto de que somente certos tipos de circunstâncias ocorrerão. Existem tanto expectativas instrumentais como teóricas, que frequentemente têm desempenhado um papel decisivo no desenvolvimento científico (pp. 72-3, 86).

Assim, essas mudanças de orientação teórica e metodológica são salutares ao desenvolvimento científico: "Os procedimentos e aplicações do paradigma são tão necessários à ciência como as leis e teorias paradigmáticas [...] mudança de paradigma, e, portanto, uma mudança nos procedimentos e expectativas" (1975, p. 87).

O sentido de mudança paradigmática é observado na ciência cada vez que existe uma fragilidade ou crise:

> Na ciência [...] a novidade somente emerge com dificuldade (dificuldade que se manifesta por meio de uma resistência) contra um pano de fundo fornecido pelas expectativas. Inicialmente, experimentamos somente o que é habitual e previsto, mesmo em circunstâncias

> nas quais mais tarde se observará uma anomalia. Contudo, uma maior familiaridade dá origem à consciência de uma anomalia ou permite relacionar o fato a algo que anteriormente não ocorreu conforme previsto. [...] Quanto maiores forem a precisão e o alcance de um paradigma, tanto mais sensível este será como indicador de anomalias e, consequentemente, de uma ocasião para uma mudança de paradigma (pp. 90-2).

Para Burton, sempre existe, e é necessária, a troca de paradigma vigente ou de ideia dominante:

> Uma revolução intelectual está terminada quando as ideias aceitas tenham sido derrubadas ou modificadas para incluírem novas ideias. Uma revolução intelectual está terminada quando as próprias ideias revolucionárias se transformam numa parte do critério convencional (1977, p. 67).

Dessa forma, a alteração de ideias e, consequentemente, de bases teórico-metodológicas coincide com o período de renovação na ciência: "O significado das crises consiste exatamente no fato de que indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos" (Kuhn, 1975, p. 105). Quando uma corrente de pensamento não consegue explicar os fenômenos ou quando outra corrente de pesquisadores traz algo novo em termos teóricos, vê-se o que a "rejeição de um paradigma revelará de uma maneira mais clara e completa: uma teoria científica, após ter atingido o *status* de paradigma, somente é considerada inválida quando existe uma alternativa disponível para substituí-la" (p. 108). Então,

> o juízo que leva os cientistas a rejeitarem uma teoria previamente aceita baseia-se sempre em algo mais do que essa comparação da teoria com o mundo. Decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir, simultaneamente, aceitar outro, e o juízo que conduz a essa decisão envolve a comparação de ambos os paradigmas com a natureza, bem como sua comparação mútua (p. 108).

Essa mudança de paradigmas traz uma série de processos que podem estar ligados aos velhos paradigmas. Uma nova corrente de pensamento pode aproveitar algumas teorias ou métodos, entretanto, as alterações são significativas e visíveis:

> A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido por meio de uma articulação do velho. É, antes, uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações (p. 116).

Silva e Ribeiro compreendem o paradigma como uma reflexão comum entre a maioria dos pesquisadores de dada época:

> [...] apreender a força de um paradigma significa, também, em ciências sociais, identificar seu entorno, ou melhor, compreender o conjunto de postulações gerais sobre o momento vivido por determinada sociedade que encaminha, por decorrência lógica, a inserção do paradigma na reflexão coletiva (1985, p. 78).

Essa exposição dos fundamentos de Kuhn (1975) e de outros autores mostrou a preocupação em entender o sentido das mudanças de paradigmas e o que isso poderá representar para as velhas e novas correntes de pesquisadores e de pensamento. Transpondo esse assunto para a geografia agrária, a ruptura dos paradigmas se deve ao seu enfraquecimento teórico-metodológico e às novas ideias que surgem com as combinações de pensamento e metodologias.

Essa mudança não quer dizer que o pensamento predominante do passado tenha deixado de existir, mas, sim, que enfraqueceu (quantitativamente) e que houve modificações nos conceitos operatórios, nas trocas de teorias e nas técnicas de pesquisa. Todavia, ela sempre traz uma perda significativa para a geografia, pois os pesquisadores tendem a abandonar totalmente o conhecimento teórico-metodológico anterior e a criar preconceitos com a utilização de termos ou referenciais teóricos de correntes de pensamento passadas.

Método hermenêutico: uma metodologia para entender a história do pensamento geográfico

Para analisar as características metodológicas da geografia agrária, com base nos períodos científicos em geografia de 1939 a 2009, utilizamos a hermenêutica como esquema teórico-metodológico, compreendida pelo método hermenêutico e pelas análises de discurso (qualitativo) e conteúdo (quantitativo).

Assim, explicaremos as ideias sobre o método hermenêutico fundamentadas em Gadamer (2003), pois esse autor abarca uma gama de concepções qualitativas e quantitativas para o entendimento teórico-metodológico desse método.

O método hermenêutico e a compreensão da linguagem

O método hermenêutico será uma das bases de nossa metodologia. A partir dele, conseguiremos interpretar o material consultado e compreender seu sentido teórico. Como hermenêutica, Demo define:

> Podemos dizer que é a metodologia da interpretação, ou seja, dirige-se a compreender formas e conteúdos da comunicação humana, em toda a sua complexidade e simplicidade. O intérprete é sempre alguém dotado de bagagem prévia, porque ninguém consegue compreender a comunicação sem deter algum contexto relativo a ela, em sentido prévio (1995, p. 249).

De forma sucinta, a hermenêutica designa que "conhecer é interpretar, fenômeno que acontece na própria linguisticidade que fundamenta qualquer '*verbum*' mental ou expresso como evento histórico" (Biagioni, 1983, p. 13). A análise hermenêutica do texto e do autor se inter-relaciona com o contexto histórico, não sendo atemporal:

> [...] história e linguagem interagem não como condição do conhecimento que se torna compreensão, mas como o modo de ser do próprio homem. É assim que a linguagem passa a ser – historicamente – a estrutura ontológica desse ser histórico que é o homem, ser dialógico por natureza, já que diante de qualquer conteúdo significativo ele sabe que este – conteúdo significativo – ocorre em seu próprio mundo de compreensão, interpretando-o no horizonte de sua compreensão histórica (p. 16).

Por esse motivo, a utilização do método hermenêutico é essencial para a história do pensamento geográfico. Do mesmo modo, a análise de Gadamer (2003) acerca da compreensão do momento histórico é fundamental para a investigação. Biagioni reforça esse elemento histórico na concepção hermenêutica, pois somente com esse contexto é possível entender o sentido da linguagem, ou seja, das obras, dos textos e do material escrito: "A história, pois, é o fundamento objetivo do pensamento. A consciência é história. Daí, a realidade hermenêutica em que só se podem compreender as partes no contexto do todo" (1983, p. 25).

Portanto, a análise hermenêutica tem como finalidade identificar o caminho percorrido por autor, correntes de pensamento e escolas por meio da análise da linguagem, da compreensão da linguagem adotada.

> A linguagem é o único meio da experiência hermenêutica. Em outras palavras: conhecer é compreender; compreender é interpretar; e o interpretar só acontece na linguagem que é própria de quem 'fala' (sujeito), mas é também a única forma pela qual o 'objeto' – e por ele o 'sujeito' – se deixa ser conhecido e expresso (Gadamer, 2003, s. p.).

Os textos escritos pelos autores não bastam para o completo entendimento de seu pensamento, é necessário buscar a história: "Não serão as 'letras', o dado gráfico (mes-

mo compreendidos com exatidão) que determinarão a situação dialogal, mas o texto transformado em linguagem viva, a 'história'" (Biagioni, 1983, p. 42). O pensamento do autor está diretamente ligado à sua visão de mundo, à sua concepção científica sobre determinado assunto. Dessa forma, Biagioni apresenta algumas ideias de Gadamer em relação a essa questão:

> Cada palavra faz ressoar a totalidade da língua a que pertence e faz aparecer, também, a totalidade da 'visão de mundo' que é base dessa mesma língua. [...] A própria linguagem que revela a finitude da nossa experiência, do 'nosso mundo' como um 'mundo' limitado, histórico (Gadamer apud Biagioni, 1983, p. 54).

Utilizando a hermenêutica fundamentada em Gadamer, deixamos claro o procedimento adotado nas análises dos textos: "Aquele que quer compreender não se pode entregar de antemão ao arbítrio de suas próprias opiniões prévias, ignorando a opinião do texto da maneira mais obstinada e consequente possível – até que este acabe por não poder ser ignorado e derrube a suposta compreensão" (2003, p. 358). Assim, para uma leitura das obras, o método hermenêutico de Gadamer analisa seu momento histórico e permite entender a base teórica de seus autores:

> Querer simplesmente subtrair a historiografia e a investigação histórica à competência da reflexão histórico-efeitual significa reduzi-la à indiferença extrema. É justamente a universalidade do problema hermenêutico que questiona o que está por trás de todas as espécies de interesses pela história, porque se refere àquilo que está como fundamento para a 'questão histórica' (pp. 18-9).

A historicidade é um elemento essencial para uma leitura hermenêutica das obras. De acordo com Caldas, o método hermenêutico

> são meios para decompor, sintetizar, compreender, criar, destruir e recriar criticamente 'determinado presente'. Ao mesmo tempo que é conjunto móvel e crítico de procedimentos, é a própria historicidade reduzindo-se e realizando-se ao nível do processo de investigação criativa (1997, p. 23).

Caldas explica essas conjunturas que envolvem o método hermenêutico e sua utilização nas ciências humanas:

> A hermenêutica deve estabelecer as conexões entre a prática produtiva, a estrutura social, os diversos poderes de classe, as ideologias, as representações mentais. Exatamente por

> essa realidade social ser um amálgama de dicotomias, é que o homem é um ser virtual e não um ser-em-si (p. 28).

O método hermenêutico e as análises discursivas e de conteúdo são cooperações entre essas abordagens, e a fusão ajudará a desenvolver novos caminhos para as investigações científicas por vezes engessadas em virtude de métodos predeterminados ou simplesmente mecânicos para a realização de uma pesquisa. Para a história do pensamento e a leitura da linguagem dos autores, cremos em um mosaico de ideias e esquemas metodológicos para enriquecer o debate epistemológico.

As análises discursivas e de conteúdo

O método hermenêutico, por visar analisar as estruturas e compreender a linguagem, utiliza análises de discurso e de conteúdo para o bojo metodológico da epistemologia, trazendo contribuições valorosas para o entendimento da história do pensamento geográfico.

O objetivo de desvendar o discurso remete a questões político-ideológicas do autor: "Análise do discurso propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico" (Rocha e Deusdará, 2005, p. 308).

A concepção de mundo do autor é desvendada pela análise do discurso, técnica "capaz de inter-relacionar uma organização textual e um lugar social determinados [...] toda atividade de pesquisa é uma interferência do pesquisador em dada realidade" (p. 315). Nesse sentido, a abordagem sócio-histórica é fundamental para essa questão:

> A linguagem, de um ponto de vista discursivo, não pode apenas representar algo já dado, sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do linguístico e os do extralinguístico. A linguagem não se dissocia da interação social (p. 319).

Assim, faz-se necessário analisar em qual perspectiva a relação social de poder no plano discursivo se constrói, assim como a articulação entre linguagem e sociedade, a materialidade do discurso, a ação no mundo e o espaço de construção de olhares diversos sobre o real, para compreender o significado das ideias e dos valores do discurso (Rocha e Deusdará, 2005).

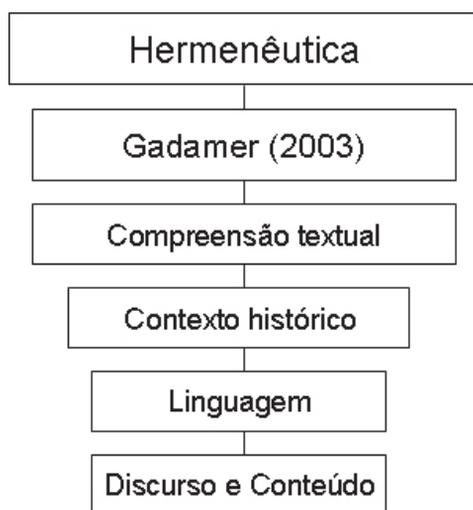
Dessa forma, para estudar a história do pensamento geográfico, partimos para a técnica da análise do discurso como uma ferramenta capaz de inferir e mostrar as ideias dos textos, a linguagem por meio do discurso dos autores. Nesse sentido, acerca do discurso, concordamos com Bardin:

> O discurso não é um produto acabado, mas um momento num processo de elaboração [...] uma atualização parcial de processos, em sua grande parte, inconscientes e a estruturação e as transformações provocadas pela passagem pelo fluxo da linguagem e pelo outro (1995, p. 48).

Isso que dizer que a ideia, o discurso do autor, pode variar de acordo com o contexto histórico, e suas matrizes ideológicas podem sofrer mudanças e não serem estáticas; ou seja, podemos inferir sobre o pensamento do autor, desvendando sua matriz ideológica: "A inferência é o procedimento que permite ao analista captar em dado tipo de documento (nos textos, por exemplo) os vestígios que permitirão descobrir a manifestação de estados, de dados e de fenômenos" (Rocha e Deusdará, 2006).

Logo, a geografia, como disciplina, apresenta uma característica peculiar, e suas subsequentes divisões temporais apresentam propriedades ordinais. O que classifica uma escola de pensamento são suas maturações filosóficas, ideológicas e a presença de uma doutrina que abarque todos esses elementos epistemológicos. Essa análise do conteúdo na estrutura da linguagem não é conclusiva, mas é um passo importante para o entendimento das ideias do autor. Aliada à hermenêutica centrada em Gadamer, essa complementaridade teórico-metodológica faz essa metodologia não se filiar apenas a um método ou a uma base teórica (organograma 1).

Organograma 1 – Características da metodologia hermenêutica

Fonte: Alves (2010, p. 32).

Para investigar a história do pensamento geográfico, utilizamos uma metodologia pautada na hermenêutica, que é complementar aos estudos da linguagem e do discurso. Concordamos com a posição de Rocha:

> Não há, pois, oposição entre as duas vias; a sua confrontação sugere mesmo a complementaridade: por um lado, não há análise estrutural sem doação indireta de sentido, que institui o campo semântico a partir do qual possam discernir-se homologias estruturais; e, por outro, a busca do sentido pressupõe um mínimo de compreensão das estruturas, porque, isolado, o símbolo é demasiado polissêmico. A análise estrutural não é um empreendimento exterior para a compreensão dos símbolos, mas o intermediário necessário para a incidência hermenêutica (1990, p. 107).

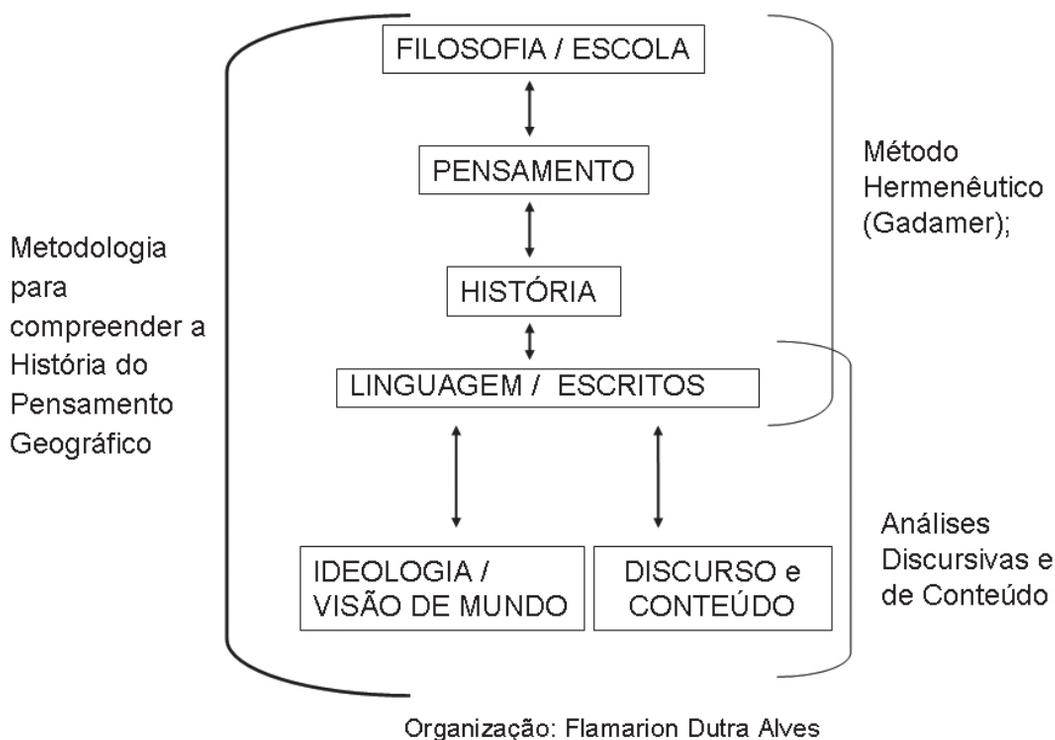
Assim, neste estudo, utilizar dois métodos para entender a história do pensamento geográfico favorece o alcance dos objetivos propostos. A respeito da fusão entre esses dois métodos, da compreensão e do discurso, citamos Rocha:

> [...] se uma explicação semiológica não implica a questão do sujeito, remetendo para as 'categorias inconscientes do pensamento', o plano semântico envolve o campo da consciência; com efeito, a linguagem é mais que o plano semiológico; é, além da língua, também o discurso, e apenas então se pode falar de significação (p. 108).

Nesse sentido, os dois métodos podem ser utilizados:

> O sujeito produtor de sentido na hermenêutica torna-se sujeito já inscrito no sentido no estruturalismo; de fato, a análise estrutural supõe que o sujeito se descentra relativamente ao objeto. A hermenêutica procura recuperar e assumir, pela reflexão progressiva e regressiva, a atualidade de compreensão das mensagens, projetadas numa totalidade, presente como ideal regulador e atuante como teleologia (p. 109).

Essa complementaridade dos métodos na explicação dos fenômenos da linguagem é exposta por Rocha: "A esta relação entre signo e frase corresponde, de algum modo, a do estruturalismo e da hermenêutica: tal como o signo é integrado na frase, o estruturalismo é um intermediário da hermenêutica" (p. 121). O esquema 2 exemplifica o modo como as ideias se complementam nesse pluralismo metodológico.

Esquema 2 – Desenvolvimento metodológico para compreender a história do pensamento geográfico

Fonte: Alves (2010, p. 33).

Portanto, a análise dos textos conjugará as técnicas advindas dos diferentes métodos e explicará as bases teórico-metodológicas dos autores, a fim de estruturar uma classificação das diferentes linhas de pensamento.

Técnica de pesquisa e amostragem

Os estudos sobre a história do pensamento desenvolvidos por Reis Júnior (2008) mostram técnicas divididas em cinco etapas para a interpretação do pensamento geográfico:

1. *Representatividade argumentativa*: o pesquisador trabalhará forçosamente com indícios mínimos.

2. *Frequência textual*: se filosofia → discurso e filosofia → escola, então discurso = escola.
3. *Espectro de concepções no tempo*: é a manifestação de sensíveis mudanças no conjunto de ideias do autor.
4. *Consistência dos juízos*: há dados que só seremos felizes em transplantar se formos buscá-los junto aos veículos literários mais explicitamente consagrados em examiná-los.
5. *Dado biográfico*: de algum modo, o pesquisador se sente obrigado a procurar, na escala do indivíduo, dados potencialmente determinantes.

Utilizamos algumas dessas técnicas na interpretação dos artigos. Selecionamos dez periódicos brasileiros sobre geografia, com no mínimo dez anos de circulação:[1] *Revista Brasileira de Geografia* (*RBG*), que circulou entre 1939 e 2005, totalizando 219 edições; *Boletim Geográfico* (*BG*), que circulou entre 1943 e 1978, totalizando 258 edições; *Boletim Paulista de Geografia* (*BPG*), que iniciou as atividades em 1949 e circula até hoje, totalizando 88 edições; *Boletim de Geografia Teorética* (*BGT*), que circulou entre 1971 e 1995, totalizando 50 edições; *Geografia* (*Rio Claro*), que iniciou suas atividades em 1976 e circula até hoje, totalizando 80 edições; *Boletim Goiano de Geografia* (*BGG*), que iniciou suas atividades em 1982 e circula até hoje, totalizando 37 edições; *Terra Livre*, que iniciou suas atividades em 1986 e circula até hoje, totalizando 33 edições; *Geosul*, que iniciou suas atividades em 1986 e circula até hoje, totalizando 48 edições; *Sociedade & Natureza*, que iniciou suas atividades em 1989 e circula até hoje, totalizando 42 edições; e *GeoUSP*, que iniciou suas atividades em 1997 e circula até hoje, totalizando 26 edições. No montante dos periódicos consultados, chegou-se a 881 revistas com 691 artigos de geografia agrária (esquema 3).

[1] Convém destacar a relevância de outros periódicos em geografia, não menos importantes que os analisados, como *GeoUERJ* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), *Boletim Gaúcho de Geografia* (Associação do Geógrafos Brasileiros, AGB), *Mercator* (Universidade Federal do Ceará, UFC), *Campo-Território* (Universidade Federal de Uberlândia, UFU), *Território* (Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ), *Geographia* (Universidade Federal Fluminense, UFF), *Revista do Departamento de Geografia* (Universidade de São Paulo, USP), *Geografia* (Universidade Estadual de Londrina, UEL), entre outros.

Esquema 3 – Metodologia da investigação

Técnicas	**Material**	**Teorias**	**Método**
-Análise de Conteúdo; -Análise do Discurso; -Representatividade argumentativa; -Frequência textual; -Espectro de concepções; -Consistência de juízos.	-219 edições da **Revista Brasileira de Geografia** (1939-2005; -258 edições do **Boletim Geográfico** (1943-1978); -88 edições do **Boletim Paulista de Geografia** (1949-2009); -50 edições do **Boletim de Geografia Teorética** (1971 -1995); -80 edições da **Geografia (Rio Claro)** (1976-2009); -37 edições do **Boletim Goiano de Geografia** (1982-2009); -33 edições da **Terra Livre** (1986-2009); -48 edições da **Geosul** (1986-2009); -42 edições da **Sociedade & Natureza** (1989-2009); -26 edições da **Geousp** (1997-2009). **Total: 881 Revistas**	-Hermenêutica (GADDAMER, 2003); -Paradigmas e evolução epistemológica (KUHN, 1975).	-Hermenêutico (Compreensão e interpretação de textos);

Fonte: Alves (2010, p. 35).

Os artigos analisados são referentes à geografia agrária ou rural. Segundo Diniz (1984), esses estudos incluem os ligados à geografia agrícola e à agricultura, além dos relacionados à paisagem rural e a seus elementos. A seleção dos artigos não se limitou a trabalhos publicados por geógrafos brasileiros; abrangeu autores de outras ciências e nacionalidades, tendo em vista a grande importância de geógrafos estrangeiros, como Pierre Monbeig e Leo Waibel, e de outros cientistas sociais e humanos.

Nos estudos linguísticos, o método hermenêutico (Gadamer, 2003) satisfez as necessidades de *compreensão* dos textos escritos, ao permitir a análise de seu contexto histórico-textual e das concepções de seus autores, levando-nos a identificar aquilo que Reis Júnior chama de "espectro de concepções no tempo" e "consistência de juízos" (2008).

As informações quantificáveis e discursivas no texto foram entendidas pelas técnicas de análise de conteúdo e discurso, formando a "representatividade argumentativa" e "frequência textual" exemplificadas por Reis Júnior (2008). Umas das técnicas utilizadas foram a seleção e o grupamento das palavras-chave dos resumos dos artigos

que continham esses elementos, o que serviu para a caracterização e a classificação das abordagens desses textos.

Além das referências técnicas e metodológicas de Reis Júnior (2008), o processo investigativo na história do pensamento da geografia agrária, principalmente o teórico-metodológico, já foi estudado em Alves e Ferreira (2007, 2008a, 2008b). O material utilizado em nossa pesquisa foi consultado na Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Rio Claro, e no site da Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que disponibiliza todas as edições da *Revista Brasileira de Geografia* e boa parte dos exemplares do *Boletim Geográfico*. Também foram feitas consultas aos periódicos via internet e aos trabalhos realizados no Núcleo de Estudos Agrários (NEA) na UNESP Rio Claro.

A análise dos artigos publicados nos periódicos foi realizada em uma sequência temporal organizada por décadas, citando-se os trabalhos publicados em cada ano, a fim de organizar um quadro com as abordagens e os métodos utilizados pelos autores. Ao indicar a predominância metodológica de abordagem em cada década e elaborar a divisão dos textos em paradigmas e filosofias que sobrepujaram o período, esse levantamento historiográfico servirá para as análises de temas estudados e de métodos e técnicas aplicados ao estudo agrário.

Pesquisa semelhante foi desenvolvida por Ferreira (2002), que se debruçou sobre estudos em geografia agrária realizados entre 1930 e 1990, com base em anais de eventos científicos em geografia, periódicos, dissertações e teses. Bonnamour (1997) averiguou os caminhos epistemológicos da geografia agrária na França, especialmente da década de 1970 à de 1990. Esses estudos mostraram um caminho metodológico a seguir na perspectiva da evolução teórico-metodológica da geografia agrária brasileira.

Em cada década, destacamos um ou mais autores que deram uma contribuição valorosa para a geografia agrária, os quais foram apresentados em um box com informações referentes à sua biografia, produção intelectual e metodologia de pesquisa. Destacamos suas ideias de acordo com o esquema 1, que trata dos elementos metodológicos da pesquisa científica.

A utilização das abordagens metodológicas

A definição das abordagens metodológicas seguiu alguns pressupostos classificatórios, na tentativa de sistematizar o material consultado. Tendo em vista os grandes métodos da ciência – indutivo, dedutivo, dialético e fenomenológico –, esforçamo-nos para não agrupar os artigos pesquisados no rol de métodos, mas sim em expandir o horizonte classificatório, pois muitos textos não deixavam claras suas bases teórico-metodológicas e apresentaram ideias desconexas com o método aparentemente pré-julgado.

Após as análises realizadas, criaram-se 18 abordagens metodológicas (quadro 1), com intuito de percorrer o trajeto da geografia agrária contemplando o máximo de concepções possível.

Quadro 1 – Abordagens metodológicas empregadas na análise da história da geografia agrária

Abordagens metodológicas em geografia agrária	
Descritiva	Sociológica
Histórica	Sistemática
Estatística	Política
Comparativa	Cultural
Causa-efeito/causalidade	Teórico-metodológica
Determinista	Agronômica/agrícola
Estatística-fisionômica-ecológica	Econômica
Histórica	Ambiental
Neopositivista	Fenomenológica

Organização: Flamarion Dutra Alves.

Tentamos classificar cada artigo em uma única abordagem, mas, como muitos apresentavam múltiplos aspectos nesse quesito, a classificação ultrapassou esse número.

Considerações finais

Com as necessidades e os desafios impostos para a ciência, as pesquisas estão cada vez mais atentas a novas técnicas, teorias e métodos para abordar realidades dinâmicas e complexas. Sugerimos uma diversidade de abordagens para as investigações, caso não se consiga atingir os objetivos propostos com a adoção de um só método de pesquisa.

Neste estudo, a utilização da hermenêutica contemplou a diversidade de temas que a geografia agrária brasileira abarcou ao longo de sua história. A criação de 18 abordagens metodológicas servirá para dar subsídio a essa multiplicidade de concepções.

Toda pesquisa que trate da história da geografia deve buscar a compreensão, por meio da hermenêutica, da base teórico-metodológica de autores, escolas, temáticas, instituições, grupos de pesquisa, entre outros, sempre a aliando com o momento

histórico. Esse elemento, o tempo, é fundamental para entender os movimentos políticos de cada época, as tecnologias presentes, o andamento da economia e todos os reflexos que o período exerce na organização do espaço e na produção científica, ou seja, o modo de fazer ciência – geografia, em nosso caso – reflete as consequências e demandas de cada época.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra. *Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939 a 2009* (tese). Universidade Estadual Paulista, 2010, 350 p.

—— e FERREIRA, Enéas Rente. "Evolução e perspectivas da metodologia em geografia agrária". *Anais do Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP*. Rio Claro: AGETEO, 2007, v. 7, pp. 725-35.

——. "Pressupostos teórico-metodológicos da geografia rural brasileira: evolução e tendências". *Anais do Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico*. Uberlândia: UFU, 2008a, pp. 1-14.

——. "Elementos metodológicos da geografia agrária clássica: a produção em periódicos brasileiros". *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, 2008b, v. 2, n. 18, pp. 43-61.

BACHELARD, Gaston. *Epistemologia*. 2 ed. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BIAGIONI, João. *A ontologia hermenêutica de H. G. Gadamer*. Uberlândia: UFU, 1983.

BONNAMOUR, Jacqueline. "La géographie rurale pendant le dernier quart de siècle". *Ruralia*, Lyon, 1997, v. 1, pp. 2-20.

BURTON, Ian. "A revolução quantitativa e a geografia teorética". *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, 1977, v. 7, n. 13, pp. 63-84.

CALDAS, Alberto Lins. "Dialética e hermenêutica: uma questão de método". *GeoUSP*, São Paulo, 1997, v. 1, pp. 23-9.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DINIZ, José Alexandre Felizola. *Geografia da agricultura*. São Paulo: Difel, 1984.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. *Mundo rural e geografia. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 5 ed. Tradução de Flávio Paulo Maurer. Petrópolis: Vozes, 2003.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

KUHN, Tomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. "História do pensamento geográfico: como lê-lo para interpretá- la? (as rotinas técnicas)". *Anais do I Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo*. Rio Claro: AGETEO, 2008, pp. 596-605.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de sentido.* Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1976.

ROCHA, Acílio Estanqueiro. "Hermenêutica e estruturalismo". *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, 1990, v. 46, n. 1, pp. 87-124.

ROCHA, Décio e DEUSDARÁ, Bruno. "Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória". *ALEA*, Rio de Janeiro, 2005, v. 7, n. 2, pp. 305-22.

——. "Análise de conteúdo e análise do discurso: o linguístico e seu entorno". *DELTA*, São Paulo, 2006, v. 22, n. 1, pp. 29-52.

SILVA, Luis A. Machado da e RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Paradigma e movimento social: por onde andam nossas ideias?". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, 2º sem. 1985, v. 62, pp. 67-88.

SPOSITO, Eliseu S. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas*

Angela Fagna Gomes de Souza

> *Do ponto de vista metodológico, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador 'colocar-se no papel do outro', vendo o mundo pela visão dos pesquisados.*
>
> Arilda S. Godoy (1995a, p. 61).

Cada vez mais, adotamos nas pesquisas geográficas qualitativas técnicas e procedimentos advindos de outras ciências como forma de aprimorar os conhecimentos e entender com maior precisão a realidade pesquisada. As ciências sociais e a antropologia, em especial, vêm contribuindo consideravelmente com opções metodológicas específicas que instigam o pesquisador a adentrar um universo que não se limita apenas à coleta de dados quantitativos. Essa opção conta com elementos essenciais, como a capacidade e a sensibilidade do olhar do pesquisador de buscar resultados qualitativos, deixando-se guiar pelo campo e levando sempre em consideração o ponto de vista das pessoas envolvidas. Além disso, leva o pesquisador a tentar alcançar uma visão total dos fatos, ou, como prefere Marcel Mauss, a busca do "fato social total".

---

* Grande parte das discussões apresentadas neste texto integra o capítulo metodológico de minha dissertação de mestrado, intitulada *O tempo das águas: ciclos de vida entre as margens do Rio São Francisco, Pirapora/MG* – defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em fevereiro de 2011, sob orientação do professor Carlos Rodrigues Brandão –, e a participação na disciplina Fundamentos de Metodologia Científica, ministrada pelos professores Julio Cesar de Lima Ramires e Vera Lúcia Salazar Pessôa no segundo semestre de 2011.

Nesse sentido, enfocamos neste texto, em primeiro lugar, a importância da pesquisa qualitativa para as ciências humanas e buscamos na antropologia a etnografia como suporte metodológico para as pesquisas geográficas, pautadas em especial nas leituras de Malinowski (1978), Geertz (1989) e Angrosino (2009). Suas obras são referências em vários ramos das ciências sociais e convidam o pesquisador a experimentar uma pesquisa envolvente capaz de captar as singularidades do ambiente pesquisado.

Procuramos, portanto, traduzir o conceito e a aplicabilidade da etnografia, apresentando-a como um instrumento eficiente nos estudos qualitativos e evidenciando a importância de sua utilização nas pesquisas geográficas. Ela é explorada aqui para demonstrar que seus instrumentos proporcionam uma análise minuciosa e completa e uma participação ativa dos sujeitos pesquisados. Essa abordagem implica desvendar relações e interações por meio de ferramentas que envolvem o saber/pesquisar e orienta o pesquisador sobre as regras e cuidados que norteiam uma pesquisa etnográfica.

Em segundo lugar, apresentamos uma proposta metodológica de pesquisa que enlaça a geografia e a antropologia como forma de auxiliar pesquisadores que buscam trilhar esses caminhos. Denominamos essa interação de geoetnografia, que se caracteriza pela vivência do pesquisador com o ambiente pesquisado. Nesse caso, consideramos que a pesquisa se faz a partir do momento em que o pesquisador começa a pensar sobre ela, e não apenas quando inicia seu trabalho de campo. Da mesma forma, ela também não tem ponto final, mas uma pausa para pensar e até desconstruir certas afirmações.

Por fim, tecemos algumas considerações na intenção de contribuir para as discussões sobre o uso da pesquisa qualitativa, em especial da etnografia, na geografia. Assim, entendemos que cada degrau desse caminhar constitui um pilar importante na construção da pesquisa, conforme será exposto nos tópicos seguintes.

Pesquisa qualitativa: instrumentos e possibilidades

A pesquisa qualitativa vem sendo utilizada atualmente como um instrumento teórico-metodológico importante em estudos das ciências humanas e sociais e, mais raramente, das ciências da natureza, rompendo o paradigma da "quantificação" como método predominante na apresentação dos resultados da análise.

O processo histórico de utilização da pesquisa qualitativa teve suas raízes na antropologia, que introduziu os estudos etnográficos como um instrumento fundamental para a explicação dos fenômenos estudados. Essa pesquisa teve como precursores autores como Franz Boas e Malinowski, que realizaram longas pesquisas de campo fundamentalmente descritivas, considerando essencialmente o ponto de vista dos sujeitos

pesquisados. Triviños "reconhece a pesquisa etnográfica como uma forma específica de investigação qualitativa" (1987, p. 121).[2]

Godoy (1995a) afirma que somente nos últimos trinta anos a pesquisa qualitativa começou a ganhar espaço em outras áreas. Sugere que essa pesquisa deve obter os dados de forma descritiva, e não por meio da estatística. O que interessa nesse tipo de pesquisa é a forma como os dados são coletados, priorizando o contato direto do pesquisador com o objeto estudado, valorizando instrumentos como a entrevista, a análise documental e as observações diretas.

Ao longo dos anos, as pesquisas qualitativas têm evoluído e gerado grande diversidade de trabalhos e estilos de análise, com diferentes considerações quanto aos sujeitos. Segundo Triviños, existem três bases teóricas possíveis para essas pesquisas: a estrutural-funcionalista, a fenomenológica e a materialista dialética. "Por isso, o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apoie o pesquisador" (1987, p. 125).

Apesar das diferentes formas de investigação na pesquisa qualitativa, o papel do pesquisador torna-se indispensável, pois é ele o "instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados" (Godoy, 1995a, p. 62). Portanto, dadas as opções teórico-metodológicas, ele deve se preocupar com a forma como os dados são adquiridos, e não simplesmente com os resultados a serem alcançados.

Em outro artigo, Godoy (1995b) indica que, para melhor entendimento dos fenômenos estudados, é importante uma análise integradora, capaz de captar todos os pontos de vista relevantes a partir da perspectiva das pessoas envolvidas, a fim de que se entenda com clareza toda a sua dinâmica. Nessa perspectiva, a autora aponta três caminhos: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

A pesquisa documental requer uma análise minuciosa de materiais escritos, estatísticos e iconográficos. Nesse tipo de investigação, há algumas vantagens, como a possibilidade de estudos de pessoas às quais não temos mais acesso físico, a capacidade de conseguir informações sobre longos períodos de tempo e a originalidade na forma como os dados são apresentados. Sabemos, porém, que existem dificuldades para se fazer esse tipo de pesquisa, como a falta de acesso aos acervos, a complexidade da codificação das informações e a ausência de comportamentos não verbais. A análise do conteúdo tem sido um instrumento bastante utilizado para suprir as dificuldades encontradas.

Já o estudo de caso privilegia a análise minuciosa e profunda de um ambiente ou sujeito particular. Nesse tipo de pesquisa, é importante a apreensão completa do

[2] É importante ressaltar que outros autores, sobretudo antropólogos e sociólogos, consideram a etnografia um método de interpretação.

fenômeno em estudo, considerando suas dimensões, multiplicidades e divergências. O pesquisador tem de se valer de uma "variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação. Tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista" (Godoy, 1995a, p. 26).

A observação pode ser de caráter participante ou não participante. Na observação participante, o pesquisador participa ativamente de todas as atividades, o que torna a pesquisa interativa por natureza, sendo o pesquisador parte vivente do processo a ser estudado. De acordo com Brandão, a pesquisa participante deve "partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais ou coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações" (2006, p. 41). Nesse sentido, devemos considerar fonte do saber o conhecimento partilhado, dinâmico e integrador em uma relação de sujeito-sujeito, e não mais de sujeito-objeto. Já na pesquisa de observação não participante o pesquisador apenas observa, é espectador. Não é da natureza desse procedimento a interação ou a vivência, apenas a observação meticulosa e rigorosa do fenômeno a ser desvelado ou compreendido. Obviamente, essa não é a única diferença entre essas pesquisas, existe uma discussão acerca dos instrumentos usados tanto em uma quanto em outra. Para nosso objetivo aqui, convém apenas pontuar suas principais diferenças.

Por último, Godoy apresenta a pesquisa etnográfica como um recurso importante para as pesquisas qualitativas. Ela abrange a descrição e a interpretação de certo grupo, tendo como suporte principal o trabalho de campo. "O trabalho de campo é o elemento mais característico da pesquisa etnográfica" (1995b, p. 29). Somente com ele é possível que o pesquisador tenha um contato direto com a cultura do grupo estudado e procure decifrar seus signos e significados. Deve-se dar atenção tanto aos fatos mais amplos quanto às inter-relações singulares do local e das pessoas estudadas. Além disso, o pesquisador deve tentar relacionar os fenômenos observados e vividos com o conhecimento teórico a respeito de sua temática de pesquisa.

Nesse contexto, apresentaremos a seguir a etnografia como uma opção metodológica que pode ser seguida por interessados em pesquisas qualitativas envolvendo estudos culturais.

A pesquisa etnográfica

No capítulo de abertura de seu livro, originalmente publicado em 1922, Malinowski apresenta uma descrição dos instrumentos utilizados na coleta do material etnográfico referente às pesquisas realizadas entre os nativos das Ilhas Trobriand, uma população de 1.200 melanésios da costa nordeste da Nova Guiné, durante a década de 1910. Pouco tempo depois, essa apresentação passou a ter lugar privilegiado na

antropologia, provocando uma verdadeira revolução nos referenciais teóricos e nos objetivos gerais da disciplina, sendo considerada por muitos um padrão original e exemplar em termos metodológicos.

Em *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1978), Malinowski demonstra que, para entender os aspectos da cultura da vida nativa, devem-se estudá-los de maneira total, por meio da análise de seus fenômenos e instituições, conforme técnicas específicas de descrição, compreensão e aprimoramento de informações, adquiridas com a prática da etnografia.

Seu estudo etnográfico visava produzir uma "visão autêntica da vida tribal" e foi mediado pela capacidade de ultrapassar alguns obstáculos e de satisfazer certas regras. Do lado dos obstáculos, ele citou tanto a falta de domínio da língua nativa, sem o qual não se atingiria o "significado intrínseco da vida tribal", quanto os "preconceitos e opiniões" dos "outros homens brancos" que viviam na região, além das dificuldades de inserção do pesquisador na comunidade local. Essas dificuldades foram sentidas pessoalmente por ele em seu primeiro trabalho de campo, durante alguns meses entre os magis da Nova Guiné, conduzido basicamente com a ajuda de intérpretes e com o etnógrafo morando fora da aldeia.

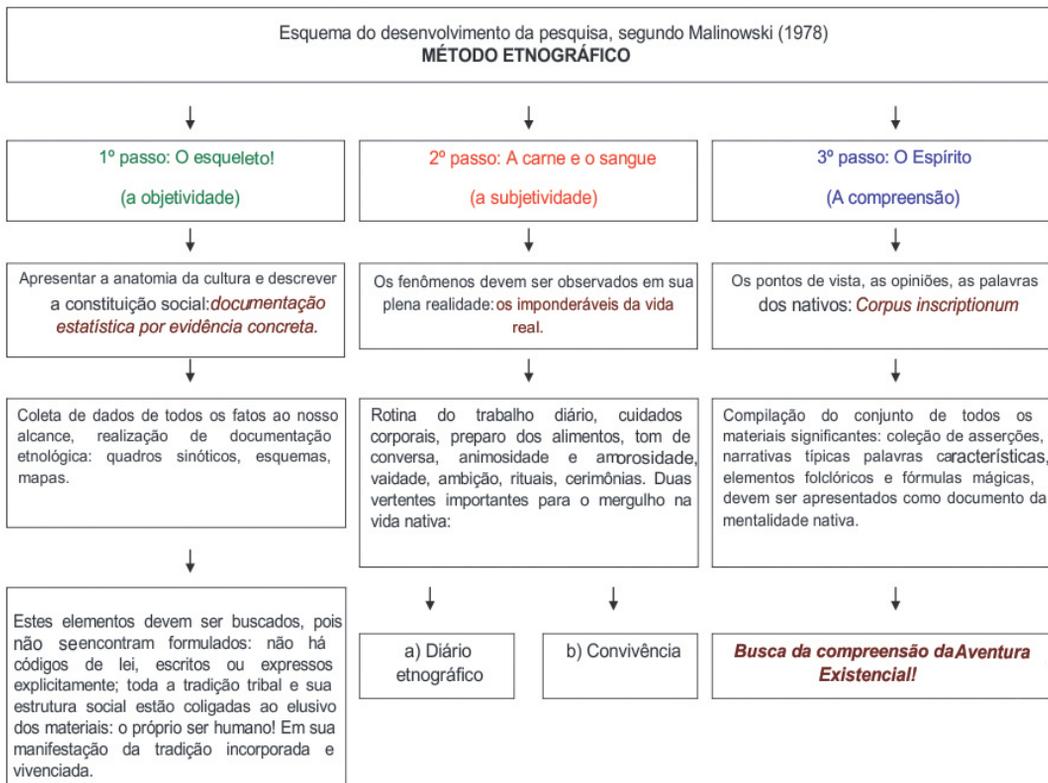
O autor afirma que é preciso aprender o idioma nativo, "afastar-se da companhia de outros homens brancos" e transferir-se para dentro da aldeia. A partir disso, é possível configurar as condições para um "relacionamento natural" entre o etnógrafo e os nativos, a tal ponto que o primeiro deixaria de "representar um elemento perturbador na vida tribal que devia estudar" (1978, p. 21). Tais condições propiciariam ainda ao etnógrafo uma visão em tempo integral e exaustiva do cotidiano nativo. "Tudo que se passava no decorrer do dia estava plenamente ao meu alcance e não podia, assim, escapar à minha observação" (p. 22).

Assim, ao lado das regras, o trabalho de campo estava devidamente integrado às problematizações teóricas, propiciando ao etnógrafo um "contato o mais íntimo possível" com o grupo estudado e permitindo-lhe "tomar parte na vida da aldeia". Desse modo, esse autor fornece os dados que cumpririam os objetivos da pesquisa etnográfica por meio de seus "três caminhos": a documentação estatística por evidência concreta, a atenção aos "imponderáveis da vida real" e a elaboração de um *corpus inscriptionum*.

Cada um dos três caminhos corresponde a uma tarefa determinada, com a produção de registros específicos: *as regras sociais*, apresentadas por meio de quadros sinóticos, recenseamentos e mapas; *os comportamentos reais*, detalhados e minuciosamente descritos nos diários etnográficos; a *mentalidade nativa*, preservação do idioma nativo, registros por meio de transcrição de palavras e asserções características, narrativas típicas.

A apreensão das regras, dos comportamentos e das categorias de pensamento sugere "três caminhos", três tarefas e até três registros distintos do trabalho antropológico.

Malinowski apresenta a primeira tarefa como referência a um "princípio geral", que logo se transforma em um dos aspectos da etnografia, já que se trata apenas da dimensão "legal", o que "é permanente e fixo". Posteriormente, ele exige que apreendamos a forma como os nativos vivem suas tradições por meio de exemplos bem concretos, convertendo logo a tarefa no registro de sua "vida real". E, por fim, sugere uma atenção específica ao acesso aos "estados mentais" dos nativos, ainda que o encaminhamento que confere ao problema não seja seu interesse maior.

O modo como Malinowski formula a pesquisa etnográfica está alicerçada em um conjunto único e indissociável, interpretado da seguinte forma: o esqueleto; a carne e o sangue; e o espírito. Esses três fatores sugerem, mais do que simplesmente a imagem de um ser orgânico, a sobreposição de camadas que não perdem, cada qual, sua constituição própria. O esquema 1 representa uma análise dessas três etapas de desenvolvimento da pesquisa etnográfica.

Fonte: Malinowski (1978).
Organização: Maria das Graças C. Cunha (2007).

Esse esquema sugere caminhos importantes para uma pesquisa etnográfica ser bem-sucedida e ter seus resultados científicos dispostos de maneira eficiente. Ela deve abarcar, em primeira dimensão, a objetividade mais visível e concreta do fato ou fenômeno estudado; posteriormente, a subjetividade, que compreende as relações sociais imbricadas na vivência cotidiana; e, por fim, a compreensão que os sujeitos pesquisados produzem sobre os fatos sociais e/ou os fenômenos estudados.

Portanto, o esqueleto compreende os fatos concretos, obtidos por meio de levantamento de dados. A carne e o sangue retratam o modo cotidiano de viver, o fluxo regular dos acontecimentos diários, demonstrações de alegria em relação a uma festa, cerimônia ou fato peculiar. Essa dimensão, segundo Malinowski (1978), só pode ser alcançada a partir da convivência íntima com os nativos. Já o espírito corresponde ao modo de pensar e agir dos nativos, isto é, à maneira como eles explicam a própria realidade de "seu" mundo e à forma como o pesquisador interpreta esse comportamento. Para o autor, alcançar essas três dimensões constitui a essência da pesquisa.

Uma das qualidades da etnografia de Malinowski (1978) é a precisão em transmitir para o leitor a sensação de "estar lá". Ele relata sua experiência de contato com os nativos de forma envolvente e detalhada, citando, para isso, algumas condições adequadas para a realização da pesquisa etnográfica. O pesquisador deve, antes de mais nada, "procurar afastar-se da companhia de outros brancos, mantendo-se, assim, em contato o mais íntimo possível com os nativos". Ele evidencia a importância de estabelecer uma base na residência de um branco "suficientemente longe para que não se torne um local de moradia permanente" (p. 21), mas de onde ele possa sair a determinadas horas, para visitar a aldeia.

Segundo Malinowski, é importante permanecer na aldeia porque "é enorme a diferença entre relacionar-se esporadicamente com os nativos e estar efetivamente em contato com eles" (p. 22). Para o etnógrafo, significa que ele deixa de ser um "elemento perturbador" que, com a própria aproximação, alterava a rotina diária dos nativos que pretendia estudar. Então, morar na aldeia com o interesse de acompanhar a vida nativa é como observar verdadeiramente a carne e o sangue de cada um e projetar o esqueleto de suas construções abstratas.

Além disso, o etnógrafo deve trazer consigo o maior número de problemas possível e ter o hábito de formular teorias que possam ou não ser contestadas pelos fatos. Saber enunciar problemas e procurar desvendá-los constitui uma das maiores ferramentas de um pesquisador preocupado com o improvável da vida cotidiana.

Lembremos que essas orientações proclamavam constituir um "relato das condições sob as quais foram feitas as observações e coletadas as informações", cumprindo

uma exigência da metodologia científica (p. 18). Mas elas também destinavam-se a mostrar que o etnógrafo "entrara realmente em contato com os nativos".

Segundo Malinowski (1978), o objetivo básico da pesquisa etnográfica de campo é mostrar nítida e claramente a constituição social e separar leis e regularidades dos fenômenos naturais daquilo que for irrelevante. O estudo é feito por meio de perguntas em situações reais e/ou hipotéticas; somente desse jeito os nativos conseguem discorrer sobre o tema proposto. Deve-se observar o comportamento das pessoas, porque assim é possível descobrir o comentário sobre determinado assunto contido na mente do nativo.

Seja como for, uma questão permanece sem resposta definitiva: como fazer falar sobre si um saber que se construiu, em termos de seu objeto e de sua metodologia, em um discurso sobre o outro? Ou como fazê-lo dizer algo diretamente sobre nós mesmos?

Malinowski (1978), em sua descrição etnográfica, buscou interpretar povos distantes; seus estudos foram capazes de descrever a vivência de pesquisa, mas não avançaram na teorização da totalidade dos fatos pesquisados.

Assim como Malinowski (1978), o antropólogo norte-americano Geertz (1989) priorizou o uso da "prática da etnografia" em seus estudos culturais. Ele avançou em um ponto importante, esclarecendo que a etnografia não deve ser utilizada para "estabelecer relações, selecionar informações, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário"; deve ser definida como um "esforço intelectual", que visa a uma "descrição densa" da realidade pesquisada (p. 4). Segundo ele, "fazer a etnografia é como tentar ler um mosaico estranho" (p. 7).

Apesar do marco histórico desses dois antropólogos, as pesquisas etnográficas não pararam no tempo e muitos outros pesquisadores continuaram trabalhando e aprimorando o conceito. Recentemente, podemos citar autores como André (1995, 1997, 2008), Angrosino (2009), Brandão (1995, 2006), Hammersley e Atkinson (1994) e Moreira e Caleffe (2006), que buscam formas, técnicas e enfoques específicos para se trabalhar a etnografia em diferentes abordagens e áreas do conhecimento.

Angrosino destaca que "a etnografia é a arte e a ciência de desvendar um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças" (2009, p. 30); requer, portanto, uma pesquisa minuciosa da vida cotidiana de um grupo ou de uma comunidade. Segundo o autor, isso envolve a experiência do pesquisador, que é ao mesmo tempo "participante subjetivo" e "observador objetivo".

Segundo esse mesmo autor, a etnografia pode ser trabalhada tanto como método quanto produto de pesquisa. O método etnográfico requer pesquisa de campo, longo período de tempo (variando de semanas a meses ou até a anos), é personalizado (o pesquisador é participante/observador), multifatorial (utiliza técnicas diferenciadas de coletas de dados), indutivo (descrição/explicação), dialógico (busca discutir os dados com os informantes) e holístico (visão do todo) (p. 31). Já como produto, a etnografia

"é uma narrativa sobre a comunidade em estudo que evoca a experiência vivida daquela comunidade e que convida o leitor para um vicário encontro com as pessoas" (p. 34).

Brandão (1995, 2006) traz em suas obras exemplos bastante interessantes de como a pesquisa etnográfica pode ser aplicada. Utiliza quatro grandes pilares que norteiam a pesquisa: as práticas do fazer, as éticas do agir, as lógicas do pensar e o universo simbólico. Essas fases constituem a essência da pesquisa. Para ele, as práticas do fazer estão alicerçadas nos saberes populares e na vida cotidiana da comunidade; logo, envolvem a descrição dos atores, das cenas e dos cenários da pesquisa. As éticas do agir referem-se ao comportamento individual e/ou coletivo que rege a vida comunitária; são as regras, as gramáticas e os códigos sociais específicos do ambiente pesquisado. As lógicas diferenciadas do pensar remetem ao sentimento identitário e à sua representação social; são formas próprias de pensar e agir perante o outro. Já o universo simbólico abarca a maneira como o indivíduo vê o mundo e se coloca nele; ele retrata, por exemplo, seu pensamento ideológico com relação a crença, religião etc.

Assim como outras ciências, a etnografia adquire, a cada dia, papel importante nos trabalhos relacionados à geografia humana e constantemente vem sendo utilizada nos estudos envolvendo pesquisas culturais. Apesar de haver uma variedade de outros autores que trabalham com essa temática, tomamos os estudos de Malinowski (1978), Geertz (1989) e Angrosino (2009) como os principais aportes teóricos e metodológicos para o desenvolvimento das pesquisas etnográficas.

A seguir, apresentaremos uma proposta de pesquisa que busca intercalar os procedimentos etnográficos com o olhar geográfico, tendo como eixo norteador o pesquisador participando ativamente do ambiente pesquisado, o que denominamos de geoetnografia.

A experiência da pesquisa geoetnográfica

As reflexões teóricas e metodológicas se fazem presentes na geografia, visto que nós, pesquisadores, temos o objetivo de aprimorar nossos conhecimentos e superar os desafios que nos são lançados. Quando optamos pelos estudos qualitativos, estamos lidando com uma dupla obrigação: em um primeiro lugar, com nossos compromissos de pesquisa; e, em segundo, com as pessoas pesquisadas. Estas deixam de ser meramente "objetos de pesquisa" para ser protagonistas de nossos estudos, "sujeitos da pesquisa" que interagem e dão voz.

Neste texto, propomos traçar uma estratégia de análise, visando contribuir com pesquisas que buscam compreender os significados das ações, dos comportamentos, das relações e dos modos de vida de sujeitos e/ou grupos sociais. Apresentamos um exercício metodológico de pesquisa que tenta enlaçar a "prática da etnografia" e o olhar

geográfico. Trata-se de um esforço decorrente da necessidade de abarcar novas visões, o qual lança um olhar curioso, penetrante e aberto a significados diferentes, a fim de articular saberes e pessoas, informações e lugares.

Passaremos, a partir de agora, a trilhar os caminhos e momentos de uma pesquisa geoetnográfica. Salientamos que o objetivo maior dessa proposta é buscar entender pela visão “deles”, de como “eles dizem” e sobre a forma “como eles vivem”. Para tanto, listamos algumas etapas que julgamos importantes para a validação da pesquisa, apresentada da seguinte forma: o *estar aqui*, o *ir*, o *estar lá* e o *voltar de lá*.

Essas etapas servem como um roteiro imaginário e compreendem os momentos de pesquisa a serem vividos pelo pesquisador: os preparativos de “ida” ao campo, o caminho percorrido, os dias vividos, a despedida do campo, o caminho de volta e, por fim, as reflexões. Todo esse universo compreende momentos importantes e indissociáveis da pesquisa geoetnográfica.

O lá – o imaginado

Este é o primeiro momento para se pensar a pesquisa de campo. Nessa etapa, o pesquisador procura descrever e/ou imaginar de maneira bem genérica a região e/ou o local a ser pesquisado. Aparecem visões muito amplas e diversificadas dos fatos, com o propósito de direcionar a problemática da pesquisa. É o olhar de fora, o que denominamos como o imaginado.

O aqui lá – falando dos de lá

Definido como uma pré-noção daquilo que se sabe sobre o ambiente e as gentes a serem pesquisadas. Momento em que o “eu pesquisador” analisa de longe como são as pessoas, as casas e o lugar a ser pesquisado. Normalmente, são feitas leituras prévias sobre o que se pesquisa e a forma como se pesquisa. Ainda prevalece uma visão parcial dos fatos, entendida apenas pelo que foi colhido em pesquisas anteriores ou, ainda, pelo que foi dito pelos que já conhecem o local e/ou as gentes pesquisadas.

O chegar lá – o primeiro olhar

A partir daqui, contamos com o fato concreto, a chegada ao universo da pesquisa. Realizamos não só o campo de descrição, a vista totalitária, o contato, a descoberta, as indagações, o pensar, mas também o agir, o procurar, o investigar, o analisar e, acima de tudo, o observar. Devemos, inicialmente, ter um olhar atento sobre o local da pesquisa, analisada por uma visão intencionalmente espontânea e genuína dos cenários e fatos a

serem pesquisados. O “estranhamento”, a desconstrução, os questionamentos são passos importantes nesta etapa. Tudo o que parece normal e rotineiro passará a ser observado como diferente, desmascarando possíveis julgamentos prévios.

O estar lá – o vivido, o sentido e o colhido

É a pesquisa de campo propriamente dita, em que estão relacionadas todas as ferramentas utilizadas na pesquisa: o vivido, o sentido, o colhido, enfim, a pesquisa concreta. Lançamos nossas indagações, nosso olhar crítico sobre o que deverá ser investigado. É neste momento que o pesquisador coloca em prática todas as suas técnicas e instrumentos de pesquisa previamente selecionados. Porém, ele deve estar preparado para os “imponderáveis da vida real”. Muitas previsões podem ser superadas pela vivência em campo. O pesquisador deve saber adaptar-se aos costumes, ao conhecimento local e aos ensinamentos dos pesquisados; afinal, cada grupo ou comunidade se relaciona de forma particular com os “seus” e com os “outros”. Esse contato deve sempre ser cuidadoso e sutil, como forma de respeito e valorização do lugar e das pessoas envolvidas na pesquisa. É importante que o pesquisador tente abarcar uma “descrição densa” daquilo que se vê e, principalmente, que se pesquisa.

O voltar de lá – as experiências observadas

São as análises, considerações e mudanças advindas com a vivência no campo que instigam o pesquisador a pensar sobre as contribuições acerca do que foi visto, coletado e das futuras reflexões sobre o que foi pesquisado. Esta é uma etapa de estruturação e tabulação dos dados, em que se procura entender o quanto a pesquisa e o material colhido em campo podem ser significantes para os rumos do trabalho. Todas as experiências vividas servem como reflexões para a construção da pesquisa. Relacionar observações, integrar momentos diferenciados e prever novas perspectivas servem como suporte na busca por novas e originais análises.

O eu aqui – as contribuições e reflexões e a geoetnografia

Momento de o pesquisador analisar criticamente todos os dados colhidos pensando nos objetivos propostos pela pesquisa. Fase em que as observações do comportamento e o resgate da memória dos pesquisados são dispostos considerando a interatividade entre o “eu” pesquisador e os “outros” pesquisados. Etapa final da pesquisa, em que é importante estruturá-la e fundamentá-la não apenas em teorias antropológicas, filosóficas e geográficas, mas também em um olhar pautado nos relatos das experiências

vividas. A mudança interior adquirida com a vivência com os "outros", em muitos casos, é incorporada à pesquisa. Lembramos ainda que, além dos resultados acadêmicos esperados, é importante pensar em opções apropriadas de retorno da pesquisa para as pessoas envolvidas.

Essas etapas de ordenamento metodológico justificam-se no pensamento de Geertz (1989). Ele esclarece que toda pesquisa parte da busca de um saber entendido pela visão de um *eu* visto sobre e através de *outro*, conduzido pelo olhar que cada um pretende seguir e entender. Assim, a sequência da pesquisa obedece ao critério de análise, interação e interpretação do "sujeito pesquisador" sobre o lugar e os "sujeitos pesquisados". Essa sequência deve ser entendida e analisada de forma integrada e indissociável, sempre levando em consideração que toda pesquisa impõe desafios e cabe ao pesquisador saber tirar proveito deles.

É importante frisar que um dos requisitos para a realização da pesquisa geoetnográfica está em estabelecer um afastamento, uma desnaturalização do cotidiano observado, para depois, em outro momento, retraduzir o que foi investigado em uma linguagem de novo familiar. A proposta é uma viagem em dupla direção, transitando sempre pelo que é real, visível, e pelo que é abstrato, imaginário – sempre construindo e desconstruindo.

Algumas considerações

Neste texto, apresentamos possibilidades de investigação que privilegiam a pesquisa qualitativa, conforme enfatizado por Godoy (1995a, 1995b) e Triviños (1987). Salientamos, porém, que os caminhos apresentados nem sempre precisam ser trilhados de forma separada e distinta. Cabe ao pesquisador escolher de maneira criteriosa e criativa os melhores instrumentos a serem aplicados em suas pesquisas, levando sempre em consideração a validade na coleta dos dados, sejam eles qualitativos ou quantitativos.

Atualmente, a interação de técnicas vem sendo bastante utilizada em trabalhos de pesquisa. Especialmente na geografia a abordagem qualitativa vem ganhando grande destaque, com a adoção de instrumentos de investigação dos mais variados tipos, de acordo com o tema de interesse e as novas possibilidades de análise apresentadas.

Nesse caso, tomamos como referência a etnografia por oferecer um universo bastante diversificado de possibilidades de análise. Recorremos à antropologia para apresentar os principais meios utilizados nas pesquisas etnográficas. Obviamente, com o passar dos anos, as pesquisas vêm se tornando cada vez mais condensadas e têm curto espaço de tempo para sua realização. Por isso, não propomos realizar uma experiência semelhante à que viveram Malinowski, Geertz e muitos outros antropólogos em ter-

mos temporais, mas, sim, apresentar a utilização de técnicas e instrumentos associados à etnografia para demonstrar que ela pode ser utilizada pelos mais improváveis meios.

Sabemos, porém, que esse instrumento deve ser utilizado com cautela por requerer do pesquisador um olhar minucioso do ambiente e dos fatos pesquisados. A etnografia entrelaça a percepção, a observação e as considerações críticas sobre o "que" e "quem" se pesquisa. Além disso, o pesquisador necessita de tempo e disposição suficientes para planejar e coletar seus dados, procurando utilizá-los de forma criativa e instigante. Esse processo exige uma "descrição densa" (Geertz, 1989), o mais detalhada possível, que perpassa pelo que Malinowski (1978) denominou de esqueleto, carne e sangue e espírito da pesquisa, ou, como prefere Brandão (1995, 2006), as práticas do fazer, as éticas do agir, as lógicas do pensar e o universo simbólico.

Apesar dos inúmeros caminhos, um intenso trabalho de campo é a maior arma de uma pesquisa etnográfica. De acordo com a realidade estudada, cada pesquisador pode escolher livremente seus instrumentos de pesquisa, que podem ser os mais variados possíveis: pesquisa participante, entrevistas livres e/ou semiestruturadas, levantamento de dados primários, questionários, diário de campo, mapas mentais, croquis, fotografias, descrição etc. Todos esses recursos podem ser utilizados em conjunto ou separadamente, a depender da necessidade de cada pesquisa, e auxiliam os estudos etnográficos.

A título de contribuição, apresentamos uma proposta metodológica de pesquisa embasada na geografia e nos estudos etnográficos advindos da antropologia. Ela orienta o pesquisador a respeito das etapas que devem ser seguidas durante a realização da pesquisa e dos diferentes olhares e enfoques a serem tratados. Trata-se de uma linha do tempo que começa muito antes da pesquisa de campo propriamente dita e que não finaliza com as reflexões finais e/ou parciais.

Essa proposta leva em consideração o ideal do encontro entre mundos diversos, ou seja, entre "nós" e "eles". Pensamos sempre que é necessário que as pesquisas sobre "eles" encontrem fórmulas que proporcionem um pensar sobre "nós". E, inversamente, é preciso que as pesquisas sobre "nós" incorporem as noções que foram e continuam a ser desenvolvidas para pensar sobre "eles".

Essa perspectiva supõe dois movimentos simultâneos. Por um lado, incorporamos a antropologia, com estudos sobre as sociedades primitivas, tradicionais, simples. Nesse caso, consideramos apenas as aproximações metodológicas consagradas na noção de pesquisas etnográficas densas. Por outro, afirmamos ser imprescindível que se estabeleça um diálogo entre a geografia e o que produzimos hoje sobre uma infinidade de metodologias e mediante uma variedade de técnicas. Só podemos entender nossa realidade de pesquisa considerando o que aprendemos e continuaremos a aprender

com olhares distintos e até singulares. A pesquisa geoetnográfica é um caminho que se delineia com o fazer/pesquisar.

Por fim, para que as pesquisas geográficas qualitativas obtenham cada vez mais credibilidade, devemos salientar que cabe ao pesquisador optar por ferramentas metodológicas adequadas à sua realidade de pesquisa. Aliado a isso, é importante que ele se preocupe com a análise minuciosa e coerente dos dados coletados e, ainda, apresente formas de devolução dos resultados alcançados para a população ou o ambiente pesquisado.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. "Avanços no conhecimento etnográfico da escola". In FAZENDA, Ivani (org.). *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. Campinas: Papirus, 1995, pp. 99-110.

——. "Tendências atuais da pesquisa na escola". *Cadernos CEDES*, Campinas, dez. 1997, v. 18, n. 43, pp. 1-9.

——. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 2008.

ANGROSINO, Michael. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRANDÃO, Carlos R. *A partilha da vida*. Taubaté: Cabral, 1995.

——. "A pesquisa participante e a participação da pesquisa". In — e STRECK, Danilo R. (orgs.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006, pp. 21-54.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GODOY, Arilda S. "Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mar.-abr. 1995a, v. 35, n. 2, pp. 57-63.

——. "Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mai.--jun. 1995b, v. 35, n. 3, pp. 20-9.

HAMMERSLEY, Martyn e ATKINSON, Paul. *Etnografía: métodos de investigación*. Barcelona: Paidós, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Milanésia*. Tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça, revista por Eunice Ribeiro Durham. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores.)

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE Luiz G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. "Pesquisa qualitativa". *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987, pp. 116-73.

Nas tramas do discurso: possibilidades teóricas e metodológicas em Michel Foucault

Geraldo Inácio Martins
João Cleps Junior

O termo discurso é polissêmico. Ele está inscrito em nosso cotidiano e, às vezes, ligado ao simples ato da fala, ou é visto, em certas situações, com sentido negativo. Isso é observado em alguns sinônimos comumente dados a ele: palavras ditas sem uma ordem de verdade; estratégia política no intuito de angariar votos etc. Em outras palavras, o discurso é entendido como superficial, sem referência à história, sem uma referência geográfica. Palavras ditas e esquecidas por não possuírem uma proposição verdadeira.

É certo, o discurso referido pelos analistas não é esse do cotidiano, vazio em seu acontecimento. Ao contrário, refere-se a um conjunto de enunciados produzidos no seio da história, dentro de uma referência espacial e, sobretudo, de um conjunto complexo de saber e poder. O discurso, porém, não se esgota no campo da semântica; está nele, mas o ultrapassa, em virtude do jogo de correlações, dos efeitos de sentido, dos sujeitos possíveis e das estratégias imbuídas em seu fazer.

Nesse sentido, como demarcar a linha que separa (ou une) o discurso do "senso comum" daquele (ou àquele) ao qual se referem os analistas? Considerando que seja possível fazer essa distinção, como e por quais meios é possível fazer a análise do discurso? Uma resposta provisória: o discurso, além de um conjunto de enunciados produzidos historicamente, pressupõe um corpo teórico conceitual. Esse corpo teórico

é cortado e delimitado por outros conceitos: enunciado, formação discursiva e arquivo, que fazem do discurso uma complexidade.

É pensando nessa complexidade que escrevemos este texto, cuja proposta é refletir, por meio do arsenal teórico-metodológico da análise do discurso, sobretudo com a contribuição de Michel Foucault, sobre o intrincamento de discurso/enunciado/arquivo. Trata-se de um exercício teórico sobre o discurso, mas, principalmente, de uma tentativa de refletir sobre os caminhos pelos quais é possível aproximar a análise do discurso e a geografia. A referência principal são os conceitos forjados, originalmente, na obra *Arqueologia do saber*, mas que ganharam espaço nas discussões referentes à análise do discurso. A questão norteadora é saber em que medida esses conceitos ajudam a pensar os discursos em sua multiplicidade.

Analisar o discurso supõe, em primeiro lugar, analisar a sutil relação de posições de sujeitos e a produção de sentidos. Supõe ainda um objeto em sua materialidade (o discurso) e um dispositivo pelo qual se examina a materialidade discursiva. Há também, no próprio exercício de análise, múltiplas posições assumidas pelo sujeito, e, nesse caso, o lugar ideológico do qual se fala tem implicações importantes. A esse respeito, destacamos:

- A análise do discurso tem como campo privilegiado a linguística e a história. É nelas, e pelo intrincamento dos conceitos produzidas em seu interior, que o arsenal teórico e metodológico da análise do discurso assume um regime de "estabilidade". Logo, o empreendimento proposto aqui requer acuidade no tratamento dos conceitos operados, porque a escrita deste texto não parte do lugar da análise do discurso, ou do analista do discurso, nem do linguista, nem do historiador propriamente, mas do lugar da geografia com seus conceitos e determinações.
- Mesmo ciente da necessidade de um cuidado maior com os conceitos por eles pertencerem a outro campo de reflexão, há sempre o risco de reduções. Até porque não é possível, simplesmente, fazer a transposição de alguns conceitos.

Ciente dos riscos e da riqueza analítica da análise do discurso, cabe dizer que a geografia não tem se preocupado, em raras exceções, com os elementos da linguagem. Isso ocorre, em primeiro lugar, em função dos fechamentos dos latifúndios conceituais. Em segundo, por causa das dificuldades em compreender que, por detrás de uma geografia material, há sempre uma geografia discursiva. Nesse sentido, ir à história, à linguística ou aos analistas do discurso, propriamente, é trazer para os que se preocupam com a relação homem-natureza outros olhares, outras possibilidades. Afinal, o homem

com qual nos preocupamos é múltiplo, e nessa multiplicidade a linguagem assume um papel importante na leitura de mundo empreendida em cada sociedade.

Dos conceitos... Discurso, o tecido de relações

O discurso é um complexo de temas, conceitos, estratégias, posições de sujeito, modalidades enunciativas e objetos. Há uma complexidade inerente ao discurso, em relação à história, à língua, aos sistemas de interdições e ao jogo de sua apropriação. Ele é formado por um conjunto de elementos que fornecem as possibilidades de correlação com outros discursos e, também, por aqueles que impõem limites em sua ação. Diante disso, surge a dúvida: como é possível apreender o discurso dentro do jogo de complexidade que lhe é inerente?

Há ao menos duas respostas possíveis. A primeira é que é preciso tomar o discurso como algo "dado", mas que esconde por detrás de si vozes murmurantes, os "não ditos" ou os ditos sem querer. O discurso é um edifício de longa duração construído dentro da continuidade histórica. No exercício de análise, pergunta-se a ele próprio o que esconde, esquecendo-se do que está "dito"; de reconstruir o que se fez, pensou e produziu em dada época. No entanto, esse modelo de pensamento retira a complexidade inerente ao discurso.

A segunda resposta é que o discurso é determinado e determinante, determina escolhas de uma rede teórica, é descontínuo em sua própria continuidade. Em vez de uma suposta coerência interna, há rupturas e apagamentos. O discurso é determinado pelo jogo de relações que formam seu objeto, pelas modalidades de enunciação e pelas práticas discursivas. No exercício de análise, a indagação tange o porquê dessa materialidade discursiva, e não de outra em seu lugar. Trata-se de indagar as condições de existência dos "campos associados" ao discurso, a "função" e o *status* dele. Enfim, o discurso é a materialidade dada, mas é compreendida no tecido de relações que lhe determinam.

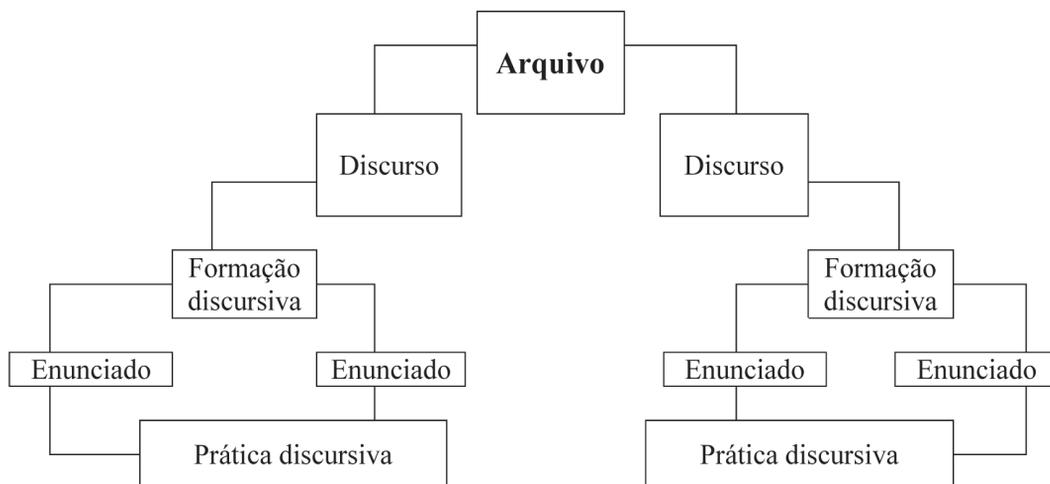
Ambas as respostas se referem às reflexões de Foucault. A primeira apresenta elementos de suas críticas, categorias postas em suspenso por pressupor sínteses fabricadas e aceitas sem qualquer exame crítico. A segunda é a construção de uma rede teórica para questionar essas categorias e o *status* de continuidade esboçado. Nesse caso, em vez de massa inerte, o discurso é apreendido como uma prática que suscita outras, como um campo recortado por outros elementos.

Há um motivo claro para as críticas. Ao colocar certas categorias em suspenso, como as noções de tradição, desenvolvimento, evolução etc., Foucault pretende "a *descrição pura dos fatos de discurso*" (Foucault, 2000a, p. 92, grifos do autor). Isso porque há benefícios nesse exercício. Ao retirar as determinações formuladas *a priori*, agrupa-

mentos novos têm potencial de existir. Estes podem revelar relações não suspeitas até então, abrindo-se, assim, um campo rico para análises e correlações. Além disso, ao deixar os elementos do discurso em seu próprio nível, surgem mecanismos pelos quais é possível tratar os elementos discursivos e os não discursivos, como os de ordem técnica, política, econômica etc. E, por último, ao deixar o discurso dentro de sua própria instância, ficam em evidência os elementos que o constituem.

Há, no campo do discurso, uma hierarquia conceitual bem definida. Nessa hierarquia, há outras por meio de conceitos que necessitam de adicionais. Por isso, referir-se ao discurso é, sempre, referir-se a um conjunto de vicissitudes que se insinuam, mas nunca se revelam sozinhas. A fim de demonstrar esse indício de hierarquia, elaboramos o organograma 1.

Não há em Foucault, como ele mesmo adverte, uma teoria da formação do discurso, nem um pressuposto metodológico definitivo. Todavia, em suas análises, ele desenha *tramas* conceituais, aquelas a partir das quais é possível analisar o discurso em sua constituição. Para isso, é preciso, antes, detalhar os demais conceitos que margeiam a unidade discursiva. Em outras palavras, dentro da proposta do autor, há outros conceitos necessários à compreensão do fato discursivo. Entre eles, as formações discursivas, o enunciado e o arquivo ganham relevo.

Organograma 1 – Rede do discurso conforme Foucault

Fonte: Foucault (2012).
Organização: Geraldo Inácio Martins (2012).

Nesse campo de hierarquia e, ao mesmo tempo, de dependências múltiplas (conforme o organograma 1), os conceitos têm, cada um, seu *status* e sua função e correspondem a meios e espaços pelos quais é possível pensar o campo discursivo. A esse respeito, podemos citar, por exemplo, o próprio conceito de discurso, compreendido como "um conjunto de *enunciados*, na medida em que se apoie na mesma *formação discursiva*" (Foucault, 2012, p. 143, grifos nossos). Portanto, para pensar o discurso, é preciso, antes, pensar os conceitos de formação discursiva e de enunciado.

Ao observar mais uma vez o organograma 1, fica claro que a base para a formação dos enunciados é a prática enunciativa. Para Foucault, prática discursiva é um conjunto de regras históricas construídas em determinado tempo-espaço "que definiram, em dada época e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa" (p. 143). A rigor, elas se referem às condições históricas nas quais um conjunto definido de enunciados teve condição de existência. Por serem "anônimas", há sempre a dificuldade de demarcá-las. No entanto, são o plano de sustentação sobre o qual se ergue o edifício do discurso.

Erguido na prática discursiva, o enunciado é, primeiro, um conjunto de elementos dessa prática. Essa definição é, por si mesma, limitada, sobretudo ao observarmos o sentido que Foucault oferece ao termo: o enunciado como um acontecimento discursivo. Acontecimento esse "que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente" (p. 34). Apesar de ser um elemento da língua e de ter um efeito de sentido, o enunciado rompe essas fronteiras por ter seu regime de existência. Em qualquer língua, é possível formar um conjunto infinito de formulações; no plano discursivo, há sempre um conjunto finito de enunciados. Por ter esse caráter de raridade, todo enunciado é tomado como acontecimento.

Nesse sentido, o enunciado não é em si uma unidade, mas uma "função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço" (p. 105). São essas funções que regulam as condições de existência dos enunciados, e nelas estão as regras que os controlam. Dentro de um enunciado, há sempre: (1) um referente; (2) uma posição de sujeito; (3) um campo associado; e (4) uma materialidade:

1. O referente: forma "o lugar, a condição, o campo de emergência"; é o conjunto de relações colocadas em campo por meio do próprio enunciado. Tem como base o próprio objeto a partir do qual se fala, ou melhor, a partir do qual se estabelece um princípio de correlação. Esse correlato, porém, não é um sujeito ou uma frase em específico, mas um campo complexo sobre o qual se traçam certos domínios. Entre estes, destacam-se: a) "objetos materiais"; b) "objetos fictícios"; c) "localizações espaciais e geográficas"; d) objetos que existem "na mesma escala de tempo em que se formula o enunciado"; e e) "objetos que per-

tencem a um presente" (pp. 110-1). Perfilando no enunciado, esses domínios são os elementos que ditam as leis, as possibilidades e as regras para os objetos nomeados no enunciativo.

2. A posição de sujeito: dentro da função enunciativa, os sujeitos assumem posições distintas conforme os enunciados. Isso acontece, primeiro, porque estes não são frutos de um sujeito transcendental, o dono do que diz ou produtor de seu discurso. Em seguida, porque essas posições são móveis, ganham dinâmica de acordo com as práticas discursivas (quando nos referirmos à formação discursiva e à função enunciativa, a discussão sobre a posição de sujeito será detalhada).
3. O campo associado: um enunciado tem, em suas margens, outros enunciados. Os enunciados não existem isolados, mas sempre no interior de um campo de correlações constituído a partir de: (a) "outras formulações" dentro do mesmo campo em que o enunciado se inscreve; (b) um "conjunto de formulações a que o enunciado se refere"; e (c) um "conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão" (pp. 119-20). Nesse sentido, forma-se aqui o campo de relações históricas entre os enunciados: todo enunciado supõe outros, anteriores e ulteriores. Há, portanto, possibilidades de *recorrências*, seja para reafirmar, negar ou modificar os enunciados de outrora.
4. A materialidade: "o enunciado precisa ter substância, um suporte, um lugar e uma data". É graças a esse regime de materialidade que um enunciado pode ser repetido por um ou dois sujeitos distintos ao mesmo tempo, sem, contudo, perder os elementos que lhe configuram. A materialidade são, portanto, as formas concretas com as quais o enunciado emerge, que são da ordem das *instituições* (p. 123).

O enunciado é um conjunto de coisas ditas, as quais têm um referente (do qual e a partir de onde se enuncia), uma posição de sujeito (os sujeitos mudam de lugar conforme sua inscrição dentro da prática discursiva), um campo associado (enunciados em correlações) e uma materialidade (o regime concreto de existência). Mesmo assim, dentro das coisas ditas, poucas realmente ganham existência, isto é, elas existem no interior de uma *raridade*. Os enunciados, em sua raridade, são recortados, repartidos por elementos exteriores a eles; assim, encontram-se libertos em sua *exterioridade*. Exteriores a si mesmos, dispersos entre outros, poucos enunciados "já-ditos" restam ou mudam sua forma de existência; eles ganham acréscimos e, sobretudo, retomam e repetem aqueles que os precedem. Têm, portanto, regime de *acúmulo*.[1]

[1] Para Foucault, o regime de acúmulo refere-se a três princípios: a) remanência; b) aditividade; e c) recorrência.

Observemos, primeiro, o duplo jogo que se desenrola no enunciado. Por um lado, ele é domínio de certa atualidade; por outro, "convoca um espaço de memória" por meio de recorrências (Gregolin, 2008, p. 23). Depois, observemos que, quando Foucault expõe a questão da raridade, exterioridade e acúmulo, seu intuito é livrar o enunciado das origens irrefletidas e das continuidades históricas. Ao minar esses elementos, ele coloca o enunciado em outro nível, o da regularidade, dispersão e descontinuidade. Por ser um objeto raro, o sentido de cada um é multiplicado; se é exterior a si mesmo, é necessário restituir a dispersão. Considerar a descontinuidade do discurso é também aprender as condições, o lugar e o momento de sua irrupção. O enunciado se redesenha, recorre a outros campos e faz do discurso que recorta "um bem finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização" (Foucault, 2012, p. 148).

Ao descrever o que é próprio do enunciado – o referente, a posição de sujeito, o campo de correlações e a materialidade – e suas regras como acontecimento – regime de raridade, exterioridade e acúmulo –, aproximamo-lo do conceito de discurso. Mas isso ainda é insuficiente, pois os enunciados se apoiam nas formações discursivas. A formação discursiva é um campo complexo, que delimita e determina os enunciados e, ao mesmo tempo, é formado por eles. É necessário, porém, analisar o modo como isso se dá.

A formação discursiva refere-se às condições a partir das quais os enunciados são produzidos, considerando-se sua inscrição social, espacial e temporal. Desenha os enunciados e é redesenhada por eles, estabelece jogos de relação entre unidade e dispersão. É heterogênea, espaço no qual os enunciados se coadunam ou divergem. Nesse sentido, é "uma distribuição de lacunas, de vazios, de ausências, de limites, de recortes" (p. 146).

De modo geral, a formação discursiva é a matriz a partir da qual os enunciados são ditos, matriz que regula e determina a natureza dos ditos. Pode-se dizer que é a força motriz a partir da qual os sujeitos enunciam. Por outro lado, é o que permite situar uma gama de enunciados dispersos dentro de certa organização. A formação discursiva, como adverte Foucault, caracteriza-se "não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência" (p. 143).

Ao demarcar uma formação discursiva, de certa forma, "revelamos algo dos enunciados". Do mesmo modo, quando tratamos os enunciados na singularidade de sua existência, "individualizamos uma formação discursiva" (Fischer, 2001, p. 2003). A formação discursiva, portanto, desenha um sistema de regras operadas no interior de um discurso, determinando a "regularidade dos processos temporais" e articulando as séries de acontecimentos discursivos, as transformações, as permanências e as

"mutações" (Foucault, 2012, pp. 88-9). Como sistema de regularidade e de dispersão, conforme salienta Foucault, ela desvela-se:

> No caso em que se puderem descrever, entre certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas se puder definir uma regularidade [...] diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (p. 47, grifos do autor).

No entanto, o sistema de dispersão e as regularidades só podem ser descritos quando houver a possibilidade de determinar as regras de formação dos objetos, das enunciações, dos conceitos e das estratégias que regem a formação discursiva. Isso acontece, por um lado, porque os objetos que perfilam dentro de uma formação discursiva o fazem de maneira conflituosa. Por outro, porque esses objetos são formados no interior da prática discursiva. Determinar as regras de sua formação revela que não há condições de se falar qualquer coisa em qualquer momento da história. O horizonte possível para a ação, à instância de produção do novo, está determinado nas "fronteiras do momento" (Veyne, 2011, p. 49), isto é, dizer algo "novo" é sempre um trabalho difícil.

A formação dos objetos se dá num jogo complexo de relações elaboradas "entre instituições, processos econômicos e sociais. Formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização" (Foucault, 2012, p. 55). Em outras palavras, o objeto do discurso é formado numa trama de relações discursivas e não discursivas. Ao deixar claro essa trama, desvelam-se as condições de existência do objeto, a forma como ele se situa entre outros e como estabelece planos de diferenças, sua heterogeneidade.

Para Foucault, há sempre o desejo de definir uma unidade para os discursos, ou uma constância, e de pressupor que estas se formariam quando um conjunto de enunciados se referisse ao mesmo objeto. Com efeito, "definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual", antes de pressupor unidade, consiste em "descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que o separam, medir as distâncias que reinam entre eles" (pp. 40-1). É preciso, pois, pensar nas regras de formação do objeto, nas condições de emergência dentro de dado contexto histórico. Nessas regras, estão circunscritos os nexos, as regularidades constituintes de sua dispersão e o regime de sua existência. Enfim, devemos considerar que os objetos têm existência, uma produção; ao mesmo tempo, eles se modificam, apagam-se ou são reatualizados numa formação discursiva.

Nela, é possível associar outro elemento importante, *a função enunciativa*, que é o que torna uma frase uma proposição dos elementos do discurso ou, mais propriamente, um enunciado (Gregolin, 2004). Isso, porém, é feito sob certas condições e pressupõe um número de regras inerentes. A função enunciativa existe na medida em

que "alguém fala sob uma condição de verdade, com autorização e com *status* para fazê-lo"; existe quando há "posições de sujeito", e se fala a partir de "um lugar institucional" determinado (Foucault, 2012, pp. 64-5).

Quando alguém fala, certamente o faz porque lhe foi conferido *status* para isso. Usa um conjunto de regras regulamentadas e recorre aos lugares institucionais, espaços nos quais se "obtém" o discurso, cuja função é dar legitimidade e/ou funcionalidade às práticas discursivas. No entanto, esse *status* tem suas condições históricas de existência e se modifica conforme novas práticas discursivas ou novos lugares de verdade venham a surgir. O mesmo acontece com os lugares institucionais, que, em certos momentos, perdem a funcionalidade e/ou são colocados em segundo plano (Foucault, 2012).[2]

Na função enunciativa, talvez a questão mais significante seja o tratamento que Foucault confere ao *sujeito*, ou melhor, às posições possíveis para o sujeito. O discurso não pertence ao enunciador – que entra na função enunciativa em certas condições específicas –, como se este conscientemente escolhesse entre um e outro discurso, mas a um conjunto de relações históricas. Ao enunciar, o sujeito o faz em determinação a um conjunto de relações ideológicas construídas que possibilitaram a emergência de um discurso em detrimento de outros possíveis. Em vez de um ponto de origem da enunciação, há posições de sujeito possíveis em relação a uma prática discursiva, as quais se revelam a partir do:

> a. [...] sujeito que questiona [...] e que ouve, segundo certo programa de informações;
> b. [...] sujeito que observa [...] e que anota, segundo um tipo descritivo;
> c. (sujeito) situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente;
> d. (sujeito que) utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala de informação [...] (p. 63).

"Multiplicidade" (Fischer, 2001) ou descentralização do sujeito? Na verdade, como alerta Navarro-Barbosa (2004), Foucault rejeita o antropocentrismo do sujeito ao retirá-lo do "lugar soberano", pois há a necessidade de descartar a figura de um "grande consciente coletivo" assegurando o continuísmo da história. Entretanto, ao minar a constituição do sujeito, Foucault o coloca em outro nível. O sujeito no lugar de produtor da história e da prática discursiva é uma "construção historicamente determinada" por essa prática (Navarro-Barbosa, 2004, p. 107).

---

[2] A esse respeito, Foucault cita como os hospitais se tornam espaços privilegiados para os discursos referentes à doença e o importante papel que os documentos assumem em detrimento do livro e da tradição.

Isso acontece porque "o sujeito do enunciado é função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro". É "função vazia", exercida, de forma alternada, por indivíduos distintos, em tempos-espaços díspares (Foucault, 2012, p. 113). Esse lugar do sujeito não definido de uma vez por todas, uniformemente, varia de acordo com as próprias dinâmicas da prática discursiva.

Na formação discursiva, é preciso, pois, observar também a constituição de uma *rede teórica* e das *redes de estratégias*. Para Foucault, à primeira vista, parece haver uma série de conceitos coerentes entre si. Mas basta aproximar as análises para que essa primeira aparência se desfaça e, no lugar da coerência, veja-se "o aparecimento de novos conceitos", diferentes em sua natureza. Destes, alguns talvez derivem dos primeiros; outros têm natureza díspar, são incompatíveis e heterogêneos (2000a, p. 101). A formação discursiva rege a formação de conceitos, articulando-os com outros de natureza díspar, e/ou, ainda, forma outros conjuntos heterogêneos, por vezes, sem equivalência ao primeiro regime.

A rigor, a rede teórica revela como os enunciados ou, mais propriamente, como a formação discursiva articula(m) uma gama de conceitos fazendo correlações. Estas podem acontecer entre aqueles conceitos que não pressupõem o mesmo regime de verdade ou se relacionar com objetos e funções enunciativas distintos. Podem efetivar-se ainda por meio de "um domínio de memória", ao relacionar um conjunto de enunciados não mais admitidos, mas mesmo assim surgem os laços de filiação (p. 69).

Ainda que a análise se inicie no intuito de encontrar grupos de conceitos coerentes entre si, no final, conforme salienta Foucault, o que se observa é a emergência, simultânea e sucessiva, de conceitos que se distanciam, criam lacunas, tornam-se incompatíveis. Nesse sentido, a questão não é mais encontrar uma arquitetura de conceitos "gerais" e "abstratos", cuja função seria desvelar sua própria genealogia para explicar todos os demais que lhes são vizinhos. Ao contrário, o pressuposto é justamente apreender o "jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão" (p. 43).

Em relação às estratégias que se desenrolam em uma formação discursiva, Foucault as situa, primeiro, naquilo que compreende como "pontos de difração". Trata-se de entender como enunciados de natureza distinta entram em uma mesma formação discursiva. Esse primeiro ponto pode ser ampliado, especialmente ao observarmos os "pontos de equivalência" (objetos distintos, mas com a mesma regra de formação) e os "pontos de incompatibilidade" (enunciados incompatíveis entre si). No lugar em que devíamos notar apenas uma falta de coerência, desordem, vemos "pontos de ligação" cuja função é formar, a partir dos pontos de equivalência e de incompatibilidade, conjuntos derivados de objetos, rede teórica e funções enunciativas (p. 78).

Notemos que tudo isso são tendências, isto é, processos que se dão dentro da formação discursiva, mas que são alterados quantitativa e qualitativamente de um discurso a outro, pois no campo das estratégias há elementos sutis e nuances conturbadas, sobretudo no interior da *função* e do *jogo de apropriação* do discurso. Primeiro, todo discurso tem uma função, intrínseca às regras de sua formação.[3] Além disso, o jogo de apropriação do discurso origina-se quando o direito de falar é reservado a grupos restritos e desdobra-se no "acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados" (p. 82). Nem todos podem exercer a função discursiva em todos os discursos, haja vista que seus elementos são reservados a grupos determinados. Na apropriação do discurso, portanto, revela-se a trama complexa deste como objeto de desejo e poder.

Sob esse ponto de vista, as escolhas estratégicas não têm gênese em uma "visão de mundo" ou em um jogo de interesses deste ou daquele sujeito. Tampouco obedecem a determinações formuladas *a priori* ou seguem um plano de dispersão. Surgem junto a um conjunto de regras das relações discursivas exteriores ao discurso, impondo-lhe formas, delimitando objetos e fazendo-o uma prática. Têm uma ordem de aparecimento, funcionamento recíproco, transformações e correlações. Há, portanto, regularidades.

Afinal, na formação discursiva estão prescritas as correlações, o jogo operado para "que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia" (p. 88). Enunciado e formação discursiva implicam-se mutuamente, logo, rebatem sobre o conceito de discurso. Se o enunciado tem uma materialidade, um campo associado, um referente e uma posição de sujeito, e, se a formação discursiva tem redes conceituais, função enunciativa, estratégias e objetos, por dedução, estes são os elementos de identificação do discurso em nível material e conceitual.

É preciso fazer alguns balizamentos, sobretudo no que se refere ao conceito de discurso. Para Foucault, o discurso é um conjunto de enunciados dentro da mesma formação discursiva que a língua, o texto e as proposições não conseguem esgotar. Para ter existência, precisa dos signos linguísticos, mas rompe suas fronteiras, especialmente, por sua sutil ligação com os processos históricos e socais. É, portanto, uma trama complexa que, ao mesmo tempo, envolve a língua, rompe suas determinações e, do mesmo modo que conclama os fatos históricos para sua constituição, os produz discursivamente.

Nesse sentido, conforme Fernandes, o discurso é exterior à língua, nutre-se da história e se envolve com elementos não essencialmente linguísticos. Nesse regime de exterioridade, há posições que se contrastam, e existem as coexistências. Isso se deve às "diferenças quanto à inscrição ideológica dos sujeitos ou grupos sociais" (2007, p. 28).

[3] Para exemplificar, Foucault recorre à função pedagógica da gramática no período clássico.

Ao se inscrever em espaços ideológicos distintos, os sujeitos de enunciação, de certa forma, assumem características próprias desses espaços.

Ainda a respeito do discurso, Veyne (2011) acredita que ele seja a cartografia da ação humana, cartografia do que fazem e pensam os homens, mesmo sem saber. Usando outra metáfora, "os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram" (2011, p. 50). Ao fazer referências à ordem da história, o intuito não é demonstrar uma continuidade, mas, sim, o campo de recorrências, mesmo que este se faça por apagamentos ou reatualizações.

Todo esse trabalho de Foucault para articular conceitos, estratégias, objetos e funções enunciativas objetiva evidenciar que o discurso não é uma produção individual, mas sempre uma construção histórica e social forjada sobre regras de existência e funcionamento. Ao demonstrar a materialidade do discurso, Foucault expõe suas possibilidades de transformações e sacralizações; quando destaca o referente, mostra como o discurso funciona, as condições de sua formação e o modo como os sujeitos se posicionam. Com base nessa leitura, podemos dizer que o discurso se dá na articulação do discursivo com o não discursivo, é produção controlada, organizada e redistribuída, espaço de saber e poder (Foucault, 2011).

Nesse sentido, o discurso é construído por um número limitado de enunciados sobre os quais podemos traçar suas condições de existência. O trabalho de análise se situa na contextualização do acontecimento, de pensar o sujeito como histórico, mas pensar, ao mesmo tempo, sua descontinuidade. Trata-se de demonstrar o conjunto "de condições que regem, em um momento dado e uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, [...] laços estabelecidos, *a maneira pela qual os agrupamos em conjuntos estatutários* [...], a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas" (Foucault, 2000a, p. 95, grifos nossos). Pensar o agrupamento dos enunciados é, antes, pensar as condições de institucionalização, ou melhor, a construção do *arquivo*.

A noção de arquivo refere-se àquilo que poderíamos chamar de mecanismo de tratamento metodológico, ou melhor, é "um conjunto de discursos efetivamente produzidos em um tempo-espaço determinado".[4] A rigor, o arquivo é um conjunto de discursos que uma sociedade, determinada sob certas condições espaciais e temporais, produziu sobre si mesma. Tratá-lo é, primeiro, "definir o regime de enunciabilidade, formação e transformação daquilo que pode ser dito ou escrito, fazendo surgir o enunciado-acontecimento" (Navarro-Barbosa, 2004, p. 116).

O arquivo não é a "totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre" (Foucault, 2012,

[4] Esse conceito de arquivo foi exposto pelo professor Cleudemar Alves Fernandes em uma aula da disciplina Discurso, Memória e História, oferecida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 14 mai. 2012).

p. 95). Ao contrário, é um conjunto de regras que perpassam certa cultura e ditam o aparecimento ou desaparecimento dos enunciados. Por um lado, faz com que "todas as coisas ditas não se acumulem indefinitivamente em uma massa amorfa". Por outro, é o elemento de agrupamento "de figuras distintas" acompanhadas de uma "das outras segundo relações múltiplas", fazendo com que se mantenham ou desapareçam as regularidades específicas (p. 158).

À primeira vista, o arquivo parece ser um dado *a priori* ou uma força motriz que atrai e regula os vários discursos de um tempo. Porém, ao contrário, conforme salientam Guilhaumou e Maldidier, é uma primeira leitura operada sobre os discursos. Estes podem ter características dos arquivos tradicionais, data, nome próprio e relação com instituições, mas ultrapassam tudo isso porque permitem estabelecer grupos de relações que os arquivos tradicionais não permitem. Nesse sentido, na análise do discurso, "o arquivo não é passivo de uma realidade institucional" ou um "simples documento onde se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes" (1997, p. 164).

A concepção de arquivo, conforme Sargentini, traz para o plano de análise a sutil relação entre os discursos e suas articulações históricas na prática discursiva. Observando tal característica, é "preciso recolher e organizar o material a ser analisado sob um novo enfoque" (2004, p. 86). Com isso, rompe-se com os postulados de homogeneidade: o enunciado torna-se "um nó em uma rede" dentro de um plano horizontal de relações interdiscursivas, ou melhor, a heterogeneidade ganha relevo, a descontinuidade opera entre os domínios associados. O discurso visto pela perspectiva do arquivo tem flexibilidade, a partir da qual é possível observar o sistema de formação e transformação dos enunciados.

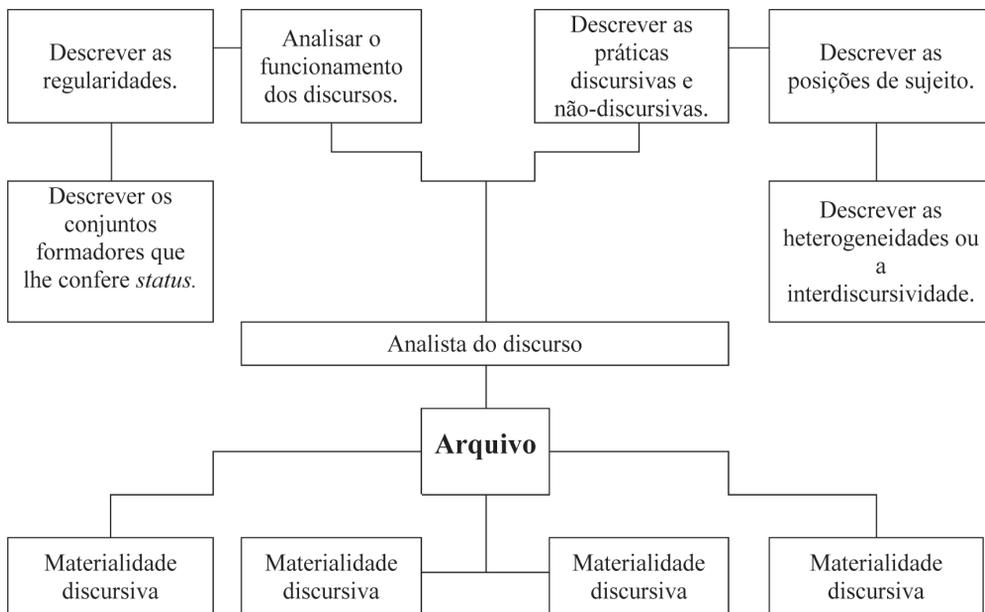
Assim, percebemos que, quando o arquivo é tomado como mecanismo de estruturação, engloba um conjunto múltiplo de discursos, enunciados e formações discursivas. A rigor, "cada arquivo é estabelecido a partir de uma organização própria, reunindo sentidos advindos de uma diversidade máxima de textos tomados a partir de um tema, de um acontecimento ou de um trajeto temático" (p. 91). No entanto, esses elementos não buscam uma síntese e/ou uma homogeneização; o valor do arquivo não está na produção de uma unidade, mas na representação dada a cada acontecimento discursivo.

Enfim – considerando os conceitos expostos aqui, enunciado, formação discursiva e arquivo, e os sistemas de dispersão e regularidade que se operam sobre eles dentro de uma prática discursiva –, o discurso é um acontecimento histórico ao qual os conceitos, temas, objetos e estratégias se reportam, apagam-se e se reatualizam. A partir dele, é possível demarcar uma posição de sujeito, ver as funções assumidas e as apropriações forjadas. Em suma, trata-se de pensar o discurso como produção e produto de um

processo histórico; produção que não remete a uma origem ou a dado sujeito, mas às condições espaciais, temporais e sociais, e que pode ser agrupada dentro de um arquivo. É considerando esses princípios que a análise se processa, conforme descreveremos na próxima seção.

As tramas históricas do discurso: aspectos de análises

A análise do discurso tem como foco identificar as materialidades discursivas, analisar os sentidos postos, desvelar os campos associados e os mecanismos de recorrência; "a palavra discurso é sempre um convite a descer mais baixo para descobrir sua singularidade" (Veyne, 2011, p. 52). Considerando esses princípios, e sobretudo aqueles expostos anteriormente, elaboramos, com base na leitura de *Arqueologia do saber*, de Foucault, um organograma-síntese de alguns pontos em que ele se refere ao trabalho de análise do discurso:[5]

Organograma 2 – Descrição dos discursos – arqueologia de Foucault

Fonte: Foucault (2012).
Organização: Geraldo Inácio Martins (2012).

[5] É bom lembrar que a análise do discurso tem vários pensadores antes e além de Foucault. O destaque dado a ele aqui tem a ver com nosso objetivo neste texto.

Pensar o arquivo, e sua descrição, é pensar as condições de existência dos objetos, os sujeitos (e suas posições), os conceitos e as "funções derivadas do enunciado", ou melhor, como esses itens se organizam na formação discursiva. A descrição "dos enunciados atestados em sua dispersão arquivística permite ter acesso à compreensão *do sentido ocorrido*, sem passar pela descrição da frase" (Guilhaumou, 2009, p. 125, grifos do autor). Isto é, na análise, o objeto não é a linguagem em si, "mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada de discursos" (Foucault, 2000b, p. 72).

Desse modo, a análise do discurso proposta por Foucault (organograma 2) tange a descrição do arquivo ou aqueles procedimentos derivados de uma *arqueologia*. A fim de demonstrar como isso se processa, o autor expõe questões pontuais, ao indagar "como apareceu determinado enunciado, e não outro em seu lugar?", ou "que singular existência é essa que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?" (2012, p. 34).

Para Foucault, na análise, a condição básica é restituir ao enunciado a singularidade do acontecimento. Com isso, demonstrar a descontinuidade na prática discursiva não é um acidente isolado, mas a condição básica para que os enunciados aflorem na história. Trata-se de descrever como conceitos incompatíveis são postos dentro de uma mesma formação discursiva e as relações entre as diversas estratégias; enfim, descrever esse conjunto de heterogeneidades. Essa questão se complementa com uma segunda, aquela pela qual se descrevem os sistemas de regularidade e as dispersões próprias a cada conjunto em análise, observando dentro dos enunciados "uma ordem em seu aparecimento sucessivo; correlações em sua simultaneidade; posições assinaláveis em um espaço comum; funcionamento recíproco; transformações ligadas e hierarquizadas" (p. 46).

Nesse sentido, o trabalho de análise situa o discurso em seu próprio nível e busca desvelar as regras de formação de uma prática discursiva. Trata-se de descrever as condições de existência e, ao mesmo tempo, o modo como se repartem. Nessas condições, estão os elementos que destacamos para descrever as formações discursivas, ou seja, o objeto, as funções enunciativas, as posições de sujeito, a rede teórica e o jogo das estratégias. Isto é, na análise, a proposta é demonstrar como esses elementos têm condições de existência, as interdições que eles operam e as funções que assumem. Tenta-se

> estabelecer, assim, como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, constituir entre si organizações parciais (p. 71).

As ideias transcritas nessa citação não atribuem para a análise apenas a descrição dos objetos, ou das funções enunciativas, da rede teórica ou das estratégias. Ao contrário, como dentro desse conjunto de elementos é possível observar um número elementar de relações, essas relações são as que formam o discurso. Um trabalho de análise, portanto, pretende encontrar e descrever o ponto no qual estas se dão. Ainda assim, são necessárias algumas observações:

- Ao definir a forma como os objetos se distribuem, nem todas as relações podem ser apreendidas em sua totalidade.
- Ao definir a forma como os conceitos se dão na prática discursiva, os jogos de recorrência, derivação e incompatibilidade, há sempre um número relevante de relações que não estão ao alcance do analista.
- Quando o foco são as funções enunciativas, há condição de apenas demonstrar sua singular existência e o *status* que assume (Foucault, 2012).

Porém, devemos considerar que um trabalho de análise é sempre parcial. Primeiro, porque dentro de uma formação discursiva o conjunto de relações estabelecidas está muito além de nossa capacidade de trabalho. Segundo, porque o objetivo não é uma análise “total” e exaustiva dos enunciados que abordamos no trabalho. Nesse sentido, trata-se de descrever, como demonstra Foucault, o porquê de certo enunciado e não de outro, os pontos de encontro e desencontro, mesmo que isso se mostre de forma frágil. A preocupação não é encontrar um ponto de origem no qual todos os enunciados se repartem, tentando desvelar todos os percursos, todas as relações, mas, sim, quais são as condições para que este “dito” tenha ganhado uma materialidade, uma função e um *status* dentro de um contexto histórico e social.

Outra característica da análise do discurso é a descrição da posição de sujeito. Conforme Foucault, nesse item, o que importa não é quem fala ou quem exerce o comando da palavra. O plano de análise situa noutro nível, naquele em que “não importa quem fala, mas o que ele diz e não é dito em qualquer lugar” (2012, p. 150). A rigor, trata-se de se situar no nível do “diz-se” e nele demonstrar junto às coisas ditas o conjunto complexo de relações, o cruzamento de domínios, as recorrências, as remanências e aditividades e as transformações; enfim, situar o “diz-se” dentro de um regime de regularidades e dispersões. Cabe assinalar que “o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do que ele diz” (Sargentini, 2001, p. 251).

No nível do “diz-se”, há ainda as heterogeneidades. Segundo Fernandes, a noção de heterogeneidade deve-se a consideração de que todo discurso é constituído por um entrelaçamento de outros discursos dispersos nos campos associados. Dentro destes,

com muitos discursos postos, "o sujeito tem a ilusão de ser o centro do seu dizer" desconhecendo a exterioridade do discurso (Fernandes, 2007, p. 40). Trata-se dos efeitos interdiscursivos, nos quais há o discurso "transverso e o discurso relatado". E consideremos que, na emergência do discurso, existe sempre o "exterior e anterior à sequência dada", ou melhor, o "interdiscurso" (Pêcheux, 2011, pp. 143-4).

É bom lembrar que Foucault não se refere ao termo interdiscurso; ele usa termos diferentes para indicar o mesmo processo, ou seja, dentro de um discurso, há vários outros presentes, transversos, discurso sobre discurso – por isso ele é heterogêneo. Nesse sentido, a heterogeneidade se dá porque há as recorrências, as aditividades e as remanências. Embora as noções conceituais sejam diferentes, existem pontos de comunhão entre as diferentes teorias: o discurso é recortado por vários outros, com objetos, redes teóricas, funções e *status* distintos. Além disso, operando sutilmente nesse interdiscurso, encontramos mais uma vez a descontinuidade como elemento fundante do discurso como produção histórica.

Ainda no nível do "diz-se", é preciso relacionar as práticas discursivas com aquelas não exatamente discursivas, isto é, o funcionamento do discurso. Da relação do discursivo com o não discursivo, presume-se que os objetos têm condições de existência, estratégias podem ser forjadas e conceitos díspares entram no mesmo plano de ação. Nesse sentido, pensar como o discurso se relaciona com instâncias exteriores a ele permite demonstrar seus limites e sua eficácia. Trata-se, portanto, de analisar as diferentes maneiras pelas quais um discurso desempenha um conjunto de funções dentro de um sistema estratégico não discursivo. Do mesmo modo, mas em sentido oposto, faz-se mister analisar como o não discurso impõe, delimita, controla e muda as práticas discursivas. Com base em Foucault (2012), tecemos algumas observações:

1. Para analisar os acontecimentos discursivos, é insuficiente constatar um regime de modificações e logo correlacioná-las "ao modelo teológico e estético da criação". É preciso, antes, definir em que consistem tais modificações, ou melhor, compreender o regime das *transformações.*
2. É preciso ter claro em mente que as práticas discursivas não têm o mesmo regime de historicidade, não se relacionam no mesmo grau com os mesmos objetos. É preciso, pois, pensá-las em sua singularidade.
3. Pensar o regime das transformações significa descrever como os elementos reaparecem depois de certo tempo sem uso, a forma, o modo e as condições em que aparecem. Nesse jogo de transformações, certos objetos, conceitos ou estratégias podem permanecer ou mudar de função.

Ao considerar o discurso objeto de análise, a proposta é pensar as regras de sua existência e os sistemas que operam dentro das práticas discursivas; analisá-lo como prática articuladora de saberes e de jogos de estratégias; e, já que ele tem funções e *status*, pensá-lo como meio e objeto de relações de poder. Além disso, antes de ser um edifício coerente, o discurso é lugar de conflitos e rebatimentos. Ao longo da análise, certas posições mudam: no lugar de uma história que busca uma origem para efetivar uma continuidade, há processos descontínuos, com séries e rupturas; no lugar do sujeito do discurso, há sujeitos produzidos discursivamente; no espaço em que se buscavam os sentidos imanentes, nos "não ditos" ou por detrás deles, pensa-se a formação do objeto discursivo.

Para finalizar esta seção, cabe pensar a possível relação entre análise do discurso e geografia. A primeira questão a se considerar é o elo entre a geografia e a história, que têm certas proximidades, mas também muitos distanciamentos. Estes acontecem por causa de pressupostos, não raro ultrapassados, de que a história tem como objeto o "tempo" e a geografia, o "espaço" (ou, como no paradigma referido por Foucault [2000b]: ciências humanas preocupadas com o sincrônico e não evolutivo e a história analisando as mudanças). Mesmo que essa divisão tivesse algum valor, seria arbitrária. Não há possibilidade de pensar o espaço sem uma historicidade: os homens, ao se apropriarem do espaço, seguem certas regras históricas; da mesma forma, ao se trabalhar o histórico, considera-se certa dimensão espacial.

Nesse sentido, se aceitarmos que a geografia compreende a historicidade dos processos de apropriação do espaço, e dela forja grande parte de seu arcabouço teórico, a análise do discurso poderá contribuir muito. Se ficar claro que, ao se apropriar do espaço, o homem se vale de regras culturais, sociais, políticas e econômicas, e que estas, de certa forma, têm uma historicidade, a historicidade da produção do espaço ganhará uma dimensão discursiva. Desse modo, para compreender esse plano do discursivo, devem-se observar, a partir da análise do discurso, os rebatimentos do próprio discurso.

Resultam disso algumas raras insinuações dentro da geografia por meio daquilo que David Harvey chamou de "imaginações geográficas" ou "ideologias geográficas" (1980). As ideologias geográficas referem-se aos imperativos que dão motivações aos sujeitos para se apropriarem do espaço. Como resultado dessa apropriação, um conjunto de discursos é produzido a fim de demonstrar a construção de identidade, pertencimento a um território. Da ação envolvida para se apropriar do espaço, surgem discursos "sobre o espaço em si mesmo apreendido como produto histórico e cultural" (Moraes, 1988, p. 25).

Enfim, ao se produzir o espaço, "diz-se" sobre ele, e esse "diz-se" é o ponto no qual a análise do discurso pode contribuir com a geografia. É preciso saber mais sobre esse "diz-se", os conceitos aí engajados, as posições de sujeito e as estratégias. A rigor,

a função que esse "diz-se" assume na produção do espaço ainda é um ponto cego. Percebe-se, portanto, que há um campo profícuo, mas pouco explorado.

Considerações finais

Este texto foi construído seguindo alguns postulados de Foucault. Porém, não fizemos uma descrição completa de suas contribuições: de um número relevante de orientações teóricas e metodológicas, algumas foram tangenciadas. Dentro das limitações, o intuito foi demonstrar um campo aberto de reflexões, sobretudo no que se refere ao papel do discurso como material de trabalho. Desde o começo, a preocupação era encontrar um fio condutor a partir do qual a geografia pudesse se aproximar da análise do discurso. Encontrar esse ponto de encontro é um trabalho extenso, mas necessário.

Ao observarmos os princípios básicos da análise do discurso, evidenciou-se que: a) as posições de sujeito oscilam constantemente dentro de uma prática discursiva; b) um discurso refere-se a objetos possíveis; e c) há uma materialidade e um campo associado. Além disso, é preciso lembrar que o campo das recorrências é sempre ativado, mas, aliado a isso, há sempre reatualizações situadas no nível do próprio discurso. Este, enfim, é uma trama complexa perfilando no interior do processo histórico. E é, sobretudo, um material de trabalho rico, com possibilidades teóricas e metodológicas a serem exploradas.

Referências

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Clara Luz, 2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. "Foucault e a análise do discurso em educação". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nov. 2001, n. 114, pp. 197-223.

FOUCAULT, Michel. "Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia". In MOTTA, Manoel Barros (org.). *Michel Foucault: arqueologia das ciências dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a, pp. 82-118.

——. "Sobre as maneiras de escrever história". In MOTTA, Manoel Barros (org.). *Michel Foucault: arqueologia das ciências dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b, pp. 62-77.

——. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collége de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

——. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Naves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosário. "O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas". In NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis e SARGENTINI, Vanice (orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Clara Luz, 2004, pp. 23-42.

——. "J.-J. Coutrine e as metamorfoses da análise do discurso: novos objetos, novos olhares". In SARGENTINI, Vanice e GREGOLIN, Maria do Rosário (orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Clara Luz, 2008, pp. 21-36.

GUILHAUMOU, Jacques. "Do acontecimento discursivo à narrativa de acontecimento". *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Tradução de Roberto Laiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009, pp. 123-50.

—— e MALDIDIER, Denise. "Efeitos de arquivo. Análise do discurso no lado da história". In ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura da história no discurso: homenagem a Denise Maldidier*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1997, pp. 163-88.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. Tradução de Armando Correa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. "O acontecimento discurso e a construção da identidade na história". In — e SARGENTINI, Vanice (orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Clara Luz, 2004, pp. 97-130.

PÊCHEUX, Michel. "Leitura e memória: projeto de pesquisa". In ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011, pp. 141-50.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. "Discurso e história: a construção da identidade". In GREGOLIN, Maria do Rosário; CRUNIVEL, Maria de Fátima; KHALIL, Marisa Gama (orgs.). *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001, pp. 249-63.

——. "A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos de arquivo". In NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis e SARGENTINI, Vanice (orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Clara Luz, 2004, pp. 77-96.

VEYNE, Paul. "Só há *a priori* histórico". *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução de Marcelo Jacques de Morais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 43-65.

O projeto de pesquisa a partir da rede urbana da Amazônia*

Miguel Angelo Ribeiro

A pesquisa é sempre um caminho em construção.
Alessandra Ficagna (2012, p. 21)

A verdade não passa de uma sucessão de versões do que se julga que a verdade seja.
Jorge Luis Borges (*O Globo*, 13 ago. 2012, p. 19)

Aprender a investigar no campo da ciência geográfica implica atravessar uma experiência pessoal e profissional complexa, difícil e inquietante. Trata-se de uma tarefa que obriga à disciplina do pensamento e da ação e requer um permanente exercício de introspecção e reflexão, muitas vezes solitário, acerca de como encarar o conhecimento de um aspecto particular do mundo (o objeto). Como apontaram Yuni e Urbano

* Gostaria de dedicar este artigo à professora Vera Lúcia Salazar Pessôa. Agradeço-lhe pelas trocas de ideias, sugestões e pelo incentivo, mesmo quando se encontrava distante, e por me convidar a participar desta coletânea de artigos referentes à metodologia de pesquisa. Este texto é fruto de reflexões, inquietações e diálogos travados com meus alunos em mais de dez anos ministrando a disciplina Prática de Pesquisa em Geografia, no Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em que incorporei como exemplo a temática sobre a rede urbana da Amazônia, fruto de meu projeto de qualificação em nível de doutoramento. Não poderia deixar de agradecer também ao mestre Roberto Lobato Corrêa, que me orientou e muito contribuiu para que eu compreendesse a importância da metodologia de pesquisa à luz da ciência geográfica. Por fim, registro meus agradecimentos aos professores Paulo Rogério de Freitas Silva e Rafael da Silva Oliveira pelas sugestões e críticas ao texto final. As imperfeições e os erros que possam ter sido cometidos são de minha responsabilidade. Cumpre registrar que este artigo foi apresentado no I Seminário de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), realizado em Boa Vista, em 13 de dezembro de 2012, na mesa-redonda Ciência Geográfica: Estudos e Reflexões.

(2006), aprender a investigar exige desenvolver um delicado equilíbrio entre a aplicação de normas, mais ou menos preestabelecidas pelo método, e certa dose de criatividade, originalidade e inspiração.

Convém explicitar que o método aqui utilizado é o de pesquisa que Moraes e Da Costa (1984) apontaram como referente ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado trabalho, relacionando-se mais aos problemas operacionais da pesquisa do que a seus fundamentos teórico-conceituais (método de interpretação).

O método de pesquisa é composto por vários passos encadeados e articulados entre si para dar conta do objeto escolhido e dos recursos técnicos de que se dispõe.

Para a maioria dos pesquisadores, investigar é realizar algo sério, com embasamento, o que provoca, por vezes, muitas expectativas e inseguranças. Como apontou Hissa, "algo sem projeto é 'coisa solta', sem perspectiva futura [...], mas nem sempre o sucesso está conectado à presença de projetos. Não se pode distribuir sobre eles a responsabilidade de êxito garantido" (1997, p. 39). Contudo, seu resultado depende do pesquisador, dos caminhos e situações a serem trilhados. O projeto é algo não executado ou a se executar, corresponde à obra idealizada, a qual, muitas vezes, pode transformar-se em outra. É feito para ser modificado ao longo de sua execução e aplicabilidade. Trata-se de um roteiro a ser seguido, de forma flexível, "sem o qual a pesquisa perde seu norte e seu espaço de reflexão sistematizada" (p. 44).

À medida que vai sendo elaborado, o projeto se transforma em pesquisa, na qual os passos identificados vão sendo galgados e clarificados. Trata-se, portanto, de um guia prático, como apontou Corrêa (s. d.), lembrando que não corresponde a um receituário e não é um modelo fechado, mas, sim, dependente dos propósitos do pesquisador.

Assim, os projetos têm importância para a orientação dos pesquisadores. "Desde que se tenha em vista uma pesquisa qualquer, deve-se pensar, antes de tudo, em elaborar um projeto que possa garantir sua viabilidade" (Cervo e Bervian, 1978, p. 41). O projeto orienta o pesquisador e lhe dá segurança ao percorrer as diversas etapas selecionadas.

Posto isso, este artigo apresentará – e refletirá sobre – os passos (etapas) contidos em um projeto de pesquisa, tendo como exemplo empírico a rede urbana da Amazônia. Esse projeto foi elaborado em 1995 para minha qualificação em nível de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ), sob orientação do professor Roberto Lobato Corrêa. Em alguns momentos, foram feitas modificações no projeto inicial para elaborar este texto, mas, em grande parte, manteve-se a integridade de sua estrutura original.

A partir de leituras e pesquisas de outros autores (Corrêa, s. d.; Cervo e Bervian, 1978; Vieira, 1991; Hissa, 1997; Amaral Filho, 2011), um projeto de pesquisa deve apresentar as seguintes informações (passos/etapas): objeto, delimitação do tema, objetivos, justificativa/problema/problemática, caminho de investigação, operacionalização, embasamento teórico, cronograma e referências. Convém mais uma vez explicitar que o projeto é flexível, podendo ser modificado segundo as necessidades/viabilidades do pesquisador.

Passaremos, a partir de agora, a caracterizar cada um dos passos selecionados no projeto de pesquisa.

As etapas do projeto de pesquisa

O objeto

Corresponde ao assunto estudado, que pode ser percebido pelos sentidos. Trata-se do assunto sobre o qual versa uma pesquisa ou ciência; é a realidade investigada, o real. Confunde-se com o recorte temático, com o tema que vamos desenvolver, ao qual se associa a pergunta "o quê?" (Corrêa, s. d.). Nesse recorte, o objeto deve ficar claramente definido.

O objeto tem de ser justificado. Pode estar associado ao pesquisador, ser-lhe íntimo ou não, e deve ser apreciado por ele, correspondendo ao seu gosto. Também deve ser adequado ao tempo e aos recursos disponíveis e "estar suficientemente documentado, isto é, o material bibliográfico pertinente deve ser suficiente, facilmente identificável, disponível, acessível e, sobretudo, permitir uma rápida varredura" (Vieira, 1991, s. p.).

No plano puramente acadêmico, existem diferentes possibilidades para a seleção do objeto. Corrêa aponta três possibilidades: "1) o objeto é recente e não há teoria sobre ele (ausência); 2) a teoria que o aborda está ultrapassada (atualização); e 3) existem duas ou mais teorias conflitantes sobre o objeto (conflito)" (s. d., p. 2).

Ainda segundo Corrêa, "no plano prático, temos evidências de que o objeto constitui-se em um problema econômico, social, político, ambiental etc." (s. d., p. 2).

Para o exemplo empírico selecionado, o objeto a ser pesquisado corresponde à *organização espacial das redes de distribuição, produção e gestão na Amazônia*.[1]

---

[1] Para efeitos de análise, consideramos a Amazônia Legal, constituída pelas unidades da Federação pertencentes à Região Norte (Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá), Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás, até o paralelo 13ºS) e Nordeste (Maranhão até o meridiano de 44ºW de Greenwich).

Delimitação do tema

Neste passo, o que importa é a própria viabilidade da pesquisa. Conforme Vieira, "sua pretensão inicial precisa ser pragmaticamente reduzida a dimensões adequadas ao tempo disponível de realização de um trabalho solitário" (1991, s. p.), ao longo do qual o pesquisador tem despertados anseios, dúvidas e curiosidades.

Tratando-se da Amazônia, a pesquisa desenvolvida tem por temática (objeto) a dimensão de sua rede urbana por meio da espacialização de três tipos de redes funcionais: a de distribuição, a de produção e a de gestão.

O recorte espaço-temporal nos remete à Amazônia dos anos 1960 e à análise do último Censo Demográfico (1991) publicado à época e de outras fontes de dados referentes aos anos de 1985 e 1989 (informações estatísticas disponíveis no momento da elaboração da pesquisa – início dos anos 1990), a fim de determinar as transformações recentes ocorridas na região em tela e a espacialidade atual das redes dimensionadas.

Cumpre explicitar que, para escolher o objeto (tema) e delimitá-lo, supõe-se que o pesquisador tenha um conhecimento prévio da literatura a ser utilizada. Um processo de revisão de literatura, bem como de leituras voltadas para a temática específica, já deve ter sido forçosamente iniciado.

O pesquisador deverá estar atento ao que e como consultar, procurando articular ideias que conduzam à formulação do problema. Tais ideias deverão estar apoiadas nas referências citadas, as quais constituem a base do *corpus* do texto a ser elaborado. Um texto deve estar muito bem referenciado, a partir da pesquisa bibliográfica, na qual nenhuma obra importante sobre o tema selecionado pode ser negligenciada. Não há necessidade de se fazer uma consulta exaustiva, mas a revisão da literatura deve ser exploratória (Vieira, 1991), atenta e minuciosa, para que o projeto de pesquisa não seja elaborado de forma precária e incompleta.

Em nosso exemplo, de imediato, os conhecimentos sobre a Amazônia e a Região Norte foram de fundamental importância ao tratarmos da gênese dos núcleos urbanos, além do conhecimento teórico sobre redes geográficas, interações espaciais, categorias analíticas do espaço geográfico, entre outras características. E mais: vasta literatura, tanto nacional quanto estrangeira, estava a nosso alcance (Ribeiro, 1995, 1998). Naquele momento, cabia selecionar o que seria viável e relevante para que o projeto fosse apresentado. Outras referências seriam utilizadas quando da elaboração do trabalho final (a tese).

Objetivos

Nesta etapa, o pesquisador apresenta o que a pesquisa pretende alcançar (Hissa, 1997) e questiona

> até onde nossa pesquisa pode ir e em que sentido nosso trabalho apresentará contribuições.
> [...] o que é possível esperar de nossa pesquisa?[2] Até onde, dentro daquilo a que a pesquisa se propõe (e é por isso que temos de deixar absolutamente claro), podemos chegar? (Amaral Filho, 2011, p. 39).

Para efeitos didáticos, os objetivos são divididos em *geral* e *específicos*. O geral é mais abrangente, apresenta uma visão ampla do que pretendemos identificar ou analisar a partir do *objeto* e da *problemática* construídos. Já os *específicos* são desdobramentos do *geral*.

Em nosso projeto sobre a Amazônia, não houve divisão entre o *objetivo geral* e os *específicos*, mas destacamos:

> Determinar a organização espacial da Amazônia por meio da análise das redes de distribuição, de produção e de gestão. Para tanto, será necessário avaliar a gênese, a dinâmica, a função, os fluxos e os nós das redes selecionadas. Em seguida, será necessário realizar uma análise comparativa dessas redes, ressaltando o papel dos centros urbanos em cada uma, no período de 1960 a 1991. Por fim, o alcance de tais objetivos nos possibilitará determinar a funcionalidade e a espacialidade da rede urbana na Amazônia nos dias atuais (Ribeiro, 1995, p. 2).

Justificativa/problema/problemática

Para Hissa, a justificativa "envolve a delimitação do problema" (1997, p. 46). Já para Corrêa, ela está contida na problemática, isto é, "devemos lançar um problema sobre dado aspecto da realidade. [...] a partir desse problema, organizamos um conjunto de práticas que permitem resolvê-lo" (s. d., p. 1).

A problemática, segundo Corrêa, associa-se a um conjunto de perguntas – o quê? Onde? Quando? Por quê? As três primeiras correspondem, respectivamente: ao objeto da pesquisa (recorte temático); ao recorte espacial, de fundamental importância, especialmente para os geógrafos; e ao recorte temporal, relacionado ao tempo, que pode ser o presente, um período que se estende da gênese ao presente ou uma seção do tempo no passado. A última pergunta, segundo Corrêa, é decisiva: "O que nos levou a fazer esse recorte [temático, espacial e temporal]?" (p. 1).

---

[2] Amaral Filho utilizou o vocábulo *monografia*, o qual substituímos por *pesquisa* por acreditar ser mais adequado à proposta do projeto.

Para Marinho (1980), um problema bem formulado é mais importante para o desenvolvimento da ciência do que sua eventual solução. Já para Cervo e Bervian,

> enquanto o assunto permanecer assunto, não se iniciou a investigação propriamente dita. O assunto escolhido será questionado, portanto, pela mente do pesquisador, que o transformará em problema, mediante seu esforço de reflexão, sua curiosidade ou talvez seu gênio (1978, p. 77).

Para alguns autores, o *problema* se confunde com o caminho de investigação, que será detalhado a seguir. Para Marinho, quando o problema estiver suficientemente amadurecido pelo estudo da produção científica pertinente, "é quase certo que poderá ser formulado como simples pergunta. A colocação interrogativa tem a virtude de formular o problema de maneira direta" (1980, p. 28). Amaral Filho também percebe o *problema* em pesquisa como a formulação de uma questão, uma pergunta: "[...] é a pergunta que a nossa pesquisa se propõe a responder" (2011, p. 23). Corrêa procura separar a *problemática dos questionamentos* (caminho de investigação), prática da qual comungamos.

A justificativa apresentada no projeto de pesquisa exemplificado para a Amazônia associa-se ao problema do objeto a ser investigado (Ribeiro, 1995). Isso nos remete a Hissa (1997, p. 46), para quem a justificativa corresponde à delimitação do problema. Sobre isso, Marinho afirma que,

> quando o conhecimento acumulado sobre o tema selecionado não foi suficientemente digerido, vários problemas se superpõem na mente do pesquisador, e suas tentativas de definir 'o' problema resultam em proposições herméticas, intrincadas e, até, bizantinas (1980, p. 28).

O autor ainda afirma que há necessidade de uma acurada revisão de literatura, de reflexão e discussão do pesquisador com seu orientador para que o problema da pesquisa se torne claro.

Para justificar o objeto de pesquisa sobre a Amazônia e formular o problema, argumentamos que, no mundo atual, a centralização/concentração do capital, da riqueza, da produção, de pessoas e do poder gera – e é o resultado de – processos sociais complexos, multidimensionados. Isso forma um verdadeiro caleidoscópio, que envolve a produção, a circulação e a distribuição de bens e serviços e instaura uma nova divisão territorial do trabalho, que tem como *locus* a rede urbana.

Na expressão de Corrêa, "a rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo da divisão territorial do trabalho e numa condição para essa divisão" (1989, p. 48).

É um reflexo a partir da escolha que o capitalismo faz de determinados lugares e regiões, atribuindo às cidades que constituem a rede, por um lado, uma hierarquia e, por outro, uma especialização funcional. É condição porque, por meio da rede urbana, viabilizam-se a produção e a apropriação do excedente em diferentes áreas, bem como a circulação do valor entre elas e o consumo de mercadorias nelas.

A rede urbana tem ainda a particularidade de ser um objeto social proteiforme e flexível, capaz de se adaptar ao modelo de acumulação que a criou e de condicionar a reprodução deste.

Concebendo as relações espaciais como atributo dos valores de uso e de troca, pode-se deduzir que a rede urbana viabiliza uma integração espacial. Segundo Harvey (1975, 1982), para o valor poder se expandir como trabalho abstrato, é preciso que diferentes processos de trabalho concreto estejam dispersos e unidos pelo mercado, caso verificado com as cidades que integram determinada rede urbana. Em consequência, o espaço deve constituir-se de uma funcionalidade decorrente de investimentos em transportes e comunicações entre os diversos lugares que compõem a rede urbana.

A concentração/expansão do mercado é viabilizada por meio da rede urbana, que tem como uma de suas características reduzir o tempo e o custo da circulação, de modo que o capital possa retornar rapidamente à esfera da produção e, consequentemente, o ciclo da acumulação possa se realizar com maior velocidade, implicando a tendência contínua de superação das barreiras espaciais e de aniquilamento do espaço pelo tempo. Diante disso, a rede urbana representa uma estratégica logística na acumulação do capital e tem como expressão a cidade, dotada continuamente de meios técnicos científicos e de implantação de sistema de comunicação representado pelos diferentes meios de transportes e comunicações, os quais permitem uma expansão do mercado em áreas selecionadas pelo capital. Por conseguinte, é via rede urbana "que o mundo pode tornar-se, simultaneamente, desigual e integrado [...] de acordo com uma dinâmica interna do capitalismo" (Corrêa, 1988c, p. 112).

A divisão territorial do trabalho aparece condicionada à rede urbana. A desigualdade socioespacial do capital se revela por meio da atuação dos grandes centros de produção, circulação e acumulação da mais-valia e tem como expressão materializada as metrópoles, representantes maiores na escala urbana, focos de decisão, investimentos, mercadorias e inovações, aonde chegam fluxos de mercadorias, força de trabalho e capitais de diferentes lugares em ritmo contínuo. As metrópoles viabilizam a reprodução ampliada do capital e refletem para a rede urbana os impactos dos processos de homogeneização – diferenciação inerente às práticas de diversos atores sociais, sobretudo aqueles de caráter multifuncional e multilocalizado – ao controlar as interações introduzidas na dinâmica da rede.

A criação, a apropriação e a circulação do valor excedente pressupõem fluxos contínuos de pessoas, bens, serviços, decisão, investimentos etc., que se realizam no âmbito de uma rede urbana internamente diferenciada. Ao circular na rede, o valor excedente criado é apropriado a diversos pontos e reinvestido em outros, resultando em fluxos reveladores de um padrão de desenvolvimento desigual em função de um movimento de "ida e volta" (balanço) do capital. Para Smith (1988), a dinâmica espacial do capital pressupõe seu direcionamento para onde a taxa de lucro seja a maior possível. Essa mobilidade acarreta o desenvolvimento de áreas com altas taxas de lucro, enquanto aquelas áreas em que o capital não é investido, por causa de taxas de lucro baixas, tornam-se pobres ou estagnadas. Browett (1984) comenta que as desigualdades na organização espacial são inevitáveis e resultam de tendências inerentes ao sistema capitalista. Para Walker (1978), a instabilidade de permanência de lugares na rede e a não inclusão de algumas áreas resultam da dinâmica do capital, que momentaneamente utiliza determinados lugares em detrimento de outros, os quais funcionam como excedentes face às necessidades de acumulação. Na verdade, o capital cria, invariavelmente, para ele próprio, no processo de generalização geográfica e na formação da rede urbana, uma nova "reserva de lugares", de maneira análoga ao exército industrial de reserva.

Entre as consequências dessa complexidade do capital, amplia-se a diferenciação das cidades, redefinindo-se novas hierarquias e especializações que alteram os atributos dos fixos e a natureza, a direção e a intensidade dos fluxos e introduzem novas formas e interações que ora conflitam com as antigas, ora se integram ou se justapõem a elas.

De forma sintética, a rede urbana constitui uma forma espacial pela qual se realizam a criação, a apropriação e a circulação do excedente, sob a proteção do capitalismo e de suas contradições socioespaciais, e que reflete e condiciona a realização do ciclo do capital (Harvey, 1980).

A rede urbana é, também, uma singularidade e uma condição para a compreensão da totalidade social e é definida por Corrêa como "um conjunto de centros funcionalmente articulados em que se verificam a criação, a apropriação e a circulação do valor excedente" (1988a, p. 107). Seu trabalho fundamenta-se nas categorias analíticas essenciais para a produção do espaço propostas por Santos (1992, p. 50) – forma, função, estrutura e processo:

> [...] de um lado, determina-se a forma espacial da rede que, por sua vez, possui uma função esperada para cada ponto – cidade – que a compõe. A análise das articulações de todos os componentes da rede compõe sua estrutura. Por último, na estrutura territorial, na qual se dão a criação, a apropriação e a circulação do valor em ritmo contínuo e proteiforme, determinam-se os processos inerentes à organização espacial da rede urbana (Santos apud Silva, 1994a, p. 15).

A rede urbana, cumpre-se destacar, possui ainda uma dimensão política, porquanto o espaço não é "um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político" (Lefebvre, 1976, p. 31). A construção de redes implica práticas sociais ligadas às decisões de fixos e fluxos que compõem essa rede e às interações entre eles, bem como pressupõe uma gestão – um controle sobre aquilo que está distribuído pelo território –, de modo a garantir uma coesão interna à rede. A gestão é realizada por relações de poder (Raffestin, 1993). A análise do poder no espaço implica avaliar a série de ações que se pratica para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à reprodução dos atores envolvidos (Claval, 1979). Segundo Raffestin, "toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes" (1993, p. 157).

A rede urbana tende a ser alterada em sua forma e função, e sua dinâmica depende dos atores que a geram e a controlam e da posição de cada um deles com relação aos fluxos que circulam e são comunicados na rede. Tais fluxos manifestam a prática social dos atores e suas estratégias de gestão territorial, em que a rede urbana passa a ser o *locus* de múltiplas redes técnicas e sociais, cada uma organizada de modo específico.

No Brasil, um dos laboratórios de pesquisa sobre rede urbana é a Amazônia, que, desde 1960, tem passado por transformações radicais nos diferentes tipos de rede que a cortam. Tais mudanças têm estado atreladas à apropriação capitalista da fronteira, intensificada pela atuação sucessiva de medidas oficiais – como o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais (Polamazônia) e o Programa Grande Carajás (PGC) – e, principalmente, pela implantação de grandes projetos incentivados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que, combinados a outros fatos importantes, como a criação da Zona Franca de Manaus (Suframa) em 1967, cujo funcionamento se deu a partir de 1972, e o estabelecimento de uma infraestrutura de grandes eixos, calcada no sistema rodoviário, garantiram a viabilização dos programas propostos.

Os fatos que se verificaram na Amazônia, em parte, estão ligados ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), que correspondeu a programas e projetos governamentais e de empresas públicas e privadas e impôs no território nacional uma poderosa malha de duplo controle – técnico e político – a que Becker chamou de "malha programada" (1992, p. 132). Becker destaca que, no início dos anos 1970, realizaram-se o Plano de Integração Nacional (PIN) e os programas de colonização e implantação de uma fronteira urbana na Amazônia. Para a autora, é nas estratégias de urbanização dos polos de crescimento e de ocupação da Amazônia que melhor se observam os elementos constituintes dessa "malha programada", estando a rede urbana transformada na principal base logística da acelerada modernização.

Diante dessas medidas, que provocaram profundas transformações e tiveram como *locus* principal a cidade, a Amazônia, com estrutura socioespacial cristalizada no período de 1850 a 1960, sofreu uma ruptura. As transformações recentes alteraram sua organização socioespacial em várias direções, na forma, nas funções, no papel das cidades, nas interações espaciais mais complexas, em seu tamanho funcional, originando complexas redes nas quais cada centro desempenha múltiplos papéis. Essas novas redes se formaram: 1) minimizando seções da antiga rede; 2) superpondo redes antigas e novas; 3) justapondo redes novas e antigas; e 4) garantindo a permanência de seções (partes) da rede antiga.

De fato, a rede urbana amazônica apresenta as seguintes características: complexidade genética; diversos padrões; crescente complexidade funcional de seus centros; e diversos tipos e intensidade de integração interna e externa. Esse quadro resulta de um processo complexo de criação e evolução dos centros urbanos, processo esse que tem sido marcado por uma desigual espaço-temporalidade (Corrêa, 1993b, p. 2).

As transformações verificadas na rede urbana amazônica ainda estão em curso, pois a fronteira, até hoje, não se esgotou. A rede não está acabada e, obviamente, novos núcleos urbanos surgirão, enquanto outros serão refuncionalizados ou, ainda, poderão se tornar estagnados ou mesmo condenados ao desaparecimento.

Desse modo, o resgate da dimensão urbana da Amazônia se justifica em decorrência de sua relevância para a geografia; por meio dessa dimensão, é possível determinar as diferentes escalas da divisão territorial do trabalho e a complexidade da rede urbana, em virtude do papel específico e hierarquizado de cada lugar nos fluxos que compõem os diversos tipos de rede.

As redes de fluxos, que se realizam em uma sociedade por meio das conexões materiais (sistemas de transportes) e não materiais (fluxos de capitais e mensagens diversas), revelam formas que podem ser traduzidas em padrões de conexões espaciais. Tais formas são resultantes das relações de dominação e complementaridade entre os centros – "decisões, investimentos e inovações circulam, de modo descendente, dos grandes centros metropolitanos nacionais e globais para centros menores, transformando constantemente e de forma desigual as atividades e a rede de cidades" (Corrêa, 1988c, p. 109) –, nos quais práticas e inércias cristalizam, pelo menos durante certo tempo, um padrão de funcionalidade da rede urbana.

Caminho de investigação do fenômeno espacial

Como sabemos, existem dois caminhos de investigação do fenômeno espacial. Corrêa elabora de imediato, após definir a problemática, os questionamentos:

> [...] a partir da problemática, podemos lançar algumas questões, isto é, interrogantes a respeito de nosso objeto. Esse é um ponto crucial, pois qualquer aspecto do mundo real (uma cidade, uma área industrial, um processo de transformação da paisagem etc.) pode ser questionado por inúmeras interrogantes. Nossos questionamentos devem estar solidamente associados à problemática que elegemos. As questões devem ser, assim, justificadas recorrendo à teoria ou a evidências empíricas. É necessário, por outro lado, haver uma questão central, que pode, entretanto, ser subdividida em três, quatro ou cinco subquestões. Estas, reafirma-se, são desdobramentos da questão central e novas questões. A questão central deve ser geográfica. As subquestões, não necessariamente. Em outras palavras, na questão central, devemos considerar a dimensão espacial do objeto selecionado (s. d., pp. 2-3).

Nery Corrêa, em seu projeto de pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do antigo Departamento de Geografia, atual Instituto de Geografia da UERJ, identificou dois caminhos de investigação. O primeiro não será opção nossa, pois o caminho em que comungamos com Corrêa e Nery Corrêa é o da lógica da descoberta, e não o da lógica da verificação, cujo levantamento de hipóteses se faz necessário por se partir do princípio de que o objeto selecionado é conhecido pelo pesquisador.

As hipóteses são respostas provisórias ao problema da pesquisa (Cervo e Bervian, 1978). O desafio, durante sua execução, é verificar a validade dessas "respostas provisórias", seja para confirmá-las ou refutá-las. Cada hipótese deve ser formulada de forma afirmativa. Marinho indica que a

> hipótese é sempre uma conjectura inteligente em relação a um problema, numa tentativa de explicação satisfatória dos fenômenos envolvidos. Como normas, as hipóteses buscam oferecer explicações gerais de relação ou de causalidade, pelas quais os fenômenos se comportam de determinada maneira (1980, p. 29).

Para Cervo e Bervian, em termos gerais, a hipótese

> consiste em supor conhecida a verdade ou explicação que se busca. Em linguagem científica, a hipótese equivale, habitualmente, à suposição verossímil, depois comprovável ou denegável pelos fatos, os quais hão de decidir, em última instância, sobre a verdade ou falsidade dos fatos que se pretende explicar. A hipótese é a suposição de uma causa ou de uma lei destinada a explicar provisoriamente um fenômeno até que os fatos a venham contradizer ou afirmar (1978, p. 29).

De forma mais simplificada e direta, a hipótese da pesquisa é uma resposta provisória à formulação do problema. Caso as evidências colhidas no processo investigativo não confirmem a hipótese, certamente trarão, por si mesmas, uma nova hipótese.

A formulação de hipóteses marcou um momento da geografia positivista e neopositivista no Brasil, dos anos 1930 até os anos 1970, em que a ocorrência dos fenômenos geográficos era explicada, de forma geral, segundo a relação ou a causalidade de tais fenômenos. A partir do momento em que tomamos conhecimento da complexidade das interações entre natureza e sociedade, antecipou-se o debate na geografia (Aguiar, 2012, p. 49), no qual o ecúmeno foi considerado um complexo de complexos, "um todo formado e caracterizado pela superposição e pelo entrecruzamento de diferentes níveis de complexidade". Apropriando-se das ideias de Morin (1996), Aguiar afirma que "complexo não é uma oposição ao que é simples; a noção de complexo refere-se a tudo que é tecido junto, em conjunto" (2012, p. 49). Para ela, "o pensamento complexo é aquele no qual o pesquisador se confronta sempre com a dificuldade" (p. 49). Por outro lado, de forma breve, tratando-se da causalidade em geografia, Aguiar aponta, com base em vários autores que trataram desse princípio, que ela é muito complexa. Como distingue Christofoletti, "com sua vontade e suas iniciativas, o próprio homem é uma causa que traz perturbações àquilo que poderia parecer a ordem natural" (apud Aguiar, 2012, p. 53). A autora ainda destaca, lembrando as ideias de Demageon, "o quanto é difícil separar o que é causa de sua consequência, além de se preocupar com o fato de que muitos efeitos se constituem também em causas relevantes a serem consideradas" (pp. 53-4).

Em seus trabalhos de sistematização, Derruau já conjugava a ideia de que "a geografia é a ciência das relações de coexistência, que nem sempre são relações de causalidade", e ponderava que, "apesar de ser uma ciência explicativa, às vezes a noção de causa é obscura, e cabe a possibilidade de substituí-la pela noção de relação ou conexão" (apud Aguiar, 2012, p. 54). Geiger afirma que "não se considera haver linearidade no processo social, do tipo causa/efeito. Os eventos do processo social são vistos como resultados da articulação de um conjunto de variáveis, onde uma e outra podem se destacar para definir dada conjuntura" (2012, p. 208).

Portanto, para trabalhar com a lógica da verificação na atualidade, deve-se pensar e reelaborar o pensamento a partir das assertivas de Aguiar (2012) e Geiger (2012), no tocante à relação ou à causalidade dos fenômenos e à complexidade das interações entre natureza e sociedade.

Posto isso, é provável que pesquisadores na contemporaneidade prefiram caminhar pela lógica da descoberta, na qual pelo menos um questionamento central se torna imprescindível. Esse caminho é utilizado quando o fenômeno espacial não é totalmente conhecido pelo pesquisador (Nery Corrêa, 2004).

A questão central e as subquestões são interrogantes a respeito do objeto selecionado e amplamente adotadas por Corrêa (s. d.) e por outros autores.

Cumpre mencionar, ainda, que em um projeto de pesquisa não cabe formular os dois caminhos de investigação: o da lógica da verificação e o da lógica da descoberta. Trata-se de lógicas distintas, e cabe ao pesquisador escolher a melhor opção para tratar a problemática construída.

No projeto mencionado, adotamos o procedimento da lógica da descoberta para a Amazônia. Como já dissemos, partimos da ideia de que a rede urbana é um reflexo da divisão territorial do trabalho e uma condição desta. Diante desse contexto, no mundo atual, a rede urbana torna-se complexa – cada centro desempenha múltiplos papéis, pertencendo, de modo diferenciado, a múltiplas redes simultaneamente. Partindo desse pressuposto, a pesquisa a ser desenvolvida tem como questão central entender "como está estruturada a rede urbana da Amazônia".

A análise dessa questão será realizada por meio de sua subdivisão em três subquestões interligadas entre si:

a) Que tipos de rede foram instaurados na Amazônia?

Essa questão preocupa-se em identificar três tipos de rede. Como referencial básico para essa interconexão, utilizam-se as premissas de Miossec (1976): a rede de distribuição, associada à hierarquia dos lugares centrais segundo a necessidade da procura de bens e serviços; a rede de produção, baseada na estrutura produtiva das cidades que se articulam por vias de comunicação e transporte, envolvendo várias localizações com um valor mínimo de produção, consumo e circulação que justifique sua permanência; e a rede de gestão, ou de decisão, constituída por alguns polos, lugares de interação vantajosa, correspondendo às vantagens que os gestores encontram ao dispor dos equipamentos aí localizados.

b) Como cada centro urbano se situa em cada tipo de rede?

Essa questão parte do pressuposto de que a divisão territorial do trabalho se condiciona à rede urbana e de que a desigualdade socioespacial do capital se revela por meio da atuação dos grandes centros de produção, circulação e acumulação da mais-valia. Há uma diversidade de redes urbanas, das quais cada centro urbano participa simultaneamente, ainda que com intensidades diferentes de diversas redes, desempenhando em cada uma um papel distinto, ou até mesmo ficando à margem, em determinado momento, constituindo o que Santos determinou "reserva de lugares" (Nacif, 1993, p. 43).

c) Que alterações se verificaram na rede urbana existente?

Essa questão está intimamente ligada às transformações por que passou a Amazônia nos últimos trinta anos, as quais provocaram uma ruptura em sua estrutura socioespacial, construída desde 1850. Consequentemente, uma rede mais complexa foi gerada, com seções (sub-redes) elaboradas em diferentes épocas. No momento, várias redes se justapõem e se superpõem, formando uma multiplicidade de redes em que cada lugar (centro urbano) desempenha múltiplos papéis e está em várias redes, e não mais, monotonicamente, em uma única, como no passado era representada a rede dendrítica da Amazônia.

Operacionalização

Última etapa na construção de um projeto de pesquisa, diz respeito à metodologia, na qual são apontados procedimentos, técnicas – descrição, forma de aplicação, codificação, tabulação e delimitação de universos –, amostragem e tratamento estatístico (Lakatos e Marconi, 1989).

Para Corrêa, esse passo está essencialmente vinculado à questão "Como?", isto é, de que modo iremos efetivamente responder aos objetivos e às questões formuladas. O autor menciona dois aspectos importantes na operacionalização: as fontes e os procedimentos. Aponta como fontes as diversas possibilidades de se ter informantes do mundo real. Convém explicitar que não são fontes ligadas ao embasamento teórico-conceitual. Muitos pesquisadores confundem e indicam na operacionalização as fontes bibliográficas que nortearam a construção das ideias. Neste momento, estamos apontando mapas, informações estatísticas, filmes, noticiários (jornais, rádio, televisão), documentos em arquivos, agentes sociais – informantes: moradores, empresários, trabalhadores, políticos – e instituições públicas e privadas, entre outros.

Os procedimentos, para Corrêa, referem-se às possibilidades de se produzirem informações, exemplificadas por questionário fechado e/ou aberto, entrevista dirigida, mapeamento, leitura de fotografias e imagens de satélites, análise estatística etc., dependendo de qual seja a melhor opção para o pesquisador dar conta de seu objeto.

Ainda segundo Corrêa, "é conveniente frisar que deve haver uma compatibilidade entre os questionamentos e a operacionalização, iniciando-se pela factibilidade de se responder às questões formuladas" (s. d., p. 4).

Em nosso projeto de pesquisa, apresentamos a seguinte proposta de operacionalização (Ribeiro, 1995): quanto aos fins a que se propõe, a pesquisa se baseia na descrição e investigação explicativa vinculada às diferentes características das redes a serem analisadas, como estabelecer correlações entre as variáveis e definir sua natureza. Do mesmo modo, por ser de cunho explicativo, pretende-se esclarecer quais fatores

contribuem para a ocorrência da nova funcionalidade e espacialidade da rede urbana da Amazônia, no tocante aos três tipos de interação espacial – a produção, a distribuição e a gestão. A pesquisa também tem por caráter a investigação documental e bibliográfica, baseando-se em censos demográficos, econômicos, tabulações especiais e material publicado em livros, revistas e jornais. Portanto, trata-se de uma pesquisa de cunho estritamente quantitativo. Dentre o material documental a ser pesquisado, podem-se mencionar: 1) mapas rodoviários estaduais (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER); 2) mapas das regiões de influência das cidades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE); 3) mapas dos aeródromos (Rotaer), Ministério da Aeronáutica; 4) censos demográficos e econômicos (IBGE); 5) informações básicas municipais (IBGE); 6) *Manual auxiliar de rotas aéreas* (Rotaer), Ministério da Aeronáutica; 7) *Anuário do transporte aéreo* (Departamento de Aviação Civil, DAC), Ministério da Aeronáutica; além de outros materiais documentais que poderão ser utilizados durante a elaboração da pesquisa.

A pesquisa a ser empreendida terá como procedimentos operacionais a análise estatística de fontes primárias e secundárias, segundo diferentes matrizes e seus respectivos mapeamentos.

Embasamento teórico[3]

Em decorrência do limite de páginas deste artigo, optou-se por apresentar, nesta etapa, a estruturação da pesquisa original, fundamentada nos pressupostos teórico-conceituais e suas respectivas fontes, e procedimentos (operacionalização) a serem utilizados para alcançar os objetivos e questionamentos formulados. Porém, seria importante mencionar as bases teórico-conceituais utilizadas. Foi escolhido o tema tema das redes, uma das mais relevantes tarefas para os geógrafos na atualidade, a partir de considerações sobre elas e de seus significados, recorrendo-se ao passado e ao presente. Em seguida, analisaram-se as redes e o poder, a partir das contribuições de Raffestin (1993) e Miossec (1976), tendo por exemplificação empírica, como já mencionado, a Amazônia. A pesquisa divide-se em três partes. A primeira versa sobre o embasamento teórico. O recorte teórico está subdividido em três grandes tópicos: o primeiro considera os trabalhos de Mesquita (1992), Corrêa (1993a), Haesbaert (1994) e Santos (1994), utilizando suas análises no que tange ao tema proposto – as redes – e procurando considerar alguns pontos comuns elaborados em seus estudos.

---

[3] Optou-se por não mencionar nas referências os autores que deram suporte ao embasamento teórico-conceitual e ao recorte espacial exemplificado. Para estes, consultar Ribeiro (1995, 1998). Seja dada ênfase aos autores que discutem o foco principal deste texto: a metodologia de pesquisa.

O segundo tópico trata da análise da rede e seus vários significados ao longo do tempo, remetendo-se às obras de Labasse (1955), Haggett (1974), Teixeira (1975), Pred (1979), Claval (1988), Dupuy (1988, 1991), Amar (1988), Guilherme (1988), Lepetit (1988), Martin (1988), Ribeill (1988), Corrêa (1989a; 1993a), Randolph (1993), Nacif (1993), Naisbitt (1994) e Santos (1994).

O terceiro tópico analisa as redes e o poder por meio das contribuições de Miossec (1976) e Raffestin (1993). Ainda utilizam-se, como complementação aos dois autores, as obras de Christaller (1933), Hymer (1978), Santos (1979, 1988, 1994), IBGE (1987), Fredrich e Davidovich (1988), Corrêa (1989a, 1993b) e Silva (1994).

Cumpre mencionar que a concepção teórica pauta-se por uma escala mais ampla na lei do desenvolvimento desigual e combinado, decorrente do processo de centralização/concentração de capital, riqueza, produção, pessoas e poder.

A segunda parte da pesquisa está pautada pela análise dos indicadores e variáveis selecionados, conforme cada um dos três tipos de rede: a de distribuição, a de produção e a de gestão. Esses indicadores e variáveis permitem responder à questão central e a seus desdobramentos (subquestões).

Para cada tipo de rede, será(ão) indicado(s) o(s) respectivo(s) indicador(es), variável(eis) selecionada(s), os resultados e as respectivas fontes de dados.

a) Rede de distribuição

- Indicador – a centralidade conforme a teoria dos lugares centrais.
- Variável – intensidade dos fluxos de deslocamento de consumidores em busca de bens e serviços, raros ou frequentes, encontrados de forma diferenciada, conforme o nível hierárquico das cidades.
- Resultados – hierarquia e área de influência dos centros urbanos, representados por quadros e mapas.
- Fonte – projeto Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 1993) do Departamento de Geografia do IBGE.

A importância da análise da Rede de Distribuição de Bens e Serviços deve-se ao fato de ela ser utilizada nas atividades de planejamento e gestão do território, nas esferas pública e privada, permitindo, entre outros usos, racionalizar decisões quanto à localização de diferentes tipos de atividade econômica ou de infraestrutura social e fornecer uma aproximação das áreas de mercado das cidades de uma região ou de um país. A intensidade dos fluxos é marcada somente por seu lado qualitativo, baseado em seu direcionamento.

b) Rede de produção

A análise da rede de produção será feita em três passos. O primeiro aborda o tamanho dos centros urbanos nos quais a população urbana residente na sede municipal seja igual ou superior a 5 mil habitantes. O segundo refere-se à construção de uma tipologia dos centros fundamentada nos indicadores de produção industrial, agropecuária e de atividades terciárias. O terceiro pauta-se nas relações espaciais por meio do indicador de fluxos econômicos.

I) Tamanho dos centros

- Indicador – população urbana residente na sede municipal igual ou superior a 5 mil habitantes.
- Variável – tamanho do centro segundo classes populacionais.
- Resultados – hierarquia dos centros urbanos segundo as classes de tamanho da população urbana na sede municipal, representadas cartograficamente por círculos.
- Fonte – censos demográficos (IBGE, 1991).

II) Tipologia dos centros

- Indicadores – produção industrial, agropecuária e de atividades terciárias.
- Variáveis – percentagem do valor da produção industrial, das atividades agropecuárias do comércio e dos serviços em relação ao total do município.
- Resultados – tipologia dos centros representada por mapa dos diferentes tipos combinados das variáveis selecionadas.
- Fontes – censos econômicos (IBGE, 1985) e informações básicas municipais (IBGE, 1989).

Cumpre mencionar, à guisa de explicação, que um mapa será elaborado conjugando o tamanho dos centros, representados por círculos, segundo as classes de tamanho populacional e a respectiva tipologia, com base na conjugação das atividades econômicas.

III) Relações espaciais

- Indicador – fluxos econômicos conforme escalas geográficas: estadual, regional, nacional e internacional.
- Variável – número de referências sobre quanto determinado produto, segundo a respectiva atividade (industrial, agropecuária e extrativa vegetal), foi comercializado nas diferentes escalas geográficas.
- Resultados – matrizes segundo: a) escalas de fluxos de mercado, conforme tipologia dos centros por classes de tamanho populacional; b) escalas de fluxos de mercado, conforme as atividades econômicas por classes de tamanho populacional.
- Fonte – informações básicas municipais (IBGE, 1989).

As variáveis selecionadas servem para qualificar a estrutura de setores de atividade em termos de desempenho, segundo o valor da produção industrial, das atividades agropecuárias, do comércio e dos serviços. Para complementar essas informações e chegar a uma tipologia que mais se aproxime da realidade, será utilizado um quesito das informações básicas municipais referente ao ano de 1989, o qual expressa, por ordem de importância, as três principais atividades econômicas encontradas nos diferentes municípios.

A estrutura produtiva, considerada por meio das variáveis concernentes ao valor da produção industrial, das atividades agropecuárias, do comércio e dos serviços dos diferentes centros urbanos, quer como expressão da maneira desigual como se distribuem no espaço os investimentos privados e públicos, quer por seus impactos sobre outros setores da organização urbana, é um indicador importante para compreender a configuração do sistema urbano (Fredrich e Davidovich, 1988, pp. 41-3).

Buscando identificar padrões espaciais que permitam entender melhor a organização da rede urbana, será elaborada uma tipologia dos centros a partir da situação geral na estrutura produtiva.

Na rede de produção, a integração da rede urbana é mais complexa, intensa e

> não mais é marcada exclusivamente por interações do tipo descrito pela teoria das localidades centrais, mas inclui também interações de complementaridade no âmbito de uma mais complexa divisão territorial do trabalho (em nível mundial), na qual há numerosas especializações funcionais que definem inúmeros centros urbanos (Corrêa, 1993b, pp. 7-8).

A importância da rede de produção reside em que, em uma economia capitalista, pela estratégia geral de maximização de lucros, os investidores do setor privado se orientam, preferencialmente, para as localizações que ofereçam perspectivas de uma rentabilidade maior, ou seja, para aquelas que, por possuírem condições de produção mais desenvolvidas, permitem maior redução dos custos de operação. Essa seletividade motivada pela procura de lucros faz com que determinados setores do sistema produtivo, com características semelhantes, agrupem-se em determinadas unidades espaciais em uma região ou no país. A divisão territorial do trabalho, assim estabelecida, acentua a desigualdade espacial entre áreas que dispõem de boa infraestrutura, que tendem a se tornar ainda mais bem equipadas, e aquelas menos desenvolvidas.

Um problema verificado preliminarmente, no que se refere às variáveis selecionadas para o estudo da rede de produção, diz respeito à defasagem dos dados referentes ao valor da produção industrial, das atividades agropecuárias, da receita do comércio e dos serviços, incluídos no último censo econômico elaborado pelo IBGE. Essa defasagem foi minimizada pelas informações básicas municipais referentes ao ano de 1989, mas, em virtude de sua existência, deu-se preferência àqueles ligados à população economicamente ativa em indústria de transformação, extrativa mineral e serviços industriais de utilidade pública já mencionados, evitando-se a generalização dos resultados e da análise para a rede de produção.

c) Rede de gestão

A análise da rede de gestão utiliza dois indicadores: o primeiro se refere ao grau de controle das atividades econômicas por meio dos assalariados externos controlados segundo os gêneros e grupos industriais; o segundo se apoia nas interações interpessoais, segundo o número de passageiros de destino nos aeroportos.

I) Controle das atividades econômicas

- Indicador – grau de controle das atividades econômicas.
- Variável – assalariados externos controlados segundo os gêneros e, grupos industriais por municípios, discriminando o nome da empresa.
- Resultados – identificação de centros de gestão do território medida pelo número de assalariados externos controlados segundo os gêneros industriais e respectiva atuação espacial, conforme as unidades da Federação, e tipologia dos centros de gestão do território, de acordo com a concentração

espacial e a diversificação – especialização industrial, representados por quadros e mapas.
- Fonte – tabulação especial do censo industrial (IBGE, 1985).

Cumpre fazer referência ao que se entende por assalariado externo: "aquele empregado que trabalha em estabelecimento (fábrica, loja, agência bancária etc.) pertencente a uma empresa cuja sede localiza-se em outro lugar que o do estabelecimento" (Corrêa, 1994, p. 2).

Esse conceito tem importância por indicar o controle que dado centro exerce sobre a vida econômica, política e social de determinado lugar, influenciando o nível de empregos diretos e indiretos, a renda e os impostos. Para Corrêa, os assalariados externos representam "mais do que isso; quando acompanhado da descrição das atividades em que estão empregados, constitui-se em dado capaz de indicar a inserção de cada lugar na divisão territorial do trabalho da empresa e do país, região ou em âmbito internacional" (p. 2).

No tocante aos assalariados externos industriais, cabe ressaltar que tal variável permite indicar o papel de cada centro industrial na divisão territorial do trabalho no país. Possibilita-nos revelar ainda uma complexa rede de atividades que envolve o processo produtivo na cidade e no campo e o papel de gestão de algumas cidades brasileiras (p. 3).

Corrêa tece alguns comentários a respeito dos dados utilizados e de seus limites quanto aos resultados obtidos. Contudo, esses comentários não invalidam sua utilização para uma pesquisa, apenas indicam alguns desses limites, os quais estão centrados no conceito de estabelecimento industrial adotado pelo censo (o censo industrial de 1985, assim como os anteriores, não considera o estabelecimento industrial, unidade de levantamento das informações, como o local em que a produção é realizada, identificado por um mesmo endereço, muitas vezes com dois ou mais estabelecimentos industriais).

Outro limite dos dados refere-se à definição dos gêneros industriais. O exemplo mais significativo diz respeito à mecânica, que parece ter ampliado o número de seus empregados, em razão de serem encontradas seções de manutenção em fábricas têxteis, usinas de açúcar, minas e usinas metalúrgicas, entre outras, dimensionando para mais o número de empregados e assalariados externos, assim como o de estabelecimentos.

Por último, como limite aos dados utilizados, Corrêa aponta a adoção da empresa como unidade organizacional e jurídica, com razão social e identificação próprias no Cadastro Geral de Contribuintes, não se considerando unidades

> os grupos econômicos ou corporações constituídos por uma empresa *holding* e suas empresas 'controladas' (50% ou mais das ações nas mãos da *holding*) e 'coligadas' (menos de 50%), empresas que, embora possuam razões sociais próprias, são dependentes das respectivas *holdings* tanto em termos financeiros como decisionais (1994, p. 5).

O mesmo autor revela ainda que

> a limitação em pauta corresponde ao fato de que o número de assalariados externos controlados por dado centro de gestão do território constitui-se em uma aproximação. Dada a concentração do capital nas grandes metrópoles, sobretudo em São Paulo, acredita-se que o número de assalariados externos dos maiores centros de gestão esteja subestimado, enquanto dos centros menores, superestimado (p. 5).

II) Interações interpessoais: fluxos aéreos

- Indicador – fluxos aéreos regulares de passageiros conforme escalas geográficas: intrarregional e extrarregional.
- Variável – número de passageiros desembarcados nos aeroportos, provenientes de voos regulares.
- Resultados – hierarquia dos centros urbanos segundo os fluxos de passageiros desembarcados; hierarquia nodal conforme os fluxos aéreos dominantes (dígrafo); e interação dos centros urbanos de acordo com o volume de passageiros desembarcados/embarcados, representados por quadros, matrizes e mapas.
- Fonte – *Anuário do transporte aéreo* ("Dados estatísticos", DAC, 1991).

Cumpre mencionar que os fluxos aéreos de passageiros regulares serão complementados separadamente pelas companhias de táxi-aéreo e jatinhos executivos, cujas informações são incompletas e irregulares. Trata-se do movimento aéreo do conjunto de empresas cujas aeronaves independem de horários fixos, rotas determinadas, desembarque em pontos do território sem infraestrutura de pouso etc. Esse setor de circuito de fluxos não estruturados do sistema aéreo é o que mais vem crescendo na aviação civil brasileira.

À guisa de exemplificação, em 1990, segundo o DAC, o setor contava com 1.370 aeronaves. Cordeiro e Ladeira (1993) informam que essas empresas são bastante incompletas e falhas e não registram dados sobre o número de passageiros embarcados e desembarcados, o que impossibilita a elaboração de mapas de fluxos. Também nota-se a ausência de muitas cidades importantes nesse circuito. Os únicos dados disponíveis no nível das cidades são relativos ao número de aeronaves e empresas, o que dificulta uma análise mais substancial desse circuito. No caso da

Amazônia, a participação relativa desse setor não estruturado do transporte aéreo, que serve de complemento ao transporte aéreo regular, é bastante significativa e destacada, havendo uma complexa rede "invisível" de táxis-aéreos e pistas de pouso clandestinas, não captadas e não registradas no movimento oficial do espaço aéreo interno (radares do Cindacta). O depoimento de um gerente administrativo de uma dessas companhias de táxi-aéreo demonstra a importância desse tipo de transporte: "O táxi-aéreo chega aonde não tem o meio de transporte. Serve de elo enquanto não chega a rodovia" (Ribeiro e Almeida, 1989, p. 100).

A metodologia a ser seguida para o estudo do circuito de fluxos regulares do sistema aéreo amazônico será aquela utilizada por Freire et al. (1977), aplicando-se a técnica de Nystuen e Dacey por meio de uma matriz de pares de lugares.

Quanto à importância de se trabalhar com os fluxos aéreos de passageiros, sublinhamos que, na década de 1990, a circulação aérea tornou-se extremamente importante, em função de: abertura maior da fronteira amazônica atrelada à maior participação do Brasil no sistema mundializado da economia; expansão do pós-fordismo industrial em nosso país, com unidades de produção, distribuição e gerenciamento espalhadas por todo o território nacional; e frentes de modernização na agricultura.

No Brasil, particularmente na Amazônia, vale frisar a existência de dois circuitos diferenciados de fluxos: aquele das empresas regulares ou estruturadas – com horários, rotas, desembarques e embarques em aeroportos com infraestrutura, que são previstos e controlados – e o das empresas irregulares ou não estruturadas (táxis-aéreos e jatinhos executivos), cujos fluxos não seguem essas normas, gozando de relativa ou total liberdade de ação. Na verdade, esses dois circuitos se complementam, assegurando a seus usuários a acessibilidade a todos os pontos do território. Segundo Cordeiro e Ladeira,

> os aviões do circuito de fluxos irregulares ou não estruturados tanto aproximam as distâncias entre as cidades atingidas pelas aeronaves dos fluxos regulares do sistema quanto multiplicam seus voos nos espaços sem cobertura oficial nas regiões Norte e Centro-Oeste. Levam a qualquer localidade do território a fronteira avançada da tecnosfera, a serviço do grande capital (1993, p. 44).

A gestão do território, como "um conjunto de práticas que visam [...] à criação e ao controle de dada organização especial" (Corrêa, 1994, p. 1), é caracterizada por uma historicidade definida a cada momento por agentes e práticas distintos. No momento atual do capitalismo, os principais agentes dessa gestão são representados pelas grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas e pelo Estado.

O centro de gestão do território é representado pela cidade, onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente certo espaço, que passa a ficar sob o controle da cidade por meio das empresas nela sediadas.

O papel da circulação aérea no estudo dos centros de gestão do território se torna especialmente importante entre os sistemas de fluxos, desde que permita realizar a complementaridade entre as porções especializadas do espaço interno, ligando-as aos outros territórios do espaço externo. Dada a especialização territorial, maiores são a divisão do trabalho e a exigência de circulação, principalmente numa economia mundializada, que exige forte controle e regulação de todo o processo de produção. Como apontam Cordeiro e Ladeira, "entre os circuitos espaciais de produção, além da matéria e da informação, circulam também os homens, que traçam o destino desses espaços" (1993, p. 38).

Após a análise dos indicadores e variáveis exemplificados para cada um dos três tipos de rede – a de distribuição, a de produção e a de gestão –, procuraremos identificar os vários papéis que cada centro da rede urbana da Amazônia desempenha dentro das múltiplas redes a que pertence, simultaneamente ou não, além de determinar que características comuns e diferenças existem em cada uma das três redes a serem consideradas.

Enfim, a terceira e última parte da pesquisa procura tratar das conclusões e suscitar novos questionamentos sobre a temática das redes, contribuindo não apenas para a elaboração da tese, como também para futuros estudos.

Cronograma

Nesta parte do projeto, o pesquisador deve apresentar as atividades que foram executadas, segundo os meses e anos, as etapas que estão em elaboração e aquelas que ainda serão trabalhadas. Deve também explicitar o mês previsto para a defesa da tese.

Referências

No projeto de pesquisa apresentado para o exame de qualificação, dividimos a bibliografia (à época, utilizava-se o termo bibliografia, e não referências) em três partes: obras utilizadas na realização do projeto; obras consultadas na realização do projeto; e levantamentos bibliográficos preliminares.

Considerações finais

Alguns pontos devem ficar claros na mente dos pesquisadores quando da elaboração de um projeto de pesquisa. Primeiro, devemos enfatizar que transformar um plano de trabalho (ideia concebida) em projeto de pesquisa científica não é uma tarefa simples para pesquisadores que possuem experiência e já não precisam de orientação, nem, muito menos, para aqueles que estão iniciando sua carreira de pesquisador, tanto na academia quanto em um órgão de pesquisa. Portanto, temos por princípio que o projeto só será exequível diante de um trabalho exploratório bem elaborado.

A concepção de um projeto de qualidade, em virtude da organização lógica adotada pelo pesquisador, denota de imediato a viabilização da pesquisa. Quando mencionamos a organização lógica, estamos falando dos passos metodológicos, que devem apresentar coerência e articulação clara entre objetivos e metodologias e técnicas a serem utilizadas. Cada etapa tem de estar clara e articulada e, para isso, o texto deve ter clareza, evitar "gongorismos" e prolixidade e permitir a articulação das ideias apresentadas.

Outro elemento importante para evitar problemas de organização das ideias e facilitar o cumprimento das etapas é o diálogo a ser realizado entre o pesquisador e seu orientador. Também é salutar travar discussões com colegas, abordando a temática e os demais passos metodológicos. O diálogo discursivo permite a troca e o enriquecimento das informações entre o pesquisador e seus pares. A interlocução é fundamental para sanar lacunas muitas vezes não percebidas pelo pesquisador.

Outro ponto que não deve comprometer a pesquisa diz respeito ao tempo, que pode ser ingrato. Lembremos que os órgãos competentes, exemplificados com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com a principal missão de organizar a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (Cruz, 2012), subordina as pesquisas a um "tempo burocrático", também entendido como "tempo acadêmico" (Hissa, 1997, p. 48), o que provoca, muitas vezes, uma incompatibilidade entre o tempo disponível para a execução da pesquisa e o tempo acadêmico. Logo, cabe ao pesquisador ficar atento quanto à dimensão do projeto a ser executado e ao "tempo acadêmico" disponível para sua execução. Para isso, a adequação dos passos a serem cumpridos torna-se importante, ou seja, é necessário saber estabelecer os recortes mais apropriados para a pesquisa, evitando amplitudes e magnitudes que posteriormente não possam ser cumpridas e viabilizadas. Contudo, isso deve ser feito sem se comprometerem a estrutura lógica do projeto e a qualidade da pesquisa.

Na pesquisa de caráter empírico, quando estamos problematizando o objeto selecionado, temos, de imediato, de ficar atentos à disponibilidade de informações para sua viabilização. Ademais, devemos articular essas informações com as referências teóricas, que devem ser consistentes e compatíveis com a temática estudada e com o posiciona-

mento do pesquisador diante da corrente de pensamento que está utilizando. Tem de haver coerência entre as fontes e os procedimentos utilizados (operacionalização) e o método de interpretação escolhido.

Outro ponto importante refere-se à estreita relação entre o tema selecionado para investigação e o pesquisador. Para que o desempenho da pesquisa seja atingido com sucesso, paixão, disciplina e motivação, que, muitas vezes, influenciam a qualidade dos resultados, a escolha do objeto deve depender da empatia pessoal do pesquisador pela temática.

Para obter o êxito desejado, a pesquisa deve ter relevância e oferecer contribuição social, ou seja, precisa contribuir para o desenvolvimento acadêmico e obter ressonância social. Mas o que é relevante para a academia e para a sociedade? Para Hissa,

> pesquisas relevantes são as consistentes, críticas, que descortinam o mundo ou parte dele (por menor que seja ele) ou auxiliam a fazê-lo, que consideram outras óticas compatíveis ou associadas, que constroem ligações com outros pequenos mundos, que possam ser aproveitadas ou exploradas, que convidam à crítica, que podem servir de referência para outros trabalhos de continuidade, que permitem ou estimulam o envolvimento social (não importando se por meio do Estado, da iniciativa privada, ou de grupos comunitários) (1997, p. 50).

Para dar conta desses elementos nas etapas de construção de um projeto de pesquisa, não podemos deixar de atentar para o texto e a linguagem a serem empregados. Lembramos que se trata de um texto acadêmico, o qual "deve ser compreendido como a linguagem da ciência" (p. 50). Logo, é necessário que as ideias fluam e que haja preocupação com os vocábulos a serem utilizados e com o encadeamento das palavras.

"O ato de escrever é bastante complexo. É tarefa que demanda anos de prática" (Ribeiro, 1997, p. 50) e em que se procura ter ideias claras e bem articuladas, a fim de facilitar a compreensão do leitor, a qual implica um esforço de reflexão e de organização intelectual.

A articulação e a consistência são elementos fundamentais para o êxito de um projeto, pois estabelecem as ligações para torná-lo claro e receptivo aos leitores. Isso só acontece quando há estreita relação e encadeamento entre os objetivos, a justificativa, o caminho de investigação, a operacionalização e as referências teóricas bem desenvolvidas.

O texto deve apresentar ideias e pensamentos suficientemente compreensíveis e bem organizados, dando consistência ao projeto. Na articulação e na consistência, o referencial teórico tem importância, pois deverá estar articulado e ajustado às etapas metodológicas, desde a escolha da temática até a delimitação do objeto ou a definição e coleta de informações. Hissa afirma que "escolher temas e problemas é refletir teori-

camente sobre eles" (1997, p. 53). Segundo Moraes e Da Costa, a base teórico-conceitual está relacionada à concepção de mundo do pesquisador, à sua visão da realidade, da ciência: "Refere-se, portanto, às posturas filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica e, por que não dizer, à ideologia e à posição política do cientista" (1984, pp. 26-34). Mas o pesquisador terá de tomar cuidado para não cair em uma armadilha e um aprisionamento, colocando-se em uma "camisa de força" ante ao que foi selecionado teoricamente para ser trabalhado.

Por fim, na elaboração de um projeto de pesquisa, por mais solitário que seja, é imprescindível que haja articulação entre o pesquisador e seu orientador, embora o projeto a ser desenvolvido diga respeito diretamente ao pesquisador, que deve ter liberdade para construir seus próprios interlocutores, e não ficar preso à figura do orientador. A relação do pesquisador com o orientador tem de apresentar afinidades pessoais e intelectuais, modo pelo qual se evita uma orientação autoritária, que contribui sobremaneira para o fracasso do trabalho e daquele que o executa.

Assim, podemos afirmar que uma pesquisa, para ser transformada em um trabalho bem realizado, requer que o pesquisador cultive a curiosidade intelectual, o entusiasmo, a independência, a disciplina, a capacidade de trabalho, a ambição, e, conforme mencionou Yázigi, "deixe sua estrela brilhar" (2005).

Referências

AGUIAR, Tereza Coni. *Metodologia de análise socioeconômica para planejamento ambiental: uma contribuição à interação sociedade/natureza* (tese). UFF, 2012, 274 p.

AMARAL FILHO, Nemézio. *O passo a passo da monografia em jornalismo*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Quartet, 2011, 128 p.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. 2 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana.* São paulo: Ática, 1989.

——. *Elaboração de projeto de pesquisa: um guia prático para os geógrafos*, s. d., 4 p. (Mimeo.)

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Se a Capes somos nós, quem somos nós? A pós-graduação brasileira em busca de uma identidade*. São Paulo, 2012. (Mimeo.)

FICAGNA, Alessandra Conci. *O turismo alternativo a partir da avaliação do potencial do município de São João da Barra (RJ)* (dissertação). UERJ, 2012, 194 p.

GEIGER, Pedro P. "Tópicos da economia política da globalização". In PACHECO, Susana Mara Miranda e MACHADO, Mônica Sampaio (orgs.). *Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, pp. 203-21.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. "O projeto de pesquisa: valores e contextos". *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, jul. 1997, v. 7, n. 9, pp. 39-55.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1989.

MARINHO, Pedro. *A pesquisa em ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert e DA COSTA, Wanderley Messias. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.

NERY CORRÊA, Marcio Ferreira. *Projeto de pesquisa*. UERJ, 2004. (Mimeo.)

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. *Projeto de pesquisa: dimensões da rede urbana da Amazônia*. UFRJ, 1995, 61 p. (Inédito.)

——. *A complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise* (tese). UFRJ, 1998, v. 1, 335 p.

VIEIRA, Sônia. *Como escrever uma tese*. São Paulo: Pioneira, 1991.

YÁZIGI, Eduardo. *Deixe sua estrela brilhar: criatividade nas ciências humanas e no planejamento*. São Paulo: CNPq/Plêiade, 2005.

YUNI, José e URBANO, Claudio Ariel. *Técnicas para investigar: recursos metodológicos para la preparación de proyectos de investigación*. 2 ed. Córdoba: Brujas, 2006, v. 1.

Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica

Vera Lúcia Salazar Pessôa
Julio Cesar de Lima Ramires

> *Todo empreendimento científico tenta descobrir algo que se aplicará a* todas as coisas *de certo tipo por meio do estudo de* alguns exemplos*, sendo os resultados do estudo, como dizemos, 'generalizáveis' a todos os membros dessa classe de coisas. Precisamos da amostra para convencer as pessoas de que sabemos alguma coisa sobre toda a classe.*
>
> Becker (2007, grifos do autor)

A amostragem representa uma parte importante para a realização tanto da pesquisa quantitativa quanto da qualitativa e, muitas vezes, constitui um problema para qualquer tipo de pesquisa, pois nem sempre o pesquisador tem condições de estudar todos os casos que lhe interessam. O caminho é selecionar uma parte da população (universo) para que os resultados possam ser alcançados com a mais completa precisão. Os procedimentos que o pesquisador usar para coletar os dados, aliados ao tipo de amostragem escolhida na condução da pesquisa, serão importantes para a validade dos resultados.

Em nossa prática de orientação na graduação e na pós-graduação, verificamos que os iniciantes em pesquisa qualitativa fazem muita confusão e apresentam dificuldades em definir o tamanho de sua amostra. Partem do princípio de que já existe um número mínimo de sujeitos definidos em pesquisas anteriores que consultaram e pensam que podem reaplicar esse desenho amostral de forma universal. Alguns chegam a afirmar que 12 sujeitos são um número bom para o desenvolvimento de

uma abordagem qualitativa. Outros insistem em tentar quantificar ou transformar em percentuais os resultados obtidos para uma amostra muito pequena, que não tem significância estatística.

Com este texto, pretendemos apontar algumas questões que julgamos importantes na aplicação de amostragem em pesquisas qualitativas. Seu objetivo é mostrar a importância da amostragem como um subsídio para a pesquisa qualitativa em geografia. Para tanto, ele foi organizado em três itens. No primeiro, discutimos as possíveis complementaridades entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa, na medida em que existe uma ideia recorrente de que essas duas abordagens podem ser utilizadas de forma associada; entretanto, nem sempre são usadas com rigor metodológico. No segundo, destacamos a coleta e o registro de dados e o registro e o papel da amostragem no momento da pesquisa em que são apresentados, de forma didática e sintética, os tipos de amostragem, probabilísticos e não probabilísticos. No terceiro, indicamos as aplicações da amostragem na pesquisa qualitativa e os mecanismos para sua validação, com destaque para a triangulação.

Pesquisas quantitativas e qualitativas: uma discussão sobre as possíveis complementaridades

Uma dificuldade que perpassa a utilização da abordagem quantitativa/qualitativa é a persistência de confusão entre o método como técnica de coleta e análise de dados e os pressupostos lógicos que orientam essa técnica. Para superar esses equívocos, Moraes e Costa diferenciam método de interpretação e método de pesquisa:

> O método de interpretação relaciona-se com as posturas filosóficas, sendo um elemento de relação entre os vários campos da ciência e de cada um com a filosofia, um arcabouço estrutural sobre o qual repousa o conhecimento científico, [...] enquanto o método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizado e um estudo (1987, p. 27).

Na pesquisa educacional, André (1991) lembra que o debate quantitativo/qualitativo passou por três fases: a primeira foi caracterizada pela oposição e pela defesa das diferenças, tanto nos pressupostos teóricos quanto nos procedimentos das duas abordagens; a segunda foi regida pela coexistência pacífica das duas abordagens; e a terceira, marcada pela combinação das técnicas.

A quantificação dos fenômenos sociais apoiou-se na corrente positivista e no empiricismo, enquanto as abordagens qualitativas basearam-se, especialmente, na fenomenologia e no marxismo. Não se deve esquecer que uma das raízes da pesquisa qualitativa

surgiu no âmbito da antropologia e foi o funcionalista e positivista Malinowski[1] quem criou o método etnográfico, conduzindo ao desenvolvimento da pesquisa qualitativa de cunho estrutural-funcionalista.

Ao discutir a oposição quantitativo *versus* qualitativo, Minayo e Sanchez (1993) destacaram que não há um método melhor do que outro, desde que a escolha promova a possibilidade de explicar seu objeto de estudo de forma melhor. Afirmaram ainda que os números, como uma das formas explicativas da realidade, são uma linguagem, como as categorias empíricas da abordagem qualitativa, e ambos devem aproximar-se o mais possível da realidade.

Também discutindo sobre quantitativo *versus* qualitativo, Minayo e Minayo-Gómez destacam que

> nenhum método pode se arrogar a pretensão de responder sozinho às questões que a realidade social coloca. Por isso, exercitando-se um esforço de integração metodológica, pode-se iluminar a realidade a partir de vários ângulos, o que permite confluências, discordâncias, perguntas, dúvidas, falseamentos, numa discussão interativa e intersubjetiva na construção e análise de dados (p. 136).

Esses autores acreditam que os métodos quantitativos e qualitativos se propõem a obter conhecimentos diferentes e complementares. Destacam que os métodos quantitativos estão na linha de desvendamento da extensividade e magnitude dos problemas, enquanto a abordagem qualitativa refere-se à intensividade dos fenômenos, visando aprofundar a compreensão de grupos, de segmentos e de microrrealidades que se expressam em opiniões, crenças, relações, atitudes e práticas. Assim, "esse duplo quantitativo-qualitativo que não se iguala, que não deve ser usado indistintamente, mas de forma adequada, pode se tornar 'uno' na explicação e compreensão de temas que ao mesmo tempo devem ser analisados em sua magnitude e em sua significância" (p. 137).

Para Briceño-León (2003), é possível compreender um processo social utilizando abordagens quantitativas e qualitativas, explorando as potencialidades de cada uma, como era corrente na sociologia urbana até a Segunda Guerra Mundial. A partir de então, difundiu-se de forma hegemônica a utilização dos métodos quantitativos para a apreensão da dinâmica social. A nova geografia também incorporou esses métodos aos estudos urbanos durante as décadas de 1950-1970.

Briceño-León (2003) também relata as diferenças entre as duas abordagens destacando o desenho da investigação e os modos de aproximação com a realidade. Assim, propõe quatro modelos da integração da investigação qualitativa/quantitativa:

---

[1] Bronislaw Malinowski foi um dos fundadores da antropologia do século XX, um dos pais da pesquisa de campo e um dos primeiros antropólogos a usar sistematicamente a fotografia em seus trabalhos. Sua obra clássica, *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, foi publicada em 1921.

- A investigação qualitativa no início, cumprindo o papel de um estudo exploratório, permitindo ao pesquisador construir suas hipóteses e estabelecer as condições para uma posterior investigação quantitativa.
- A investigação quantitativa no início, visando definir, a partir de dados estatísticos, o problema a ser estudado, elaborar hipóteses e complementar com abordagens qualitativas.
- Execução paralela da investigação quantitativa e qualitativa, com o propósito de captar diferentes dimensões da realidade numa investigação em que se presume clareza na teoria e na mensuração das variáveis a serem estudadas; ambos os enfoques têm metas a alcançar com suas estratégias singulares, não existindo uma prioridade temporal ou conceitual entre eles.
- Ambas as técnicas se alternam para avançar no crescimento, procurando recuperar as virtudes de cada uma no sentido de potencializá-las num avanço contínuo em espiral de complexidade do processo de investigação e conhecimento.

O autor chama a atenção para o fato de que, caso se queira ser fiel ao método, não será possível realizar essas combinações, mas se poderá aumentar a capacidade de dar respostas aos objetivos da investigação, a capacidade para compreender um processo social a partir da integração das duas abordagens.

Segundo André (1991), do ponto de vista das técnicas de coleta, a associação quantitativo/qualitativo é possível e desejável, mas, do ponto de vista teórico-conceitual, seria não só indesejável, como, sobretudo, impossível, pois,

> em um caso, temos um processo de pesquisa orientado por uma lógica formal, que se caracteriza por uma concepção linear de conhecimento. Em outro, temos uma lógica conceitual que se insere numa perspectiva dinâmica de conhecimento, e a incompatibilidade entre elas parece evidente (pp. 164-5).

Para Baptista (1999), o confronto entre técnicas quantitativas e qualitativas criou uma dicotomia irreal entre objetividade e subjetividade, a qual gera uma "esquizofrenia metodológica" e leva o pesquisador menos astuto a realizar escolhas radicais e excludentes.

Esse debate é importante na medida em que suscita questões epistemológicas e, consequentemente, o avanço do conhecimento científico, sem se ater aos parâmetros de cientificidade numa perspectiva tradicional de pesquisa que supervaloriza a objetividade, a validade e a fidedignidade. A partir dessa discussão, é possível entender

como definir o número de sujeitos necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Essa etapa remete o pesquisador a compreender a importância da amostragem.

Amostra e amostragem na pesquisa acadêmica: noções e aplicações

Para se realizar uma pesquisa, seja quantitativa ou qualitativa, o levantamento de informações é de fundamental importância. Na coleta de dados, a escolha da fonte está diretamente relacionada aos objetivos da pesquisa, à amplitude do trabalho e à disponibilidade de tempo do pesquisador. Assim, algumas noções gerais de amostragem – o "processo de retirada da amostra" (Gerardi e Silva, 1981, p. 12) – são necessárias:

a) *População:* "Em pesquisa, o conceito de população designa a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características, definidas para determinado estudo" (Rudio, 2002).

b) *Amostra*: "É uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo" (Marconi e Lakatos, 2003, p. 163). Ao se referir à amostra, Rudio destaca que

> o mais importante, ao selecioná-la, é seguir determinados procedimentos que nos garantam ser ela representação adequada da população da qual foi retirada, dando-nos, assim, a confiança de generalizar para o universo o que nela for observado. Para garantir essa representatividade, a técnica de seleção da amostra está interessada em responder a indagações fundamentais, como as seguintes: *a) quantos indivíduos deve ter a amostra para que represente de fato a totalidade de elementos da população; e b) como selecionar os indivíduos de maneira que todos os casos da população tenham possibilidades iguais de ser representados na amostra* (2002, pp. 62-3, grifos do autor).

c) *Unidades amostrais (ou unidades taxonômicas de observação):* "São elementos a partir dos quais são levantadas as informações; por exemplo: municípios, propriedades agrícolas, postos meteorológicos, pontos em fotos aéreas, estabelecimentos comerciais e industriais" (Gerardi e Silva, 1981, p. 13).

Os dois grandes grupos de amostragem são: amostragem probabilística e não probabilística (quadro 1). A escolha de cada tipo vai depender do objetivo da pesquisa.

Quadro 1 – Tipos de amostragem

Amostragem probabilística	Amostragem não probabilística
Rigorosamente científica e se fundamenta em leis estatísticas que lhe conferem a fundamentação científica: a lei dos grandes números, a lei da regularidade estatística, a lei da inércia dos grandes números e a lei da permanência dos pequenos números.	Não apresenta fundamentação matemática ou estatística e depende, unicamente, de critérios do pesquisador. Os procedimentos são mais críticos em relação à validade de seus resultados, porém apresentam vantagens, sobretudo no que se refere ao tempo despendido.
Os tipos de amostragem probabilística mais usuais são:	Os tipos de amostragem não probabilística mais conhecidos são:
• *Amostragem aleatória simples*: atribuir a cada elemento da população um número único para depois selecionar alguns desses elementos de forma casual. Para garantir que a escolha dessa amostra se deva realmente ao acaso, podem-se utilizar tábuas de números aleatórios; • *Amostragem sistemática*: é uma variação da amostragem aleatória simples. Para sua aplicação, a população deve ser ordenada de modo que cada um de seus elementos possa ser identificado unicamente pela posição; • *Amostragem estratificada*: caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada. O critério para delimitar os subgrupos ou estratos pode ser encontrado em propriedades como sexo, idade ou classe social; • *Amostragem por conglomerados*: é indicada em situações em que é difícil identificar seus elementos. Por exemplo: em pesquisas em que a população seja constituída por todos os habitantes de uma cidade, a seleção da amostra será a partir de conglomerados (quarteirões, famílias, organizações, edifícios, fazendas); • *Amostragem por etapas*: é usada quando a população se compõe de unidades que podem ser distribuídas em diversos estágios. É útil quando se deseja pesquisar uma população cujos elementos se encontram dispersos numa grande área, como estado ou país. Por exemplo: numa pesquisa em que o universo fosse todos os domicílios do Brasil, num primeiro estágio, poderiam ser selecionadas microrregiões; num segundo, os municípios; num terceiro, bairros e quarteirões; e, num último estágio, os domicílios.	• *Amostragem por acessibilidade ou conveniência*: constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem e é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso e admite que possam representar o universo. Esse tipo de amostragem é aplicado em estudos exploratórios ou qualitativos em que não se requer elevado nível de precisão; • *Amostragem por tipicidade ou intencional*: consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. A principal vantagem no uso desse tipo de amostragem está nos baixos custos de sua seleção; porém, requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado; • *Amostragem por cotas*: esse é o procedimento não probabilístico que apresenta maior rigor. De modo geral, é desenvolvido em três fases: a. classificação da população em função de propriedades tidas como relevantes para o fenômeno estudado; b. determinação da proporção da população a ser colocada em cada classe, com base na constituição conhecida ou presumida da população; c. fixação de cotas para cada observador ou entrevistador encarregado de selecionar elementos da população a ser pesquisada, de modo que a amostra total seja composta em observância à proporção das classes consideradas. Esse tipo de amostragem é usualmente aplicado em levantamento de mercado e em prévias eleitorais.

Fonte: Gil (1999, pp. 100-5).
Organização: Vera Lúcia Salazar Pessôa (2012).

Enquanto na pesquisa quantitativa a amostragem probabilística é o tipo mais característico, na abordagem qualitativa, a amostragem intencional (ou teórica) é a mais usual.

Outra parte importante da pesquisa científica é a coleta e o registro dos dados, que devem ser realizados com o máximo rigor e empenho do pesquisador. Essa parte pode ser trabalhada considerando as seguintes etapas, dependendo do tipo de pesquisa a ser realizada: pesquisa bibliográfica, pesquisa na internet, pesquisa documental, pesquisa de laboratório e pesquisa de campo. O quadro 2 apresenta as características dessas etapas.

Quadro 2 – Etapas da pesquisa científica para a coleta de dados

Etapa	**Finalidade**
Pesquisa bibliográfica	Realizada a partir dos conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito de seu tema de pesquisa.
Pesquisa na internet	Realizada a partir de consultas aos endereços disponíveis, com o objetivo de verificar, da mesma forma que a pesquisa bibliográfica, o que está disponível sobre a temática da pesquisa. O registro bibliográfico das fontes localizadas na internet é feito de acordo com as normas de referências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
Pesquisa documental	Realizada a partir de documentos, escritos ou não. As fontes de documentos podem ser arquivos públicos, arquivos particulares e fontes estatísticas.
Pesquisa de laboratório	Realizada a partir de instrumental específico e ambiente adequado para analisar/comprovar as hipóteses por meio de experimentação e controle das variáveis.
Pesquisa de campo	Realizada com as mesmas exigências no âmbito da ciência, não envolvendo a experimentação propriamente dita. Para a coleta dos dados, é importante definir as técnicas de registros dos dados e, ainda, aquelas que serão usadas para a análise das informações obtidas.

Fonte: Pádua (2002), Severino (2000) e Marconi e Lakatos (2003).

Organização: Vera Lúcia Salazar Pessôa (2012).

Para garantir a representatividade e significância das amostras e os limites de exatidão (margem de erro) que a pesquisa comporta, o pesquisador deve organizar um plano de amostragem. O auxílio de um especialista em estatística é muito frequente para rever e discutir os critérios da amostragem, de classificação e codificação dos dados e as operações de tabulação (Pádua, 2002).

Conforme já destacamos, uma das questões cruciais para os iniciantes em pesquisa qualitativa é a definição do tamanho da amostra, em virtude da forte herança dos

postulados da amostragem nas pesquisas quantitativas, nas quais esse procedimento é relativamente simples de ser definido.

> Talvez influenciados pela formação universitária positivista e pela convivência no ambiente acadêmico com predominância dos trabalhos de paradigmas das ciências naturais, vemos pesquisadores qualitativistas principiantes serem atropelados pela própria ansiedade, no sentido de definir, já *a priori*, o número de sujeitos de um campo escolhido. Devemos ter em mente que para o pesquisador qualitativista não cabe raciocinar como um apriorista, isto é, como quem detém afirmações ou conhecimentos anteriores à experiência (Turato, 2003, p. 359).

A pesquisa qualitativa, em geral, trabalha com pequenas quantidades/números, já que não tem como preocupação central generalizar os resultados, mas, sim, lançar possibilidades de generalizar novos conceitos e pressupostos apontados em seu início (Turato, 2003). Por exemplo,

> na pesquisa clínico-qualitativa, a preocupação com o tamanho da amostra pode ser praticamente nenhuma, pois nos interessa o estudo de um tema no discurso dos diversos tipos psicossociais e demográficos de sujeitos (tantos quantos o pesquisador definir e assim justificar) ou de um assunto em si (abordado por tantos sujeitos quantos forem necessários para compor e aperfeiçoar uma teoria sobre o assunto, independentes de tipos caracterizados) (p. 361).

Não se pode perder de vista que "a pesquisa quantitativa procurará ver como o fenômeno se comportará matematicamente numa população, enquanto a pesquisa qualitativa buscará interpretar o que as pessoas dizem sobre tal fenômeno e o que fazem ou como lidam com isso" (p. 362).

Portanto, a definição prévia do número de sujeitos a serem entrevistados, por exemplo, é inadequada. A amostragem proposital permite que os sujeitos sejam investigados porque as questões da pesquisa emergem, num primeiro momento, da realidade pesquisada. Isso não significa que o tamanho da amostra nunca será definido, mas essa construção deve ser concebida como um processo em construção, o que deve estar bem explicitado no projeto de pesquisa.

Conforme destaca Pires (2008, p. 157), é próprio da pesquisa qualitativa ser flexível, ter formas muito diversificadas e comportar, então, diferentes adaptações da amostra. Além disso, a amostra pode se modificar à medida que a pesquisa se desenvolve, sendo difícil, e mesmo impossível, descrever o procedimento de amostragem

sem fazer referência ao projeto de construção progressiva do objeto como um todo. Na abordagem qualitativa,

> enfatizam-se mais as relações entre a amostra e o objeto do que as regras técnicas de amostragem [...] Negligenciar as regras técnicas no quantitativo pode deturpar ou falsear os resultados, considerando-se as relações que a formação quantitativa mantém com a teoria estatística. As regras técnicas adquirem, assim, grande importância. No qualitativo, considerando sua interdependência frente à teoria estatística, é a relação entre o objeto de estudo e o *corpus* empírico que conta mais. Grosso modo, no qualitativo, os erros técnicos de amostragem acarretam problemas menos graves, ou mais fáceis de corrigir; mas, em contrapartida, deve-se manifestar uma vigilância crescente quanto às relações entre o objeto e *corpus* empírico (p. 157).

Nas pesquisas com uma estrutura aberta, como é o caso da maioria das qualitativas,

> a ideia de amostra não vem naturalmente à mente. O analista designa, então, seu material pelas expressões '*corpus* empírico', 'população', 'totalidade', 'estudo-piloto', 'estudo de caso' etc. Por quê? Talvez porque, na falta de um procedimento operacional de amostragem, a ideia de escolher ou selecionar não apareça como uma etapa essencial da metodologia, ou concernente a ela (p. 162).

Tanto as pesquisas quantitativas quanto as qualitativas

> são obrigadas a tornar mais flexível sua ligação com o universo de análise, para produzir um conhecimento heurístico. Mas, para que esses resultados teóricos sejam reconhecidos como tais (e não com hipótese *a priori*), é preciso que a parte empírica seja 'bem construída'. As duas pesquisas fazem primeiro uma generalização empírica, mas uma o faz por meio de uma análise estatística, e a outra, por meio de uma análise qualitativa. Pode-se designar essa generalização qualitativa pelo nome de indução empírico-analítica, para distingui-la, de um lado, da generalização teórica própria às duas pesquisas. Nos dois casos, a generalização empírica é apenas uma etapa intermediária do processo global de generalização (p. 170).
>
> [...] É evidente que uma pesquisa qualitativa não pode nem fazer inferências estatísticas, nem mesmo descrever quantitativamente um fenômeno, determinando sua frequência, sua distribuição etc. Certamente, isto não quer dizer que o pesquisador qualitativo não pode estimar, qualitativamente, ordens de grandeza, de intensidade, de distribuição, de tipicidade etc. Contudo, ele não pode quantificar essas estimativas (p. 191).

Para Fontanella, Ricas e Turato, "a seleção dos elementos decorre, sobretudo, da preocupação de que a amostra contenha e espelhe certas dimensões do contexto, algumas delas em contínua construção histórica" (2008, p. 20).

No quadro 3, apresentamos de forma didática os principais modos de construção da amostra nas pesquisas qualitativas.

Quadro 3 – Modos principais de construção da amostra em pesquisas qualitativas

Modos amostrais	**Critérios de inclusão dos sujeitos**
Amostragem por saturação	Sujeitos incluídos e reunidos pelo critério da homogeneidade ampla; amostra fechada quando as respostas de novos informantes tornam-se expressamente repetitivas, na avaliação do pesquisador, de seus supervisores e dos pares acadêmicos.
Amostragem por bola de neve	Sujeitos estudados em profundidade, incluídos por vivência; desenvolvimento de teoria; novo sujeito indicado pelo anterior e melhor estruturação teórica; sucessivas entrevistas e revisões da teoria até considerá-la organizada.
Amostragem por variedade de tipos	Sujeitos incluídos e reunidos pelo critério da homogeneidade fundamental; amostra fechada no número de tipos de informante, segundo características várias, eleitas deliberadamente pelo pesquisador.

Fonte: Turato (2003, p. 366).
Organização: Julio Cesar de Lima Ramires (2012).

Ao discutir sobre a amostragem por saturação, Fontanella, Ricas e Turato apontam que

> o fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados (p. 17).

Para os autores, esse procedimento precisa ser encarado com cuidado, de maneira crítica, evitando-se vieses excessivamente subjetivistas. Cabe lembrar que os processos de amostragem estão intimamente relacionados ao conceito de validade científica.

> A forma de constituição de um subconjunto supostamente representativo do contexto sob investigação (isto é, da realidade empírica pesquisada) é um importante recurso de validação de estudos científicos, uma vez que os dados a serem trabalhados emergem

> fundamentalmente – embora parcialmente – dos elementos que compõem tal subconjunto. A constituição desse subconjunto transcorre paralelamente à de outros elementos cruciais de validação científica: o desenho da pesquisa (seja experimental ou de campo), o recorte do objeto e a formulação do problema, a formulação dos pressupostos ou hipóteses, a escolha dos instrumentos de coleta de dados e os quadros de referenciais teóricos de interpretação dos resultados (p. 18).

Conforme destaca Turato (2003), no âmbito das ciências humanas e sociais existe certo jogo de palavras, com possibilidades de diferentes sentidos. A palavra sujeito, por exemplo, tem, grosso modo, seis possibilidades de definição, conforme apresentamos no quadro 4. Algumas terminologias podem nos orientar na definição dos sujeitos da pesquisa.

Quadro 4 – Definição de sujeitos da pesquisa científica e de conceitos afins

Objeto de estudo	**Quem é**
Sujeito	O "eu" como ser pensante e atuante, na posição de participante como objeto de quaisquer estudos sobre seres humanos.
Indivíduo	O sujeito considerado na pesquisa com quaisquer de seus atributos, dentro dos limites de sua unidade.
Paciente, familiar, profissional, membro da comunidade	O sujeito em papéis desempenhados socialmente no *setting* da saúde, condição especificada pela perspectiva do pesquisador.
Informante	O sujeito como aquele que dá forma a ideias acerca de fenômenos relacionados ao assunto pesquisado e valorizadas pelo pesquisador.
Ator social	O sujeito que desempenha seus papéis na sociedade. É compreendido especialmente pelo pesquisador das ciências sociais.

Fonte: Turato (2003, p. 354).
Organização: Julio Cesar de Lima Ramires (2012).

Para a psicanálise, por exemplo, a palavra sujeito tem uma significação muito peculiar, distinta de seu uso pela sociologia, antropologia ou filosofia.

> Sucede frequentemente que, na hora de desenvolver e usar seu constructo teórico, as pessoas pertencentes a determinada comunidade de pensadores se apegam à acepção que certa palavra ganhou na comunicação entre os membros dessa comunidade e se 'esquecem' de outras significações legítimas dadas por outras comunidades científicas (Turato, 2003, p. 355).

No quadro 5, apresentamos alguns exemplos de inclusão de sujeitos na amostragem por variedade de tipos.

Quadro 5 – Sugestões de inclusão de sujeitos na amostragem por variedade de tipos

Amostra por variedade de tipos	**Critérios para inclusão dos sujeitos**
Por sexo e faixa etária	Adolescentes (masculino/feminino), adultos(as), jovens, pessoas da terceira idade, senis.
Por escolaridade	Analfabetos, pessoas de baixa escolaridade, universitários, autodidatas.
Por etnia e/ou procedência	Brancos ocidentais, negros, orientais, estrangeiros, pessoas de determinada nacionalidade.
Por posição na constelação familiar ou papel exercido	Genitores, filhos, solteiros, casados, separados. Viúvos, agregados, provedores/arrimos de família.
Por profissão ou ocupação	Braçais rurais, operários, empregadores/patrões, empresários, autônomos, profissionais intelectuais, subempregados, pessoas de ocupações clandestinas, agentes de voluntariado.
Por estado de saúde	Doentes agudos, crônicos, pessoas (supostamente) sadias, com ou sem familiares e/ou amigos doentes.
Por religiosidade	Ateus confessos, religiosos não praticantes, místicos, fiéis praticantes, líderes religiosos.
Outros	Militantes sociais, militares, homossexuais, bissexuais, artistas amadores, esportistas, párias da sociedade.

Fonte: Turato (2003, p. 368).
Organização: Julio Cesar de Lima Ramires (2012).

A escolha de qualquer tipo de amostragem deve estar de acordo com o objetivo da pesquisa. É importante conhecer o significado de cada um para que sua escolha conduza aos resultados mais precisos no final da pesquisa.

Nas pesquisas qualitativas, a generalização dos resultados tem sido uma questão recorrente e polêmica. Deve-se oferecer ao leitor uma descrição densa do contexto estudado, aprofundando as características de seus sujeitos, para permitir que a decisão de aplicar ou não os resultados a um novo contexto possa ser bem fundamentada. Para alguns autores, a generalização dos conceitos e das relações encontradas numa pesquisa pode ser uma estratégia de fundamentação da pesquisa qualitativa. Segundo Flick,

> o problema da generalização na pesquisa qualitativa refere-se ao fato de que seus enunciados são normalmente elaborados para determinado contexto ou para casos específi-

> cos, e baseiam-se em análises de relações, condições, processos etc. neles existentes. Essa associação a contextos, muitas vezes, permite à pesquisa qualitativa uma expressividade específica. Contudo, ao buscar-se a generalização das descobertas, deve-se abandonar essa associação contextual com a finalidade de determinar se as descobertas são válidas independentemente de contextos específicos e fora desses contextos (2009, p. 363).

O autor destaca que se deve deixar claro o grau de generalização que se busca e que pode ser obtido com a pesquisa em pauta, pois a capacidade de generalização depende, em grande parte, da forma como a amostragem foi realizada.

O fato de a representatividade estatística ser desnecessária nas pesquisas qualitativas é um dos motivos por que, nestas, as amostras são menores do que nas quantitativas.

> No entanto, a necessidade de 'fechamento' amostral exige do pesquisador a explicitação dos critérios para interromper a seleção de casos novos, tornando-os inteligíveis aos futuros leitores dos relatórios e norteadores do andamento prático dos procedimentos de captação (Fontanella, Ricas e Turato, 2008, p. 20).

Conforme destacam Minayo, Assis e Souza,

> avaliadores inexperientes, frequentemente, enfatizam o tamanho da amostra em detrimento de sua representatividade. Já avaliadores experientes sabem que algumas pessoas selecionadas não cooperam ou não estão disponíveis para a investigação. Isso torna desejável que o tamanho das amostras (qualitativas e quantitativas) considere as perdas que poderão ocorrer. É importante identificar as características dos participantes e dos que saíram ao longo da avaliação. As perdas e suas razões têm peso importante sobre as conclusões (2005, p. 81).

Flick, por sua vez, reforça a ideia de que

> a pesquisa qualitativa integra-se a um processo de modo específico. Não faz sentido fazer e responder questões de amostragem ou relativas a métodos específicos de forma isolada. Apenas se pode definir se uma amostragem é apropriada no que diz respeito à questão de pesquisa, aos resultados e às generalizações buscadas e quanto aos métodos utilizados. Medidas abstratas, como a representatividade de uma amostra, que podem ser julgadas genericamente, não trazem aqui nenhum benefício. Um ponto de partida central para resolver essas questões é a solidez do processo de pesquisa, o que significa determinar se a amostragem aplicada está em harmonia com a questão (2009, p. 365).

Dessa forma, a importância de um projeto de pesquisa bem estruturado se coloca como uma questão fundamental para a definição do plano amostral e do desenvolvimento da pesquisa como um todo.

A validade, a credibilidade e a confiabilidade da abordagem qualitativa

A permanência prolongada no campo, a checagem por pares, a triangulação e a análise de hipóteses rivais e de casos negativos são algumas estratégias para aumentar a confiabilidade dos resultados obtidos em uma abordagem qualitativa.

O longo período de permanência no campo aumenta a possibilidade de inferências, interpretações e conclusões acuradas, pois há tempo para corrigir falsas interpretações, rever o rumo das inferências e orientar os focos de atenção.

Turato lembra que a validade dos achados em uma pesquisa de base qualitativa deve estar relacionada à sua consistência e à sua solidez e que é possível identificar um processo de validação interna e externa.

> A validação interna é um processo envolvendo o autor e o seu projeto e que configura rigores para que a apreensão dos fenômenos dê a estes o atributo de verdade, isto é, estejam em conformidade com o real, graças à função e ao poder adequados do pesquisador, dos recursos gerais e dos instrumentos auxiliares da pesquisa. Assim, a validação interna dos achados/resultados, na perspectiva da presente proposta metodológica, ocorre principalmente à medida que emprega o *background* do profissional-pesquisador: os dados coletados são admitidos como válidos a partir do uso expressivo do conjunto de conhecimentos/experiência que perfazem a base intuitiva, intelectual e técnica do investigador (2003, p. 389).

A validação externa, por sua vez, é produzida por meio do debate e do confronto dos resultados com outros pesquisadores, especialmente aqueles não envolvidos diretamente com a pesquisa.

No quadro 6, reproduzimos a síntese desses dois processos aplicados a pesquisas clínicas no âmbito da psicologia e da área da saúde.

Quadro 6 – Processo de validação de dados/resultados obtidos em pesquisas clínico-qualitativas

Validação	**Processos/critérios/procedimentos**
Interna ou "intrapessoal"	*Background* do pesquisador na prática de realização de entrevistas psicológicas ou de observações clínicas. Planejamento adequado dos métodos, técnicas e procedimentos, segundo a literatura específica e o senso crítico do pesquisador. Estabelecimento de reação transferencial positiva com o informante no transcorrer da entrevista.
Externa ou "interpessoal"	Supervisão com o orientador da pesquisa ou pesquisador sênior. Discussão dos achados com seus pares em reuniões regulares da equipe da linha de pesquisa a que pertence o projeto. Discussão dos resultados preliminares com plateia qualificada em eventos e reuniões científicas.

Fonte: Turato (2003, p. 392).
Organização: Julio Cesar de Lima Ramires (2012).

A técnica da triangulação também tem sido bastante utilizada nas pesquisas qualitativas. Conforme nos lembra Goldenberg, ela "é uma metáfora tomada emprestada da estratégia militar e da navegação, que utilizam múltiplos pontos de referência para localizar a posição exata de um objeto" (1999, p. 63). Assim, é possível utilizar diferentes métodos e técnicas, ou até diferentes pesquisadores, a fim de checar se os outros resultados são semelhantes e permitir sua validação científica.

Para Triviños, o objetivo da triangulação é abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco de estudo, a partir da combinação de múltiplas fontes de dados e diferentes perspectivas de investigação. A partir da ideia de que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, essa técnica pode, por exemplo, articular a coleta de dados levando em consideração, primeiro, os

> *processos e produtos centrados no sujeito*; em seguida, os *elementos produzidos pelo meio do sujeito e que têm incumbência em seu desempenho na comunidade*; e, por último, os *processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito* (1987, pp. 138-9, grifos do autor).

Para Flick, podem-se verificar quatro modalidades de triangulação: de dados, de investigador, de teoria e de métodos. O autor mostra que,

> em princípio, a triangulação foi conceitualizada como uma estratégia para a validação de resultados obtidos com métodos individuais. O foco, porém, tem sido deslocado cada vez mais na direção de enriquecer e complementar ainda mais o conhecimento e superar os potenciais epistemológicos (sempre limitados) do método individual (2009, p. 362).

Assim, "a responsabilidade do pesquisador qualitativo é oferecer a seu leitor uma *descrição densa* do contexto estudado, bem como das características de seus sujeitos, para permitir que a decisão de aplicar ou não os resultados a um novo contexto possa ser fundamentada" (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2002, p. 174, grifos do autor). Isso reforça a necessidade de trabalhar a validade, a credibilidade e a confiabilidade da pesquisa qualitativa, para que ela seja reconhecida e seus resultados, aceitos entre os demais pesquisadores.

Considerações finais

Nas pesquisas, as informações podem ser levantadas em hospitais, cartórios, escolas, propriedades agrícolas, estabelecimentos comerciais e industriais, municípios, entre outras unidades amostrais. Na impossibilidade de estudar toda a população (universo), o tipo de amostragem escolhida pelo pesquisador refletirá o rigor para o desenvolvimento da pesquisa.

É de fundamental importância que o pesquisador domine o uso de cada tipo de amostragem para que os resultados possam ser alcançados tanto na pesquisa quantitativa quanto na qualitativa.

Em muitos casos, o emprego exclusivo de técnicas quantitativas com expressão espacial não é capaz de apreender a complexidade da organização do espaço e leva boa parte das análises a tratar como similares espaços desiguais do ponto de vista de sua composição sociocultural. As abordagens qualitativas podem ampliar o quadro de compreensão dos geógrafos, a partir do uso de diferentes técnicas de coleta e análise de informações, como os estudos etnográficos, a observação livre e a análise de conteúdo.

Devem-se empreender esforços no sentido de superar as dificuldades de articulação das técnicas quantitativas/qualitativas na pesquisa dos fenômenos geográficos, a partir de uma aproximação com a produção acadêmica realizada por outras ciências com tradição.

As discussões apontadas ao longo deste texto demonstram que ainda temos de aprofundar nossa compreensão acerca da abordagem qualitativa e de seu uso nas pesquisas geográficas, na medida em que a tradição positivista ainda se faz presente em nossa prática cotidiana de pesquisa.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. e GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANDRÉ, Marli E. A. "Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa: oposição ou convergência?". *Cadernos CERU*, São Paulo, 1991, n. 3, pp. 161-5.

BAPTISTA, Dulce Maria T. "O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa". In MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999, pp. 31-40.

BECKER, Howard S. "Amostragem". *Segredos e truques da pesquisa*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica de Karina Kushnir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, pp. 96-144.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. "Quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas de investigação nas ciências sociais". In GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina M. G.; GOMES, Mara Helena de A. (orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003, pp. 157-83.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Sandra Netz. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTANELLA, Bruno J. B.; RICAS, Janete; TURATO, Egberto R. "Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, jan. 2008, v. 24, n. 1, pp. 17-27.

FONTANELLA, Bruno J. B. et al. "Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, jan. 2008, v. 24, n. 1, pp. 17-27.

GERARDI, Lúcia Helena de O. e SILVA, Bárbara Christine N. *Quantificação em geografia*. São Paulo: Difel, 1981.

GIL, Antônio C. "Amostragem na pesquisa social". *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, pp. 99-109.

——. "Como delinear um levantamento". *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002, pp. 111-28.

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 3 ed. São Paulo: Record, 1999.

LEFÈVRE, Fernando e LEFÈVRE, Ana Maria C. "O sujeito que fala". *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, jul.-dez. 2006, v. 10, n. 20, pp. 517-24.

—— e TEIXEIRA, Jorge Juarez V. (orgs.). *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva M. "Pesquisa". *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003, pp. 155-73.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

—— e SANCHEZ, Odécio. "Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, jul.-set. 1993, v. 9, n. 3, pp. 239-62.

MINAYO, Maria Cecília de S. e MINAYO-GÓMEZ, Carlos. "Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde". In GOLDEMBER, P. P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. de A. (orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003, pp. 117-42.

MINAYO, Maria Cecília de S.; ASSIS, Simone G. de; SOUZA, Edinilsa (orgs.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

MORAES, Antonio Carlos R. e COSTA, Wanderlei M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. "Fases da pesquisa". *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, pp. 153-232.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 8 ed. Campinas: Papirus, 2002.

PIRES, Álvaro P. P. "Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico". In POPUPART, Jean-Marie et al. (orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 154-211.

RUDIO, Franz V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2002 [1986].

SEVERINO, Antonio Joaquim. "A internet como fonte de pesquisa". *Metodologia do trabalho científico*. 21 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2000, pp. 133-42.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. "Pesquisa qualitativa". *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987, pp. 116-73.

TURATO, Egberto R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes, 2003.

——. "Decidindo quais indivíduos estudar". *Tratado de metodologia da pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 351-68.

——. "Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa". *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 2005, v. 39, n. 3, pp. 507-14.

Teoria sobre o conhecimento geográfico dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias: fundamentos a partir da abordagem qualitativa

Martha Priscila Bezerra Pereira

O conhecimento geográfico dos agentes comunitários de saúde (ACSs) e agentes de combate a endemias (ACEs) está presente de várias maneiras no cotidiano desses profissionais. Basta observar que eles lidam com uma base territorial e que enfrentam situações que permitem associar o morador ou trabalhador ao espaço geográfico em que vivem (espaço *x* indivíduo; indivíduo *x* indivíduo). Depois de analisar o trabalho desses agentes de saúde (ACSs e ACEs) em três municípios do Nordeste brasileiro, foi possível iniciar um debate no sentido de elaborar uma teoria.

Entre as acepções sobre teoria, há algumas importantes para o entendimento deste texto: 1) um conjunto de princípios que servem de instrumento científico na explicação dos fatos ou, em outras palavras, ordenação dos fatos para uma explicação empírica (Lakatos e Marconi, 1991); 2) possibilidade de abordar metodicamente o mundo sensível (Melo, 2003); 3) condição hipotética ideal, na qual se cumprem normas e regras que podem ser observadas parcialmente ou de forma imperfeita na realidade (Abbagnano, 2012); ou 4) inter-relação entre teoria e fato, consistindo em elementos que buscam a verdade (Lakatos e Marconi, 1991).

Para este artigo, compreendemos a teoria como ordenação dos fatos ou uma abordagem do mundo sensível que buscará entender as várias possibilidades do desenvol-

vimento ou não do conhecimento geográfico dos ACSs e ACEs a partir da observação do trabalho desses profissionais nas seguintes localidades: Santa Rita/PB, Recife/PE e Campina Grande/PB.

As pesquisas a partir das quais elaboramos a teoria foram realizadas nesta última década (2002-2012) e em todas foi utilizada a abordagem qualitativa. Tivemos como elemento distintivo o fato de os municípios serem de porte diferenciado e de as pesquisas terem sido realizadas em momentos diversos e situações distintas. Em Santa Rita, a análise foi feita com base em uma pesquisa independente (2002-2004) incluída no projeto *Gestão participativa na construção de um ambiente mais saudável: o caso do Riacho Tibiri – Santa Rita/PB*; em Recife, num projeto de doutorado (2004-2008), *Conhecimento geográfico do agente de saúde: competências e práticas sociais de vigilância à saúde na cidade do Recife/PE*; e, em Campina Grande, na coordenação de um projeto de iniciação científica/PIBIC/CNPq (2010-2012) – *Conhecimento geográfico do agente de saúde no município de Campina Grande/PB* (2010-2011) e *Competências e práticas sociais do agente de saúde no município de Campina Grande/PB (2011-2012)*.

As diferenças pautam-se, igualmente, na própria complexidade urbana, sendo menor em Santa Rita, moderada ou intermediária em Campina Grande, e com elevado índice de complexidade no que se refere a Recife. Contudo, tais realidades se aproximam, visto que as práticas dos agentes são norteadas pela mesma base legal: a legislação federal.

Assim, o objetivo deste texto é iniciar um debate sobre a formação de uma teoria do desenvolvimento do conhecimento geográfico dos ACSs e ACEs a partir de pesquisas que utilizaram a abordagem qualitativa.

O capítulo está dividido em cinco partes. Na primeira, apresentamos sucintamente os municípios envolvidos na pesquisa. Na segunda, comparamos as atribuições práticas dos profissionais (agentes de saúde e geógrafos) a partir da legislação que os rege. Na terceira, expomos as escolhas metodológicas desses estudos (realizados em Santa Rita, Recife e Campina Grande). Na quarta, exibimos os principais autores e os fundamentos teórico-metodológicos que serviram de alicerce para as três pesquisas. Na quinta, formulamos a teoria sobre o desenvolvimento do conhecimento geográfico dos ACSs e ACEs.

Os municípios e suas características

Como dissemos, nosso estudo foi realizado em três municípios: Santa Rita, Campina Grande e Recife. Estes são apresentados com as características da época em que foram efetivadas as respectivas pesquisas, a partir da vivência e/ou das leituras

realizadas e também das contribuições para o desenvolvimento ou não do conhecimento geográfico.

A população que circulava pela prefeitura de Santa Rita (2002-2004) orgulhava-se das safras de abacaxi e da água mineral que produzia, além da tradicional produção de cana-de-açúcar. A diversão estava relacionada aos balneários de água mineral e às festas religiosas e políticas. Embora a população se caracterizasse pelas ligações com o espaço rural e com os grandes proprietários, demonstrava um interesse pelo debate político em torno de benefícios para a zona rural ou urbana, e seu vínculo estava atrelado à fidelidade a determinado político, o que parecia definir o emprego, as amizades e o prestígio que se obtinha enquanto seu “padrinho” estava no poder.

Essas particularidades não só interferiram na escolha da divisão do município em segmentos rural e urbano, como também influenciaram no próprio perfil dos ACSs e ACEs que participaram da pesquisa. Estes possuíam como características predominantes: subserviência quase total a seus superiores e, consequentemente, pouca autonomia; domínio conceitual muito limitado, na maioria dos casos investigados, sobre o que é o principal no cotidiano de trabalho; e grau de escolaridade mediano.

Em Recife (2005-2008), a população com a qual se teve contato demonstrava grande capacidade criativa, fosse voltada para a luta por novos espaços ou conquistas para a comunidade, fosse direcionada a explorar ou aprimorar conhecimentos. A cultura local era extremamente exaltada pela comunidade, pelos funcionários e pelos próprios agentes de saúde, o que demonstrava o orgulho de se pertencer a esse município. Com relação à administração municipal, havia muitos funcionários qualificados e com pós-graduação e isso se configurava em ações mais precisas, do ponto de vista científico, sobre o município (Pereira, 2011).

Como consequência, os agentes de saúde que foram objeto de estudo tinham como características marcantes fazer mais do que lhes era determinado e demonstrar grande disposição e dedicação ao trabalho, o que os tornava eficientes, disponíveis e atenciosos aos olhos dos outros. Tinham formação extra e se destacavam por trabalhar a educação ambiental, sanitária e para a saúde; interagiam bem com a comunidade; tinham iniciativa e liderança; conheciam bem sua área de atuação; e sabiam manusear os mapas com que lidavam. A administração municipal baseou-se em critérios científicos para realizar a divisão do município em seis distritos sanitários e organizar o poder hierarquicamente (Pereira, 2011).

Em Campina Grande (2010-2012), a população mostrava-se orgulhosa de ser campinense, esmerava-se por ter sempre um diferencial que chamasse a atenção de moradores de outras localidades e valorizava a cultura local, características semelhantes a algumas vistas em Recife. Mas também havia aspectos um pouco parecidos com a descrição de Santa Rita, como o fato de a população estar medianamente preocupada com

a fidelidade a determinado político, o que influenciava, em algumas esferas, a obtenção ou não de um emprego, as amizades e o prestígio em relação a certo grupo social.

Como resultado, houve a preocupação em realizar uma divisão regional em seis distritos sanitários e em ter representantes em cada um deles. Todavia, os agentes sentiam que existia descaso do poder público em geral no que dizia respeito a problemas organizacionais, de infraestrutura e até de falta de recursos humanos (Silva Filho e Pereira, 2012). Os agentes estudados possuíam como características mais fortes a motivação para o trabalho, demonstrada na dedicação à sua respectiva função, a autonomia para enfrentar os problemas inerentes às suas áreas de atuação e o envolvimento com a comunidade, além de outros distintivos capazes de interferir positivamente no trabalho cotidiano.

Os agentes de saúde (ACSs e ACEs) e seu conhecimento geográfico

Para fazer a conexão entre o trabalho dos agentes de saúde e o conhecimento geográfico, optamos, inicialmente, por comparar as atribuições práticas desses profissionais (Brasil, 2006) e o geógrafo (Brasil, 1979).

Um dos primeiros pontos em comum seria a coleta de informações para diagnóstico. O ACS elabora diagnóstico demográfico e sociocultural, contabiliza nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, atividades que o geógrafo pode executar de forma semelhante por meio da caracterização de regiões e sub-regiões geográficas ou mesmo quando realiza um zoneamento geo-humano.

Outro ponto em comum seria a destinação da ação. Enquanto o geógrafo realiza as tarefas tendo como uma das finalidades o planejamento e a implantação de políticas sociais, tanto o ACS quanto o ACE, como executores das políticas de saúde, que podem ser entendidas como parte das políticas sociais (Fleury e Ouverney, s. d.), também contribuem para o planejamento e a implantação de política social.

Como terceiro ponto em comum, os ACSs devem participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida. Nesse sentido, os ACEs também devem realizar atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde. Já o geógrafo põe em prática ações que podem ser consideradas similares quando faz levantamento e mapeamento destinados à solução de problemas regionais.

Apesar de terem motivações e finalidades práticas diferenciadas, tais atividades são passíveis de comparação porque esses profissionais visam ao entendimento de determinado território ou região, ao seu desenvolvimento, e buscam planejar algo para essa localidade ou implantar algo nela. Assim, há um conteúdo geográfico sendo evidenciado no trabalho cotidiano dos ACSs e ACEs, na medida em que procuram maneiras de efetivar mudanças na realidade local.

As escolhas metodológicas e sua importância para a formulação da teoria

Desde o momento em que definimos os objetivos das pesquisas e observamos que a abordagem mais adequada seria a qualitativa, percebemos a necessidade de trabalhar com mais de uma técnica. Essa escolha justifica-se, segundo Tobar e Yalour (2001) e Iriart (2005), porque pesquisar com a abordagem qualitativa envolve a utilização frequente de múltiplas fontes de informação, que, por consequência, utilizam a interação de estratégias e técnicas diferenciadas.

Então, utilizamos como técnicas principais de pesquisa o levantamento bibliográfico e documental, a entrevista, a representação espacial livre e direcionada, o registro fotográfico, a observação participante e a anotação de campo; como metodologia para realizar a bricolagem, a triangulação de métodos (Castellanos, 1991; Minayo, Assis e Souza, 2005). O detalhamento da metodologia empregada e das técnicas utilizadas pode ser observado, na íntegra, em Pereira (2011) e, parcialmente, em Pereira e Guimarães (2006, 2007) e em Silva Filho e Pereira (2011, 2012).

O levantamento bibliográfico e documental foi necessário para fundamentar a pesquisa como um todo e auxiliá-la.

A entrevista teve a função especial de entender o que esses agentes gostariam que fosse evidenciado em suas histórias de vida e permitiu inferir possíveis competências e habilidades desenvolvidas ao longo de suas experiências pessoais.

A representação espacial direcionada nos ajudou a entender melhor o domínio da linguagem cartográfica, principalmente na dimensão técnica.

As representações espaciais, livre e direcionada, juntamente com a entrevista, o registro fotográfico, a observação participante e a anotação de campo, elencam vários elementos percebidos pelos agentes de saúde como de risco, de prevenção de doenças e de promoção da saúde.

Entre as técnicas utilizadas, a observação participante e a anotação de campo foram as que mais nos auxiliaram na composição teórica, pois forneceram elementos para a descrição das ações cotidianas com mais naturalidade, expondo as dificuldades e potencialidades enfrentadas.

Fundamentos teóricos

Escolhidas a abordagem qualitativa e as técnicas correlacionadas, entendemos que um dos primeiros conceitos a aprofundar seria o de sujeito. Consultamos autores como Touraine (1994), Larossa (1995), Morin (2002), Hall (2003), Lefèvre e Lefèvre (2003) e Abbagnano (2012) e buscamos os conceitos que melhor explicariam o sujeito agente de saúde, fosse ACS ou ACE.

Segundo Touraine (1994), o sujeito surge quando o indivíduo se insere nas relações sociais e consegue transformá-las. Larossa (1995) defende que, à medida que o sujeito passa a ter consciência de si e busca gerir suas próprias atitudes, está amadurecido para realizar práticas educativas. Morin (2002) apresenta um sujeito com dimensão lógica, ontológica, ética e etológica. Hall (2003), por sua vez, mostra um sujeito que age consciente ou inconscientemente de acordo com regras superiores a ele, sejam condições históricas (Marx), inconscientes (Freud), a partir da linguagem corrente como sistema social (Saussure), um poder disciplinar agindo em várias escalas da vida (Foucault) ou o envolvimento em grupos de movimentos sociais. Lefèvre e Lefèvre (2003) afirmam que o sujeito é alguém que faz a coletividade falar diretamente. Finalmente, Abbagnano (2012) identifica o sujeito autônomo, consciente, capaz de ter uma autoconsciência que determina e condiciona toda a atividade cognitiva.

Com base nessas afirmações, podemos iniciar um entendimento sobre o que seria esse sujeito da pesquisa. Inicialmente, ele tem várias dimensões; porém, é fortemente influenciado por regras superiores, fato que é refletido no momento de sua fala. A partir do momento em que o sujeito reflete essa coletividade e é ouvido por alguém que pode projetá-lo diante de outros grupos, pode contribuir para transformar algumas relações sociais em que vive, uma vez que estas condicionam toda a atividade cognitiva.

O sujeito é capaz de representar o pensamento de uma coletividade, pois tem dentro de si vivência semelhante à de outros do grupo social a que pertence. No caso do agente de saúde, podemos afirmar que ele é um sujeito porque tem experiências semelhantes às de outros agentes de saúde, uma vez que, estando sob o mesmo regime de trabalho, eles têm dificuldades parecidas na aplicação da teoria, além de passarem por problemas práticos semelhantes no cotidiano de trabalho.

Com relação ao conhecimento geográfico dos agentes de saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF) e da Vigilância Ambiental em Saúde (VAS), a consciência de si e a busca pela gerência de suas próprias atitudes também estão presentes para a implementação dessas práticas educativas. Uma forma de demonstração do amadurecimento desse conhecimento corresponde ao desenvolvimento de competências e habilidades sociais.

Entendemos por competências sociais as capacidades mais gerais de operar com os conhecimentos, demonstradas por meio de habilidades e comportamentos. Já as habilidades e comportamentos são os dados, de fato, visíveis ao pesquisador (Alles, 2006a). No âmbito do sujeito, a competência social é visível por meio das habilidades dos indivíduos. Nesse caso, observa-se seu desempenho de várias maneiras para se chegar a alguma conclusão sobre competências desenvolvidas (Fleury e Fleury, 2001; Hernandez, 2000; Ramos, 2006).

Apesar do enfoque dessas competências no indivíduo, Alles (2006b) afirma que elas surgem sempre dentro de um contexto, depois da comunicação do sujeito com outros

personagens. Essa afirmação fornece o fundamento para considerarmos as competências individuais competências do sujeito agente de saúde.

Spencer e Spencer (apud Alles, 2006b) classificaram os principais tipos de competência em: motivação, características pessoais, conceito próprio ou conceito uno, conhecimentos e habilidades. A partir do entendimento do significado de cada uma dessas competências, propomos a seguinte classificação: motivação, características pessoais, autonomia (conceito próprio/conceito uno), domínio conceitual (conhecimento) e domínio da linguagem cartográfica (habilidade) (Pereira, 2011).

A motivação estaria relacionada aos motivos que orientam a pessoa a determinadas ações, revelando-se em graus diferenciados (Angelini, 1973). As características pessoais têm relação com sua personalidade e com situações vivenciadas pelo indivíduo e podem interferir positiva ou negativamente na ação do agente de saúde (Pereira, 2011). Essas duas competências influenciam diretamente o desempenho das outras competências e habilidades.

O domínio conceitual estaria relacionado ao conhecimento, que está em permanente construção, é adquirido a partir das características da pessoa e expresso por meio da linguagem (Morin, 1999). Com base no domínio conceitual, é possível desenvolver uma boa percepção da paisagem.

De acordo com Pereira (2010), essa paisagem pode ser observada como de risco, de prevenção de doenças e de promoção da saúde. A de risco estaria representada pela percepção de elementos que podem causar algum tipo de perigo à saúde e à qualidade de vida de um indivíduo ou do grupo. A de prevenção de doenças indicaria elementos resultantes de ações efetivadas para prevenir doenças. E a de promoção da saúde seria a percepção de elementos que são resultado de uma racionalização no sentido de um bem-estar geral.

Pereira (2010) ainda afirma que é a partir do conhecimento que se tem a possibilidade de desenvolver a consciência de que os elementos da paisagem podem interferir no processo saúde-doença da população e, por consequência, caracterizar uma condição prévia para a ação nesse ambiente.

A autonomia estaria relacionada às imposições verticais e aos poderes horizontais. As primeiras são superiores às relações cotidianas, já os outros surgem no cotidiano (Morin, 2005). A partir da autonomia, observam-se vários tipos de territorialidade. Esse território pode ser concebido pela existência de uma apropriação do território e de uma multiterritorialidade articulada ou desarticulada (Pereira, 2010).

A apropriação do território é consequência das práticas cotidianas do sujeito em seu processo de trabalho, nas quais há possibilidade de agir de forma intersetorial e, assim, desenvolver uma multiterritorialidade articulada ou desarticulada.

As multiterritorialidades articuladas ocorrem quando se percebe que as ações no território, a partir de vários níveis escalares e da própria escala geográfica de observação, convergem para um objetivo único ou similar.

Já as multiterritorialidades desarticuladas são observadas quando se verifica que ações no território, a partir de vários níveis escalares ou da própria escala de observação, divergem de um objetivo único ou similar.

É no espaço geográfico que estão sendo realizadas ações territoriais, que estão sendo estabelecidas as apropriações do território, multiterritorialidades articuladas e desarticuladas capazes de promover ou não a saúde e, consequentemente, um meio ambiente doentio ou saudável. Logo, é importante observar também a representação espacial desses sujeitos que podem promover a saúde a partir de um conhecimento geográfico.

O domínio da linguagem cartográfica estaria relacionado à cognição do agente de saúde sobre determinado espaço, sendo este, tanto subjetivo quanto técnico (Santos, 2002), produto da visão e do raciocínio desse agente.

No raciocínio subjetivo, é possível verificar também a representação do domínio conceitual e da autonomia; em outras palavras, podem-se demonstrar elementos da paisagem de risco, de prevenção e de promoção, assim como as áreas acessíveis, conhecidas e já apropriadas pelo sujeito.

Na visão técnica, observam-se elementos mais objetivos de domínio da linguagem cartográfica; entre eles, a projeção, a localização/proporção e a diversidade de elementos.

A projeção está relacionada às diversas formas como são vistos os objetos, que aparecem rebatidos, desdobrados e vistos a 90º ou a 45º (Almeida, 2001). A redução proporcional busca situar os objetos uns em relação aos outros, os quais são reduzidos por comparação (Almeida, 2001). As relações de diversidade referem-se aos diferentes elementos no mapa, como casa, igreja e escola (Martinelli, 2006).

Após entender as principais competências do sujeito e algumas de suas especificidades, consideramos importante adentrar a discussão sobre *escala*. A partir da afirmação de que, no âmbito do sujeito, a competência social é visível por meio das habilidades dos indivíduos, e de que elas surgem dentro de determinado contexto (Alles, 2006b), além de que o sujeito sofre influência de regras superiores (Hall, 2003), percebemos que o sujeito atua em uma escala geográfica definida, capaz de resolver os problemas inerentes à sua escala geográfica.

Conceitualmente, a escala geográfica pode ser entendida como a medida que confere visibilidade ao que está ocorrendo no espaço geográfico (Castro, 1995). Retomando a discussão apresentada em Pereira (2010), afirmamos que ela pode servir também como uma metodologia para entender as várias faces da promoção da saúde, uma vez que as ações dos ACSs e ACEs têm essa promoção como finalidade.

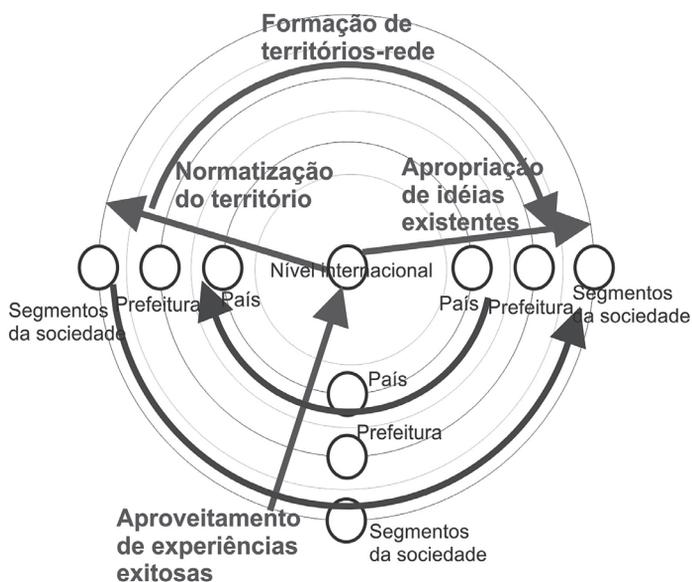
Dessa forma, concordamos com Smith (1992), quando afirma que as regras de uma escala distante (não exatamente de uma escala concreta, por fazer parte de um circuito de discussão num local) podem ter poder de difusão continental e mundial. Ade-

mais, dependendo da força do emissor dessas regras na escala de origem, determinado evento pode ter consequências locais ou em áreas de maior abrangência (Santos, 1997).

Em cada escala geográfica, o conhecimento voltado para a promoção da saúde possui características diferenciadas para sua difusão no espaço geográfico e a sensibilização da população. Nessa escala, está inserido o conhecimento geográfico, por meio da concepção de paisagem (de risco, de prevenção de doenças e de promoção da saúde), de território (apropriação do território, multiterritorialidade desarticulada e articulada) e do domínio da linguagem cartográfica.

Portanto, há um jogo escalar das ações para a promoção da saúde que ocorre em quatro sentidos: 1) normatização do território da promoção da saúde (a escala superior determina o que a inferior deve fazer a partir da difusão de princípios); 2) experiências locais exitosas (práticas locais que influenciam a decisão de novas diretrizes em conferências internacionais); 3) apropriação de ideias existentes (a partir de condições políticas e históricas favoráveis, as ideias e ações são implantadas com naturalidade); e 4) formação de territórios-rede (aglomeração de mesmo nível hierárquico e problemáticas semelhantes juntam-se para implementar ações nos setores de interesse comum) (modelo explicativo).

Modelo explicativo – Síntese das ações relacionadas à promoção da saúde segundo a influência de várias escalas geográficas

Síntese das ações relacionadas à promoção da saúde segundo a influência de outras escalas geográficas

Elaborado por PEREIRA, MPB (2009).

Teoria sobre o desenvolvimento do conhecimento geográfico dos ACSs e ACEs

Quando se trata do conhecimento geográfico dos agentes de saúde, a abordagem qualitativa, a definição dos critérios para a escolha dos agentes a serem pesquisados e as técnicas de coleta e análise de informações mostram-se satisfatórias, uma vez que possibilitam a compreensão das relações desses agentes no espaço.

O agente de saúde pode ser considerado um sujeito por agir no sentido de fazer a coletividade falar, apresentar-se inicialmente como sujeito aprendiz em suas práticas cotidianas e, a partir delas, desenvolver suas competências e habilidades sociais.

As competências sociais desenvolvidas pelo agente de saúde mais relacionadas ao conhecimento geográfico são o domínio conceitual, a autonomia e o domínio da linguagem cartográfica.

Os agentes de saúde demonstram compreender o domínio conceitual como a capacidade de entendimento da problemática (saúde e ambiente), de forma a conseguir estabelecer relações, fazer prognósticos e repassar esse conhecimento em uma linguagem acessível a diferentes grupos sociais. Já a autonomia é a capacidade de conhecer o território e de planejar e agir sobre ele de maneira a influenciar a ação das pessoas adscritas, no sentido de melhorar suas condições de saúde e do ambiente circundante.

O domínio da linguagem cartográfica seria a capacidade que o agente tem, por um lado, de unir seu domínio conceitual e sua autonomia para entender as relações espaciais que se estabelecem no mapa representado e, por outro, de utilizar essas competências já citadas para representar espacialmente toda essa problemática, tendo por base pontos de referência (localização relativa), uma projeção sem rebatimento e uma redução proporcional próxima à realidade.

Esses conceitos, expressos em seu nível de interações complexas, estão presentes na ação dos agentes de saúde em variados níveis, de acordo com a potencialidade, a necessidade e as condições propícias. Nessa perspectiva, a geografia da atenção à saúde é dependente da ação dos sujeitos envolvidos com os programas ESF e VAS.

Dessa forma, essas competências e habilidades podem ser desenvolvidas e expressas na paisagem; podem ser desenvolvidas e não necessariamente estar presentes na prática dos moradores; e, ainda, podem ser inibidas de se desenvolver.

Na primeira situação – desenvolvimento das competências e expressão na paisagem –, o agente de saúde utiliza sua autonomia quando se expressa pela fala, tem acesso ao usuário e à sua moradia e contribui para formular alguma ação para mudar a área, modificando o território com apoio de seus superiores. E, já que essas ações são convergentes, podemos dizer que ocorre uma multiterritorialidade articulada.

A segunda situação – desenvolvimento de competências sem expressão na paisagem – se deve, em parte, às multiterritorialidades existentes no local ou em outras

escalas geográficas. Localmente, estas podem ser conflituosas, em virtude dos costumes arraigados, que não estão de acordo com as orientações do conhecimento científico sobre a saúde e a legislação local, ou até dos interesses pessoais ou de grupos hegemônicos na localidade. Considerando a contribuição de outras escalas geográficas, há o caso em que as condições infraestruturais e socioeconômicas não facilitam a ação da população, e a situação em que a influência de regras superiores aos agentes de saúde não favorece a ação desses profissionais. Nesses casos, como o exercício das territorialidades não tem um objetivo comum, ocorre uma multiterritorialidade desarticulada.

A terceira situação – inibição ou não desenvolvimento das competências – se deve a ocorrências apresentadas na segunda situação, as quais desmotivam o agente de saúde localmente ou a partir de seus superiores, quando estes não o apoiam financeira ou tecnicamente ou impõem uma carga de trabalho excessiva, que não lhe propicia tempo nem condições físicas de desenvolver suas competências e habilidades. Essa situação remete a um sujeito que está submetendo a uma estrutura superior sua capacidade de autonomia de trabalho.

Tal submissão ocorre nas relações intraurbanas, em que estão inseridos os chefes diretos, e em outras escalas, seja a unidade da federação, o país ou até escalas mais distantes. Isso pode ser representado pela recente discussão sobre a promoção da saúde, que, por meio de conferências internacionais, tem tido consequências locais e em outras escalas de maior abrangência.

Quando essas ideias são apropriadas pelo país e concretizadas nele por meio de leis, como ocorreu com a promoção da saúde na Constituição de 1988, observamos a normatização do território.

Em função da maneira como o Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido implantado (de forma gradativa) e de práticas de modelos anteriores que não foram abandonadas, esse processo tem feito emergir uma situação em que há um acúmulo desigual de tempos, sendo possível observar, tanto na paisagem quanto nas ações, atividades relacionadas aos modelos assistencial sanitarista, médico assistencial privatista e da vigilância em saúde.

Na escala da área de trabalho, de fato, o ACS, por causa do vínculo que tem com a localidade e da vontade de melhorar a comunidade em que atua, passa a ter maior domínio conceitual e a se apropriar melhor do território. Nesse contexto, segue todas as atividades programáticas, modificando costumes individuais e coletivos relativos ao conhecimento ligado ao seu cargo.

Porém, quando se considera a situação-problema e se pensa na possibilidade de resolvê-la, a experiência do ACE em atividades e conhecimentos anteriores que complementam esse “novo” conhecimento o faz ser capaz de elaborar projetos independentes do programático, no sentido de realmente solucionar o problema. O domí-

nio conceitual adquirido por esse agente, em combinação com outros conhecimentos, possibilita sua autonomia no pensar e, muitas vezes, no agir para resolver o problema de determinada localidade.

Em suma, a escala em que se observam a competência e a habilidade social é que auxilia na percepção de como cada programa desenvolve melhor seu domínio conceitual e sua autonomia. Ou seja, é essa escala que propicia a melhor percepção da paisagem e o consequente estabelecimento de relações de poder que modifiquem o espaço geográfico dentro dos limites da realidade encontrada.

Observando, do ponto de vista geográfico, a partir do que se percebe e como se percebe, é possível estabelecer relações de poder de acordo com a necessidade da população e sua capacidade de resolução, adequando-se às mudanças nas demandas e firmando parcerias entre os grupos sociais envolvidos.

Considerações finais

Tendo em vista a já comprovada condição dos agentes de desenvolverem competências e práticas sociais, independentemente da complexidade urbana dos espaços de vivência, nossas pesquisas forneceram o amadurecimento necessário para lançar pressupostos que podem auxiliar o planejamento de capacitações para os agentes de saúde (ACSs e ACEs) e a elaboração de metodologias relacionadas ao conhecimento geográfico desenvolvido pelos sujeitos.

Resta o desafio de aprofundar o debate, no sentido de utilizar esses fundamentos em outras bases territoriais, ou até de encontrar elementos que possam revalidar ou refutar algumas das afirmações postas neste artigo.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012, 1210 p.

ALLES, Martha Alícia. *Dirección estratégica de recursos humanos: gestión por competencias*. 2 ed. Buenos Aires: Granica, 2006a, 448 p.

——. *Gestión por competencia: el diccionario*. 2 ed. Buenos Aires: Granica, 2006b, 304 p.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. “A projeção no plano”. *Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola*. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 75-9.

ANGELINI, Arrigo Leonardo. *Motivação humana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, 150 p.

BRASIL. Lei 6.664/1979, de 26 de junho de 1979. Brasília: Presidência da República, 1979, 2 p.

——. Lei 11.350/2006, de 5 de outubro de 2006. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. 2006, 6 p.

CASTELLANOS, Pedro Luis. *Proyeto: sistemas nacionales de vigilância de la situación de salud segun comdiciones de vida y del impacto de las acciones de salud y bienestar*. S. l.: OPS/OMS, 1991, 53 p.

CASTRO, Iná Elias de. "O problema da escala". In —; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 117-40.

FLEURY, Maria Tereza Leme e FLEURY, Afonso. *Construindo o conceito de competência*. *RAC*, 2001, pp. 183-96, edição especial. Disponível em http://anpad.org.br. Acesso em 12 set. 2011.

FLEURY, Sônia e OUVERNEY, Assis Malfort. *Política de saúde: uma política social*, s. d. Disponível em http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/uploads. d.ocumentos-pessoais. d.ocumento pessoal 11957. pdf. Acesso em 15 mai. 2012.

HALL, Stuart. "Nascimento e morte do sujeito moderno". *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8 ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 23-46.

HERNANDEZ, Daniel. *Políticas de certificación de competencias en America Latina*. São Paulo: s. e., 2000.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein. "Introdução às metodologias qualitativas". In —; LUZ, Madel Therezinha; SABINO, César. *Introdução às metodologias de pesquisas qualitativas em saúde coletiva*. III Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, Florianópolis, 2005. (Minicurso ministrado, apresentação em *Powerpoint* e anotações de aula.)

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991, 253 p.

LAROSSA, Jorge. "Tecnologias do eu e educação". In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995, pp. 35-86.

LEFÈVRE, Fernando e LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003, 256 p.

MARTINELLI, Marcelo. *Mapas da geografia e cartografia temática*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006, 97 p.

MELO, Jayro Gonçalves. "Geografia, história e a teoria das escalas geográficas". In — (org.). *Espiral do espaço*. Presidente Prudente: GAsPERR, 2003, pp. 23-40.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, 244 p.

MORIN, Edgar. *O método 3. O conhecimento do conhecimento*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1999, 288 p.

——. *O método 2. A vida da vida*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2002, 528 p.

——. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005, 120 p.

PEREIRA, Martha Priscila Bezerra. "Conhecimento geográfico para a promoção da saúde". *Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Uberlândia, jun. 2010, v. 10, n. 6, pp. 7-88. Disponível em http://www.hygeia.ig.ufu.br. Acesso em 10 jan. 2012.

——. *Competências e práticas sociais de promoção e vigilância à saúde na cidade do Recife: o agente de saúde em foco*. São Paulo: Scorttecci, 2011, 351 p.

—— e GUIMARÃES, Raul Borges. "Avaliação do PSF e PEVA a partir das competências e habilidades sociais". *Saúde coletiva em um mundo globalizado*. VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e XI Congresso Mundial de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2006. CD-ROM.

——. "Referência ao serviço do agente comunitário de saúde segundo a visão do enfermeiro do PSF – Santa Rita/PB". *Equidade, ética e direito à saúde: desafios à saúde coletiva na mundialização*. X Congresso Latino-Americano de Medicina Social, IV Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde e XIV Congress of the International Association of Health Policy. Salvador: ABRASCO, 2007. CD-ROM.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006, 304 p.

SANTOS, Clézio. "O uso dos desenhos no ensino fundamental: imagens e conceitos". In PONTUSCHKA, Nídia Nacib e OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de (orgs.). *Geografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 195-207.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997, 273 p.

SILVA FILHO, Antônio Pereira Cardoso da e PEREIRA, Martha Priscila Bezerra. *Conhecimento geográfico do agente de saúde no município de Campina Grande/PB*. IV Congresso de Iniciação Científica da UFCG. Campina Grande: Pró-Reitoria de Pesquisa e extensão, 2011, 11 p. Relatório final de pesquisa publicado como trabalho completo.

——. *Competências e práticas do agente de saúde no município de Campina Grande/PB*. Campina Grande: 2012, 28 p. Relatório parcial PIBIC/UFCG/CNPq-2011-2012.

SMITH, Neil. "Geography, difference and the politcs of scale". In DOHERT J. e GRAHAM, E. (orgs.). *Postmodernism and the social scale*. Londres: Macmillan, 1992, pp. 57-9.

TOBAR, Federico e YALOUR, Margot Romano. *Como fazer teses em saúde pública: conselhos e ideias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001, 172 p.

TOURAINE, Alain. "O sujeito". *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 213-45.

Parte 2
Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos rurais

As tramas do agronegócio nas "terras" do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa

Patrícia Francisca de Matos
Vera Lúcia Salazar Pessôa

O real não está na saída e nem na chegada,
está na travessia.
Guimarães Rosa (2006)

O presente artigo é oriundo da tese de doutoramento[1] intitulada *As tramas do agronegócio nas "terras" do Sudeste Goiano*, que teve como objetivo refletir sobre as metamorfoses socioespaciais e ambientais decorrentes da expansão do agronegócio no Sudeste Goiano. Para isso, foi necessário compreender como o agronegócio se apropria *do* território e o usa, segundo a lógica de reprodução do capital, ou seja, desvendar a lógica contraditória dos usos do território, assim como as novas territorialidades deles decorrentes.

Toda pesquisa é guiada por uma justificativa pelo porquê da escolha do tema e tem um recorte espacial e temporal, que está sempre atrelado às concepções teóricas e ideológicas do pesquisador. Nesse estudo, a escolha do Sudeste Goiano ocorreu depois de terminada a pesquisa de mestrado, que investigou a reorganização da estru-

[1] Desenvolvida de 2007 a 2010, a tese foi defendida em março de 2011, no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU), sob orientação da professora Vera Lúcia Salazar Pessôa.

tura produtiva no município de Catalão, no Sudeste Goiano, em virtude da modernização da agricultura, enfocando particularmente uma empresa rural que opera na produção de grãos. Conhecendo um pouco mais outros municípios da "redondeza", surgiram inquietações sobre as territorialidades da agricultura moderna deles, tais como: a) que fatores possibilitaram que a territorialização da agricultura moderna empresarial se consolidasse com mais intensidade em alguns municípios do Sudeste Goiano?; b) que papel a agricultura moderna representa no Sudeste Goiano para a (re)estruturação produtiva e espacial?; c) como se dá o uso do território pela agricultura moderna no Sudeste Goiano?; d) a agricultura moderna no Sudeste Goiano causa/causou disputas pelo uso do território?; e e) a territorialização da agricultura moderna no Sudeste Goiano configurou cidades do agronegócio no espaço urbano? Essas inquietações deram margem à pesquisa para o doutorado.

Mas a escolha do Sudeste Goiano não significou apenas a ampliação da área de estudo em relação à pesquisa de mestrado; visou compreender a modernização da agricultura em uma região *político-administrativa* (que apresenta, em sua estrutura interna, diferentes configurações econômicas, sociais e políticas) na qual se entende que existem diferentes territórios. Entre esses territórios, estão aqueles do agronegócio, formados a partir da territorialização do capital, que levou à configuração de territorialidades inexistentes no Sudeste Goiano antes da década de 1980. Por isso, o recorte temporal para a pesquisa foi o período pós-1980, em que ocorre a expansão da agricultura moderna em bases empresariais no cerrado goiano e, de forma particular, nos municípios do sudeste de Goiás. Entretanto, não foram eliminadas análises de períodos antecedentes aos anos 1980, tendo em vista as metamorfoses ocorridas com a integração (construção da Estrada de Ferro) do Sudeste Goiano aos estados de Minas Gerais e São Paulo, o que foi decisivo para diferenciar essa região de outras do estado. Conforme assevera Santos (2008), a periodicização permite melhor definir conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço em conjunto. "É através do significado particular, específico, de cada segmento do tempo que aprendemos o valor da cada coisa em dado momento" (2008, p. 92).

O Sudeste Goiano, conforme regionalização da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), é composto por 22 municípios. A territorialização do capital no processo produtivo não ocorreu de forma homogênea em todos eles. Isso se deu de forma mais consolidada em Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona, Silvânia e Vianópolis. A territorialização da agricultura moderna nesses municípios está associada, principalmente, à topografia plana e à abundância dos recursos hídricos, que possibilitaram uma (re)organização produtiva e as políticas públicas.

A territorialização do capital no espaço agrário do Sudeste Goiano ocorreu na década de 1980, (re)estruturando as relações de produção em consequência das "no-

vas lógicas" que se instalaram, marcadas pelo uso intenso da ciência, da tecnologia e da informação e pela especialização produtiva, principalmente para a produção de grãos, como soja e milho. Em decorrência, transformações ambientais, sociais e espaciais também ocorreram e são visíveis, percebidas de forma material na paisagem, e/ou não visíveis, constituídas e consubstanciadas nas relações sociais. Para analisar as transformações socioespaciais e ambientais além do que é visível, é necessário desvendar o que está camuflado pelos dados (o que está por trás deles) quantitativos da produção, das inovações tecnológicas, das imensas lavouras e do próprio mito de que o agronegócio é mola propulsora para o desenvolvimento econômico porque, entre outros atributos, moderniza o campo brasileiro.

Para melhor compreender as transformações socioespaciais e econômicas no Sudeste Goiano, optou-se por definir alguns municípios nos quais se faria a pesquisa de campo. Os eleitos foram Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Pires do Rio e Orizona. A escolha foi feita a partir de alguns critérios considerados pertinentes para a realização da pesquisa. O primeiro deles foi escolher municípios com maior produção de grãos, em especial a soja, carro chefe da produção agrícola do Sudeste Goiano. Assim, os municípios priorizados foram Catalão, Ipameri e Campo Alegre de Goiás. A opção pelos dois últimos é justificada também pela existência do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que contribui para a expansão da agricultura moderna empresarial. Tendo a paisagem como primeiro elemento de leitura do real, constata-se que as áreas de chapada desses municípios apresentam um modelo de produção que difere do das demais, um modelo pautado, sobretudo, na reprodução do capital. Nesse sentido, é uma paisagem, à primeira vista, regada de símbolos e signos de uma agricultura moderna. Porém, ao se observá-la com mais acuidade, percebe-se que é também carregada de contradições sociais e impactos ambientais.

O município de Pires do Rio foi selecionado em função da presença de agroindústrias da cadeia grão-carne. Lá não há uma produção expressiva de grãos em relação aos outros municípios escolhidos, em virtude, sobretudo, das condições naturais de seu relevo, caracterizado por uma topografia ondulada, sem os chapadões. Mas esse município, após os anos 1990, sofreu uma reorganização produtiva por causa da implantação de agroindústrias, principalmente a Nutriza, um complexo formado por fábricas de rações para aves, granjas de matrizes, incubatório e unidade de abate e de processamento de frangos. Estabeleceu-se uma integração entre os produtores e a empresa não apenas em Pires do Rio, mas também em alguns municípios adjacentes, como Urutaí, Santa Cruz e Orizona.

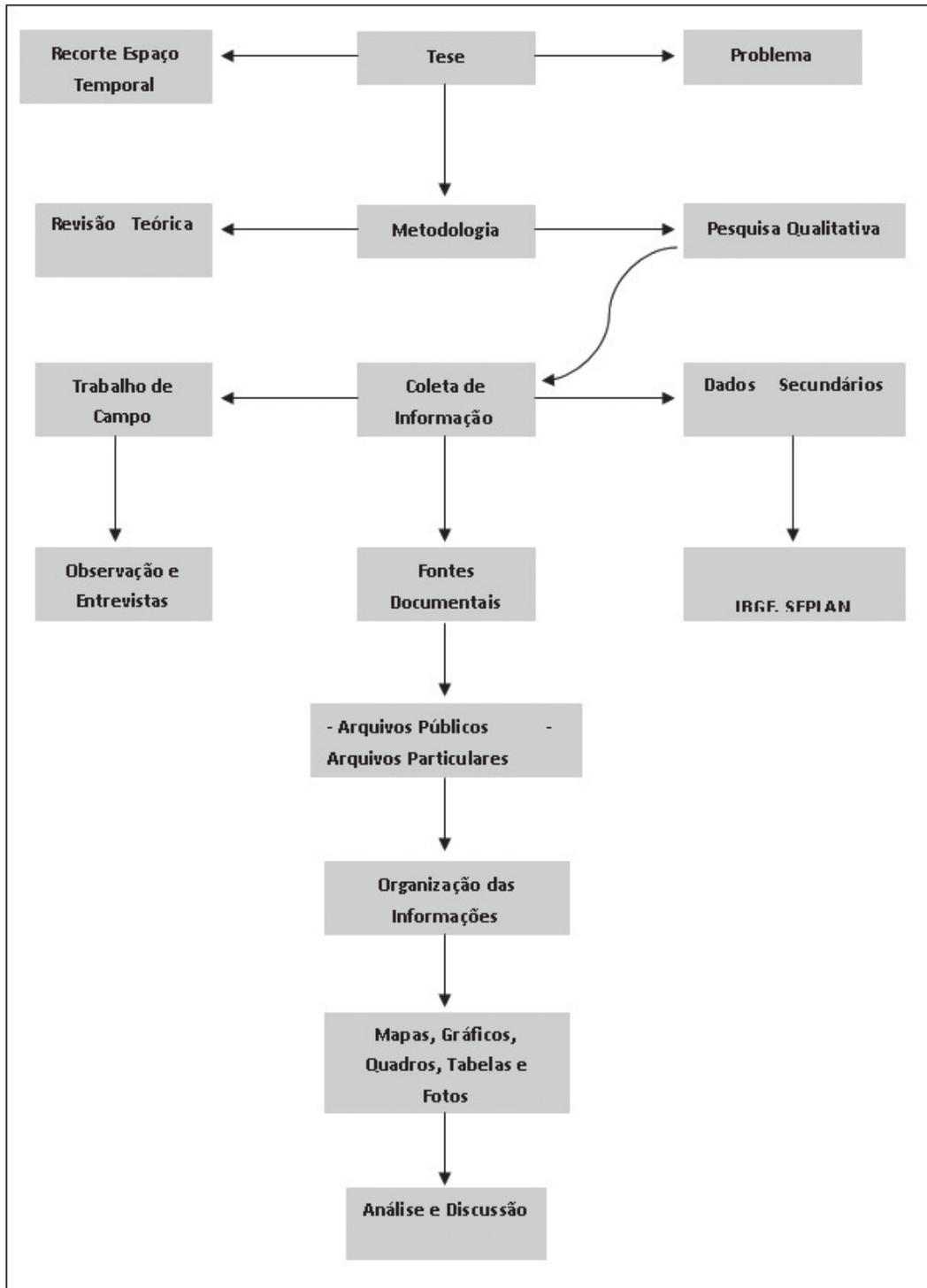
Por fim, o município de Orizona foi selecionado por apresentar algumas características diferentes dos outros do Sudeste Goiano. Por exemplo, até 2007, teve

população rural maior que a urbana. Esse aspecto, praticamente inexistente em Goiás, leva à reflexão sobre quais fatores o causaram. Certamente, esse fator por si só constituiria problema para a produção de uma tese. Entretanto, o objetivo deste texto não é compreender especificamente essa característica de Orizona, e, sim, analisar como o processo de modernização da agricultura afetou as relações de produção do município e, consequentemente, os usos do território.

Apesar de algumas especificidades locais dos municípios escolhidos, a inserção da agricultura moderna empresarial em todos eles promoveu uma reorganização produtiva tanto no campo quanto na cidade. Assim, a especialização da produção agrícola e a organização do território em redes foram estabelecidas, pois, "quanto maior a inserção da ciência e da tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumentam o número, a intensidade e a qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área" (Santos, 2008, p. 57).

O caminho metodológico da pesquisa

Para se atingir os objetivos de uma pesquisa, vários são os caminhos que se podem percorrer. Cabe ao pesquisador adotar a metodologia adequada ao problema e aos objetivos da pesquisa. Nesse estudo, elegeu-se a pesquisa qualitativa, com revisão teórica, pesquisa de campo e coleta de dados em fontes primárias e secundárias. Por meio desses procedimentos, os dados foram organizados em mapas, tabelas, gráficos e quadros, com análises (fluxograma 1) e discussões amparadas nas revisões teóricas. A teoria "projeta e antecipa a pesquisa, ao mesmo tempo que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento" (D'Incao, 1979, p. 18). A relação entre teoria e pesquisa, no processo de investigação, não se faz por meio de fases estanques, como ocorre na concepção verificacionista da ciência, cuja hipótese é deduzida da teoria e a pesquisa tem como objetivo testar a hipótese elaborada (D'Incao, 1979).

Fluxograma 1 – Esquema metodológico da tese

Organização: Patrícia Francisca de Matos (2010).

A perspectiva metodológica adotada apoia-se em autores que subsidiam a problemática levantada e os objetivos a serem atingidos. Ampara-se em estudiosos que refletem sobre a questão do território para compreender a territorialização do capital no espaço agrário brasileiro e, de forma específica, nas áreas de cerrado, como Raffestin (1993), Haesbaert (1997, 2002, 2006), Santos e Silveira (2008) e Saquet (2007). Também tomam-se por base teórica pesquisadores que estudam o processo de modernização da agricultura em suas várias nuanças (ambientais, sociais, culturais e econômicas) e que, de algum modo, possibilitam o entendimento das metamorfoses no espaço agrário brasileiro com a expansão do modo de produção capitalista: Brum (1988), Graziano da Silva (1981, 1996), Thomaz Júnior (2002), Elias (2003), Bernardes (1996, 2007) e Oliveira (2006). Busca-se sustentação teórica, ainda, em nomes que se dedicaram a desvendar o cerrado – principalmente quanto à modernização de seu território –, entre os quais se destacam Mendonça (2004), Almeida (2005), Ribeiro (2005) e Chaveiro (2008).

Além disso, analisaram-se pesquisas que retratam o Sudeste Goiano, sobretudo aquelas que estudam o espaço agrário. A seleção de autores para a sustentação teórica da pesquisa amparou-se nas considerações de D'Incao, que afirma que

> a busca da teoria no processo de investigação resulta da crença que o cientista tem na existência de 'algo suscetível de ser definido como estrutura da coisa, coisa em si', isto é, da crença que o cientista tem na possibilidade de conhecer mais profundamente a realidade percebida (1979, p. 19).

Essas palavras suscitam a reflexão sobre a importância do método na realização de pesquisa e, portanto, na produção do conhecimento, uma vez que os resultados de uma realidade estudada serão observados a partir da concepção filosófica do pesquisador.

Os sujeitos da pesquisa

A escolha dos sujeitos da pesquisa, ou seja, dos informantes, não foi tarefa fácil. A dificuldade principal foi delimitar uma amostragem em cada município. Mas logo percebeu-se que, para compreender as metamorfoses socioespaciais, não era necessário um número exaustivo de informantes, e, sim, a escolha de sujeitos considerados "chave", que pudessem contribuir para o recolhimento de dados e, portanto, de informações para a efetivação da pesquisa.

As visitas realizadas a eventos "Dia de Campo"[2] nos municípios pesquisados nos anos de 2007, 2008 e 2009 serviram para observar a territorialização do agronegócio e conversar com produtores, agrônomos e representantes comerciais de produtos voltados para as atividades agropecuárias. A partir dessas visitas, foi se definindo, aos poucos, o universo de sujeitos a serem qualificados como informantes da pesquisa. Muitos inicialmente considerados aptos a ajudar com informações foram dispensados porque se encontraram outras pessoas que poderiam contribuir mais. Nos "Dia de Campo", foi possível também, por meio da observação direta e de conversas informais, obter informações importantes para a pesquisa. Acredita-se que tais informações não teriam sido obtidas sem a participação nesses eventos, justamente porque muitas pessoas estavam lá para fornecer informações. Ademais, durante sua realização, havia certa liberdade para percorrer e conhecer as propriedades em que eles aconteciam. Em 2010, continuou-se a participar dos "Dia de Campo" nos municípios de Catalão, Ipameri e Campo Alegre de Goiás, no intuito de realizar conversas informais com empresários rurais com os quais ainda não se havia conseguido fazer entrevistas.

Aos poucos, o universo de sujeitos foi sendo definido. Em todos os municípios, obedeceram-se a estes critérios:

1. Secretários da agricultura ou prefeitos: por meio de entrevistas, recolheram-se informações sobre os incentivos que os municípios dão para as empresas rurais e para a agricultura camponesa, a importância das empresas rurais para cada município e os efeitos ambientais, sociais e econômicos da produção em alta escala.
2. Proprietários de lojas de produtos voltados para a agricultura (insumos, equipamentos) e de empresas de assistência técnica (agrônomos, técnicos agrícolas): por meio de entrevistas e conversas formais e informais (pessoalmente, por telefone e via e-mail), esses informantes permitiram angariar dados sobre o perfil dos empresários rurais, o tamanho das propriedades das áreas de chapada e a infraestrutura dos municípios para atender às atividades agrícolas. Também contribuíram para a escolha dos produtores a serem entrevistados e das propriedades a serem visitadas.
3. Gerentes de agroindústrias: por meio de entrevistas, coletaram-se dados sobre produção, logística e importância econômica e social para o município.

---

[2] O "Dia de Campo" é um evento promovido por produtores, para divulgar sua produção e socializar informações entre produtores da região, ou por lojas de insumos e equipamentos agrícolas, para anunciar inovações tecnológicas. Geralmente, dura de um a três dias e acontece no período do plantio ou da colheita.

4. Produtores: em cada município, buscou-se entrevistar empresários rurais, considerando-se a produção, a infraestrutura e a unidade jurídica.
5. Trabalhadores permanentes e temporários: por meio de entrevistas semiestruturadas e conversas informais, obtiveram-se informações sobre as relações de trabalho nas propriedades visitadas. Essas entrevistas foram feitas nas propriedades e nas cidades, em dias de folga (sábado e/ou domingo) dos trabalhadores.

Após a escolha dos sujeitos, o próximo passo foi eleger a quantidade de entrevistas em cada categoria, ou seja, uma amostragem, sobre a qual Turato afirma:

> Nas pesquisas em que seres humanos são os alvos do estudo, é impossível, por motivos práticos, abordar todos os sujeitos que compõem o grupo de interesse do pesquisador, salvo quando o recorte do objeto de estudo compreenda comunidades numericamente tão restritas que o pesquisador tem condições temporais de conhecer cada um e condições intelectuais de aprender todos em seu trabalho. Como, então, só é viável conhecer parte do universo, seja em pesquisa quantitativa ou qualitativa, resta ao investigador recorrer ao que denominamos de amostra de sujeitos (2003, p. 351).

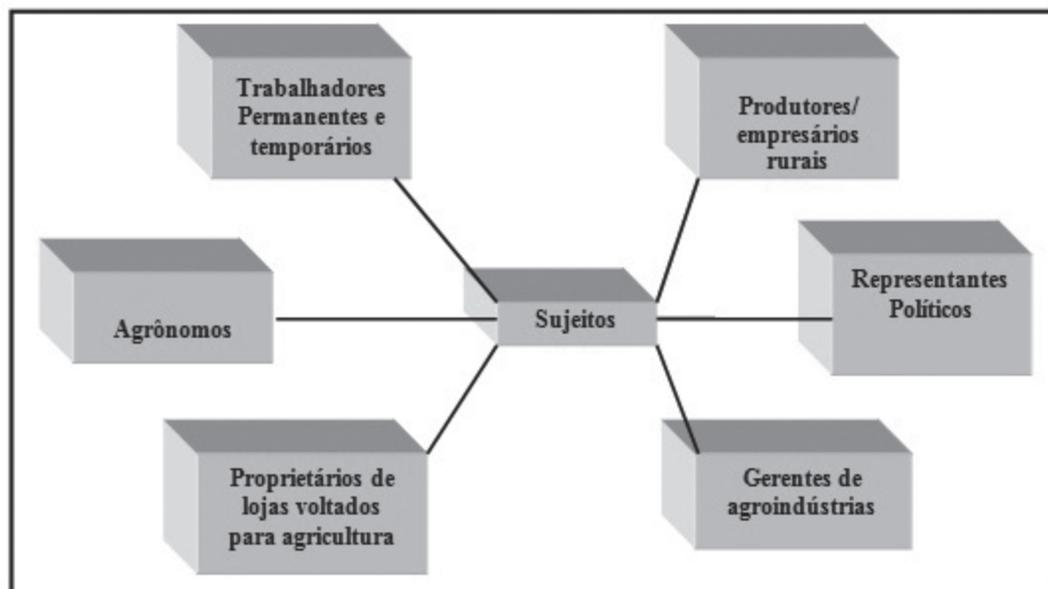
Na definição da amostragem, observaram-se alguns critérios estabelecidos por Minayo:

> a) investir em instrumentos que permitam a compreensão de diferenciações internas e de homogeneidades; b) assegurar que a escolha do *locus* e do grupo de observação e informação contemple o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar na pesquisa; c) privilegiar os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer; d) definir claramente o grupo social mais relevante, ou seja, sobre o qual recai a pergunta central da pesquisa. Centralizar nele o foco das entrevistas, dos grupos focais e da observação; e) dar atenção a todos os outros grupos que interagem com o do foco principal, buscando compreender o papel de cada um em suas interações; f) trabalhar num processo de inclusão progressiva das descobertas em campo, confrontando-as com as teorias que demarcam o objeto; g) nunca desprezar informantes ímpares e não repetidos, cujo potencial explicativo acaba por ser importante na descoberta da lógica interna do grupo; h) considerar um número suficiente de interlocutores para permitir a reincidência e complementaridade das informações; i) certificar-se de que o quadro empírico da pesquisa esteja mapeado e compreendido (2008, p. 197).

Para se estabelecer o número de sujeitos, também se utilizou a proposta da amostragem por saturação de Turato (2003), na qual o pesquisador fecha o grupo quando, diante das informações já coletadas com determinado número de sujeitos, observa que novas entrevistas somente adicionarão repetições de informações já coletadas.

A partir da delimitação dos sujeitos e da amostragem em todos os municípios pesquisados, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas. As estruturadas obedeceram a cinco roteiros diferentes. Com o roteiro número um, entrevistamos 28 sujeitos em Ipameri, Catalão, Campo Alegre de Goiás, empresários rurais ou gerentes das empresas rurais. Por meio do roteiro número dois, direcionado a representantes políticos, realizamos cinco entrevistas, com dois prefeitos e três secretários da agricultura dos municípios em estudo. O roteiro número três se direcionou a agrônomos e proprietários de empresas voltadas à agricultura em todos os municípios pesquisados. Nesse universo, entrevistamos 15 pessoas. Utilizando o roteiro número quatro, entrevistamos o gerente do processo de integração da Nutriza, em Pires do Rio, e o de controle e qualidade da Oderich, em Orizona. Com o roteiro número cinco, mais 25 trabalhadores permanentes e temporários de empresas rurais. Os "sujeitos-chave" no processo de produção da pesquisa estão representados no fluxograma 2.

Fluxograma 2 – Universo de sujeitos entrevistados

Trabalhadores Permanentes e temporários
Produtores/ empresários rurais
Agrônomos
Sujeitos
Representantes Políticos
Proprietários de lojas voltados para agricultura
Gerentes de agroindústrias

Organização: Patrícia Francisca de Matos (2010).

A coleta de dados em fontes secundárias

Na abordagem qualitativa, tanto a coleta de dados quanto a sua análise devem ser feitas com rigor, para que os instrumentos utilizados proporcionem respostas à problemática levantada. Nesse sentido, de acordo com a problemática levantada, necessitou-se buscar dados em fontes primárias e secundárias. Os dados obtidos de fontes secundárias referem-se à produção agropecuária, à população, à estrutura fundiária, ao PIB (Produto Interno Bruto) e à produção irrigada, entre outros. Não são especificamente dos municípios do Sudeste Goiano; contemplam todo o estado de Goiás, a Região Centro-Oeste e o território brasileiro, haja vista a necessidade de interlocução do local com o regional e o nacional. Para coletar esses dados, recorreu-se a consultas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em seus postos de atendimento nas cidades de Catalão e Pires do Rio e nos sites da SEPLAN, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Planejamento.

No IBGE, coletaram-se dados concernentes à produção agrícola de 1970 a 2008. As informações do período de 1970 a 1995 estão contidas nos censos agropecuários. De 2000 em diante, são referentes à produção agrícola municipal (PAM).[3] Ainda no IBGE, coletaram-se dados referentes à população nos censos demográficos.

Na SEPLAN-Goiás, obtiveram-se dados sobre produção, população, infraestrutura (energia elétrica e rodovias) e economia do estado. Essa fonte foi de extrema importância para a coleta de dados, uma vez que possui dados de todos os municípios, das microrregiões e mesorregiões goianas. Os dados se referem à produção agropecuária, à energia elétrica, à pavimentação de rodovias, ao PIB e à população.

Nos ministérios da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento, do Meio Ambiente e do Planejamento, coletaram-se dados sobre a produção agrícola brasileira, a participação do agronegócio na economia, as culturas irrigadas e as infraestruturas, entre outros dados pertinentes à pesquisa.

Também se utilizou a fonte documental. Buscaram-se informações em arquivos públicos das prefeituras municipais de Catalão, de Campo Alegre de Goiás e de Ipameri para se averiguar a abertura de empresas ligadas ao ramo da atividade agrícola. Consultaram-se arquivos particulares de escritórios das propriedades rurais (empresas rurais) para se colher dados sobre a produção, e os de empresas ligadas ao ramo da atividade agrícola para se obter dados sobre produtores. Também se coletaram muitos

[3] A pesquisa é desenvolvida de janeiro a dezembro em âmbito nacional, abrangendo todas as unidades da federação. O mecanismo de coleta de dados prevê a realização de levantamentos sobre área plantada e colhida, produção esperada e obtida e produtividade prevista e obtida para os produtos de culturas temporárias e permanentes.

dados nos sites de empresas, como o da Carol, o da Caramuru, o da Cargill, o da Oderich e o da Nutriza.

Compilaram-se os dados de fonte primária por meio de observação direta e indireta e de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. O trabalho de campo foi o elemento norteador dessas escolhas.

O trabalho de campo: uma ferramenta para observar e decifrar

A pesquisa de campo, ou trabalho de campo, é um procedimento que vem sendo utilizado pela geografia ao longo da evolução do pensamento geográfico. Da sistematização da geografia como ciência até meados do século XX, o trabalho de campo baseava-se na observação e na descrição dos fenômenos nas paisagens e resultava, portanto, numa prática descritiva. Com o advento da geografia crítica, passou a incluir, além da observação, a interpretação e a compreensão.

Além de ser utilizado na geografia, o trabalho de campo tem tradição de uso na sociologia e na antropologia, constituindo-se como uma ferramenta importante para a realização de pesquisas e para a prática de trabalhos pedagógicos. Na ciência geográfica, Suertegaray (2002) ressalta que a pesquisa de campo constitui um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Essa interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação.

Para Thomaz Júnior, o trabalho de campo é entendido como "laboratório geográfico" (2005, p. 38). Assim, é um recurso importante e eficaz para desvendar a realidade empírica. Desvendar no sentido de interpretar os múltiplos significados de uma paisagem, pois, conforme apontam Alentejano e Rocha Leão (2006), o trabalho de campo não pode constituir-se apenas em um exercício de observação da paisagem, mas deve partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico num processo mediado pelos conceitos geográficos.

Na ciência geográfica, quando se faz um estudo partindo-se de uma problemática ou da formulação de hipóteses sobre a realidade e/ou um fenômeno, a pesquisa de campo torna-se uma prática fundamental. No entanto, "a ida ao campo não significa, apenas, o movimento na direção do que pode ser descrito. Trata-se do movimento na direção do que necessita ser interpretado e representado" (Hissa e Oliveira, 2004, p. 38). A imersão[4] em campo significa ir para observar, olhar, sentir, detectar, ver e analisar. As ações expressas por esses verbos permitem ao pesquisador a compreensão e até a transformação de uma realidade estudada.

[4] Na pesquisa de campo, para se ir além das evidências paisagísticas, todos os sentidos do corpo humano devem ser colocados em ação: a audição, o tato, a visão e até o paladar. Apesar de o olhar ser importante, não é apenas este que captura as informações a serem desvendadas e interpretadas.

Logo, a pesquisa de campo pode ser considerada uma arte em que o pesquisador, por meio da observação e de instrumentos de coleta de dados, pode desvendar o que está atrás das aparências e esculpir uma interpretação do que está visível e do que não está ao alcance dos olhos. Para Hissa,

> descobrir o que não está à mostra é não se contentar apenas com o que está evidente (considerando que a evidência possa, ela também, ser uma insinuação falsa, deslocadora). Descobrir o que não se põe aos olhos é construir a poesia do que está à mostra: é qualificar a invisibilidade do visível. É buscar a origem e a natureza do que se coloca disponível e cobri-lo de palavras e significados (2006, p. 184).

É salutar dizer que, na pesquisa de campo, o que se observa e o que se compreende são produto de uma seleção orientada pela concepção e pela formação teórica do pesquisador, isto é, por sua posição filosófica. Por isso, Suertegaray avalia o trabalho de campo sob a perspectiva do método, pelo qual há diferentes formas de leitura do mundo:

> No método positivista, tão conhecido nosso, o campo (realidade concreta) é externo ao sujeito. O conhecimento/a verdade está no objeto, portanto no campo, no que vemos. No método neopositivista, o campo como realidade empírica é externo ao sujeito. Agora, nesta perspectiva, o campo como realidade externa é uma construção do sujeito. No método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto. [...] No método fenomenológico, o campo é a expressão das diferentes leituras do mundo. É lugar (da observação e da sistematização) do olhar do outro – daí o método fenomenológico dizer da necessidade de se colocar *no lugar de*. Negando o positivismo, este método não separa sujeito e objeto (2002, p. 94, grifos nossos).

Posições filosóficas diferentes permitem que se veja um objeto a partir de vários olhares e, portanto, apresentam diferentes entendimentos. Assim, para a compreensão do real, o ponto de partida é a escolha clara do método. É por meio dele que se consegue realizar a leitura científica do mundo.

Thomaz Júnior salienta que também a maneira como se procede a problematização configura elemento importante para a aproximação do real:

> Entendendo o concreto como a síntese de múltiplas determinações, pode-se inferir que o pensamento é um ato de construção estreitamente relacionado com o processo de cons-

> trução histórica – o *concreto* em pensamento. O movimento geral-particular-singular e singular-particular-geral (a tríade/escalar categorial) é que nos permite chegar mais próximo do *real concreto*, munidos conceitualmente (concreto em pensamento), onde a cada movimento o concreto em pensamento é ponto de partida para a 'leitura' e compreensão do real concreto (2005, p. 37).

Kayser (2006) defende que a hipótese de trabalho é uma das primeiras armas a se utilizar no preparo da pesquisa de campo. Por isso, o pesquisador não pode, como afirma o autor, ir "verde" ao terreno, ou seja, ir despreparado teoricamente para o campo. Em relação à imersão em campo, corrobora-se essa ideia por considerar-se que, de fato, o pesquisador não deve iniciar a pesquisa de campo sem bases teóricas. Nessa perspectiva, Alentejano e Rocha Leão (2006) asseguram que o trabalho de campo configura um momento de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sem o qual, portanto, tornar-se-ia vazio de conteúdo e incapaz de desvendar a essência dos fenômenos geográficos.

Além da preparação teórica, Marcos (2006) se refere a outras preocupações importantes: que técnicas e instrumentos serão utilizados? Em que momento se pode ir a campo? Como "chegar" ao local? Como se aproximar das pessoas? Como conquistar a confiança delas? Como garantir a cientificidade exigida pela academia? Essas preocupações devem ser levadas em consideração, uma vez que a forma como se planeja a pesquisa de campo pode significar seu sucesso ou insucesso.

Sobre os recursos utilizados para auxiliar o olhar na observação em campo, Suertegaray (2002) ressalta que esses instrumentos não podem ser os encaminhadores dos resultados; devem ser vistos como meios de realização de trabalho, e não como fim. Na verdade, a sofisticação das tecnologias (máquinas, filmadoras e gravadores digitais, imagens de satélite e GPS, entre outros) tem viabilizado e facilitado as pesquisas de campo. Porém, o uso de recursos sofisticados não garante o bom resultado da pesquisa de campo se o pesquisador não tiver preparação teórico-metodológica.

Ao refletir sobre a importância das técnicas no trabalho de campo, Venturi salienta que elas exercem um papel importante no processo de produção científica, auxiliando na obtenção e na sistematização de informações. Conforme o autor, elas podem ser utilizadas em laboratório e em pesquisa de campo:

> Em termos gerais, as técnicas de laboratório exercem três papéis fundamentais no trabalho científico. Em primeiro lugar, elas podem auxiliar no preparo do trabalho de campo, isto é, no planejamento das ações baseado em um conhecimento prévio da área de estudo. Essas ações podem envolver providências como o estabelecimento de contatos com interlocutores e o levantamento cartográfico e bibliográfico, além de inúmeras outras, sempre atreladas aos objetivos do trabalho. Em segundo lugar, auxiliam também no tratamento

> das informações trazidas do campo. [...] Finalmente, o uso de técnicas de laboratório pode criar simulações de situações reais cujo controle é mais eficiente do que em campo, a exemplo de testes de porosidade e permeabilidade de solos ou simulações de balanço hídrico. Podemos acrescentar que o laboratório é o espaço de trabalho onde se podem promover estágios para o aprendizado do uso de determinadas técnicas e instrumentos (2006, p. 75).

As técnicas de laboratório, de fato, são importantes tanto para o preparo do trabalho de campo quanto para auxiliar na sistematização dos dados. Porém, é importante ter o cuidado de não se iludir com a possibilidade de obtenção de dados em laboratório em detrimento da ida ao campo. Por exemplo, o uso da imagem de satélite permite obter informações precisas da realidade, mas é necessário que o pesquisador vá à área de pesquisa para conferir os dados, já que o trabalho de campo representa seu contato direto e imediato com a realidade.

Destarte, considerando-se o trabalho de campo uma etapa essencial da pesquisa, fizeram-se várias imersões em campo no decorrer de 2007, 2008, 2009 e 2010 para tentar compreender as transformações sociais, espaciais e ambientais ocorridas no Sudeste Goiano após os anos 1980 em virtude do processo de modernização da agricultura.

A técnica da observação em campo

A observação constitui uma técnica muito valorizada e importante na coleta de dados de uma pesquisa em ciências sociais. Permite ao pesquisador o contato e a proximidade com o objeto/fenômeno de estudo. No entanto, observar não significa simplesmente olhar (Triviños, 1991). É preciso absorver o que está além da aparência, ou seja, chegar à essência.

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder destacam, com muita propriedade, algumas vantagens atribuídas à técnica da observação:

> a) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; b) permite *checar*, na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para *causar boa impressão*; c) permite identificar comportamentos não intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir; d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial (2002b, p. 164, grifos dos autores).

Antes de iniciar o processo de observação, é importante planejar as atividades contemplando os seguintes elementos: a) o que deve ser observado; b) quais sujeitos serão observados; c) quando deve ser feita a observação; e d) como serão os registros.

Em relação às formas de se fazer a observação, Quivy e Campenhoudt (1998) destacam a observação direta e a indireta. A direta é aquela em que o pesquisador procede diretamente ao recolhimento das informações. Na indireta, o pesquisador dirige-se ao sujeito para obter a informação desejada, por meio de entrevista ou questionário. Em uma mesma pesquisa, podem-se utilizar as observações direta e indireta.

A observação pode ser ainda estruturada e não estruturada (ou livre). Na primeira, os fenômenos/aspectos a serem observados são predeterminados; na segunda, não são preestabelecidos, isto é, são livres. Esta é a forma da observação participante, em que o pesquisador torna-se parte da situação observada, interage por longos períodos com os sujeitos e busca partilhar seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. A observação participante permite a integração do pesquisador com o grupo pesquisado; o pesquisador, assim, deixa de ser um observador externo e passa a fazer parte ativa dos pesquisados (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2002b).

Nessa pesquisa, optou-se pela utilização da observação direta e da indireta de forma integrada. Para a direta, utilizou-se um roteiro elaborado previamente, contemplando os elementos a serem priorizados. Nela, as concepções teórico-metodológicas influenciam diretamente o recolhimento das informações. O trabalho de campo é extremamente importante porque permite, em várias ocasiões, confirmar ou não informações obtidas. Em várias imersões *in loco*, constatou-se que muitas informações obtidas diretamente com produtores ou gerentes das propriedades não correspondiam ao que foi constatado pessoalmente, o que permitiu comparar o que foi dito e o que foi visto. Na observação indireta, priorizou-se também a forma estruturada (sistemática), com roteiros de entrevista estruturados e semiestruturados.

A entrevista: um recurso importante na construção da pesquisa

Há diferentes formas de utilizar a entrevista. Nas obras de Chizzotti (1991), Triviños (1991), Quivy e Campenhoudt (1998) e Gil (1999), encontram-se seis tipos: estruturadas, semiestruturadas, não estruturadas, focais, projetivas e história oral. A forma da entrevista deve estar em consonância com a problemática, os objetivos da pesquisa e a viabilidade de ser realizada, visto que o bom resultado dessa técnica depende da forma como o pesquisador a conduz.

Nessa perspectiva, optou-se pela entrevista estruturada e pela semiestruturada para uma parte da coleta de dados da pesquisa. As entrevistas estruturadas são caracterizadas pela elaboração prévia e criteriosa de perguntas, cuja lista se chama formulário (Gil, 1999). Requerem planejamento e operações específicas para seu desenvolvimento.

As entrevistas semiestruturadas constituem uma interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade

de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. Usou-se esse tipo de entrevista porque possibilita a obtenção de outras informações, além das previstas. Uma pergunta pode dar ao entrevistado a chance de fornecer novas informações ou complementar informações já oferecidas; e a resposta de uma pergunta pode levar o entrevistador à indagação sobre outras informações.

Gravaram-se as entrevistas estruturadas e não estruturadas realizadas (90%), com autorização dos entrevistados, tendo em vista que a captura das respostas do entrevistado ocorre com mais presteza. Em virtude da indisponibilidade de tempo dos entrevistados, realizaram-se algumas entrevistas por e-mail. Diversos sujeitos (gerentes de agroindústrias e empresas rurais) solicitaram que o roteiro das entrevistas fosse enviado antecipadamente por e-mail. Em muitos casos, só houve a confirmação das entrevistas depois desse envio. Especialmente entre os gerentes de agroindústrias, pôde-se perceber certo receio e desconfiança em conceder entrevistas. Também houve casos em que o entrevistado, depois de receber o roteiro por e-mail, assinalou as perguntas que não poderia responder. Com alguns empresários rurais, não foi diferente; talvez nem tanto pela desconfiança, mas, sim, pelo medo de mostrar como ocorre o processo produtivo de suas empresas rurais.

O receio, o medo e a insegurança de alguns sujeitos demonstram que, no processo produtivo, principalmente no que tange às questões ambientais e às relações de trabalho nas empresas rurais e agroindústrias, existem problemas muito sérios que não podem ser vistos nem descobertos. Essas empresas, de modo geral, são muito "maquiadas", para esconder a imperfeição do sistema. Ao visitá-las, a primeira impressão que se tem é de um sistema produtivo que respeita as leis trabalhistas e, em alguns casos, até as ambientais. Todavia, ao se acurar a observação, percebe-se o contrário disso. Por exemplo, em uma empresa rural de Campo Alegre de Goiás, o alojamento mostrado é aquele destinado aos trabalhadores permanentes da propriedade (técnicos agrícolas, mecânicos, soldadores). De fato, é um lugar que apresenta as condições necessárias para se viver e se alojar. Já o alojamento destinado aos trabalhadores temporários, principalmente aos que fazem a colheita do café, não foi mostrado, pois trata-se de um local precário. Inclusive, nessa mesma propriedade, encontrou-se trabalho escravo em 2004.

Desse modo, mesmo apresentando dificuldades em sua realização, a entrevista é uma forma eficiente de buscar informações, entendendo-se, conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002b), que não há metodologias "boas" ou "ruins", e, sim, adequadas e inadequadas.

O uso de fotografias e mapas

O uso de fotografias é muito comum na geografia como forma de contribuir para a maior compreensão dos fenômenos investigados, assim como é também uma forma de ilustração e documentação. Sua importância é destacada por Justiniano:

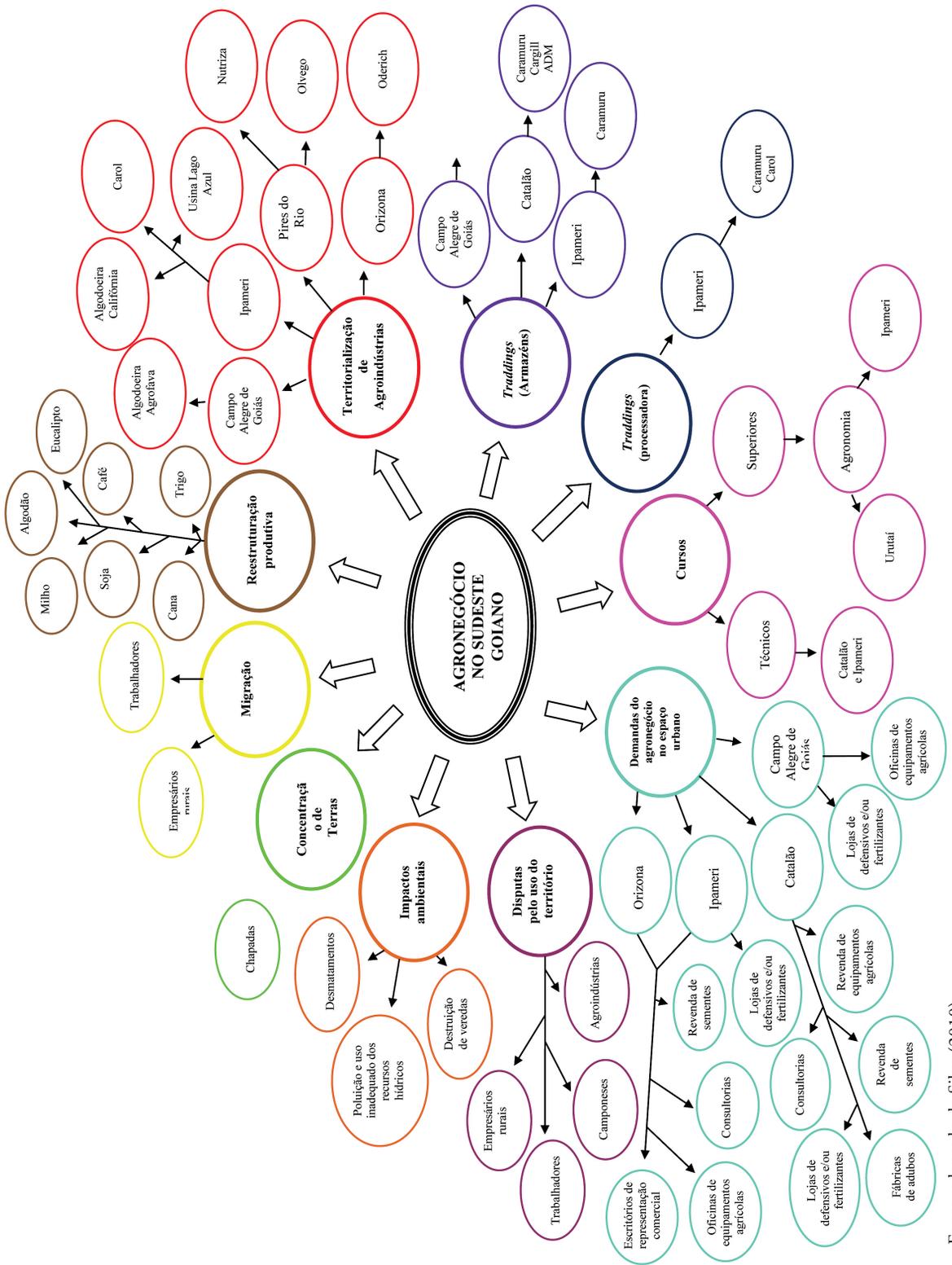
> Em geografia, a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar e deve ser acompanhada de outras informações, com localizações geográficas, ângulo de visada, registro de hora e da data e relato do fato observado. Essas anotações serão importantes na composição dos trabalhos, na verificação de resultados e no acompanhamento dos fenômenos ao longo do tempo (2005, p. 187).

Por esses motivos, durante os trabalhos de campo, utilizou-se a fotografia para registrar determinados fenômenos na paisagem, já que o recurso fotográfico materializa no tempo e no espaço o fenômeno pesquisado (Chelotti, 2009). Conforme Martins, "é nessa construção, nessa redução dos tempos da realidade social ao espaço da imagem fotográfica e ao seu tempo aparentemente único, que o fotógrafo imagina, isto é, constrói sua imagem fotográfica, aquilo que quer dizer através da fotografia" (2010, p. 65).

Em todos os trabalhos de campo realizados, a câmera digital era uma espécie de "companheira que não poderia faltar". Em muitos momentos, a saída de campo foi apenas para o registro fotográfico e a observação. No entanto, nem todas as fotografias utilizadas são apenas do período da pesquisa, mas também do acervo da autora, de períodos anteriores. Também foram utilizadas fotografias aéreas concedidas por empresas rurais e agroindústrias.

De aproximadamente mil fotografias, selecionaram-se apenas cinquenta para compor o texto final. A seleção delas baseou-se na originalidade e na pertinência dos temas abordados.

Outro recurso utilizado foram os mapas, adotados para localização, espacialização e mapeamento de dados, da área de pesquisa, de Goiás, do cerrado e de informações que abrangiam o território brasileiro. Os mapas confeccionados especialmente para compor a pesquisa foram elaborados a partir de cartas-base do IBGE e de outros órgãos de assessoria públicos, como a SEPLAN, o Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO); de dados de empresas privadas, como a Caramuru, a Carol, a Cargill e a Nutriza; e de imagens de satélite LANDSAT 5 TM.

Por meio das metodologias adotadas, visualizou-se que no Sudeste Goiano, principalmente nos municípios elencados para a pesquisa, o agronegócio foi uma atividade que promoveu grandes metamorfoses sociais, econômicas e políticas; enfim, foi uma atividade de uso do território, tanto no campo quanto na cidade. O fluxograma 3 apresenta, de forma resumida, algumas das tramas urdidas pelo agronegócio no Sudeste Goiano.

Fonte: adaptado de Silva (2010).

Considerações finais

A descrição teórico-metodológica exposta teve como intuito mostrar o caminho metodológico da pesquisa, isto é, os passos percorridos na trajetória da pesquisa e, portanto, o caminho que se trilhou para se chegar aos seus resultados. Realizaram-se muitas leituras e vários trabalhos de campo, sob sol, chuva, poeira, para se fazer observação, registro fotográfico e entrevistas, ora com a companhia de alguém, ora sem. Diversas vezes, agendava-se entrevista, percorriam-se 100-150 km e, quando se chegava, recebia-se a resposta "volta amanhã" ou "vamos marcar outro dia, porque aconteceram imprevistos". E voltava-se outro dia. Outras vezes, ouvia-se "vamos fazer a entrevista por e-mail, porque estou sem tempo para te receber" ou "posso conceder entrevista, mas tem que ser em trinta minutos". Marcando, desmarcando, aceitando sugestões/imposições de horários, dias, mês, levantaram-se as informações, os dados da pesquisa. Concomitantemente às leituras, aos trabalhos de campo, aos levantamentos de dados em fontes secundárias, colocaram-se as reflexões no papel, até se chegar ao resultado da pesquisa.

Pelas metodologias adotadas, compreendeu-se que, no Sudeste Goiano, existem diferentes ritmos de modernização nas áreas de chapadas, em função das distintas forças de poder que atuam sobre esses territórios e das forças de resistência, que podem interferir na organização produtiva destes. Além disso, percebeu-se que as tramas socioespaciais e ambientais do agronegócio no Sudeste Goiano não são especificidades locais/regionais, mas alcançam amplitude maior. Por isso, procurou-se compreender suas inter-relações, tendo em vista as mudanças ocorridas no espaço agrário nacional e o modo como o próprio lugar materializa essas mudanças e, ao mesmo tempo, interage com o todo.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. e ROCHA LEÃO, Otávio M. "Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 51-69.

ALMEIDA, Maria Geralda (org.). *Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade sociocultural*. Goiânia: Vieira, 2005.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. "Revisão da bibliografia". *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002a, pp. 179-88.

——. "O planejamento de pesquisas qualitativas". *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002b, pp. 147-78.

ARRUDA, Zuleika A. de. *Onde está o agro deste negócio: transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio* (tese). Unicamp, 2007, 253 p.

BERNARDES, Júlia S. "As estratégias do capital no complexo da soja". In CASTRO, I. E. de (org.). *Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 325-47.

——. "Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica". *Revista Nera*, Presidente Prudente, jan.-jun. 2007, n. 10, pp. 1-10.

BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

CHAVEIRO, Eguimar. "O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas". In ALMEIDA, Maria Geralda et al. (org.). *Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia: Vieira, 2008, pp. 75-97.

CHELOTTI, Marcelo C. *A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)* (tese). UFU, 2009, 288 p.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola, v. 16.)

D'INCAO, Maria Conceição A. "A pesquisa". *O boia-fria: acumulação e miséria*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura*. São Paulo: EDUSP, 2003.

GIL, Antonio C. "Entrevista". *Métodos e técnicas de entrevista social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, pp. 117-26.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

——. "Do complexo rural aos complexos agroindustriais". *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996, pp. 1-40.

HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

——. *Territórios alternativos*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

——. "Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional". In SPOSITO, Eliseu S. (org.). *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente: UNESP/GasPERR, 2005.

——. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HISSA, Carlos Eduardo. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

—— e OLIVEIRA, Janete R. de. "O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica". *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, jan.-dez. 2004, v. 24, pp. 31-41.

KAYSER, Bernardo. "O geógrafo e a pesquisa de campo". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 51-69.

JUSTINIANO, Eduardo F. "Registro fotográfico". In VENTURI, Luis Antônio Bittar (org.). *Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, pp. 187-95.

MARCOS, Valéria de. "Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 51-69.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2010.

MATOS, Patrícia F. de. *As tramas do agronegócio nas "terras" do Sudeste Goiano* (tese). UFU, 2011, 355 p.

MENDONÇA, Marcelo R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano* (tese). UNESP, 2004, 448 p.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências*. Tradução de J. M. Marques, M. A. Mendes e M. Carvalho. Rio de Janeiro: Gradiva, 1998.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Dinalva D. *A agricultura caificada no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus socioambiental* (tese). UFF, 2005, 265 p.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

—— e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10 ed. São Paulo: Record, 2008.

SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Magda V. *A indústria automobilística em Catalão: da rede do circuito espacial da MMC Automotores do Brasil S.A.* (tese). UFU, 2010, 449 p.

SUERTEGARAY, Dirce M. "Pesquisa de campo em geografia". *Geographia*, Rio de Janeiro, jul. 2002, n. 7, pp. 92-9.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais os "nós" da cana: a relação capital* x *trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2002.

——. "Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo". *Geografia passo a passo (ensaios críticos dos anos 1990)*. Presidente Prudente: Centelha, 2005, pp. 31-9.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1991.

TURATO, Egberto R. "Decidindo quais indivíduos estudar". *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 351-68.

VENTURI, Luiz Antônio B. "O papel da técnica no processo de produção cientifica". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 51-69.

O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica

Murilo Mendonça Oliveira de Souza
Vera Lúcia Salazar Pessôa

As questões referentes ao método de interpretação da realidade e à metodologia do trabalho científico têm sido, nas últimas décadas, pouco valorizadas no âmbito das ciências humanas. Especificamente na pesquisa em geografia, raros têm sido os trabalhos em que a reflexão filosófica, os procedimentos metodológicos e as técnicas de investigação recebem tratamento equivalente à importância dada ao resultado do trabalho científico. Consequentemente, essa negligência reflete também na qualidade produtiva de conhecimentos sólidos e úteis para instrumentalizar o desenvolvimento cotidiano das sociedades humanas, diminuindo a *desigualdade entre os mundos sociais*. A utilização da metodologia qualitativa vem sendo equivocadamente relacionada ao descompromisso com o rigor em sua aplicação, ainda que essa forma de abordagem exija cuidadosa disciplina em todas as suas etapas.

Nesse contexto, o presente texto tem como objetivo geral estabelecer um relato teórico-metodológico sobre o trabalho de campo em geografia humana (agrária), buscando apresentar diferentes possibilidades/instrumentos para a investigação científica. Especificamente, propomos discutir a importância da pesquisa exploratória, do recurso da entrevista e da utilização do diário de campo e de fotografias no trabalho acadêmico. O debate aqui disposto resulta das reflexões metodológicas estabelecidas no processo

de elaboração da tese de doutoramento *Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU), em setembro de 2011.

A partir da metodologia utilizada naquele estudo, apresentamos, primeiro, uma discussão introdutória sobre o trabalho de campo, trazendo considerações sobre a perspectiva participante de pesquisa. Sequencialmente, dispomos algumas experiências exploratórias vivenciadas no trabalho de campo realizado no estado de Rondônia para a tese. Em seguida, fazemos um debate sobre as possibilidades investigativas do recurso da entrevista. Por fim, apresentamos algumas considerações em torno do uso do diário de campo e da fotografia como instrumentos da pesquisa qualitativa em geografia humana. Esperamos contribuir com a reflexão e com novos elementos para a investigação científica no âmbito da geografia e, destacadamente, da geografia agrária.

Por um trabalho de campo participante: reflexões iniciais

As ciências humanas criaram, historicamente, um largo arcabouço metodológico que se consubstanciou em diferentes procedimentos para analisar a realidade e alcançar a *verdade* científica. Esses procedimentos, no entanto, camuflados por uma suposta neutralidade científica e por uma postura filosófica positivista, alijaram do processo de investigação seus sujeitos. Estes, que foram, por vezes, visualizados como objetos de pesquisa, deveriam ser dissecados para ser, enfim, compreendidos. Também no âmbito da geografia e, mais exatamente, da geografia agrária, o sujeito foi estudado como um objeto a mais do ambiente pesquisado. Essa postura certamente não possibilitou uma análise dialética das contradições presentes no campo ou na cidade e deu margem a interpretações enviesadas da realidade territorial.

A partir da década de 1970, no entanto, em contraposição aos históricos procedimentos positivistas e *neutros* da ciência, foi desenvolvida uma nova forma de pensar e agir na investigação científica, que buscava a participação ativa de seus sujeitos e valorizava sua palavra e a compreensão do mundo em que vivem e convivem (Carvalho e Souza, 2009). Esse movimento de renovação dos procedimentos da pesquisa foi consubstanciado na proposta da pesquisa participante, que, no Brasil, passou a contar com maior visibilidade a partir da publicação, em 1981, do livro também intitulado *Pesquisa participante*, de Carlos Rodrigues Brandão.

O eixo central da proposta participante de investigação pressupõe valorizar o fator educativo, colocando pesquisador e pesquisado como sujeitos de um mesmo processo, ainda que desenvolvam tarefas diferentes, pois pretendem ser um instrumento compartilhado de transformação social. Assim, a pesquisa participante está

caracterizada, de acordo com Oliveira e Oliveira (1999), pela produção de conhecimentos que aumentam a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com os quais trabalhamos, em que o estudo da realidade vivida é matéria-prima e ponto de partida.

Na geografia agrária e na pesquisa sobre as contradições dialéticas do campo brasileiro, os pressupostos da pesquisa participante têm sido recorrentemente utilizados. Sobretudo nos estudos geográficos que têm como base de análise o problema agrário, o procedimento participante tem permitido uma compreensão mais apurada da dinâmica vivida por cada grupo social no campo. Destacadamente nos trabalhos de geógrafos que têm assumido o campesinato como categoria de análise, a postura participante ganhou espaço considerável, pois o papel dialético do camponês no âmbito do modo capitalista de produção somente pode ser compreendido a partir dessa perspectiva. As considerações elaboradas a respeito do trabalho de campo por Paulino revelam o tipo de inserção da qual falamos:

> Durante cinco meses, perambulei quase diariamente pela área de estudo, sem que, das 292 famílias visitadas, uma sequer tivesse fechado suas portas. Pude acompanhar a lida na lavoura, os cuidados com as criações; em suas casas, fiz as refeições e frutos de seu trabalho me foram doados em profusão. Seu modo de vida, suas atitudes, seus sonhos e suas lutas me proporcionaram um novo encontro com a utopia (2006, p. 26).

O resgate dessa utopia é permitido apenas pela participação do pesquisador no cotidiano do pesquisado e do pesquisado na investigação do pesquisador. A partir dessa ideia, a pesquisa participante possibilita, como destacaram Carvalho e Souza (2009), que o pesquisador participe, como cientista, da discussão sobre a luta pela terra, das relações capitalistas de produção no campo e de todas as contradições encerradas no território estudado. Buscamos, aqui, transpor o caráter participativo para o trabalho de campo, pois entendemos que é no campo, principalmente, que o procedimento participante revela seu maior valor.

Kayser nos diz que "qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio desse fenômeno" (2006, p. 94). Essa ideia expressa muito bem a importância do trabalho de campo para a realização científica e, especialmente, para a investigação geográfica. Mais que isso, em geografia humana, a pesquisa participante nos convoca a uma reavaliação de nossa postura frente à realidade territorial pesquisada, frente aos homens e mulheres *objetos*, quando não *vítimas*, do trabalho acadêmico.

O pesquisador, por vezes, realiza o trabalho de campo como quem vai ao dentista, ou seja, quanto mais rápido e com menor sofrimento terminar, melhor. Essa postura não responde à imersão participante que o trabalho científico em geografia humana exige. Na realidade, os problemas para os quais buscamos respostas são essencialmente complexos. O território é resultado de contradições histórico-sociais que precisam ser desvendadas, e, por isso, a inserção do pesquisador no campo deve levar em conta, também, tais contradições. Na linha desse raciocínio, Suertegaray (2002) resume bem o significado que o trabalho de campo deve assumir para o geógrafo:

> A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Essa interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (p. 66).

Logo, o trabalho de campo deve ser considerado, acima de tudo, um processo, e não uma simples busca por informações e dados sobre a realidade que se deseja investigar. As contradições encerradas em cada território não serão prontamente reveladas nas respostas e nos dados coletados; serão reveladas apenas por meio de uma aproximação com a complexidade territorial, o que requer uma vivência partilhada com os sujeitos da pesquisa em seu próprio terreno. Esta é a forma segundo a qual entendemos ser apropriada a inserção no território investigado. Devemos, portanto, trazer conosco não só os fatores subjetivos de nossa formação pessoal e política, como também a base teórica que direciona a pesquisa, buscando imergir no contraditório contexto representado por cada território.

No caso específico de nosso trabalho de campo para o doutorado, além da vivência no contexto social, político e produtivo das áreas de assentamentos pesquisadas, participamos de encontros dos movimentos sociais e das entidades de apoio à luta pela terra, escrevemos para jornais informativos, participamos de debates em programas locais de rádio, colaboramos em cursos de formação política e técnica e, mais que tudo, aprendemos, a todo momento, com a partilha da luta cotidiana dos camponeses rondonienses.

Essa forma preliminar de imersão no trabalho de campo foi o que denominamos *pesquisa participante exploratória*. Sobre essa ideia, de desvendamento das características

gerais do espaço pesquisado, traçaremos algumas reflexões a seguir. Ao mesmo tempo, apresentaremos algumas experiências vividas em tal processo, as quais, certamente, forneceram a primeira imagem sociocultural e política do território estudado e permitiram maior eficácia da pesquisa nos acampamentos e assentamentos rurais que compuseram a área de pesquisa específica da tese.

Pesquisa participante exploratória: desvendando o território

A primeira das intervenções em campo, que denominamos *pesquisa participante exploratória*, pautou-se na necessidade de compreensão mais ampla do movimento territorial do estado de Rondônia e na importância de se acessarem informações secundárias sobre a dinâmica territorial. Por isso, realizamos, na verdade, uma travessia pelo estado. Nessa travessia, estivemos em diversos lugares e dialogamos com homens e mulheres que produzem, cotidianamente, o espaço agrário rondoniense. Antigos soldados da borracha, garimpeiros, madeireiros, quilombolas, colonos, ribeirinhos, assentados e acampados, entre outros, revelaram-nos uma primeira versão do território rondoniense. Foi também no âmbito dessa inserção que coletamos informações e dados secundários de interesse para a pesquisa.

Para esclarecermos essa intervenção, em primeiro lugar, é importante destacarmos nosso entendimento sobre a pesquisa exploratória, a pesquisa participante e o porquê da junção desses termos. Assim, quanto à pesquisa exploratória, buscamos nos aproximar da definição estabelecida por Gil:

> As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente, envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Muitas vezes, as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla e [...] o produto final desse processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (1999, p. 43).

Foi exatamente no sentido de desenvolver mais solidamente nossas questões de pesquisa que buscamos apoio em uma investigação exploratória a princípio. Por outro lado, denominamo-la *exploratória participante* em decorrência do tipo de intervenção

investigativa sobre a realidade que consideramos mais acertada para a investigação científica, ou seja, um instrumento compartilhado de transformação social.

Nesse sentido, a postura do pesquisador deve assumir uma espécie de consciência de *funcionário da sociedade*, entendendo-se que este está ali como aliado do povo, armado de conhecimentos científicos e querendo uni-los ao posicionamento mais prático e social possível; enxergando-se pesquisador e pesquisados como sujeitos de um mesmo trabalho comum, embora desenvolvam situações e tarefas diferentes. O pesquisador pretende ser um instrumento a somar de reconquista popular (Brandão, 1999).

De forma geral, o que buscamos fazer nessa *pesquisa participante exploratória* foi, parafraseando Kayser (2006), passear tranquilamente, impregnar-nos da atmosfera social, procurando distinguir, em conversações informais, as contradições que cada realidade territorial encerra. Esses momentos foram relevantes para que pudéssemos captar, no espaço e no tempo, a dinâmica social, econômica e política do estado. Com relação à organização do espaço agrário, colecionamos informações variadas que, posteriormente, foram bastante relevantes para que compreendêssemos a luta pela terra e a territorialização dos assentamentos rurais na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, nossa área de pesquisa no processo de elaboração da tese.

Na impossibilidade de relatar integralmente essa imersão exploratória em campo, selecionamos algumas experiências entendidas como mais relevantes na produção de elementos para nossa pesquisa, basicamente em função de representarem um encontro com as diferentes *camadas da terra*, ou seja, com os diferenciados grupos camponeses historicamente territorializados em Rondônia. São elas: visita à Reserva Indígena Rio Branco; viagem às margens da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; e, por fim, colaboração em curso sobre agroecologia no Projeto de Assentamento Flor do Amazonas.

A visita à Reserva Indígena Rio Branco, em outubro de 2009, colocou-nos em contato com uma realidade sobre a qual não tínhamos, até então, um conhecimento concreto. Por isso, essa experiência representou um momento de *estranhamento*, mas, certamente, foi bastante enriquecedora para o processo de compreensão da situação indígena do território rondoniense. De acordo com levantamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2010), essa reserva, homologada em 1986, abrange uma área de 236 mil hectares, onde vive uma população aproximada de 680 pessoas. A maior parte dos moradores da reserva é composta por representantes dos povos Tupari e Makurap. Com esses grupos, partilhamos, em companhia de agentes da Pastoral Fluvial, duas semanas, divididas entre diferentes aldeias.

Nossa primeira observação refere-se à noção de tempo nessas comunidades. À primeira vista, pressupõe-se que o ritmo de vida é comandado pelo *tempo do rio*, muito diferente do *tempo da estrada*, com o qual estamos acostumados. No entanto, não demoramos a perceber que, no espaço da reserva, o tempo da estrada já alcançou

o tempo do rio e, gradativamente, um está transformando o outro. É certo, contudo, que as práticas *civilizadas* do *homem branco* afetam em maior amplitude o modo de vida indígena.

A organização política, social e produtiva desses povos está baseada em graus de parentesco e na lógica da reciprocidade. Estão organizados em pequenas aldeias em que vivem, em média, de três a cinco famílias. Cada grupo familiar escolhe uma área, invariavelmente às margens de algum rio, e nela produz sua existência durante algum tempo. A terra está ligada à necessidade de sobrevivência do grupo. Nesse ambiente, assim como na reserva de forma ampla, a agricultura é guiada pela produção coletiva de alimentos para autoconsumo, conectada à comercialização esporádica de farinha e alguns produtos extrativos. Em algumas exceções, observamos a criação de gado de corte, ainda que em pequena quantidade e utilizada para consumo próprio.

Também foi interessante fazer um exercício comparativo entre o modo de vida desses grupos indígenas e o característico das comunidades camponesas tradicionais. Muitos elementos sociais e produtivos podem ser equiparados. A organização com base no parentesco e na reciprocidade é característica de sociedades camponesas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Na agricultura, é fácil visualizar as aproximações não somente com relação aos produtos, como também no que se refere às técnicas agrícolas. O campesinato territorializado em Rondônia, mesmo aquele vindo do Sul, adotou progressivamente elementos da agricultura indígena.

Outra questão que aproxima (mas às vezes distancia) índios e camponeses refere-se à pressão de grileiros. Em diálogos com lideranças indígenas, entendemos a amplitude histórica do avanço capitalista sobre as áreas de sua reserva no estado. Além da ação dos madeireiros, as terras dessa reserva foram recorrentemente invadidas por latifundiários. E, muitas vezes, grandes grileiros reúnem camponeses sem-terra desmobilizados para que seu *grilo* seja socialmente legitimado, permitindo, posteriormente, a negociação da área invadida com o Estado. Essa é uma realidade histórica, mas que ainda persiste. Enquanto estávamos realizando o trabalho de campo, ocorreram pelo menos duas invasões de reservas indígenas em Rondônia.

Nossa segunda experiência refere-se a uma viagem pela história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Durante uma semana, em fevereiro de 2009, acompanhamos de carro os antigos trilhos e estações da ferrovia, observando as transformações da paisagem e dialogando informalmente com antigos e novos moradores das vilas constituídas ao redor das estações. Partimos de Porto Velho, onde a antiga estação está em processo de revitalização, e seguimos para Guajará-Mirim. Além desses pontos de partida e chegada, passamos por três antigas estações da ferrovia: Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Iata. Com o fim da ferrovia, cada um desses locais assumiu características específicas.

No distrito de Jaci-Paraná, distante 75 km de Porto Velho, passamos apenas algumas horas. O vale do Rio Jaci-Paraná, como dizem os antigos moradores, foi um dos principais produtores de borracha de Rondônia. Especialmente no período da Segunda Grande Guerra, o distrito (e a estação) passou (passaram) por períodos bastante movimentados. A produção proveniente de diversas colocações do vale do Jaci-Paraná chegava de tempos em tempos para ser enviada pela ferrovia para Porto Velho. Com o esfriamento da produção de látex e o fim da ferrovia, as pessoas que permaneceram no distrito passaram a viver do garimpo, da pesca artesanal e de atividades camponesas.

Em Mutum-Paraná, passamos um dia todo observando e conversando com moradores. Esse distrito, com uma população de não mais que seiscentos habitantes, viveu basicamente o mesmo processo que o distrito anterior. No vale do Rio Mutum-Paraná, foi disponibilizado grande número de colocações para seringueiros provenientes, em sua maioria, dos estados do Nordeste brasileiro. Em um dos diálogos, conversamos, em um bar instalado na estrutura de uma antiga ponte da ferrovia, com o filho de um antigo soldado da borracha. Ele falou do tempo do trem e do período em que a rodovia foi construída. Da mesma forma como aconteceu com Jaci-Paraná, os moradores da localidade passaram a viver da agricultura camponesa e, principalmente, da pesca e do garimpo. Os dois distritos têm ainda em comum o fato de que, em parte ou totalmente, sua comunidade será *afogada* pelas usinas em construção no vale do Rio Madeira. Serão submersos não somente os trilhos da antiga "ferrovia do diabo", como também a história de luta do povo da região.

Passamos ainda um dia na antiga Colônia Agrícola do Iata. Antiga estação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o Iata representa atualmente um distrito do município de Guajará-Mirim. Ali ainda vivem filhos e netos de colonos cearenses que foram tangidos para lá durante a segunda metade da década de 1940. Os mais velhos se lembram, ainda, da alta produção de arroz, farinha e feijão transportada pela ferrovia até Porto Velho ou Guajará-Mirim. Essa foi uma das colônias agrícolas criadas para garantir a produção de alimentos para as atividades garimpeiras e, principalmente, o controle sobre as áreas de fronteira. Ainda estão de pé antigas estruturas que deram vida à colônia até 1972, quando a ferrovia interrompeu, definitivamente, sua atividade. A colônia ficou fora da rota por que passa a estrada que ligou Porto Velho e Guajará-Mirim, o que fez as atividades agrícolas diminuírem consideravelmente.

Do Iata, seguimos para Guajará-Mirim, onde passamos alguns dias. A cidade foi, até a década de 1970, um grande entreposto para mercadorias da floresta, especialmente borracha e castanha. Em Rondônia, essa cidade foi o grande centro que congregava a produção seringueira. Em Guajará-Mirim, estavam estabelecidas as principais empresas negociadoras da borracha. Esse posto lhe rendeu um intenso processo de desenvolvimento durante certo tempo, mas, atualmente (2009), vive de uma esparsa

atividade extrativa e do turismo comercial, por ser área de fronteira com a Bolívia. O município, contudo, é representativo quanto à preservação ambiental, pois tem quase 90% de seu território coberto por floresta nativa. Foram criadas, nessa região, algumas reservas extrativistas (RESEX) onde vivem antigos soldados da borracha, seus filhos e netos. Essas famílias representam parte do campesinato formado no estado. No entanto, as comunidades extrativistas, como nos relatou um antigo soldado da borracha, têm sofrido constantes investidas de grileiros.

Por fim, a terceira e última experiência a ser relatada refere-se à colaboração em um curso de agroecologia e meio ambiente, realizado no Projeto de Assentamento Flor do Amazonas, no município de Candeias do Jamari. Esse assentamento está instalado em antiga área de exploração florestal e preserva a maior parte de sua cobertura natural. Foram assentadas na área, em 2008, mais de trezentas famílias. A área está, porém, em um ambiente no qual apenas 20% de cada lote podem ser legalmente desmatados. No entanto, as famílias assentadas são de migrantes sulistas, que vieram para o estado em diferentes momentos. Ou seja, foram assentados em uma área em que o lote deve ficar quase totalmente na mata, mas possuem uma cultura camponesa que ainda não aprendeu a viver dela.

Objetivando instrumentalizar o debate sobre alternativas produtivas e organizacionais, juntamente com os agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), colaboramos em um curso de agroecologia e meio ambiente para um grupo de trinta famílias assentadas. Em dois dias de curso, um para preparação e outro para aplicação, foi possível dialogar com algumas famílias assentadas e compreender algumas questões práticas que dificultam sua estruturação e permanência na área do assentamento. Os principais problemas levantados referem-se à dificuldade de sobreviver em um ambiente majoritariamente florestal. Muitos já desmataram mais do que o permitido pela legislação para a região, na tentativa de adaptar o ambiente a seus conhecimentos produtivos. Outros já pensam em negociar suas parcelas, *pela impossibilidade de sobreviver a partir da mata*, e comprar áreas menores em outras regiões, onde a exigência de reserva legal seja menor. Trata-se de um conflito que está na ordem do dia em toda a região amazônica: como produzir sem destruir irreversivelmente o ambiente? As reflexões compartilhadas com esses camponeses nos forneceram, ao mesmo tempo, outros questionamentos e elementos para pensar a luta pela terra e a territorialização dos assentamentos rurais na área de estudo.

Tanto as experiências aqui relatadas quanto todo o período vivenciado em campo foram bastante importantes para o desenvolvimento da pesquisa para a tese de doutoramento. A experiência exploratória no campo contribuiu para amadurecer nossa compreensão também da área específica de estudo. As informações orais, os documentos e os dados acessados foram imprescindíveis para que pudéssemos construir uma imagem

generalizante sobre a questão da terra no estado. Ao mesmo tempo, aproximamo-nos um pouco mais da luta cotidiana de camponeses inseridos nas mais diversas perspectivas do território rondoniense. Isso nos permitiu realizar um exercício comparativo importante para a análise da luta pela terra e territorialização dos assentamentos rurais na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, para a qual utilizamos principalmente as entrevistas, discutidas na próxima seção.

Analisando o território com o recurso da entrevista: a pesquisa direta em acampamentos e assentamentos

A partir da atividade exploratória, congregando também as informações levantadas e as reflexões teóricas precedentes, estabelecemos as principais diretrizes para o levantamento de dados, realizado diretamente nos assentamentos e acampamentos da Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. É preciso ressaltar, entretanto, como diz Kayser, que, "se esse levantamento deseja atingir o cerne da realidade para coletar elementos necessários à análise e à explicação, deverá penetrar nas forças e nas relações de produção, explorar os níveis ideológicos, político e cultural da dinâmica social" (2006, p. 96). Essa foi, de forma geral, a postura construída durante o período de investigação direta nas áreas pesquisadas.

Entendemos, assim, que a compreensão da luta pela terra e da territorialização dos assentamentos rurais após o processo de redemocratização do país necessitava de uma imersão mais focalizada e profunda, o que foi possibilitado pela realização de entrevistas semiestruturadas, entrevistas com informantes-chave e história oral. De acordo com as exigências da investigação proposta, esses três instrumentos metodológicos se complementaram em uma busca pela dinâmica social, política, econômica, cultural e ambiental dos acampamentos e assentamentos pesquisados.

Alguns cuidados foram tomados para que a entrevista representasse, de fato, um instrumento útil à pesquisa proposta. O primeiro deles foi a gravação das entrevistas, fator que permitiu alcançar maior qualidade tanto do processo quanto do resultado. As entrevistas com informantes-chave e as histórias orais foram todas gravadas e as entrevistas semiestruturadas o foram parcialmente. Em alguns casos específicos, não foi possível utilizar o gravador, em virtude da recusa do entrevistado ou da incompatibilidade do gravador com o ambiente. Mas, de forma geral, o processo de gravação possibilitou o acesso a larga quantidade de informações, muitas delas presentes nas entrelinhas dos diálogos.

Além disso, optamos por não controlar rigidamente a fala do entrevistado a partir da estrutura preestabelecida do roteiro. Algumas entrevistas foram realizadas em movimento, enquanto observávamos o terreno, a plantação ou os animais do entrevistado.

Em outros momentos, foram realizadas após reuniões de cooperativas, associações ou grupos produtivos. Destacamos, ainda, que algumas das entrevistas com informantes-chave foram realizadas de forma coletiva, com grupos.

Além das entrevistas com informantes-chave e das semiestruturadas, utilizamos, em algumas ocasiões, a história oral, a fim de captar significados mais amplos da luta pela terra e da territorialização camponesa na mesorregião estudada. No que se refere à história oral, entendemos, acompanhando a colocação de Freitas, que "existem ainda dificuldades no sentido de circunscrever, mais precisamente, os liames e particularidades dessa metodologia de trabalho" (2002, p. 15). Diversas têm sido as conceituações dispensadas à metodologia e, por isso, seu uso requer maior atenção.

Freitas (2002, p. 18), por exemplo, a conceitua da seguinte forma: "História oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana". Essa autora ainda subdivide a história oral em três gêneros distintos: a tradição oral, a história de vida e a história temática. A tradição oral seria o testemunho transmitido verbalmente entre gerações. Na história de vida, seria feita a reconstituição do passado pelo próprio indivíduo, sobre o próprio indivíduo, podendo abranger a totalidade existencial do informante. A história oral temática, por sua vez, tem caráter de depoimento e não abrange necessariamente a existência total do entrevistado.

Também no sentido de esclarecer as diferentes interpretações que a história oral encerra, Meihy destaca algumas definições dessa metodologia. De forma geral, ressalta que "história oral é um processo sistêmico de uso de depoimentos gravados, vertidos do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso de entrevistas" (2005, p. 18). Ao mesmo tempo, o autor procura diferenciar a história oral de outras metodologias/técnicas, como a oralidade, que seria uma manifestação espontânea, sem intenção de registro, e a fonte oral, que representaria somente "fonte" por ter sido registrada mecanicamente.

Nesse contexto, entendemos que a história oral compreende uma metodologia mais ampla que engloba em seu arcabouço diferentes técnicas de pesquisa. Seu uso permite não somente o registro mecânico da história, mas também a realização de entrevistas qualificadas com informantes importantes para a investigação pretendida. A utilização da história oral fornece um novo caráter para a construção dos trabalhos acadêmicos, pois valoriza o depoimento dos sujeitos da investigação:

> A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança do conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam

> a entender a sequência histórica e a se sentir parte do contexto em que vivem (Meihy, 2005, p. 19).

Entendemos a história oral como uma metodologia de apreensão ampla do passado, pelo qual este tem uma continuidade na atualidade. As entrevistas realizadas não estiveram restritas à vida da pessoa, mas representariam o contexto sócio-histórico de convivência. A partir dessa concepção, utilizamos a história oral com dois acampados e três assentados e com três informantes importantes para a compreensão da questão agrária, sendo estes: uma das lideranças do acampamento em que ocorreu o Massacre de Corumbiara, Sr. Cícero; o ex-coordenador da Associação dos Seringueiros de Rondônia, Sr. José Maria; e um ex-seringueiro de Ariquemes, Sr. Anésio. Destacamos que, no caso específico de nossa investigação, utilizamos essa metodologia para acessar informações que consolidassem e/ou confirmassem o contexto geral visualizado a partir da pesquisa. Realizamos, no total, oito entrevistas enquadradas nos preceitos metodológicos da história oral.

O objetivo principal com o trabalho de campo nos acampamentos e assentamentos, por meio das diferentes formas de entrevista, foi buscar elementos empíricos da experiência dos sujeitos da pesquisa com relação ao atual processo de luta, pela terra e na terra, na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense, em especial aquela organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). As áreas pesquisadas foram dois acampamentos e três assentamentos ligados ao MST, que compunham, conjuntamente, um universo de 870 famílias camponesas, sendo 364 acampadas e 506 assentadas: os acampamentos Silvio Rodrigues (180 famílias) e Che (184 famílias), os projetos de assentamento 25 de Julho (280 famílias), Padre Ezequiel (200 famílias) e 14 de Agosto II (26 famílias).

Inicialmente, quanto aos acampamentos selecionados para nossa investigação, destacamos que eles são as únicas áreas atualmente ocupadas pelo MST Rondônia. Os demais acampamentos foram desfeitos e as famílias, transferidas para essas duas áreas. Nas áreas de acampamento, realizamos apenas entrevistas com informantes-chave e história oral, sem preocupação com o estabelecimento de um perfil numérico determinado.

No Acampamento Silvio Rodrigues, no município de Alvorada do Oeste, entrevistamos oito pessoas, entre camponeses acampados, integrantes de equipes organizacionais internas e coordenadores do acampamento. Ouvimos histórias e, principalmente, relatos sobre a situação da luta pela terra das famílias acampadas. Focalizamos as informações sobre a caminhada das famílias que integram o acampamento, ou seja, queríamos entender que processo de vida contribuiu para a formação deste. Também

buscamos informações e reflexões sobre a organização atual e as perspectivas para o assentamento das famílias.

No Acampamento Che, localizado no município de Alto Alegre dos Parecis, onde estão acampadas 184 famílias, realizamos dois tipos de entrevista. Considerando que esse acampamento é resultado da união de outros três grupos de acampados, optamos por realizar entrevistas com informantes-chave de cada um dos acampamentos que hoje o compõem. Assim, fizemos quatro entrevistas-chave com grupos compostos por três a oito pessoas. Cada grupo relatou o processo de formação do acampamento de origem, assim como sua história de luta pela terra. Além das entrevistas coletivas, realizamos entrevistas com mais dez produtores acampados, com os quais buscamos dialogar sobre sua trajetória de vida e sua inserção no MST e no processo de luta pela terra.

Quanto aos três projetos de assentamento selecionados para a pesquisa, sua escolha seguiu uma perspectiva ao mesmo tempo espacial e temporal. Procuramos determinar assentamentos que representassem, espacialmente, diferentes dinâmicas de inserção regional e local, o que fortalece a discussão sobre a territorialização camponesa na mesorregião estudada, visto que estão localizados em regiões em que a luta contra o latifúndio ocorreu em seu espaço privilegiado. Temporalmente, selecionamos assentamentos implantados com diferença de, aproximadamente, uma década. Certamente, isso nos passou um retrato da luta pela terra e da territorialização dos assentamentos em cada momento histórico englobado pela pesquisa.

O primeiro assentamento em que realizamos a pesquisa foi o 25 de Julho, localizado no município de Espigão do Oeste, com 302 parcelas, mas com somente 280 famílias assentadas atualmente. Esse assentamento, instalado em 1990, representa a consolidação da luta do MST no estado, pois foi a conquista inicial do movimento. Entrevistamos 35 pessoas nessa área, focalizando as questões organizativas e produtivas, e algumas lideranças que participaram da formação do MST rondoniense, como o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão do Oeste, que fez parte da conquista do assentamento desde a primeira ocupação. Além das entrevistas semiestruturadas, foram relevantes também as informações acessadas em momentos informais, como reuniões, festas, atividades produtivas, entre outros.

No projeto de assentamento Padre Ezequiel, criado em 2001 e onde estão assentadas duzentas famílias, entrevistamos 33 pessoas. Implantado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, está situado no município de Mirante da Serra e é fruto de um processo de luta bastante intenso. A organização espacial dessa área valoriza a comunidade local, pois cada gleba (conjunto regional de parcelas) está voltada a uma área social, onde escolas, unidades de saúde, cooperativas, igrejas, entre outras estruturas comunitárias, estão normalmente situadas. Nesse sentido, buscamos organizar as

entrevistas a partir de cada gleba do assentamento, valorizando essa forma de distribuição político-espacial.

No projeto de assentamento 14 de Agosto II, criado no município de Ariquemes em 2009, ocorreu um processo diferenciado de parcelamento. Entre as 26 famílias acampadas no período de sua criação, algumas optaram pela organização coletiva, enquanto outras, pela parcela individual. Assim, vinte famílias estão em uma área única, utilizada de forma coletiva, e as outras seis, em lotes individuais. Por isso, entrevistamos famílias que optaram pelas duas diferentes formas de organização territorial. Realizamos três entrevistas com aquelas famílias que foram assentadas em lotes individuais e oito com as inseridas na proposta coletiva de parcelamento.

Fizemos 22 entrevistas nos acampamentos e 79 nas três áreas de assentamento, o que totalizou 101 entrevistas. Especificamente nos assentamentos, a população total congrega 506 famílias, das quais entrevistamos um perfil de 15,6%, considerado representativo para os elementos que objetivamos estudar. Lembramos que exploramos esses dados, principalmente, de forma qualitativa. As informações coletadas por meio dos roteiros de entrevista semiestruturados foram organizadas e utilizadas de acordo com as exigências do trabalho. As entrevistas de história oral e/ou com informantes-chave foram transcritas e utilizadas na composição do texto da tese. As informações coletadas a partir das entrevistas foram complementadas com dados registrados no diário de campo.

O diário de campo e o uso da fotografia: imagens, anotações e reflexões

As percepções e observações do pesquisador durante o período em que está no campo são extremamente relevantes para a instrumentalização de sua investigação. Juntamente com essas percepções, grande quantidade de informações que poderiam apoiar a construção do trabalho acadêmico é, não raramente, perdida pela simples falta de anotação. Daí a importância da utilização de um diário de campo. Exatamente no sentido de potencializar as informações obtidas em campo, procuramos manter um diário com anotações e reflexões sobre as experiências vivenciadas durante a imersão na realidade de camponeses acampados e assentados no território rondoniense.

> Os relatos de um diário de campo refletem a forma pela qual o pesquisador recorta o real. E isso não se refere apenas à questão do tema em pauta. Atua aí, além da questão teórico-metodológica, a subjetividade do pesquisador. Tal como um fotógrafo enquadra a cena a partir de sua visão de mundo, o pesquisador capta do real aquilo que seus esquemas mentais assimilam (Lopes et al., 2002, p. 132).

A utilização de um diário de campo, no entanto, deve estar pautada na disciplina e no rigor das anotações. O ideal é que estas sejam realizadas, de fato, diariamente, pois, a cada dia que passa, perdemos a exatidão dos fatos narrados, de acontecimentos ou de ideias/percepções surgidas durante as atividades de campo. Por outro lado, entendemos que, em vários casos, esse rigor torna-se impraticável. Nesse sentido, é importante que as informações sejam relatadas no diário o quanto antes. Durante o dia de atividade em campo, sempre que possível, devemos anotar, ainda que em forma de pequenas frases ou tópicos, as ideias e percepções momentâneas, desde que isso não prejudique o processo de comunicação estabelecido com os sujeitos da pesquisa.

Utilizamos o diário de campo durante a pesquisa realizada nos dois acampamentos e nos três assentamentos que compuseram o objeto dessa investigação científica. Procuramos, a partir desse recurso, tecer anotações mais objetivas, assim como percepções e reflexões a respeito de cada momento vivido em campo e compartilhado com os sujeitos da investigação. Na maioria dos casos, conseguimos anotar algumas questões mais importantes no decorrer do dia e consolidá-las no período da noite. Anotamos relatos de camponeses sem-terra ou assentados resultantes de diálogos informais, realizados em vários momentos do dia, tanto aqueles delimitados pelo trabalho investigativo quanto os que foram fruto de conversas cientificamente despretensiosas.

A partir dessas anotações, inúmeras histórias relevantes para a compreensão da luta pela terra e da territorialização camponesa no território rondoniense foram colecionadas. Alguns relatos são únicos, realizados em momentos específicos; por isso, também, a necessidade de registrá-los. Em vários casos, os sujeitos da pesquisa sentem-se mais à vontade em momentos informais de diálogo, troca de informações ou conversas pessoais. Nesses instantes, grande quantidade de informações é disponibilizada, e estas são, muitas vezes, mais relevantes do que aquelas acessadas durante o processo de investigação *stricto sensu.*

Embora compartilhemos com Venturi a posição de que "cada observador é sujeito com experiências, valores, interesses e conhecimentos diferenciados, o que torna cada observação singular" (2005, p. 225) e pode tornar a transcrição do relato, muitas vezes, subjetiva, entendemos, da mesma forma, que o simples fato de registrar tais momentos, relatos, histórias já é, por si só, relevante para a construção do trabalho científico, pois a mera presença do pesquisador no ambiente investigado já causa estranhamentos que fornecem subjetividade ao processo de pesquisa.

Igualmente, compreendemos a importância da utilização de fotografias e de outras imagens na composição do trabalho acadêmico. Segundo Justiniano, "a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar e deve ser acompanhada de outras informações, como localização geográfica, registro de hora e data e relato do fato observado" (2005, p. 187). Por outro lado, é

também importante ressaltar que a utilização da fotografia ou de outras imagens não deve ser tomada apenas como o registro de determinados eventos, mas deve seguir uma perspectiva de comunicação visual. Ou seja, esse recurso não pode ser banalizado; sua inserção no trabalho acadêmico deve ter relevância para a consolidação da ideia ou do fato tratado textualmente.

A partir da compreensão a respeito da utilização de fotos e imagens, destacamos que as utilizamos em nossa tese apenas na medida necessária para fortalecer uma questão tratada textualmente, ou para revelar elementos não passíveis de ser totalmente percebidos somente pelo texto. Portanto, esperamos que tais fotografias possam cumprir função esclarecedora e complementar na explicação das concepções desenvolvidas no trabalho científico (foto 1).

Foto 1 – Três cercas de um latifúndio. Fazenda Rio Ricardo Franco, Acampamento Silvio Rodrigues, Alvorada do Oeste/RO, 2009

Todos os recursos apresentados tiveram como objetivo central revelar a luta pela terra e o processo de territorialização camponesa na Mesorregião Geográfica do Leste Rondoniense. Destacamos, todavia, que todo o processo investigativo aqui apresentado seguiu uma perspectiva participante de pesquisa, que buscou compartilhar cada momento de coleta de informações com os sujeitos envolvidos na investigação.

Considerações finais

A pesquisa em ciências humanas e, destacadamente, em geografia esteve pautada, historicamente, em métodos e metodologias pouco conectados à realidade concreta dos sujeitos investigados. Estes foram constantemente tratados como objetos a serem perscrutados e cientificamente explicados. Uma infinidade de instrumentos metodológicos, quantitativos e qualitativos, foi desenvolvida, mas pouco foi transformado na relação do pesquisador com a realidade e com os sujeitos pesquisados. O foco da pesquisa ainda tem sido direcionado mais aos instrumentos metodológicos do que propriamente à perspectiva de intervenção na realidade pesquisada.

Por outro lado, entendemos que os instrumentos metodológicos somente têm valor se utilizados a partir de uma proposta que possa prever qualquer mudança social. Nesse sentido, a pesquisa participante pode cumprir um papel relevante. Essa forma de imersão na realidade investigada possibilita um processo de pesquisa socialmente mais construtivo e, portanto, os resultados assumem maior validade explicativa. A partir de uma perspectiva participante, compreendemos também que os instrumentos metodológicos podem ser tratados com maior profundidade e de forma mais disciplinada.

A partir desse contexto, o trabalho de campo aqui relatado permitiu, além da coleta de informações, o estabelecimento de um processo de reflexão durante a pesquisa, o que possibilitou a discussão sobre os problemas vivenciados cotidianamente pelos sujeitos investigados. Assim, a pesquisa exploratória participante, as entrevistas, em suas diferentes formas, e os dados acessados pelo diário de campo compuseram um arcabouço de informações que proporcionou uma aproximação mais fidedigna da realidade pesquisada; nesse caso, a luta pela terra e os assentamentos rurais do leste rondoniense.

Os instrumentos metodológicos são, portanto, um meio para acessar informações, mas é a perspectiva político-ideológica de imersão no trabalho de campo, sobretudo, que permite a compreensão da realidade pesquisada. Logo, devemos tratar cada instrumento a partir de uma concepção que valorize a participação efetiva dos sujeitos no processo de produção do conhecimento. Somente por meio da produção partilhada do conhecimento, podemos propor ações mais conectadas com a realidade de cada comunidade pesquisada.

Referências

BRANDÃO, Carlos R. "Pesquisar participar". In — (org.). *Pesquisa participante*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, pp. 9-16.

CARVALHO, Natália D. e SOUZA, Murilo M. O. "A pesquisa participante no contexto da geografia agrária: pressupostos teóricos e possibilidades práticas". In RAMIRES, Julio C. L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 139-62.

FREITAS, Sônia M. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Disponível em http://www.funai.gov.br. Acesso em 2010.

GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JUSTINIANO, Eduardo F. "Registro fotográfico". In VENTURI, Luis A. B. (org.). *Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, pp. 187-95.

KAYSER, Bernard. "O geógrafo e a pesquisa de campo". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 93-104.

LOPES, Dulcelaine L. et al. "O diário de campo e a memória do pesquisador". In WHITAKER, Dulce C. A. (org.). *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Wenceslau/São Paulo: Letras à Margem, 2002, pp. 131-4.

MEIHY, José C. S. B. *Manual de história oral*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Rosiska D. e OLIVEIRA, Miguel D. "Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la". In BRANDÃO, Carlos R. (org.). *Pesquisa participante*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PAULINO, Eliane T. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. "Pesquisa de campo em geografia". *GEOgraphia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF*, 2002, v. 4, n. 7, pp. 64-8.

VENTURI, Maria A. "Relato do trabalho de campo". In VENTURI, Luis A. B. (org.). *Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, pp. 225-32.

A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais: desafios e possibilidades

Marcelo Antonio Sotratti
Glaucio José Marafon

O patrimônio cultural constitui-se num importante campo de pesquisa para as ciências humanas e ciências sociais aplicadas atualmente. Objeto de análise documental, de memória ou de possibilidades de desenvolvimento urbano, social, econômico e turístico, vem sendo analisado e estudado por diversos agentes, e os debates gerados por esse polissêmico campo de pesquisa vêm contribuindo para os processos de gestão liderados pelos órgãos de preservação do patrimônio, como o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

Os patrimônios culturais, construídos simbolicamente por meio de valores determinados por grupos sociais ou culturais envolvidos na produção ou proteção desses bens, apresentam-se em diferentes naturezas e tipologias. Aqueles presentes nos espaços rurais representam hoje documentos importantes do processo de transformação socioespacial sofrido no território em determinado tempo e espaço. Presente sob a forma de fazendas, igrejas, celeiros, engenhos, campos de beneficiamento, senzalas, esse patrimônio de natureza material constitui-se num exemplar lugar de memória coletiva de grupos políticos, econômicos, sociais e culturais envolvidos direta ou indiretamente com tais bens e possibilita, ainda, a perpetuação de práticas culturais vivas ligadas à história e à evolução do espaço rural, como gastronomia, festas, danças, rituais e modos de fazer.

As práticas de preservação e valorização desse patrimônio devem ser pensadas de modo a possibilitar sua inclusão nos processos de desenvolvimento socioespacial das localidades em que está inserido e, dessa forma, a análise crítica de sua estrutura, ocupação, apropriação, percepção e interpretação constitui-se em elemento essencial para os debates que envolvem tais processos de desenvolvimento.

Nesse sentido, este capítulo objetiva apresentar as possibilidades e os desafios que a pesquisa quantitativa oferece ao campo de estudo do patrimônio cultural presente no espaço rural, indicando alguns instrumentos de análise possivelmente utilizados nesse tipo de pesquisa. Alicerçada na aproximação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa, a pesquisa qualitativa permite, no caso do patrimônio cultural, a análise processual que envolve os bens, revelando ideologias, construções simbólicas diversas, formas de pertencimento e apropriações que os processos de tombamento e as catalogações de bens impossibilitam.

Patrimônio cultural no espaço rural: campo de pesquisa para sua preservação e gestão

Atualmente, o patrimônio é reconhecido como temática de grande importância para as sociedades globalizadas. As transformações sociais, econômicas e espaciais observadas em diferentes países e sociedades vêm despertando a crescente preocupação mundial em manter e valorizar elementos simbólicos que remetam à memória dos grupos que fazem parte de tais localidades. Contudo, a utilização generalizada do termo "patrimônio" é relativamente recente e está associada aos processos de perdas materiais e simbólicas ligadas, na maioria dos casos, aos processos de modernização que a industrialização impôs à sociedade a partir do século XIX (Choay, 2006). Há pouco tempo, a palavra patrimônio, oriunda do *patrimonium* romano, era associada a significados bastante distintos dos elementos da cultura e da natureza que hoje os órgãos de preservação valorizam e protegem.

Tradicionalmente concebido como o legado tangível deixado pela geração anterior, herança material privada transmitida de pais para filhos, o conceito de patrimônio evoluiu para uma concepção mais ampla de memória de grupos sociais e de elementos representativos da história de determinado povo. Também incluiu, anos mais tarde, os bens imateriais representativos da dinâmica social e cultural de uma sociedade, agregando manifestações e expressões populares aos elementos materiais. Como salienta Amirou (2000), o patrimônio imaterial, que inclui a cultura popular como parte de um patrimônio vivo, foi reconhecido recentemente. Nos dias de hoje, de acordo com o autor, observa-se uma revisão permanente no conceito de patrimônio, abandonando-se a ideia de monumentalidade, adotando-se uma visão ampla que integre os diferentes

testemunhos da ação do homem e da natureza e enfatizando-se seu contexto original e seu valor simbólico.

Nesse sentido, segundo Dewailly (1998), é inquestionável que o patrimônio rural se torne hoje objeto de grande atenção, seja por seu valor sociocultural, seja por sua importância econômica. Ele abrange objetos e práticas culturais que vão além do simples patrimônio agrícola. É o resultado de uma união harmoniosa entre patrimônio natural e patrimônio cultural e de uma longa interação do homem no meio. Conforme o autor, é importante compreendermos a visão multidimensional do patrimônio rural, que envolve diferentes manifestações, como arquitetura, festividades, modos de fazer, artes tradicionais, idiomas locais e lendas.

Ao analisarmos os bens culturais presentes nos espaços rurais brasileiros, listados pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural em suas diferentes escalas, observamos ampla variedade de elementos materiais e imateriais que documentam períodos importantes da evolução econômica do território, como fazendas de café, engenhos de cana-de-açúcar, igrejas, escolas rurais, sítios arqueológicos, paisagens rurais, quilombos, além de manifestações culturais importantes, como festas populares, danças, modos de fazer artesanais e celebrações religiosas.

De acordo com Chiva (1997), vale lembrar que a problemática que envolve a valorização e a preservação do patrimônio cultural coloca em pauta a discussão referente à raridade, à autenticidade e à identidade dos elementos a ele associados. Para o patrimônio rural, essa questão é cada vez mais discutida na afirmação das identidades locais e envolve três características: a diversidade, a heterogeneidade e a observação e intervenção de seus elementos constitutivos – que compreendem os modos de existência material e de organização social, os saberes técnicos e simbólicos, o imaginário social, as formas de comunicar e a urgência da intervenção diante do crescente processo de desaparecimentos e reinvenções simbólicas de tais bens culturais.

O avanço da urbanização, a diminuição da população agrícola, as evoluções tecnológicas e econômicas que afetaram a agricultura, a degradação e a perda de diversidade das paisagens rurais por causa do avanço da agricultura extensiva são fatos importantes para os principais argumentos que possam situar a proteção e a conservação do patrimônio rural como imperativos urgentes. O patrimônio rural é um importante componente da memória, além de formador da imagem e da identidade dos territórios, e constitui um recurso considerável para a afirmação e a autoestima das populações e para o desenvolvimento local. A diversidade e a riqueza patrimonial dos territórios rurais justificam o investimento em sua preservação e valorização. Basta lembrar seu papel como espaço adequado para educação, lazer e atividades culturais desenvolvidas por diferentes grupos em tais espaços.

No entanto, o tombamento de monumentos urbanos considerados portadores de valores que representam a diversidade cultural brasileira permanece como a principal ferramenta de preservação de nossos bens culturais e de nossa memória. Nas últimas duas décadas, são notórios os avanços no campo de pesquisa e prática do patrimônio cultural: a abrangência conceitual e um novo entendimento sobre o que vem a ser o patrimônio e a criação de novos instrumentos para a salvaguarda dos bens culturais. Porém, apesar desses avanços, ainda é possível identificar, na atuação de órgãos como o IPHAN, permanências de uma perspectiva mais tradicional ligada à excepcionalidade dos bens passíveis de ser preservados.

Nos últimos anos, assistimos a tentativas de gestão e proteção do patrimônio cultural rural por meio de intervenções no âmbito do patrimônio construído. Trata-se de estratégias de desenvolvimento cada vez mais ligadas ao turismo cultural e ao ecoturismo, na tentativa de preservar e manter vivas memórias, aprofundar identidades e fortalecer os territórios na ótica de sua inserção na nova ordem global. O turismo, visto não só como atividade essencial para o homem contemporâneo, mas também como estratégia de desenvolvimento econômico, deve ser enquadrado na nova ideologia de desenvolvimento das necessidades humanas. Isso significa integrar o patrimônio numa prática conciliatória entre consumo turístico e melhoria das condições de vida da população local.

Ao analisarmos o caso do patrimônio cultural presente no espaço rural fluminense, por exemplo, observamos que, ao longo das últimas décadas, o processo crescente de urbanização e a expansão das periferias urbanas, somados às pressões e aos avanços constantes da especulação imobiliária, ao esvaziamento populacional das áreas rurais dos municípios e à falta de políticas públicas adequadas, colocaram em risco a sobrevivência do patrimônio cultural do espaço rural, o que contribuiu para reforçar o sentimento de perda eminente e de urgência em relação à sua preservação.

Além disso, as pressões, as ideologias políticas e a carência de recursos técnicos e humanos vêm levando os órgãos de preservação do patrimônio a adotar práticas seletivas e arbitrárias na proteção do patrimônio rural do estado, comprometendo a proteção integral desse conjunto de bens. Notadamente, os bens culturais urbanos foram privilegiados, assim como os bens materiais rurais dotados de grande significado simbólico para os grupos hegemônicos locais.

Segundo Lerner (2010), existe pouco conhecimento sobre a sociedade rural fluminense – sua maneira de viver, de se relacionar, seus hábitos e costumes –, considerando-se o papel que esta desempenhou, no decorrer do século XIX e no início do XX, na construção de um período importante da história da nação brasileira, que, de forma tão marcante, deixou vestígios nas paisagens e no jeito de ser do homem do interior do estado. A autora questiona o destino dos "patrimônios" – materiais e imateriais –, que, muitas vezes, passam por processos de degradação ou desaparecimento sem o devido

registro ou seu reconhecimento como documentos referenciais de uma parte significativa da identidade cultural fluminense.

A realização de trabalhos sistemáticos de pesquisa, como os inventários e os diagnósticos do patrimônio cultural, ajuda a reconhecer sua importância histórica, arquitetônica, urbanística e paisagística, reforçando seu papel como lugar de memória ou referência cultural. Essa compreensão se dá pela abrangência que tais estudos possuem, como diferentes tipos de coleta de dados e levantamento de informações de diversas naturezas em campo, além de registro e identificação, em diferentes graus de detalhamento, dos valores simbólicos de tais bens patrimoniais.

Quando realizados de forma contínua, os inventários voltados ao conhecimento dos mais diferentes universos culturais e dos recortes temáticos relacionados à produção do homem ou da natureza transformam-se numa ferramenta fundamental para a instrumentalização de programas e atividades de preservação. Esses inventários disponibilizam informações importantes, que subsidiam as intervenções físicas – as quais visam à recuperação integral dos bens materiais conservados ou degradados – ou a implantação de práticas de apropriação de seus espaços, como o turismo cultural.

Esse turismo tem sido, no mundo contemporâneo, a maior ferramenta para a refuncionalização e a apropriação dos patrimônios rural e urbano. Seja por meio de iniciativas empresariais – implantação de hotéis, restaurantes, complexos de eventos ou empreendimentos comerciais –, seja por meio de investimentos públicos e não governamentais – criação de museus, centros de capacitação, espaços culturais e recuperação de centros históricos para uso social –, o turismo cultural representa uma atividade operante na conservação e na valorização de tais bens.

Para Lucas (2008), fazer da preservação de um patrimônio cultural rural uma atividade sustentável requer a diversificação de iniciativas e a integração de uma rede de apoios que podem ser institucionais e empresariais simultaneamente. O turismo cultural pode combinar as duas possibilidades e enriquecer sua atuação por meio de parcerias com o terceiro setor ao promover ações educativas, acadêmicas, institucionais, de pesquisa e desenvolvimento de projetos socioculturais especiais.

No entanto, avaliar o papel do turismo e as transformações materiais e simbólicas no patrimônio rural é fundamental para os processos de gestão dessas áreas, que vêm sofrendo grandes pressões da urbanização. O campo de pesquisa do patrimônio deve adotar princípios metodológicos que alcancem dimensões mais amplas do que simplesmente descrições minuciosas das técnicas ou das configurações espaciais desses bens. As apropriações sociais, as impressões e os relatos constituem-se em excepcionais fontes de informação para analisarmos esses bens. Nesse sentido, os métodos qualitativos se configuram como importantes ferramentas de análise.

A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais

Embora haja muita diversidade entre os estudos denominados qualitativos, alguns aspectos essenciais identificam-nos. A pesquisa qualitativa tem o objeto como fonte direta de dados, e o pesquisador guarda um papel fundamental como instrumento intermediador dessa pesquisa. Os estudos qualitativos têm como preocupação essencial a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem, valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos que registrem os preciosos momentos observados entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa. Para esses pesquisadores, um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Aqui, o pesquisador deve aprender a usar a si mesmo como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados.

A palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem e desempenha um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados. Os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias, vídeos, desenhos e vários tipos de documento. Visando à compreensão ampla do fenômeno estudado, esse tipo de pesquisa considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente; e não devem ser reduzidos a variáveis, mas observados como um todo.

Os pesquisadores que utilizam a pesquisa qualitativa estão preocupados com o processo, e não simplesmente com os resultados ou o produto do estudo. O interesse desses investigadores está em verificar como determinado fenômeno se manifesta em atividades, procedimentos e interações diárias. Não é possível compreender o comportamento humano sem compreender o quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações.

Hoje, a abordagem qualitativa, por meio de seus diferentes tipos e instrumentos de pesquisa, tem lugar assegurado como uma forma viável e promissora de trabalhar em ciências sociais. Em função da natureza do problema que se quer estudar e das questões e dos objetivos que orientam a investigação, a opção pelo enfoque qualitativo se torna, muitas vezes, a mais apropriada. Quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, esse tipo de investigação parece o mais adequado. Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, em sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Ainda quando nossa preocupação é compreender a teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho

qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados. Nesse sentido, a opção pela metodologia qualitativa se faz após a definição do problema e do estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar.

Consideram-se três tipos básicos de pesquisa qualitativa: os estudos documentais, os estudos de casos e a etnografia. Independentemente das diferenças conceituais e instrumentais que os caracterizam, cabe ressaltar alguns procedimentos primordiais para a análise qualitativa do patrimônio no espaço rural.

O papel dos trabalhos de campo na investigação em geografia agrária

O trabalho de campo como técnica de análise pode ser realizado em qualquer paisagem, seja rural ou urbana, e utilizado para obter informações sobre a importância das relações espaciais. Uma de suas funções mais importantes é transformar as palavras e os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Assim, por meio da observação, da realização de entrevistas e da aplicação de questionários, os pesquisadores e os estudantes apreenderão a realidade. De acordo com Minayo (2002), o trabalho de campo para a geografia representa a realidade observada a partir de uma concepção teórica investigada.

É importante termos alguns cuidados ao realizar o trabalho de campo, e um deles se refere à forma como nos aproximamos das pessoas a quem vamos entrevistar ou aplicar questionários. É necessário explicar para que servem os questionamentos efetuados. Ademais, devemos estar abertos à troca de informações, às novas realidades encontradas e registrar todas as informações em um diário ou caderneta de campo. As entrevistas podem ser gravadas, desde que o entrevistado autorize. O diário de campo é mais do que um simples registro de fatos; ele reflete a memória do pesquisador para que as informações sejam analisadas em profundidade.

Cabe agora a pergunta: como o trabalho de campo pode contribuir para a reflexão sobre a problemática agrária brasileira? Com a realização dos trabalhos de campo, poderíamos desvendar transformações em curso e mencioná-las durante a caracterização do espaço rural, pois o campo, em nosso caso o espaço rural, como prática, "representa tanto o local de onde se extraem as informações para as elaborações teóricas como o local onde tais teorias são testadas" (Compiani, 1991, p. 12).

Concordamos com Callai quando afirma que devemos tomar o trabalho de campo como um dos instrumentos para entender a realidade e que é necessário "partir do mais real possível, procurando entender a realidade tal qual ela se apresenta" (1986, p. 31).

Radaelli da Silva (2002) assinala como procedimentos metodológicos importantes na realização do trabalho de campo os seguintes requisitos: a priorização do

próximo como ponto de partida; a relação da parte com o todo como forma de entender sua dinâmica de recriação e interdependência; a superação da dicotomia homem *x* natureza em favor da ideia do espaço como um todo; e a dimensão histórica, que confere o caráter processual da constituição do espaço geográfico, o rompimento de fronteiras do conhecimento e a possibilidade da prática interdisciplinar. Tais requisitos são importantes para analisar a dinâmica socioespacial e a expressão das territorialidades em diferentes escalas. Logo, o trabalho de campo emerge como uma das formas de apreensão do conhecimento.

Nesse processo, é importante o olhar do geógrafo com sua observação, pois, como afirma Portella, "observar é ver com olhos diferentes daqueles que estamos acostumados a usar. É parar atentamente e enxergar detalhes, examinar a fim de descobrir. É o início do processo de investigação" (1990, p. 17). Além de observar, devemos descrever os elementos identificados em campo, pois "descrever é ordenar aquilo que se pode observar, é expressar a observação. Para descrever, é preciso organizar as ideias" (p. 18). Posteriormente, poderemos explicar os fenômenos observados, para o que será essencial uma fundamentação teórico-metodológica que nos auxilie a responder os questionamentos que balizam a investigação.

Para os estudos do patrimônio cultural rural, a observação precisa e individual dos bens e das práticas culturais que os envolvem possibilita ampliar o universo de análise. A análise geográfica contribui para a contextualização espacial do patrimônio cultural, uma vez que tais bens deixam de ser analisados isoladamente e de forma reduzida, e a inserção territorial de tais elementos no universo de análise se torna fundamental para se compreender os processos de transformação física e simbólica a que foram submetidos. A observação, nesse caso, é o ponto de partida para esse processo analítico.

Ao refletirmos sobre a questão agrária brasileira, alguns passos são norteadores. Um deles é contextualizar o período histórico em que vivemos. Segundo a periodização proposta pelo professor Santos, estamos inseridos em um período marcado pelo "meio técnico científico informacional" (1994, p. 20), no qual se sobressai a globalização, e, por isso, os papéis da técnica e da informação são fundamentais para estabelecer a configuração de uma sociedade cada vez mais urbanizada (processo de urbanização da sociedade defendido pelo filósofo Henry Lefebvre). Em virtude do predomínio da população urbana, diminui a população rural, e as atividades agropecuárias cada vez mais se associam ao urbano-industrial. O sistema logístico implementado no território é pensado para dar suporte ao atendimento da esfera produtiva e de comercialização da produção agropecuária.

Devemos pensar o espaço rural em sua complexidade atual, em um mundo globalizado, que apresenta uma transescalaridade dos fenômenos, no qual as conquistas tecnológicas mais intensas levam a significativas transformações, com a implementação

de uma logística no território que permite maior circulação de produção e de pessoas. Pensar o espaço rural, na atualidade, requer uma reflexão teórica consistente, com base na ciência geográfica e em seus conceitos fundamentais, aliados a um conhecimento da realidade empírica e à realização de trabalhos de campo.

Essa análise temporal é de extrema importância no campo de pesquisa do patrimônio cultural, pois permite compreender as transformações físicas e os processos de refuncionalização que o patrimônio rural sofreu. Possibilita, ainda, uma análise mais precisa dos processos de ressignificação simbólica desencadeados por algumas formas de apropriação contemporâneas de tais bens, como o turismo de massa.

Devemos lembrar que a realização de trabalhos de campo consiste numa tradição na ciência geográfica e que a perspectiva de uma geografia agrária positivista e neopositivista vem sendo superada, desde os anos 1980, com o desenvolvimento de trabalhos que se orientam por uma perspectiva crítica e com a intenção de revelar o discurso e as ideologias das práticas presentes no meio rural brasileiro. Esse marco temporal é importante porque significa a ruptura da hegemonia dos trabalhos em geografia agrária – que se embasavam no positivismo e no neopositivismo, tinham base mais abstrata e utilizavam modelos – e a retomada dos trabalhos de campo com uma preocupação de cunho social. Como afirma Suertegaray, ocorreu a valorização "do trabalho de campo, fundamental ao reconhecimento geográfico da realidade, propondo, neste contexto, uma reflexão sobre o compromisso do pesquisador com os resultados e a sua divulgação entre a população envolvida" (1996, p. 2).

Observação: instrumento de coleta de dados e interpretação

A observação consiste num instrumento de pesquisa qualitativa essencial aos estudos do patrimônio cultural, já que a análise pessoal do pesquisador pode ser ampliada pela utilização dos sentidos humanos e, assim, enriquecida com mais detalhes. A observação e a entrevista são os instrumentos mais utilizados em pesquisa qualitativa, bem como o questionário. Segundo Gold, há quatro tipos de observador: "participante completo, participante observador, observador participante e observador completo" (apud Cowie, 2009, p. 167). Tais categorias estão associadas ao grau de inserção do pesquisador em seu objeto de pesquisa. No caso do patrimônio rural de natureza material, a observação participante permite o inventariamento dos bens com o auxílio de informações obtidas por outras fontes, como relatórios, material iconográfico ou até depoimentos de pessoas do local. No caso do patrimônio rural de natureza imaterial, o observador participante é muito comum, pois é necessária a interação total com o grupo cultural estudado. Esse tipo de observação predomina na etnografia, visto que,

para poder estudar a cultura de determinada sociedade ou grupo cultural, é necessária, geralmente, a inserção total do pesquisador nessa cultura.

No campo de pesquisa do patrimônio cultural rural, são empregadas várias modalidades de observação, que variam de acordo com as circunstâncias. Segundo os meios tradicionais utilizados, podemos diferenciar a observação em não estruturada e estruturada. A primeira consiste num tipo de trabalho realizado sem planejamento nem controle anteriormente elaborados. Aplica-se, normalmente, ao caso do patrimônio imaterial, em que, muitas vezes, as expressões ou possibilidades de observação surgem de súbito.

Já a observação estruturada se realiza em condições controladas, para responder a propósitos anteriormente definidos. Seu desenvolvimento requer planejamento e operações específicas. É o caso dos trabalhos de inventariamento dos bens culturais de natureza material, que incluem a elaboração prévia de roteiros ou fichas de observação e o acompanhamento das atividades descritivas nos locais de sua aplicação.

Entrevistas: a aproximação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa

Nas pesquisas qualitativas do patrimônio rural, a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas, é fundamental para obtermos depoimentos e informações de pessoas diretamente ligadas aos processos de gestão ou apropriação desses bens culturais. Nesses casos, a qualidade das informações está vinculada à escolha precisa dos sujeitos que farão parte das entrevistas. Com a definição de critérios segundo aos quais serão selecionados tais sujeitos, será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. A descrição e a delimitação da população-base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentada.

Para Duarte (2002), numa metodologia de base qualitativa, o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori*, pois depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento e dos desdobramentos que os resultados das entrevistas já realizadas possibilitam. Segundo a autora, enquanto estiverem aparecendo informações originais ou dados que possam indicar novas perspectivas para a pesquisa, as entrevistas precisam continuar a ser feitas. À medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação, e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso.

Quanto ao número de pessoas entrevistadas, a realização contínua de entrevistas até que o material obtido permita uma análise mais ou menos densa das relações estabelecidas naquele meio e a compreensão de "significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, ideias e sentimentos" (Dauster apud Duarte, 2002, p. 144) é o procedimento mais observado nas práticas de pesquisa. Eventualmente, é necessário um retorno ao campo para esclarecer dúvidas, recolher documentos ou coletar novas informações sobre acontecimentos e circunstâncias relevantes que foram pouco explorados nas entrevistas.

Para os estudos do patrimônio rural, as entrevistas com sujeitos ligados direta ou indiretamente aos bens – como agentes de órgãos públicos de preservação ou de planejamento urbano e pessoas ligadas à iniciativa privada e a grupos sociais locais – têm sido fundamentais para se desvendar as práticas e os conflitos socioespaciais que envolvem sua gestão e apropriação, como a inserção da população local nas políticas públicas, a mercantilização e a turistificação do patrimônio e a importância social desses elementos para a sociedade local.

A história oral como possibilidade de produção de conhecimento

A fonte oral constitui uma base primária para a obtenção de conhecimento, seja ele científico ou não. Estudos como o de Queiroz (1987) e Thompson (1992) ressaltam a importância do relato oral como fonte documental e de pesquisa. Para esses autores, a fala, antecessora das expressões escritas e gráficas, assume importância única como registro de acontecimentos e descobertas, e os relatos orais passam a ser valorizados paulatinamente pelas ciências sociais, uma vez que informações preciosas de caráter individual, como comportamentos, valores e emoções, não eram evidentes nos dados estatísticos. Com o tempo e o avanço de outras disciplinas, como a linguística, a semiótica e a antropologia, o discurso do ator social foi reconhecido, evidenciando-se sua lógica própria e sua estrutura como "linguagem", o que permite a compreensão de fenômenos sociais que escapam à observação fria e distante do pesquisador (Camargo, 1994).

Segundo Gonçalves e Lisboa (2007), a história oral tem desvendado questões anteriormente desconhecidas a partir da investigação da realidade oculta dos sujeitos pesquisados, de suas ações e relações que não ficam evidentes nas estruturas sociais. Para as autoras, a história oral como método investigativo também tem sido utilizada para ressaltar a participação de grupos minoritários na vida social, valorizando suas experiências e seus processos criativos.

Alberti define história oral como

> um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de – ou testemunharam – acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (1990, p. 4).

Para o campo de pesquisa do patrimônio cultural rural, a história oral representa importante ferramenta para a obtenção de dados e informações, sobretudo em relação ao patrimônio imaterial, uma vez que revela antigas tradições, formas de participação social, técnicas e materiais e práticas de difusão de determinado bem de natureza imaterial, como festas, artesanato, gastronomia e práticas religiosas realizadas no espaço rural. Como uma poderosa ferramenta de recuperação da memória social, a história oral também contribui para os estudos do patrimônio material ao trazer à tona informações diretas de grupos sociais envolvidos, evidenciando formas de apropriação, diferentes processos de refuncionalização e níveis de participação social na implantação de políticas públicas em determinado território dotado de bens culturais relevantes.

O caráter multidisciplinar da história oral tem contribuído para o estudo da complexidade socioeconômica e cultural com a qual os sujeitos sociais se defrontam na atualidade e tem permitido maior inter-relação entre diversas disciplinas, como história, sociologia, antropologia, psicologia, geografia, ciências políticas e educação, o que amplia o universo de análise dos objetos de pesquisa. Esse método de pesquisa qualitativa tem possibilitado ao geógrafo maior inserção na análise dos problemas socioespaciais contemporâneos, ampliando sua capacidade de se aproximar de pesquisas de diferentes naturezas e bases metodológicas.

Gonçalves e Lisboa (2007) apresentam nove etapas que envolvem o emprego do método da história oral nos estudos sociais e culturais:

1. Elaboração do projeto de pesquisa a partir de um roteiro: como qualquer pesquisa acadêmica, a aplicação da história oral deve estar detalhada no projeto de pesquisa em que está inserida. É importante que o projeto apresente o maior detalhamento possível de sua aplicação, como justificativa, objetivos, amostragem, instrumentos, tabulação e análise dos resultados.
2. Apreciação do projeto de pesquisa por comitê de ética: uma vez que essa modalidade de pesquisa envolve seres humanos, a aplicação da história oral deve ser analisada e submetida a algum comitê de ética ou até a uma organização, pública ou não governamental, diretamente envolvida com o grupo social a ser investigado.

3. Definição do objeto de pesquisa: durante a elaboração do projeto de pesquisa, faz-se mister definir o objeto de pesquisa, pois a partir deste delineiam-se as etapas posteriores do roteiro do projeto, como a aplicação da história oral. Um bom trabalho de pesquisa bibliográfica favorece a definição exata do objeto a ser pesquisado e amplia a discussão sobre o papel da história oral na compreensão global desse objeto de pesquisa.
4. Definição da questão-problema: outro elemento básico na elaboração do projeto de pesquisa é a definição da questão-problema. Por meio da elaboração de uma ou mais questões a partir do objeto de pesquisa que se pretende responder ao longo do processo investigativo e cujas respostas mostram-se relevantes teórica ou socialmente, a aplicação do método da história oral deve aparecer de forma implícita ou explícita.
5. Definição da amostra e critérios qualitativos: existem duas formas de se definir a amostragem da aplicação da história oral, a diversificação e a saturação. A primeira refere-se à identificação de um grupo diversificado de pessoas capazes de analisar os temas, fatos, estratégias e itinerários do grupo social pesquisado, possibilitando abarcar o campo da investigação. A segunda indica o esgotamento da amostra pela incapacidade de acrescentar informações relevantes à pesquisa, ou seja, quando as informações começam a se repetir, é sinal de que a amostra se esgotou.
6. Elaboração do roteiro de entrevista (fio condutor) com base na questão-problema: as trajetórias de vida são construídas por meio da inter-relação dialógica entre pesquisador e sujeito pesquisado, por meio de uma técnica de entrevista. O pesquisador seguirá um roteiro de perguntas elaboradas de acordo com a questão a ser investigada, obedecendo a um fio condutor composto pelas categorias previamente definidas na fundamentação teórica do projeto.
7. Realização das entrevistas: é preciso estar atento às condições ideais para a aplicação das entrevistas na história oral. Um fator importante a ser observado pelo pesquisador é a adoção de um espaço físico que permita um diálogo espontâneo e ao mesmo tempo reservado com o entrevistado. O agendamento prévio e o esclarecimento sobre os objetivos da entrevista devem ser priorizados. Deve-se dar especial atenção ao registro da entrevista, no sentido de testar o aparelho de gravação; solicitar permissão para gravar; preparar o ambiente para melhor resultado acústico; proporcionar ao sujeito entrevistado um diálogo franco e aberto; e estabelecer com ele uma relação de empatia.
8. Processamento das entrevistas: consiste em sua transcrição fiel, de forma a assegurar a fidelidade do conteúdo. Cabe ressaltar que as emoções observadas durante a entrevista devem ser consideradas importantes fontes de análise.

Eventuais falhas de gravação no decorrer da entrevista devem ser sanadas com anotações complementares do pesquisador durante ou após sua realização, para que se possa aproveitar o máximo da memória recente de seu conteúdo. É conveniente entregar a primeira versão do texto transcrito aos entrevistados para que possam conferir os conteúdos de suas falas apresentados nas entrevistas.

9. Codificação e análise das entrevistas: o processo de codificação das entrevistas inicia-se pela criação de categorias de análise desenhadas a partir dos objetivos da pesquisa. Tais categorias traduzem-se nos elementos de comparação e tabulação dos resultados. Posteriormente, deve-se realizar um reordenamento de tais dados com base no referencial teórico da pesquisa. Esse processo permite transformar dados, situações, ações e interações em conceitos, identificar as variáveis, as características das respectivas categorias e subcategorias e estabelecer uma lógica de análise.

A história oral, reconhecida hoje como uma técnica de pesquisa inovadora e abrangente que valoriza os sujeitos dos processos sociais e culturais, representa uma modalidade de pesquisa qualitativa essencial aos estudos do patrimônio cultural. A recuperação e a manutenção da memória possibilitadas por ela favorecem as práticas de preservação e valorização dos bens culturais, e ela está presente nas mais diversas formas de pesquisa que subsidiam o conhecimento, o registro ou os projetos de gestão desses bens.

Considerações finais

As pesquisas qualitativas aplicadas ao campo de pesquisa do patrimônio cultural presente no espaço rural possibilitam a ampliação da análise desses bens no território por meio de observações estruturadas, o reconhecimento e a inclusão de sujeitos alheios ao processo de patrimonialização e a coleta de informações raras e indisponíveis nos documentos existentes sobre tais bens.

Os trabalhos de campo constituem-se em etapa crucial para o aprofundamento da análise do pesquisador e permitem a percepção e a sistematização de instrumentos de pesquisa. No entanto, os desafios da aplicação da pesquisa qualitativa no campo do patrimônio cultural consistem na organização e na integração dos inúmeros instrumentos de pesquisa considerados e na relação de subjetividade existente em alguns dados considerados. As noções de subjetividade, de perspectiva, de reflexão e de textos desor-

denados são valorizadas durante o processo de pesquisa qualitativa porque permitem ver claramente a realidade psicológica, emocional e espiritual dos atores implicados.

A pesquisa qualitativa é aquela em que os pesquisadores se interessaram por compreender os significados que os indivíduos dão à sua própria vida e às suas experiências. Os pontos de vista, os sentidos que os atores dão aos seus comportamentos ou às suas vidas são matérias de observação e investigação. Valoriza-se a subjetividade na compreensão e na interpretação dos comportamentos humanos e sociais. Mas esses significados e essas interpretações são elaborados nas interações sociais em que os aspectos políticos e sociais afetam os pontos de vista dos atores.

O patrimônio cultural presente no espaço rural brasileiro consiste num grande potencial de pesquisa e reflexão. As diversas situações de estado de conservação, transformações e apropriações sociais ora observadas em tais bens exigem um olhar mais amplo e diversificado, que possibilite ao pesquisador diferentes abordagens e métodos de investigação. O campo das pesquisas qualitativas implica movimentos de produção e de sondagem. Com suas respostas parciais e circunstanciais, esse tipo de investigação oferece aos pesquisadores a oportunidade de manterem-se próximos da complexa produção dos modos de vida e de relação. Como essa produção não é estática, é importante que o pesquisador mantenha-se distante da expectativa idealizada e multiplique o conhecimento acerca de tais bens.

Referências

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.

——. *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 19 jan. 2007.

AMIROU, Rachid. *Imaginaire du tourisme culturel*. Paris: PUF, 2000.

BECKER, Howards. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Zaia. "Entre questionários e entrevistas". In NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (orgs.). *Família & escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, pp. 171-83.

BRUYNE, Paul et al. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CALLAI, Helena Copetti. "Questões para uma proposta de metodologia do ensino da geografia". In —. *O ensino da geografia*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1986, pp. 29-38.

CAMARGO, Aspásia. "Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas". *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1984, v. 27, n. 1, pp. 5-28.

——. "O método qualitativo: usos e perspectivas". *Sociologia, sociologias*. III Congresso Nacional de Sociologia. Sociedade Brasileira de Sociologia, Brasília, 1987, pp. 1-11.

——. "História oral e política". In MORAES, Marieta de (org.). *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, FINEP, 1994, pp. 75-99.

CARDOSO, Ruth. "Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método". In — (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 95-106.

CHIVA, Isac. "Le patrimoine rural". In NORA, Pierre (org.). *Science et conscience du patrimoine: actes des entretiens du patrimoine*. França: Éditions du Patrimoine, 1997, pp. 226-31.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

COMPIANI, Maurício. "A relevância das atividades de campo no ensino da geografia e na formação do professor de ciências". *Cadernos IG/Unicamp*, 1991, v. 1, n. 2, pp. 2-25.

COWIE, Neil. "Observation". In HEIGHAM, Juanita e CROKER, Robert A. (orgs.). *Qualitative research in applied linguistics: a pratical introduction*. Grã-Bretanha: Palgrave Macmillan, 2009, pp. 165-81.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado. *Residência secundária e espaço rural – duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*. Coimbra: Ed. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989.

DAUSIEN, B. *Biographie und geschlecht – zur biographischen konstruktion sozialer wirklichkeit in frauenlebensgeschichten*. Bremen: Donat, 1996.

DEWAILLY, Jean-Michel. "Images of heritage in rural regions". In BUTLER, Richard et al. (orgs.). *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester: John Wiley & Sons, 1998, pp. 123-39.

DUARTE, Rosália. "Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, mar. 2002, n. 115, pp. 139-54.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. Tradução de Álvares Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GODOY, Arilda Schmidt. "Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mar.-abr. 1995, v. 35, n. 2, pp. 57-63.

GONÇALVES, Rita de Cássia e LISBOA, Tereza Kleba. "Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida". *Revista Katálysis*, Florianópolis, 2007, v. 10, pp. 83-92, número especial.

LERNER, Dina. *Inventário das fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense – Introdução*. Instituto Cidade Viva, 2010. Disponível em http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios. Acesso em jan. 2013.

LUCAS, Sônia Maria de M. *Preservar o passado é construir o futuro*. Instituto Cidade Viva, 2008. Disponível em http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios. Acesso em jan. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PORTELLA, Rosalva. *Didática de estudos sociais.* São Paulo: Ática, 1990.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Relatos orais: do indizível ao dizível". *Ciência e Cultura*, São Paulo, mar. 1987, v. 39, n. 3, pp. 272-86.

RADAELLI DA SILVA, Ana Maria. "Trabalho de campo: prática andante de fazer geografia". *GeoUERJ*, 2002, n. 11, pp. 61-73.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Geografia e trabalho de campo*. Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Florianópolis, 1996.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral.* Tradução de Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação

Juniele Martins Silva
Estevane de Paula Pontes Mendes

A pesquisa qualitativa é essencial na geografia e nos estudos rurais. Com a crescente complexidade dos arranjos sociais, torna-se difícil entender e explicar os fatores econômicos, políticos e socioculturais apenas com a utilização da pesquisa quantitativa. Em virtude das dificuldades relacionadas à aplicação das técnicas e da pouca familiaridade dos geógrafos com a pesquisa qualitativa, têm sido ampliados os trabalhos nessa área como meio de contribuir para o emprego desses procedimentos.

A abordagem qualitativa baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. Nela, há uma relação dinâmica e interdependente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Vários procedimentos são utilizados nessa abordagem, dentre os quais se destacam: a observação, a entrevista, a história oral e a pesquisa documental. Neste artigo, o foco está nas seguintes metodologias: pesquisa documental, entrevistas e observação.

Objetiva-se discutir o uso da pesquisa qualitativa na geografia e nos estudos rurais e refletir acerca do emprego da pesquisa documental, da entrevista e da observação. Para a realização do estudo, fez-se uma revisão da literatura referente aos temas: a) pesquisa qualitativa; b) pesquisa teórica; c) trabalho de campo; d) pesquisa documental; e) entrevista; e f) observação.

Parte desta discussão é resultado da pesquisa *Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão/GO*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) da Universidade Federal de Goiás (UFG), *campus* Catalão, concluída em 2011. Soma-se a isso a experiência com as técnicas qualitativas empregadas no desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA, CNPq) da UFG/Campus Catalão, o que justifica a realização deste estudo.

A construção do objeto e o referencial teórico

A pesquisa tem por finalidade conhecer as contribuições científicas efetuadas sobre determinada temática. Parte-se do pressuposto de que a pesquisa teórica não deve ser considerada mera repetição do que foi dito ou escrito, mas, sim, um campo que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, o que possibilita análises inovadoras. Nessa perspectiva, realiza-se uma discussão sobre a importância e as principais características da pesquisa teórica, além de valorizar a prática do fichamento.

De acordo com Luna (2000), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. Busca-se, assim, descrever o estado atual de certa área de pesquisa, enfatizando o que já se sabe, quais as principais lacunas e os principais entraves teórico-metodológicos do estudo. Para o autor, nenhuma pesquisa pode prescindir de um completo trabalho de revisão da literatura pertinente ao problema. Quanto mais extenso e complexo for o problema, maior e mais árdua será a pesquisa teórica.

Sobre o assunto, Marconi e Lakatos ressaltam que "toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem-sucedida de um problema [...]" (2007, p. 17). Os argumentos dos autores valorizam a revisão de literatura em uma pesquisa, ou seja, defendem que a teoria oferece subsídios para se chegar aos resultados.

Marre (1991), em análise sobre os meios dinâmicos da construção do objeto de pesquisa, compreende a revisão de literatura como uma escolha por uma corrente teórica relacionada com o tema eleito para estudo.

O autor destaca ainda a importância da realidade empírica para a teoria: "[...] a realidade realmente científica existe somente em função dessa realidade empírica [...]. Tem pouca viabilidade em si mesma, se não é testável ou se não pode ser experimentada" (p. 26). Destarte, a teoria é caracterizada como um deslumbramento, uma colina, o ponto alto do qual melhor se percebe a realidade empírica.

Corroborando a discussão, Mendes e Pessôa (2009), em artigo sobre as técnicas de investigação nos estudos agrários, concebem a organização de um referencial teórico

como um recurso capaz de possibilitar a identificação e a representação dos fenômenos sociais e culturais responsáveis pela manifestação de determinados eventos. Assim, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os sujeitos, o contexto e suas representações. Por conseguinte, a pesquisa empírica surge como uma necessidade de avaliar a aplicação das proposições teórico-metodológicas recentes e as condições reais de estudo.

Após a definição da corrente teórica, sugere-se a elaboração de fichamentos, a fim de responder a duas questões básicas: de que os textos tratam e o que seus parágrafos dizem. Para Antunes (1999), a tarefa conclusiva e essencial do fichamento é a problematização. Sobre isso, Weg complementa: "[...] o *fichamento* insere-se no conjunto de gêneros textuais como instrumento de *decodificação* de textos de estudo e *registro organizado* de informações provenientes de uma leitura atenta do material pesquisado" (2006, p. 8, grifos da autora). A compreensão da leitura pode ser facilitada se o texto estudado for acompanhado de questões de estudo.

Desse modo, o fichamento expressa o procedimento de elaboração de um texto organizado com o fim de decodificar e compreender outro texto em estudo. Trata-se, portanto, de uma forma organizada de registrar as informações obtidas na leitura de um texto-base. Weg (2006) salienta ainda que fichar é o ato de selecionar, organizar e registrar informações a partir da leitura do texto-fonte, de forma a construir uma documentação que: a) atenda aos objetivos do leitor ao fazer a leitura; b) remeta ao texto-base; c) possa ser consultada posteriormente; e d) aponte a elaboração de um texto posterior.

A pesquisa teórica possibilita estabelecer uma relação com o objeto de pesquisa, dá suporte às hipóteses e constrói o principal instrumento para a interpretação de seus resultados. As informações podem, também, ser complementadas por outras fontes, como pesquisa documental e pesquisa de campo.

A pesquisa teórica tem por finalidade conhecer as contribuições científicas que se efetuaram sobre determinado assunto, bem como as principais lacunas existentes. Vale destacar que o referencial teórico possui papel fundamental na análise das informações produzidas por meio das técnicas qualitativas; parte-se do princípio de que a teoria não deve apenas repetir o que já foi produzido, mas promover novas interpretações sobre a temática explorada. Entende-se que o ato de ler, selecionar, fichar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa em desenvolvimento é parte fundamental para seu sucesso. Esse procedimento é indispensável em investigações de qualquer natureza.

Pesquisa documental

A pesquisa documental é entendida como a análise de materiais que não receberam tratamento analítico/científico ou podem ser reelaborados de acordo com os

objetos de pesquisa. A seleção do documento dependerá da questão que se busca responder. Nesse sentido, apresenta-se uma discussão acerca da pesquisa documental e dos principais materiais considerados documentos.

A pesquisa documental representa um recurso capaz de trazer contribuições importantes para a pesquisa, porque pode auxiliar na compreensão dos fatos. Assim, os documentos merecem atenção especial nos estudos qualitativos.

Na pesquisa documental, podem-se incluir: a) materiais escritos, como jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos e relatórios; b) estatísticas que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinado grupo; e c) elementos iconográficos, como sinais, grafismos, imagens, fotografias e filmes (Godoy, 1995b).

Os documentos podem dizer muito acerca dos princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e as relações entre diferentes grupos. Esse procedimento pode ser combinado com outras técnicas, como entrevista e observação. Geralmente, recorre-se aos documentos quando se busca identificar uma ou mais tendências no comportamento de um fenômeno.

Na pesquisa qualitativa, valorizam-se as atividades que envolvem o contato direto entre o pesquisador e o grupo estudado; dessa maneira, a pesquisa documental, quando utilizada, tem caráter complementar para a análise. Esse procedimento constitui uma rica fonte de dados e informações, porque estes foram produzidos a partir de determinado contexto histórico e socioeconômico e, mesmo existindo há vários anos ou décadas, ainda são capazes de retratar esse contexto e fornecer conhecimentos sobre ele.

A atividade de campo na pesquisa e o universo teórico de referência

A pesquisa de campo é um procedimento relevante para as investigações de qualquer natureza, com destaque na geografia e nos estudos rurais. É nessa etapa que o investigador tem a oportunidade de conhecer os fenômenos no mundo real e interagir com os sujeitos/objetos. Sob essa ótica, apresenta-se uma discussão sobre o trabalho de campo na geografia e a relação entre teoria e empiria.

É difícil dizer qual é o melhor caminho a ser percorrido numa pesquisa. Por isso, é preferível argumentar sobre caminhos que se têm explorado. Geralmente, inicia-se pela revisão de literatura e, depois de estabelecidas as variáveis de análise sobre o objeto de estudo, a partir dos objetivos e hipóteses apresentados no planejamento de pesquisa, numa perspectiva dinâmica do ato de pesquisar, é(são) organizado(s) o(s) roteiro(s) de entrevista para o trabalho de campo.

Nossas pesquisas têm como objeto as comunidades rurais tradicionais. Nesse sentido, especulam-se informações como: a) caracterização do imóvel/identificação e

localização do estabelecimento; b) identificação do entrevistado; c) caracterização da família; d) proprietário do imóvel; e) situação ocupacional do produtor; f) renda agrícola e não agrícola; g) identificação de famílias no imóvel; h) famílias residentes na propriedade; i) arrendamento/parceria/agregado; j) composição familiar; k) escolaridade; l) força de trabalho; m) contratação de serviços no estabelecimento; n) benfeitorias existentes na propriedade; o) bens de consumo, comunicação e transporte, p) assistência médico-hospitalar; q) informações sobre a comunidade e inserção social e política; r) características da pecuária; s) produtos cultivados; t) insumo ou técnicas utilizadas na propriedade; u) produção e comercialização; v) habilidades que a família possui no manejo de máquinas e equipamentos/pecuária/afazeres domésticos; w) assistência técnica/financiamento e/ou empréstimos; e x) organização dos produtores/família e as expectativas.

O trabalho de campo assume papel relevante na pesquisa, uma vez que permite conhecer a realidade pesquisada. Para Santos (1999), ele não deve se limitar apenas a ouvir as pessoas, ao sentido que elas dão às coisas, ao terminado, tampouco ao real como fato realizado e acabado. O empírico deve promover contato entre o pesquisador e os sujeitos, ou seja, a análise voltada às tendências de interpretações que os pesquisadores promovem do mundo em movimento, orientados pelas determinações sociais de seu lugar. Esse procedimento implica a compreensão do vivido, o qual deriva dos atos práticos que as pessoas, a partir de suas organizações sociais, vão construindo no tempo e no espaço.

Nesse entendimento, o campo possibilita intuir sobre determinada comunidade, sociedade, instituição e grupo social, o que oferece uma representação mais completa e mais real dos fatos que tendem a caracterizar o problema (Ferrari, 1982).

Essa atividade exige o exercício entre prática e teoria e vice-versa. Lacoste (1985) e Kayser (1985) destacam que, em uma pesquisa, o trabalho de campo não basta; é necessária, também, a discussão teórica. Desse modo, teoria e prática necessitam caminhar juntas. A partir de uma proposta de transformação democrática em relação à pesquisa, Lacoste sugere que os geógrafos retomem o trabalho de campo com seus alunos:

> [...] o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica, que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar os problemas somente no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolveram sobre extensões muito mais amplas [...] (1985, p. 20).

No caminhar da discussão, procura-se valorizar a revisão de literatura, cuja finalidade é saber em que estado se encontra o problema, que trabalhos foram realizados a seu respeito e o caminhar da análise. Numa etapa posterior, considerando a natureza

da pesquisa, devem-se determinar as técnicas a serem empregadas na produção das informações e, principalmente, as reflexões que vão guiar as interpretações às quais estão sujeitas.

A maioria das pesquisas vinculadas à geografia e aos estudos rurais recorre ao trabalho de campo para compreender os aspectos socioeconômicos e culturais da realidade investigada. A pesquisa de campo é essencial para o entendimento de alguns fenômenos socioculturais, considerando os resultados que se queira alcançar. Essa atividade deve ocorrer simultaneamente com a pesquisa teórica, em um processo de articulação entre teoria e empiria.

Pesquisa qualitativa: entrevista e observação

A pesquisa qualitativa é reconhecida em virtude de suas diversas possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidas em vários ambientes. Essa abordagem sempre foi associada à antropologia e à sociologia, ciências que inicialmente a utilizavam com regularidade, e, ao longo do tempo, foi incorporada por diferentes áreas do conhecimento, como as ciências da saúde, a educação, a psicologia, a administração, entre outras. Nessa perspectiva, apresentam-se as principais discussões sobre pesquisa qualitativa e as possibilidades de utilização de diversas técnicas.

De acordo com Ramires e Pessôa (2009), embora o uso da pesquisa qualitativa tenha se ampliado na geografia, notam-se pouca familiaridade dos geógrafos com ela, pouco domínio dessa abordagem e, em alguns casos, pouco rigor científico em sua aplicação. Todavia, isso não diminui sua relevância na geografia. Seu emprego tem contribuído para o entendimento de aspectos econômicos, políticos e socioculturais de um grupo.

A pesquisa qualitativa permite a produção de informações sobre pessoas, lugares e processos por meio do contato direto do pesquisador com a realidade estudada. Seus procedimentos orientam o estudo dos fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação em curso. Godoy (1995a, 1995b) argumenta que ela não procura enumerar e/ou medir os eventos, mas parte de questões de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve.

Triviños (1987) e Godoy (1995a) expõem outras características básicas da pesquisa qualitativa: a) tem o ambiente natural como fonte direta e o pesquisador como instrumento principal de produção de informações; b) o ambiente e as pessoas não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo; o que interessa são os processos, e não simplesmente os resultados ou os produtos; c) o significado que as pessoas dão às situações/fenômenos e à sua vida é a preocupação do pesquisador; e d) os pesquisadores

utilizam o enfoque indutivo na análise de suas informações, não partem de hipóteses estabelecidas *a priori*, mas, sim, de questões de interesses amplos, que se tornam mais diretos e específicos no decorrer da investigação.

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) consideram que uma das particularidades da pesquisa qualitativa é seu caráter “multimetodológico” ou de “triangulação”, ou seja, usar uma variedade de procedimentos e instrumentos de produção de informações. Esses autores destacam que as técnicas mais empregadas são a entrevista, a observação e a pesquisa documental, as quais ainda podem ser complementadas com outras.

Supõe-se que o atributo marcante da pesquisa qualitativa assenta-se no contato direto e interativo do pesquisador com os sujeitos e o universo estudados. Outro aspecto importante é a possibilidade de usar diversas técnicas, isto é, a “triangulação” para obter e analisar as informações. Nesse contexto, essa abordagem tem se firmado nas investigações que buscam compreender grupos e comunidades a partir de técnicas que propiciam a interação social entre pesquisador e sujeito investigado.

Entrevista: a arte de perguntar, de ouvir e de refletir

A entrevista é um importante instrumento de trabalho em vários campos das ciências sociais e em outras áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia, psicologia social, política, serviço social, jornalismo, relações públicas, pesquisa de mercado e geografia. Assim, faz-se uma análise sobre as características da entrevista e as vantagens e desvantagens desse procedimento.

Nos estudos rurais, a entrevista é uma técnica de investigação capaz de oferecer ao pesquisador as características peculiares de cada contexto, tanto no âmbito socioeconômico quanto no cultural. Por intermédio dela, é possível conhecer como as pessoas pensam e agem e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano.

Colognese e Mélo (1998) conceituam entrevista como uma técnica de obtenção de informações realizada por meio de uma “conversação interesseira”, com o intuito de apreender dados sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados. Essa atividade é orientada pela busca de informações referentes a um objetivo específico.

Na definição de Marconi e Lakatos (2007), a entrevista é considerada um encontro entre duas pessoas por meio de uma conversação formal, cuja finalidade centra-se na obtenção de dados do sujeito investigado sobre determinado assunto ou problema. Esse procedimento é visto como indispensável para a aquisição direta de informações essencialmente qualitativas. Nessa perspectiva, a entrevista caracteriza-se como uma metodologia utilizada na investigação social para produzir informações ou ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Deve-se considerar que a entrevista não é um procedimento de fácil aplicação, porque exige algumas habilidades por parte do pesquisador. Segundo análise de Thompson (1998), a entrevista acertada perpassa por algumas qualidades do entrevistador: a) interesse e respeito pelos investigados; b) capacidade de demonstrar compreensão e simpatia quanto à opinião deles; e c) disposição para escutá-los. Destaca-se que a personalidade dos investigados deve ser considerada, visto que alguns são mais falantes, já outros precisam ser estimulados a falar.

Além dessas, há outras estratégias que o entrevistador pode adotar, tendo em vista uma entrevista bem-sucedida: a) não interromper o informante, pois a entrevista não é um diálogo; b) fazer agendamento com antecedência e chegar no horário agendado; c) evitar fazer perguntas sobre informações já fornecidas no decorrer da entrevista; e d) não sair imediatamente do local da entrevista (Thompson, 1998).

São igualmente importantes o conhecimento prévio do assunto, a forma de abordagem e a linguagem utilizada para o andamento adequado da entrevista. A partir disso, Oliveira (1998) assinala a necessidade do emprego da linguagem simples e clara e de uma postura ética com os sujeitos pesquisados. Os modos de vestir-se e comportar-se também devem ser considerados no desenvolvimento da atividade. Qualquer ação ou atitude avessa ao universo dos sujeitos da pesquisa pode promover desconfiança e intimidação.

Em alusão à parte de encerramento da entrevista, Thompson (1998) recomenda alguns procedimentos para sua efetuação. Primeiro, registrar os comentários sobre o contexto da entrevista, a personalidade do informante, as informações adicionais que não foram gravadas e o que pode não ter sido relatado. Segundo, se a entrevista foi gravada, transcrever a gravação e conferir quais informações foram obtidas e quais falta obter.

Quanto ao tipo, as entrevistas podem ser classificadas em estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas. Nas estruturadas, o entrevistador segue um roteiro em que as perguntas são previamente estabelecidas e determinadas.

Já nas entrevistas não estruturadas, o informante discursa livremente sobre o tema que lhe é proposto. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) expõem que o investigador introduz o tema da pesquisa e estimula o sujeito a falar sobre ele. Geralmente, o entrevistador insere alguns assuntos de interesse no fluxo da conversação. O uso do gravador é indispensável nessa trajetória. De regra, esse procedimento é utilizado no início das pesquisas, quando o entrevistador tem pouca clareza e/ou informações sobre os aspectos mais relevantes a serem focalizados. Esse recurso permite que os roteiros de entrevistas sejam complementados conforme a necessidade da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas são conduzidas por roteiros previamente elaborados, que contêm informações de âmbito social, econômico e cultural. De acordo com

Colognese e Mélo (1998), nessas entrevistas os questionamentos são previstos com antecedência e sua ordem é provisoriamente estabelecida.

Vale advertir que, nas entrevistas semiestruturadas, o pesquisador faz perguntas específicas e predeterminadas. Não obstante, o informante deve ter liberdade para responder com suas próprias palavras, ou seja, a partir de seu universo de referência e, ainda, sem a tentativa de indução de posicionamentos. Nesse tipo de entrevista, o entrevistador tem uma participação ativa, pois, mesmo seguindo um roteiro com questões, pode acrescentar novas perguntas. Destaca-se que essa técnica é baseada em alguns questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses relevantes para a pesquisa. A partir das respostas dos informantes, é possível formular novas hipóteses, o que proporciona um amplo campo de interrogativas.

A entrevista semiestruturada é considerada por Triviños (1987) um dos principais meios que o investigador tem para produzir informações. Esse tipo de entrevista, ao mesmo tempo que valoriza a presença do pesquisador, oferece todas as perspectivas para que o entrevistado alcance a liberdade e a espontaneidade, o que enriquece a investigação.

Gil (1999), Marconi e Lakatos (2007) destacam as principais vantagens da entrevista: a) possibilita obter informações referentes aos mais diversos aspectos da vida social; b) permite conseguir informações em profundidade sobre o comportamento humano; c) as informações obtidas são suscetíveis de classificação, quantificação e tratamento estatístico; d) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; e) possibilita obter maior número de respostas; f) oferece flexibilidade, uma vez que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas; g) propicia a obtenção de informações relevantes e significativas que não se encontram em fontes documentais; e h) permite captar a expressão corporal do entrevistado, a tonalidade de sua voz e a ênfase de suas respostas.

Porém, embora destacadas as várias vantagens desse procedimento, algumas limitações precisam ser consideradas: a) falta de motivação do entrevistado para responder; b) dificuldade de expressão e comunicação do entrevistado; c) falta de compreensão do significado das perguntas; d) fornecimento de respostas falsas, determinadas por motivos conscientes ou inconscientes; e e) retenção de algumas informações importantes, provavelmente pelo receio de ter sua identidade revelada (Gil, 1999; Marconi e Lakatos, 2007).

No que tange às informações em relação aos entrevistados, essas podem ser classificadas em factuais e opinativas. As factuais referem-se a sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, empresa em que trabalha, renda e religião. As opinativas fazem menção a crenças, suposições, valores, entre outros (Luna, 2000). No que se refere a estas últimas, as respostas dadas pelos informantes ao entrevistador e a interpretação delas estão sujeitas à concepção de um indivíduo. No caso do pesquisador, a interpretação da realidade pesquisada está sujeita à sua postura teórico-epistemológica.

Luna (2000) concebe o sistema de tratamento das informações como dependente do referencial adotado (que gerou o problema, as perguntas e o procedimento para a coleta de informações). Isso torna imprescindível a exposição dos meios de transformação da informação em dado e dos critérios de análise estabelecidos. Ressalta-se a importância do compromisso do pesquisador com a transparência das transformações efetuadas nas informações.

Antes de iniciar a aplicação dos roteiros de entrevista, algumas medidas precisam ser asseguradas: a) especificar aos sujeitos os propósitos da entrevista e do trabalho, expondo os objetivos da entrevista e sua contribuição para o esclarecimento da situação que interessa; b) registrar a entrevista; e c) propiciar um ambiente de simpatia, confiança, lealdade e harmonia entre o pesquisador e o sujeito (Triviños, 1987). Acredita-se que, quando há um nível de confiança mútua entre informante e pesquisador, as informações fornecidas são vitais para a pesquisa, pois o sujeito sente-se participando ativamente do desenrolar da investigação.

Sobre o quadro das amostragens, Duarte (2002) observa que, em uma abordagem qualitativa, o número de sujeitos que irão compô-lo dificilmente poderá ser determinado *a priori*, porque depende da qualidade, da profundidade e do grau de recorrência e divergência das informações. A indicação do número de entrevistados está associada às informações originais ou às pistas que apontam novas perspectivas à investigação em curso. Tal situação dificulta a exatidão de um número prévio de amostragem, principalmente para os pesquisadores iniciantes.

Essa amostragem pode ser definida no momento em que o pesquisador tiver condições de identificar padrões simbólicos, práticas e informações suficientes para compreender o universo pesquisado. O término da atividade está associado ao momento em que as informações estão suficientemente confirmadas, quando o surgimento de novos dados torna-se cada vez mais infrequente. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) chamam esse processo de "ponto de redundância", isto é, a inclusão de novos elementos se faz desnecessária.

Como se disse, a técnica de entrevista é concebida como uma conversa formal, em que é estabelecida uma interação entre o entrevistador e o investigado, cuja finalidade é obter informações relevantes sobre determinado assunto. A busca pelas respostas é guiada pelo problema e/ou objetivo da pesquisa.

A entrevista constitui uma das técnicas qualitativas mais utilizadas nas investigações científicas que envolvem os sujeitos sociais, em virtude de sua eficiência na produção de informações, tanto no âmbito social quanto no cultural. São vários os tipos de entrevista e a escolha por um deles se dá em consonância com a problemática e os objetivos da pesquisa. Como em outros procedimentos, o resultado depende da condução do pesquisador.

Observação: entre a aparência e a essência do objeto

A observação é um procedimento básico de investigação científica e é empregada na pesquisa de campo. Caracteriza-se como uma ferramenta útil na compreensão de fatos e contextos (variável temporal e espacial). Por conseguinte, pode ser definida como uma técnica de produção de informações, a qual utiliza os sentidos para apreender determinados aspectos da realidade. Nessa perspectiva faz-se uma discussão sobre a observação e a observação participante, com ênfase nas principais vantagens e limitações dessa técnica.

Triviños (1987) expõe que observar não é simplesmente olhar, mas, sim, destacar algo específico num conjunto (objetos, pessoas e animais), aferindo atenção a suas características (cor, tamanho, entre outras). Assim, observar um fenômeno social significa que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados e relações. Esse recurso permite descobrir seus aspectos "aparenciais" e mais profundos, até captar sua essência numa perspectiva ao mesmo tempo específica e ampla de contradições e dinamismos de relações.

Marconi e Lakatos (2007) argumentam sobre o papel da observação na identificação e na obtenção de informações a respeito de objetivos acerca dos quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento, e sobre sua contribuição para que o investigador tenha maior contato com a realidade pesquisada.

As vidas sociais das pessoas estão submetidas a constantes mudanças. Desse modo, o pesquisador deve tornar-se parte delas para entender como mudam e registrar as experiências dessas transformações, seus efeitos sobre as pessoas e suas interpretações. O conhecimento provém da experiência e da realização de investigações detalhadas pelas quais os investigadores produzem seus entendimentos. Essa interação entre pesquisador, contextos sociais e sujeitos da pesquisa confere à técnica a denominação de observação participante.

Na observação participante, o pesquisador produz as informações por meio de sua inserção e participação no cotidiano do grupo, comunidade ou organização que estuda. Ele observa os indivíduos selecionados para verificar as situações com que se deparam habitualmente e como se comportam diante delas. May afirma que a observação participativa "encoraja os pesquisadores a mergulharem nas atividades do dia a dia das pessoas que tentam entender [...]" (2004, p. 174).

Dessa forma, o pesquisador tende a tornar-se parte do ambiente natural dos sujeitos. Assim, pode registrar suas próprias experiências, com o firme propósito de compreender como os sujeitos agem e dão sentido ao seu cotidiano; ou seja, o observador decodifica as ações nos contextos sociais em que elas acontecem.

Embora a observação participante possa parecer uma técnica de fácil aplicação, principalmente para pesquisadores iniciantes, em função de sugerir que se trata apenas de olhar, escutar e transcrever tudo, May (2004) adverte que ela requer alguns procedimentos, tais como: o pesquisador deve passar grande quantidade de tempo em lugares com os quais pode não estar familiarizado; estabelecer e manter relacionamentos com pessoas com as quais possa ter pouca afinidade pessoal; fazer numerosas anotações sobre coisas que normalmente podem parecer acontecimentos ordinários e passar meses fazendo análises após o trabalho de campo.

Dentre as principais vantagens dessa técnica, destacam-se: a) oferece meios diretos e satisfatórios para estudar ampla variedade de fenômenos/fatos; b) exige menos do observador do que as outras técnicas; c) permite produzir informações sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas; d) depende menos da introspecção ou da reflexão; e) aceita a evidência de informações não incluídas nos roteiros de entrevista ou nos questionários; f) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; g) possibilita "checar", na prática, a sinceridade de respostas que, às vezes, são dadas apenas para "causar boa impressão"; h) permite identificar comportamentos não intencionais ou explorar tópicos sobre os quais os informantes não se sentem à vontade para discutir; e i) proporciona o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2002; Marconi e Lakatos, 2007).

Quanto aos aspectos limitantes, destacam-se: a) abrange apenas seus próprios limites temporais e espaciais; b) é uma técnica pouco econômica, pois exige muitas horas de trabalho do pesquisador; c) requer alta dose de interpretação por parte do observador, o que pode levar a inferências incorretas; d) a presença do observador pode interferir na situação observada; e) é canalizada pelos gostos e afeições do pesquisador; f) o registro das observações depende, frequentemente, da memória do investigador; e g) dá ampla margem à interpretação subjetiva ou parcial do fenômeno estudado (Gil, 1999; Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2002).

Todavia, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) assinalam que algumas dessas desvantagens não constituem problema para as pesquisas qualitativas e dão dois exemplos disso. O primeiro é que o limite temporal é problema somente quando a observação é a única técnica usada na produção de informações. O consumo de tempo parece excessivo apenas quando comparado àquele despendido em pesquisas baseadas em aplicação coletiva de questionários ou testes, que pode ser feita num único dia. O segundo exemplo é que, se a observação participante apresenta a possibilidade de se fazerem inferências incorretas, isso não é um atributo exclusivo dessa técnica. Além disso, esse risco pode ser minimizado pelo uso conciliado de outras técnicas. A interferência do pesquisador na situação observada

pode ser minimizada por sua permanência prolongada no campo, pois os sujeitos, com o tempo, acostumam-se com sua presença, o que atenua consideravelmente as influências.

Na prática da observação, é imprescindível utilizar o diário de campo. Winkin (1998) concebe o diário como um instrumento essencial para a pesquisa e expõe que os observadores tentam escapar dessa técnica de trabalho utilizando o registro audiovisual, mas a observação deve passar pelo trabalho a olho nu, pelas anotações feitas às pressas em campo e pelas longas transcrições no diário.

Em síntese, a observação baseia-se no registro das experiências vivenciadas pelo pesquisador, em que são utilizados os sentidos para obter as informações acerca da realidade pesquisada. Mas observar não significa apenas olhar para o fenômeno estudado, e, sim, absorver o que está além da aparência, ou seja, buscar a essência. Essa técnica vem sendo cada vez mais utilizada pela geografia, pois permite compreender grupos, comunidades e instituições a partir da interpretação do pesquisador.

Considerações finais

A pesquisa qualitativa tem se firmado como uma abordagem promissora de investigação científica, principalmente por sua capacidade de estudar os sujeitos e suas relações sociais estabelecidas em determinado ambiente. Diante de sua importância e de sua incorporação nas pesquisas em geografia, têm sido recorrentes o estudo e a compreensão de seus métodos e técnicas. As pesquisas de campo e documental são recorrentes nessa disciplina e a entrevista e a observação lhes são técnicas usuais.

A pesquisa qualitativa baseia-se no entendimento e na interpretação dos fenômenos e, para isso, considera as representações, as crenças, as opiniões, as percepções, as atitudes e os valores dos sujeitos da pesquisa. Nesse procedimento, estabelece-se uma relação dinâmica e interdependente entre estes e o pesquisador. Há, ainda, a possibilidade de fazer uso concomitante de diferentes metodologias na construção da informação – triangulação.

O uso da pesquisa qualitativa na geografia e nos estudos rurais justifica-se pelo fato de estabelecer uma relação direta com os sujeitos investigados, além de permitir que o pesquisador vivencie a realidade do universo pesquisado. Isso confere relevância às metodologias desses estudos – pesquisa documental, entrevista e observação –, que são definidas de acordo com os objetivos propostos.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. "O planejamento de pesquisas qualitativas". *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualificativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, pp. 147-76.

ANTUNES, Celso. *A grande jogada: manual construtivista de como estudar*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 29-60.

BECKER, Howard S. "Problemas e inferência e prova na observação participante". In *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 47-99.

COLOGNESE, Silvio Antônio e MÉLO, José Luiz Bica de. "A técnica da entrevista na pesquisa social". *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, 1998, v. 9, pp. 143-59.

DUARTE, Rosália. "Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo". *Cadernos de Pesquisa*, mar. 2002, n. 115, pp. 139-54. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf. Acesso em 26 mar. 2012.

FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982, 318 p.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2009, 198 p.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. "Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mar.-abr. 1995a, v. 35, n. 2, pp. 57-63. Disponível em http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy.pdf. Acesso em 2 mai. 2012.

——. "Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mai.-jun. 1995b, v. 35, n. 3, pp. 20-9. Disponível em http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-5901995000300004.pdf. Acesso em 26 mar. 2012.

KAYSER, Bernard. "O geógrafo e a pesquisa de campo". *Seleção de Textos*, São Paulo, ago. 1985, n. 11, pp. 25-40.

LACOSTE, Yves. "Pesquisa e trabalho de campo". *Seleção de Textos*, São Paulo, ago. 1985, n. 11, pp. 1-23.

LUNA, Sergio Vasconcelos. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2000, 108 p. (Série Trilhas.)

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007, 289 p.

MARRE, Jacques André Léon. "A construção do objeto científico na investigação empírica". *Anais do Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná*. UFRGS, 1991, pp. 9-32.

MAY, Tim. "Observação participante". *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 173-202.

MENDES, Estevane de Paula Pontes e PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. "Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista". In RAMIRES, Julio Cesar de Lima e PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 509-37.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NEVES, José Luis. "Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades". *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, 2º sem. 1966, v. 1, n. 3, pp. 1-5. Disponível em http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf. Acesso em 25 abr. 2012.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. “Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas”. In — (org.). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1998, pp. 17-26.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima e PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. “Apresentação”. In — (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 11-3.

RIBEIRO, Renato Janine. “Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, out. 1998, v. 10, n. 2, pp. 189-95.

SANTOS, Rosselvelt José. “Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico”. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, jan.-dez. 1999, n. 21-22, pp. 111-25.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDAI, Joel Felipe. “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas”. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, jul. 2009, n. 1, pp. 1-15. Disponível em http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acesso em 27 ago. 2012.

SILVA, Juniele Martins. *Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão/GO* (dissertação). UFG, 2011, 170 p.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. “O processo da entrevista”. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987, pp. 79-99. (Coleção Teoria e História 6.)

THOMPSON, Paul. “A entrevista”. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 254-78.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. “Pesquisa qualitativa”. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987, pp. 116-75.

WEG, Rosana Morais. *Fichamento*. São Paulo: Paulistana, 2006, 67 p. (Aprenda a Fazer.)

WINKIN, Yves. “Descer ao campo”. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papirus, 1998, pp. 129-45.

Saberes da cultura camponesa: os sujeitos da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita "nas trilhas" da investigação

Heloisa Vitória de Castro
Vera Lúcia Salazar Pessôa

A constituição da escola no/do campo traz elementos que permeiam o direito universal à educação e o papel que a escola se propõe a assumir no campo, estabelecendo uma relação que se situa entre o ideal e o essencial.

Pensar a educação básica do campo como direito que deve ser garantido à população do campo traz à luz a discussão sobre como esse direito é negado, já que, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96, essa etapa do ensino agrega a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e essas três etapas não são contempladas da mesma forma. Portanto, garantir esse direito se torna um anseio de cumprimento das políticas públicas educacionais, que entendem como sujeito de direitos todo cidadão brasileiro, independentemente de onde este habite.

Ao trazer a discussão sobre a educação do/no campo para a análise da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita, preocupamo-nos sobre como a cultura do campo está sendo colocada nas salas de aula e como os alunos veem a relação campo-cidade. Essa proposta é parte da dissertação de mestrado *A relação campo-cidade no ensino de geografia da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita (Catalão/GO): entre o ideal e o essencial*.[1]

---

[1] Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (PPG/UFG), *campus* Catalão, em março de 2012, sob orientação da professora Vera Lúcia Salazar Pessôa.

Diante da diversidade do ambiente escolar – compreendendo a especificidade presente em cada instituição, mesmo que várias estejam situadas em um mesmo município –, as técnicas utilizadas na pesquisa de campo trouxeram elementos que subsidiaram a análise teórica. A pesquisa de campo, realizada de fevereiro a maio de 2012, foi um importante instrumento na construção desse estudo, pois permitiu que, a partir da participação no cotidiano da escola pesquisada, compreendêssemos sua dinâmica e suas perspectivas. Durante a observação participante, foi possível analisar quais técnicas e procedimentos de coleta seriam utilizados. Diante disso, escolhemos as seguintes técnicas: questionários, ilustrações, redações, conversas coletivas e entrevistas que abordassem a relação campo-cidade e a valorização da cultura do campo.

A pesquisa na Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita nos leva a refletir sobre dois elementos a serem considerados ao pesquisar uma escola no campo: a escola pensada pelos movimentos sociais e a escola que não tem a influência desses movimentos.

O texto encontra-se estruturado em quatro itens. No primeiro, delineamos a construção do caminho metodológico escolhido para realizar a coleta e a análise dos dados, considerando a realidade pesquisada. No segundo, fizemos uma caracterização da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita, o *locus* da investigação. No terceiro, abordamos a escolha dos procedimentos de coleta dos dados. No quarto, por fim, destacamos a importância das categorias território e espaço para a compreensão de como o campo se constitui em espaço de relações sociais e de poder ao longo da história.

A "construção" do caminho da pesquisa

Diante de toda adversidade enfrentada pela escola do campo, as questões quanto ao modo como a cultura camponesa e seus saberes são transmitidos para seus alunos se fazem pertinentes. A metodologia desenvolvida nesse estudo aborda a relação campo-cidade no ensino de geografia e na valorização da cultura do campo.

Essa pesquisa, de cunho qualitativo, traz instrumentos de análise que contribuíram para a construção do perfil da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita por meio da observação de sua realidade cotidiana. Os elementos históricos foram importantes aportes para compreendermos como ela se configurou ao longo dos anos e como se apresentava em 2011.

Para delinear a metodologia da pesquisa, recorremos a Demo (2009), que fala de desmitificar a pesquisa e levá-la para o cotidiano, trazendo para essa desmitificação um diálogo com a realidade. A proposta de uma pesquisa participante surge na tentativa de delinear um estudo que vá além da descrição de uma situação ou de uma avaliação que não dialogue com a realidade dos sujeitos pesquisados e se perca somente em hipóteses, sem chegar a um diagnóstico que possa convergir para ações concretas. Essa proposta

> produz conhecimento politicamente engajado. Não despreza a metodologia científica em nenhum momento no sentido de rigores metódicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados (Demo, 2008, p. 8).

A proposta metodológica não se pautou apenas em levantar dados relacionados ao cumprimento ou não das Diretrizes Operacionais, da Lei de Diretrizes e Bases ou da Constituição de 1988, mas trouxe também questões voltadas à realidade da escola do campo e do papel da geografia nesse espaço, considerando o que os participantes tinham a dizer sobre sua própria realidade.

Para Demo, o ato de pesquisar poderia ser definido como "diálogo inteligente com a realidade, tomando-o como processo e atitude e como integrante do cotidiano" (2009, p. 36). Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados foram: pesquisa teórica, documental e de campo. A pluralidade desses procedimentos servirá como forma de elucidar uma diversidade de elementos presentes no currículo oculto da escola. Esse gênero de pesquisa nos instiga pelo fato de estabelecer a relação entre sujeito-objeto e investigador-educador. Para Brandão e Atreck,

> é através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de *compreensão da realidade social* pode ser construída. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador (2007, p. 54, grifo dos autores).

A pesquisa participante está aliada às alternativas de projeto de ação social em uma perspectiva da realidade social, assumindo um compromisso entre o pesquisador e a comunidade participante da pesquisa. De acordo com Brandão e Atreck, "na pesquisa participante, sempre importa conhecer para formar pessoas motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos" (p. 54). Este foi o desafio de nossa pesquisa: compreender reflexivamente como era transmitida a relação campo-cidade no ensino de geografia aos alunos da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita.

Pesquisa teórica

A importância da pesquisa teórica é significativa na constituição do trabalho e na compreensão da realidade a ser pesquisada. Esse procedimento é um importante aliado de todos os outros a serem utilizados, por contribuir para a interpretação dos dados. Para Demo, "domínio teórico significa a construção, via pesquisa, da capacidade de relacionar alternativas explicativas, de conhecer seus vazios e virtudes, sua história,

sua consistência, sua potencialidade" (2009, p. 22). De acordo com esse autor, um bom teórico não é aquele que se perde no conhecimento teórico por não ter qualquer contribuição prática e aproveitável, mas aquele que "sabe perseguir análises e interpretações, conhece caminhos diferentes de tentativa explicativa, [...] aceita todo ponto de chegada como inevitável próximo ponto de partida" (p. 23). Ainda segundo ele, "não há pesquisa *apenas* teórica, pois seria pura especulação. Mas a ciência é sempre também maneira de pensar a realidade e de elaborar conceitos e categorias de análise" (2008, p. 24, grifo do autor).

Assim, a pesquisa teórica proposta delineia-se a partir de consultas a autores que subsidiam a discussão sobre a educação do campo e a relação campo-cidade, como Arroyo (2004), Brandão (1990, 2009), Brandão e Ramalho (1986), Caldart et al. (2010), Leite (1999), Pessoa (1999, 2007) e Ribeiro (2010), e autores regionais, como Flores (2000) e Mendonça (2004). Esses estudiosos dialogaram com a pesquisa empírica, que, de acordo com Demo, "caracteriza-se pela experimentação da realidade, lançando mão de todas as técnicas de coleta, mensuração e manipulação de dados e fatos" (2008, p. 36).

Além de autores que dialogam com o tema proposto, consultamos aqueles que discutem espaço e território, como Haesbaert (2004), Lefebvre (2001, 2008), Raffestin (1993), Santos (1988, 1999, 2005) e Saquet (2006). Outro instrumento de pesquisa foi a internet, importante ferramenta nesse estudo.

Pesquisa documental

Nesta fase da pesquisa, buscamos subsídios em documentos oficiais que balizam a educação no campo e as políticas educacionais. Analisamos as Leis de Diretrizes e Bases e as Leis Complementares, as Diretrizes Operacionais para Educação no Campo e a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA). Para Severino, "no caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas, sobretudo, outros tipos de documento, como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais" (2007, p. 122). Entendendo a amplitude que pode ser dada à pesquisa documental, vimos a relevância de incluir a análise do projeto político pedagógico da escola, importante instrumento de análise curricular.

Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de fevereiro, março, abril e maio de 2011 e se tornou um delineador desse estudo. A partir da participação no cotidiano da escola nesse período, pudemos compreender a dinâmica dela e suas perspectivas.

Para Demo, “pesquisa prática quer dizer ‘olhos abertos’ para a realidade, tomando-a como mestra de nossas concepções” (2009, p. 28). O autor descreve a importância de articular teoria, método e empiria para a concretização de uma pesquisa benfeita. Por meio da observação participante, foi possível identificar as discussões teóricas, dialogar com autores que debatem a temática adequando a teoria à prática e, ainda, criar o que Demo chama de “discutibilidade” (p. 29). Para ele, somente o que é discutível na teoria e na prática pode ser aceito como científico. O autor acredita que a “pesquisa prática não substitui as outras. Mais que isso, convive com as outras e pode ser unilateralizada como as outras. O cuidado teórico, metodológico e empírico não lhe faz mal nenhum, antes, lhe é constituinte também” (2008, p. 40).

A escola analisada atende a cem alunos do 1º ao 9º ano. Funciona regularmente no período matutino e, duas vezes por semana, atende aos projetos pedagógicos no período vespertino.

Participaram da pesquisa 26 crianças entre 8 e 15 anos, cursando do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Desse total de alunos, 15 são de uma sala multisseriada que atende ao 3º e ao 4º anos e 11 são do 5º ano de uma sala regular. A escolha das turmas se deu pelo interesse em pesquisar duas realidades distintas dentro da escola do campo.

A escola conta com oito professoras. Todas têm nível superior, sendo quatro formadas em Pedagogia; duas, em Letras; uma, em Biologia; e uma, em Geografia. O livro utilizado em 2011 foi do Projeto Pitanguá, da Editora Moderna.

O *locus* da investigação

De acordo com o projeto político-pedagógico da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita (2011), a instituição faz parte da rede municipal de educação da cidade de Catalão/GO e foi fundada em 29 de outubro de 1992. Localiza-se a nordeste do município, em uma região denominada Fazenda São Domingos, e atende, além dessa comunidade, a outras vizinhas, como Fazenda Mata Preta, Macaúba, Pires, Coqueiros, São Marcos e Lagoinha.

A escola resultou da nucleação de seis escolas multisseriadas: Escola Municipal Ascendino Gonçalves de Mesquita, na Fazenda São Domingos; Escola Municipal Nossa Senhora da Abadia, na Fazenda Chapada; Escola Municipal Rui Barbosa, na Fazenda Pires; Escola Municipal Tiradentes, na Fazenda São Marcos; Escola Municipal Juvêncio Alves, na Ponte São Marcos; e Escola Municipal Gervásio Rosa de Mesquita, na Fazenda Boa Vista dos Macacos. Dispõe de um alqueire de área, mas a construção ocupa apenas 1.000 m^2.

Em seu primeiro ano de funcionamento, atendia a 142 alunos matriculados, da pré-alfabetização até a 8ª série do ensino fundamental.[2] Em 2011, atendeu a cem alunos, filhos de pequenos produtores, agregados e trabalhadores rurais das fazendas próximas.

Segundo Aguinaldo Ferreira da Silva, atual (2011) diretor da instituição, a principal mudança percebida ao longo de seus 15 anos de docência em escolas do campo é o fato de que, antes, os alunos eram, em sua maioria, filhos de proprietários de terra, mas, agora, são os filhos de trabalhadores rurais que correspondem ao maior número de alunos na escola.

Essa realidade traz à luz a discussão sobre o quanto a escola do campo foi penalizada com o descaso do poder público ao longo dos anos. As famílias que encontram condições mínimas de manter seus filhos frequentando as escolas urbanas o fazem, muitas vezes, por acreditar que o ensino da escola do campo seja inferior ao delas.

Porém, ao observar a realidade do desempenho dos alunos da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita, vimos que eles não estão aquém daqueles das escolas urbanas. Apesar das adversidades enfrentadas no acesso à escola e na permanência nela, esses alunos superam as expectativas dos rótulos dados ao campo e, muitas vezes, conquistam as universidades.

A escolha dos procedimentos de coleta

Como procedimentos de coleta das informações, utilizamos questionários, entrevistas, ilustrações e redação. Destes, somente o questionário foi usado na intervenção com os docentes, a direção e a coordenação. Ao longo da realização da pesquisa, todos se sentiram à vontade para expressar suas concepções sobre a educação do campo e a escola em si. No intervalo das intervenções, os funcionários da escola contavam, de maneira informal, um pouco de sua experiência com a escola do campo. Muitos relatos remetiam ao período antes da nucleação, quando cabiam ao professor, além da docência, os papéis de gestor, cozinheiro e secretário. Esse acúmulo de funções, descrito nos estudos históricos realizados durante a pesquisa, foi a realidade de muitas escolas, principalmente das mais isoladas.

Optamos por um período de três semanas do mês de fevereiro, início do ano letivo, para iniciar nossa observação participante. Nesta, o pesquisador se torna parte dos eventos pesquisados. Para Vianna,

---

[2] No primeiro ano de funcionamento da escola, o ensino fundamental ainda era de oito anos (atualmente, é de nove).

> uma das vantagens da observação participante é que, com seu próprio comportamento, é possível ao pesquisador testar hipóteses, por meio da criação de situações que normalmente não ocorreriam. [...] possibilita a entrada a determinados acontecimentos que seriam privativos e aos quais um observador estranho não teria acesso. [...] permite a observação não apenas de comportamentos, mas também de atitudes, opiniões, sentimentos, além de superar a problemática do efeito do observador (2007, p. 50).

A partir da escolha da observação participante, utilizamos a observação aberta, não estruturada, em que o observador é visível aos observados, ou seja, estes sabem que serão observados. Nesse caso, os sujeitos pesquisados sabiam que estavam participando de uma pesquisa acadêmica.

De acordo com Vianna, a observação não estruturada "consiste na possibilidade de o observador integrar a cultura dos sujeitos observados e ver o *mundo* por meio da perspectiva dos sujeitos da observação, eliminando sua própria visão, na medida em que é possível [...]" (grifo do autor). O autor afirma que a observação não estruturada "é, com bastante frequência, usada como técnica exploratória, em que o observador tenta restringir o campo de suas observações para, mais tarde, delimitar suas atividades" (p. 26).

A influência que o pesquisador pode ter sobre os participantes da pesquisa e seus comportamentos deve ser observada, caso haja excessiva formalidade durante o processo. Os alunos e professores ficariam desconfortáveis com um pesquisador que somente fizesse a observação, sem interagir com a comunidade escolar.

Assim, a observação participante e o tempo despendido à observação foram importantes no processo estrutural da pesquisa. Porque fizemos parte da rotina escolar, participando de suas atividades e dialogando com os participantes, as intervenções seguintes não se tornaram inconvenientes, e houve menos restrições. Por ser uma sala de aula o espaço inicialmente observado, o incômodo causado pela presença do pesquisador foi levado em consideração. A curiosidade dos alunos e o receio do professor puderam ser trabalhados durante as observações, e nós participamos ativamente das atividades em sala.

> [...] uma mudança que se opere no comportamento do professor e no dos alunos, pela presença do observador, pode comprometer todo o trabalho da pesquisa. Um artifício para minimizar a influência do efeito do observador seria sua presença em sala várias vezes, mas sem coletar dados, a fim de que o professor e os alunos, ao serem observados, se acostumem com a presença e possam agir com maior naturalidade durante o processo efetivo de realização da observação (p. 10).

Participamos das atividades em sala de aula, iniciando a rotina juntamente com os professores, que são levados da cidade para a escola em um transporte do município. A partir dessa aproximação, estabelecemos aquilo a que a pesquisa participante se propõe, ou seja, a relação entre sujeito-objeto e investigador-educador. Essa relação foi construída a partir da confiança e do respeito que se criaram entre nós, os alunos e o professor.

A elaboração dos questionários foi delineada a partir da observação como forma de diagnosticar o perfil da escola e o dos participantes da pesquisa e compreender como a relação campo-cidade se encontra presente no ensino de geografia nas salas selecionadas para a pesquisa. Para que esse objetivo fosse alcançado, observamos as aulas de geografia das duas turmas escolhidas, a multisseriada e a regular.

O questionário utilizado foi estruturado e semiestruturado, ou seja, continha questões fechadas e abertas. Algumas eram predefinidas pelos pesquisadores, e outras permitiam que o sujeito elaborasse as respostas a partir de sua experiência pessoal.

Conforme Severino, o questionário é "um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião deles sobre os assuntos em estudo" (2007, p. 125). Quanto à sua estrutura, o autor diz que "as questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos" (p. 125).

Foram aplicados aos 26 alunos três tipos de questionário, durante três semanas consecutivas: o primeiro foi diagnóstico; o segundo buscava compreender o que os alunos entendiam sobre campo e cidade; e o terceiro tratava da relação que os alunos e os membros de sua família estabeleciam com a cidade e de suas projeções quanto à natureza do trabalho que desejavam realizar (os sujeitos participantes moram no campo ou em comunidades próximas). Todos os questionários tinham um espaço para ilustração, que podia ser feita por meio de desenhos e colagens.

A pesquisa mostrou a visão que os alunos têm sobre a relação entre o campo e a cidade e o que eles aprendem por meio do material didático nas aulas de geografia.

Após a aplicação dos questionários aos alunos, realizamos as entrevistas – que foram gravadas e transcritas posteriormente – de forma coletiva. Em seu roteiro, havia 12 questões, divididas em dois momentos. Essa técnica de coleta de dados propicia uma interlocução do entrevistado com o entrevistador, que pode atuar como um mediador de questões e articulações.

Para Severino, ao utilizar a entrevista como uma técnica, "o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam" (p. 124). As entrevistas foram não diretivas, proporcionando momentos de diálogo entre o entrevistador e os entrevistados. Por meio desse tipo de entrevista,

> colhem-se informações dos sujeitos a partir do discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações (p. 125).

Durante as entrevistas realizadas com os alunos, estes tiveram oportunidades de falar de suas preferências e experiências com a cidade e o campo. Foi um momento de conversa, envolveu também a professora da turma. A participação espontânea foi elemento importante durante esse processo. A pergunta inicial foi direcionada a uma criança mais participativa, para evitar constrangimentos, mas, posteriormente, todos queriam responder. Durante as intervenções nas entrevistas, percebemos o quanto esses alunos tinham a dizer.

Depois das entrevistas, utilizamos a técnica da redação, muito usada nas aulas de português, como último instrumento para coleta de informações na pesquisa com os alunos. Tratou-se de uma avaliação subjetiva, que oportunizou que eles relatassem suas impressões e inquietações sobre a dualidade entre o campo e a cidade presente em seus cotidianos.

Após a leitura das redações, pudemos reconhecer como esses alunos se localizam nessa dualidade, colocando-se, muitas vezes, em posição de neutralidade e dúvida sobre o que, de fato, o campo e a cidade representam em suas vidas. Essa neutralidade está associada ao fato de o campo e a cidade estarem presentes no espaço um do outro e na realidade desses alunos. Para Pessoa (2007), não é pertinente estabelecer uma dicotomia entre cidade e campo, visto que, a partir de uma relação dialética, o campo fica na cidade, e a cidade, no campo.

Também foi importante dialogar com os outros membros participantes da escola. Para compreender as questões pedagógicas e administrativas, aplicamos um questionário à direção, aos docentes e à coordenação que trazia perguntas sobre formação acadêmica e experiências com a escola do campo. Com a direção, realizamos também uma entrevista, que remetia a questões sobre gestão, projetos para a escola e participação da comunidade e da família.

Outro grupo participante foi o de pais e responsáveis. Para esses sujeitos, aplicamos um questionário com perguntas sobre quanto tempo frequentaram a escola, o tipo de escola frequentado e se haviam estudado em escolas multisseriadas.

As categorias geográficas presentes no estudo da escola do campo

Nesse estudo, utilizamos como categorias geográficas “território” e “espaço”, por considerar que, para entender a educação do/no campo, devemos compreender como

o campo se constitui em um espaço de relações sociais e de poder ao longo da história. Em alguns momentos, vimos traços de um debate que nos levou a compreender o pertencimento dos indivíduos participantes da pesquisa ao local em que vivem, o que nos fez incluir no estudo uma discussão que trouxesse um recorte espacial, abarcando o "lugar" e outras categorias que se mostraram pertinentes. Para Wizniewsky,

> a análise da escola do campo, na geografia, se aproxima da noção de *lugar* e de seus sujeitos, tendo em conta que o conceito de lugar, conforme Vasconcelos (1999), é um espaço onde o homem está inserido, mantendo relações sociais, nos fazendo refletir sobre o nosso papel no mundo (2010, p. 32, grifo do autor).

Inicialmente, trouxemos alguns autores, como Santos (1988, 1999, 2005) e Lefebvre (2001, 2008), para dialogar sobre as definições de "espaço" como uma das categorias geográficas trabalhadas. Posteriormente, apresentamos a discussão sobre território relacionada a esse espaço/tempo.

Para Lefebvre, o espaço é uma leitura social, processo de transformação do urbano. O autor apresenta quatro hipóteses que fazem parte do pensamento contemporâneo sobre o espaço. Na primeira, este aparece de forma pura, excluindo as ideologias, separado de todo conteúdo; é a essência. "Esse espaço é vazio e puro, lugar de números e proporções" (2008, p. 43).

Na segunda, o espaço social surge como um produto da sociedade e, antes de qualquer teorização, depende, principalmente, da descrição empírica. O espaço é considerado resultado da divisão do trabalho, um produto histórico, o lugar que reúne os objetos produzidos, isto é, que cumpre uma função.

A terceira hipótese considera o espaço um meio, um instrumento, uma mediação. Ele é um instrumento político controlável, do Estado, de uma classe dominante ou dos tecnocratas, mas também realiza uma função, a da reprodução da força de trabalho pelo consumo. "Pode-se dizer que ele (o espaço) é o meio e o modo, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo no quadro da sociedade neocapitalista, isto é, da sociedade burocrática de consumo dirigido" (p. 46). Nessa hipótese, as cidades seriam somente unidades de consumo vinculadas às unidades de produção.

A quarta, finalmente, não vê o espaço como um objeto, nem uma mercadoria, nem sequer um instrumento. O espaço não é o lugar da produção de coisas, mas, sim, da reprodução das relações sociais. Essa reprodução inclui a do espaço urbano, a dos espaços dos lazeres, a dos espaços educativos e a dos espaços da cotidianidade.

Para Santos, o espaço deve ser considerado uma totalidade:

> O geógrafo seria funcionalista se levasse em conta apenas a função; e estruturalista, se apenas indicasse as estruturas, sem reconhecer seu movimento histórico, ou a relação social sem o conhecimento do que a produziu. Impõe-se, na análise, apreender objetos e relações como um todo, e só assim estaremos perto de ser holistas, isto é, gente preocupada com a totalidade (1988, p. 10).

Apesar de incorporar alguns elementos propostos por Lefebvre, Santos (1999) não se limitou a eles. Para ele, o espaço geográfico é "formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (p. 63). Na perspectiva de Santos (2005) quanto à relação direta do espaço com a história e com o tempo, entendemos ser importante compreender essa constituição histórica, que justificaria o espaço estudado e todas as suas particularidades partindo do global para o local. Vemos que, dentro da lógica do campo, vários espaços e territórios estarão presentes de forma distinta, sejam estes do camponês, da agricultura familiar, dos movimentos campesinos ou do agronegócio; no entanto, a educação vista como política pública deve ser a mesma em todos esses espaços e territórios. Para Santos, em se

> tratando de território, não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (p. 7).

Santos e Souza dizem que

> o espaço está no centro das preocupações dos mais variados profissionais. Para alguns, é objeto de conhecimento, para outros, simples meio de trabalho. Há desde os que o veem como um produto histórico até [os que o encaram] como um processo histórico. Poderíamos dizer que o espaço é o mais interdisciplinar dos objetos concretos (apud Santos, 1988, p. 61).

Para Santos, ao alterar o espaço, a sociedade altera a si mesma. As formas de determinado momento anterior podem mudar sua função, perdendo a função inicial e passando a exercer outra função no espaço. A esse fenômeno, Santos dá o nome de rugosidade. As rugosidades seriam o que restaria do passado, expressando-se "como forma, espaço construído, paisagem; o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares" (1999, p. 140).

Na perspectiva de análise do espaço e do território, podemos observar que Lefebvre e Santos indicam a relação tempo-história como elemento influente na formação do espaço. Segundo Raffestin, mesmo o território sendo produzido a partir do espaço, esses dois termos não são equivalentes:

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (1993, p. 143).

Ao tratar da dinâmica territorial considerada na multiplicidade de atores atuantes sobre os territórios e da capacidade de esses atores atuarem dinamicamente sobre o espaço, Raffestin (1993), em uma perspectiva política, considerou as relações de poder que formam esse território; dessa forma, a população aparece como o próprio fundamento do poder.

Em sua leitura sobre o espaço, Lefebvre considera que o território é um espaço modificado pelo trabalho. Para Raffestin, há uma diversidade de relações de poder e não se pode, portanto, desconsiderar a vida cotidiana:

> Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território. [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem *territórios* (1993, p. 152, grifo do autor).

"É no espaço concreto que os homens agem, e o domínio do território, sua destruição e modificação, é fonte fundamental do poder" (p. 154). Nessa mesma linha de pensamento, o autor mostra que "o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que o envolvem [que envolvem o espaço], se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação" (p. 144).

A partir da leitura do espaço socialmente construído presente em Lefebvre (2001) e da distinção entre espaço e território feita por Raffestin (1993) por meio de uma leitura do "espaço-tempo-vivido", Haesbaert (2004) entende o território como múltiplo, diverso e complexo, o que diverge da visão capitalista hegemônica do território unifuncional. Para ele, o conceito de território pode começar a ser definido a partir dos elementos etimológicos, já que se constitui a partir de relações de poder e expropriação

do direito a terra. O autor se preocupa em desmitificar a leitura de poder apenas a partir da visão de poder político:

> Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com a dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com essa dominação, ficam alijados da terra, ou no *territorium* são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufrui-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva *apropriação*. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional *poder político*. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (p. 1, grifos do autor).

Em consonância com os autores apresentados no que tange aos aspectos históricos da relação espaço-tempo, Saquet (2006) compreende o território e a territorialização como resultado e condição de um processo histórico, em que há relações socioespaciais em diferentes níveis escalares (transescalaridade). Ele constrói seu conceito de território entendendo que "espaço, tempo e território são conceitos e processos do real intimamente articulados. Não estão separados, mas são diferentes" (p. 81). Para o autor,

> o território é natureza e sociedade: não há separação; é economia, política e cultura; edificações e relações sociais; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e transescalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidades. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relaciona (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (p. 83).

Ao analisar as reflexões sobre espaço e território com base nos autores citados, vemos que, mesmo com uma multiplicidade de caracterizações, há um diálogo convergente sobre o que de fato essas duas categorias representam. Ao elucidar esses conceitos, preocupamo-nos em compreender que a escola do campo se situa nessa complexidade do espaço e do território e é nesse processo que busca se encontrar, relacionando "diversidade e unidade", conforme descrito por Saquet.

Nesse contexto, a discussão sobre a relação campo-cidade realizada na escola se faz necessária, a fim de levar o aluno a compreender essa complexidade, sem que a cidade seja sobreposta ao campo de forma autoritária. Lefebvre define essa relação como um "movimento complexo pelo qual a cidade política utiliza o caráter sagrado--maldito do solo a fim de que a cidade econômica (comercial) o profane" (2001, p. 73). Essa relação deve ser compreendida na escola como um movimento de troca, e não de subordinação, que gera a certeza de uma superioridade citadina no ambiente escolar, como se a promoção para os alunos do campo fosse estudar em uma escola na cidade e, consequentemente, com a cultura da cidade.

Para Lefebvre, a relação cidade-campo mudou durante a história, "segundo as épocas e modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação" (p. 74). Logo, não devem ser desconsideradas as mediações originais existentes entre a cidade, o campo e a natureza. Para o autor, a relação da aldeia, dos parques, dos jardins e das águas cativas presentes na realidade da cidade representaria essas mediações originais entre a cidade, o campo e a natureza, não podendo ser "compreendidas sem o simbolismo e as representações (ideológicas e imaginárias) da natureza e do campo como tais pelos citadinos" (2001, p. 73).

Ao longo dessa pesquisa, buscamos apresentar elementos que representassem a realidade da escola e a relação estabelecida entre o campo e a cidade. A partir desses dois elementos, torna-se possível traduzir o que as lutas e as conquistas por uma escola do campo representaram e o que ainda pode ser feito para transformar essa luta em uma conquista de cidadania.

Nessa perspectiva, destacamos a importância de o estudante do campo viver sua singularidade, sem ser, porém, segregado dos direitos coletivos constituídos como universais; ou seja, de pensar a escola no campo como direito a uma educação no/do campo que se realize dentro de uma perspectiva educacional pautada em ideais que contemplem o conhecimento holístico e a realidade vivida.

Considerações finais

Ao longo desse estudo, foi possível ver as particularidades da escola do campo. A escolha das técnicas de pesquisa empregadas durante a observação participante foi significativa para sua construção. É importante assinalar que, ao compreendermos a realidade da escola e de todos os seus agentes, tornou-se mais pertinente optar por determinadas técnicas, como a entrevista coletiva, o desenho, a redação, entre outras citadas anteriormente.

A utilização dessas técnicas permitiu que pudéssemos, por meio da observação participante e das intervenções realizadas, revelar o universo da Escola Municipal

Arminda Rosa de Mesquita, transcendendo a definição anterior de escola no/do campo. Foi possível compreender que há tantas escolas quanto definições para elas. Os autores pesquisados desmitificaram a visão anterior sobre a realidade dessa escola, levando-nos a perceber que há particularidades que devem ser consideradas e respeitadas independentemente do lugar que se habite.

A relação dos alunos com a música, a linguagem, a tecnologia traduz o reflexo da cultura da cidade na escola do campo. A proximidade desta com a cidade dá a impressão de haver uma extensão do campo e da cidade, ao mesmo tempo que a cidade parece estar tão distante nas falas dos alunos.

Fazer parte do cotidiano da Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita oportunizou a reflexão sobre as particularidades presentes ali, fosse pelo acesso a ela no transporte que vinha da cidade, levando professores que também eram da cidade, fosse pela contradição da paisagem, rodeada pela cultura do agronegócio. O cotidiano dessa escola e a organização de seus espaços em nada se diferem dos de uma escola da cidade. Essa realidade causa descontentamento, em virtude da particularidade da rotina dos alunos que moram no campo e, apesar das adversidades enfrentadas para chegarem à escola, cumprem a mesma rotina escolar dos estudantes da cidade, mesmo que estes tenham tempos diferentes.

Ao problematizar a singularidade na pluralidade, foi pertinente perceber que pensar o indivíduo em sua coletividade não descarta a importância de se pensar sua subjetividade. Entender a educação de forma universal e como direito a ser garantido a todos não nos exime da responsabilidade de representar as realidades como únicas, singulares e igualmente importantes.

A partir das observações sobre a Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita, poderíamos defini-la como uma escola "rural" ou uma escola "no campo", e não necessariamente uma escola do campo. Isso se dá pela própria constituição da escola, que é administrada pela Rede Municipal de Educação de Catalão e não tem influências diretas de movimentos sociais. Não podemos desconsiderar a representatividade do gestor junto às discussões sobre valorizar a cultura do campo e as particularidades de sua clientela.

Nesse contexto, é possível vislumbrar que pensar a escola do campo vai além de pensar simplesmente a escola. Não podemos, por exemplo, desconsiderar o papel do professor frente às reflexões realizadas em sala sobre a importância do campo na relação que estabelece com a cidade. Um professor que ignore ou desconheça a importância que seu aluno tem sendo de uma família do campo será capaz de criar uma visão depreciativa do homem do campo, fazendo a leitura fiel do livro didático que representa o homem e a mulher da zona rural como "miseráveis", "atrasados" e "sem cultura", desconsiderando toda a representatividade desses indivíduos nas relações produtivas.

Formar esse professor para atuar no campo se faz imprescindível para que um projeto de educação básica do campo se concretize.

Construir esse estudo buscando compreender a escola do campo trouxe-nos a reflexão de que os direitos a uma educação democrática e de qualidade permeiam todas as instituições de educação públicas. Ver seus direitos negados não é uma particularidade das escolas do campo. É possível, a partir de uma visita às escolas públicas, averiguar como o poder público desconsidera a importância de uma educação que promova a cidadania. O papel da escola na vida do aluno é garantir que essa educação seja integral, trabalhando aspectos sociais, culturais, cognitivos e emocionais. Para que isso aconteça, faz-se mister que o professor tenha uma formação adequada e continuada. Além disso, é necessário que a escola tenha espaço físico amplo e seguro, em que se possam promover práticas esportivas, artísticas e sociais, e que os materiais pedagógicos sejam de boa qualidade, com conteúdo adequado, que agregue conhecimento significativo.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1986.

——. “Educação básica e movimentos sociais”. In — e FERNANDES, Bernardo M. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

——. “A educação básica e o movimento social do campo”. In — CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (orgs.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

——; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (orgs.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002.

——. *NBR 14724: informações e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2011.

BRANDÃO, Carlos R. *O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural*. São Paulo: FTD, 1990.

——. *“No rancho fundo”: espaços e tempos no mundo rural*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

—— e ATRECK, Danilo Romeu (orgs.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

BRANDÃO, Carlos R. e RAMALHO, José. *Campesinato goiano: três estudos*. Goiânia: UFG, 1986.

BRASIL. *Parecer n. 36/2001*. Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2001.

——. *Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

BRASÍLIA, DF. “Educação do campo: diferenças mudando paradigmas”. *Cadernos SECAD 2*, Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007, 81 p.

CALDART, Roseli. “Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção”. In. KOLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo; CALDART, Roseli S. *Educação*
do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional, 2002, pp. 18-25. (Coleção Por uma Educação do Campo, v. 4.)

——. "Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção". In ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (orgs.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 147-60.

——. "O MST e a escola: concepção de educação e matriz formativa". In — et al. (orgs.). *Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

—— et al. (orgs.). *Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. 2 ed. Brasília: Liber Livro, 2008, 140 p.

——. *Princípio científico e educativo*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009, v. 14.

FERNANDES, Bernardo M.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. "Primeira Conferência Nacional 'Por uma Educação Básica do Campo': texto preparatório". In ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (orgs.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 19-63.

FLORES, Maria Marta Lopes. *Escola nucleada rural: histórico e perspectivas, Catalão/GO (1988-2000)* (dissertação). UFU, 2000, 158 p.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf. Acesso em 10 jul. 2010.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

——. *Espaço e política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEITE, Sérgio C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 70.)

MENDES, Maria Tereza R.; CRUZ, Anamaria da C.; CURTY, Marlene G. *Citações: quando, onde e como usar (NBR 10520/2002)*. Niterói: Intertexto, 2002.

MENDONÇA, Marcelo R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano* (tese). UNESP, 2004, 458 p.

MEURER, Ane C. "Projeto político pedagógico escolar: questões a serem refletidas nas escolas do campo". In MATOS, Kelma S. de et. al. (orgs.). *Experiências e diálogos em educação do campo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MOLINA, Mônica C. "Desafios para o educador e a educadora do campo". In KOLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo; CALDART, Roseli S. (orgs.). *Educação do campo: identidade e políticas públicas*. Brasília: Articulação Nacional, 2002, pp. 26-30. (Coleção Por uma Educação do Campo, v. 4.)

PESQUISA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PNERA). Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (2004, versão preliminar). Brasília, 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=201&id=2408&option. Acesso em 1º jan. 2012.

PESSOA, Jadir de Morais. *A revanche camponesa*. Goiânia: UFG, 1999.

——. *Extensões do rural e educação*. In — (org.). *Educação e ruralidades*. Goiânia: UFG, 2007.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

——. *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

——. "O retorno do território". *OSAL: Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires (CLACSO), jun. 2005, n. 16, pp. 251-61. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf. Acesso em 26 jan. 2010.

SAQUET, Marcos. "Proposições para estudos territoriais". *Revista Geographia*, Rio de Janeiro, 2006, v. 8, n. 15, pp. 71-85. Disponível em http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/189. Acesso em 19 nov. 2010.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). *Cadernos SECAD 2 – Educação do campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília, 2007, 81 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ ESCOLA MUNICIPAL ARMINDA ROSA DE MESQUITA. *Apresenta o projeto político pedagógico: por uma escola cidadã*. Catalão, 2011.

SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. Revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007, 304 p.

SOUZA, Francilane E. "O papel das escolas do campo para o fortalecimento do campesinato na disputa territorial no estado de Goiás". In SOUZA, Francilane E. (org.). *Geografia e educação do campo: para que e para quem serve a educação no campo do estado de Goiás?* Goiânia: Vieira, 2010, pp. 11-32.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

VIANNA, Heraldo M. *Pesquisa em educação: a observação*. Brasília: Plano, 2007, 108 p. (Série Pesquisa em Educação, v. 5.)

WIZNIEWSKY, Carmem R. F. "A contribuição da geografia na construção da educação do campo". In MATOS, Kelma S. de et. al. (org.). *Experiências e diálogos em educação do campo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010, pp. 27-38.

Entrevista: instrumento de pesquisa no estudo da Comunidade de Palmatuba (Babaçulândia/TO)

Airton Sieben
João Cleps Junior

O uso de instrumentos de pesquisa tem sido importante em trabalhos científicos, pois permite a coleta e a obtenção de dados e informações relevantes para o contexto geral do estudo.

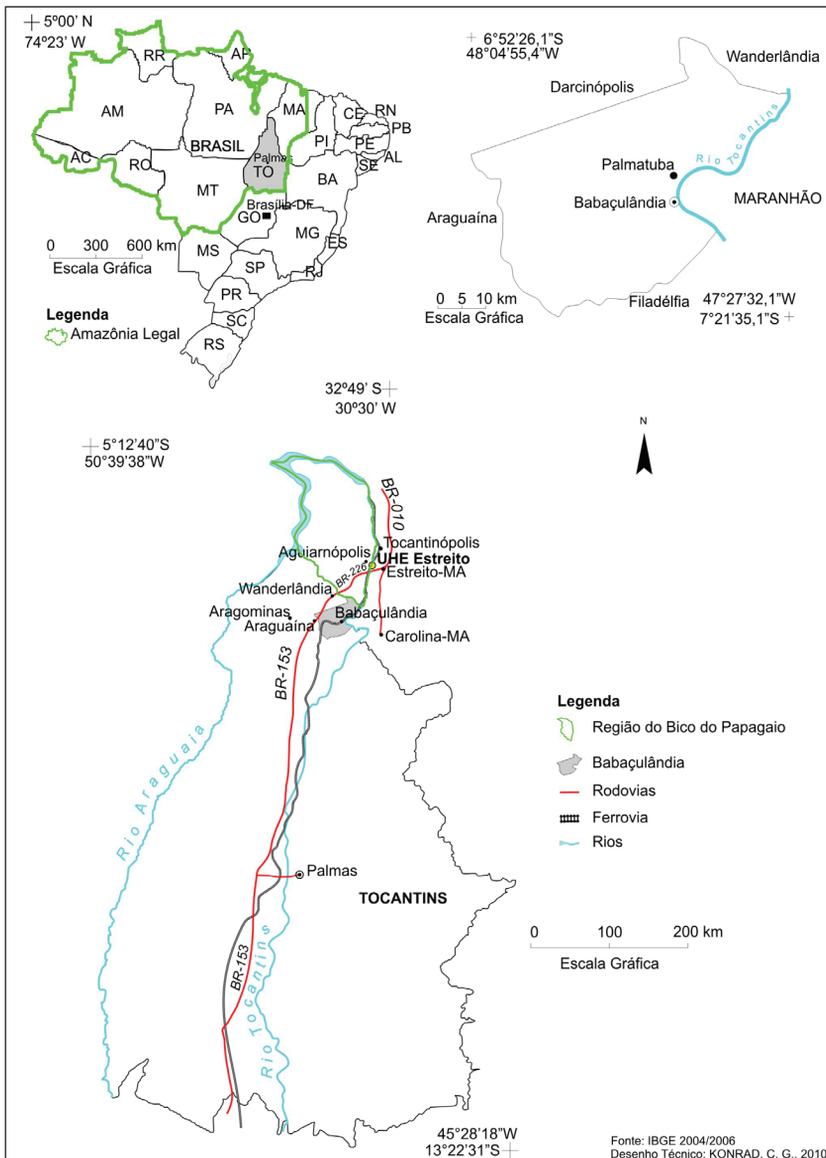
As pesquisas qualitativas iniciaram principalmente na antropologia e na sociologia. Posteriormente, ciências como a geografia utilizaram metodologias dessas ciências para explicar seu objeto de estudo. No âmbito da pesquisa qualitativa, o uso de instrumento e metodologias é diverso.

A metodologia seria diálogo, uma relação que liga o teórico ao prático ou aos procedimentos técnicos. A realização prática do trabalho engloba desde as leituras até, sobretudo no caso da geografia, as pesquisas de campo, com o apoio de instrumentos de pesquisa, e seus posteriores desdobramentos nos resultados e nas análises.

Alguns pesquisadores e escritores questionados sobre a metodologia e o método afirmam que estes correspondem ao caminho, muitas vezes próprio, de seguir e resolver o problema ou enigma do estudo. Contudo, o método, a metodologia e os procedimentos causam muitas dúvidas e por vezes incertezas nos estudos científicos. Sob outra ótica, esses instrumentos de pesquisa não são encarados como um receituário definitivo, e o que deu certo para alguns poderá não dar para outros.

Dessa forma, o objetivo geral deste texto é explorar e apresentar o roteiro de entrevista, com questões abertas e fechadas, aplicado no estudo da Comunidade de Palmatuba, situada no município de Babaçulândia, em Tocantins. Esse povoado rural foi desterritorializado pela Usina Hidrelétrica Estreito, localizada nas divisas dos municípios de Aguiarnópolis e de Estreito, situados em Tocantins e no Maranhão, respectivamente (mapa 1).

Mapa 1 – Localização da Comunidade de Palmatuba

Fonte: IBGE (2004, 2006).
Organização: Konrad e Sieben (2012).

O local em estudo – a Comunidade de Palmatuba – está situado na divisa dos estados do Maranhão e de Tocantins. Babaçulândia é um município tocantinense localizado à margem esquerda do Rio Tocantins, e Palmatuba ficava à distância aproximada de 5 km do centro urbano desse município. O mapa 1 mostra a localização deles, na região da Amazônia.

A "liberdade" no processo de pesquisa e na metodologia

Feyerabend, comentando a diferença entre ciência e metodologia, argumenta a fraqueza da última: "Não há uma única regra que permaneça válida em todas as circunstâncias, nem um único meio a que se possa sempre recorrer" (2007, p. 220). Fazendo menção a Imre Lakatos, lembra que um criminoso pode cometer quantos crimes quiser, desde que jamais minta sobre eles. Várias poderiam ser as análises sobre o que Feyerabend expôs, mas, por hora, entende-se que haja "certo" desprendimento metodológico dele em busca da verdade dos fatos ou, como ele mesmo admite: tudo vale.

Para Feyerabend, "a ciência precisa de pessoas que sejam adaptáveis e inventivas, não rígidos imitadores de padrões comportamentais 'estabelecidos'" (p. 221). "Ordnung ist heutzutage meisten dord, wo nicht ist". Ou seja, ordem, hoje em dia, encontra-se em geral onde não há nada (p. 31, tradução nossa).

Em qualquer situação cotidiana e, principalmente, em uma pesquisa científica, pensa-se que seja extremamente desagradável mascarar ou distorcer a verdade, pois há sempre pesquisas e pesquisadores e nem sempre o interesse de um trabalho perpassa única e exclusivamente pela ciência. Fatores exógenos podem influir na verdade ou em falsas verdades num estudo.

Nessa pesquisa, não há verdades absolutas, todas as conclusões são passíveis de erros e mudanças no decorrer do processo da história de vida do pesquisador e dos pesquisados. Porém, buscou-se fazer ciência seguindo um método ou métodos que, direcionando os caminhos, levassem a determinado resultado. Assim, objetiva-se evidenciar que alterações poderão ser feitas por outro pesquisador, em outro momento, ao lançar diferentes olhares sobre os instrumentos aqui aplicados.

> [...] os rigores do método científico aplicam-se necessariamente ao produto final, quando é apresentado para apreciação e crítica. Ao longo do caminho, o método científico é muito mais solto. Pode até ser visto como uma arte, um artesanato. É feito de inspiração. É feito das práticas que a experiência vai permitindo acumular. Daí as grandes variações de estilos pessoais, de estratégias de busca. Nessa fase, o pesquisador não presta contas a ninguém. Mas, obviamente, se fizer tolices, os resultados finais não passarão pelo crivo

> do método que ele mesmo deverá aplicar – quando nada, por temor de que outros menos condescendentes encontrem defeitos (Castro, 2006, p. 30).

No entanto, fazendo-se uma análise na perspectiva de Porto-Gonçalves: "é preciso que estejamos atentos ao objeto, abertos e flexíveis, para adequarmos o método de investigação às suas particularidades. Quem dispõe de um método *a priori* e o aplica rigidamente a um objeto é aquele que privilegia o sujeito" (1993, p. 56). Logo, não há uma relação do sujeito-objeto, mas, sim, do sujeito consigo mesmo. Assim, há a necessidade de um diálogo permanente e de um método de investigação adequado às circunstâncias que se apresentam.

Nos estudos e discussões realizados no decorrer da pesquisa, percebeu-se que existem autores que defendem o uso de um único método a ser seguido e outros que argumentam sobre o uso de mais de uma linha metodológica. Os métodos dialético e fenomenológico são os que melhor se aplicam aos estudos qualitativos. Juntamente com a história oral, o roteiro de entrevista (contendo questões abertas e fechadas), a caderneta de campo e o uso de dados qualitativos e quantitativos, esses métodos são metodologias e técnicas importantes em pesquisas científicas.

Ao comentar algumas diferenças entre pesquisas qualitativas e quantitativas, Chizzotti valoriza a interação entre sujeito e objeto de estudo. Estes estariam conectados e ocorreria uma interdependência entre eles. "O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações" (2010, p. 79).

A dialética e a fenomenologia são as orientações filosóficas que, melhor explicam a relação entre sujeito e objeto de estudo. As ciências sociais interpretam que, no positivismo, há "certo" distanciamento entre pesquisador e sociedade pesquisada e assim se perde muito das percepções que relações mais próximas poderiam fornecer. Essa relação mais próxima poderia ser, por exemplo, a interatividade entre pesquisador e pesquisados, pois o pesquisador necessita auxiliar nas tarefas diárias das sociedades para, no final do dia, conseguir sua entrevista e obter os dados para sua pesquisa.

O comportamento das pessoas varia conforme idade, sexo, local de convívio, ambiente e relação social. "O fundamento desta abordagem vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também de avaliá-lo" (Santos, 2008, p. 91).

> Finalmente, descobrimos que o *aprendizado* não vai da observação para a teoria, mas sempre envolve ambos os elementos. A experiência surge com pressupostos teóricos, e não antes deles, e uma experiência sem teoria é tão incompreensível quanto o é (presumidamente) uma teoria sem experiência [...] (Feyerabend, 2007, p. 211).

Para Godoy, "a opção pela metodologia qualitativa se faz após a definição do problema e do estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar" (1995, p. 63). Assim, essa opção significa uma forma de resolver os enigmas ou os problemas expostos e o método qualitativo abarca perfeitamente o estudo, envolvendo problemas, em vez de hipóteses. Godoy (1995) ainda afirma que pesquisadores qualitativos não utilizam as hipóteses e, portanto, não ficam presos a dados ou evidências que neguem ou afirmem suas suposições.

A melhor maneira de se obter dados é se colocar na visão dos pesquisados, o que pode ser feito por meio destes procedimentos: observação direta; trabalho de campo; observação participante; entrevista; e uso da história de vida, de cartas, de diários e de documentos públicos (Godoy, 1995).

O roteiro de entrevista e os caminhos da pesquisa

Na pesquisa em questão, aplicou-se um roteiro de entrevista contendo questões abertas e fechadas às famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica Estreito, em Palmatuba, para obter informações sobre a renda familiar e a expectativa das famílias após a construção da hidrelétrica. O instrumento de pesquisa foi subdividido nas seguintes partes: 1) identificação e histórico familiar (memórias do lugar); 2) produção e rendimento; e 3) impactos do empreendimento, processo de desapropriação e perspectivas da família.

> As entrevistas com os moradores mais antigos das comunidades buscam explorar informações sobre: a) os comportamentos comuns dos membros das famílias; b) as numerosas características de crença que constituem o modo de vida rural, sob uma percepção de espaço de vivência; c) as manifestações de valores e tradições; d) a contribuição desses aspectos para a permanência dessas famílias no campo; e) os laços de parentescos, consanguinidade, amizade e vizinhança; e f) o resgate da herança cultural e da memória da população, por meio da oralidade, valorizando sua história e suas tradições. Mesmo sendo orientadas por um roteiro ordenado de questões, as entrevistas constituem um diálogo informal. São os entrevistados que estabelecem a orientação e o ritmo do encontro (Mendes e Pessôa, 2009, p. 526).

As questões abertas e fechadas do roteiro de entrevista foram o principal instrumento a fornecer suporte de campo ao trabalho. De posse das entrevistas, passou-se ao tratamento das informações e dos dados, tabulando-os e quantificando-os em programa adequado, e, depois, à elaboração de gráficos, tabelas e quadros, para posterior descrição, interpretação e análise.

> Finalizando a etapa da pesquisa exploratória e com parte das entrevistas já realizada, inicia-se o trabalho definitivo de campo – a aplicação dos roteiros de entrevistas. Uma de nossas preocupações, no decorrer das pesquisas realizadas, é assegurar a formação de um banco de dados a partir da comparação das informações produzidas. Isso exige que a base de coleta de informações seja mantida, o que não impede a incorporação de novos assuntos. Assim, os roteiros de entrevista devem possibilitar traçar o perfil das famílias nas condições atuais de moradia e produção e acompanhar a evolução de suas condições de produção, de suas condições econômicas e sociais na região (p. 528).

O roteiro de entrevista pode ser confundido com a entrevista semiestruturada. Matos e Pessôa (2009) apontam que as entrevistas semiestruturadas abrem um leque de discussão e podem levar a outros assuntos. O roteiro de entrevistas é uma forma de seguir o conteúdo principal, sem preocupação com as divagações. Um dos cuidados a tomar é não se esquecer de marcar o ponto em que as divagações iniciaram.

As divagações ou os assuntos que não atinjam diretamente os objetivos do estudo poderão, também, ser informações relevantes. Cabe ao pesquisador classificar esses dados e informações conforme seus objetivos e interesses. Além disso, aliada ao roteiro de entrevistas, cabe utilizar, ainda, a gravação.

> A entrevista tem várias vantagens, entre elas, a facilidade de utilizar os dados obtidos para fins de classificação e quantificação; entretanto, mais do que o conteúdo, a entrevista traz a possibilidade de que os membros efetivamente envolvidos no objeto de avaliação [...] possam manifestar seu ponto de vista, as oportunidades que tiveram para se formar solidariamente e se organizar. Igualmente, a entrevista pode apresentar desvantagens, dentre elas, o fornecimento de respostas falsas, consciente ou inconscientemente, às vezes, causadas por total falta de motivação do entrevistado para responder às perguntas que lhe são feitas, outras, por inadequada compreensão do significado dos questionamentos. Cabe, outrossim, ao entrevistador planejar a pesquisa, entendendo planejamento como um processo, e não um simples ato de perguntar e transcrever respostas, uma vez que estabelecer relação pessoal com seu entrevistado é o único caminho para o sucesso dessa técnica (Almeida e Ferreira, 2009, p. 80).

O roteiro de entrevistas fornece uma variedade de informações, as quais podem ser utilizadas de diversas formas no contexto da pesquisa. Mediante a tabulação de dados e informações oriundos desse instrumento de pesquisa, é possível elaborar quadros, tabelas, gráficos, mapas, textos transcritos dos entrevistados, entre outras possibilidades que enriquecem o trabalho do ponto de vista científico. As ilustrações,

como tabelas, gráficos, mapas, entre outros, reforçam, facilitam e instrumentalizam a pesquisa científica.

Salienta-se que em toda e qualquer pesquisa com seres humanos sempre ocorrem riscos ou desconfortos. Nessa pesquisa, ocorreram situações que suscitaram emoções nos entrevistados ao se lembrarem de Palmatuba, uma vez que eram pessoas idosas, simples e com pouco grau de instrução. Outra situação foi o tempo dispensado para efetuar a entrevista, que, em muitos casos, foi de mais de duas horas, em virtude de o roteiro conter 64 questões e da disponibilidade que algumas famílias entrevistadas tinham para falar.

Nesse contexto, por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, para dar maior segurança e respaldo ao pesquisador e aos pesquisados, houve a necessidade de o projeto ser avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos. O material entregue com os documentos para análise continha folha de rosto, projeto com o roteiro de entrevista, orçamento financeiro com remuneração do pesquisador, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e currículo do pesquisador e demais participantes; foi protocolado em fevereiro de 2010.[1]

Mendes e Pessôa (2009) expõem que as seguintes informações devem constar do TCLE: vínculo da pesquisa com o Comitê de Ética; título do projeto; pesquisadores responsáveis e participantes; descrição da pesquisa; indicação de riscos de desconfortos e de possíveis benefícios; período de participação; e garantia de sigilo e de retirar o consentimento a qualquer tempo.

A fim de minimizar os transtornos e os desconfortos na aplicação do roteiro de entrevista, tentou-se agendar o horário previamente com o entrevistado, mas isso nem sempre foi possível, pois em alguns casos se tinha somente o endereço do entrevistado. Desse modo, considerando-se as distâncias, convidava-se um representante da família a participar da entrevista, sem ocorrer o agendamento prévio.

Nos casos em que o entrevistado permitiu, foram realizadas, além do manuscrito da entrevista, gravações com recurso MP3 (*Mpeg Layer-3*). Dos 26 entrevistados, 17 deram sua permissão, e dessa forma se caracterizou o uso do instrumento história oral. Meihy (2005) indica as presenças do entrevistador, do entrevistado e do aparelho de gravação como os três elementos que constituem a relação mínima para que ocorra a história oral.

Aplicou-se o roteiro de entrevista entre os dias 1º de abril e 5 de maio de 2010. O instrumento foi aplicado a todas as ex-famílias de Palmatuba (proprietárias de terra), totalizando uma população de 27 entrevistados. Isso representa o universo amostral de 100%. Gerardi e Silva (1981) apontam que, quanto menor a população, maior a amostra.

---

[1] O estudo proposto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação de Medicina Tropical (FMT) de Araguaína/TO e aprovado em 10 de março de 2010, conforme o processo número 21/2010.

> Nas pesquisas em que seres humanos são os alvos do estudo, é impossível, por motivos práticos, abordar todos os sujeitos que compõem o grupo de interesse do pesquisador, salvo quando o recorte do objeto de estudo compreenda comunidades numericamente tão restritas que o pesquisador tem condições temporais de conhecer cada um e condições intelectuais de apreender todos em seu trabalho (Turato, 2003, p. 351).

Optou-se pela aplicação do roteiro de entrevista para todas as ex-famílias de Palmatuba, a fim de mapear sua nova residência e conseguir maior confiabilidade nos dados estatísticos, que foram reproduzidos em gráficos e tabelas. Decidiu-se não preterir nenhum morador por considerar-se que todas as famílias atingidas tinham informações relevantes para a pesquisa. Além disso, há a possibilidade de se fazer aprofundados estudos posteriores.

Direcionaram-se os estudos àqueles que sofreram os impactos sociais diretos. Nesse caso, enquadraram-se 27 proprietários e o deslocamento de aproximadamente 24 famílias. Ressalte-se que um número irrelevante de entrevistados já havia emigrado de Palmatuba antes da notícia da construção da Usina Hidrelétrica Estreito. Também se contabilizaram estes nas entrevistas feitas e no histórico de vida do local.

Essas famílias foram mantidas no estudo porque algumas foram indenizadas pelo Consórcio Estreito Energia e, mesmo depois da mudança, tiveram uma longa relação afetiva com o local, principalmente em eventuais idas até lá, pela manutenção de posses e bens e por sua ligação com associações.

Convidava-se o entrevistado a participar do roteiro de perguntas. Um ex-palmatubense não foi entrevistado por suas más condições de saúde – idade avançada, doença de Parkinson, pressão alta – e por seu tempo de emigração do lugar. Por fim, aplicaram-se 26 roteiros.

Como as pessoas se mostraram receptivas às entrevistas, não ocorreram maiores transtornos. A exceção foi uma entrevistada que considerou o roteiro extenso, o que tomaria tempo, e deixou perceptível seu desconforto.

> Para a maioria das pessoas, o ato de dar entrevistas é uma atividade independente de pagamentos ou outros benefícios materiais. Outros, pelo contrário, respeitam o tempo e as condições de vida social dos entrevistados e promovem algum tipo de recompensa. Ainda que o assunto comporte um índice de polêmica, eticamente prefere-se considerar o narrador um colaborador e não alguém que vá tirar proveito material de sua história. Nesse caso, muitos criticam sem a devida argumentação (Meihy, 2005, p. 41).

Aplicaram-se entrevistas em visitas feitas aos proprietários em suas casas. As perguntas foram respondidas de maneira informal, e tentou-se manter uma conversa com o entrevistado, seguindo-se o roteiro. O procedimento acontecia da seguinte forma: agendava-se a entrevista por telefone ou dirigindo-se pessoalmente ao endereço do entrevistado.

Uma vez consentida a conversa, apresentava-se o TCLE. Entregava-se o termo para que se fizesse sua leitura. Em muitos casos, o entrevistado, alegando problemas de "visão", pedia que a leitura fosse feita por um dos membros de sua família ou pelo próprio entrevistador.

Em muitos casos, apesar da clareza do TCLE, que apresenta termos de fácil compreensão (exigência do Comitê de Ética em Pesquisa), o entrevistado solicitava algum esclarecimento ou explicação. Tanto o termo quanto a explicação eram aceitos pelos entrevistados. Salienta-se que as pessoas pesquisadas eram simples, mas de forma nenhuma simplórias, sabendo situarem-se no contexto das hidrelétricas e da energia.

Ressalta-se, contudo, que os atores do estudo tiveram interesses e, logicamente, conheciam os motivos da pesquisa e os objetivos do pesquisador. O TCLE deixava isso claro, bem como a relação estabelecida com o lugar e a população de estudo desde 2004, o que gerou reciprocidade de intenções.

Em alguns casos, a pessoa entrevistada respondia às questões enquanto fazia outras atividades. Regra geral, o pesquisado sentava-se para conversar e deixava os pensamentos fluírem relembrando as histórias de Palmatuba à medida que se avançava no roteiro (extrapolando duas horas). Após a entrevista, entregava-se uma cópia do TCLE ao entrevistado e a cópia assinada ficava com o pesquisador, anexa ao roteiro de entrevista.

Nos trechos transcritos, utilizou-se somente o número da ordem da entrevista, sua data, as iniciais dos nomes dos entrevistados e sua idade. Mesmo com a autorização assinada no termo, optou-se por preservar a identidade e a privacidade das pessoas entrevistadas e, assim, manter o respeito a elas.

Whitaker comenta que se deve evitar o caráter caricatural das falas dos entrevistados. Para a autora, "os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos" (2002, p. 116). Buscou-se, portanto, preservar o conteúdo do discurso e evitar o caricatural nas transcrições das entrevistas.

Aplicação do roteiro de entrevista: resultados na Comunidade de Palmatuba

No primeiro quadrimestre de 2009, ocorreu a emigração de grande parte dos moradores de Palmatuba. Em julho desse ano, todos os moradores já haviam deixado suas residências e se espalhado num raio aproximado de 100 km. As duas famílias mais afastadas situavam-se a 200 km uma da outra; uma localizava-se à margem do Rio Tocantins, e a outra, próximo às margens do Rio Araguaia. Nesse momento, iniciou-se um trabalho investigativo com o propósito de coletar e mapear os endereços dos camponeses tradicionais de Palmatuba.

Por ocasião das saídas de campo, obtiveram-se os endereços das novas moradas de alguns dos últimos palmatubenses que deixaram o lugar em julho daquele ano. Assim, foi possível pelo menos visualizar, mesmo que provisoriamente, os locais para onde iriam, uma vez que muitos conheciam a localização de suas novas residências, mas desconheciam os endereços exatos, como rua e número da casa e assentamentos.

Aproveitou-se o momento para solicitar mais informações sobre os outros emigrados, a fim de se obterem algumas referências locacionais. As respostas, apesar de objetivas, levaram a realizar trabalho investigativo, visto que muitos desconheciam seus endereços e, logicamente, as moradas de seus ex-vizinhos também.

Consultou-se a empresa que acompanhou a emigração da população, a fim de se obterem dados cadastrais sobre os pontos de emigração. No mês de julho de 2009, na cidade de Babaçulândia, especificamente no escritório do Consórcio Estreito Energia, fizeram-se contatos com funcionários da empresa Barros Engenharia Ambiental, contratada pelo consórcio e responsável pelo reassentamento das pessoas desalojadas.

A empresa forneceu o nome dos indenizados, juntamente com alguns endereços e telefones. A partir dessas informações, elaborou-se um quadro de localização das famílias atingidas em Palmatuba; e, com as informações dos entrevistados, foi possível reconstituir a caminho seguido por todos os 24 indenizados. O número de entrevistados aumentou, pois, conforme as entrevistas, novos dados e informações sobre alguns camponeses tradicionais não indenizados e adicionados no quantitativo final foram acrescidos.

As visitas a Palmatuba foram quase mensais no transcorrer do processo, sobretudo a partir da segunda metade de 2009, a fim de se observar a transformação da paisagem, de se coletarem dados e de se acompanhar a dinâmica do local. Em 1º de dezembro de 2010, iniciou-se a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Estreito, que entrou em operação comercial em 6 de maio de 2011. A formação do lago até atingir a cota de 156 m de altitude com extensão de 250

km, abrangendo 12 municípios (dois maranhenses e dez tocantinenses), ocorreu em março de 2011.

Com a aplicação do roteiro de entrevista, pôde-se observar o quadro geral da situação dessas famílias. Uma questão foi importante para a pesquisa, pois mostrou o antes e o depois da desterritorialização: questionados se voltariam a Palmatuba caso reencontrassem as mesmas situações anteriores, 11 entrevistados, ou 42%, responderam que não, e, 15, ou 58%, responderam que sim; questionados sobre o porquê de "não retornar a Palmatuba", os entrevistados afirmaram que já estavam acostumados, eram idosos, o trabalho no povoado era pesado ou estavam na companhia dos filhos.

Algumas das justificativas dos entrevistados que responderam que retornariam para Palmatuba foram:

> Não pensava duas vezes, pra ver se melhorava a saúde e as lembranças dos momentos bons e ruins também (entrevistada 13, M. O. F. S., 16 abr. 2010, 45 anos).
>
> Porque lá é bom, moço (entrevistado 14, F. P. B., 16 abr. 2010, 52 anos).
>
> É incutida lá toda vida, não esquece (entrevistada 17, I. M. C., 21 abr. 2010, 80 anos).

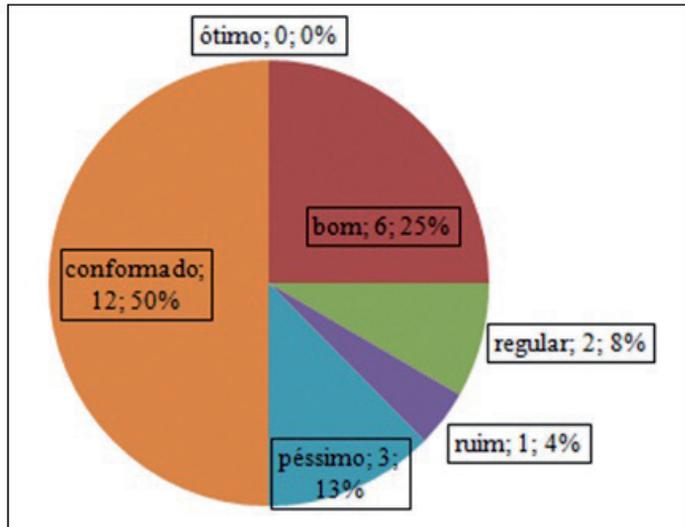
Outros afirmaram sentir insegurança, notícias de violência, não saírem à noite e não terem o que fazer. De maneira geral, a pesquisa demonstrou que 58% das famílias retornariam a Palmatuba depois de transcorrido quase um ano com a nova experiência de vida.

O sentimento que essas famílias manifestaram pode ser representado, de certa forma, no gráfico 1. Nenhum dos entrevistados considerou a situação ótima. Das famílias pesquisadas, seis responderam que estão em situação boa e duas, regular. Isso corresponde a 25% e 8%, respectivamente, das respostas fornecidas. Nas opções ruim e péssimo, há uma (4%) e três (13%) declarações, respectivamente. De todos os entrevistados, 12 famílias, correspondendo a 50% do total, responderam que estão conformadas.[2]

Ao se somarem as respostas fornecidas no gráfico 1, observar-se-á que não contemplam o número total de 26 respostas, pois um informante respondeu que estava tentando se conformar, e outro, que não se conformou com a situação. A população de

[2] "Conformado" foi uma das opções presentes numa das questões do roteiro de entrevista para avaliar o sentimento dessa população após a desterritorialização pela Usina Hidrelétrica Estreito.

Palmatuba está relativamente conformada, no sentido de estar fora do lugar, em outras paisagens e exercendo outras territorialidades, tentando se reencontrar.

Gráfico 1 – Pós-desterritorialização: o sentimento das famílias de Palmatuba

Fonte: Dados de campo (mai. 2010).
Autor: Airton Sieben (2010).

A presença e a proximidade da família e a vida mais tranquila foram fatores preponderantes para cerca de seis entrevistados, que responderam estar em situação boa. Os 12 entrevistados conformados justificaram que não havia alternativa. Havia aqueles que estavam em péssima situação por não conseguirem se conformar e sentirem saudades de Palmatuba; a lembrança podia ocorrer por ocasião de um simples sopro de vento no mês de junho.

> Quando a gente vai lá, sente uma coisa tão ruim... passar por isso (entrevistada 12, E. A. S., 16 abr. 2010, 37 anos).

No contexto geral, o gráfico 1 mostra que poucas pessoas obtiveram melhorias nas condições de vida com a desterritorialização. Muitos atingidos estão em situação desconfortável e tentam continuar suas vidas da forma que lhes é possível.

Das 26 famílias entrevistadas, 21 residem em áreas urbanas e cinco, em áreas rurais. A cidade de Araguaína foi a opção da maioria (13). Babaçulândia foi a alternativa de oito atingidos, sendo um em área rural. A cidade de Carolina, no estado do Maranhão,

foi a escolha de um dos agentes. A área rural de Aragominas e de Wanderlândia recebeu um e três entrevistados, respectivamente. Observando os locais de imigração, percebem-se as distâncias que separam os antigos vizinhos de Palmatuba (mapa 2).

Ao serem questionados sobre a escolha para a nova morada, os que residem em áreas urbanas responderam que habitam em locais em que o dinheiro da indenização facultou a compra. Houve muitas dificuldades, uma vez que muitos desses migrantes foram em direção à cidade de Araguaína, e muitas casas e lotes dessa área urbana, situada em Tocantins, não são documentados, o que se tornou um empecilho para os atingidos que aceitaram a carta de crédito. A compra de casa pela carta de crédito perpassava pela aprovação do Consórcio Estreito Energia e um dos requisitos avaliados era a documentação do imóvel.

Para muitos, foi necessário aceitar o que lhes era ofertado:

> Onde o dinheiro deu, nóis parou (entrevistado 4, A. C. R. F., 3 abr. 2010, 44 anos).[3]

Depois de aproximadamente um ano da indenização feita em espécie, algumas famílias observaram que o dinheiro havia acabado e estavam passando por dificuldades econômicas.

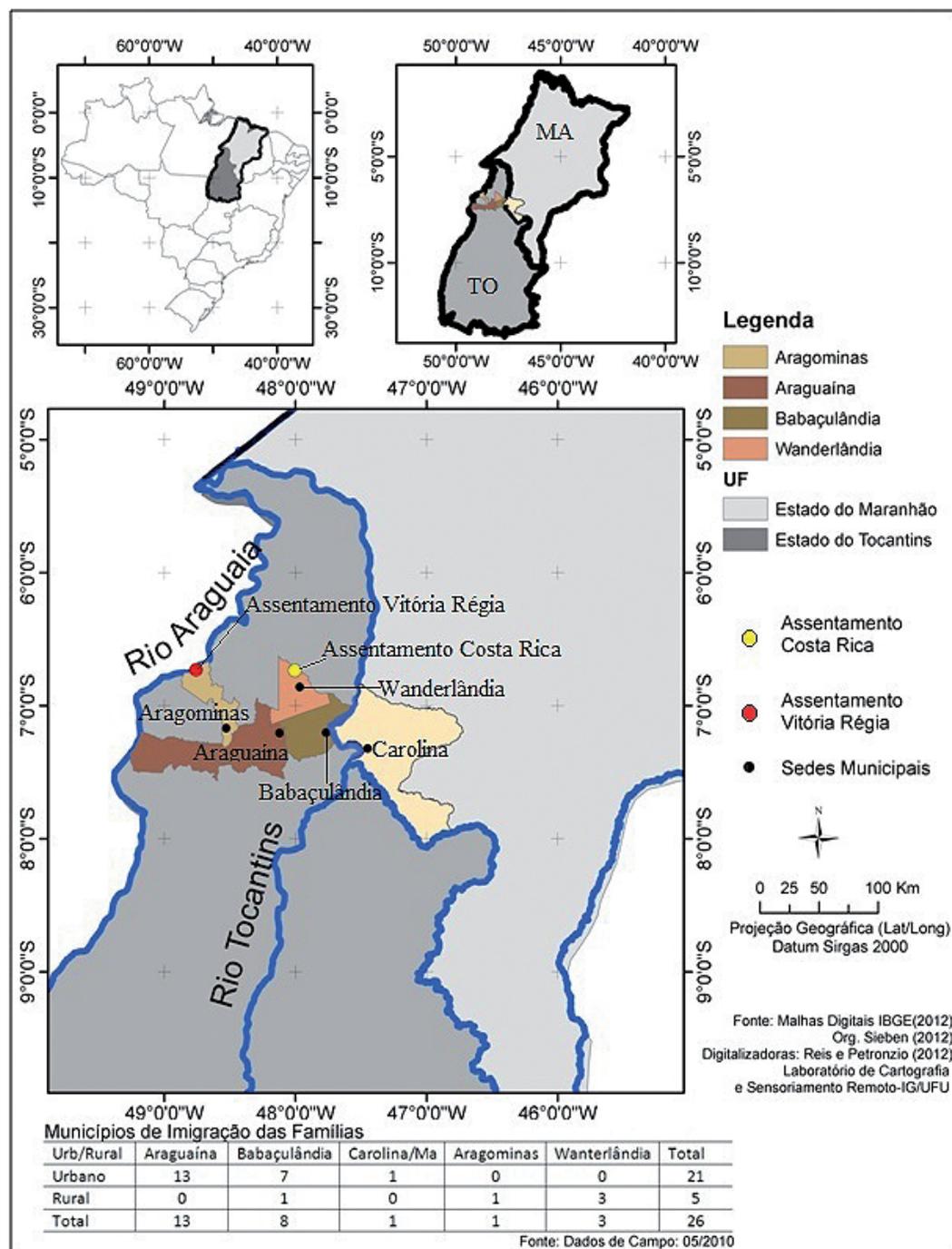
A falta de experiência com a moeda fez os atingidos incorrerem em ilusões sobre o montante pago na "indenização" de sua propriedade e benfeitorias. A educação dos filhos foi outro fator responsável para que optassem em morar na área urbana. Para as demais famílias, houve uma combinação de fatores para que escolhessem residir em cidades.

As opções dos cinco imigrantes que estão morando em áreas rurais (mapa 2), assim como as dos atingidos da área urbana, foram restritas. Eles queriam reproduzir o modo de vida que tiveram em Palmatuba. Suas alternativas perpassaram pela possibilidade de habitar próximo de rio ou de riacho e todos os cinco entrevistados nessa categoria conseguiram espaços com tais características, na tentativa de reproduzir o lugar e a paisagem anteriores e exercer as mesmas territorialidades.

---

[3] Optou-se por manter a fidelidade na transcrição da fala dos entrevistados com base no pensamento de Whitaker, segundo o qual "os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos" (2002, p. 116), destacado na página 249.

Mapa 2 – Municípios de imigração das famílias de Palmatuba

Urb/Rural	Araguaína	Babaçulândia	Carolina/Ma	Aragominas	Wanterlândia	Total
Urbano	13	7	1	0	0	21
Rural	0	1	0	1	3	5
Total	13	8	1	1	3	26

Fonte: IBGE (2010).
Organização: Reis, Petronzio e Sieben (mai. 2012).

Outro atingido, apesar de morar perto de córrego, lamenta a necessidade de comprar insumos e fertilizantes para a terra. Tais investimentos aumentam os custos e, somados às longas distâncias, tornaram difícil vender os produtos. Esse sujeito se transformou em dependente de empréstimos e custos de insumos em assentamento rural no município de Wanderlândia (mapa 2).

Um entrevistado foi residir na área urbana de Carolina/MA, cidade à margem do Rio Tocantins, que agora se transformou em reservatório da Usina Hidrelétrica Estreito. Outra família foi morar em assentamento na área rural de Aragominas/TO, próximo à margem do Rio Araguaia, na divisa com o estado do Pará. Antigos vizinhos de poucos metros, agora se encontram à distância de aproximadamente 200 km, conforme demonstra o mapa 2.

O modo de vida alterado pela Usina Hidrelétrica Estreito trouxe efeitos para essa população, que precisa reconstituir sentimentos como apego e pertencimento aos novos locais de habitação. As territorialidades, a paisagem e as dificuldades atuais são diferentes daquelas vivenciadas em Palmatuba.

Mediante a aplicação do roteiro de entrevista, esses foram alguns dos resultados, informações e dados obtidos. Constatou-se que houve mudanças no modo de vida dessa comunidade atingida pela Usina Hidrelétrica Estreito, e o instrumento de pesquisa foi útil para determinar quais foram essas alterações.

Considerações finais

Nas pesquisas qualitativas, deve-se ter liberdade na escolha do método, sem determiná-lo a *priori.* Métodos e técnicas precisam ser preestabelecidos, mas, em muitos casos, é necessário reavaliar o caminho a ser seguido, para não engessar a pesquisa. Devem-se privilegiar, sobretudo, os pesquisados.

O roteiro de entrevista foi o instrumento metodológico adequado para o estudo exposto. Apesar de haver um conglomerado de questões, estas serviram para se ter orientação com certo desprendimento. Isso tornou as conversas com os entrevistados interessantes e ricas e possibilitou que os pesquisados se sentissem à vontade para fornecer informações e expor todas as suas angústias.

O roteiro de entrevista propiciou a obtenção de diversas informações sobre a Comunidade de Palmatuba, como o desejo de mais da metade das famílias de retornar para Palmatuba após o primeiro ano de desterritorialização. Apesar de o retorno ser impossível, por causa da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Estreito, a resposta mostrou o sentimento de pertencimento dos entrevistados em relação ao povoado.

O pertencimento não é valorado nas indenizações recebidas. Diante disso, destaca-se o roteiro de entrevistas, por permitir que se aprofundem as discussões

acerca de aspectos de cunho social, econômico e cultural decorrentes da construção de usinas hidrelétricas.

Referências

ALMEIDA, Emerson G. e FERREIRA, William R. *A entrevista enquanto diálogo assimétrico na geografia dos transportes: uma reflexão sobre o mototaxismo em Ituiutaba/MG*. In RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 75-90.

CASTRO, Claudio M. *A prática da pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006, 176 p.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010, 164 p.

FEYERABEND, Paul K. *Contra o método*. Tradução de Cezar Augusto Morati. São Paulo: Ed. UNESP, 2007, 374 p.

GERARDI, Lúcia H. O. e SILVA, Barbara C. M. N. "Introdução". *Quantificação em geografia*. São Paulo: Difel, 1981, pp. 1-20.

GODOY, Arilda S. "Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mar.-abr. 1995, n. 2, v. 35, pp. 57-63.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Divisão regional*. Disponível em http://ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/brasil_2004.pdf. Acesso em 31 out. 2011.

——. *Divisão regional*. Disponível em http://ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/mapas_murais/logistica/energia/2006.pdf. Acesso em 31 out. 2011.

——. *Geociências*. Disponível em http://ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2010/to.zip. Acesso em 31 abr. 2012.

MATOS, Patrícia F. e PESSÔA, Vera L. S. "Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária". In RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 279-92.

MEIHY, José C. S. B. "História oral: reputação e espaço de conhecimento". *Manual de história oral*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2005, pp. 14-57.

MENDES, Estevane P. P. e PESSÔA, Vera L. S. "Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevista, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista". In RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 509-38.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1993, 148 p.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2008, 285 p.

TURATO, Egberto R. "Decidindo quais indivíduos estudar". *Tratado da metodologia da pesquisa clínico--qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 351-68.

WHITAKER, Dulce C. A. et al. "A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?". *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Wenceslau: Letras à Margem, 2002, pp. 115-20.

Caminhos da pesquisa: a Comunidade Macaúba como *locus* da investigação

Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira
Vera Lúcia Salazar Pessôa

Este texto tem por objetivo relatar algumas das experiências vividas no trabalho de campo realizado na Comunidade Macaúba/Catalão, em Goiás, entre os anos de 2010 e 2012, como parte da dissertação de mestrado intitulada *Territórios em conflito: a Comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora*.[1]

A Comunidade Macaúba, onde residem famílias camponesas, localiza-se no município de Catalão. Na década de 1970, três empresas mineradoras de capital estatal e privado se territorializaram em áreas pertencentes a ela e a outras comunidades, para explorar minerais de valoroso interesse comercial, o nióbio e o fosfato. Para alguns, a vinda dessas empresas significou crescimento econômico e desenvolvimento para a cidade, com a geração de renda e de empregos. Entretanto, foi mais do que isso, pois representou também um acirramento das desigualdades sociais.

A implantação das mineradoras gerou uma série de efeitos negativos ao meio ambiente, como a destruição de áreas de cerrado e a poluição do ambiente que circunda a área de ação dessas empresas, o que afeta diretamente as comunidades em que elas se territorializaram, como a Macaúba. Outro efeito que atinge as comunidades se refere à desterritorialização de famílias camponesas.

---

[1] Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPG/UFG), *campus* Catalão, em março de 2012, sob orientação da professora Vera Lúcia Salazar Pessôa.

Diante da complexidade da relação entre as empresas mineradoras e a Comunidade Macaúba, notamos, ao desenvolver a pesquisa, a necessidade de realizar um trabalho de campo que nos permitisse conhecer e compreender as relações presentes nessa comunidade. Para tanto, selecionamos algumas técnicas que consideramos essenciais para a pesquisa, dentre elas a entrevista e a história oral, sobre as quais discorreremos aqui.

Estruturamos o texto em duas partes. Na primeira, tratamos da pesquisa e da escolha de sua metodologia. Na segunda, mostramos como fizemos parte do trabalho de campo na Comunidade Macaúba e as entrevistas.

O desafio da pesquisa: delimitando o caminho metodológico

O desafio de pesquisar, atividade que consiste em construir o conhecimento pouco a pouco, é interpretar a realidade. Nas palavras de Barros e Lehfeld,

> *pesquisar* significa realizar empreendimentos para descobrir, para conhecer algo. A pesquisa constitui um ato dinâmico de questionamento, indagação e aprofundamento. Consiste na tentativa de desvelamento de determinados objetos. É a busca de uma resposta significativa a uma dúvida ou problema (2007, p. 81, grifo dos autores).

Baseando-se no confronto permanente entre o que se conhece e o que se deseja conhecer, a pesquisa científica, a fim de apreender o movimento do real, exige do pesquisador criatividade, disciplina e organização. Para Santos, a "pesquisa científica pode ser caracterizada como atividade intelectual intencional que visa responder às necessidades humanas" (2007, p. 17). Assim, as necessidades humanas básicas são uma mola propulsora para a busca por inovação por meio da pesquisa, visando à melhora em seu estado.

Goldenberg chama a atenção para o fato de que "nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis" (2007, p. 13). Ao desenvolver uma pesquisa, é impossível prever todas as suas etapas, uma vez que o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. Assim, torna-se necessário que este tenha uma postura flexível para conduzir o processo, o que lhe permitirá usar todo o conhecimento que possui sobre o tema para se adequar às situações que não havia previsto.

Em nossas investigações sobre a Comunidade Macaúba, procuramos assumir essa postura flexível, contrapondo teoria e campo e nos adequando às "descobertas". Para isso, optamos por desenvolver uma pesquisa de caráter qualitativo.

"A *epistemologia qualitativa defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento*, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção, e não

como *apropriação* linear de uma realidade que se nos apresenta" (Rey, 2005, p. 5, grifos do autor). O enfoque qualitativo busca apreender a realidade a partir de uma construção do conhecimento ao longo da pesquisa, considerando que o conhecimento que o pesquisador tem em relação à realidade é sempre parcial e limitado e está ligado diretamente às suas práticas.

A pesquisa qualitativa busca uma compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto social em que vivem, em sua ação diária, em seu comportamento perante a sociedade e a natureza, quando agrega significado às ações. Nessa perspectiva, sujeito e objeto não estão separados.

Os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado, sua essência, tendo como objetivo compreender os indivíduos em seu ambiente. O bom andamento da pesquisa qualitativa está diretamente ligado à "biografia do pesquisador, das opções teóricas, do contexto mais amplo e das imprevisíveis situações que ocorrem no dia a dia da pesquisa" (Goldenberg, 2007, p. 55). Diante disso, faz-se mister delimitar seus caminhos metodológicos, o que significa um desafio para o pesquisador, uma vez que o "caminho" escolhido norteará todo o desenvolvimento da pesquisa.

Ao escolher os procedimentos para a pesquisa, o pesquisador imprime nela suas visões de mundo. "Denominam-se *procedimentos* (*ou metodologia*) as atividades práticas necessárias à aquisição dos dados com os quais se desenvolverão os raciocínios que resultarão em cada parte do trabalho final" (Santos, 2007, p. 88, grifos do autor). Nessa etapa, ocorre a delimitação dos dados referentes à coleta que se fará na pesquisa.

Os levantamentos dos meios de obtenção dos dados são uma escolha do pesquisador para responder aos objetivos próprios da pesquisa, tendo cada procedimento uma especificidade a ser aproveitada. "Coletar dados é juntar as informações necessárias ao desenvolvimento dos raciocínios previstos nos objetivos" (Santos, 2007, p. 102). Em nossa pesquisa, escolhemos os seguintes procedimentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica e na internet, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica é um pré-requisito necessário à investigação e pode ser definida "como o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre certo assunto" (Ludwig, 2009, p. 51). O primeiro passo para realizar uma revisão bibliográfica é fazer um levantamento de principais obras, autores e contribuições sobre o tema pesquisado. Por meio desse procedimento, é possível conhecer posições e percepções diferenciadas de outros autores que deem embasamento à pesquisa.

O levantamento bibliográfico foi o primeiro passo dado por nós na construção da pesquisa desenvolvida. Fizemos um levantamento sobre agricultura camponesa, território e cultura, em busca de elementos que pudessem subsidiar a pesquisa auxiliando

na compreensão de como se organizam econômica, política e culturalmente comunidades camponesas, para, assim, entendermos a Comunidade Macaúba. Procuramos também obras de autores que têm pesquisado grandes empreendimentos, especialmente empresas mineradoras, e seus efeitos sobre o ambiente e a sociedade, a fim de compreender sua lógica.

Em seguida, passamos à revisão teórica, entendendo que esta tem como "[...] objetivo circunscrever dado problema de pesquisa em um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo" (Luna, 2005, p. 83). A revisão foi feita por meio de consultas a documentos, livros, artigos de periódicos, revistas especializadas, monografias, dissertações, teses e sites, fazendo uso de fontes primárias e secundárias.

A pesquisa de campo, por sua vez, é uma das etapas mais complexas do estudo, já que, por meio dela, o pesquisador entra em contato direto com o objeto pesquisado, com os sujeitos da pesquisa e, a partir desse contato, busca apreender a realidade ou parte dela. Várias são as formas de se fazer campo, as técnicas e os procedimentos empregados. Diante de sua complexidade, consideramos importante dedicar a seção seguinte à sua compreensão.

A ida a campo: buscando desvendar a Comunidade Macaúba

Na ida a campo, fizemos uso de entrevistas e da história oral. Para realizar as entrevistas, visitamos as famílias residentes na Comunidade Macaúba e aquelas que já moraram nela mas a deixaram. Para essas visitas, elaboramos roteiros com questões concernentes à temática. Dos entrevistados, coletamos informações factuais (gênero, idade, estado civil, série escolar, onde trabalha, renda, religião e outros) e opinativas (crenças, suposições, valores). Quando autorizado, as entrevistas foram gravadas, e, após sua realização, fizemos a transcrição, a análise e a interpretação dos relatos.

As entrevistas foram realizadas com um membro de cada família da Comunidade Macaúba, residente ou não, desde que este exercesse alguma atividade dentro dela. No que concerne aos moradores da comunidade, proprietários ou não, obtivemos uma amostragem de 100%, com a realização de 37 entrevistas. Já na realização das entrevistas com membros de famílias proprietárias e não residentes, obtivemos uma porcentagem de 80%, com a realização de 12 entrevistas.

Para que pudéssemos realizar nossas idas a campo, hospedamo-nos na casa de familiares.[2] Saíamos a pé quando o local a ser visitado era próximo, ou de carro, quando distante. Nas visitas, câmera fotográfica, gravador de voz, diário de campo e caneta

[2] Trata-se do pai e da mãe da pesquisadora. Esta visitava as famílias da comunidade em companhia de ambos ou de apenas um deles.

foram recursos importantes. Observamos, registramos nossas impressões no diário de campo e fotografamos elementos que consideramos importantes para a pesquisa.

Para entrevistar membros das famílias proprietárias e não residentes na comunidade, fomos às suas propriedades nos fins de semana ou, ainda, a suas residências na área urbana de Catalão. Como éramos membros da comunidade, não houve desconfianças por parte dos entrevistados, que se mostraram seguros em nosso diálogo.

Ao entrevistar moradores e proprietários da comunidade, nossos objetivos principais foram: conhecer a cultura dessas famílias; identificar as relações sociais, econômicas e políticas da comunidade; perceber como as pessoas vivem e o que fazem; conhecer as estratégias de sobrevivência estabelecidas na comunidade; e apontar as possíveis transformações ocorridas e ocorrentes na comunidade em virtude da territorialização das mineradoras.

Encontramos certa dificuldade em localizar os ex-moradores da comunidade, que se mudaram por causa da territorialização das mineradoras, e conhecer o número exato de famílias desterritorializadas, visto que não conseguimos obter essa informação por meio das empresas mineradoras. A maior dificuldade foi localizar aquelas famílias que deixaram a comunidade nas décadas de 1970, 1980 e 1990, pois não conhecíamos seus destinos. Então, recorremos à memória de moradores e ex-moradores da Comunidade Macaúba, na tentativa de definir quem e quantos eram seus moradores no referido período.

A partir da localização de uma família que se mudou nesse período, perguntávamos quem eram as outras famílias que um dia residiram na Comunidade Macaúba e na Comunidade Chapadão (município de Ouvidor) e onde elas estavam residindo atualmente (2011). Apesar de focarmos a pesquisa na Comunidade Macaúba, percebemos, em nossas idas a campo, que não poderíamos "ignorar" as famílias que residiam na Comunidade Chapadão, a qual foi destruída pela territorialização das mineradoras. Essa comunidade se confundia territorialmente com a Comunidade Macaúba, havia uma interlocução entre elas e seus moradores. Nesse sentido, uma parte da Comunidade Macaúba se denominava Chapadão.

Para encontrar as famílias que deixaram a Comunidade Macaúba, ou a Comunidade Chapadão, fomos à Comunidade São Domingos e à Comunidade Coqueiros, no município de Catalão, e à Comunidade Paraíso, no município de Ouvidor. Fomos também à feira realizada todos os domingos em Catalão, da qual participam várias famílias camponesas, e a diversos bairros da área urbana, onde encontramos a maior parte de nossos entrevistados. As entrevistas com esses sujeitos foram diferenciadas: alguns se mostraram muito à vontade para contar-nos sua história, pareciam despreocupados com o tempo e desejosos de longos minutos de conversa; outros mostraram certo receio

para conosco, pareciam um pouco desconfiados, mas, à medida que íamos conversando, logo percebíamos certa tranquilidade em sua fala e em seus gestos.

Nessas entrevistas, tivemos de lidar com memórias muito vivas ainda, em algumas vezes, e desgastadas pelo tempo, em outras. Essas lembranças evocavam emoções, o que as tornou mais densas para nós, no sentido de sabermos como nos portar diante de lágrimas e silêncios de lembranças que se misturavam com o presente.

No que concerne aos ex-moradores da Comunidade Macaúba que a deixaram no período de 2000 a 2011, não encontramos dificuldades em localizá-los, quantificá-los e entrevistá-los, uma vez que seu número era pequeno, o período, recente, e conhecíamos a todos. Durante as entrevistas, buscamos compreender, entre outras coisas: as relações de produção presentes na comunidade; como ocorreu o processo de saída de lá; como se negociou a venda das terras para as empresas mineradoras; qual foi o valor recebido na época pelas terras e qual o destino desse dinheiro; e onde foram morar e como estavam no momento da entrevista. No total, entrevistamos vinte ex-moradores da Comunidade Macaúba e da Comunidade Chapadão.

Nossa proposta era realizar entrevistas com um representante da mineradora Vale Fertilizantes e um da mineradora Copebrás (Grupo Anglo American). Fizemos contato com funcionários das duas, mas obtivemos sucesso apenas na Copebrás.

Quanto à Copebrás, primeiro, explicamos o objetivo da pesquisa e a importância da entrevista a seus representantes, que solicitaram o envio prévio do roteiro. Posteriormente, ao receber o aceite da empresa, dirigimo-nos ao seu complexo industrial, onde fomos recepcionados e atendidos por funcionários. Realizamos a entrevista com a coordenadora de Segurança e Meio Ambiente (SGI).

No que concerne à Vale Fertilizantes, entramos em contato com seus representantes por meio de e-mails, os quais não foram respondidos, e por telefone, sem êxito. Assim, as informações que adquirimos sobre essa empresa advêm de outras pesquisas realizadas lá ou de sites.

Para desenvolver a história oral em nossa pesquisa, dialogamos com três sujeitos, escolhidos por serem os moradores mais antigos da Comunidade Macaúba: uma senhora de 78 anos, que reside lá há 57 anos; um senhor de 77 anos, que reside lá desde seu nascimento; e um senhor de 78 anos, que também reside lá desde que nasceu. Por meio desse procedimento, buscamos conhecer mais a fundo a história da comunidade, suas particularidades sociais, culturais e econômicas, tentando responder às seguintes questões: como surgiu a comunidade? Qual é a sua história? Como ela se organizava nas festanças, no trabalho? Quais eram suas crenças, seus valores, suas "estórias"? Como ocorreu o processo de territorialização das empresas mineradoras na região? O que mudou após a chegada das mineradoras?

Notamos certas semelhanças nas atitudes dos entrevistados no decorrer de nossa estada em suas residências. Fomos muito bem-recepcionados em todas as casas. Ao chegarmos, os entrevistados deixavam de imediato seus afazeres e nos recepcionavam à porta, conduzindo-nos à cozinha ou a outra área da casa onde éramos acomodados. Após conversas casuais sobre elementos cotidianos da vida, informávamos a eles o motivo de nossa visita, explicávamos o objetivo da pesquisa e apontávamos a importância de entrevistá-los. Em seguida, pedíamos sua autorização para gravar a entrevista. No início, notamos certa curiosidade deles em relação ao aparelho gravador MP4, com o qual era feita a gravação. Essa curiosidade se expressou em seus olhares e em leves toques no aparelho. Com o consentimento deles, passávamos à realização da entrevista. A princípio, todos se mostraram apreensivos sobre a possibilidade de não saberem responder às perguntas que iríamos fazer, mas, depois, percebemos a tranquilidade em suas feições diante de perguntas, que eram de seu total domínio por estarem relacionadas a seu viver. Ao fim, os entrevistados se apressavam a nos fazer um café, servido com biscoito, bolo e doce. Ao deixarmos a casa, éramos acompanhados até a porta da frente e, enquanto nos distanciávamos, ainda avistávamos aquele que nos recebeu a nos olhar até nos perder de vista.

Considerações finais

Ao desenvolver uma pesquisa, traçamos um caminho a percorrer, que deve viabilizar o conhecimento de alguns aspectos da realidade estudada. A pesquisa é feita de escolhas, que, quando adequadas aos objetivos propostos e usadas de forma correta, podem levar o pesquisador a obter sucesso em seu empreendimento; seu êxito depende das ações do pesquisador, do objeto de estudo, do método e da metodologia usados.

As entrevistas e a história oral possibilitaram-nos repensar conceitos, preconceitos e ideias. Ao fazermos o trabalho de campo na Comunidade Macaúba, tivemos a oportunidade de vivenciar experiências enriquecedoras e, por vezes, inesperadas que nos permitiram conhecê-la em seus detalhes.

Referências

ALENTEJANO, Paulo R. R. e ROCHA-LEÃO, Otávio M. da. "Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 51-68.

ALMEIDA, Emerson G. de e FERREIRA, Willian R. "A entrevista enquanto diálogo assimétrico na geografia dos transportes: uma reflexão sobre o mototaxismo em Ituiutaba/MG". In RAMIRES, Julio

C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 75-90.

ANIMONDA, Hector e FERGUSON, Juan. "Travessia de imagens (um projeto de documentação visual sobre o mundo rural)". In COSTA, Luiz F. C.; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto J. (orgs.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 99-113.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002a.

——. *NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002b.

——. *NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2011.

BARROS, Aidil J. da S. e LEHFELD, Neide A. S. *Fundamentos de metodologia científica*. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COPEBRÁS. *Ouvidor: a mina*, 2011a. Disponível em http://www.copebras.com.br/about-us/our-operations/ouvidor.aspx?sc_lang=pt-pt. Acesso em nov. 2011.

COSTA, Luiz F. de C. "Paisagens urbanas – um estudo regional sobre fotografias". In SANTOS, Raimundo; CARVALHO, Luiz F. de; SILVA, Francisco C. T. da (orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, pp. 75-94.

GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

JUSTIANO, Eduardo F. "Registro fotográfico". In VENTURI, Luiz A. B. (org.). *Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, pp. 187-95.

L'ESTOILE, Benoit de e SIGAUD, Lygia. "Caderno de fotos: fotografia e pesquisa de campo". In — (orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 19-28.

LIMA, Helton S. "O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural". In WHITAKER, Dulce C. A. (org.). *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau/São Paulo: Letras à Margem, 2002, pp. 143-9.

LOIZOS, Peter. "Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa". In BAUER, Martin W. e GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 137-55.

LUDWIG, Antonio C. *Fundamentos e prática de metodologia científica*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LUNA, Sérgio V. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2005.

MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007a.

——. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 2007b.

MARAFON, Glaucio J. "O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária". In RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 379-94.

MARQUES, Mario O. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. 5 ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

MENDES, Tereza R.; CRUZ, Anamaria da C.; CURTY, Marlene G. *Citações: quando, onde e como usar (NBR 10520/2002)*. Niterói: Intertextos, 2001.

OLIVEIRA, Joycelaine A. de e BRANDÃO, Carlos R. "Entre o murmúrio do rio e o despertar das lembranças". In RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 221-52.

REY, Fernando G. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Thomson, 2005.

SANTOS, Antonio R. dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 7 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Joelma C. dos e PESSÔA, Vera L. S. "A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores entre a 'sua forma de ser' e a exploração do seu 'ser'". In RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 123-38.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2009.

VALE. *Vale no mundo*. Disponível em http://www.vale.com/pt-br/conheca-a-vale/mundo-afora/paginas/default.aspx. Acesso em nov. 2011.

VENÂNCIO, Marcelo e PESSÔA, Vera L. S. "O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar". In RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 317-36.

WHITAKER, Dulce C. A. et al. "A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?". In WHITAKER, Dulce C. A. *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Wenceslau: Letras à Margem, 2002, pp. 115-20.

Entre poderes, discursos e imagens: a análise do discurso e as fotografias como técnicas de investigação das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri/GO

Rafael de Melo Monteiro
Vera Lúcia Salazar Pessôa

E me inventei neste gosto, de especular ideia. O diabo existe e não existe? Dou o dito. Abrenúncio. Essas melancolias. O senhor vê: existe cachoeira; e pois? Mas cachoeira é barranco de chão, e água se caindo por ele, retombando; o senhor consome essa água, ou desfaz o barranco, sobra cachoeira alguma? Viver é negócio muito perigoso...

João Guimarães Rosa

Esse texto objetiva compreender a aproximação da geografia com a pesquisa qualitativa e a importância da aplicação das técnicas de pesquisa da análise do discurso e das fotografias para investigação das relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri, no estado de Goiás. A ideia de utilizar essas metodologias qualitativas se deve a pesquisas de campo realizadas nesse assentamento durante a elaboração de dissertação de mestrado, entre 2011 e 2012. Usaram-se também registros fotográficos feitos no decorrer de pesquisas realizadas no mesmo assentamento durante a graduação, entre 2009 e 2010.

As técnicas da análise do discurso e das fotografias, apesar de serem importantes na construção de pesquisas qualitativas, são modestamente utilizadas pelos pesquisadores, incluindo os geógrafos. Sua aproximação com as fotografias é maior, porém, com caráter meramente ilustrativo. Em relação à análise do discurso, há maior resistência, por causa do pouco aprofundamento teórico-metodológico dos profissionais da geografia nesse campo disciplinar, que é tradicionalmente ligado à linguística, mas usado pela filosofia, história, sociologia, administração, enfermagem e outras ciências.

Nesse sentido, as discussões deste texto centram-se nos seguintes questionamentos: como se dá a aproximação da geografia com a pesquisa qualitativa? Qual a contribuição da análise do discurso e das fotografias para o entendimento das relações de poder no Assentamento Olga Benário? Para respondê-los, o texto estrutura-se em cinco seções. Na primeira, discute-se a relação da geografia com a pesquisa qualitativa. Na segunda, apresentam-se teoricamente as técnicas da análise do discurso e das fotografias. Na terceira, contextualiza-se o fenômeno pesquisado, enfatizando-se a produção das relações de poder no assentamento em tela. Na quarta, argumenta-se sobre a dimensão política dos conflitos no assentamento. Na quinta, ressaltam-se as relações sociais no cotidiano desse assentamento. Nessas duas últimas seções, mostra-se a aplicação da análise do discurso e das fotografias na pesquisa das relações de poder no assentamento estudado.

Geografia e pesquisa qualitativa: encadeamentos teórico-metodológicos

Nesta seção, intenta-se evidenciar uma questão: a necessidade de se entrelaçar o pensamento geográfico com a pesquisa qualitativa, uma vez que as técnicas qualitativas emergem como novas possibilidades de produção do conhecimento, o que, de acordo com Sposito (2004), equivale a uma apropriação intelectual de determinado campo empírico ou ideal de dados, com o intuito de compreendê-los, interpretá-los e utilizá-los. Para Bachelard (2004), conhecer é descrever para re-conhecer. É preciso ser exaustivo, mas manter a clareza; é necessário manter contato cada vez mais estreito com o real, mas o espírito deve estar alerta e ciente de suas perspectivas, contradições e pontos de referência.

Assim, é pertinente uma prudência em relação à teorização de determinada realidade, pois, como ressalta Bachelard (2004), o conhecimento não é capaz de esgotar a realidade, que suscita pesquisas "sem fim". A essência da realidade reside na resistência ao conhecimento, sempre inacabado. Portanto, se o conhecer é realizado com facilidade, é porque se desenvolve em um plano irreal, e essa irrealidade é o preço de sua facilidade.

Dessa maneira, concebe-se o princípio do movimento na construção do conhecimento, que é uma criação contínua, na qual o antigo explica e assimila o novo, ao passo que o novo reforça o antigo e o reorganiza. Esse processo é denominado de retificação incessante do pensamento diante do real (Bachelard, 2004). São questões suscitadas pela realidade que induzem as problematizações geradoras de pesquisas acadêmicas: por quê? como? para quê? em que lugar? representam diretrizes para o pesquisador "guiar-se" na elaboração de sua pesquisa (Sposito, 2004).

Além disso, também se deve considerar o rigor um elemento importante na produção científica. Obviamente, o rigor não se confunde com a rigidez, interpretada como um "engessamento" teórico-metodológico que não permite a oxigenação das reflexões, assemelhando-se a um doutrinamento. O rigor sinaliza uma preocupação do pesquisador com a qualidade de seu trabalho, utilizando conceitos, categorias, teorias e técnicas de pesquisa capazes de imprimir credibilidade à produção, como as técnicas qualitativas.

Nessa linha de raciocínio, concorda-se com a proposição de Sposito (2004): a pesquisa científica (e qualitativa) deve ser radical, crítica e totalizante. Assim, justificam-se essas três características: a) radical – refere-se à busca da raiz dos elementos/fenômenos/variáveis estudados, sem admissão de restrições ou limitações. O conhecimento que não possui a característica da radicalidade torna-se ingênuo, superficial, obscuro e não fornece possibilidade de esclarecimento ou negação do proposto; b) crítica – significa uma atitude de espírito que não admite qualquer afirmação sem reconhecer sua legitimidade racional. Criticar é ter o cuidado de saber estabelecer critérios, o que representa possuir normas para decidir o que se legitima como verdadeiro ou falso; c) totalizante – significa a contextualização do pensamento crítico e radical, ou seja, a capacidade de inserir o objeto de reflexão no contexto do qual ele é conteúdo, o que fragmenta uma possível generalização.

Dessa forma, Bachelard (2004) ressalta que é um erro conferir ao conhecimento real um único sentido, pois, para apreendê-lo em sua dinâmica, é preciso colocá-lo em seu ponto de oscilação; priorizar a generalização quanto à verificação é desconsiderar o caráter hipotético de uma generalidade que se justifica apenas por sua comodidade e clareza. Por outro lado, após ocorrer a verificação, há uma segmentação da generalização, o que faz emergirem novos problemas dos quais devem se apropriar as pesquisas futuras.

Distintas pesquisas apresentam proposições para a produção do conhecimento compatíveis com a orientação filosófica do pesquisador. Neste texto, optou-se por seguir as diretrizes da pesquisa qualitativa, oriunda da reivindicação das ciências humanas e sociais pela construção de novos paradigmas científicos, visto que, com o advento da modernidade, os paradigmas tradicionais encontravam-se em crise. Por isso, é salutar a argumentação de Demo ao considerar que "não podemos nos desfazer todo dia, para

nos inventar de novo, como se não houvesse história. Entretanto, não é viável inovar sem nos desconstruirmos em certa medida" (1998, p. 3). Ou seja, cabe ao pesquisador estar aberto a diversas reflexões sobre a sociedade e seu espaço.

Corroborando essas assertivas, Chizzotti (2009) salienta que o pesquisador, ao conduzir uma pesquisa de caráter qualitativo, deve despojar-se de preconceitos para assumir uma postura aberta às manifestações que observa. Não se deve conduzir pelas aparências imediatas para tentar alcançar uma compreensão dos fenômenos. Sobre isso, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) reforçam que, na pesquisa qualitativa, o pesquisador procura seguir a tradição compreensiva e/ou interpretativa, entendendo que os indivíduos/grupos sociais agem em função de suas condições materiais de existência, crenças, sentimentos, valores e percepções. Suas ações e comportamentos possuem sentidos e significados impossíveis de se conhecer imediatamente, sendo necessário desvelá-los.

Na condução de uma pesquisa qualitativa, é importante adotar técnicas de investigação responsáveis por imprimir credibilidade, confirmabilidade e consistência aos dados/informações apresentados. Em nosso caso, as técnicas da análise do discurso e das fotografias são pertinentes no intuito de compreender as relações de poder no Assentamento Olga Benário.

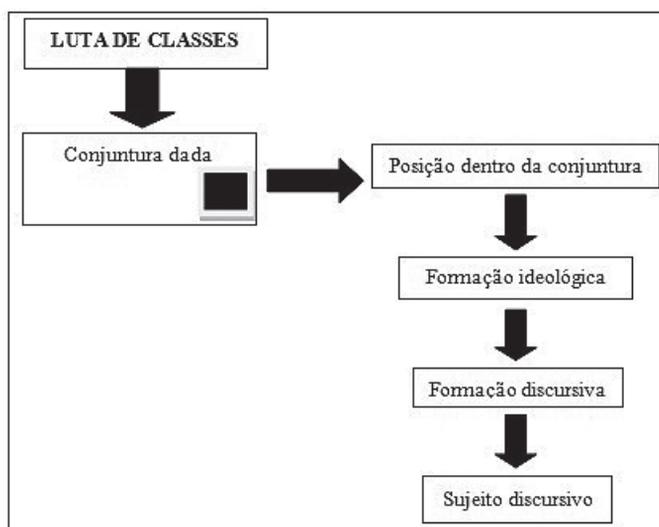
Análise do discurso e fotografias: princípios para aplicação na pesquisa qualitativa em geografia

No decorrer do processo de pesquisa, como produto das interações entre pesquisador e sujeitos pesquisados, discursos são enunciados a todo momento. Esses discursos manifestam uma intencionalidade, uma orientação ideológica do enunciador, produzida em determinado contexto histórico-espacial no qual ele está inserido. Nesse contexto, utilizar a análise do discurso (seguindo sua orientação francesa, que emergiu no final dos anos 1960 e teve como precursores Jean Dubois e Michel Pêcheux) foi importante para interpretar/decodificar a *fala* dos camponeses entrevistados (Silva, 2009).

Caregnato e Mutti (2006), Fernandes (2007) e Maziére (2007) argumentam que a análise do discurso ancora-se em três pilares: a ideologia, a história e a linguagem. A ideologia é o posicionamento do sujeito quando ele se filia a um discurso, compreendendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui uma representação; a história representa o contexto socioespacial desse sujeito; e a linguagem é a materialidade do texto expresso por ele. A combinação desses elementos induz a interpretação do sentido de sua enunciação. Essas diretrizes significam que a língua não é transparente, e o analista do discurso não é neutro, pois constrói uma interpretação acerca do discurso do outro.

Partindo desses pressupostos, Fernandes (2007) ressalta que o sem-terra (para essa pesquisa, o camponês assentado), como todo sujeito, vive em um mundo social no qual ocorrem vários processos de interação. Nessas interações, estabelecem-se interlocuções com outros sujeitos/grupos sociais, com outras questões ideológicas e políticas, enfim, com o mundo e parte da complexidade que o envolve. Por meio desses processos, o sujeito/grupo social constitui-se em espaços e tempos histórico-espaciais e seus atos verbais e não verbais têm sentidos de acordo com os aspectos socioculturais que englobam as condições de sua produção e que redefinem sua identidade social e a do grupo.

Os sujeitos sociais sofrem influência de formações discursivas, que, para Pêcheux (2009), são aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, influencia o que pode e deve ser dito (esquema 1). Em sua concepção, todo processo discursivo está inscrito em uma relação ideológica entre as classes sociais. Por isso, as ideologias não são ideias, mas materialidades. Elas não têm suas origens no indivíduo, mas constituem os indivíduos em sujeitos, em virtude de suas práticas sociais.

Esquema 1 – Representação da posição do sujeito, seu discurso e sua ideologia na conjuntura da luta de classes

Fonte: Pechêux (2009).
Elaboração: Rafael de M. Monteiro (2012).

Desse modo, a formação discursiva dos sujeitos é constituída por dois tipos de discurso: o interdiscurso e o intradiscurso. O interdiscurso são os conhecimentos construídos socialmente, que antecedem o sujeito; e o intradiscurso é o fio do discurso do sujeito, a materialidade (fala), a formulação do texto, efeito do interdiscurso, uma interioridade influenciada pelo exterior (Caregnato e Mutti, 2006; Pêcheux, 2009). Portanto, a finalidade da análise do discurso é tornar aparentes os aspectos referentes à existência social dos sujeitos/grupos sociais, levando em conta suas características linguísticas, políticas e ideológicas, as quais produzem suas posições nas formações socioespaciais e discursivas (Fernandes, 2007). Em nosso estudo, os discursos dos camponeses assentados refletem as relações de poder das quais eles participam no Assentamento Olga Benário. Essas relações podem ainda ser reveladas por outra técnica de pesquisa: as fotografias.

Segundo Martins (2009), o visual se torna, cada vez mais, documento e instrumento útil na leitura científica dos fatos e fenômenos sociais. Aliás, torna-se não apenas um documento, mas um registro capaz de perturbar as certezas formais oriundas do cientificismo. Loizos (2008) destaca que, embora a pesquisa social esteja tipicamente a serviço de complexas questões teóricas e abstratas, ela pode empregar como dados primários as informações visuais. Para L'Estoile e Sigaud (2006), as fotografias, como produtos visuais, participam de uma relação de troca com os pesquisados e com o espaço no qual o pesquisador está inserido.

Nesse sentido, as fotografias são registros da mentalidade de quem fotografa, de quem é fotografado e de quem as utiliza. Ou seja, não se deve pensar a fotografia sem pensar seu objeto e seu objetivo porque, por trás do registro fotográfico, existe a perspectiva do fotógrafo, seu modo de ver. A interpretação exige uma leitura tanto das presenças quanto das ausências de um registro visual (Loizos, 2008; Martins, 2009).

Para Martins, a fotografia é mais indício do irreal do que do real, é mais o supostamente real recoberto e decodificado pelo fantasioso, pelos produtos do autoengano necessário e próprio da reprodução das relações sociais e de seu respectivo imaginário. No que supostamente revela, e em seu caráter indicial, faz emergir também o ausente, dá-lhe visibilidade, propõe-se como realismo da incerteza:

> A fotografia vista como conjunto narrativo de histórias, e não como mero fragmento imagético, se propõe como memória dos dilaceramentos, das rupturas, dos abismos e distanciamentos, como recordação do impossível, do que não ficou e não retornará; memória das perdas; memória desejada e indesejada; memória do que opõe a sociedade moderna à sociedade tradicional, memória do comunitário que não dura, que não permanece; *memória de uma sociedade de rupturas, e não de coesões e permanências*; memória de uma sociedade de perdas sociais contínuas e constitutivas, de uma sociedade que

> precisa ser recriada todos os dias, de uma sociedade mais de estranhamentos do que de afetos (2009, p. 45, grifos nossos).

Assim, a fotografia em si, como coisa material, tanto pode dizer pouco como documento quanto pode enganar muito. Se tratada como imagem, isto é, expressão e documento do imaginário que há nos modos de ver, pode se tornar um documento auxiliar das ciências sociais e humanas, capaz até de renová-las no desafio teórico que seu advento e seu uso social propõem (Martins, 2009). Desse modo, a fotografia foi utilizada e interpretada como representação das relações de poder no Assentamento Olga Benário.

Contextualizando o fenômeno pesquisado: a produção das relações de poder no Assentamento Olga Benário

O Assentamento Olga Benário localiza-se no município de Ipameri/GO. Originou-se da desapropriação do imóvel rural Fazenda Ouro Verde/Santa Rosa[1] (extensão total de 4.322 hectares), ocorrida em 11 de agosto de 2004, com a emissão na posse em 22 de julho de 2005 e a criação oficial em 9 de agosto de 2005 (MDA/INCRA, 2006). Essa desapropriação foi negociada entre o proprietário da fazenda e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Visando acelerar a negociação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) estabeleceu um acampamento em frente à sede desse órgão em Goiânia. Após a negociação, as famílias acamparam na entrada da fazenda e, em seguida, puderam adentrá-la, passando a ser assentadas. Sua entidade representativa era, no início, o MST, visto que todas compunham esse movimento.

Entretanto, depois de três anos no assentamento como membros do movimento social, parte das 84 famílias desvinculou-se do MST. Desse rompimento, surgiu a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASPRAOB), constituída por cerca de cinquenta famílias. Dentro do grupo do MST, formou-se um subgrupo, o Coletivo Margarida Alves, composto por seis famílias em regime semicoletivo na terra. Essas famílias produziam conjuntamente em uma área total de 138 hectares, mas cada uma possuía dois hectares para produção de autoconsumo (Monteiro, 2010). Esse coletivo encontra-se em processo de separação. Nesse cenário, são configuradas as relações de poder no assentamento.

---

[1] No *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário* (MDA/INCRA, 2006), consta que o nome da fazenda desapropriada é Ouro Verde. No entanto, os camponeses a conhecem por Santa Rosa.

Para retratá-las, considerar-se-ão duas dimensões: a política e a do cotidiano. Na dimensão política, incorporam-se os conflitos internos desse território, envolvendo os camponeses, o INCRA e o MST, com ênfase nos percalços da organização socioespacial do trabalho. Na do cotidiano, abrangem-se as sociabilidades dos camponeses assentados, com ênfase no trabalho comunitário e na religiosidade.

Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias![2] **A dimensão política**

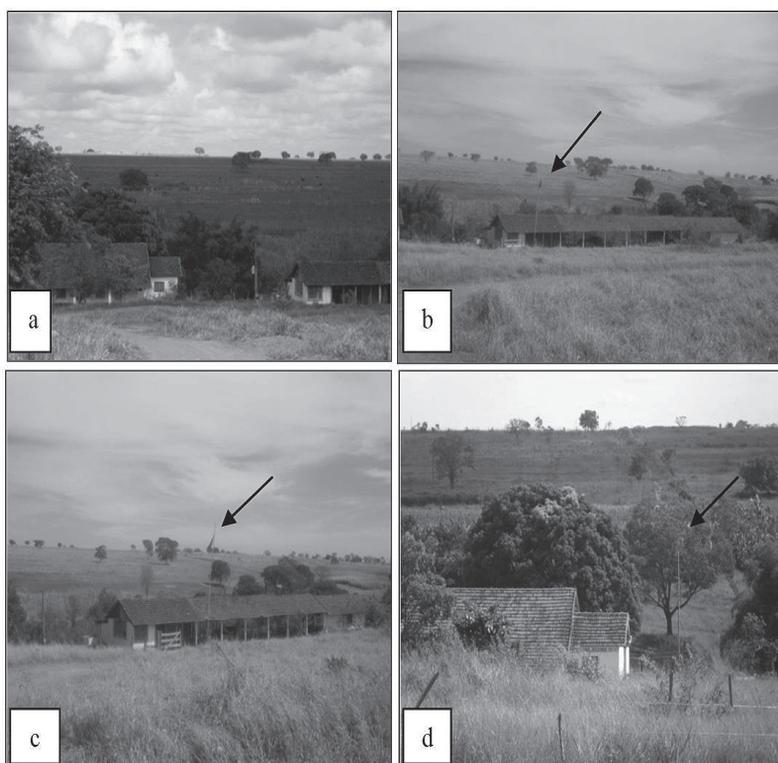
As relações de poder no Assentamento Olga Benário tornam-se evidentes para os visitantes logo na entrada. A placa oficial de criação do assentamento possui uma pichação que indica: "Aqui produz soja transgênica". De acordo com informações obtidas no decorrer dos trabalhos de campo, essa frase foi escrita em protesto contra o arrendamento de parcela de terras para plantio de soja transgênica, o que contraria as diretrizes do MST. Isso teria provocado um descontentamento por parte das famílias assentadas e se constituiu em um dos motivos do rompimento ocorrido nesse território, com a posterior formação da ASPRAOB. A fotografia 1 representa essa argumentação:

Fotografia 1 – Placa do assentamento pichada em função do plantio de soja transgênica

Autor: Rafael de M. Monteiro (2012).

[2] Ver Guimarães Rosa (2006).

As fragmentações produzidas no assentamento originaram metamorfoses territoriais, além da transformação original, quando o latifúndio tornou-se um assentamento. Um dos símbolos espaciais desse processo é o retiro, conjunto de residências em que os antigos trabalhadores da fazenda habitavam e que se localiza na entrada do lugar. Se, antes do assentamento, o retiro representava a exploração do trabalho pelo latifúndio, após a formação deste, tornou-se área comum para os assentados, até 2010. A partir dessa data, fixou-se nele uma bandeira do MST, tornando-o um espaço do movimento. Houve um acordo entre MST e ASPRAOB: o retiro ficaria sob utilização do movimento, e a sede da fazenda, distante oito quilômetros da entrada principal, sob responsabilidade da associação (Monteiro, 2010). Essa é outra evidência das relações de poder no assentamento, conforme demonstra a fotografia 2.

Fotografia 2 – Área do retiro ocupada pelo MST no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: a) ano de 2009, quando o retiro era área comum para os assentados; b) e c): ano de 2010, quando a área do retiro foi apropriada pelo MST; e d) ano de 2012, local de funcionamento da secretaria do MST

Autores: Rafael de M. Monteiro (2009, 2010) e Waldivino G. Firmino (2012).

Esse mosaico de imagens que compõe a fotografia 2 apresenta-se como um conjunto narrativo de histórias e transformações socioespaciais, memória de rupturas, dilaceramentos e distanciamentos, de acordo com as teorizações de Martins (2009) acerca das fotografias. Esta, aliás, é uma das vantagens do uso dos registros fotográficos: a possibilidade de periodizar e entrelaçar temporalmente os acontecimentos.

Parte expressiva das frustrações dos camponeses assentados advém da carência/insuficiência de recursos financeiros, creditícios e/ou tecnológicos disponibilizados pelo INCRA. Além disso, eles reclamam da ausência de autonomia em relação aos créditos acessados; por exemplo: não podem escolher o estabelecimento comercial em que querem comprar, o preço a pagar pelo produto adquirido, nem a qualidade deste, uma vez que as mercadorias devem ser retiradas em um único local. Os camponeses não acessam dinheiro, fazem pesquisas de preço em, no mínimo, três estabelecimentos comerciais locais e firmam um acordo com o mais barato. Sobre essa falta de autonomia em relação aos créditos, o fragmento discursivo 1 é emblemático, pois um dos camponeses entrevistados ressalta que esse modelo

> é bem pior porque se o dinheiro fosse obviamente na mão da pessoa você teria um poder de barganha maior né e poderia escolher um material de melhor qualidade porque uma coisa é você tá com o dinheiro pra você comprá, que você pudesse comprá em qualquer lugar e outra é você ser obrigado a comprar numa loja com a planilha [de preços] já determinada, então [...] o preço é aquilo né e você num pode sair daquilo (entrevistado 2, fragmento discursivo 1, 2 jun. 2012).[3]

O recurso financeiro-produtivo mais visado pelos assentados é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), da ordem de R$ 30 mil (três anos de carência para começar a ser pago). Contudo, nenhuma família do assentamento conseguiu acessá-lo. Nem mesmo a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) foi liberada pelo INCRA. O fragmento discursivo 2 apresenta a insatisfação de uma família camponesa com essa situação:

> Nem tem perspectiva pra pegar não [PRONAF], era prá tê pego há vários anos atrás né e tem vários problemas pra pegá, burocracia muito grande, provavelmente não vamo pegá esse ano também não (*filho do camponês*). Essa questão do PRONAF, por exemplo, é uma coisa bem complicada [...] que pra gente conseguir acessá ele a gente vai ter que tá com

[3] Optou-se por manter a fidelidade na transcrição da fala dos entrevistados com base no pensamento de Whitaker, segundo o qual "os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos" (2002, p. 116).

> as parcelas cercadas, todas as APPs também, as áreas de preservação, então tudo nós temo que cercá antes prá tê acesso ao PRONAF. Aí nós num temo recurso e o INCRA que deveria fornecer esse recurso ou mesmo até, porque como a gente já pegou uma terra que já deveria ter sido cercada antes, então se é uma lei, então o fazendeiro já devia ter feito, então ele repassou pra gente sem cercá e agora a gente tem que cercá e não temo recurso (*camponês*) (entrevistado 2, fragmento discursivo 2, 2 jun. 2012).

De modo geral, o sentido dos discursos enunciados evidencia um descontentamento dos camponeses em relação às dificuldades da vida no assentamento. Isso corrobora as argumentações de Caregnato e Mutti (2006), Fernandes (2007), Maziére (2007), Pêcheux (2009) e Silva (2009) de que a análise do discurso visa compreender e interpretar os sentidos do discurso, uma vez que considera que a língua não é transparente e revela intencionalidades dos enunciadores, gestadas conforme suas ideologias e seu contexto histórico-espacial. O fragmento discursivo 3 apresenta um discurso no qual o camponês considera que o processo de assentamento e de reforma agrária desenvolvido é

> muito decepcionante né, a gente esperava que fosse uma coisa bem maior [assentamento], bem mais profunda [reforma agrária] e o que a gente vê é isso né, as famílias são jogadas aqui, de uma forma né, que quase que nós nos tornamo aqui uma favela rural né, as famílias passando dificuldade, num tem condições porque eu acho que plantá, tentá produzi numa terra degradada, sem nenhuma estrutura né, e a condição de vida que a gente leva aqui, é degradante mesmo, então, prá nós é muito decepcionante, porque a gente sonhava com uma outra coisa e vê que a realidade é bem diferente (entrevistado 2, fragmento discursivo 3, 2 jun. 2012).

No período inicial de formação do assentamento, surgiram propostas organizativas baseadas em modelos coletivos e/ou semicoletivos. Porém, os camponeses optaram pelo modelo familiar. A exceção foi o grupo de famílias comandado por uma das lideranças do MST que decidiu formar o Coletivo Margarida Alves. Atualmente (2012), esse coletivo encontra-se em processo de separação, pois, das seis famílias que o compõem, três decepcionaram-se com a condução do coletivo pelas demais, que possuem laços de parentesco entre si (incluindo a liderança do MST). Relata-se que, após a formação do assentamento, a liderança tomou medidas que deixaram o bem coletivo em segundo plano, o que motivou muitas famílias a se desvincularem do movimento e a fundarem a ASPRAOB. As fotografias 3 e 4 apresentam as placas indicativas da existência da associação e do coletivo.

Fotografia 3 – Placa indicativa da existência da ASPRAOB no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO

Autor: Rafael de M. Monteiro (2009).

Fotografia 4 – Placa indicativa da existência do Coletivo Margarida Alves no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO

Autor: Rafael de M. Monteiro (2009).

Questionada sobre a formação do Coletivo Margarida Alves, uma camponesa respondeu:

> O coletivo lá foi quando foi dividir as parcela e o MST tinha um sonho em criar agrovila, trabaiá coletivo, todo mundo junto, aí construir a, fazer a agrovila né e aí separado pra trabalhá coletivo, só que ninguém quis porque coletivo é difícil dá certo porque individual é melhor porque cada um trabalha o dia e a hora que pode e do jeito que gosta e quando é coletivo não (entrevistada 1, fragmento discursivo 4, 17 mai. 2012).

Esse fragmento discursivo demonstra que o trabalho coletivo, com a socialização dos meios de produção e dos resultados do trabalho, não faz parte das tradições socioculturais camponesas. Portanto, apesar do trabalho de formação política desenvolvido pelo MST na fase de acampamento, ao adentrarem o assentamento, esses ideais, eventualmente compartilhados, *caem por terra.* Ressurge o desejo da terra para o trabalho da família camponesa. Todavia, outras práticas associativas são vistas de forma positiva, como apresenta o fragmento discursivo 5, enunciado pela mesma assentada:

> O assentamento pensa mais assim: buscá e vendê coletivo e produção individual, pra dá mais certo [...] Porque igual o que a gente tem que sentá e organizá: vamos produzí o quê? O que for melhor e todo mundo produzí individual e vendê coletivo [...] Porque se eu plantá maracujá, o outro plantá, é, abóbora e cada um planta um trem, num vai vir um caminhãozinho [de agroindústrias e empresas do ramo agropecuário] buscá de cada um, então se a gente produzí a mesma coisa, individual, e vendê coletivo aí funciona (entrevistada 1, fragmento discursivo 5, 17 mai. 2012).

Percebe-se que a ideia não é coletivizar a terra entre todas as famílias do assentamento; essa proposta, os camponeses rejeitaram. O ideal é que cada família possa produzir em sua propriedade e, ao final, a produção (do mesmo produto) seja somada para ser comercializada mais facilmente no mercado. Interessante que a resposta da camponesa deixa subentendida a pretensão de comercializar com empresas agropecuárias e agroindústrias, o que poderia representar uma subordinação dos camponeses a essas empresas, mas seria uma garantia de renda para a família.

O fragmento discursivo 6, enunciado por um camponês membro do MST, reforça essa argumentação:

> O que vingou mesmo foi trabalhar individualmente [...] porque o pessoal não tem conhecimento ainda de trabalhar coletivamente [...] o pessoal rejeitou muito essa proposta [...] Eu defendia muito que fosse o semicoletivo porque a gente teria uma parte que você

> poderia tocá individualmente e outra parte que seria [...] coletivamente. Porque essa fazenda ela tem muito potencial prá você trabalhar coletivamente, por exemplo, nós poderíamos tá aqui explorando [...] apicultura, que nós temo muita área de reserva, poderia tá trabalhando aí com baru, que tem bastante também. Na época da, alguns períodos aí por exemplo de pequi, tem bastante, a gente poderia tá trabalhando isso coletivamente, mas num vingou a ideia (entrevistado 1, fragmento discursivo 6, 2 jun. 2012).

Esse assentado, por ter feito parte da coordenação de acampamentos e por integrar o Setor de Finanças do MST no Assentamento Olga Benário, possui maiores esclarecimentos em relação à produção coletiva e/ou semicoletiva, o que é resultado de sua formação política. Por outro lado, a materialização da ASPRAOB representou um símbolo da resistência camponesa, como elucida o fragmento discursivo 10:

> Outra forma de organização que as pessoas conheciam era a associação. Se pensava e tinha muito conversa sobre isso, que era algo como o movimento [que] tem praticamente as porta aberta no INCRA prá discutí com o superintendente né, e bate boca e tem força política né [...] E eles pensava que a associação em si seria da mesma forma né, o pessoal criô né [...] aí era reunião direto e ia, o pessoal tava empolgado com isso. Quando viu que o negócio era, que o buraco era mais embaixo né, que eles tentava mas as porta tava fechada né, aí o pessoal foi desmotivando, tanto é que hoje tem a associação mas a força política aqui dentro é muito inferior ao movimento que tem o número de famílias menor (entrevistado 2, fragmento discursivo 10, 2 jun. 2012).

A ausência de uma orientação técnica aos assentados fez com que a experiência da associação não funcionasse como o esperado e suas condições de existência pouco melhorassem. Além disso, houve um enfraquecimento político dos assentados, divididos em diferentes grupos que realizavam e ainda realizam ações separadas uns dos outros. O fragmento discursivo 11 representa esse fato:

> Olha eu acho que isso é prejudicial prá todo o coletivo [...] porque uma coisa era quando a gente tinha a força que a gente tinha quando tava aglutinado todas as famílias. O que é o problema nosso aqui dentro mesmo: muitas coisas que acontecem aqui que poderia não tá acontecendo, dificilmente aconteceria se nós tivesse num grupo só, da forma como nós viemo pra cá. Por exemplo [...] até a força nossa na prefeitura. Hoje nós temos um grupinho que vai, do MST, prá reivindicá as coisa da prefeitura, vai depois um outro grupinho que é da associação, vai alguns individualmente e recebe a mesma coisa, a mesma resposta: não! (entrevistado 2, fragmento discursivo 11, 2 jun. 2012).

Portanto, as fragmentações internas desse território comprometeram e ainda comprometem seu desenvolvimento. Todavia, essas fragmentações, originadas das relações de poder entre os camponeses assentados com o MST e o INCRA, não anulam as sociabilidades camponesas, manifestadas no assentamento por meio do trabalho comunitário, da religiosidade e do trabalho familiar nas parcelas de terra, construindo o cotidiano e as territorialidades desse lugar.

Sertão é o sozinho, é dentro da gente![4] A dimensão do cotidiano

O cotidiano no Assentamento Olga Benário revela, além da dimensão dos conflitos, as sociabilidades camponesas construídas nesse território, ou seja, suas territorialidades. A presença dos conflitos políticos não anula a existência de relações de vizinhança, de trabalho comunitário, eventuais festas e participação em atos religiosos, sem contar o trabalho familiar nas parcelas de terra. Em 2011, realizou-se um mutirão para construir a moradia de um novo assentado, como explicita a fotografia 5.

Fotografia 5 – Mutirão para construção de moradia no Assentamento Olga Benário/ Ipameri/GO

Autor: Rafael de M. Monteiro (2011).

[4] Ver Guimarães Rosa (2006).

Novamente, no ano de 2012, os camponeses assentados uniram-se em mutirões para construir uma ponte no assentamento, com o intuito de facilitar as locomoções internas. O trabalho comunitário serviu para realizar uma tarefa cabível ao INCRA, que deveria encaminhar os problemas do assentamento aos órgãos competentes a fim de solucionar a questão. A fotografia 6, em mosaico, é representativa dessa afirmação e narra as fases do trabalho comunitário.

Fotografia 6 – Mutirão para construção de uma ponte no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: a) e b): início dos trabalhos; c) erguimento das hastes da ponte; e d) conclusão do levantamento das hastes da ponte

Autor: Waldivino G. Firmino (2012).

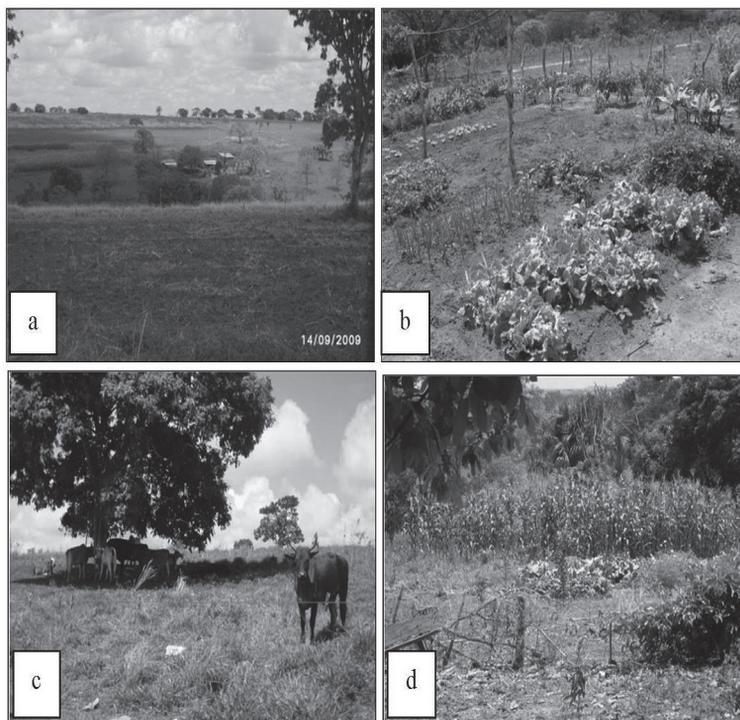
Esse território é perpassado também pela religiosidade dos camponeses, que atribuem a persistência na luta pela/na terra à sua fé e à sua religião. Nesse lugar, múltiplas crenças se manifestam, como o catolicismo, o protestantismo e o espiritismo. A fotografia 7 mostra a presença de uma igreja evangélica no assentamento, na qual famílias

se reúnem para professar sua fé, o que revela um dos níveis da dimensão cotidiana do assentamento e um espaço propício ao fortalecimento das relações de vizinhança e amizade entre os assentados. No assentamento, em todos os sábados há missas na sede da fazenda e encontros de oração em casas de assentados. Além disso, a Igreja Católica de Ipameri, na figura da coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT), atua para emplacar projetos no assentamento. Por parte das famílias evangélicas, são realizados cultos às quartas-feiras à noite e aos domingos pela manhã e à noite.

Fotografia 7 – Igreja evangélica no Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO

Autor: Rafael de M. Monteiro (2012).

O trabalho das famílias em seus respectivos lotes de terra também constitui o cotidiano do assentamento. Nesse espaço, tradicionalmente, as mulheres dedicam-se ao trabalho doméstico e às hortaliças, e os homens, ao trabalho nos cultivos agrícolas e na pecuária. As crianças e jovens auxiliam nesses afazeres. A fotografia 8, como um mosaico de imagens, simboliza essa dimensão cotidiana a partir do trabalho produtivo familiar.

Fotografia 8 – Dimensões do trabalho familiar no cotidiano do Assentamento Olga Benário/Ipameri/GO: a) vista de uma unidade produtiva; b) produção de hortaliças para autoconsumo; c) criação de bovinos; e d) cultivos agrícolas

Autor: Rafael de M. Monteiro (2009).

Dessa forma, percebe-se a importância do valor da família para os camponeses, juntamente com a terra e o trabalho. Da produção familiar, obtêm-se o autoconsumo e o excedente a ser comercializado nas feiras e comércios locais/regionais. Nessa perspectiva, ressaltar a dimensão do cotidiano no assentamento é importante para evidenciar que a dimensão política não é capaz de explicar a totalidade das relações sociais nesse território. Além dos conflitos, emergem as relações de vizinhança, ajuda mútua, reciprocidade, religiosidade, enfim, territorialidades camponesas.

Considerações finais

Desenvolver uma pesquisa com caráter qualitativo não significa, ao contrário do que por vezes se pensa, empreender estudos sem critérios de qualidade, confiabilidade e rigor científico. A pesquisa qualitativa possui procedimentos metodológicos capazes de

imprimir objetividade, criticidade, consistência e confiança aos resultados alcançados, sistematizados e disponibilizados à comunidade acadêmica e à sociedade. Entretanto, deve-se asseverar que a escolha correta da metodologia faz diferença na qualidade dos trabalhos. Logo, as técnicas de investigação devem estar atreladas aos objetivos propostos. Escolhas inadequadas podem impedir que se alcancem respostas seguras às problemáticas levantadas e que se conduzam os trabalhos empíricos de maneira satisfatória.

Em virtude disso, escolheram-se a análise do discurso e as fotografias como procedimentos de investigação para compreender as relações de poder no Assentamento Olga Benário. Os discursos enunciados pelos sujeitos/grupos sociais expressam os conflitos políticos ocorridos no assentamento, são as enunciações articuladas aos discursos dos grupos dos quais participam. As fotografias também são capazes de representar as relações de poder e possibilitam a visualização de suas manifestações territoriais. Além disso, documentam as territorialidades cotidianas dos camponeses assentados, explicitando que, para além da dimensão política dos conflitos, existe no assentamento a dimensão cotidiana, das sociabilidades e territorialidades camponesas. Considera-se importante a aplicação dessas técnicas na pesquisa empreendida e julga-se prazerosa a articulação metodológica com o fenômeno empírico estudado. Assim, deixa-se a sugestão para futuras pesquisas e pesquisadores que desejem aprofundar as discussões sobre metodologias qualitativas e suas aplicações.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda e GEWANDSZNAJDER, Fernando. "O debate contemporâneo sobre os paradigmas". *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, pp. 129-46.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR – 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002a.

——. *NBR – 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002b.

——. *NBR – 14724: 2011: informação e documentação: trabalhos acadêmicos*. Rio de Janeiro, 2011.

BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CAREGNATO, Rita C. A. e MUTTI, Regina. "Pesquisa qualitativa: análise do discurso *versus* análise de conteúdo". *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, out.-dez. 2006, pp. 679-84.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DEMO, Pedro. "Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo". *Revista Latino-Americana*, Ribeirão Preto, abr. 1998, v. 6, n. 2, pp. 89-104.

FERNANDES, Cleudemar A. *(Re)tratos discursivos do sem-terra*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

L'ESTOILE, Benôit de e SIGAUD, Lygia (orgs.). "Caderno de fotos: fotografia e pesquisa de campo". *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 190-28.

LOIZOS, Peter. "Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa". In BAUER, Martin e GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7 ed. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 137-50.

MARTINS, José de S. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAZIÉRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MDA/INCRA. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário*, 2006.

MONTEIRO, Rafael de M. *Território em conflito: tramas e tessitura do poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri/GO* (trabalho de conclusão de curso). Graduação em Geografia. UEG, 2010, 110 p.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

SILVA, Jeane M. "Análise do discurso e pesquisa qualitativa na geografia". In RAMIRES, Julio C. de L. e PESSÔA, Vera L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 91-118.

SPOSITO, Eliseu S. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SUCUPIRA FILHO, Eduardo. *Introdução ao pensamento dialético: o materialismo da Grécia clássica à época contemporânea*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

WHITAKER, Dulce C. A. *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

Parte 3
Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos urbanos

O discurso do medo e sua influência na geografização das práticas de violência

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Não é de hoje que a violência tem deixado de se apresentar como um fenômeno urbano para se constituir como um evento constante no cotidiano das cidades, despertando a preocupação de gestores públicos (em suas três escalas de atuação), empreendedores urbanos e segmentos da sociedade civil organizada.

No meio acadêmico, a difusão dos eventos de violência tem despertado o interesse de diversos campos do conhecimento, todos, segundo sua especialidade, voltados à compreensão dos fatores responsáveis por sua origem e das consequências (sociais e espaciais) de sua difusão. Os debates sobre a violência, especialmente aquela evidenciada nos espaços urbanos, têm uma de suas origens no campo da psicologia e da filosofia, a partir da análise do comportamento do indivíduo. Por intermédio dos sociólogos, a discussão ganha maior complexidade, quando passa a ser observada a partir da relação e das influências de grupos, ou seja, como um evento coletivo. Na geografia, a inclusão desse tema foi despertada tardiamente, em especial, pelos geógrafos marxistas preocupados com os efeitos espaciais do processo de exclusão socioespacial.

Foi com base na compreensão sobre a necessidade de contribuirmos para a análise da influência geográfica dos eventos de violência no processo de produção dos espaços, em particular o urbano, que propusemos essa problemática como tema a ser pesquisado pelo Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial, da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (GIDs/UFCG), por meio das linhas de pesquisa Produção do Espaço e Desenvolvi-

mento Regional (GEDURB), Geografia da Saúde e Questões Metodológicas e Monitoramento e Sustentabilidade Ambiental. Estruturamos o resultado das discussões em um projeto de pesquisa desenvolvido pelo grupo, tendo a cidade de Campina Grande/PB como recorte territorial analítico.

Inicialmente, essa pesquisa esteve pautada na análise da geografização da violência com base nos parâmetros da pesquisa qualitativa e teve como umas das principais referências os textos de Minayo (1998, 2005) e Lefèvre e Lefèvre (2003), por meio dos quais estruturamos uma hemeroteca cuja análise do discurso possibilitou mapear os eventos de violência em Campina Grande e observar as intencionalidades do discurso da violência e do medo, conforme pudemos verificar em Santos (2011). A segunda etapa esteve pautada na análise teórica sobre a geografização da violência a partir da difusão desse discurso, observando-se a consequência do processo de desconcentração territorial da violência no Brasil e suas consequências na dinâmica territorial de espaços com complexidade urbana intermediária – as cidades médias e as de porte médio –, sendo este o principal foco do texto ora apresentado.

A junção dos fundamentos metodológicos possibilitou uma leitura sobre a intencionalidade do discurso na difusão da geografia do medo como um "mito" decorrente do aumento da violência nos espaços urbanos. A associação desse evento a um "mito" sustenta-se no argumento de que, embora seja fato o aumento dos indicadores de violência, especialmente nas cidades de porte médio ou nas cidades médias, o maior impacto no cotidiano urbano decorre dos discursos provenientes desse evento, tanto os oficiais, que são difundidos pela mídia e despertam na sociedade a "sensação de catastrofismo", quanto aqueles reproduzidos em imagens criadas pelos próprios sujeitos sociais que se apropriam dos espaços.

Em uma pesquisa sobre a violência urbana e as mudanças de territorialidades provocadas pelas relações sociais de poder entre grupos que disputam o domínio de um mesmo espaço, a identificação dos diferentes discursos sobre a expressão geográfica caracteriza-se como um elemento fundamental. A cidade do medo, como uma das expressões da organização territorial da insegurança urbana, é contextualizada de forma diferenciada entre os diversos sujeitos sociais. A superposição dessas impressões sobre o urbano, produto da violência, é possível a partir da montagem de uma matriz discursiva, na qual se evidenciam os diferentes discursos sobre as expressões da violência no espaço urbano.

Contudo, o fato de se ter como meta elaborar uma matriz sobre as informações de relação entre os indicadores geográficos e as práticas de violência urbana torna necessário o uso do aporte de procedimentos da pesquisa quantitativa, especialmente no que se refere à formação do rol de ocorrências relacionadas às suas geograficidades, que são

utilizadas, portanto, como estratégia amostral da situação evidenciada na atual estrutura socioespacial em cidades de médio porte, especialmente em municípios nordestinos.

Embora ainda em desenvolvimento, a pesquisa realizada pelo GIDs constatou, segundo os registros oficiais, a existência de um processo significativo de desconcentração dos casos de violência no Brasil, levando em consideração o fato de que o país vivencia uma nova etapa de reconfiguração de seu quadro socioterritorial no que se refere ao indicador mencionado, o qual se agrava a partir da difusão do discurso do medo, especialmente em cidades de porte médio, onde ainda se evidencia uma ausência do Estado e da implementação de tecnologias para prevenir e reduzir as violências.

Este texto está dividido em três partes. Na primeira, analisamos os fundamentos conceituais e teóricos que caracterizam a violência como um evento geográfico de grande influência no ordenamento urbano. Trabalhamos a noção de espaço e de violência a partir do discurso e da intencionalidade. Na segunda, examinamos os fatores responsáveis pela desconcentração da violência no Brasil e seu rebatimento nas cidades de complexidade urbana emergente. Na terceira, por fim, apresentamos uma breve descrição dos procedimentos adotados com ênfase na formação do discurso como fomento à difusão da sensação do medo e de insegurança.

A geografia do medo: mito ou realidade a partir do discurso

A violência corresponde a um tema controvertido e dialético, produto tanto de um sensacionalismo difundido em diferentes meios de comunicação de massa quanto de fatos registrados e mensurados por órgãos oficiais (Waiselfisz, 2008) e dos relatos das experiências qualitativas pautadas em reproduções de imagens que os cidadãos passam a materializar acerca de seu espaço de vivência. Isso demonstra que o “medo” ou a “sensação de insegurança” corresponde a uma tendência mundial, mas bem evidenciada em países com fortes diferenças sociais. A presença dessa “sensação de risco constante” tem se constituído em uma realidade presente não apenas nas grandes cidades, mas, de forma cada vez mais ampla, em cidades de porte médio ou cidades médias, além dos registros de aumento em cidades pequenas.

Ao contrário do que se evidenciou em décadas anteriores, o aumento da violência nos espaços urbanos de média e baixa complexidade já se apresenta como um fato na realidade brasileira; embora o evento da violência nos espaços urbanos não se apresente como algo novo, uma vez que, já na Idade Média, por exemplo, a imagem da cidade se estruturava por uma conjuntura contraditória: se, por um lado, expressava sensação de segurança, por outro, era um espaço constituído pela difusão da violência.

Emana no âmago da realidade urbana emergente a evidência de práticas prejudiciais ao indivíduo, tanto no que se refere à sua integridade física quanto no que

diz respeito ao seu patrimônio, o que influencia a difusão de concepções que passam a adjetivar o espaço urbano, a exemplo das noções de segregação e exclusão social e territorial. Nas cidades do passado, assim como nas de hoje, a violência se torna um elemento que condiciona as práticas urbanas de uso e ocupação do solo, ainda que com níveis de complexidade diferentes entre as duas realidades observadas nesse exemplo, a cidade da Idade Média e as cidades de hoje.

Para Le Goff, na Idade Média/na Antiguidade, por exemplo, as práticas do roubo correspondiam a um crime cuja punição era bem mais severa do que a realizada nas cidades de hoje, cuja violência tornou-se expressão da agressão ao psicológico da coletividade. "Hoje, estaríamos quase mais preocupados com as incivilidades, os desentendimentos cotidianos aparentemente sem gravidade, as pequenas agressões" (1998, p. 73).

O sentido da violência nas cidades de hoje é, portanto, diferente de seu significado em outros momentos da história, pois a complexidade social coloca em xeque não apenas a integridade física ou a propriedade pessoal ou coletiva, mas a própria integridade psicológica do indivíduo-cidadão e da coletividade social, no que diz respeito ao amor à cidade por meio da formação de uma identidade com a mesma decorrente de práticas cotidianas. Os espaços nas cidades se tornaram o espaço das diferenças, do desconhecido, do estranhamento e da submissão ao medo da agressão física e simbólica (Carlos, 2001).

A violência urbana, como materialização das práticas socioespaciais (individuais ou coletivas), corresponde a uma questão de interesse geográfico, na medida em que condiciona as práticas urbanas dos diferentes segmentos da sociedade, incluindo os sujeitos responsáveis por seu planejamento e ordenamento territorial. De acordo com Rodrigues (2002), a violência é expressa no ambiente urbano a partir de alguns indicadores considerados fundamentais ao processo de ordenamento desse espaço, como a falta de urbanidade.

O fato é que a violência expressa no espaço consolida a segregação urbana por meio da reprodução de espaços de insegurança – maior parte dos espaços da cidade ocupados principalmente por uma população de baixo poder aquisitivo – e espaços compostos por edificações que se constituem cada vez mais como verdadeiras fortalezas.

Diante do quadro de referência apresentado, a violência se constitui como prática ou atentado, físico ou moral, que venha a gerar danos à vítima (Eufrásio, 2009). Nesse campo de ação, percebemos diariamente que a violência se propaga rapidamente em diversas escalas, sendo identificada em inúmeros tipos de expressão, como individual, sexual, contra o patrimônio, psicológica, entre outros. Os aspectos comuns entre essas expressões estão relacionados ao fato de passarem a ter significado urbano quando entendidas em sua geografização.

Em virtude das diferentes maneiras de se praticar a violência, podemos destacar que esta se evidencia de forma mais intensa em espaços segregados tanto pelas relações de produção quanto pelas intencionalidades que condicionam seu uso ou não uso. O discurso da "geografia da violência" materializa-se, portanto, na própria concepção de espaço e em suas variantes, especialmente no que se refere às relações de poder presentes no espaço e nas concepções de violência e insegurança.

Santos concebe o espaço como um metaconceito para a geografia, o qual se constitui como um "conjunto indissociável e solidário de sistemas de objetos e ações" (1997, p. 51). Em sua relação com a violência, essa concepção é apropriada ao estudo do medo urbano, visto que é no ambiente urbano que encontramos maior complexidade de objetos e ações, representados pelas relações de trocas entre todos que o compõem.

O aumento da violência em espaços de uso coletivo, associado ao consequente sentimento de insegurança, constitui-se, nas sociedades de hoje, como sequela das transformações radicais observadas nos espaços urbanos, as quais são decorrentes de uma série de eventos conflitantes e cada vez mais complexos que envolvem os diversos sujeitos sociais. O entendimento das consequências espaciais de sua geografização torna-se, assim, um desafio para os setores administrativos responsáveis pelo ordenamento urbano.

Como realidade socioespacial, a violência materializa-se nas práticas de agressão (moral, psicológica ou física), contra o patrimônio e contra as pessoas, sendo "as péssimas condições sociais e de qualidade de vida e as injustas estruturas em que vive a maioria da população [...] as bases e os germes da violência" (Gomes, 1993, p. 11). Contudo, o debate sobre essa questão ainda gera incertezas, por causa da dificuldade de se identificarem os aspectos que caracterizam a violência em espaços urbanos.

Para compreender melhor a complexidade da relação entre violência e espaço, complexidade que se materializa nos discursos, recorremos a dois importantes dicionários filosóficos. Segundo Abbagnano, a palavra violência origina-se do latim *violentia* e corresponde a "ação contrária à ordem [moral, jurídica ou política] ou à disposição da natureza" (2012, p. 1198), tendo como causa primária a vontade de poder. Já Audi (2006, p. 983) vai um pouco além, ao designar a violência como expressão do uso da força para causar dano físico, emocional ou psicológico. Ao se expressar no espaço, a violência materializa-se no âmbito físico, pois influencia suas estruturas e formas, e no âmbito psicológico ou emocional, pois influencia os valores e práticas sociais. É, portanto, um evento determinante em funções e processos espaciais.

No contexto físico, a violência é expressa contra o indivíduo e seu patrimônio, sendo geograficamente delimitada como evento socioespacial. Já no contexto moral, interfere nas condições de acessibilidade do sujeito-indivíduo ao se infiltrar em sua mente, atuando na imagem de cidade reproduzida ele e, portanto, em seu discurso. No

primeiro caso, pode-se falar da geografia da violência e, no segundo, da geografia do medo ou da insegurança.

Essas relações de violência são favorecidas nas práticas do homem com o espaço em que vive, as quais nem sempre ocorrem de forma harmoniosa, uma vez que envolvem uma disputa constante por territórios, sendo materializadas por competições, rixas, disputas etc., segundo as intencionalidades dos sujeitos sociais que as praticam. Conforme salienta Eufrásio (2009), a violência remonta às ocupações primitivas, organizadas em grupos, nos quais o convívio estava condicionado às formas de ocupação (relações de poder no espaço).

A preocupação com a violência configura-se, portanto, como um tema presente em diversos debates sobre o uso funcional e coletivo de espaços, tendo em vista a natureza destes para o contexto social a partir das intencionalidades dos sujeitos e das relações de poder estabelecidas entre eles. A violência é, então, um mecanismo de produção e reprodução de territórios.

A origem do termo *território* encontra-se diretamente relacionada às práticas que justificam as formas pelas quais o homem vem participando da produção do espaço em que vive. Assim, o uso dessa concepção passa a ser associado a uma diversidade de significações, quase sempre ligadas às relações de poder entre os sujeitos sociais. Mais do que a compreensão do significado de território, o problema passa a ser a necessidade de identificar suas diversas origens e, assim, definir as tendências ou imagens produzidas como mecanismo de apropriação do espaço.

O questionamento sobre a produção do espaço, expresso como território, demanda a necessidade de identificar não apenas os sujeitos ou como eles atuam, mas os motivos que os levam a atuar de determinada maneira e não de outra; de valorizar determinados elementos socioespaciais e desconsiderar outros; de optar por algumas formas de participar da produção do espaço e ignorar outras igualmente relevantes.

Tais contradições justificam o fato de muitos pesquisadores conceberem a existência de uma crise na cidade e da cidade, a qual se materializa no aumento dos casos de violência e pela própria difusão do discurso do medo. Essa crise, no entanto, não se evidencia apenas em termos de uma matriz teórica representada por diversas indefinições conceituais, mas como fruto das próprias relações socioespaciais que acabam influenciando os indivíduos a submeterem o uso dessa terminologia a qualquer fator, conjuntura ou modelo, sem se preocupar com a identificação dos elementos que condicionam sua produção: organização e reorganização dos espaços. Isso propicia a construção de mitos e, com eles, a (re)produção de formas e processos que caracterizam os territórios como expressão geográfica das relações sociais no espaço urbano (Haesbaert, 2004).

Assim, os sujeitos sociais são concebidos como mentores das divergências na produção do espaço, segundo as quais o território da apropriação é, simultaneamente,

o da desapropriação e o da condição. Alguns de forma consciente, estruturando os elementos que possibilitem determinado tipo de formação socioespacial; outros de forma espontânea, sem maiores preocupações com os debates que resultam na produção social do espaço.

Como essência, essas intencionalidades são pouco percebidas pela sociedade, já que a população, de modo geral, tem restrições para observar os condicionantes que tornam os arranjos aparentemente invisíveis, especialmente quando estes produzem e reproduzem um discurso de massificação da sensação de insegurança imbuído na sociedade, incertezas quanto à relação entre a ausência de usos dos espaços e a reprodução do sentimento de insegurança. De fato, dependendo da intencionalidade do discurso, a geografização da violência decorre, por uma perspectiva, do sentimento do medo originado pela redução do uso dos espaços e, por outra, da redução do uso dos espaços como consequência da difusão do discurso do medo.

Nesse contexto, a geografia do medo se apresenta como "mito", pois sustenta seu alicerce na intencionalidade dos discursos, se concebermos intencionalidade como "propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos" (Searle, 2002, p. 1). Expressões como crenças, temores, esperanças e desejos se configuram como indicativos de intencionalidades, uma vez que se caracterizam como fenômenos que representam determinada coisa ou objeto (Audi, 2006) e são, portanto, o resultado da mente tentando obter uma satisfação.

Exemplos disso estão pautados nos estereótipos reproduzidos pela mídia ao associar as condições sociais à expressão da geografia do medo ou ao condicionar a imagem de segurança à materialização de relações de poder das práticas territoriais de alguns sujeitos sociais. Cria-se, desse modo, um discurso "virtual do medo urbano", segundo o qual a sensação de insegurança passa a ser independente das condições sociais dos indivíduos.

Logo, a geografização da violência no espaço urbano é pautada não apenas em eventos reais, expressos em números e devidamente mensurados por setores do Estado responsáveis pelo processamento de ocorrências, mas também em aspectos virtuais, materializados em discursos que interferem de forma mais agressiva na dinâmica urbana, uma vez que se infiltram no imaginário social e condicionam o uso dos espaços por meio da sensação de insegurança. Produz-se, assim, uma imagem catastrófica para o futuro da cidade.

A desconcentração geográfica da violência e seus efeitos no imaginário social

A violência, como evento social dos espaços urbanos, tem passado por uma alteração em sua escala de abrangência e em suas condições de difusão, na qual se evidencia

uma desconcentração dos eventos e de seus impactos socioterritoriais, conforme mostra o mapa da violência 2012 (Waiselfisz, 2011).

De fato, tem se evidenciado uma mudança nos padrões de violência fatal no Brasil, especialmente no que se refere ao processo de desconcentração, em que os grandes centros vêm reduzindo o número de crimes letais contra o indivíduo. O que outrora valorizava a previsibilidade das ocorrências, identificando os estados e locais em que se mostrava aumento da violência, passou a se configurar como um desafio, em virtude das mudanças na espacialização dos eventos de violência.

Nas últimas três décadas, apesar das diversas medidas de combate às práticas da violência, especialmente àquelas que resultam em óbito, o Brasil continuou registrando um aumento significativo de ocorrências, especialmente em áreas urbanas (Governo Federal, 2000), embora a variação tenha, a partir de 2003, passado por momentos de oscilações anuais, em função de políticas do governo federal, em parceria com outros segmentos sociais, destinadas à promoção do desarmamento e de ações específicas de promoção da segurança, especialmente nos grandes centros urbanos (Waiselfisz, 2011).

Em estudo realizado por Waiselfisz (2005), a média anual de homicídios no país supera o número de vítimas decorrentes de grandes confrontos armados evidenciados no mundo entre 2004 e 2007; o número de mortos no Brasil superou o de mortos nos 12 maiores conflitos mundiais ocorridos no período mencionado. Os dados do Ministério da Justiça (2006) referentes ao período entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005 evidenciam que quase 50% dos crimes violentos letais e intencionais (com óbitos) ocorreram na Região Sudeste e apenas 30%, no Nordeste. Já os dados do Ministério da Saúde referente a esta última década, publicados pelo Sistema de Informação sobre a Mortalidade (SIM), mostram uma mudança na geografia da violência urbana no Brasil: a desconcentração por unidade da Federação (tabela 1).

Tabela 1 – Ordenamento das unidades da Federação por taxa de homicídios em 100 mil, Brasil 2000-2010

	2000		2010	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Alagoas	25,6	11º	6,8	1º
Espírito Santo	46,8	3º	50,1	2º
Pará	13,0	21º	45,9	3º
Pernambuco	54,0	1º	38,8	4º
Amapá	32,5	9º	38,7	5º
Paraíba	15,1	20º	38,6	6º
Bahia	9,4	23º	37,7	7º
Rondônia	33,8	8º	34,6	8º

Paraná	18,5	16º	34,4	9º
Distrito Federal	37,5	7º	34,2	10º
Sergipe	23,3	12º	33,3	11º
Mato Grosso	39,8	5º	31,7	12º
Amazonas	19,8	14º	30,6	13º
Ceará	16,5	17º	29,7	14º
Goiás	20,2	13º	29,4	15º
Roraima	39,5	6º	27,3	16º
Rio de Janeiro	51,0	2º	26,2	17º
Mato Grosso do Sul	31,0	10º	25,8	18º
Rio Grande do Norte	9,0	24º	22,9	19º
Tocantins	15,5	19º	22,5	20º
Maranhão	6,1	27º	22,5	21º
Acre	19,4	15º	19,6	22º
Rio Grande do Sul	16,3	18º	19,3	23º
Minas Gerais	11,5	22º	18,1	24º
São Paulo	42,2	4º	13,9	25º
Piauí	8,2	25º	13,7	26º
Santa Catarina	7,9	26º	12,9	27º

(sombreado)	*Ranking* dos dez estados mais violentos

Fonte: Adaptado de Waiselfisz (2011).

Segundo esse levantamento, há uma alteração no registro de criminalidades nos dez estados tradicionalmente considerados mais violentos, dos quais se destacam os da Região Sudeste, e uma mudança segundo a própria complexidade urbana, na qual as cidades de porte intermediário passam a liderar as principais ocorrências, especialmente no que se refere aos crimes letais.

Em menos de dez anos, ocorreu uma desconcentração geográfica do *ranking* de estados com maiores indicadores de violência, assim como da própria região. No contexto regional dos anos 2000, dos dez estados com maiores taxas de violência, o Sudeste e o Centro-Oeste lideravam os indicadores, enquanto, em 2010, a situação sofreu uma inversão significativa com o predomínio dos estados das regiões Norte e Nordeste com registros de maiores taxas.

Essa nova geografia da violência se estrutura por causa de uma intervenção mais representativa do poder público nas escalas federal e estadual, especialmente nos estados que lideravam os registros (Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo). Com exceção do Espírito Santo, que subiu um patamar no *ranking*, as políticas de intervenção surtiram um efeito significativo nos estados com maiores registros:

Pernambuco desceu três posições, e Rio de Janeiro e São Paulo, estados em que a intervenção foi mais significativa, desceram 15 e 21 posições, respectivamente.

Por outro lado, os estados de Alagoas, Paraíba e Bahia, que em 2000 estavam, respectivamente, na 11ª, 20ª e 23ª posições, passaram a ocupar o 1º, 6º e 7º lugares. Também nos estados do Espírito Santo, Pará, Amapá e Paraná os registros expressaram a ocorrência de casos de violência.

Observando-se atentamente a tabela, dos cinco estados menos violentos em 2000, o Nordeste possuía a representação de três (Bahia, Rio Grande do Norte e Maranhão), os quais, seguindo a tendência dos demais estados da região – excetuando-se Pernambuco e Piauí, cujos indicadores foram reduzidos na década de análise –, apresentaram um aumento no registro de violência, sendo a situação mais representativa a do estado da Bahia, que saiu da posição 23 para a de número 7 e se posicionou no rol dos dez estados mais violentos no início da década de 2010.

A desconcentração é sustentada pela hipótese de que os estados mais violentos passaram, especialmente a partir da metade da década de 2000, por fortes intervenções do Estado (sujeito gestor) e de outras representações da sociedade civil organizada, a exemplo das políticas de desarmamento e de revisões na legislação em vigor, implementadas nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Os estados do Norte e Nordeste transformaram-se, então, em áreas geográficas cujas práticas de violência tornaram-se um elemento comum nos territórios, sendo a principal preocupação o estado de Alagoas. Ao contrário, Rio de Janeiro e São Paulo reduziram as taxas de violência e se distanciaram do rol de estados mais violentos.

No âmbito estadual, tem se evidenciado algo semelhante. Até os anos 2000, a violência esteve centrada nas capitais e nos grandes centros urbanos (tabela 2).

Tabela 2 – Ocorrências registradas pelas polícias civis relativas a crimes violentos letais intencionais nos municípios com população superior a 100 mil habitantes – 2004-2005

Município	**Estado**		**Número de ocorrências**	**Taxa/mil habitantes**	**Número de ocorrências**	**Taxa/mil habitantes**
			2004		2005	
Tefé	AM	61.399	-	-	-	-
Parintins	AM	102.066	-	-	-	-
Marabá	PA	233.462	82	44,1	52	26,56
Petrolina	PE	294.081	68	28,2	56	22,07
Campina Grande	PB	385.276	74	20,1	120	31,90
Mossoró	RN	259.886	35	15,7	49	21,55
Teófilo Otoni	MG	134.733	80	62,3	61	47,73
Anápolis	GO	335.032	141	46,6	169	53,92
Uberlândia	MG	600.285	138	24,8	214	36,56

Resende	RJ	119.801	70	62,0	108	91,98
São J. do Rio Preto	SP	408.435	140	35,9	105	25,81
Marília	SP	216.684	70	33,0	55	25,00
Presidente Prudente	SP	207.625	94	47,3	60	29,41
Londrina	PR	506.645				
Dourados	MS	196.068	131	74,1	144	78,65
Itajaí	SC	183.388	87	54,8	91	55,17
Chapecó	SC	183.561	64	39,7	64	37,81
Passo Fundo	RS	184.869	141	78,6		

Fonte: Ministério da Justiça (2006)/ Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em http://www.ibge.gov.br. Acesso em 27 abr. 2011.

Tendo em vista o desenvolvimento urbano das cidades de pequeno e médio porte, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, conforme estudos de Waiselfisz (2011), tais cidades se tornaram mais atraentes para os criminosos, que passaram a emigrar dos estados mais violentos em decorrência da participação mais ativa do Estado e de representações da sociedade civil organizada.

Entre as cidades concebidas como de porte médio ou cidades médias, se considerarmos a classificação da Rede de Estudos sobre Cidades Médias (RECIME), no âmbito da Região Nordeste, Campina Grande expressa bem o crescimento da violência, especialmente se comparada a outras cidades com importância regional, a exemplo de Petrolina e Mossoró.

De acordo com os dados do Ministério da Justiça (2006), Campina Grande, entre os municípios com população superior a 100 mil habitantes, também se destaca quanto a outros indicadores: a) crimes violentos letais e não letais; b) delitos envolvendo drogas; c) homicídios dolosos; d) lesões corporais; e) estupros; f) roubos; e g) furtos.

A análise geográfica de Campina Grande sobre os efeitos do medo decorrente das expressões de violência assume uma posição de grande relevância, tendo em vista a natureza da cidade. Por um lado, esta se caracteriza como provinciana, com fortes limitações em seu espaço urbano; por outro, destaca-se por sua importância geográfica no contexto regional. Isso ficou evidenciado por meio dos resultados obtidos na pesquisa de iniciação científica realizada em 2010 (*Mapeamento da violência urbana em Campina Grande*), cujos resultados possibilitaram identificar que a violência se expressa territorialmente em setores bem delimitados da cidade (Santos, 2011), sendo, contudo, mais expressiva em locais de uso público.

O fato é que a complexidade das práticas territoriais que caracterizam as atuais sociedades urbanas tem levado os indivíduos a deixarem de lado o sentimento de pertencimento e a se afastarem do interesse pelo uso e pela contemplação do lugar em

que vivem, especialmente em relação aos locais de uso público. Esses locais, conforme resultados anteriormente obtidos (Santos, 2011), passam a ser configurados como espaços em que as práticas de violência exercem maiores transtornos.

Caracterizadas como um dos principais problemas urbanos das sociedades de hoje, as práticas socioespaciais de violência correspondem a uma realidade evidenciada na maioria das cidades e se tornam um problema social. Por afetar diretamente a coletividade, a violência, se não for controlada com os arcabouços necessários, de forma rápida e eficiente, conduz o indivíduo, habitante de determinada área urbana, à limitação do uso de seus espaços, distanciando-o de seu cotidiano, especialmente daqueles de acessibilidade coletiva.

Como ressalta Tangerino (2007), a ausência de infraestrutura e de equipamentos urbanos é um aspecto determinante na reprodução das práticas criminosas. Assim, por terem de viver segregadas dos indivíduos que realizam práticas violentas, as pessoas passam a ter de obedecer às regras impostas por esses indivíduos, a exemplo do uso das ruas em horários predeterminados e da obediência à lei do silêncio. Isso faz com que a coletividade reproduza o sentimento de medo e insegurança e seja obrigada a sobreviver em condições de grande instabilidade.

De acordo com os dados oficiais da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), se comparada a outras cidades regionais do Nordeste, Campina Grande "externa os problemas sociais característicos de grandes centros, dos quais se destacam os indicadores de crimes letais e não letais" (Silveira, 2008, p. 129).

Os indicadores da difusão das práticas agressivas ao ambiente urbano estão normalmente associados à exclusão social decorrente de um processo histórico de aleijamento de parte da sociedade ao uso do ambiente urbano e têm, "na representação das relações culturais e antropológicas pela sujeição ou mesmo pela necessidade, sua maior expressividade" (Eufrásio, 2009, p. 104). A violência caracteriza-se, portanto, como uma "intervenção física voluntária de um indivíduo ou grupo contra outro, com o escopo de torturar, ofender ou destruir" (Diniz, 1998, p. 781), o que impossibilita o outro de exercer seu direito à cidade.

Entre os indicadores responsáveis pela usurpação do direito à cidade, destacam-se tanto aqueles relacionados à exclusão socioeconômica (desemprego, falta de condições dignas de moradia etc.) quanto os de ordem efetivamente social. Estes são representados pela difusão dos tráficos de drogas, de armas e de pessoas, materializados pela disputa armada por domínios de territórios em alguns setores da cidade e pelo aumento da prostituição e da depredação do patrimônio público. Esses indicadores encontram na mídia um dos principais veículos de difusão da sensação de medo urbano (Silveira, 2008).

A geografia da violência a partir da análise do discurso

De acordo com Minayo (2005, p. 81), o uso do método qualitativo possibilita ao pesquisador a "compreensão interpretativa da ação social". Se inserirmos a produção do espaço como expressão dessa ação, concluiremos que esse método permite uma apreensão mais substancial acerca das características e limites de cada ator social envolvido na pesquisa.

Nessa perspectiva, seria mais apropriado o uso do termo "sujeito social", em vez de "ator social", uma vez que este não se limita às representações ou aparências do contexto espacial, mas utiliza a essência dessa conjuntura ao produzir discursos e materializar intencionalidades, elementos que correspondem a um dos objetivos da pesquisa qualitativa (Minayo, 1998).

> O método qualitativo permite identificar as motivações que levam os sujeitos sociais ao exercício de suas práticas espaciais, a partir da fundamentação de elementos que sustentem a produção de um discurso capaz de representar, em sua análise, o posicionamento de todo o segmento social (Souza Júnior, 2009, p. 31).

Por meio da análise do discurso, encontra-se uma base instrumental para o estudo qualitativo das práticas socioespaciais de produção do espaço, tendo como referencial técnico a obtenção das ideias centrais e da produção do discurso do sujeito social (Souza Júnior, 2009).

A aplicabilidade do método e dos procedimentos técnicos inerentes a ele foi desenvolvida a partir da elaboração de uma hemeroteca por estudantes do GIDs da Unidade Acadêmica de Geografia, seguida da análise de questionamentos realizados junto à população de Campina Grande.

A hemeroteca foi organizada a partir da análise dos casos de violência publicados em dois jornais de circulação estadual – o *Correio da Paraíba* e o *Diário da Borborema* –, tendo a cidade de Campina Grande como recorte territorial analítico. Por meio da hemeroteca, buscamos identificar os diferentes discursos que expressam a sensação de medo decorrente da relação entre os eventos de violência e o espaço.

Para isso, levamos em consideração o *corpus* das matérias que utilizamos para a elaboração das análises do discurso. As reportagens foram selecionadas a partir da observação de palavras que expressavam algum tipo de violência ou faziam alusão aos tipos de violência. Após a seleção e a análise das palavras, organizamos uma tabela observando a posição, a proporção e o tamanho da matéria na reportagem, destacando as principais palavras para fundamentar a análise.

Em síntese, organizamos a atividade a partir dos seguintes procedimentos: a) seleção das reportagens; b) síntese da relação entre os eventos por bairros de ocorrência e a quantidade de palavras destacadas; e c) análise de discurso entre os eventos.

Diante da utilização do método qualiquantitativo, baseado na elaboração da hemeroteca e das informações oficiais, confeccionamos um perfil da materialização da violência em Campina Grande, cujas expressões de violência, apesar de ser ela uma cidade de porte médio, estão a cada mês aumentando e variando, inclusive em períodos, de uns bairros para outros (Santos, 2010).

A partir da sobreposição das informações obtidas na hemeroteca e dos registros oficiais, percebemos uma proximidade entre os resultados da análise das reportagens e as práticas cotidianas dos sujeitos entrevistados. Um dos aspectos observados mais importantes foi a evidência de uma concentração da violência em bairros mais centrais da cidade, contrariando as relações históricas, que associavam as práticas de violência a localidades periféricas, especialmente no que se refere a assaltos, homicídios e tráfico de drogas.

A violência urbana, como evento presente na realidade dos espaços urbanos, não está, portanto, atrelada à questão social, mas às condições de uso dos espaços. Contudo, a imagem criada pelo discurso do medo está inserida em diferentes contextos da sociedade e gera um discurso de insegurança.

Considerações finais

A violência nos espaços urbanos tem sua materialidade expressa em eventos reais, mas pontuais. Isso nos leva a questionar se a violência ocorre como evento no urbano ou do urbano. Essa reflexão ganha uma conotação mais polêmica se consideramos as consequências desses eventos para a materialização da geografia do medo ou da insegurança urbana, pautada na difusão dos discursos, especialmente aqueles gerados oficialmente pela mídia, caracterizados pelo sensacionalismo exagerado ou pela própria imagem coletiva que passa a ser criada na cidade.

O fato é que a violência urbana, no contexto real, tem passado por um processo de desconcentração territorial, mas, no campo das imagens, fomenta o sentimento geral de medo do uso dos espaços. A compreensão dos desdobramentos da influência das práticas de violência na produção de uma imagem negativa da cidade, representada pelo desincentivo da troca de relações sociais nos espaços e do próprio uso dos espaços, apresenta-se como um importante desafio aos estudiosos do urbano.

Nesse contexto, a violência nos espaços urbanos influencia diretamente a constatação de que a cidade passa por uma nova “crise”, reproduzida pela redução do uso de seus espaços, o que fomenta a difusão da geografia do medo e da insegurança no âmbito

das dinâmicas socioterritoriais, segundo as intencionalidades específicas dos sujeitos responsáveis não apenas por sua produção, mas também por sua apropriação.

É com esse entendimento que encerramos este estudo, na esperança de que as provocações expressas ao longo deste texto sirvam como ponto de partida para novas reflexões geográficas acerca da influência das intencionalidades de difusão do discurso do medo e da insegurança a partir dos registros da violência nos espaços urbanos e das consequências da desconcentração da violência para cidades de porte intermediário, uma vez que o Estado encontra-se desprovido de condições para absorver essa nova tendência geográfica.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bosi. 6 ed. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2012.

AUDI, Robert. *Dicionário de filosofia de Cambridge*. Tradução de João Peixoto Netto, Edwino A. Royer et al. São Paulo: Paulus, 2006. (Coleção de Dicionários.)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, 2000 (CD-ROM).

CARLOS, Ana Fani A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001, 368 p.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998, v. 4.

EUFRÁSIO, Marcelo Alves Pereira. *História do direito e da violência: recortes de uma abordagem interdisciplinar*. Campina Grande: EDUEPB, 2009, 176 p.

GOMES, Enoque (org.). *A crise social e os riscos à estabilidade: alternativas de desenvolvimento com cidadania e qualidade de vida – o outro lado da modernidade*. Recife: UFPE, 1993, 104 p.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400 p.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

LEFÈVRE, Fernando e LEFÈVRE, Ana M. C. *O discurso do sujeito coletivo – um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003, 256 p.

MINAYO, Maria C. de S. (org.). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1998, 270 p.

——. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Análise das ocorrências registradas pelas polícias civis (janeiro de 2004 a dezembro de 2005)*. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Pesquisa. Análise da informação e formação de pessoal de Segurança Pública. Brasília, 2006. Disponível em http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRNN.htm. Acesso em jan. 2012.

RODRIGUES, Arlete Moysés. "Geografia e violência urbana". In PONTUSCHKA, N. N. e OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 77-86.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1997. (Coleção Milton Santos, v. 1.)

SANTOS, Samara Iris. *Relatório PIBIC 2010-2011: o mapeamento da violência urbana na cidade de Campina Grande: tendências e desafios*. Campina Grande: UFCG, 2010.

——. *Mapeamento da violência urbana em Campina Grande* (relatório PIBIC). PROPEX/UFCG: Campina Grande, 2011.

SEARLE, John R. *Intencionalidade*. Tradução de Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, 391 p. (Coleção Tópicos.)

SILVEIRA, Andréa Maria. "A prevenção dos homicídios: desafio para a segurança pública". In BEATO, C. (org.). *Compreendendo e avaliando projetos de segurança pública*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, pp. 119-66.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. *A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa/PB* (tese). UNESP, 2008, 341 p.

——. "A análise do discurso como estratégia na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa/PB". In RAMIRES, J. C. de L. e PESSÔA, V. L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 25-48.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Crime e cidade: violência urbana e a Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, 174 p.

WAISELFISZ, Júlio Jacob. *Mortes matadas por armas de fogo no Brasil, 1979-2003*. Brasília: Unesco, 2005.

——. *Mapa de violência dos municípios brasileiros*. Brasília: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2008.

——. *Mapa de violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: MJ/MS/RITLA/ Instituto Sangari, 2011.

Abordagens metodológicas para o estudo de aglomerações urbanas no Brasil: Montes Claros/MG como objeto de análise*

Iara Soares de França
Beatriz Ribeiro Soares

A concentração, a diversificação e a especialização de atividades em determinadas localidades são fatores que diferenciam os espaços urbanos e culminam em trocas intra e interurbanas. A população de municípios com menor complexidade e diversidade funcional tende a deslocar-se para espaços mais dinâmicos econômica e estruturalmente. Os custos de transportes, a localização geográfica do mercado consumidor e os deslocamentos populacionais são forças motivadoras para a formação das aglomerações urbanas, uma vez que os municípios passam a estabelecer relações de troca com seu entorno, seja consumindo, seja oferecendo serviços, comércio e bens diversos.

Matos (2000) destaca que a aglomeração urbana é um conceito de uso recente no Brasil e diz respeito a um conjunto de pessoas ou atividades que se concentram em espaços físicos relativamente pequenos, daí sua acepção eminentemente urbana, e não rural.

---

* Este artigo resulta da tese de doutoramento de Iara Soares de França, intitulada *Aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em fevereiro de 2012, sob orientação da professora Beatriz Ribeiro Soares.

Além da escala territorial, a aglomeração atinge a escala espacial. Nesse sentido, o conceito de aglomeração urbana remete à concentração de pessoas, serviços e atividades em espaços compactos, não ultrapassando os limites administrativos de uma cidade.

Neste artigo, analisa-se o conceito de aglomeração tendo em vista não o agrupamento de municípios limítrofes (continuidade territorial urbana), mas elementos de integração socioeconômica (continuidade espacial) entre as cidades.

Os estudos de Johnson (1974), Beaujeu-Garnier (1995), Villaça (1997), Matos (2000), Pereira e Lemos (2004), Moura, Castello Branco e Firkowski (2005), Haesbaert (2006), Miyazaki (2008) e Corrêa (2007) sobre as aglomerações urbanas contribuíram para a análise desse processo a partir do estudo de caso da cidade média de Montes Claros, em Minas Gerais.

As cidades médias são centros nos quais as aglomerações urbanas podem se estruturar e se consolidar. Esses centros urbanos, cada vez mais, estão sendo dotados de potencialidades que os tornam capazes de atrair, para seu espaço interno e regional, capitais econômicos, tecnologias, indústrias, fluxos populacionais, dentre outros. Esses elementos alimentam as redes urbanas em que se inserem as cidades médias, tanto na escala intra quanto interurbana.

Quando integradas, as cidades aglomeradas realizam relações de centralidade, subordinação ou interdependência em espaços cada vez mais integrados territorialmente e contínuos espacialmente. Os diversos tipos de articulação e de integração espacial entre os centros urbanos, realizados por meio dos papéis por eles desempenhados, são elementos que engendram a configuração espacial da aglomeração urbana.

Entre a cidade média de Montes Claros[1] e seus municípios limítrofes no norte de Minas, verificam-se a formação e a constituição do processo de aglomeração. A aglomeração em análise mostra uma articulação entre Montes Claros e seus vizinhos que vai além dos limites administrativos e contempla notadamente a esfera econômica, a partir da localização de atividades econômicas e dos fluxos de pessoas, transportes, mercadorias e capitais, o que evidencia uma continuidade espacial.

Estudos de caso sobre aglomerações urbanas no Brasil e metodologias de análise

Aspectos institucionais sobre o estudo de aglomerações urbanas no Brasil e suas tipologias na década de 1970 foram examinados por Davidovich e Lima. As autoras identificaram a formação dessas aglomerações: "Compreendendo aglomerações

[1] Para a análise de Montes Claros como cidade média, pesquisar França (2007).

resultantes da expansão de uma cidade central; aglomerações por processo de conurbação; aglomerações de cidades geminadas; aglomerações sem espaço urbanizado contínuo" (1975, p. 31).

Moura, Castello Branco e Firkowski lançam alguns critérios para delimitar as aglomerações e suas características urbanas:

> O cruzamento das informações dos deslocamentos pendulares com outros indicadores – como densidade demográfica, taxas de crescimento da população, estrutura ocupacional e fragmentação municipal – pode contribuir para a construção de tipologias dos municípios dessas áreas, sendo de fundamental importância para avaliar o grau de inserção no fenômeno urbano-metropolitano da aglomeração. É também uma notável contribuição para a constituição de parâmetros para a delimitação institucional de aglomerações urbanas e regiões metropolitanas e – por que não? – para se rediscutirem os limites espaciais das unidades já institucionalizadas (2005, p. 126).

Tais procedimentos apontam a importância da dinâmica da economia como elemento de atração na configuração dos deslocamentos e seu papel como motor da forma de aglomeração. Esses fatores, aliados à "transparência" dos limites municipais, contribuem definitivamente para a extensão territorial das cidades e, em algumas delas, para o reforço do processo de configuração de aglomerações.

Nesse sentido, a formação das aglomerações urbanas norteia, pelo menos, duas possibilidades de análise: por um lado, observam-se as especificidades entre os núcleos pertencentes ao aglomerado, quer sejam grandes, médias ou pequenas cidades; por outro, concebe-se, no processo de aglomeração urbana, um instrumento possível para o planejamento urbano e territorial numa escala não somente municipal, mas também regional.

Matos avaliou alguns resultados do estudo que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou em 1999, no "âmbito das aglomerações urbanas e da rede urbana brasileira":

> Trata-se de um conjunto de 94 áreas urbanas, no qual comparecem duas grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro), 47 aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas e outros 44 municípios de porte médio. Os dados indicam que tais áreas urbanas incorporavam 49,5% da população brasileira em 1980, 52,3% em 1991 e 53,3% em 1996, exibindo, portanto, uma tendência de aumento da participação relativa (2000, p. 12).

Nesse estudo, Montes Claros destacou-se entre as demais cidades analisadas pelo crescimento demográfico:

> Examinando melhor o desempenho destes centros em termos de taxa média anual de crescimento no período 1980-1991, pode-se destacar a presença de 51 localidades que apresentaram crescimento superior à média histórica brasileira (em torno de 2,5% a.a.). [...] no Sudeste (Franca, Uberlândia, Vitória, São José do Rio Preto, Campinas, Sorocaba, Sete Lagoas, São José dos Campos, *Montes Claros*, Bauru e Ribeirão Preto) [...] (p. 13, grifo nosso).

A pesquisa "Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras", conduzida por Ojima (2007, pp. 14-5), também é um exemplo de análise sobre as aglomerações urbanas brasileiras.

Para esse estudo, o autor pautou-se no conceito de aglomeração urbana trabalhado pelo IPEA, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp):

> Cabe esclarecer que, ao usar o termo 'aglomeração urbana', não se está fazendo referência à figura institucional prevista constitucionalmente. Consideraram-se, para a delimitação destas unidades de análise, os critérios propostos pela pesquisa *Características e tendências da rede urbana no Brasil* (IPEA, IBGE, Unicamp, 2001).

As dimensões de análise utilizadas puderam ser observadas recorrentemente na literatura e concentram-se, sobretudo, segundo as seguintes características: densidade, fragmentação, orientação e centralidade.[2] Sua utilização justifica-se por suas potencialidades na mensuração da forma urbana e sua aplicabilidade a partir dos dados disponíveis em âmbito nacional (Ojima, 2007, p. 15). A metodologia de análise de aglomerações urbanas, nesse estudo, pode ser assim descrita:

> Neste sentido, adicionou-se o grau de dispersão, por meio de um indicador dos movimentos pendulares, para mensurar a dimensão da integração das aglomerações urbanas. Assim, utilizou-se uma composição de dois indicadores de integração: a proporção de movimentos pendulares internos à aglomeração urbana com destino não polarizado na sede; e a proporção de movimentos pendulares pelo total da população. O primeiro refere-se ao padrão e à direção dos movimentos, sendo que aquelas aglo-

[2] Para maior detalhamento sobre o estudo de Ojima (2007), consultar França (2012).

> merações urbanas que possuem movimentos pendulares menos polarizados pela sede foram consideradas as que possuem um modelo de urbanização mais disperso. No segundo caso, a proporção de movimentos pendulares pelo total da população serve como parâmetro de padronização, uma vez que a importância dos movimentos com direção à sede dependerá da relevância que eles possuem no contexto do total da aglomeração urbana (p. 29).

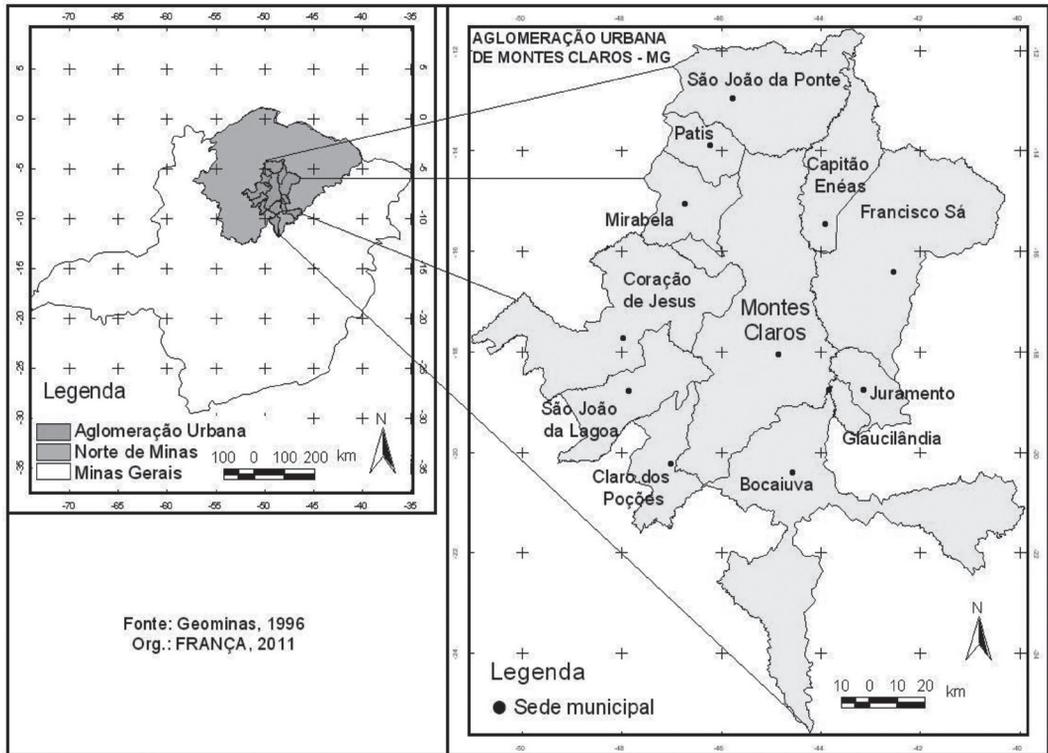
A pesquisa elaborada pelo IPEA, pelo IBGE e pela Unicamp, *Configuração atual e tendências da rede urbana* (2001), considerou quatro critérios necessários aos centros urbanos que integram uma aglomeração: continuidade territorial; tamanho populacional mínimo do núcleo da aglomeração; concentração populacional mínima de sessenta habitantes por km^2; e predominância das atividades urbanas com 65% da população economicamente ativa (PEA) nos setores secundários e terciários (Miyazaki, 2008, pp. 38-9).

As pesquisas aqui apresentadas trataram do processo de aglomeração urbana a partir de conceitos e metodologias de análise específicos a cada escala espacial e temporal considerada. Essas discussões e contribuições, apresentadas tanto no âmbito conceitual quanto no metodológico, são importantes no sentido de subsidiar outros estudos que se direcionem ao tema aglomerações urbanas.

A aglomeração urbana descontínua de Montes Claros: procedimentos de análise

As interações entre as cidades que compõem a aglomeração urbana descontínua de Montes Claros foram demonstradas a partir da conexão espacial de fluxos econômicos (comércio e serviços), demográficos (migração pendular) e de transporte, que ocasionaram a estruturação desse processo. Posteriormente, agregaram-se esses dados e, com isso, apresentou-se uma tipologia no âmbito do processo de aglomeração urbana aqui em análise.

A aglomeração de Montes Claros é integrada por 12 municípios situados na porção norte do território de Minas Gerais: Montes Claros, Bocaiuva, Coração de Jesus, São João da Ponte, Francisco Sá, Capitão Enéas, Mirabela, Claro dos Poções, Patis, São João da Lagoa, Juramento e Glaucilândia (mapa 1).

Mapa 1 – Aglomeração urbana de Montes Claros/MG

A aglomeração é formada por uma cidade média, Montes Claros, e 11 cidades pequenas, totalizando 537.238 habitantes (IBGE, 2010). O tamanho da população dos municípios é bastante diferenciado. No conjunto dos municípios, apenas Montes Claros possui população superior a 100 mil habitantes. Bocaiuva é o único município da aglomeração com população em torno de 50 mil habitantes. Coração de Jesus, São João da Ponte e Francisco Sá apresentam população aproximada de 25 mil habitantes. Capitão Enéas e Mirabela possuem população em torno de 14 mil habitantes. Claro dos Poções tem população aproximada de 8 mil habitantes. Patis, São João da Lagoa, Juramento e Glaucilândia caracterizam-se por uma população pequena, entre 3 mil e 5 mil habitantes.

A dimensão demográfica é um dos critérios para definir a aglomeração, conforme metodologia elaborada pelo estudo *Configuração atual e tendências da rede urbana*, realizado por IPEA, IBGE e Unicamp, em 2001. O tamanho populacional mínimo do núcleo da aglomeração deve ser de 200 mil habitantes, quando a "expansão se dá a partir de um centro urbano principal", e de 150 mil habitantes, quando "a aglomeração é decorrente da expansão de dois ou mais núcleos urbanos" (Miyazaki, 2008, p. 39).

Outro critério para identificar a aglomeração definido por IPEA, IBGE e Unicamp (2001) é a densidade demográfica mínima de 60 habitantes por km². Essa classificação revela a necessidade de construção de novos indicadores para o estudo de aglomerações urbanas de menor porte ou não metropolitanas. A densidade demográfica dos municípios da aglomeração é variável, o que reflete uma distribuição populacional bastante heterogênea. Montes Claros possui elevada densidade demográfica em relação aos demais municípios.

O Produto Interno Bruto (PIB) total do conjunto dos municípios da aglomeração é de R$ 4.532.645,00 e se concentra em Montes Claros (76,4%). A economia da aglomeração está assentada nas atividades terciárias e industriais (93%), cuja importância na renda e na geração de empregos é cada vez mais crescente. Em todos os municípios, observou-se elevada participação do setor terciário, o que acarreta impactos na dinâmica de funcionamento das cidades e transformações espaciais. Este foi o principal fator a impulsionar a consolidação da aglomeração urbana, ligada a uma zona terciária comandada pela cidade central, Montes Claros.

Integração espacial e interações contínuas e descontínuas na aglomeração. Fluxos demográficos: deslocamento pendular

Os deslocamentos domicílio-trabalho-estudo constituem importante referencial para a análise dos processos de aglomeração e de expansão urbana. Nas palavras de Moura, Castello Branco e Firkowski, os movimentos pendulares

> ocorrem entre distâncias cada vez maiores entre a origem e o destino, revelando o avanço do processo de ocupação do espaço das aglomerações urbanas. As centralidades dessas áreas tornam-se nítidas e permitem a identificação de processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e de trabalho (2005, p. 121).

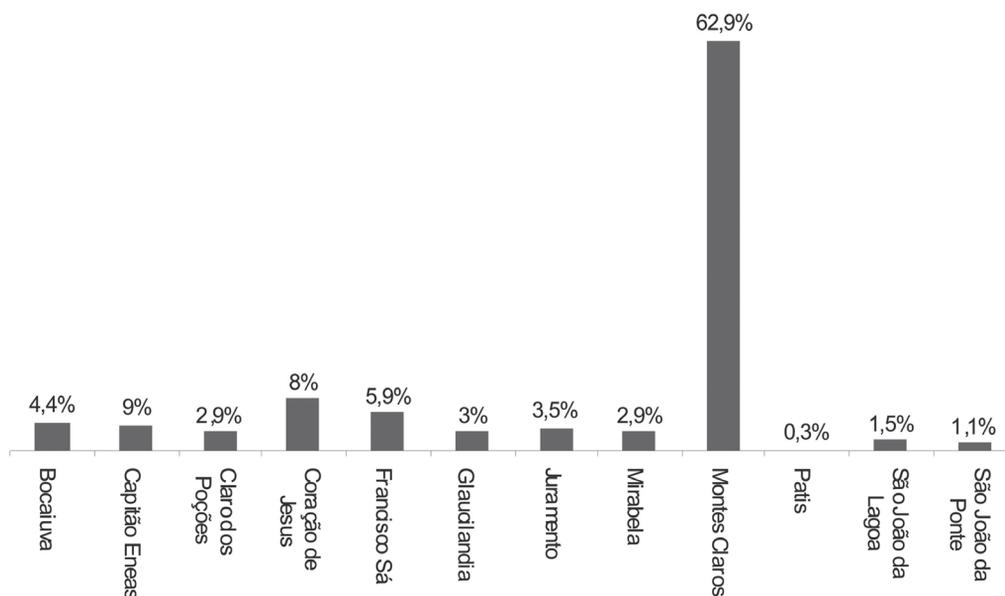
Para o IBGE, o conceito de movimento pendular refere-se ao deslocamento de pessoas entre municípios com a finalidade de trabalho ou estudo. Em suas análises sobre esse tipo de movimento, o instituto focaliza a pesquisa de municípios de origem e destino para trabalho e estudo da população residente. Nessa perspectiva, o movimento pendular consiste no deslocamento diário da população entre o local de residência e o de trabalho. Esse conceito foi utilizado pelo IBGE no *Censo demográfico* realizado no ano 2000 (IBGE, 2001; REGIC, 2007).

Para a pesquisa, consideraram-se finalidades diversas de deslocamentos, não restritas aos motivos trabalho e estudo, para se compreender o movimento de população

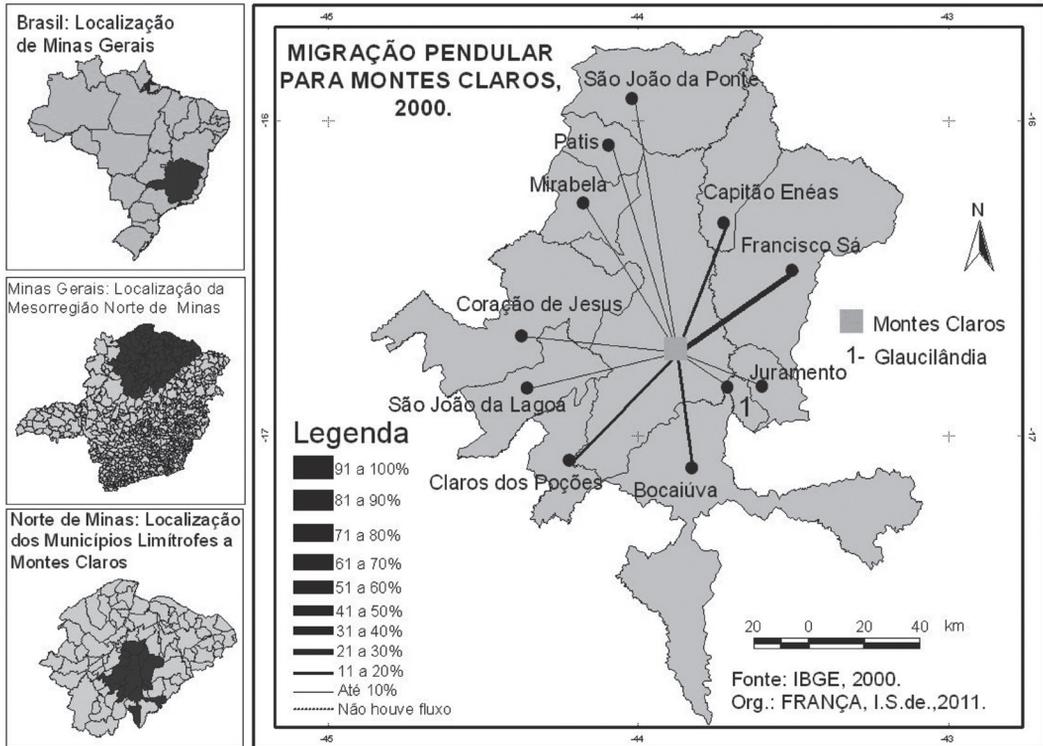
de municípios do norte de Minas para Montes Claros, vinculado ao setor terciário da economia. O deslocamento de pessoas entre cidades em busca de trabalho, serviços e outras formas de consumo especializado provoca uma relação direta entre o centro regional e os municípios do entorno.

Partindo da premissa de que o fluxo de pessoas é um indicador importante para se entender a integração entre as cidades da aglomeração, identificou-se, no âmbito do conjunto de municípios que integram essa aglomeração, o número de pessoas que se deslocam para municípios vizinhos de onde residem para desempenhar atividades de consumo diversas. Assim, foi possível conhecer e compreender os movimentos pendulares no interior da aglomeração e destacar sua origem, seu destino e suas razões.

Utilizaram-se os dados do IBGE disponíveis no *Censo demográfico 2000* como fonte de informações sobre os deslocamentos diários de pessoas na aglomeração. Verificou-se que a maior parte dos deslocamentos pendulares no conjunto dos municípios da aglomeração se direcionava a Montes Claros, ou seja, 62,9% da migração pendular tinha como destino a cidade principal. Isso reforça a centralidade dessa cidade, que reúne serviços especializados não ofertados no local de residência dos indivíduos que promovem os movimentos pendulares.

Gráfico 1 – Aglomeração: migração pendular, 2000 (%)

Fonte: IBGE (2000).

No caso de Montes Claros, notou-se que pessoas de todos os municípios da aglomeração se deslocam diariamente para a cidade. O total de deslocamentos diários foi de 1.724 no ano 2000 (IBGE). Todavia, chamam a atenção os fluxos migratórios decorrentes dos municípios de Francisco Sá, Bocaiuva, Claro dos Poções e Capitão Enéas para Montes Claros, que representam 23%, 12%, 11% e 11%, respectivamente, no total.

Mapa 2 – Migração pendular para Montes Claros/MG, 2000

Devem-se considerar as distâncias intermunicipais um dos fatores determinantes para o movimento diário da população na aglomeração. Os deslocamentos de Francisco Sá, Bocaiuva, Claro dos Poções e Capitão Enéas para Montes Claros são de curta distância, entre 40 e 65 km.

Ao exercer importância como centro regional, Montes Claros configura-se como um aparelho de atração populacional, pois sua infraestrutura leva indivíduos de outros municípios a se deslocarem para lá diariamente em busca de comércio e serviços que não encontram em seus locais de origem.

Fluxos de comércio e serviços

Além da migração pendular, devem-se considerar as interações econômicas entre os municípios da aglomeração com a finalidade de comércio e prestação de serviços, pois elas permitem compreender, de maneira direta e atualizada (2011), as intensidades das relações entre os municípios e o núcleo da aglomeração. Para isso, realizou-se pesquisa de campo com aplicação de entrevistas em 150 estabelecimentos de comércio e serviços em 11 municípios da aglomeração, excetuando-se Montes Claros, com o objetivo de entender como se processam os fluxos econômicos com essa cidade. Os entrevistados foram indagados sobre a origem dos produtos que vendem e a forma de sua aquisição, direta ou indireta. A partir das respostas, puderam-se caracterizar os estabelecimentos por tipo de comércio e serviço comercializado.

Montes Claros é o principal local de compra direta dos proprietários de estabelecimentos de comércio e prestação de serviços instalados nos municípios da aglomeração (83%). Esses comerciantes se deslocam de seu município de origem para realizar compras, abastecimento de mercadorias, entre outros, predominantemente em Montes Claros, o que ratifica o grande fluxo econômico entre os municípios da aglomeração e a cidade principal.

Gráfico 2 – Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: onde realizam compra direta para comércio e serviço, 2011

Fonte: Pesquisa direta (2011).

Quanto ao local em que os comerciantes realizam as compras diretas em Montes Claros, verificou-se grande procura por distribuidores especializados (44%) e atacadistas (Villefort, 20%; e Ceanorte, 14%).

A população e/ou os comerciantes dos municípios, principalmente os menores, que realizam compras em Montes Claros buscam diversidade e preços mais acessíveis. Para os comerciantes dos municípios da aglomeração, o comércio de Montes Claros dificulta o dinamismo de seus empreendimentos, em virtude da concorrência. Verificou-se, porém, como já se disse, que a aquisição de seus produtos, de forma direta ou indireta, realiza-se predominantemente em Montes Claros.

Considerando-se esses fatores e as razões para o consumo em Montes Claros, que culmina na intensificação dos fluxos na aglomeração, foram elucidativos alguns trechos de entrevistas aplicadas aos comerciantes em seus municípios de origem.

Na fala de um proprietário do ramo de papelaria, verificou-se a dependência do comércio local em relação a Montes Claros:

> Francisco Sá virou bairro de Montes Claros, [...] o comércio está fraco, o problema é Montes Claros – também não há incentivos da prefeitura local para os comerciantes (Senhor Adilson, Sacolão Sacola Cheia).

Outro comerciante de Francisco Sá atestou essa problemática:

> A proximidade com Montes Claros prejudica a dinâmica comercial do município, até pequenas feiras (150 reais) são feitas em Montes Claros, nos atacadistas Makro, Maxxi e Villefort. Ilusão da população de que está economizando [...].

Em Glaucilândia, um entrevistado afirmou:

> Montes Claros é Glaucilândia. Tudo aqui é em Montes Claros, às vezes a gente brinca 'aqui é um bairro de Montes Claros'.

De acordo com um entrevistado de Mirabela,

> o comércio daqui passa pelo problema de concorrência com Montes Claros, 97% são pequenos estabelecimentos, o problema no setor de comércio é muito grande. O pessoal daqui vai comprar lá [...] às vezes compram até mais caro. [...] falo isso porque sou comerciante também. Os grandes supermercados de Montes Claros são uma concorrência forte para o comércio local daqui.

Uma das pessoas ouvidas no município de Juramento avaliou que a dependência do comércio em relação a Montes Claros é menor quando comparada ao passado e é variável, isto é, depende do tipo de produto que se pretende adquirir. Seu depoimento constata a interação, vinculada, sobretudo, à oferta de bens e mercadorias especializadas presentes na cidade principal, Montes Claros:

> Já viajaram muito, com o supermercado que tem fica mais prático gastar aqui, no passado 70% da população daqui compravam em Montes Claros, hoje é cerca de 30% a 40%; compram em Montes Claros calçados, eletrodomésticos e compras especializadas.

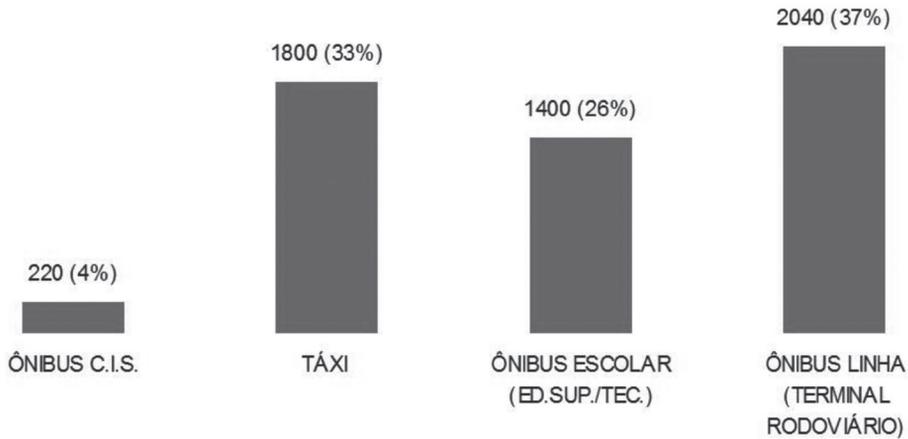
Evidentemente, a população procura melhores condições de consumo relativas a oferta, diversidade, especialização e acesso. Por meio dos depoimentos, nota-se a inter-relação econômica entre os municípios da aglomeração e a cidade principal, por meio dos fluxos econômicos estabelecidos entre eles.

Os fluxos de transporte

A análise dos meios de transporte utilizados pela população para se deslocar demonstra uma convergência entre os municípios da aglomeração. Os meios de transporte são elementos cruciais no que se refere à articulação intermunicipal. Por meio de dados colhidos com os representantes das prefeituras dos municípios da aglomeração e entre os taxistas, identificaram-se os tipos de transporte utilizados pela população para realizar o deslocamento diário para Montes Claros. Nas prefeituras, obtiveram-se os dados relativos ao número de ônibus do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS), à quantidade de viagens diárias e ao contingente de passageiros transportados.

Também se quantificaram os ônibus escolares que realizam transporte para as faculdades, universidades e escolas técnicas e profissionalizantes de Montes Claros, as viagens diárias e o número de estudantes transportados diariamente. Junto à administração do Terminal Rodoviário de Montes Claros, identificaram-se as linhas de ônibus diárias e o fluxo de passageiros com destino a Montes Claros; e, junto às prefeituras, obteve-se a quantidade de táxis que realizam o transporte intermunicipal. Apurou-se a média de viagens e passageiros transportados diariamente em entrevistas com taxistas de cada município.

Percebeu-se que, no deslocamento diário da população para a cidade principal, os meios de transporte mais utilizados eram o ônibus intermunicipal, o táxi intermunicipal e os ônibus de educação superior e ensino técnico pertencentes aos municípios de origem da população.

Gráfico 3 – Aglomeração/Municípios do entorno de Montes Claros/MG: meios de transporte utilizados para migração pendular, 2011

Fonte: Pesquisa direta (2011).

A maior parte da população da aglomeração urbana do norte de Minas Gerais (37%), o que significa 2.040 pessoas por dia, opta pelo transporte coletivo intermunicipal para realizar os deslocamentos para Montes Claros. Na década atual, houve um crescimento em viagens, linhas e número de passageiros do transporte intermunicipal. Os fluxos de passageiros que utilizam o transporte intermunicipal para se deslocar diariamente para Montes Claros evidenciam a forte integração dos municípios.

Os táxis intermunicipais (33%) também são responsáveis por parte expressiva dos deslocamentos diários no interior da aglomeração. A população que deseja o consumo de bens e serviços e estudo ou trabalho em Montes Claros prefere o táxi como transporte.

Parte significativa da população que se desloca diariamente para Montes Claros é uma classe estudantil e trabalhadora que utiliza os ônibus convencionais ou "ônibus de educação superior e técnica" (26%). Muitos estudantes não possuem condições financeiras para utilizar o automóvel particular. Eles trabalham no município de origem e estudam em Montes Claros, sobretudo à noite. Nesse sentido, observa-se que há outras finalidades de deslocamento diário da população da aglomeração para Montes Claros, além de comércio, saúde, demais serviços públicos e trabalho.

Certamente, os meios de transporte são importantes referências para dimensionar o movimento pendular na aglomeração. Eles desempenham papel fundamental na dinâmica regional da aglomeração, ao articular os fluxos de pessoas, mercadorias e veículos. A infraestrutura de transportes possibilita os fluxos diversos

e a interligação entre as áreas urbanas e rurais municipais. Os fluxos entre Montes Claros e os municípios da aglomeração são intensos e cada vez mais crescentes, o que demonstra o alto grau de articulação entre eles.

Tipologia da aglomeração urbana descontínua de Montes Claros: uma proposta

As relações estabelecidas entre as cidades da aglomeração, ou seja, os fluxos interurbanos, são marcadas por dependência e subordinação em relação a Montes Claros. Nesse sentido, não se trata de interações ou trocas estabelecidas por um modelo de cooperação e complementaridade de funções urbanas, mas, sim, por polarização, ainda que relativa, da cidade principal em relação aos demais centros da aglomeração.

Assim, baseando-se nas individualidades de cada município da aglomeração, no que se refere às suas características demográficas, econômicas e estruturais, produziu-se uma proposta de tipologia de classificação dessas cidades na aglomeração. Também os fluxos, sejam econômicos ou demográficos, diagnosticados entre os municípios da aglomeração podem contribuir para identificar e elaborar uma classificação hierárquica, ou não, dessa rede de cidades, materializada no processo de aglomeração urbana.

Nessa perspectiva, sugere-se uma proposta de tipologia para o enquadramento das cidades na aglomeração, considerando-se suas características demográficas, econômicas e estruturais, bem como seus conteúdos sociais, aliados aos fluxos e às funções urbanas.

Desde já, aponta-se a complexidade em se compreender a especificidade de cada núcleo urbano da aglomeração considerando-se os elementos já mencionados, ou seja, o grau de interação, dependência e/ou subordinação entre eles e a cidade principal, os portes demográficos ou tamanhos populacionais diferentes e o nível de dinamismo econômico e social. Todos esses elementos levam à diferenciação entre as cidades.

As interações e os fluxos entre os municípios que compõem a aglomeração de Montes Claros não são homogêneos. Há diferenças estruturais, demográficas e econômicas entre tais municípios. Nesse sentido, propõe-se uma tipologia das interações a partir da dinâmica do setor terciário desses locais.

A estratificação dos municípios da aglomeração objetiva analisar os diferentes padrões de interação entre estes e Montes Claros, considerado o município que exerce a função de centralidade ou de polarização relativa.

O critério para definir os padrões de interação fundamentou-se na noção de complexidade funcional dos setores de comércio e prestação de serviços dos municípios. Para identificar essa complexidade funcional, consideraram-se as variáveis e justificativas apresentadas a seguir.

Tamanho relativo da população rural

Conforme definição do *Censo demográfico* realizado pelo IBGE em 2010, esse critério expressa a dimensão da população que habita a zona rural do município, demandando produtos e serviços disponíveis na estrutura do setor terciário, geralmente localizada na área urbana dos municípios. Estudos realizados pelo IPEA, sob a coordenação de Guilherme Delgado e José Celso Cardoso (2000), demonstraram a importância das aposentadorias e pensões rurais para a formação de um segmento com capacidade de compra de produtos e serviços que dinamizam a economia de pequenos municípios.

Distância em relação ao município-núcleo da aglomeração

A distância, medida em quilômetros, da sede do município à sede do núcleo da aglomeração reflete o tempo de deslocamento, o que implica a possibilidade de demandas específicas de produtos e serviços a serem consumidos no município-núcleo (Montes Claros). O fator distância também pode definir a intensidade dos deslocamentos entre os municípios.

O PIB do setor de serviços, descontado o valor relativo à administração pública

A análise do PIB estratificado nos estudos sobre aglomerações urbanas torna-se fundamental, pois esse índice representa a dimensão econômica dos municípios, ou seja, em qual setor a riqueza está sendo produzida. Em todos os municípios da aglomeração, verificou-se a predominância do setor terciário em relação aos demais setores da economia.

O PIB de serviços demonstra o volume de recursos movimentados pelo setor, indicando o tamanho relativo do comércio e dos empreendimentos de serviços do município. Todavia, nos pequenos e médios municípios, a administração pública e, especialmente, os serviços associados à prefeitura e às instituições estaduais são muito expressivos. Assim, retirar do PIB do setor de serviços o volume de recursos relativos à administração pública permite observar o dinamismo real e a complexidade funcional dos empreendimentos dedicados aos setores de comércio e aos serviços disponíveis à população.

Número de agências bancárias

A quantidade de agências bancárias nos municípios é um indicador importante, pois se trata de um serviço amplamente utilizado hodiernamente. Sua ausência em

determinado município certamente implicará a necessidade de deslocamento para o consumo desse serviço em outro município mais próximo.

Número de empresas cadastradas

O número de empresas existentes no município, identificado a partir do cadastro disponibilizado pelo IBGE em seu site, expressa o tamanho e a complexidade da economia do município, com reflexo direto na dinâmica de produtos, serviços, bens e mercadorias oferecidos à população.

Por certo, a complexidade funcional do setor de comércio e de serviços dos municípios da aglomeração decorre não da existência isolada de um ou outro indicador, mas, fundamentalmente, da articulação entre estes. Nesse sentido, identificaram-se três padrões de interação entre os municípios da aglomeração e o município-núcleo, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Aglomeração de Montes Claros: indicadores de complexidade funcional do setor de comércio dos municípios, 2011

Município	Tamanho relativo da população rural			Distância em relação ao município-núcleo			PIB de serviços, descontada a administração pública			Número de agências bancárias			Número de empresas		
	Entre 1% e 21%	Entre e 22% e 44%	Acima de 44%	Até 75Km	Entre 76 e 100Km	Acima de 100Km	Entre 1% e 22%	Entre e 23% e 30%	Acima de 30%	Nenhuma	Entre 1 e 2	Acima de 2	Entre 1 e 150	Entre 151 e 700	Acima de 700
Bocaiúva															
Capitão Enéas															
Claro dos Poções															
Coração de Jesus															
Francisco Sá															
Glaucilândia															
Juramento															
Mirabela															
Patis															
São João da Lagoa															
São João da Ponte															

Fonte: Elaboração própria (2012).

Como se observa nesse quadro, dividiu-se cada critério de complexidade funcional dos setores de comércio e de serviços em três indicadores de intensidade. Com exceção de Montes Claros, por ser a cidade-núcleo da aglomeração, agruparam-se os municípios em três tipos, de acordo com as características que se observaram em relação aos indicadores estabelecidos. Dessa forma, considerando-se as variáveis apresentadas, agruparam-se e classificaram-se os municípios por grau 1, 2 e 3, por se ter atribuído a eles pelo menos três dos cinco indicadores que definem cada grupo.

Grau 1 – Complexidade funcional do setor de comércio e de serviços menor
Indicadores:

- Tamanho relativo da população rural: acima de 44%.
- Distância em relação ao município-núcleo: entre 1 km e 75 km.
- PIB de serviços, descontada a administração pública: entre 1% e 22%.
- Número de agências bancárias: nenhum.
- Número de empresas: entre 1 e 150.
- Municípios: Claro dos Poções, Glaucilândia, Juramento, Patis e São João da Lagoa.

Grau 2 – Complexidade funcional do setor de comércio e de serviços intermediária
Indicadores:

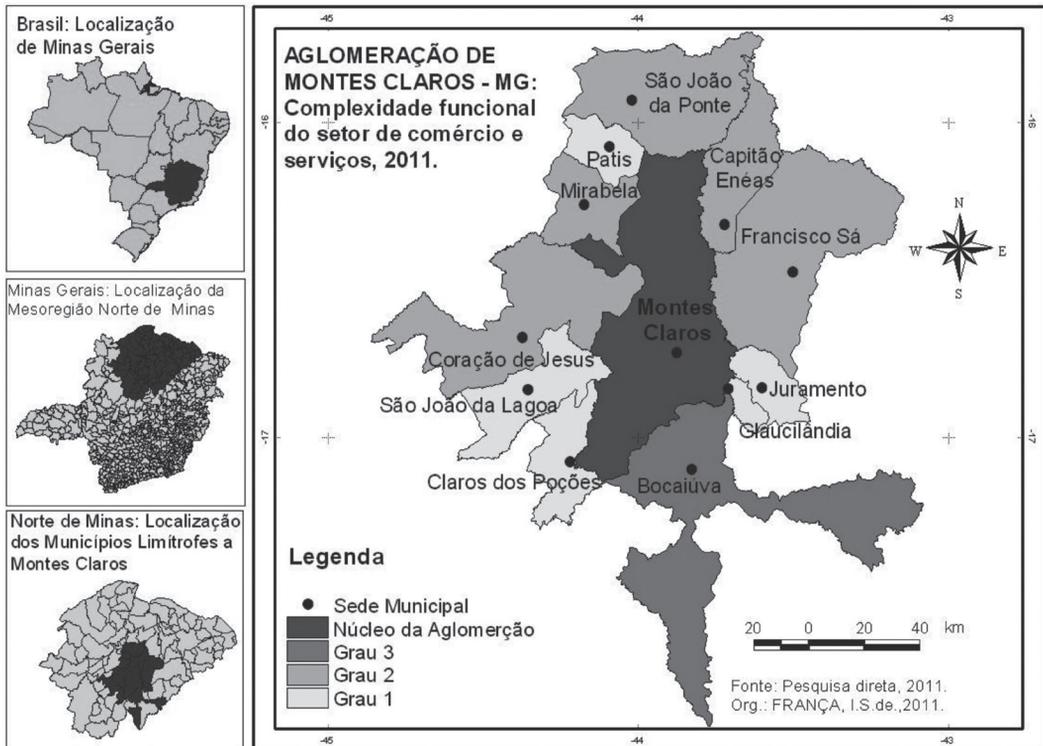
- Tamanho relativo da população rural: entre 22% e 44%.
- Distância em relação ao município-núcleo: entre 76 km e 100 km.
- PIB de serviços, descontada a administração pública: entre 23% e 30%.
- Número de agências bancárias: 1 ou 2.
- Número de empresas: entre 151 e 700.
- Municípios: Capitão Enéas, Coração de Jesus, Francisco Sá, Mirabela e São João da Ponte.

Grau 3 – Complexidade funcional do setor de comércio e de serviços maior
Indicadores:

- Tamanho relativo da população rural: entre 1% e 21%.
- Distância em relação ao município-núcleo: acima de 100 km.
- PIB de serviços, descontada a administração pública: acima de 30%.
- Número de agências bancárias: acima de 2.

- Número de empresas: acima de 700.
- Município: Bocaiuva.

Nessa classificação, apenas ao município de Capitão Enéas não se pôde atribuir pelo menos três critérios de um dos grupos. Tal município foi classificado no grau 2 – complexidade funcional do setor de comércio e serviços intermediária –, em virtude de dois critérios: número de agências bancárias, entre 1 e 2, e número de empresas, entre 151 e 700.

Mapa 3 – Aglomeração de Montes Claros/MG: complexidade funcional dos setores de comércio e serviços, 2011

O agrupamento dos municípios em três tipos permite observar que a diversidade de características destes implica variações ou mesmo padrões de interação distintos entre eles e o município-núcleo, Montes Claros. Nesse sentido, a população de municípios pertencentes ao grau 1, 2 ou 3, em virtude de menor ou maior complexidade funcional de seu setor de comércio e de serviços, consumirá, prioritariamente, produtos e serviços distintos e com intensidades variadas no município-núcleo da aglomeração.

Identificados as diferentes formas de interação entre os municípios da aglomeração de Montes Claros e seus padrões espaciais e socioeconômicos a partir do modelo de tipologia da aglomeração proposto, possivelmente o estudo contribuirá para o aprofundamento e a qualificação das discussões, tanto no plano acadêmico quanto no político-institucional, sobre o planejamento regional.

Planejar Montes Claros e os municípios de seu entorno, reconhecendo e compreendendo a aglomeração urbana daquela cidade, certamente permitirá o desencadeamento de ações conjuntas e integradas, com vistas à melhoria das condições de vida da população.

Considerações finais

A aglomeração urbana de Montes Claros resulta de profundas transformações históricas, econômicas, geográficas e socioespaciais que influenciam, direta e indiretamente, a organização territorial. Sua análise implica considerar as escalas espaço e tempo como elementos cruciais para sua configuração. O dinamismo, os papéis e a configuração dos centros urbanos da aglomeração de Montes Claros associam-se aos impactos do meio técnico-científico informacional, aos transportes e à materialização de processos econômicos, sociais, políticos e infraestruturais, entre outros.

Consequentemente, os fluxos materiais e imateriais entre Montes Claros e os municípios do entorno, somados às transformações na economia e na sociedade, tornaram-se cada vez mais intensos, resultando no processo de aglomeração urbana descontínua em análise.

A intensificação da urbanização é um aspecto relevante na análise, pois atinge áreas circunvizinhas, tornando a cidade dispersa espacialmente, com uma concentração da população e das atividades econômicas.

A aglomeração urbana de Montes Claros materializa-se a partir da pujança das atividades terciárias que movimentam os fluxos espaciais e socioeconômicos entre os municípios. As interações espaciais entre as cidades decorrem da necessidade de atendimento às demandas de consumo de bens e serviços das populações. A análise da aglomeração de Montes Claros possibilitou conhecer os papéis desempenhados pelo conjunto dos centros urbanos, considerando suas articulações, seus relacionamentos, seu tamanho, sua importância e seu nível de centralidade.

Montes Claros apresenta-se como uma forte centralidade no norte de Minas Gerais e atrai populações de toda a região, o que culmina em movimentos pendulares, ou seja, em deslocamento diário de população em busca de consumos diversos. O alcance dessa cidade média está intrinsecamente ligado à sua infraestrutura, seu caráter comercial e industrial, sua prestação de serviços, entre outros fatores.

Nessa perspectiva, o setor terciário é um dos maiores geradores de fluxos e fixos em Montes Claros. Grande parte da população regional procura os serviços por ele oferecidos. As cidades menores, em sua maioria, não os possuem ou, quando possuem, eles não oferecem a mesma diversidade e especialização funcional. Montes Claros consolidou sua função polarizadora no norte de Minas Gerais alicerçada nos setores de comércio, prestação de serviços e indústria.

Diante disso, é possível assinalar o processo de aglomeração dessa cidade com os municípios que lhe fazem fronteira como uma articulação além dos limites político-administrativos, daí seu caráter de descontinuidade territorial. As vinculações entre Montes Claros e seus vizinhos contemplam, notadamente, a esfera econômica, que motiva os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais e evidencia, assim, uma continuidade espacial.

Nesse sentido, a formação dessa aglomeração urbana demonstra, por um lado, sua especificidade e, por outro, torna-se um instrumento possível para o planejamento urbano e territorial, numa escala não somente municipal, mas também regional.

Referências

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia urbana*. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 126-32.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Construindo o conceito de cidade média". In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 23-33.

DAVIDOVICH. Fany R. e LIMA, Olga M. B. "Contribuição ao estudo de *aglomerações urbanas* no Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro (IBGE), jan.-mar. 1975, ano 37, n. 1, pp. 3-84.

FRANÇA, Iara Soares. *A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais* (dissertação). UFU, 2007, 208 p.

——. *Aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais* (tese). UFU, 2012, 393 p.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 400 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). "Migração e deslocamento, resultados da amostra, comentário dos resultados". *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2001.

——. *Região de Influência das Cidades (REGIC)*. Rio de Janeiro, 2007.

——. *Região de Influência das Cidades (REGIC)*. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (Unicamp/NESUR). *Configuração atual e tendências da rede urbana*, v. 1. Brasília, 2001. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil.)

JOHNSON, James H. *Geografia urbana*. Oxford: Pergamon Press Ltd., 1974, 280 p. (Coleção Elementos da Geografia.)

MATOS, Ralfo. *Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil*, 2000, pp. 1-22. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br.html. Acesso em set. 2010.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. *Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó* (dissertação). UNESP, 2008, 171 p.

MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. *Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos/Commuting and research perspectives in urban agglomerations*, 2005. Disponível em http://*www.scielo.br/pdf/spp/v19n4/v19n4a08.pdf*html/. Acesso em 27 set. 2008.

OJIMA, Ricardo. "Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras". *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, jul.-dez. 2007, v. 24, n. 2, pp. 1-34.

PEREIRA, Fabiano Maia e LEMOS, Mauro Borges. "Cidades médias: uma visão nacional e regional". *Anais do XI Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 24-27 ago. 2004. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br. Acesso em 3 fev. 2012.

VILLAÇA, Flávio. *A delimitação territorial do espaço urbano*, 1997. Disponível em http://www.flaviovillaca.arq.br. Acesso em set. 2010.

Violência urbana em Uberlândia/MG: uma pesquisa a partir do discurso dos moradores

Márcia Andréia Ferreira Santos

Este texto discute a violência urbana em Uberlândia, município de Minas Gerais, com enfoque no discurso dos moradores. A pesquisa é constituinte da tese de doutoramento *Criminalidade violenta e contradições socioespaciais na cidade de Uberlândia/MG*, defendida em abril de 2012 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Com o intuito de investigar a ocorrência da violência na cidade de Uberlândia, levantaram-se alguns questionamentos que pudessem direcionar o estudo, dentre eles: a) a visão dos moradores acerca da violência e da segurança no local; b) até que ponto as condições socioespaciais dos bairros mais violentos favorecem a ocorrência de crimes violentos; e c) quais medidas de segurança estão sendo tomadas para diminuir a incidência desses crimes na cidade. Para responder a tais questionamentos, realizou-se um procedimento metodológico baseado na coleta de informações entre os moradores de 35 bairros de Uberlândia. A amostra constituiu-se de setenta sujeitos, entrevistados no período de janeiro a junho de 2010.

Breves considerações sobre a violência

O sociólogo francês Michaud concluiu, a partir de seus estudos sobre a violência, que "não há discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios

problemas com maior ou menor êxito" (1989, p. 14). Misse, por sua vez, destaca que o emprego da palavra violência vem ganhando novos significados, apesar de seu uso original ainda permanecer. Retomando seu significado em diversas línguas, o autor percebeu que em algumas delas aparecem arraigadas ao sentido palavras como *poder*, *dominação* e *força*, o que serve para demonstrar ainda mais o vigor existente na essência de seu conteúdo semântico:

> A palavra portuguesa violência (como também em outras línguas latinas e até no inglês) vem do latim *violentia*, que significava a força que se usa contra o direito e a lei. Violento (*violentus*) é quem agia com força impetuosa, excessiva, exagerada. O emprego retórico da palavra passou a lhe conferir significados cada vez mais largos: a violência dos ventos, a violência das paixões, a violência da expressão. E não é senão por violência da expressão primitiva que o termo passou a significar qualquer ruptura da ordem ou qualquer emprego de meios para impor uma ordem. Em alemão, a palavra *gewalt* significa ao mesmo tempo poder (no sentido da origem do direito) e violência (no sentido de força imposta). Nas línguas latinas, a mesma ambiguidade permeia o emprego de palavras como poder e dominação, que só alcançam superar plenamente seu duplo sentido quando transformadas em autoridade. O que faz a diferença, aqui como em qualquer outra língua, é o quanto de legitimidade (isto é, de anuência ou concordância da parte de quem se encontra sob o poder e a dominação, neste caso sob a autoridade) se confere ao uso do poder e da violência. A violência, assim, significa o emprego da força ou da dominação sem legitimidade, isto é, na impossibilidade do conflito e da resistência (2003, p. 1).

Conforme Minayo, o que domina a consciência contemporânea é a violência criminal e delinquencial, que "nunca teve a tolerância social, uma vez que ela fere, antes de tudo, a moral fundamental de todas as culturas" (2005, p. 12). Além disso, a autora ressalta que,

> em seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobrem que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e à busca de domínio e aniquilamento do outro, e que suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, segundo normas sociais mantidas por aparatos legais da sociedade ou por usos e costumes neutralizados (2003, p. 25).

Morais (1990) sublinha que há uma violência criminosa, passível de punição, e uma violência que só é crime numa linguagem conotativa. Conforme Francisco Filho (2004), essa violência foi assimilada pela rotina diária dos indivíduos e incorporada de tal forma que não é visada pelos códigos penais. Contribuem para isso os eufemismos

criados pela sociedade e impulsionados pela mídia, que tentam amenizar os atos de violência por meio de termos que suavizam ou aprofundam o sentido do que é aceito ou não. Tais elementos banalizam o sentido da violência e do crime, transformando atos outrora odiosos e pesados aos olhos em fatos "aceitáveis" pela sociedade (Francisco Filho, 2004).

Numa visão política sobre a violência, Arendt (1985, p. 23) destaca o poder como o elemento fundamental e predominante em sua essência. Ela afirma que o poder, a força, a autoridade e a violência constituem-se na arma utilizada pelo homem para governar e subordinar seus semelhantes. Apesar de o poder e a violência serem fenômenos distintos, sua manifestação é simultânea: o poder subjuga e domina e, quando impera num ato de violência, anula os questionamentos, levando à obediência. Obediência esta com a qual "pode contar qualquer criminoso ao arrebatar-me a carteira com a ajuda de uma faca ou assaltar um banco com a ajuda de um revólver" (p. 22).

De acordo com Minayo (2003), somente a partir de 1990 a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) iniciaram debates sobre o tema "violência". Isso se deu com a verificação da transição epidemiológica percebida nos países da América Latina, onde se observou um aumento de mortes e morbidades violentas, provocadas, principalmente, por homicídios e acidentes de trânsito, o que suscitou a necessidade de se discutirem questões voltadas à prevenção e à reabilitação das vítimas. Com vistas ao estudo aprofundado desse fenômeno, a OMS propôs uma ampla definição para os eventos que constituem a violência, englobando nela aspectos referentes à intencionalidade da ação e ao uso de poder e/ou da força física em sua prática. Violência, portanto, constitui-se no

> uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002, p. 5).

Para Krug et al. (2002), a inclusão da palavra "poder" e da expressão "uso da força física" amplia a natureza de um ato violento e expande a definição de violência, inserindo nela atos que resultam de uma relação de poder, como ameaças e intimidações. Além disso, a expressão "uso do poder" serve para incluir não só a negligência e/ou os atos de omissão e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, como também o suicídio e outros atos de autoabuso. Os autores acrescentam que essa definição de violência cobre uma diversidade de consequências psicológicas, de privação e deficiência de desenvolvimento:

> Ela reflete um reconhecimento cada vez maior por parte dos pesquisadores e profissionais acerca da necessidade de incluir a violência que não resulta necessariamente em lesões ou morte, mas que, contudo, oprime as pessoas, as famílias, as comunidades e os sistemas de assistência à saúde no mundo todo. Muitas formas de violência contra mulheres, crianças e idosos, por exemplo, podem resultar em problemas físicos, psicológicos e sociais que não necessariamente levam a lesões, invalidez ou morte. Essas consequências podem ser imediatas, bem como latentes, e podem perdurar por anos após o abuso inicial. Portanto, definir os resultados somente em termos de lesões ou mortes limita a compreensão da totalidade do impacto da violência sobre as pessoas, as comunidades e a sociedade como um todo (p. 5).

Em todas as suas acepções, a violência restringe a liberdade de ação daquele que se encontra sob seu domínio. Romper com essa estrutura deve ser o principal objetivo das diferentes áreas diretamente envolvidas com tais questões. Complexidade também é um elemento intrínseco à violência; portanto, pensar nesse fenômeno é pensar em várias causas e consequências e, nesse caso, em intervenções multiprofissionais.

A pesquisa qualitativa como suporte para a compreensão da violência

Essa pesquisa fundamentou-se em entrevistas realizadas com os moradores de Uberlândia, mediante prévia submissão de seu roteiro à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFU. Com relação às entrevistas, Moreira declara que estas podem ser: abertas ou não estruturadas; semiestruturadas ou parcialmente abertas; e fechadas ou completamente estruturadas. Nesse estudo, optou-se pela entrevista semiestruturada, em que, de acordo com o autor,

> o entrevistador pergunta algumas questões em uma ordem predeterminada, mas dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado. Além disso, outras questões podem ser levantadas, dependendo das respostas dos entrevistados, ou seja, podem existir questões suplementares sempre que algo de interessante e não previsto na lista original de questões aparecer (2002, p. 55).

Conforme Lefèvre e Lefèvre (2006), a questão aberta produz como resultado um discurso, sendo este o modo como as pessoas pensam ou trocam ideias. Minayo diz que "qualquer pesquisa social que pretenda um aprofundamento maior da realidade não pode ficar restrita ao referencial apenas quantitativo" (1999, p. 28). Cada um desses métodos permite o conhecimento da realidade social, mas de forma diferente. A apreensão do discurso do sujeito acerca da percepção que ele tem da violência e do

medo é um procedimento realizado, sobretudo, com ferramentas disponibilizadas pela pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas, por exemplo.

Numa abordagem qualitativa, preocupa-se menos com a generalização e mais com a abrangência e o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização ou de uma instituição. Sobre isso, Turato (2003) declara que, em se tratando de pesquisa qualitativa, não há intenção de generalizar os resultados, mas, sim, de buscar a compreensão, e não a explicação dos fenômenos estudados. Diferentemente de uma pesquisa quantitativa, que procura ver como o fenômeno se comportará estatisticamente numa população, a pesquisa qualitativa visa interpretar o discurso dos sujeitos acerca de determinado fenômeno e o que fazem ou como lidam com ele.

O que faz da entrevista um instrumento privilegiado para a coleta de informações é a possibilidade de revelações que a fala permite. A partir do discurso, é possível conhecer o sistema de valores e crenças do sujeito participante da pesquisa. Além disso, o discurso de um indivíduo sempre está ligado a um contexto espacial, histórico e socioeconômico específico. Sobre isso, a Teoria das Representações Sociais apresenta uma contribuição fundamental. Moscovici declara que as representações sociais "são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum" (1978, p. 49), sendo sua construção um processo dinâmico, numa dialética entre o individual e o coletivo. Nesse processo, o indivíduo apropria-se dos modos de pensamento, reconstruindo-os e consolidando, de forma subjetiva, as representações, elaborando, a partir disso, interpretações de si e do mundo.

Alexandre (2004) declara que o conceito de representação social situa-se nas fronteiras entre a sociologia e a psicologia, tendo sido inicialmente desenvolvido por Durkheim (2007), segundo o qual o pensamento teria origem na sociedade, e o conhecimento só poderia ser encontrado na experiência social, na vida social, constituindo, a partir disso, o que ele denominou de "representação coletiva". Esta, por sua vez, "não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, mas é, mais do que isso, um novo conhecimento formado, que supera a soma dos indivíduos e favorece uma recriação do coletivo", sendo uma de suas funções primordiais "a transmissão da herança coletiva dos antepassados, que acrescentariam às experiências individuais tudo que a sociedade acumulou de sabedoria e ciência ao passar dos anos" (Alexandre, 2004, p. 131). É justamente nesse ponto que Moscovici (1978) diverge de Durkheim (2007), ao defender que o indivíduo tem um papel ativo e autônomo no processo de construção da sociedade, sendo, também, por ela criado. Assim, as representações sociais

> são formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem apenas aos conhecimentos cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos. Dessa maneira, as representações são fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir de seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação em que circulam (Alexandre, 2004, p. 131).

Para Moscovici (1978), as representações sociais atuam na construção social da realidade e de sua conduta. Compartilhando essa ideia, Almeida, ao estudar a representação da violência urbana para policiais civis da cidade de Recife, declara que "as teorias do senso comum [...] assumem as qualidades do contexto social em que são construídas e reforçam a identidade grupal, à medida que organizam as comunicações e norteiam as condutas" (2011, p. 25). Portanto, a violência urbana, tomada como um objeto das representações sociais, apresenta uma característica polimórfica, pois revela concepções diferentes para grupos sociais distintos. Dessa forma, pode-se falar em representação da violência para moradores de áreas rurais, jovens, idosos, policiais, infratores, vítimas etc., pois cada grupo constrói suas representações sociais em consonância com os contextos nos quais está inserido.

O exame das entrevistas fundamentou-se na análise de conteúdo, a partir das discussões sistematizadas por Bardin (2011). A autora caracteriza esse procedimento como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que abrange duas categorias: uma quantitativa e outra qualitativa. Na primeira, o que importa é a frequência com que surgem certas características do conteúdo; na segunda, "é a presença ou a ausência de dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração" (p. 18). A análise de conteúdo busca atingir, por meio de significantes e/ou significados, outros significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica.

A análise de conteúdo é definida por Bardin como

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (p. 48).

A autora ressalta que a análise de conteúdo constitui-se de três fases específicas: 1) pré-análise, constituída da leitura flutuante e da escolha dos documentos; 2) análise do material; e 3) tratamento dos resultados. A pré-análise é a fase de organização e

sistematização do material a ser analisado. O primeiro passo é a realização da leitura flutuante, também chamada de leitura superficial, em que se tem o primeiro contato com o texto dos documentos. A análise do material, longa e exaustiva, baseia-se na codificação, na categorização e na quantificação da informação. O tratamento dos resultados e a interpretação referem-se ao trabalho estatístico dos resultados alcançados, que possibilita a codificação e a elaboração de tabelas e/ou quadros que sintetizam e colocam em relevo as informações fornecidas para a análise, por exemplo, as palavras.

De acordo com Holsti, a codificação "é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo" (apud Bardin, 2011, p. 133). Essa etapa compreende três momentos: 1) o recorte – escolha das unidades de registro e de contexto; 2) a enumeração – escolha das regras de contagem; e 3) a classificação e a agregação – escolha das categorias.

A unidade de registro corresponde ao segmento básico de análise, podendo ser de ordem gramatical, como a palavra (substantivo, adjetivo, verbo etc.), o símbolo e a frase ou oração; e não gramatical, como o tema, o ator ou o sujeito de uma ação (humano ou animal) e o documento: livro, filme, artigo. Richardson ressalta que a análise de um tema permite "descobrir o 'sentido' que o autor deseja dar a determinada mensagem" (1989, p. 190). Já as unidades de contexto servem de base para a unidade de registro. Um exemplo refere-se aos valores colonialistas de um texto, que "não podem apenas ser inferidos com base no número de vezes que aparecem expressões, como *sociedades primitivas*, *povos atrasados* ou *culturas inferiores*" (Franco, 2005, p. 191, grifos do autor). É necessário, portanto, que se busquem unidades de contexto que permitam caracterizar a unidade de registro, partindo-se, por exemplo, da frase para a palavra ou do parágrafo para o tema.

A enumeração é feita a partir da análise da presença ou da ausência de elementos que possam funcionar como um indicador. Em alguns casos, a ausência de certos elementos pode veicular um sentido. A enumeração também pode ser feita por meio da frequência de conteúdos específicos. Geralmente, a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição.

A categorização não é uma etapa obrigatória na análise de conteúdo, mas, quando utilizada, facilita o exame da informação. Ela consiste na classificação dos elementos segundo determinados critérios, que podem ser semânticos (por exemplo: elementos que refletem ansiedade serão agrupados em uma categoria ansiedade), sintáticos (verbos, adjetivos, advérbios etc.), léxicos (ordenamento interno das orações) ou expressivos (por exemplo, categorias que classificam os problemas de linguagem). De acordo com Bardin, a categorização "é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia),

com os critérios previamente definidos" (2011, p. 147). Os agrupamentos são realizados obedecendo às características comuns dos elementos, sendo os critérios de categorização semânticos, sintáticos, lexicais ou expressivos.

Para que uma categoria criada seja confiável, deve apresentar alguns elementos: a) exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; b) homogeneidade: um conjunto categorial deve ser formado por apenas um princípio de classificação; 3) pertinência: o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação; 4) objetividade e fidelidade: os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria devem ser definidos com clareza; e 5) produtividade: "Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos" (p. 150).

Campos afirma que, nas pesquisas qualitativas, a escolha do método para a análise deve "proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período de coleta (*corpus*)" (2004, p. 611), pois são diversas as possibilidades de exploração documental apresentadas pela análise de conteúdo. Na pesquisa em questão, utilizou-se a técnica da análise categorial, que, cronologicamente, é a mais antiga e, conforme Bardin (2011), a mais utilizada, e funciona por operações de desmembramento do texto em unidades e categorias.

A violência urbana segundo os moradores de Uberlândia

A violência, em conjunto com alguns elementos que a acompanham, como o medo e a insegurança, caracteriza-se por um fenômeno visto de forma diferenciada pelos diversos sujeitos e grupos que constituem determinada sociedade. Essa polissemia se estabelece a partir dos contextos sociais vividos por cada grupo inserido em dado espaço e tempo. Portanto, o modo de ver e compreender a violência e se relacionar com ela e seus elementos constituintes é construído socialmente por meio das relações sociais e do pensamento individual de cada sujeito, elaborado a partir de imagens e sentidos concebidos coletivamente.

Aqui, apresentar-se-ão algumas contribuições, concepções e caracterizações sobre a violência, o medo e a insegurança, elaboradas por moradores de Uberlândia, tentando cobrir uma amostra significativa de bairros. De antemão, ressalta-se que as ideias dos sujeitos participantes da pesquisa, construídas coletivamente, perpassam questões de caráter político, ético, moral e cultural, indo desde a mais elementar até a mais complexa argumentação sobre os fenômenos em questão. Realizou-se a exploração dessas falas com base em técnicas que constituem a análise de conteúdo, cujo princípio fundamenta-se na decomposição do discurso presente nas entrevistas e na identificação de unidades de análise que embasam a categorização dos elementos textuais apresentados pelos sujeitos. A estruturação de categorias estabelecidas a partir das questões elaboradas e apresentadas aos sujeitos participantes

da pesquisa permitiu descrever e compreender a visão que os entrevistados têm dos referidos fenômenos.

O roteiro utilizado na entrevista com os moradores de Uberlândia constituiu-se de 13 perguntas semiestruturadas, distribuídas em duas partes. A primeira consistiu em cinco questões fechadas acerca do tempo de residência do entrevistado no bairro, sua idade e religião, locais e horários de maior incidência de crimes no bairro. A segunda caracterizou-se por oito questões abertas, relacionadas ao sentimento do entrevistado em relação ao lugar em que mora, à percepção da violência, do medo e da insegurança no bairro e às ações de intervenção sobre o fenômeno. Apenas sobre esse grupo de perguntas empregou-se a técnica da análise de conteúdo. Algumas das questões que compõem o segundo grupo, após terem sido exploradas e distribuídas em categorias, não apresentaram exatamente setenta respostas, pois alguns entrevistados não quiseram opinar sobre o assunto delas.

A segunda parte das entrevistas, constituída por oito questões, objetivou conhecer a visão que os moradores têm não só da violência e da segurança no bairro, como também da sensação de medo, que é um reflexo tanto do aumento da criminalidade quanto da insegurança. A pré-análise das entrevistas constituiu-se, sobretudo, na sistematização das ideias que fundamentaram os discursos dos entrevistados. Nessa fase, todas as entrevistas foram submetidas à avaliação e constituíram o *corpus* da pesquisa. As setenta entrevistas realizadas atenderam ao requisito de adequação à temática sugerida e foram utilizadas, portanto, no processo de análise.

Estabeleceram-se os indicadores para verificar o grau de insegurança, medo, vitimização e insatisfação para com a segurança pública da cidade por temas presentes nas respostas dos entrevistados. Nesse sentido, observou-se a frequência de alguns vocábulos que constituíram o léxico utilizado nos discursos, para as diferentes questões abordadas. Realizou-se a exploração das entrevistas a partir da técnica de análise categorial, estruturada por meio da codificação e categorização das informações contidas no discurso dos moradores.

Para iniciar a conversa, perguntou-se aos entrevistados: *você gosta do bairro onde mora?* Aqui, objetivava-se verificar se a violência se configurava como um fator condicionante da visão negativa e malquista do lugar de moradia. Dentre os entrevistados, 48 (68,57%) disseram gostar de morar no bairro, três (4,29%) afirmaram não gostar e 19 (27,14%) não opinaram. Dentre as justificativas positivas quanto ao lugar, estavam a presença de supermercados, tranquilidade, proximidade do trabalho etc. Os principais fatores negativos apresentados foram: violência, barulho, agitação, falta de comércio e ausência de espaços de lazer.

A análise dessa questão apresentou nove categorias referentes aos aspectos positivos e apenas duas em relação aos negativos. A partir dos pontos positivos, estabeleceram-se as seguintes categorias: acessibilidade, afetividade, aspectos ambientais, aspectos econômicos, atributos diversos, atributos locacionais, infraestrutura urbana, segurança pública e tranquilidade. Dentre estas, os atributos locacionais, a infraestrutura urbana

e a afetividade para com o local apareceram em primeiro lugar. Para os aspectos negativos, apresentaram-se a criminalidade e a precária infraestrutura urbana. Conclui-se, a partir disso, que a criminalidade não se configura como um elemento que atuaria na escolha do local para residir, sobretudo porque apenas um dos entrevistados a citou como elemento negativo (quadro 1).

Quadro 1 – Você gosta do bairro onde mora?

<table>
<tr><th colspan="3">Razões que o levam a gostar do bairro onde mora</th></tr>
<tr><th>Pontos</th><th>Categorias</th><th>Codificação (unidades de registro – frases)</th></tr>
<tr><td rowspan="3">Positivos</td><td>Acessibilidade</td><td>1. “[...] tenho acesso fácil a locais como supermercados, lanchonetes e outras coisas necessárias para o cotidiano”. (1)
2. “[...] fácil acesso ao centro da cidade e supermercados, hospitais etc.”. (1)
3. “É um bairro com acessibilidade e rápido deslocamento a diversas atividades comerciais, à Universidade Campus Santa Mônica e atividades de lazer”. (1)
4. “Porque tenho quase tudo que preciso comprar”. (1)
5. “[...] (acessibilidade rápida ao centro da cidade), a igreja perto da minha casa”. (1)
6. “[...] de fácil acesso às demais regiões da cidade”. (1)
7. “[...] com acessos estratégicos e fáceis para outros bairros e centro”. (1)
8. “É de fácil acesso ao centro”. (1)
9. “[...] de fácil acesso”.</td></tr>
<tr><td>Afetividade</td><td>1. “[...] com boa vizinhança e com ruas bonitas”. (1)
2. “Acredito que seja um bairro agradável”. (1)
3. “Porque é um bairro antigo, conheço muitos de meus vizinhos”. (1)
4. “É um bairro que me dá segurança e bom relacionamento com as pessoas”. (1)
5. “Porque foi o primeiro bairro em que morei”.
6. “[...] bons vizinhos”. (1)
7. “É onde moro desde que vim para Uberlândia”. (1)
8. “[...] estou perto dos meus entes queridos”. (1)
9. “[...] pelos amigos que tenho no bairro todo”. (1)
10. “Porque sempre morei próximo deste bairro, onde residem também familiares e amigos”. (1)
11. “[...] entre os vizinhos residem moradores antigos com os quais as relações de vizinhança são muito agradáveis”.
12. “[...] tenho uma vizinhança agradável”. (1)
13. “[...] tem uma vizinhança que mora há muito tempo no local”. (1)
14. “Porque sempre morei neste bairro e conheço toda a vizinhança e os lugares por onde passo”. (1)
15. “Porque me adaptei bem neste local, tenho quase todos os meus familiares morando neste bairro e também muitos amigos”. (1)</td></tr>
<tr><td>Aspectos ambientais</td><td>1. “[...] (ruas) bem arborizadas”. (1)
2. “[...] possui área verde ao fundo”. (1)
3. “[...] arborizado” (1)</td></tr>
</table>

Positivos	Aspectos econômicos	1. "[...] tem muitos lotes vagos esperando aumentar ainda mais a valorização". (1) 2. "[...] está em crescimento". (1)
	Atributos diversos	1. "Apesar de aqui haver violência, acho a situação do meu bairro melhor do que a de muitos outros". (1) 2. "[...] aqui não tem gente à toa perambulando e fazendo barulho nas ruas". (1) 3. "Residencial". (2)
	Atributos locacionais	1. "É bem localizado". (4) 2. "Porque é perto de onde trabalho". (1) 3. "[...] por estar próximo à minha família". (1) 4. "[...] próximo ao centro da cidade". (4) 5. "Pois aqui tem tudo. Nem precisa ir ao centro de cidade". (1) 6. "Localização privilegiada". (1) 7. "[...] tenho acesso fácil ao centro da cidade e outras localidades de Uberlândia". (1) 8. "Porque fica perto do meu trabalho, da igreja, e isso facilita bastante". (1) 9. "[...] próximo dos locais que mais frequento". (1) 10. "[...] é o bairro onde está meu emprego e, portanto, posso desfrutar do conforto de residir perto do trabalho, minhas filhas frequentam as escolas próximas". (1) 11. "É um bairro bem localizado e oferece os benefícios necessários ao dia a dia". (1) 12. "[...] possui várias opções que atendem às minhas necessidades básicas diárias". (1) 13. "[...] próximo à UAI, shopping, prefeitura, enfim, é um bairro bem localizado". (1) 14. "Tem quase todos os serviços de que necessito". (1)
	Infraestrutura urbana	1. "Possui bons equipamentos urbanos". (1) 2. "Facilidade na logística de transporte, supermercado". (1) 3. "[...] com boa infraestrutura". (1) 4. "[...] oferece vários tipos de equipamentos necessários no dia a dia". (1) 5. "É um bairro completo". (1) 6. "É um bairro privilegiado, com ótima infraestrutura, ótima geografia". (1) 7. "Porque supre todas as minhas necessidades: comércio, transporte". (1) 8. "Porque é um bairro que oferece vários serviços dos quais necessito. Dentre os mais importantes, posso elencar: educação (UFU), lazer (Center Shopping) e alimentação (Carrefour)". (1) 9. "[...] encontramos tudo o que precisamos no comércio". (1) 10. "O bairro oferece os serviços de que necessito no dia a dia (farmácia, supermercado, padaria etc.)". (1) 11. "Tem toda infraestrutura de que se precisa". (1) 12. "[...] tem muitos comércios". (1)
	Segurança pública	1. "[...] tem constante acompanhamento policial". (1) 2. "Pela segurança". (1) 3. "[...] não apresenta muita violência". (1)

	Tranquilidade	1. "Porque é um bairro tranquilo". (14) 2. "[...] um bairro bem pacato". (1) 3. "[...] sem muitos barulhos". (1) 4. "[...] ruas calmas e tranquilas (trânsito)". (1) 5. "[...] com pouca agitação e barulho". (1) 6. "Por enquanto, ainda está tranquilo (é possível descansar, não há barulho)". (1) 7. "Acho um bairro calmo". (2) 8. "Porque é um bairro bem tranquilo, onde o fluxo de carros e ônibus, por exemplo, não interfere". (1) 9. "Minha rua é tranquila". (1)
Negativos	Criminalidade	1. "É um bairro muito violento". (1)
	Infraestrutura urbana	1. "[...] falta de galeria pluvial, árvores embaixo de postes de luz". (1) 2. "Apresenta poucas opções de lazer, comércio". (1)

Organização: Santos (2012).

Com a finalidade de verificar o conhecimento dos moradores acerca dos acontecimentos que se dão no bairro, em especial das ocorrências criminais, perguntou-se: *existe algum tipo de crime que ocorre com mais frequência em seu bairro?* Nessa questão, o entrevistado poderia citar mais de uma opção. Dentre os crimes elencados pelos moradores, o roubo apareceu em primeiro lugar, com um total de 63 ocorrências, destacando-se as modalidades a residência, comércio e transeuntes. Em segundo lugar, veio o tráfico de drogas e, em terceiro, apareceram os homicídios. Os dados do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) para os crimes violentos revelam que os roubos e os homicídios estão entre as principais ocorrências na cidade. De igual modo, o tráfico de drogas é uma realidade presente em praticamente todos os bairros de Uberlândia, com maior intensidade em alguns deles.

Com o intuito de investigar se o medo era um elemento que diminuía a interação dos moradores no bairro, perguntou-se: *você tem medo de andar em algum lugar do bairro onde mora?* A maioria dos entrevistados (46; 65,71%) disse ter medo, e 24 deles (34,29%) afirmaram não ter. A partir das informações fornecidas pelos entrevistados, estabeleceram-se dez categorias para as respostas afirmativas sobre a existência de medo e sete para as negativas. Para o primeiro caso, as categorias estabelecidas foram: violência, drogas, locais inseguros, pessoas indesejadas, roubo, quietude, lugar escuro ou deserto, coação, terrenos vazios e pessoas desconhecidas. Para o segundo grupo, figuram questões referentes a conhecimento do lugar, fé, segurança pública, tranquilidade e precauções.

Após a codificação das respostas para essa pergunta, registraram-se 47 sentenças positivas para a existência de medo de algum lugar do bairro, e, desse total, 31 (63,83%) relacionaram-se a locais inseguros, escuros ou desertos, como ruas próximas à rodovia ou mais afastadas da área urbanizada, perto de córregos ou de bairros violentos. Ressalta-se que, ao se cruzarem as respostas dadas a essa questão com a faixa etária dos entrevistados, observou-se que o medo diminui à medida que a idade aumenta, e, para aqueles com idade entre 18 e 29 anos, o medo é mais elevado, apesar de essa faixa etária também ter apresentado um número considerável de respostas referentes à não existência de medo (quadro 2).

Quadro 2 – Você tem medo de andar em algum lugar do bairro onde mora?

Presença ou ausência de medo em relação a atributos do bairro		
	Categorias	Codificação (unidades de registro – frases)
Tem medo	Coação	1. "Sim, medo de sair de casa e ser rendida, como já aconteceu com todos os meus vizinhos".
	Drogas	2. "[...] locais onde o índice é maior com relação a drogas, portanto, evito sim andar por esses locais". 3. "[...] onde se concentra os usuários de drogas". 4. "[...] tenho medo de ser abordada e assaltada por viciados em crack". 5. "Rua abaixo, sentido Cidade Jardim, por causa de atividades ligadas ao tráfico de drogas".
	Locais inseguros	1. "[...] às margens do Rio Uberabinha. São locais onde pessoas mal-intencionadas costumam agir". 2. "Mais na parte de trás do bairro, onde faz limite com um bairro mais violento, o bairro Canaã". 3. "Perto do brejo é muito escuro, prefiro não arriscar andando sozinha por lá". 4. "Próximo à Madre Cor e nas proximidades da prefeitura. Acredito que são pontos mais visados por meliantes". 5. "Sim, nas ruas mais próximas à rodovia". 6. "Sim, tem um lugar chamado "antiga favelinha", dizem que lá é perigoso, por isso nunca fui". 7. "Sim. Existe um "cantinho do bairro" (perto do Estádio Airton Borges) que se fala que é o reduto das drogas. Esse lugar evitamos passar". 8. "Sim. Na pista de caminhada após anoitecer, devido a ficar escuro". 9. "Sim. Perto do Quartel do Exército e nas proximidades do Rio Uberabinha, na divisa com o bairro Daniel Fonseca". 10. "Sim. Procuro evitar horários e locais perigosos". 11. "Tenho medo de andar nas ruas mais afastadas da minha casa, mais ao fundo do bairro, em horários muito tardios. Se bem que, mesmo próximo à minha rua, já fui abordada por um mau elemento".

Tem medo	Lugar escuro ou deserto	1. "[...] as partes do bairro mais afastadas com poucas casas e muitos terrenos". 2. "[...] locais muito escuros". 3. "Ao isolamento de pessoas nas ruas; após determinadas horas, as ruas ficam desertas e escuras". 4. "Áreas escuras, sem iluminação". 5. "Durante o dia, não. À noite, dependendo do horário, sim. 6. "Em lugares ainda não habitados, por medo de assalto". 7. "Mas é claro que, à noite, eu fico com medo de andar sozinha. Quando volto da UFU à noite, desço no ponto de ônibus que fica a um quarteirão da minha casa e, aí, sinto medo de andar sozinha". 8. "Nos resguardamos no período da noite". 9. "Sim, à noite tenho medo de andar pelas ruas". 10. "Sim, nas ruas com poucas construções, por medo de ser assaltada ou violentada e ninguém ver ou ouvir". 11. "Sim, nas ruas porque geralmente tem poucas pessoas circulando a pé". 12. "Sim, o antigo bairro Tancredo Neves virou Planalto, e as ruas são muito escuras e paradas, e é uma parcela mais pobre que mora naquele pedaço". 13. "Sim, porque quase não se veem pessoas nas ruas". 14. "Sim, praticamente no bairro todo a partir das 21h, pois o bairro fica muito deserto". 15. "Sim, tenho medo de andar sozinha à noite, já fui assaltada". 16. "Sim. Algumas ruas são bem escuras e desertas, o que torna alguém sozinho totalmente desprovido de socorro e um alvo fácil para bandidos". 17. "Sim. Por ser um bairro tranquilo de se viver, a partir do momento que o comércio fecha, por exemplo, as ruas se tornam bem desertas, e passar por praças à noite não é algo muito aconselhável". 18. "Sim. Porque tem algumas ruas que realmente dão medo na gente, ruas escuras". 19. "Tenho medo de andar em lugares mais desertos, escuros e arborizados por causa de pessoas que ficam usando drogas, até mesmo durante o dia já vi pessoas usando". 20. "Tenho medo de andar sozinho de madrugada, medo que roubem a minha moto".
	Pessoas desconhecidas	1. "[...] onde tem pessoas que não conheço". 2. "[...] pessoas não encaradas". 3. "Sim. Em alguns locais onde existem muitos ciganos que estão envolvidos com o tráfico de drogas".
	Pessoas indesejadas	1. "[...] prostitutas e os vândalos".
	Quietude	1. "Sim, na verdade, em boa parte do bairro, porque é muito quieto e não se sabe o que pode acontecer [...]. É um bairro tranquilo para descansar e estar com a família, e, por outro lado, os meliantes aproveitam essa tranquilidade para agir". 2. "Sim, porque é um bairro sem movimento".

	Roubo	1. "Sim, porque tenho medo de ladrões".
	Terrenos vazios	1. "Sim, por causa dos lotes vagos em que o capim fica alto". 2. "Sim. Devido à presença de terrenos vazios com matagal". 3. "Sim. Nos lugares onde há terrenos baldios".
	Violência	1. "Sim, devido à violência e às drogas".
Não tem medo	Conhecimento do lugar	1. "Hoje até que não, pois, como já moro lá há muitos anos, conheço muita gente". 2. "Não tenho medo porque moro há muitos anos no bairro. A gente se conhece. Aí, fica mais fácil". 3. "Não tenho medo. Conheço o bairro muito bem". 4. "Não, porque eu conheço muito o bairro em que eu moro".
	O estranho	1. "Não tenho medo de andar em lugares do meu bairro, mas o estranho/diferente sempre causa medo".
	Fé	1. "Não, porque Deus está comigo, e, se Ele tiver comigo, nada vai acontecer".
	Generalização da violência	1. "Não. Porque atualmente, em Uberlândia, a violência ocorre em todos os bairros".
	Precaução	1. "[...] evito passagens onde sei que há mais frequência de delinquentes". 2. "[...] sempre que possível, tento evitar transitar por determinada área do bairro que no momento aparenta não ser segura, buscando um rota alternativa mais segura". 3. "[...] tomo algumas precauções para evitar certos tipos de crime". 4. "Não. Já mantenho como hábito estar sempre em casa após as 22:30h".
	Segurança pública	1. "Não, o bairro dispõe de certa segurança". 2. "Não, pois sou militar, ando armado, trabalho na área, sou conhecido da criminalidade, não sou um alvo fácil. Acreditamos na teoria do tripé do crime: alvo em potencial, infrator motivado, local propício; se não tiver esses três pilares, o crime não ocorre". 3. "Não. Sinto segurança ao andar pelo bairro".
	Tranquilidade	1. "[...] sempre ando por locais considerados tranquilos". 2. "Não. Pois é tranquilo, seguro".

Organização: Santos (2012).

Com o propósito de apreender a visão que os moradores têm das consequências decorrentes da violência, perguntou-se: *quais consequências a violência traz aos moradores do seu bairro?* Da análise, estabeleceram-se dez categorias, dentre elas: desconfiança, envolvimento com drogas, impunidade, individualismo/isolamento, insegurança, medo,

perda da liberdade, prejuízos materiais, sentimentos negativos; dessas, destacaram-se o medo, com 24 unidades de registro, e a falta dos equipamentos de segurança, com 14 unidades (quadro 3).

Quadro 3 – Quais consequências a violência traz aos moradores do seu bairro?

Consequências decorrentes da criminalidade violenta		
Consequências	Categorias	Codificação (unidades de registro – frases)
	Desconfiança	1. "[...] desconfiança até mesmo dos vizinhos". 2. "[...] desconfiança em pessoas desconhecidas". 3. "[...] todos os vizinhos que não são costumeiros são vistos com desconfiança". 4. "Desconfiança de qualquer indivíduo".
	Envolvimento com drogas	1. "Promove o envolvimento de adolescentes cada vez mais novos com as drogas". 2. "Região do Guarani, [...] neste local têm ocorrido muitos homicídios de menores envolvidos em uso e tráfico de drogas".
	Equipamentos de segurança	1. "[...] as casas são protegidas: cercas elétricas, muros altos, grades altas". 2. "[...] aumento dos muros das residências, investimentos em dispositivos de segurança para as residências, como câmeras, cercas elétricas, dentre outros...". 3. "[...] casas com muros altos". 4. "[...] colocação de cercas elétricas em suas casas e outros equipamentos de segurança". 5. "[...] grades são cada vez mais utilizadas na busca por mais segurança. Isso tudo parece [tolher] a liberdade dos moradores, que se tornam reféns do medo". 6. "[...] investir na segurança doméstica". 7. "Talvez a busca por investir sempre em novas formas de segurança em suas residências". 8. "[...] protegendo suas casas com instrumentos advindos da tecnologia, como portões eletrônicos e cercas elétricas". 9. "[...] surgimento de comportamentos específicos voltados à precaução de roubo/furtos". 10. "[...] todos são obrigados a tentar se proteger com cercas elétricas e monitoramento eletrônico". 11. "Bom, eu fico meio receosa, e acho que meus vizinhos também, já que pessoas que moram aqui há anos e nunca tinham sofrido assalto antes tiveram que aumentar seus muros e colocar cerca elétrica recentemente". 12. "Creio que as consequências da violência no meu bairro são de 'obrigar' as pessoas a se precaverem mais, gastando cada vez mais dinheiro com segurança pessoal, instalando cercas elétricas, alarmes etc.". 13. "No máximo, um cuidado com segurança das casas". 14. "Se fecharem em muros altos, com cerca elétrica e portão muito fechado, em que os próprios vizinhos acabam não se conhecendo, acredito que isso seja pior". 15. "Tentam proteger as residências com muros altos, cercas elétricas, equipamentos de vigilância etc.".
	Impunidade	1. "[...] certeza de impunidade dos infratores".

Consequências	Individualismo, isolamento	1. "[...] ficamos mais presos em casa". 2. "Alguns ficam assustados e se isolam". 3. "As pessoas, diante dos atos de violência, tendem a isolar-se; fragilidade, dentre outros". 4. "As pessoas vivem sempre trancadas". 5. "Há uma individualização crescente, pessoas se isolam em suas casas". 6. "Reclusão. As pessoas ficam trancadas em suas próprias casas". 7. "Vizinhos não se relacionam".
	Insegurança	1. "[...] insegurança para comprar novos bens móveis e portáteis". 2. "Com certeza, as piores possíveis, pois violência traz insegurança". 3. "Descontentamento com a segurança pública, pois até mesmo dentro de nossas casas não estamos totalmente seguros". 4. "Sensação de insegurança". 5. "Um pouco de insegurança". 6. "Insegurança". (11)
	Medo	1. "[...] a gente acaba ficando com medo das ruas". 2. "[...] medo de andar na rua, medo de sair de casa ou de chegar mais tarde e até de deixar as crianças na rua e de ficar sentada na porta de sua casa". 3. "[...] medo de deixar a casa sozinha". 4. "[...] medo de ficar na rua, principalmente à noite". 5. "[...] medo [...], como já aconteceu com o vizinho, mudou de endereço depois que sua casa foi assaltada". 6. "[...] medo dos moradores de permanecerem nas ruas durante a noite". 7. "[...] o medo de sair na rua à noite aumenta". 8. "Acredito que a maior consequência seja o medo, o que faz com que as pessoas procurem se proteger o máximo possível, evitando andar sozinhas em determinados horários". 9. "Acredito que a sensação de medo aumenta". 10. "As pessoas ficam com medo de andar por certas partes do bairro em certas horas". 11. "Medo de andar nas ruas à noite". 12. "Medo de andar pelas ruas do bairro". 13. "Medo de ser vítima de algum roubo ou assassinato por engano". 14. "Medo de transitar pelas ruas no período noturno, medo de viajar e deixar a casa sozinha". 15. "Medo e alguns traumas". 16. "Medo e aprisionamento das pessoas em suas casas, dificultando maior participação nas atividades cotidianas". 17. "Medo que acaba aprisionando". 18. "Medo, insegurança, traumas..." 19. "Medo, principalmente de sair à noite". 20. "Muitos têm medo de sair de casa na parte da noite". 21. "O medo de sair na rua a partir de certa hora, medo de viajar e deixar a casa sozinha etc.". 22. "Quando ocorreu a morte do adolescente, todos ficaram assustados". 23. "Medo" (21).
	Perda da liberdade	1. "Falta de liberdade para andar pelas ruas com tranquilidade". 2. "Falta de paz, de lazer". 3. "[...] desconforto de andar livremente pelas ruas".

	Prejuízos materiais	1. "[...] prejuízos materiais". 2. "[...] vandalismo destrói as praças e os parques". 3. "Desvalorização de imóveis". 4. "[...] fechamento dos comércios ao anoitecer para evitar assaltos". 5. "Os casos que ouço relatos são de furtos a residências, e as consequências são o desespero das pessoas furtadas, que, após o crime, têm que comprar outros utensílios domésticos". 6. "Prejuízo". 7. "Prejuízos materiais e, principalmente, psicológicos, deixando as pessoas amedrontadas em casa, se tornando, assim, 'reféns' dos bandidos".
	Sentimentos negativos	1. "Ansiedade; paranoia; pavor; revolta; tristeza, indignação, frustração; preocupação, estresse".

Organização: Santos (2012).

Para verificar o grau de vitimização dos moradores, ou seja, se o entrevistado ou alguém de sua família já havia sido vítima da violência urbana em Uberlândia, perguntou-se: *você ou alguém de sua família já foi vítima da violência em Uberlândia?* Dentre os entrevistados, 47 disseram que alguém de sua família ou ele próprio já fora vítima da violência na cidade (67,14%), e 23 (32,86%) declararam que nem eles nem seus familiares tinham sofrido qualquer tipo de ato violento. Com relação às modalidades de ocorrências criminais apresentadas, o roubo, sobretudo a residência e transeuntes, apareceu em primeiro lugar, e, em segundo, apareceram os homicídios. Ao se cruzar essa questão com a anterior, verificou-se que o medo é diretamente proporcional ao grau de vitimização sofrida pelo entrevistado ou por pessoas próximas. A análise demonstrou que, do total de setenta entrevistados, 31 (44,57%) deles disseram já ter sido vítima da violência e declararam ter medo de circular livremente pelo bairro. Em segundo lugar, vieram os que declararam não ter medo, apesar de já terem sido vítimas, representando 15 casos (21,43%). Com 12 casos, ficaram os que disseram ter medo, embora nunca tenham sido vítimas, e, com esse mesmo valor, os que disseram não ter medo e nunca ter sido vítimas.

Para conhecer o grau de satisfação dos sujeitos com relação à segurança pública, perguntou-se: *você está satisfeito com a segurança pública realizada no seu bairro?* Do total de setenta entrevistados, 44 (62,86%) declararam não estar satisfeitos, e 26 (37,14%) disseram estar. Entretanto, apenas 62 entrevistados quiseram justificar suas respostas, sendo que 26 apresentaram satisfação (41,94%) e 36 declaram-se insatisfeitos (58,06%).

No grupo dos insatisfeitos, dentre as razões apresentadas, a que mais se destacou foi a falta de policiamento nas ruas. No segundo grupo, as justificativas relacionaram-se a fatores sociais, como a presença de uma vizinhança unida, que transmite segurança, e a fatores próprios da segurança pública, como efetivo policial, patrulhamento ostensivo e presença de vigias/guardas noturnos. Conclui-se, a partir da análise das falas dos

entrevistados, que a segurança pública, para eles, faz-se a partir da presença de policiais e viaturas no bairro. Nesse sentido, a sensação de segurança vem a partir da percepção de que a prevenção à criminalidade violenta está sendo realizada pelo patrulhamento ostensivo da Polícia Militar (quadro 4).

Quadro 4 – Você está satisfeito com a segurança pública realizada no seu bairro?

Satisfação em relação à segurança pública	
	Codificação (unidades de registro – frases)
Está satisfeito	1. "A segurança pública realizada no meu bairro não é tão precária. Mas acredito que a segurança deveria ser reforçada nos horários entre 17h e 23h, que são os horários que as ruas ficam mais desertas e, consequentemente, mais perigosas". 2. "Aos poucos tem melhorado, mas ainda a polícia é falha em não repreender os bagunceiros que fazem o que querem na madrugada". 3. "Apesar de já ter sofrido violência no meu bairro, tenho plena convicção de que a situação dele é muito melhor do que a de muitos outros bairros". 4. "Até o presente momento sim, pelo menos na região onde moro, mas fica a desejar, no meu ponto de vista, nas regiões perto do Quartel do Exército e nas proximidades do Rio Uberabinha, na divisa com o bairro Daniel Fonseca. Apesar de a prefeitura municipal ter começado a pavimentar ao redor do Rio Uberabinha e a colocar iluminação, temos visto melhoras, mas ainda pode haver outras melhorias em relação à segurança pública". 5. "Bom, em certos termos, vamos dizer que sim. Não é um bairro extremamente violento, mas tem suas áreas de perigo, como todos os bairros; não é um bairro que acontece constantes violências e assaltos. É um bairro com vizinhança unida, que dá segurança". 6. "Considerando que outras localidades são pouco assistidas, a frequência de policiais circulando pelo bairro dá a sensação de tranquilidade e segurança". 7. "De certa forma sim, pois, como é um bairro de classe média e a classe alta, sempre tem uma viatura da polícia rondando pelas ruas do bairro". 8. "É comum ver carros de polícia fazendo rondas nas ruas e sempre tem vigias noturnos fazendo rondas durante a noite. Portanto, estou, sim, satisfeito com a segurança". 9. "Estou satisfeita, mas não completamente. Acredito que, além do policiamento nas ruas, deveria haver mais atitude por parte dos policiais no combate ao tráfico das drogas e aos roubos". 10. "Não existem muitos erros na segurança pública, a questão é social, moral e ética dos seres humanos, que estão perdendo o 'dever ser'". 11. "Não temos de forma institucionalizada. Há um guarda noturno que passa à noite, e algumas pessoas pagam por esse serviço. E também notamos ronda, de vez em quando, da polícia, pois estamos muito próximos da Av. Rondon Pacheco". 12. "Nos últimos anos, o número de policiais nas ruas aumentou satisfatoriamente". 13. "O policiamento é efetivo". 14. "O policiamento é permanente, e as rondas estão sempre acontecendo, de dia e à noite". 15. "Percebe-se a presença constante de policiamento no bairro. Quando são chamados, aparecem rapidamente. Os casos de que tenho notícia são poucos". 16. "Pois melhorou muito depois que montaram um batalhão da Polícia Militar lá por perto; diminuiu a frequência dos crimes, que, hoje em dia, são quase extintos". 17. "Por verificar em determinados horários carros de polícia parados nas vias principais e realizando revistas em elementos suspeitos".

	18. “Porque, em parte, eles estão solucionando quase todos os crimes, mas falta ainda um comprometimento maior por parte deles, como foi dito na questão anterior”. 19. “Porque faço parte dela e sei que estamos fazendo todo o possível na tentativa de prevenir crimes. E também sou morador do bairro e vejo meus colegas trabalharem diuturnamente para isso”. 20. “Porque viaturas da polícia estão sempre presentes”. 21. “Sempre quando solicitamos a presença de policiais, somos atendidos. Podemos observar também policiais fazendo ronda, mesmo durante o dia, mantendo a vigilância no bairro”. 22. “Sempre vejo viaturas da polícia circulando por aqui, e isso inibe um pouco os marginais”. 23. “Sim. Acredito que a Polícia Militar tem feito um ótimo trabalho nessa região. É claro que melhorias ainda podem ser feitas; porém, deve ser feito em conjunto com a prefeitura, para melhorar a iluminação das ruas, e com o estado, com aumento de efetivo de policiais e viaturas”. 24. “Talvez pela proximidade do quartel, o bairro é frequentemente monitorado”. 25. “Tem muito policiamento, mas isso não impede os bandidos”. 26. “Tem patrulha, e sempre se vê algum policial fazendo ronda”. 27. “Vejo a polícia circulando pelo bairro. Mas não tenho certeza se o bairro está protegido. Apesar de que é difícil monitorar todos os lugares ao mesmo tempo, mas vejo que a polícia está presente nos locais com maior incidência”.
Não está satisfeito	1. “A polícia passa de carro e finge que nada está acontecendo e fazem blitz só em horário em que os trabalhadores estão indo ou vindo do serviço, não fazem na parte da noite para pegarem os delinquentes”. 2. “Acho que sempre pode ser melhorado o policiamento nas ruas e é pouco ou inexistente a relação da polícia com a comunidade no que se refere a trabalhos educativos”. 3. “Ainda ocorrem muitos assaltos a residências e estabelecimentos comerciais e roubo de acessórios de automóveis”. 4. “Aos poucos tem melhorado, mas ainda a polícia é falha em não repreender os bagunceiros que fazem o que querem na madrugada”. 5. “Apesar de haver, é insuficiente, como em toda Udi”. 6. “Apesar de rondas raríssimas no bairro e da ação dos vigilantes noturnos, não há uma política pública eficiente voltada à segurança de modo que as consequências relatadas na pergunta anterior sejam minimizadas ao máximo”. 7. “Apesar de ser um bairro em que moram muitos policiais e sargentos, pois sempre os vemos nas ruas, acredito que falta humanização, um trabalho de vizinhança, pois há horários que não se veem pessoas na rua e aí que pode morar o perigo”. 8. “Apesar de ver muitos carros de polícia nas ruas, a segurança ainda é muito falha, pois geralmente eles ficam parados em algum lugar onde teve mais ocorrências, assim deixando o resto dos lugares livres”. 9. “As patrulhas de polícia não são muito frequentes nas ruas menos movimentadas”. 10. “Deveria haver mais policiais nas ruas”. 11. “Deveria haver mais rondas feitas por policiais em várias horas do dia”. 12. “Eu penso que aqui nem tem, pois nunca vi e nem ouvi nada relacionado a isso”. 13. “Falta maior contingente de policiais circulando pelas ruas para inibir ação dos marginais”. 14. “Falta policiamento eficaz. Um posto de gasolina localizado nas proximidades de um posto policial já foi assaltado duas vezes”. 15. “Falta policiamento, principalmente no período da noite”. 16. “Falta policiamento”. 17. “Lógico que não, somos mais protegidos por Deus do que por segurança ‘polícia’”. 18. “Moro em um bairro onde existe outro bairro com muita violência, onde o tráfico de drogas diariamente é assunto nos noticiários e frequentemente ouvimos tiros e barulhos de sirene; dá um pouco de medo”.

Não está satisfeito	19. "Não estou satisfeita pela demora quando são chamados. Nunca chamei por causa de assalto, graças a Deus, nem roubo, mas por causa de som de carro em minha porta". 20. "Não tem segurança nenhuma, nem iluminação nas ruas tem direito". 21. "Não vejo segurança". 22. "Não, porque não tem posto policial". 23. "O bairro poderia ser bem mais assistido com a presença de maior número de policiais". 24. "Penso que as autoridades parecem que são coniventes ou fazem vista grossa aos criminosos com seus crimes". 25. "Percebe-se que ultimamente há um maior número de policiais nas ruas do bairro, no entanto, considero que ainda seja uma quantidade insuficiente para evitar a criminalidade". 26. "Poderia haver mais patrulhamento da Polícia Militar". 27. "Poderia haver mais policiamento e que os mesmos fossem mais parceiros dos moradores". 28. "Poderia ter mais vigilantes ou policiais nas ruas; à noite as ruas ficam muito paradas, onde se torna cenário perfeito para os ladrões". 29. "Porque a polícia militar não consegue pegar os maconheiros do bairro". 30. "Porque acredito que muitos crimes poderiam ser evitados caso o policiamento fosse melhor e também porque as pessoas que foram presas praticando furto no bairro não permanecem na cadeia, elas são levadas para a delegacia e em seguida são liberadas. Ficam impunes e voltam a praticar os mesmos delitos". 31. "Porque aqui a gente não vê nenhum tipo de policiamento, só vê quando matou alguém ou coisa desse tipo". 32. "Porque os índices de violência aumentam a cada dia". 33. "Porque precisa de mais patrulha de polícia nas ruas, especialmente nos locais onde tem muitos terrenos vazios". 34. "Porque só age durante o dia". 35. "Quando precisei, demoraram para chegar e me trataram mal, sem educação, quando estava fragilizada, e fizeram um péssimo boletim de ocorrência, que não ajudou". 36. "Vejo muito pouco a polícia próximo às residências. É mais fácil perceber movimentação de vigias de empresas de segurança terceirizadas do que da polícia".

Organização: Santos (2012).

Para verificar se os entrevistados tinham conhecimento da existência de algum programa de prevenção à violência desenvolvido em seu bairro, questionou-se: *você conhece algum programa de prevenção à violência desenvolvido em Uberlândia e no seu bairro?* Muitos moradores disseram conhecer ações de prevenção no bairro e citaram alguns programas, como Fica Vivo, Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR), Jovens Construindo a Cidadania (JCC), Programa de Educação e Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e Vizinhança Solidária (quadro 5). Dentre estes, o Vizinhança Solidária e o PROERD foram os mais citados pelos entrevistados. Isso se justifica pelo fato de esses programas envolverem diretamente a comunidade: o primeiro, para ser instalado no bairro, precisa da participação popular no que se refere ao envolvimento com a proposta da ação; o segundo é desenvolvido em escolas com vistas à prevenção ao uso de drogas entre crianças e adolescentes.

Quadro 5 – Você conhece algum programa de prevenção à violência desenvolvido em Uberlândia e no seu bairro?

Programas de prevenção à violência citados pelos entrevistados	
Programas	Codificação (unidades de registro – frases)
Fica Vivo	1. "Conheço em Uberlândia o *Fica Vivo* e outros. No meu bairro não conheço". 2. "Conheço o programa *Fica Vivo*, que tem sede no bairro Morumbi".
GEPAR	1. "[...] na minha subárea ainda tem o Grupo de prevenção ativa (*GEPAR*) e outros".
Patru-lhamento	1. "Sim, o *patrulhamento* melhorou, mas vemos pessoas se drogando e traficando sob a luz do dia". 2. "Não conheço nenhum programa específico, mas acredito que as rondas constantes e a presença de policiais no bairro, pelo menos na Av. Belarmino Cotta Pacheco, seja parte de algum deles". 3. "Não sei se isso é, mas os policiais fazem muitas rondas por lá, o que faz com que os bandidos fiquem mais na miúda".
PROERD, JCC, Anjos da Escola	1. "Não conheço. A não ser o trabalho da patrulha escolar feito nas escolas, como o *PROERD*". 2. "No meu bairro não tem, mas conheço o *PROERD*, inclusive já participei, mas foi na escola". 3. "Sim, o *PROERD* e o *JCC* – que são programas cujo objetivo maior é trabalhar o jovem e adolescente quanto ao uso de drogas, levá-los a ter maior consciência, tornar-se um cidadão de bem. São programas desenvolvidos nas escolas". 4. "Não conheço nenhum programa contra a violência no bairro. Conheço um programa contra violência nas escolas, que se chama *PROERD*". 5. "[...] o Programa de Educação e Resistência às Drogas (*PROERD*)". 6. "*Anjos da Escola*". 7. "Existe o *PROERD*, desenvolvido nas escolas".
SOS Ação Mulher Família	1. "*SOS Ação Mulher Família* de Uberlândia". 2. "No momento só me recordo da organização não governamental *SOS Ação Mulher*".
Vizinhança Solidária	1. "Aqui no bairro tem um projeto desenvolvido pela Polícia Militar e alguns moradores: *Vizinhança Solidária*, no qual um vizinho ajuda o outro a vigiar as casas e qualquer desconfiança entra em contato com a PM". 2. "Sim, *Vizinhança Solidária*". 3. "Sim. No fim de ano houve um programa da PM onde você se cadastrava para monitoramento de seu imóvel em caso de viagem". 4. "*Vigilância Solidária*". 5. "Conheço todos. No meu bairro é desenvolvido o programa de *Vizinhança Solidária*". 6. "No Guarani, o presidente de bairro se reuniu com a Polícia Militar e implantaram o *Vizinhança Solidária* e se reúnem com as pessoas no salão da igreja católica. Cada casa que participa desse programa tem uma placa. E a polícia se reúne com as famílias. O intuito é que a vizinhança seja solidária quanto à questão da violência, se protegendo e cuidando também do outro contra roubos, assaltos etc.".

Desconhece	1. "Sei que tem, mas no momento eu não me recordo de algum específico". 2. "Não. Até houve uma tentativa de programa de vizinhança, mas, como a maioria das pessoas trabalha o dia todo, elas se fecham nos seus muros". 3. "Segurança no bairro ou algo parecido".
Não cita o nome	1. "Há no bairro um projeto de combate ao vandalismo, tráfico de drogas e furtos, porém, a população desses pontos estratégicos não reconhece esse trabalho devido ao número reduzido de viaturas e seus horários de atuação; dessa forma, não se sente bem assistida, assim como não percebe a ação efetiva da polícia". 2. "De forma ocasional, são divulgadas propagandas de prevenção, como cuidados com a bolsa, não reagir diante de abordagem de meliantes, dentre outras dicas". 3. "Em Uberlândia, a PM faz várias campanhas e tem alguns projetos em escolas de inibição do crime e violência, mas eu não conheço pessoalmente". 4. "Sim, eu já vi uma plaquinha no muro da casa de alguém aqui do meu bairro e lá do Morada Nova também. É um programa da Polícia Militar, mas eu esqueci o nome...".

Organização: Santos (2012).

Com o intuito de conhecer a opinião da população acerca das estratégias que poderiam ser implantadas para minimizar a criminalidade violenta na cidade, perguntou-se: *o que poderia ser feito para diminuir a violência no seu bairro e em Uberlândia?* Percebeu-se, de forma geral, que os entrevistados se sentiram mais à vontade para responder a essa questão. A partir da análise das respostas, estabeleceram-se dez categorias, que se relacionaram a aspectos religiosos, combate ao tráfico de drogas e à violência, melhoramento do aspecto ambiental, diminuição da impunidade, estabelecimento de políticas e aparatos de segurança pública, implementação de políticas sociais e realização de palestras educativas. Dentre as categorias estabelecidas, destacaram-se duas: a primeira relacionada às políticas de segurança pública, com 45 posicionamentos dos entrevistados a respeito; e a segunda, às políticas sociais, com 22 referências. Às primeiras, filiaram-se elementos como o aparato policial e os programas de reabilitação de usuários de drogas e prevenção à criminalidade violenta; ao segundo grupo, fatores como o melhoramento da infraestrutura urbana (transporte, saneamento, lazer), criação de programas que incentivem o esporte, programas de preparação de jovens para o mercado de trabalho e melhor distribuição de renda. Observa-se, portanto, que a população conhece as carências existentes na cidade e no bairro e sabe relacionar suas consequências (quadro 6).

Quadro 6 – O que poderia ser feito para diminuir a violência no seu bairro e em Uberlândia?

Opinião da população sobre estratégias para diminuir a criminalidade em Uberlândia	
Categorias	Codificação (unidades de registro – frases)
Abordagens diversas	1. "Acredito que a questão não seria encontrar maneiras de diminuir a violência, e, sim, descobrir a origem da violência. E isso, sabemos, pode estar no uso e tráfico de drogas, nas questões referentes às desigualdades sociais; o próprio sistema capitalista, indiretamente, pode ser um canal de violência, pois o desejo de posse supera a consideração e o respeito que todos nós sabemos que devemos ter pelos semelhantes. Assim, pequenas atitudes, falhas e erros não corrigidos em tempo certo se transformam em problemas maiores de difícil solução. Creio que a própria educação, escolar e da família, são pontes de acesso ao indivíduo, que desde cedo deve ser conscientizado, orientado para que tenha uma conduta solidária e de respeito ao próximo". 2. "Penso em programas que interajam com associação de bairro, Igreja, comerciantes e Polícia Militar e Civil para que criem programas de segurança solidária, disque-denúncia. Aqui no Taiaman não tem um posto policial". 3. "Tomar algumas precauções de modo individual". 4. "[...] talvez divulgar os números das apreensões que foram feitas no bairro. Do tipo: na noite de sábado foram feitas 15 abordagens, e foram apreendidos 'x' gramas de maconha, e 'x' pessoas foram detidas". 5. "Sem dúvida, maior participação da comunidade". 1. "Acho que poderia haver uma colaboração entre vizinhos no sentido de todos estarem em alerta para casos de roubo/furtos, bem como haver denúncia de casos de tráfico/uso de drogas. A polícia poderia realizar mais rondas também". 6. "Melhorar as relações de vizinhanças, a rua perdeu o valor. Assim não tem como saber que tipo de cidadão mora ao meu lado".
Aspectos religiosos	1. "Independente da religião, o essencial é a presença de Deus na família. Assim se aprende a ter fé. E isso faz toda diferença quando chega a hora de lidar com os atos de violência". 2. "Orar e pedir a Deus pelas pessoas que precisam sentir a proteção de Deus". 3. "Ter uma religião, ou seja, ser um cristão".
Combate ao tráfico de drogas e à violência	1. "[...] a sensação que tenho é que todos nós sabemos os locais que os protagonistas da violência urbana estão, os pontos de venda de drogas, e até as pessoas que praticam delitos diários; no entanto, os policiais insistem em desfilar pelas avenidas ostentando seus uniformes e intimidando pessoas comuns por motivos banais. O crime organizado, quadrilhas de roubo e tráfico, todos sabem onde ficam, mas ninguém toma nenhuma providência". 2. "[...] acabar com o tráfico de drogas". 3. "[...] ação contra o tráfico". 4. "A polícia tem que estar mais presente nos lugares que todos sabem ser ponto de droga". 5. "Combate com maior intensidade ao tráfico de drogas, principalmente nos pontos de venda, evitando, dessa forma, que adolescentes se envolvam com essa atividade, bem como com os furtos". 6. "Conseguir pegar aqueles que fornecem as drogas no bairro; ronda a polícia está fazendo, mas ainda não pegou os culpados". 7. "Penso que deveria haver uma repressão severa e agressiva, no sentido de reprimir e coibir o tráfico e também qualificar o uso de drogas como crime".

	8. “Uma atenção mais concentrada no combate ao tráfico de drogas”. 9. “Bom, para diminuir a violência no meu bairro, é necessário que a violência dos outros bairros diminua, já que as pessoas das quais sofremos violência são de outros bairros, sem dúvida”.
Condições físicas do ambiente	1. “Algumas ruas deveriam ser bem mais iluminadas”. 2. “Melhor iluminação das ruas”. 3. “[...] haver melhoria na iluminação de alguns locais da cidade”. 4. “[...] mais iluminação nas ruas”.
Diminuição da impunidade	1. “Fim da sensação de impunidade, por mais profundas que sejam as reformas para que isso ocorra”. 2. “Não só no meu bairro, mas em geral, nos demais, é a punição de fato dos criminosos. Essa medida, com certeza, iria diminuir a incidência e reincidência de criminosos”. 3. “[...] apreensão de ladrões”. 4. “Prender os criminosos”.
Políticas e aparatos de segurança pública	1. “[...] aumentar o efetivo policial, equipar melhor os policiais em serviço para uma atuação cada vez mais eficiente”. 2. “[...] com a ajuda da polícia, isso diminuiria 90% da violência em Uberlândia e no nosso país”. 3. “[...] contar com a atuação da segurança pública”. 4. “[...] criação de programas de recuperação dos viciados”. 5. “[...] maior vigilância da PM”. 6. “[...] um policiamento melhor em Uberlândia, que, apesar de ter melhorado muito, ainda não é suficiente”. 7. “A polícia tem que estar mais presente, e não só andando e olhando, mas abordando as pessoas, os comerciantes e pessoas suspeitas”. 8. “A polícia tem usado o artifício do giroflex ligado, mas penso que poderia fazer algumas abordagens”. 9. “Acho que a polícia deveria se envolver mais com a comunidade, desenvolvendo mais trabalhos preventivos”. 10. “Acho que devia aumentar o número de viaturas”. 11. “Acho que já está acontecendo, como guardinha à noite tomando conta das casas, e isso traz segurança, ainda mais para quem chega tarde em casa”. 12. “Acho que já está sendo feita muita coisa, poderiam continuar dando rondas, podendo abranger mais locais, até por bairros que são tidos como mais violentos, e orientar as pessoas, para não darem muitas oportunidades para os bandidos, e fazer alguns programas, tipo de reabilitação e conscientização, para poder diminuir o número de criminosos na cidade”. 13. “Acho que um pouco mais de viaturas passando nas ruas em horários de menos movimento”. 14. “Acho também que a rotatividade dos policiais deveria ser menor, ou seja, os mesmos agentes policiais deveriam fazer a cobertura de determinado local, trazendo mais proximidade da população com a polícia”. 15. “Ações educativas e preventivas de combate à criminalidade”. 16. “Além de aumentar o policiamento ostensivo, trabalhos preventivos realizados a partir das escolas com crianças em situação de risco social, que podem, por falta de exemplo e oportunidade, buscar as ‘facilidades’ da vida do crime”. 17. “Aqui no Taiaman não tem um posto policial”. 18. “Aumentar o patrulhamento”.

Políticas e aparatos de segurança pública	19. "Colocar mais policiais nas ruas, câmeras, e a população deveria ser melhor orientada para prevenir a violência". 20. "Dentre as ações necessárias e pontuais, acho que é necessário aumentar o número de policiais com viaturas nas ruas". 21. "Deveria haver mais policiais rondando nas ruas". 22. "Disponibilizar maior número de postos policiais, bem como colocar mais policiais para realizar a ronda na cidade e punir efetivamente os criminosos". 23. "Em cada bairro deveria ter um posto policial, com rondas frequentes em todos os bairros da cidade". 24. "Eu creio em um futuro melhor para todos; espero que as autoridades de Uberlândia possam criar mais programas de prevenção contra a violência, que possam ter mais policiais combatendo os crimes de forma preventiva e ativa, e que as pessoas pudessem ter mais sensibilidade com o seu próximo, onde todos esses resultados positivos pudessem alcançar não somente o meu bairro, mas toda a cidade de Uberlândia e região". 25. "Construir um posto policial". 26. "Fechamento de bares, casas noturnas etc. depois de meia-noite". 27. "Maior contingente policial e mais seriedade da polícia. Nem sempre somos atendidos com presteza e agilidade. A impressão que se tem é que a PM aparece mais para multar carros com documentos atrasados em blitz do que garantir a segurança da população". 28. "Mais polícia nas ruas". 29. "Mais policiamento". 30. "Medidas também precisam ser adotadas para melhorar as condições de segurança das nossas ruas, aumentando a vigilância, o policiamento e os cuidados individuais que cada um precisa ter". 31. "Melhorar a iluminação e o patrulhamento na saída dos bairros, com a instalação de postos fixos da polícia". 32. "O poder público deveria desenvolver programas de recuperação de viciados e programas sociais com crianças e adolescentes para evitar que eles permaneçam nas ruas e tenham contato com drogas". 33. "Penso em programas que interajam com associação de bairro, Igreja, comerciantes e Polícia Militar e Civil, para que criem programas de segurança solidária, disque-denúncia".
Políticas públicas e sociais	1. "E, para diminuir a violência de forma geral, é necessário tirar as nossas crianças das ruas, é necessário dar a elas oportunidades de estudo e aprendizado, uma vez que o que gera a violência são as drogas, e, se as crianças forem afastadas das ruas, elas serão afastadas das drogas, o que, consequentemente, fará com que a violência diminua". 2. "Diminuir a desigualdade social e oportunizar lazer e cultura". 3. "1 – Investimentos em áreas de urbanização, com maiores opções de vias de acesso ao bairro, opção de horário de transporte coletivo estendido após a meia-noite, do centro da cidade ao bairro e vice-versa; 2 – Investimentos em saneamento básico com escoamento da água pluvial nas vias de acesso ao bairro (a precariedade nisso facilita a ação de vandalismo e crimes); 3 – Investimento na área de lazer e entretenimento; mesmo possuindo o poliesportivo do Parque Santa Luzia, existe pouco uso desses espaços. Outra opção é o Sesi Gravatás, que não é acessível a todos os interessados. A presença do parque de exposição não oferece acessibilidade à comunidade local, devido aos custos elevados dos shows. Não há espaços para caminhada etc., e, dessa forma, restam apenas os bares, pizzaria etc.". 4. "[...] programas educativos e ocupacionais para as pessoas, criação de áreas de entretenimento para adolescentes e para crianças".

Políticas públicas e sociais	5. "[...] educação de qualidade". 6. "[...] incentivo a programas sociais ligados a esportes e informática para jovens de baixa renda, dentre outros". 7. "Deveriam existir também mais programas que preparem os jovens para o mercado de trabalho e mais incentivo às empresas para que contratem esses jovens e também invistam em sua formação". 8. "Incentivo à prática de esportes". 9. "[...] um trabalho digno". 10. "Educação é primordial". 11. "[...] ação de políticas educacionais que abranjam os alunos o dia todo, oferecendo ensino de qualidade, esporte para a descoberta de valores, lazer e, principalmente, ensino profissionalizante, o ensino da ética e da moral, tendo professores capacitados a serem modelos principais e fiéis guardadores desses modelos e uma remuneração digna de sua responsabilidade, senão a mais excelente, mas com certeza está entre elas". 12. "Penso que o problema é estrutural, visto que é decorrente de questões maiores, como a má-distribuição de renda, desemprego e drogas. Em relação à segurança pública, acho que há muito a ser feito". 13. "Programas sociais, como retiradas de crianças da rua, as escolas e a sociedade se envolvendo mais, escolas protegidas pela polícia, pois existe uma evasão escolar por causa da violência e das drogas dentro das escolas". 14. "[...] realização de programas de educação continuada junto à comunidade, a fim de diminuir o índice de criminalidade, combatendo os marginais e também educando a população. Salientando que condições básicas de educação, saúde, moradia e trabalho são requisitos fundamentais para a diminuir a violência no bairro". 15. "Em relação à cidade, acho que uma política educacional e cultural mais ampla, com mais atividades culturais e esportivas nos bairros, deveria ajudar bastante. O uso de mais inteligência na polícia poderia prevenir mais crimes. Uma melhoria social geral no país deveria também melhorar a situação de violência na cidade". 16. "Acho que uma política educacional e cultural mais ampla, com mais atividades culturais e esportivas nos bairros deveria ajudar bastante". 17. "Uma melhoria social geral no país deveria também melhorar a situação de violência na cidade". 18. "O problema, aqui ou em qualquer lugar, seria resolvido com educação em todas as suas variáveis". 19. "Creches e escolas de período integral, acredito que seriam um grande passo. Recuperar praças que hoje estão abandonadas para a prática de lazer. Acredito que a saída está na educação, no esporte e no lazer". 20. "A educação é o jeito mais rápido para acabar com a violência, isso em nível de Brasil; é necessário que cada um tenha consciência dos próprios atos". 21. "Acredito que a ocupação profissional, escolar e lazer é um começo, mas a ruína do império da violência exige o empenho de cada indivíduo".

Palestras educativas	1. "[...] poderia ter mais programas educativos, culturais, entre outros, para as crianças não ficarem tanto na rua, porquanto serão os cidadãos do futuro e para os que já estão aí, que sejam punidos com mais rigor". 2. "[...] reuniões para orientação de como prevenir roubos". 3. "Acho que poderiam ser oferecidas palestras aos moradores de como proceder em alguns casos de ocorrências". 4. "Educadores fazendo palestras nos bairros, praças e colégio". 5. "Ter palestras de prevenção a assaltos".
Relações familiares	1. "[...] ajuste dos laços com sua família. Tem de dar carinho, dialogar, investir no bem-estar emocional de quem mora com você. É nesse ambiente que se consolidam valores morais. Também é em casa que o ser humano começa sua relação com Deus". 2. "[...] bom começar dentro dos lares, ocorrendo uma harmonia entre filhos e pais. Pais tendo condições de sustentarem suas famílias, filhos podendo ter uma educação de qualidade, porque assim eles terão um caráter reflexivo, podendo pensar sobre suas ações. Diante disso, é interessante que os órgãos de segurança pública estejam atentos não só na teoria, mas na praticidade e agindo conforme a necessidade de cada local". 3. "[...] reestruturação das famílias". 4. "[...] uma família estruturada". 5. "Acredito que a violência começa na família, então, esta deveria ser melhor orientada, os pais deveriam lidar melhor com seus filhos, dar-lhes atenção, educação, presença e exemplos bons. Infelizmente, as crianças estão crescendo sem rumo". 6. "Não só em meu bairro, mas no mundo. Acho que tudo é muito mais que fazer uma reunião e discutir fatos que ocorrem no momento, trazendo assim soluções só imediatas. O trabalho deve começar a ser feito nas famílias; quando se tem uma boa estrutura familiar, você tem boas pessoas. Então, de nada adianta resolver o momento, temos que fazer para termos segurança em longo prazo". 7. "O problema começa na educação dos indivíduos que cometem tais atos, ou seja, a solução ou prevenção tem que começar quando está sendo formado o cidadão". 8. "O trabalho deve começar a ser feito nas famílias; quando se tem uma boa estrutura familiar, você tem boas pessoas. Então, de nada adianta resolver o momento, temos que fazer para termos segurança em longo prazo".
Não há necessidade de intervenção	1. "Acho que a situação em meu bairro está boa". 2. "Não há índice de violência que necessite de um programa".

Organização: Santos (2012).

A análise das entrevistas permitiu concluir que, para os moradores de Uberlândia, a violência é um fenômeno presente em toda a cidade, com mais intensidade em alguns bairros, e os fatores determinantes para seu agravamento estão condicionados, sobretudo, à presença ou ausência de elementos específicos, como as condições do espaço (iluminação, terrenos baldios, lugares ermos), e à escassez e/ou ineficiência das políticas públicas sociais e de segurança (aparato policial, patrulhamento, punição de infratores, prevenção da violência, educação, trabalho, desigualdades sociais, dentre

outros). O medo, por sua vez, é apresentado como a principal consequência da criminalidade violenta. Medo este que priva a liberdade de sair de casa e de circular pela cidade, especialmente à noite e em locais pouco movimentados. Medo de deixar a casa sozinha e tê-la assaltada. Medo que provoca traumas e aprisiona os moradores, sobretudo por temerem transitar por locais considerados violentos, como perto de rios, córregos, rodovias e pontos específicos do bairro, nos quais se percebe uma atuação maior dos criminosos:

> Mais na parte de trás do bairro, onde faz limite com um bairro mais violento, o bairro Canaã (entrevistado do bairro Jardim das Palmeiras).
>
> [...] tem um lugar chamado 'antiga favelinha', dizem que lá é perigoso, por isso nunca fui (entrevistado do bairro Tibery).
>
> [...] Existe um 'cantinho do bairro' (perto do Estádio Airton Borges) que se fala que é o reduto das drogas. Nesse lugar, evitamos passar (entrevistado do bairro Tibery).
>
> Tenho medo de andar nas ruas mais afastadas da minha casa, mais ao fundo do bairro, em horários muito tardios. Se bem que, mesmo próximo à minha rua, já fui abordada por um mau elemento (entrevistada do bairro Jardim das Palmeiras).

Já a insegurança é um fator relacionado principalmente à violência percebida no bairro e atua, também, como um elemento intensificador do medo. Para os entrevistados, essa insegurança se intensifica com a pouca atuação e/ou ineficiência da segurança pública local (patrulhamento em locais considerados violentos no bairro e atuação em horários mais críticos, como a noite e a madrugada). A segurança pública, portanto, não é o principal elemento que leva o morador a gostar do bairro em que mora, e sim a afetividade para com os vizinhos, a família e o lugar, bem como os fatores locacionais (proximidade do trabalho, da família, do comércio, das áreas de lazer, dentre outros).

Como forma de minimizar os efeitos negativos causados pela violência, a população sugeriu que fossem estabelecidas políticas públicas sociais e de segurança nos locais mais necessitados. Dentre as políticas sociais, estão aquelas voltadas à educação, à minimização das desigualdades sociais e à inclusão social da população desprovida de direitos constituídos por lei – saúde, lazer e trabalho –, conforme apresenta a Constituição Federal Brasileira de 1988. Sobre isso, as falas de dois moradores representam muito bem o que deve ser feito pelo poder público para prevenir a violência:

> Investimentos em áreas de urbanização, com maiores opções de vias de acesso ao bairro, opção de horário de transporte coletivo estendido após a meia-noite, do centro da cidade ao bairro e vice-versa; investimentos em saneamento básico, com escoamento da água pluvial nas vias de acesso ao bairro (a precariedade destes facilita a ação de vandalismo e crimes); e investimento na área de lazer e entretenimento [...] (entrevistado do bairro Granada).

> [...] criação de programas de recuperação dos viciados e reestruturação das famílias; criação de políticas educacionais que abranjam os alunos o dia todo, oferecendo ensino de qualidade, esporte para a descoberta de valores, lazer e, principalmente, ensino profissionalizante, o ensino da ética e da moral, tendo professores capacitados a serem modelos principais e fiéis guardadores desses modelos e uma remuneração digna de suas responsabilidades [...] (entrevistado do bairro Planalto).

Quanto às políticas de segurança pública, destacaram-se, principalmente, o policiamento ostensivo, o aumento do efetivo policial, a construção de postos da polícia militar, o estabelecimento de programas de recuperação de usuários de drogas e o combate ao tráfico de drogas:

> Poderia se investir mais no policiamento do bairro (aumentando as viaturas), bem como na realização de programas de educação continuada junto à comunidade, a fim de diminuir o índice de criminalidade, combatendo os marginais e também educando a população. Salientando que condições básicas de educação, saúde, moradia e trabalho são requisitos fundamentais para diminuir a violência no bairro (entrevistado do bairro Saraiva).

> Combate com maior intensidade ao tráfico de drogas, principalmente nos pontos de venda, evitando que adolescentes se envolvam com essa atividade, bem como com os furtos. Programas de prevenção da violência são ótimas alternativas, mas é necessário que a própria população tenha conhecimento desses programas para que estes possam funcionar com mais efetividade (entrevistado do bairro Brasil).

É importante ressaltar que as políticas de segurança pública foram mais citadas pelos entrevistados dos setores oeste e sul, os mais violentos de Uberlândia. Verifica-se, portanto, que a população percebe a violência no local, bem como sua gravidade, o que a leva a propor ações de combate à criminalidade, como o patrulhamento ostensivo e o aumento do efetivo policial. As políticas sociais, também citadas com intensidade pelos entrevistados dos referidos setores, atuariam como medidas de prevenção primária e secundária, direcionadas, respectivamente, às carências estruturais e à redução dos fatores sociais e econômicos que propiciam a ocorrência de ações criminosas.

A análise das entrevistas permitiu verificar uma relação direta entre a situação da violência revelada pelas estatísticas em Uberlândia e a percepção da população acerca disso. Os entrevistados que moram em bairros em que a violência se apresentou elevada no período de 1999 a 2010 foram unânimes em afirmar a ocorrência de atos violentos, como roubos, homicídios, tráfico de drogas, dentre outros. Por outro lado, o medo e a insegurança dos moradores se revelaram não só como elementos intrínsecos à realidade da violência local, mas também como fenômenos ligados à violência imaginada, já que os entrevistados de alguns bairros menos violentos da cidade apresentaram sua tensão frente à violência e à ausência de segurança, apesar de as estatísticas oficiais não destacarem o bairro como um ponto de risco à vitimização por violência.

Considerações finais

A análise de conteúdo das entrevistas objetivou compreender a existência da sensação de insegurança e do medo da população diante da violência, real ou imaginada, e as propostas apresentadas por ela para minimizar o efeito negativo desses atos. As principais razões apresentadas pelos moradores para o medo de se tornar vítima da violência foram a própria vitimização de pessoas próximas, como amigos, vizinhos, parentes e familiares; circunstâncias adversas; e a presença ou ausência de elementos físicos no bairro.

Uma hipótese, que se estabeleceu *a priori* e se sustentou após a análise de conteúdo das entrevistas, diz respeito à insegurança e ao medo da população quanto ao fenômeno da violência em alguns bairros de Uberlândia. Percebeu-se a sensação de impotência e coação frente à violência no discurso dos moradores, apesar de, em seu local de moradia, esses atos serem caracterizados como um elemento fundamentado no imaginário deles, ou seja, de não ser comprovada estatisticamente pelos órgãos oficiais a presença fundada e incisiva de atos violentos no bairro. Também verificou-se que, embora haja, nos bairros, a presença de postos policiais e de outros órgãos destinados à segurança pública, a população de alguns deles declarou sentir-se insegura diante da violência. A presença da Polícia Militar, por meio do trabalho ostensivo nas ruas, as chamadas “rondas”, é o principal elemento utilizado pelos moradores para caracterizar o local como seguro ou não, do ponto de vista institucional.

As sondagens de opinião são importantes nesse tipo de estudo, pois permitem elaborar um quadro acerca da percepção da insegurança e do medo dos grupos que mais se sentem ameaçados. Juntamente com levantamentos quantitativos, podem revelar diversas possibilidades de intervenção, com vistas a minimizar seus efeitos sobre as populações.

Referências

ALEXANDRE, Marcus. "Representação social: uma genealogia do conceito". *Comum*, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2004, v. 10, n. 23, pp. 128-38.

ALMEIDA, Luciana Ferreira de. *Representações sociais de violência urbana para policiais civis da cidade de Recife* (dissertação). UFPE, 2011, 140 p.

ARENDT, Hannah. *Da violência*. Brasília: Ed. UnB, 1985, 67 p.

BAIERL, Luzia Fátima. *Medo social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez, 2004, 224 p.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011, 279 p.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2003, 399 p.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. "Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde". *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, set.-out. 2004, v. 57, n. 5, pp. 611-4.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2007, 157 p.

ESTEVES, Alina Isabel Pereira. *A criminalidade na cidade de Lisboa: a geografia da insegurança*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, 214 p.

FELIX, Sueli Andruccioli. "Crime, medo e percepções de insegurança". *Perspectivas*, São Paulo, jul.-dez. 2009, v. 36, pp. 155-73.

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz. *Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento* (tese). UFRJ, 2004, 170 p.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. Brasília: Líber Livro, 2005.

HOLSTI, Ole R. *Análise de conteúdo para as ciências sociais e humanas*. Massachusetts: Addison-Wesley, 1969, 240 p.

KRUG, Etienne G. et al. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS, 2002, 380 p.

LEFÈVRE, Fernando e LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. "O sujeito coletivo que fala". *Revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, jul.-dez. 2006, v. 10, n. 20, pp. 517-24.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989, 116 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1999, 269 p.

——. "A violência dramatiza causas". *Violência sob o olhar da saúde pública: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003, pp. 23-47.

——. "Violência: um problema para a saúde dos brasileiros". In BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, 2005, pp. 9-42. (Série B. Textos Básicos de Saúde.)

MISSE, Michel. *Violência: o que foi que aconteceu?* Disponível em http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/1Viol%C3%AAnciaoquefoiqueaconteceu.pdf. Acesso em 26 set. 2003.

MORAIS, Régis. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1990, 113 p.

MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002, 152 p.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis: Vozes, 2006, 188 p.

RICHARDSON, Roberto J. et al. "Análise de conteúdo". *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989, pp. 173-98.

RICO, José Maria e SALAS, Luis. *Inseguridad ciudadana y policia*. Madri: Editorial Tecnos S.A., 1988.

RONDELLI, Elizabeth. "Imagens da violência e práticas discursivas". In PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al. (orgs.). *Imagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, pp. 144-62.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira. *Criminalidade violenta e contradições socioespaciais na cidade de Uberlândia/MG* (tese). UFU, 2012, 421 p.

SMITH, Susan Jane. "Fear of crime: beyond a geography of deviance". *Progress in Human Geography*, Londres, 1987, v. 38, n. 5-6, pp. 899-91.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 288 p.

TURATO, Egberto Ribeiro. "Decidindo quais indivíduos estudar". *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 351-68.

Relação entre violência urbana e práticas sociais em espaços públicos a partir da análise do discurso: o exemplo da cidade de Campina Grande/PB

Sâmara Iris de Lima Santos
Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

A difusão das práticas de violência nos espaços urbanos tem produzido interferências significativas no processo de estruturação destes. Caracterizado como um problema coletivo, o aumento dos casos de violência interfere diretamente nas práticas cotidianas dos indivíduos, ao despertar neles sentimentos como medo e apreensão, e nas próprias relações de produção, uma vez que condiciona, no tempo e no espaço, as ações de estruturação da cidade.

Essa realidade se reproduz bem no contexto socioespacial de Campina Grande, na Paraíba, em virtude da complexidade de seu espaço urbano, que apresenta tanto as características estruturais de um espaço em processo de complexificação quanto aspectos que se mostram como um relicário urbano do processo inicial de sua formação, especialmente no que se refere aos valores dos indivíduos.

No âmbito urbano, a violência está volvida em meio a mitos que dificultam a análise do impacto que provoca nas práticas cotidianas, principalmente por reproduzir, tanto para os moradores quanto para os visitantes, sentimentos de medo. Assim, como materialização das práticas socioespaciais (individuais ou coletivas), a violência se torna uma questão eminentemente geográfica por se constituir como um problema que desperta o interesse de diferentes segmentos da sociedade.

Concebida como prática oriunda de parte da população com menor poder aquisitivo, a violência vem sendo tradicionalmente compreendida como um evento relacionado à exclusão de parte da sociedade dos favorecimentos proporcionados pela produção capitalista, ao gerar no indivíduo excluído a necessidade de apropriação do patrimônio privado. A capacidade de circular na cidade influencia diretamente a reprodução dessa prática, ao reduzir as diferenças entre as localidades mais pobres, caracterizadas pela ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos, e aquelas mais favorecidas por investimentos públicos ou privados.

A urbanidade possibilita a mistura de realidades, homogeneizando a sensação do "medo urbano". Com isso, a cidade vai se reestruturando e comportando espaços de segregação voluntária (grandes condomínios fechados que passam a ser criados na periferia do espaço urbano) e involuntária (expressa pela falta de investimentos que proporcionem maior facilidade a mobilidade urbana). A história recente de Campina Grande vem sendo construída nesse contexto.

O direito à cidade, ou à cidadania, que durante bom tempo teve seu significado limitado aos serviços, às infraestruturas e aos equipamentos urbanos, necessidades básicas para a vivência no habitat urbano, torna-se, na atualidade, algo mais complexo e de difícil acessibilidade. Isso pode ser facilmente observado por meio dos limites postos na relação público-privado, os quais acabam influenciando a criação de identidades nos espaços e as perspectivas quanto ao futuro destes.

O espaço público, ambiente que poderia se apresentar como uma alternativa à inclusão social, vem sendo negligenciado pelos sujeitos sociais, os quais se encontram volvidos com outras prioridades. Tal quadro de referência nos levou aos seguintes questionamentos: quem, de fato, vem tendo o direito ao uso desse espaço? Até que ponto os diversos ambientes de acesso público, encontrados nas cidades, permitem o uso por parte da coletividade? Como a violência tem interferido nas práticas urbanas? Até que ponto os espaços públicos dentro da cidade têm realmente propiciado o direito à cidade no que concerne à apropriação por parte da coletividade, em especial no que diz respeito aos usos desses ambientes?

Para compreender melhor o quadro de referência apresentado, dividimos o artigo em três partes. Na primeira, contextualizamos a relação público-privado no âmbito das práticas sociais. Em seguida, analisamos a geografização da violência e sua influência nas organizações socioterritoriais utilizando a cidade de Campina Grande como espaço de referência. Por último, observamos os impactos da reprodução da violência nos espaços públicos da cidade a partir da análise do discurso.

Entre o público e o privado: as práticas sociais em contexto

No âmbito da análise científica, a crise evidenciada na cidade a partir da difusão da violência vem exercendo uma influência significativa no processo de estruturação espacial, e a imprecisão das concepções sobre o que seria de fato o ambiente urbano e seus elementos constituintes tem dificultado o diálogo sobre sua organização, especialmente entre os pesquisadores preocupados com essa problemática. Isso foi evidenciado por Souza (2002, 2003) ao estudar as imprecisões das bases conceituais para compreender a problemática urbana, especialmente as influenciadas pelas relações socioespaciais que interferem no processo da produção e reprodução do espaço geográfico.

Para facilitar a compreensão dos argumentos que passaremos a apresentar, evidenciaremos nossa concepção de espaço, já que este se apresenta como elemento estruturante de nosso estudo, e faremos um breve resgate da noção de urbano, tendo a violência como um parâmetro analítico.

Uma das referências mais utilizadas no meio acadêmico, pricipalmente o geográfico, para definir a concepção de espaço é a formulada por Santos: "Conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (1997, p. 51). Ou seja, o espaço é o campo das relações ou ambiente em que a sociedade cria novos objetos ou recria os já existentes, por meio da materialização de suas práticas, escrevendo sua existência.

De imediato, podemos chegar ao entendimento de que tais relações (objeto-ação) não podem ser apenas evidenciadas em escalas regional, nacional ou planetária, mas na própria escala do cotidiano da sociedade, cujo resultado corresponde a verdadeiras transformações espaciais, ou seja, "intrusão da sociedade nessas formas-objetos resultante das mudanças de funções" (Santos, 1997, p. 85).

Para Castells, o urbano compreenderia "uma forma especial de ocupação do espaço por uma população [...] tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior" (2000, p. 40). Nesse contexto, o urbano corresponderia ao campo em que as relações sociais se encontram em "ebulição". Seabra, por sua vez, entende o urbano como "espaços profundamente recortados pela propriedade, divididos ou fracionados e que estão funcional e estritamente articulados ao nível do cotidiano" (2001, p. 91), correspondendo, conforme proposto por Lefebvre, a um "campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente" (1999, p. 47). Nesse sentido, corresponderia a uma "realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas pelo pensamento" (2001, p. 49).

Diante disso, o espaço urbano se apresenta como uma totalidade decorrente de vários arranjos socioespaciais cujo valor de uso encontra-se limitado aos tipos de funcionalidade e acesso permitidos (Villaça, 2001) e tem na prática cotidiana dos atores sociais o principal elemento de sua dinamicidade.

Dessa forma, fica perceptível que existe uma sintonia entre as próprias concepções de espaço e urbano, segundo as quais um complementa o significado do outro, na medida em que, juntos, relacionam a escala na qual as relações sociais são bem mais evidenciadas. Isso explica a própria dificuldade e as contraposições quanto à classificação dos elementos constituintes do espaço urbano, que passam a ser relativos, segundo o uso e as práticas evidenciadas nele, a exemplo da relação entre o público e o privado.

Para Fischer e Moll, que utilizam algumas das concepções de Arendt, o público corresponde ao espaço de uso comum, visto que, por natureza, deve ser compartilhado com os outros, não sendo, assim, propriedade particular nem do Estado nem dos indivíduos, mas o ambiente "em que os homens, por meio de seus procedimentos discursivos, da convivência com a pluralidade humana, [...] podem compartilhar a construção de um mundo comum, legitimado pelo reconhecimento público e intersubjetivo dos outros" (2000, p. 41).

Desse modo, pelo menos duas inquietações devem ser levadas em consideração. A primeira corresponde ao fato de que essa associação é produto invariável das relações sociais em suas diversas instâncias e escalas. A segunda se refere ao fato de que essa relação se diferencia entre o valor de uso e o valor de troca: o primeiro diz respeito "à necessidade, à expectativa, à desejabilidade"; o segundo, "à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no *mundo da mercadoria*" (Lefebvre, 2001, p. 135, grifos do autor).

Nesse contexto, compreendemos o espaço público como o ambiente em que as relações, além de valorizarem a participação coletiva e igualitária, valorizam o uso como elemento básico de apropriação espacial. Quando as relações se articulam de forma contrária a isso (o individualismo, coletivo ou não, e as trocas em detrimento do uso), mesmo em ambientes públicos, os espaços deixam de ser públicos e passam a ser privados de ordem pública, ou semipúblicos, ou, ainda, espaços restritos de uso coletivo. Tais dualismos nos remetem à necessidade de "romper os grilhões" que ao longo do tempo têm dificultado a real apreensão das demandas evidenciadas no processo de organização espacial, sobretudo no que diz respeito ao processo da estruturação representada pela atuação dos atores sociais.

Para melhor compreensão dos argumentos apresentados, mencionaremos como exemplo a praça, descrevendo o seguinte cotidiano hipotético: durante o dia, várias pessoas utilizam-na como via de circulação; outras, para negociar; e outras, como lazer. No período noturno, seu uso passaria a ser feito prioritariamente por segmentos da

sociedade que impõem novas territorialidades, a exemplo de traficantes, prostitutas, moradores de rua etc., conforme pode ser observado nas práticas cotidianas de um dos mais importantes espaços públicos de Campina Grande: a Praça da Bandeira.

Existe um equívoco na compreensão da praça como um espaço público, na medida em que seu uso acaba sendo condicionado por diversos fatores inerentes a diferentes relações e interesses sociais. Para as pessoas que a utilizam apenas como via de acesso, a praça, ou o que esta pode fornecer em termos de atratividade, é bem menos importante do que para outras pessoas que se habituaram a utilizá-la diariamente como lazer. Para aquelas que comercializam nesse local, ela adquire um valor de troca, e não de uso, pois essas pessoas não se encontram preocupadas (ou em condições) de usá-la como espaço de lazer.

Por sua vez, as prostitutas, os traficantes e os moradores de rua são inibidos a utilizar a praça durante o dia, tanto pelo poder público quanto pela sociedade de modo geral. Durante a noite, passam a condicionar as territorialidades de acesso a ela, porque a maioria das pessoas, seja por medo ou preconceito, deixa de frequentá-la nesse período. No caso de esses grupos se disporem ao uso desse espaço também durante o dia, passam a receber pressões bem mais significativas por parte de outros segmentos, especialmente no que se refere à disputa de poder pelo território.

Assim, embora essa praça tenha sido criada pelo poder público municipal, para fins de uso público e coletivo, acaba tendo seu uso condicionado a determinado segmento da sociedade, o qual é responsável pela criação de territorialidades voltadas para esse condicionamento. Dessa forma, embora na aparência seja de fato um espaço público, este passa a ser restrito ou privado a alguns grupos que coordenam o uso e as territorialidades nesse local. Em outras palavras, não basta o ambiente ser compreendido como espaço público, se as relações sociais não propiciam condições para seu uso coletivo. Não é apenas a forma que dá o significado ao objeto, mas também sua função, seu valor de uso. A grande dificuldade de tal constatação encontra-se relacionada ao fato de que isso ocorre simultaneamente, o que faz com que o real conceito de público e privado esteja direcionado a determinadas intencionalidades, usos e relações socioespaciais.

Outro aspecto importante diz respeito à questão da identidade criada com o ambiente. Nas últimas décadas, várias cidades vêm construindo ou restaurando espaços de uso público, como é o caso das áreas destinadas para festejos ou de espaços recuperados para o uso cultural e de lazer, a exemplo dos centros culturais e revitalizações dos centros históricos e dos espaços de uso múltiplo. Até mesmo esses espaços passam a ter sua classificação de público colocada em xeque, uma vez que não se tornam acessíveis a todos os segmentos sociais.

A expropriação temporal do uso dos espaços públicos por diversos segmentos sociais é igualmente reflexo de práticas territoriais prejudiciais, tanto ao indivíduo quanto ao patrimônio, representadas pelo discurso do medo e pela sensação de insegurança.

Questões como a análise do processo de espoliação urbana – decorrente principalmente da luta por diversos segmentos da sociedade por melhoria nas condições de sobrevivência na cidade (Kowarick, 2000) –, assim como as relacionadas ao próprio processo de segregação e fragmentação urbana, ficam difíceis de ser percebidas sem a observação das intencionalidades por parte dos sujeitos sociais responsáveis pela dinâmica espacial, especialmente no que diz respeito às práticas de produção e apropriação dos espaços públicos.

Diante disso, a noção de público condiciona-se não apenas aos valores delegados ao espaço para suas finalidades de uso, mas também às próprias condições de infraestrutura e reprodução de valores dados ao espaço, o que define seus usos por parte da sociedade. Há, assim, a noção de público relacionada ao imaginário social, cujo valor de uso e troca condiciona os momentos em que tais significados expressam a ambiência urbana por parte da população residente e, principalmente, da população que utiliza esse espaço ou vivencia temporalmente seu cotidiano.

A geografia da violência urbana em Campina Grande

A violência tem se tornado fato comum nas cidades brasileiras e sua atuação independe, na atualidade, da proporção física dos espaços urbanos. Sua disseminação em cidades menores tem se constituído como algo "epidêmico" na maioria das cidades brasileiras, estando associada às soluções que têm se tornado uma constante em cidades de maior porte, especialmente no que se refere a uma atuação mais efetiva do poder do Estado na elaboração de políticas públicas, além do próprio avanço tecnológico como estratégia de combate à criminalidade urbana. Em função disso, algumas cidades alcançaram menores índices de violência (Waiselfisz, 2011). No Brasil, o fenômeno da violência passou a não ser algo restrito aos grandes centros, mas um fato presente em diversas realidades urbanas, independentemente de seu grau de complexidade.

Todavia, estados interioranos que não apresentavam um perfil preocupante de criminalidade em seu histórico passaram a ter posições de destaque. Nesse sentido, é importante ressaltar que a Paraíba tem apresentado, nos últimos anos, indicadores alarmantes de violência. Em 2011, passou a ocupar a sexta posição no *ranking* dos estados com maiores índices de homicídio, ficando à frente, inclusive, da Bahia, que ocupa a sétima posição, e do Rio de Janeiro, que ocupa a 17ª (Waiselfisz, 2011, p. 25).

No contexto urbano de Campina Grande, embora a cidade possua, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), população em torno de 385.213 habitantes, têm se evidenciado mudanças significativas quanto ao número de crimes, o que tem repercutido em diversos setores da mídia e entre os habitantes da cidade. Apesar de ser caracterizado como cidade de porte médio, o município registrou em 2008, de acordo com

o mapa elaborado pelo IBGE, uma taxa de 155 homicídios. Já em 2010 houve 218 crimes, o que resultou em uma taxa média de 48,4 mortes por 100 mil habitantes e levou Campina Grande a ocupar a 180ª posição no *ranking* dos municípios brasileiros.

Campina Grande, apesar de interiorana, possui em seu histórico retratos de uma cidade impulsionada para o desenvolvimento. Tornou-se um espaço socioeconômico significativo no conjunto do estado da Paraíba entre o final do século XIX e o começo do século XX, especialmente a partir da consolidação comercial algodoeira. Porém, durante o período do Estado Novo, viveu a crise do ciclo regional "agroexportador, sua descapitalização, migração, regressão e estagnação" (Oliveira, 2009, p. 12).

A cidade passou a presenciar migrações intrarregionais constantes, em função, principalmente, do comércio, o que culminou em problemas urbanos ainda presentes no cotidiano atual. Na década de 1930, sofreu mudanças significativas em sua estrutura urbana, tendo como referência obras de reestruturação de outras regiões do país, sendo as principais a demolição e a reconstrução de espaços na cidade.

> Espraiavam-se pelo Brasil afora, desde a experiência do Rio de Janeiro nos primórdios do século XX, novas concepções de urbanismo, informadas por projetos arquitetônicos, paisagísticos e de saneamento europeus, que haviam revolucionado as principais cidades e capitais do Velho Continente, transformando ruas sinuosas, becos e cortiços em gigantescas, belas e largas avenidas e *boulevards*, que explicitavam novas tendências nas artes, facilitavam a circulação de homens, automóveis, mercadorias e fluidos, precipitando mudanças nas noções de tempo e espaço e, mais do que isso, mudanças na vida de seus habitantes (Sousa, 2003, p. 77).

Ainda nesse período, Campina Grande possuía poucos locais de divertimento, fato que levou a gestão municipal a fomentar na cidade uma grande obra de embelezamento e modernidade. Foram construídos a Praça da Bandeira, que servia àqueles que se dirigiam ao Centro, e o cinema Capitólio. A feira da cidade, que atualmente corresponde à Feira Central, era localizada na Rua Maciel Pinheiro. O antigo Curtume São José, próximo ao Açude Velho, foi demolido para a construção do Parque da Criança, conforme pode ser visto *in loco* com a permanência de uma chaminé que lembra a antiga propriedade. O embelezamento urbano de Campina Grande continuou com a construção do Açude Novo, onde se localiza o marco zero da cidade, um parque temático e o obelisco em homenagem aos índios ariús. Já em época mais atual, foram construídos o Parque do Povo, que serve como espaço destinado ao turismo de eventos, e a Feira da Prata, que exerce um papel importante no comércio da cidade.

A cidade foi se modificando e, na atualidade, é um atrativo diário; pessoas de outras regiões vêm utilizar seus serviços especializados nas áreas de saúde, educação e

comércio. No entanto, uma dualidade existe: ao mesmo tempo que o município vive um período econômico e um desenvolvimento favorável à atração de pessoas, apresenta um elevado índice de violência. Esse índice tem sido estabelecido pelos mapas do Instituto Sangari nos últimos anos, o que comprova o novo perfil do crime no Brasil, que compromete cidades interioranas em desenvolvimento.

Em estudo anterior, constatou-se a existência de aumento significativo dos crimes de assalto, homicídio e tráfico de drogas no Centro, bem como nos bairros de Bodocongó e Catolé (Santos, 2011). Tal fenômeno, ao incidir sobre esses bairros, pode não apenas favorecer a falta de vivência, mas também recair sobre os espaços de uso e acesso coletivo. O Centro é uma das áreas com melhores equipamentos urbanos e espaços públicos, que se constituem como pontos de acesso e lazer importantes. No entanto, conforme o resultado apontado, os indicadores de violência foram substancialmente elevados nesse bairro, o que acaba por refletir nos usos e nas territorialidades dos espaços públicos, os quais não são excluídos da violência que assola os bairros em que estão inseridos.

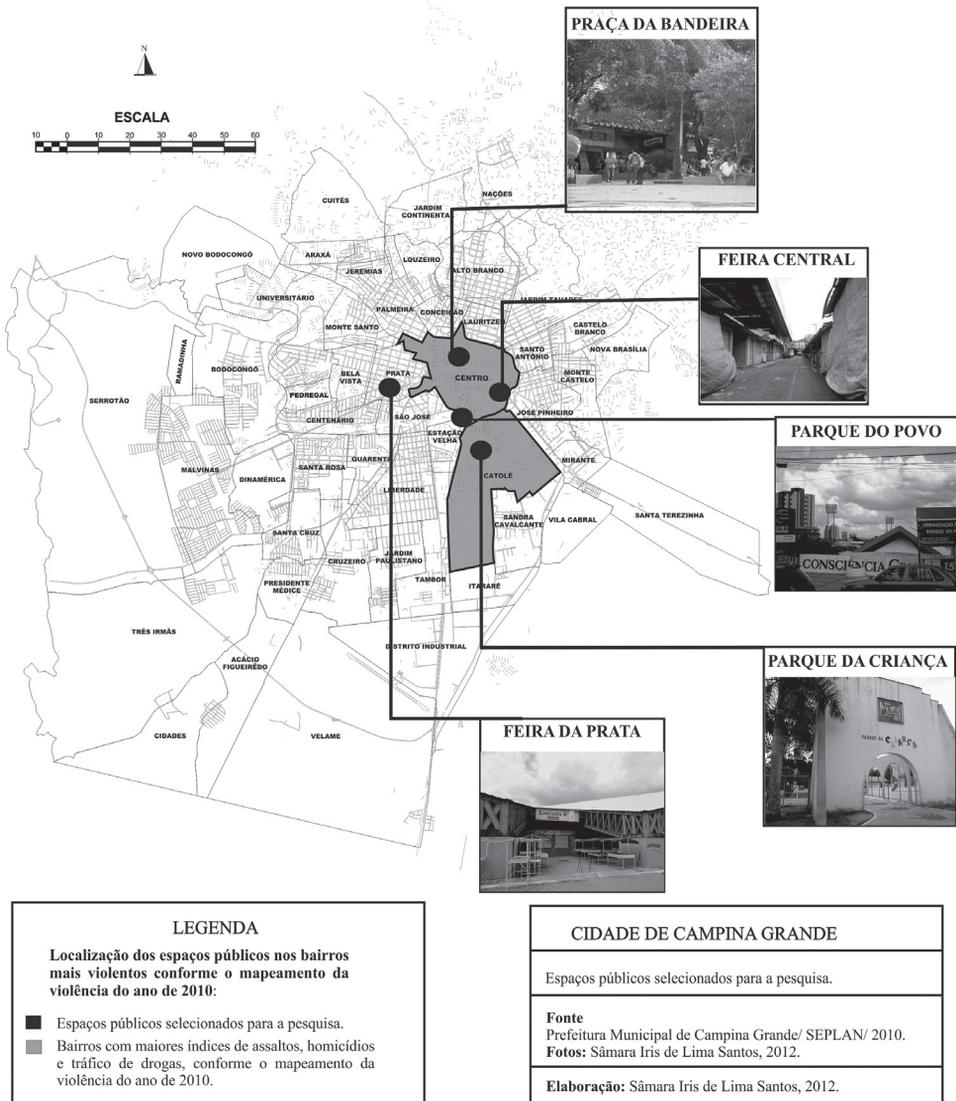
Pôde-se observar também, em pesquisa recente (Santos, 2012), que a violência tem significado o aumento da depreciação de determinados espaços de Campina Grande, com destaque aos abertos, tendo em vista a falta de segurança e a presença constante de pequenos delitos efetuados especialmente por usuários de drogas, que, apesar de não afetarem com maior intensidade os habitantes, também os inibem e propagam o medo. Embora criados para que os citadinos possam contemplar a cidade e desempenhar o livre lazer, esses espaços têm sido distanciados do cotidiano deles, pois a inibição do uso apresenta-se como a única maneira encontrada para que não venham a ser vítimas de atos criminosos que possam gerar danos a suas vidas.

Desse modo, o fenômeno da violência nos espaços públicos da cidade tem favorecido a redução destes como ambientes destinados às práticas socioespaciais e socioterritoriais, distanciando-se da realidade de espaços sustentáveis que corroborem a coletividade dos campinenses. Esse conjunto de fatores, além de culminar em resultados materiais para o espaço (degradação), afeta a reprodução de identidades com a cidade.

A violência urbana nos espaços públicos de Campina Grande: a análise do discurso como procedimento analítico

As análises a seguir correspondem ao debate sobre os resultados da pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs) com o objetivo de analisar a reprodução da violência e do medo e sua interferência no uso destes espaços públicos: Parque da Criança (bairro do Catolé); Parque do Povo; Feira Central; Praça da Bandeira (Centro); e Feira da Prata (bairro da Prata). Utilizaram-se como procedimentos a aplicação de questionários e a obtenção de alguns dados oficiais

sobre a violência na cidade (mapa 1). No entanto, a ênfase maior foi a contribuição da análise do discurso de entrevistas efetuadas com comerciantes e pessoas que vivenciam cotidianamente alguns desses espaços. Para realizar as entrevistas, selecionaram-se a Praça da Bandeira, o Parque da Criança e a Feira Central, por serem os espaços mais citados nos questionários aplicados à população.

Mapa 1 – Representação dos espaços públicos (Praça da Bandeira, Feira Central, Parque do povo, Parque da Criança e Feira da Prata) de acordo com o mapeamento da violência urbana no ano de 2010

Organização: Santos (2012).

Obtiveram-se dados oficiais no intuito de adicionar mais informações aos bairros que agregavam os espaços públicos selecionados para a pesquisa. Pôde-se perceber que existem negligências quanto à distribuição desses dados, embora tenham sido fornecidos os referentes a homicídios e tráfico de drogas. A partir da análise dos dados, verificou-se que o Centro e o bairro do Catolé continuam a ocupar posições destacadas, fato comprovado também na pesquisa científica anterior sobre o mapeamento da violência urbana na cidade durante o ano de 2010, quando esses dois bairros se destacavam nos índices de criminalidade.

Sabe-se também que ambos possuem espaços destinados ao lazer importantes na cidade, e que a violência, tanto material quanto imaterial, tem o poder de reproduzir a repulsa quanto ao uso dos mesmos. Assim, a partir dos dados referentes aos quatro últimos anos (2008-2011) dos homicídios na cidade, os bairros do Centro e do Catolé foram destacados em posições importantes no índice de criminalidade. Apenas em 2009, ambos não obtiveram posições importantes em índices de homicídio.

O bairro da Prata, embora se apresente como um espaço com boas condições de infraestrutura e comporte um dos locais selecionados na pesquisa (Feira da Prata), não se destacou nos índices. Nesse sentido, existem posições que comprometem a realidade do imaginário social, pois muitas pessoas acreditam que há nos bairros periféricos maior vulnerabilidade e incidência de crimes. No entanto, pôde-se perceber, em três anos, que o Centro e o bairro do Catolé, apesar de se destacarem com melhores equipamentos urbanos da cidade, também presenciam altos índices de crimes desse tipo.

Com relação ao tráfico de drogas em 2010 e 2011, existe o destaque desses dois bairros em posições alarmantes. O Catolé obteve um aumento considerável de 2010 (quatro crimes) para 2011, com a ocorrência de nove apreensões por tráfico de drogas.

Desse modo, a ocorrência de criminalidade com relação a tráfico de drogas e homicídios nesses bairros ainda é uma constante. Isso também comprovou a tendência observada em pesquisa anterior sobre o mapeamento da violência urbana, que citou os dois bairros em posições alarmantes, inclusive no que se refere a assaltos, conforme informações sistematizadas em uma hemeroteca organizada pelo GIDs 2010. Vale ressaltar que, nos dados, não se pôde perceber a presença do bairro da Prata, onde está localizada a Feira da Prata.

A partir da visualização da criminalidade nos bairros em que os espaços públicos (Feira da Prata, Parque do Povo, Feira Central, Parque da Criança e Praça da Bandeira) estão inseridos, aplicaram-se 93 questionários à população maior de idade. Sua aplicação se deu na Praça da Bandeira, no Parque do Povo, no Parque da Criança, na Feira Central e no Terminal Integrado de Ônibus.

O intuito dos questionários foi observar os espaços que mais estavam sofrendo a interferência da violência e seu consequente distanciamento no cotidiano dos citadinos. Inicialmente, comprovou-se que a violência, por reproduzir o medo e a insegurança, de fato interfere na vivência da população.

Nesse sentido, apesar de os questionários (tabela 1) serem apenas uma das formas de analisar os efeitos da prática criminosa no desuso dos espaços públicos da cidade, já se podem observar as tendências que tal fenômeno reproduz para aqueles que os utilizam.

Ao serem perguntadas se achavam a cidade de Campina Grande segura, cerca de 51 pessoas responderam que não; 13, que sim; e 22 relataram que a consideravam segura apenas em determinadas áreas. Porém, vale salientar que muitos preferiram fornecer comentários, em vez de assertivas.

Assim, constatou-se, a partir dos relatos, que a cidade, apesar de ser de porte médio, está altamente violenta e não se configura mais como segura, o que pode ser visível para todos, especialmente em determinadas áreas.

Posteriormente, as pessoas foram questionadas sobre o sentimento que possuíam com relação a esses espaços. Entre os pesquisados, 43 afirmaram que eram lugares inseguros, relatando que a sensação de insegurança é reduzida quando existe maior circulação de pessoas e policiais.

Tabela 1 – Elaborada com base nos questionários aplicados à população em 2011

Pergunta	Total	Observações
Acha a cidade de Campina Grande segura?	Apenas 12 responderam que sim.	Muitas pessoas preferiram comentar acerca da segurança em determinadas áreas, respondendo que a cidade está ficando insegura em alguns bairros.
Qual o sentimento com relação a esses espaços de modo geral?	Apenas dois confirmaram que esses espaços públicos são seguros.	A maioria dos entrevistados afirmou que esses espaços são inseguros, comentando a violência que haviam sofrido ou o medo que sentiam. Outros estipularam que, em determinados horários, o sentimento de insegurança é maior, especialmente a partir das 18h.
Quais espaços públicos são mais frequentados? Existe vigilância adequada?	Do total de entrevistados, 74 confirmaram a utilização da Praça da Bandeira.	Apesar de existir posto policial, há muitos assaltos cometidos por usuários de drogas. Assim, as pessoas relataram que sabiam da existência do posto policial, porém, na hora da ação criminosa, não conseguiram ver a vigilância adequada dos policiais. De acordo com os questionados, tanto o Parque da Criança quanto o Parque do Povo possuem mais policiamento durante os eventos. Com relação às duas feiras, a maior parte dos que utilizam esses espaços desconhece a existência de vigilância adequada.

Possui conhecimento de algum projeto desenvolvido pela prefeitura para promover segurança nesses espaços?	Apenas seis afirmaram que conhecem projetos com essa finalidade.	As pessoas que citaram projetos da prefeitura falaram sobre policiais que realizam rondas de bicicleta ou o final de ano, quando o efetivo é aumentado por causa das compras no comércio.

Organização: Santos (2012).

Indagadas sobre os locais mais frequentados, cerca de 74 pessoas afirmaram a utilização da Praça da Bandeira como lugar de acesso, em virtude da localização de paradas de ônibus, e ainda como lazer. Do total de pesquisados, 41 responderam que existe policiamento nesse espaço público, mas 22 relataram a inexistência de segurança. Alguns diziam que existia um posto policial, o que propiciava a aparência de segurança, porém, no momento da violência, tal ação não era concretizada; existem poucos policiais para muitos pedintes que efetuam ações criminosas constantemente no lugar.

O Parque da Criança obteve a margem de segundo lugar mais visitado (cinquenta pessoas). Porém, 36 pessoas afirmaram que não existe policiamento no local, ao mesmo tempo que os demais, embora tenham relatado a presença de policiamento, advertiram sobre a existência destes apenas em eventos. Outros relataram que, durante o dia, há pessoas cometendo pequenos delitos e, à noite, a presença de usuários de drogas e a entrada de bebidas alcoólicas.

O terceiro lugar mais visitado pelos questionados foi a Feira Central de Campina Grande. Cerca de quarenta pessoas negaram existir policiamento no lugar, afirmando que raramente conseguiam ver algum policial. Apenas sete afirmaram que esse espaço possui vigilância adequada. Conforme a visão das pessoas, constantemente percebia-se a negligência de rondas e policiamento no lugar.

O Parque do Povo foi citado 36 vezes como o espaço mais vivenciado em períodos festivos. Outras pessoas confirmaram que ele apresenta índices alarmantes de violência. De acordo com os pesquisados, durante dias normais, esse espaço público é desprovido de segurança e bastante perigoso. Vale salientar que 33 confirmaram que não existe vigilância adequada no local.

Com relação à Feira da Prata, apenas 26 pessoas confirmaram a utilização desse espaço e 19 afirmaram desconhecer vigilância adequada no local. Evidenciou-se que poucos detinham conhecimento sobre policiamento no local, respondendo que havia apenas segurança particular.

A partir do total de pessoas que responderam aos questionários, apenas 34 confirmaram que, em seus bairros de origem, existiam espaços públicos, a maioria campos de futebol e praças. O mesmo número de pessoas confirmou que havia sido vítima

de algum tipo de violência, predominantemente assaltos. Alguns relataram que foram vítimas de assaltos ou de tentativas, na Praça da Bandeira e em suas imediações, nos dois últimos anos.

As pessoas foram indagadas sobre o conhecimento de projetos desenvolvidos pela prefeitura para efetivar a segurança nesses espaços. Sessenta informaram desconhecer projetos com essa finalidade. As seis que confirmaram falaram sobre policiamento de bicicleta nas imediações dos espaços públicos e maior policiamento no final de ano, em função do aumento de compras, especialmente no Centro.

Por fim, as pessoas foram questionadas sobre a sensação que tinham ao caminhar nos espaços públicos da cidade. Analisou-se, a partir das respostas, que os principais sentimentos foram insegurança e medo. A sensação de insegurança está presente porque a violência está maior, o que reproduz medo de estar sendo seguido e de ser vítima de alguma prática criminosa, inclusive de não poder se defender. Um dos principais motivos para o medo nesses espaços é a presença de moradores de rua, especialmente crianças e adolescentes, que, além de consumir drogas, cometem assaltos. Porém, esse medo, de acordo com alguns pesquisados, está presente além desses espaços, nos próprios bairros; alguns confirmaram que nem dentro das próprias casas existe segurança, e que alguns espaços públicos dos próprios bairros se tornaram abrigo para vários usuários de drogas.

A partir desses resultados, levantaram-se algumas questões com relação, especialmente, ao discurso dos sujeitos que vivenciam esses espaços públicos. Selecionaram-se os três bairros mais destacados pelos questionados como aqueles que mais visitavam. Em seguida, trabalhadores e pessoas que possuíam a rotina de frequentar tais ambientes foram entrevistados.

As entrevistas – que tinham como objetivo principal a análise do discurso sobre a violência nesses espaços públicos, considerando a realidade da interferência desse discurso no cotidiano dos citadinos – ocorreram na Praça da Bandeira, na Feira Central e no Parque da Criança. Em todos os espaços, selecionaram-se dois entrevistados.

Quando perguntados sobre a imagem da cidade, eles demonstraram posicionamentos diferenciados quanto à influência da violência, a qual está, segundo eles, relacionada à ausência de uma crença entre as pessoas, à conduta destas como sociedade e, principalmente, ao próprio procedimento dos políticos, tanto no que se refere à realização de ações mais efetivas quanto à corrupção.

No que diz respeito à própria cidade, existe o entendimento de que Campina Grande corresponde a uma cidade promissora e em desenvolvimento. Porém, há uma conjuntura de problemas que, por serem plurais, acabam se interligando e contribuindo para o fenômeno de violência na cidade. Conforme as palavras de um dos entrevistados:

> Tem os seus problemas e que precisam ser resolvidos. São problemas plurais, problemas de violência, problemas de falta de habitação, que não deixa de ser uma violência, problema de crianças abandonadas, de pessoas sem teto, o desemprego também é outro problema na cidade (13 jun. 2012).

Segundo o discurso dos entrevistados, há violência na cidade, mas é diferente em determinadas áreas; existem espaços mais violentos do que outros. Apesar de haver segurança, esta tem sido insuficiente, pois, além da corrupção existente no cumprimento das leis, as medidas preventivas não estão sendo efetuadas devidamente, o que corrobora o aumento dos focos de violência.

Além disso, a violência é resultado de determinados fatores sociais, como desemprego, falta de moradia etc. Assim, conforme os pesquisados, as políticas de segurança devem abranger esses problemas para que se possam evitar as causas do aumento da criminalidade, pois esse fenômeno inibe o real sentido do direito à cidade, já que as pessoas passam a se sentir vulneráveis a todo o momento e evitam as práticas socioespaciais e socioterritoriais.

Alguns entrevistados relataram que houve um aumento do policiamento na cidade, o que favoreceu a sensação de melhoria na segurança. Entretanto, um dos entrevistados relatou o seguinte:

> Deveria haver policiais mais eficientes... Muitas vezes, a gente vê ocorrendo algo, mas que eles estão presenciando, mas não efetuam nada.

Outros afirmaram que, apesar de existirem medidas punitivas para os que praticam atos criminosos, a população tem se sentido aprisionada com medidas de segurança em suas próprias residências, ocorrência que não era tão evidenciada em períodos anteriores.

O fato de a violência ter aumentado em cidades interioranas também é exemplificado no discurso dos entrevistados. As práticas criminosas, como o aumento do tráfico de drogas em alguns espaços, têm favorecido interferências quanto à mobilidade das pessoas, que passam a sentir menos segurança em se locomover. De acordo com um dos sujeitos entrevistados,

> tamanha a turbulência que existe hoje na cidade, não tem mais a tranquilidade. Eu, particularmente, me sinto torturado.

De acordo com os pesquisados, a violência tem se tornado comum a todos os espaços da cidade, mas com maior ênfase nos ambientes de uso público. O surgimento

de políticas que favoreçam o aumento da segurança nesses espaços tende a contribuir para a atração de turistas, pois o medo representa um sentimento que, por ser também imaterial, reproduz o distanciamento quanto à utilização das áreas da cidade. Tal fato relatado nas palavras de um entrevistado comprova a relevância que tal fenômeno tem para o fomento das práticas socioespaciais dentro da cidade:

> A gente não tem mais o direito de andar livremente, a gente fica preso de si mesmo.

Os ambientes fechados se tornam aqueles que revelam a segurança para os entrevistados. As praças, especialmente, são indicadas como lugares em que a probabilidade de acontecer algum dano é mais presente:

> Hoje em dia ninguém pode tá numa praça, que a violência é enorme. Senta hoje em dia numa praça dessas, mas, quando pensa que não, é abordado.

Isso se deve ao aparecimento constante de grupos que, sobretudo por causa do tráfico de drogas, têm ameaçado os citadinos e efetuado pequenos delitos. Desse modo, as pessoas relatam que, com a insegurança em Campina Grande, preferem não andar livremente e se tornam aprisionadas, inclusive, em suas próprias casas, que, em sua maioria, contêm características de verdadeiras fortalezas dotadas de segurança. Assim, os espaços públicos são distanciados do convívio dos habitantes, o que retira sua conotação real de espaços destinados a livre acesso e circulação.

Portanto, verificou-se que, de fato, a violência interfere no uso dos espaços públicos, uma vez que não apenas os delitos de maior complexidade, mas também os menores, e até a própria reprodução do fenômeno no imaginário social, contribuem para o distanciamento quanto às práticas espaciais e territoriais.

A violência tende a afetar também o cotidiano dos citadinos pressionando-os a fomentar novas condutas no espaço para que não venham a se tornar vítimas desse fenômeno, conforme ressaltado por um entrevistado:

> Então, evitar os espaços públicos, hoje, é uma maneira de inibir o ataque de criminosos.

Segundo os entrevistados, dentre os espaços públicos destacados na pesquisa, os abertos possuem maior probabilidade de violência. Com relação à Feira Central e ao Parque da Criança, existe a concepção de que, apesar de haver horários e dias que favoreçam atos criminosos, não se configuram como espaços preocupantes. No entanto, especialmente para os turistas, o Parque do Povo apresenta incidência de violência em períodos festivos.

Diante do discurso dos pesquisados, compreendeu-se que especialmente a Praça da Bandeira tem sido um espaço em que a visualização de pequenos atos criminosos em decorrência do uso e tráfico de drogas tem se tornado uma constante. Em algumas falas, foi identificada como local de repouso de drogados, que se movimentam diariamente e se territorializam a fim de praticar delitos e consumir drogas ilícitas. Apesar de não ter sido citada como objeto da pesquisa, a Praça Clementino Procópio, importante espaço histórico situado próximo à Praça da Bandeira, também foi relatada como espaço destinado a esse tipo de prática, que tem fomentado o distanciamento quanto ao uso livre por parte da população.

Assim, constatou-se que a violência tem contribuído para o aumento do medo e a consequente redução dos espaços públicos como locais destinados ao livre acesso e lazer na cidade, tornando-se espaços de depreciação distantes no convívio dos habitantes. Observou-se a alta atração que exerce a Praça da Bandeira no cotidiano dos citadinos, especialmente no que diz respeito a um espaço de lazer e acesso. No entanto, a efetivação do tráfico de drogas no Centro tem implicado pequenos furtos, destacados pela população, e homicídios, citados nos dados oficiais. Toda essa conjuntura tem colocado em risco a própria função que o espaço público exerce, tornando-o um espaço em que o medo tem sido propagado e novas territorialidades têm surgido.

As práticas de violência nos espaços públicos citados na pesquisa tendem a ser diferenciadas conforme o dia e o horário. Elas se constituem como um fenômeno crescente que tem atuado independentemente das ações policiais, e as fontes propagadoras para esse aumento têm como um dos principais "vetores" a difusão do tráfico de drogas, que passou a contribuir com atos criminosos que, embora de pequena magnitude, afetam em grande escala os indivíduos, tanto material quanto psicologicamente.

Considerações finais

A partir das etapas realizadas e da sobreposição dos resultados obtidos por meio de questionários aplicados à população e de entrevistas realizadas com comerciantes e pessoas que vivenciam os espaços públicos da cidade, chegou-se à implicação de que o fenômeno da violência nos espaços públicos de Campina Grande tem se disseminado de forma diferenciada em cada bairro. Todavia, esse fenômeno não tem sido exclusivo de bairros marginalizados, uma vez que a maior incidência foi citada em espaços abertos no Centro e no Catolé, ambos bairros importantes e com padrões elevados de moradia e equipamentos urbanos.

Vale ressaltar que esses bairros têm tido, nos dois últimos anos, índices alarmantes de violência, com destaque para os homicídios e o tráfico de drogas, a exemplo dos

discursos dos pesquisados que observaram a disseminação de pessoas com intencionalidades de cometer atos criminosos nos principais espaços públicos desses bairros.

Outro fato importante foi a identificação da Praça da Bandeira como um espaço em que o tráfico de drogas tem sido observado cotidianamente. Entretanto, o que chamou a atenção foi que a Praça Clementino Procópio, próxima à Praça da Bandeira, também obteve citações como espaço destinado ao consumo e tráfico de drogas, apesar de não ter sido incluída entre os espaços destacados para a pesquisa. Esse caso emerge como importante fator, pois ambas as praças são próximas e estão no centro de Campina Grande, que também obteve margens importantes nos últimos anos com relação aos crimes de homicídio e tráfico de drogas.

As análises qualitativas, expressas especialmente a partir dos discursos das entrevistas, contextualizam a interferência que a violência tem tido nesses bairros. É de conhecimento dos entrevistados que a violência é um fenômeno que resulta de vários fatores, principalmente os de caráter social, e que sua complexidade necessita de políticas que, além de medidas punitivas, englobem a prevenção e a análise plural dos fatores que têm interferido nesses espaços públicos da cidade.

Um aspecto importante a ser ressaltado está relacionado às alternâncias no sentido de público decorrente de eventos de violência, visto que as privações de uso dos espaços tidos como públicos estariam condicionadas não apenas à redução ou à inibição das práticas sociais da população em seus usos, mas também à própria imagem que passa a ser reproduzida na sensação de insegurança pública.

Nesse contexto, espaços como a Praça da Bandeira, concebidos como públicos, abertos e de uso coletivo, tornam-se espaços privados ao uso em determinados horários por causa da sensação de medo e insegurança esboçada principalmente pelos discursos do medo. No âmbito do impacto da difusão da violência no espaço urbano, o sentido de público estaria, portanto, condicionado ao discurso dos sujeitos sociais segundo o qual, quanto maior fosse a noção de insegurança, maior seria a associação dos espaços como de uso privado ou restrito.

Referências

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e terra, 2000, 590 p.

FISCHER, Nilton B. e MOLL, Jaqueline (orgs.). *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo.* Petrópolis: Vozes, 2000, 168 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Banco de dados*, 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 18 dez. 2011.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000, 144 p.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 181 p.

——. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001, 145 p.

OLIVEIRA, Roberto Veras (org.). *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Campina Grande: EDUEP, 2009, 213 p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997, 308 p.

SANTOS, Sâmara Iris de Lima. *Mapeamento da violência urbana em Campina Grande/PB*. UFCG, 2011 (relatório).

——. *A influência da violência urbana nas redefinições dos usos dos espaços públicos de Campina Grande*. UFCG, 2012 (relatório).

SEABRA, Odette C. L. "Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana". In SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). *Urbanização e cidades: perspectives geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2001, pp. 75-95.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. "Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2003, v. 23, n. 46, pp. 61-92.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 556 p.

——. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 109 p.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Crime e cidade: violência urbana e a Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, 174 p.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/FAPESP, 2001, 373 p.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2011.

Uma análise qualitativa sobre a modificação da paisagem na Feira da Prata, em Campina Grande/PB, e suas consequências para a qualidade de vida dos que a vivenciam

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira
Martha Priscila Bezerra Pereira

O suprimento alimentar é um fenômeno que faz parte do cotidiano das cidades, e a alimentação é um elemento-chave para a própria sobrevivência humana. Uma das formas de realizar esse processo de suprimento alimentar é a feira livre.

O estudo de feiras livres pela geografia tem ocorrido principalmente a partir do entendimento de que a feira estaria inserida no circuito inferior da economia (Santos, 1979). Todavia, outro caminho de pesquisa seria considerar a feira um local que emana a cultura popular, tornando a relação campo-cidade bem evidenciada. Estudar a feira a partir de uma perspectiva humanística pode auxiliar na compreensão de que a cultura local é capaz de ser um dos fatores que interferem na qualidade de vida de quem comercializa, compra e/ou mora no entorno. No que diz respeito à Feira da Prata, esta se caracteriza como uma rugosidade no espaço geográfico de Campina Grande/PB. Dessa forma, estudá-la é também estudar um pouco da história da cidade, dos costumes e das ações relacionadas à melhoria ou não da qualidade de vida, a partir de vários setores da sociedade.

Podem-se entender as feiras livres sob diferentes óticas. Uma delas corresponderia a vê-la como um espaço rugoso e híbrido, formado pela conjuntura de aspectos

novos e antigos, que oportuniza a materialização de agentes sociais por um viés econômico, social ou cultural (Costa, 2003). Mudando a escala de observação do fenômeno, pode-se visualizar a feira livre como um agente influenciador da paisagem urbana, na qual a intervenção é feita por indivíduos que vivenciam ou presenciam a feira, sejam eles feirantes, consumidores ou moradores do entorno, e por setores da prefeitura, como o da vigilância sanitária e o responsável pela infraestrutura (Pereira, 1999).

Por meio de práticas cotidianas, pode-se constatar que a feira provoca maior dinamicidade na escala de um bairro, por exemplo, por meio de novas territorialidades. No dia da feira, há maior circulação de pessoas; novos sons, cheiros e conversas surgem no ar; e o clima lúdico e ao mesmo tempo de trabalho materializa na paisagem um aspecto de bagunça organizada.

Olhando as feiras livres a partir de uma perspectiva do cotidiano, observa-se que são instituições repletas de valores simbólicos e afetivos. A feira é, ao mesmo tempo, o local da tradição, do trabalho e do lúdico. No entanto, como a qualidade de vida é levada em consideração nesses ambientes? Que fatores se devem considerar ao analisar a qualidade de vida dos indivíduos que vivenciam esse espaço? Até que ponto uma modificação na paisagem pode influenciar a qualidade de vida dessas pessoas?

Visando responder a esses questionamentos, o estudo em questão analisou a modificação da paisagem da Feira da Prata, em Campina Grande, e suas consequências na qualidade de vida dos que a vivenciam. Além disso, identificou os elementos dessa paisagem que podem interferir no cotidiano dos indivíduos na atualidade; elaborou um diagnóstico sobre a percepção de qualidade de vida dessas pessoas; e assinalou os principais problemas e potencialidades a partir da paisagem atual.

Síntese histórica sobre feira livre

De acordo com o dicionário Aurélio, feira significa: “1. Lugar público, não raro descoberto, onde se expõem e vendem mercadorias; 2. exposição” (Ferreira, 2000, p. 317). Pode-se observar, na descrição do dicionário, que a feira se constitui como um local público de encontro de pessoas, repleto de funcionalidades.

As feiras se constituem em verdadeiros focos proliferativos de fenômenos sociais, culturais e econômicos, podendo ser analisadas por diferentes perspectivas. Como afirma Silva (apud Chaves, 2011), a feira é “um tecido venoso por onde afluem valores socioculturais e preceitos econômicos e ideológicos”. Porém, como se deu o surgimento de tal fenômeno? Qual foi o fator preponderante e decisivo para que agrupasse características tão peculiares?

Em algumas regiões, as feiras surgiram como um fenômeno primitivo, de forma espontânea, a ponto de muitas cidades terem suas origens ligadas às feiras. Nesse senti-

do, a criação de instituições relacionadas ao processo de intercâmbio de mercadorias e suprimento ao abastecimento da população representou o embrião de uma nova aglomeração humana a partir da atividade comercial, um dos elementos determinantes para os homens se reunirem em sociedade (Dantas, 2008). Portanto, percebe-se que um dos elementos preponderantes para o surgimento das feiras seria a concepção de atividades ditas civilizadas, regidas em grande parte por excedentes gerados pela sociedade; a troca de determinados produtos engendra tal excedente.

Na sociedade feudal, em grande parte, os indivíduos produziam aquilo que consumiam (relação autossuficiente). No entanto, havia determinados intercâmbios de mercadorias, pois alguém poderia ter um bem insuficiente para a satisfação de sua necessidade. O indivíduo que não possuía determinado material fazia trocas em mercados próximos a mosteiros, castelos e outras cidades (Huberman, 1986). Vale salientar que esse tipo de atividade ainda não tinha uma coesão mais complexa porque a ausência em demasia de excedente gerava uma oferta e uma demanda em grande quantidade, em pequenas feiras, com produtos locais, em geral agrícolas.

O sistema comercial fluiu com mais rapidez por causa do advento das cruzadas, em que milhares de europeus atravessavam o continente por mar e terra buscando produtos e retornavam de jornadas do Oriente munidos de diferentes gostos que tinham experimentado. As cruzadas, assim, trouxeram ao sistema comercial da Europa uma configuração diferenciada, em que esse continente desperta do sono feudal (Huberman, 1986). Dessa forma, vemos uma dinâmica maior em relação ao comércio europeu, em que as feiras ganham dimensões maiores, negociando por atacado mercadorias que provinham de todo o mundo conhecido (Huberman, 1986). Com o fim do feudalismo e o surgimento do sistema capitalista, as feiras persistiram e chegaram ao Brasil por meio dos colonizadores portugueses. De acordo com Lima e Sampaio (2009), as feiras livres ultrapassaram os séculos adaptando-se a sociedades e economias diferenciadas e se instalaram no Brasil como empórios, ou seja, agregando mercadorias captadas do meio rural circundante para negociação nas cidades.

No contexto brasileiro, a primeira referência ao estabelecimento de uma feira encontra-se no ano de 1548, quando o governo geral do rei Dom João III permitia que, nas vilas e povoados, se fizesse a feira em um ou mais dias na semana, caso fosse necessário (Dantas, 2008). Essas feiras eram destinadas ao suprimento da própria população, mas também estavam calcadas na ideia de os nativos poderem vender e comprar produtos.

No período colonial, a dinâmica comercial girava em torno de dois núcleos principais: os engenhos de cana-de-açúcar e o comércio das vilas; e as cidades que serviam de armazéns e porto de embarque para a produção açucareira. De acordo com Dantas (2008), as primeiras feiras surgiram no Nordeste, provavelmente entre os séculos XVI

e XVII, em Capoame, norte do Recôncavo Baiano. O comércio do gado e o da farinha também eram fortes e ocorriam também em outros estados do Nordeste do Brasil.

Segundo Costa (2003), na Paraíba, a feira desempenhou papel fundamental no desenvolvimento da cidade de Campina Grande naquele período, modificando-se para absorver as modernidades sem perder seus elementos pretéritos essenciais. Portanto, ao se remeter ao contexto histórico dessa cidade, remete-se também à própria história de sua feira, pois esta apresenta aspectos rugosos ao mesmo tempo que se adequa às novas exigências da modernização.

Campina Grande teve como primeiro embrião de sua formação, em 1697, um aldeamento dos índios aríus num sítio criado pelo capitão-mor dos sertões Teodósio de Oliveira Ledo, que os trouxe das Piranhas (Câmara, 1998, p. 22). Nesse sentido, os índios situaram-se primeiro no sítio das barrocas, atual Villa Nova da Rainha (Câmara, 1998), dando início ao povoado de Campina Grande. Com o passar do tempo, surgiram as primeiras casas de farinha, no Brejo e no Agreste, que abasteciam a feira na Rua das Barrocas. Em virtude da procura dessa iguaria e de cereais, a feira se tornou um ponto de parada para os boiadeiros e tropeiros do interior do estado. Vale ressaltar um dado de fundamental importância para o desenvolvimento da feira de Campina Grande: sua localização geográfica – a cidade se situava entre as regiões de pastoreio (Sertão e Cariri) e regiões agrícolas do Brejo e da Zona da Mata, numa época em que os transportes eram rudimentares, realizados em lombos de burros e de uma mercadoria que se autotransportava, o gado (Sá apud Costa, 2003, p. 19). Campina Grande apresenta destaque em sua centralidade por três motivos: a) constituía-se como um nó na rede de circulação entre pontos de partida e chegada distantes, oferecendo gêneros de primeira necessidade; b) não possuía concorrentes próximos; e c) era o principal fornecedor de suprimentos ao sertão paraibano (Costa, 2003).

Em 1790, o povoado foi elevado à categoria de vila, com o nome de Vila Nova da Rainha. Nesse período, retomou-se mais uma vez sua posição geográfica como elo estratégico, pois era considerada passagem obrigatória para as principais rotas de circulação do território paraibano.

Em 11 de outubro de 1864, Campina Grande foi elevada à categoria de cidade, ainda com uma estrutura urbana e econômica precária. A partir de 1907, com a introdução da linha ferroviária da empresa Great Wester of Brazil Railway, que fazia o prolongamento da linha ferroviária de Itabaiana, distante 90 km de Campina Grande, a cidade passou a interligar-se com importantes centros litorâneos, em especial a capital pernambucana (Recife) (Diniz, 2009).

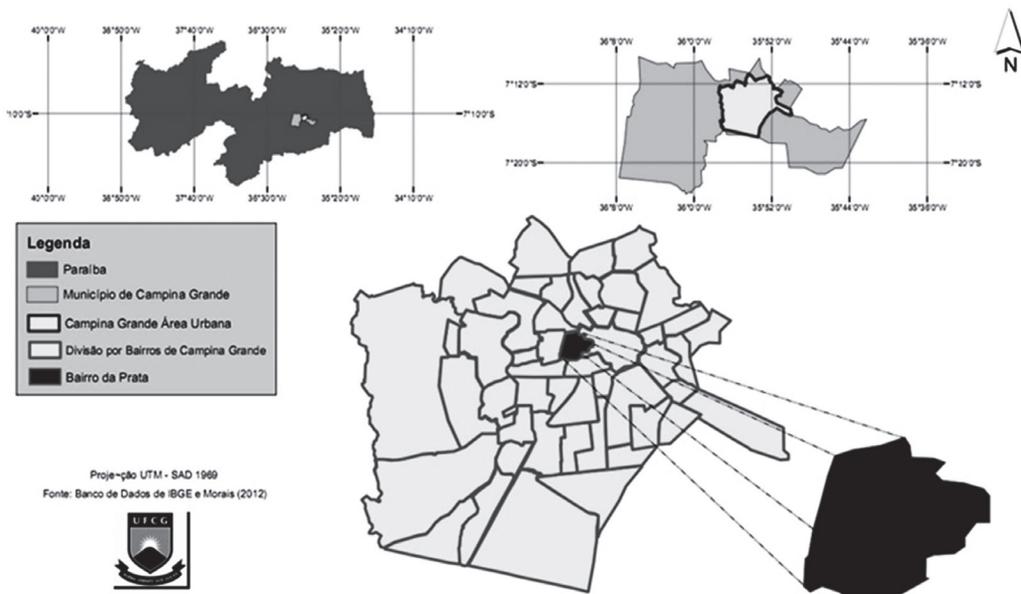
No início do século XX, Campina Grande se tornou um importante centro de comércio de algodão e, consequentemente, impulsionou outros setores da economia e renovou seu sistema urbano, cultural e social. Os anos 1930 foram marcados pela

ascensão e consolidação do comércio na cidade, e, com a construção dos eixos rodoviários, surgiram os caminhões e duas linhas de ônibus coletivos. A partir de então, os tropeiros, aos poucos, foram substituídos pelos carros. Em meados da década de 1950, Campina Grande passou a consolidar um setor industrial e, nesse sentido, a se organizar para receber ainda mais indústrias (Costa, 2003).

Um fato importante, apontado por Costa (2003), refere-se ao golpe militar ocorrido no Brasil. Esse evento afetou Campina Grande porque a ditadura pregava uma política centralizadora, na qual João Pessoa (capital) foi beneficiada. Entre os maiores enclaves trazidos pelo regime ditatorial, estavam o fechamento de indústrias e o consequente desemprego que assolou a cidade.

No que diz respeito à dinâmica econômica campinense, a cidade surgiu impulsionada pela feira de cereais e de gado; desenvolveu-se mais com o comércio de algodão e sua rede de distribuição ferroviária; e teve como ápice econômico a industrialização e um forte comércio atacadista. A feira, que foi origem dessa dinâmica, continuou a existir, conectando-se aos novos processos e funcionalidades da cidade. Um exemplo de que esses ciclos não foram completamente fechados é a Feira da Prata, que teve seu início em torno dos anos 1950, quando a cidade estava envolvida em sua industrialização, e tornou-se importante elemento da paisagem urbana.

A Feira da Prata está localizada no bairro da Prata (mapa 1).

Mapa 1 – Localização da Feira da Prata

Fonte: Morais (2013).

Segundo moradores do bairro, a feira começou com um tímido aglomerado de feirantes. Ocorria às quintas-feiras e aos domingos, mas como os feirantes se fixavam em frente às residências, e os moradores não gostavam dessa prática, aqueles passaram a ocupar um grande terreno que circundava toda uma quadra (Apolinário, 2009, p. 47). A céu aberto, os feirantes comercializavam seus produtos, principalmente aos domingos (fotos 1 e 2).

Fotos 1 e 2 – Feira da Prata antes da revitalização estrutural em 2001

Fonte: http://www.vitruvius.com.br/revistas/browse/minhacidade

Porém, com o decorrer do tempo, a Feira da Prata teve de se adaptar a novas exigências. De acordo com Apolinário (2009), ela se incorporou ao cotidiano do bairro da Prata e ao da própria cidade, sendo considerada um patrimônio histórico e cultural. Então, a pedido de comerciantes e consumidores, passou a ter uma nova estrutura, cuja construção começou em 2007/2008 e terminou em 2009 (foto 3).

Percebe-se, portanto, que as feiras de Campina Grande andaram lado a lado com a própria história da cidade, munida de aspectos rugosos. Em contrapartida, adaptaram-se às condições impostas pela modernidade.

Foto 3 – Feira da Prata depois da revitalização estrutural em 2012

Fonte: Nogueira (2012).

Com o advento dos mercadinhos, a feira encontrou um prenúncio de mudança, pois eles fornecem ao consumidor a opção de autoatendimento. Essa nova modalidade varejista se tornou uma concorrência para a feira, principalmente na década de 1980, quando os supermercados passaram a se instalar em grande parte do tecido urbano da cidade, abrindo um leque de opções a seus consumidores. Além de enfrentar a concorrência de mercadinhos, supermercados e quitandas espalhados por toda a cidade, a Feira Central, por exemplo, passou a enfrentar a concorrência das feiras de bairro, que invadiram as ruas da cidade (Costa, 2003, p. 128).

A Feira da Prata é um espaço multifacetado que pode ser analisado não só pela geografia, mas também por outros ramos do conhecimento científico; contudo, a partir desses pressupostos, surgem questões para se pensá-la a partir de uma ótica geográfica. Sua paisagem, arraigada por relações afetivas, possui significados tanto para a cidade quanto para os indivíduos que vivenciam o lugar. Nesse sentido, em que aspectos a Feira da Prata interferiu na qualidade de vida dos sujeitos que a vivenciam? Como essa

modificação foi recebida? Será que, de fato, a modificação da paisagem foi um aspecto positivo? Por meio dessas reflexões, a pesquisa busca contribuir para a discussão sobre a qualidade de vida e de trabalho na Feira da Prata.

Material e métodos

A pesquisa teve como público-alvo feirantes, moradores do entorno e consumidores da Feira da Prata. Realizaram-se os seguintes procedimentos práticos: a) levantamento bibliográfico; b) trabalho de campo exploratório; c) entrevistas; d) elaboração de mapas mentais; e) registro fotográfico; e f) visitas ao local para execução de diagnóstico ambiental.

Efetuou-se o levantamento bibliográfico a partir de leituras relacionadas à concepção das feiras livres ao longo da história, à sua interferência no cotidiano das pessoas e vice-versa. Na fundamentação teórica, observou-se como ocorre a territorialização do Estado, da população, dos comerciantes e sua influência na modificação da paisagem e na qualidade de vida. Além disso, investigou-se como a feira pode ser entendida no viés do espaço vivido e como tem influenciado a qualidade de vida de quem vivencia esse ambiente.

Efetivaram-se os procedimentos metodológicos a partir de leituras sobre algumas técnicas específicas, como entrevista individual, análise semiótica de imagens paradas e mapas mentais.

Realizou-se o trabalho de campo exploratório a partir de visitas à prefeitura (secretarias da saúde, de infraestrutura, de planejamento etc.), a museus e a bibliotecas públicas (municipal e de institutos de ensino superior) e de visitas exploratórias ao local para identificar alguns elementos da paisagem que pudessem interferir na qualidade de vida dos indivíduos. Essas visitas ajudaram no processo de reconhecimento da feira e no contato com os sujeitos pesquisados.

Realizaram-se as entrevistas com representantes dos grupos estudados, escolhidos segundo critérios estabelecidos ao longo do trabalho de campo exploratório: maior tempo de convívio com a feira e aceite em conceder a entrevista. Totalizaram-se seis entrevistas (duas com comerciantes, duas com consumidores e duas com moradores do entorno). Após sua realização, pediu-se ao entrevistado que elaborasse dois mapas mentais do local, um antes da revitalização (para quem já vivenciava a feira nesse período) e outro após a revitalização, enfatizando elementos na paisagem que têm ou tiveram relação com sua qualidade de vida.

Fizeram-se os registros fotográficos a partir de visitas ao local, a fim de se identificarem elementos da paisagem apontados pelos sujeitos da pesquisa e observados pelo pesquisador.

Visitou-se o local para efetuar tanto o registro fotográfico quanto as anotações em caderno de campo. Nessa etapa, utilizaram-se esboços para localizar elementos já diagnosticados pelos sujeitos da pesquisa.

Fundamentação teórica

O estudo se materializou por meio da pesquisa qualitativa, inspirada pela fenomenologia.

Na pesquisa de cunho qualitativo, observa-se a importância do envolvimento do pesquisador com o fenômeno estudado, sua imersão no cotidiano de determinada realidade estudada. No entanto, como lembra Chizzotti (1998), o pesquisador não é um mero relator passivo; ele está inserido no dia a dia dos sujeitos pesquisados, e estes possuem uma imagem de sua vida cotidiana.

Nesse sentido, percebe-se que o pesquisador, ao realizar uma pesquisa qualitativa, deve estar preparado para essa imersão no cotidiano do sujeito pesquisado; tarefa que não é fácil, pois, ao se tornar parte do cotidiano, o pesquisador também vivencia a problemática estudada.

A fenomenologia forneceu subsídios teóricos para a realização do estudo. Essa corrente, que teve sua gênese no pensamento de Husserl, defende a imersão do pesquisador no cotidiano analisado, sua familiaridade com ele e a busca pela essência do problema pesquisado, ultrapassando assim, de forma crítica, a imagem superficial do fenômeno estudado. Ao se correlacionar a fenomenologia com a pesquisa em questão, considera-se a Feira da Prata um lugar repleto de territorialidades, carregado de aspectos afetivos.

De acordo com Claval (2010), entre os primeiros povos das sociedades ditas tradicionais, as geografias não são exclusivamente feitas de práticas e habilidades, mas estão carregadas de experiências e subjetividade. Logo, a ciência geográfica em si não se respalda apenas em conotações pragmáticas, mas apresenta em seu arcabouço epistemológico a abertura para os aspectos subjetivos dos seres humanos.

No entanto, faz-se mister compreender que tratar da subjetividade dos indivíduos é uma atividade complexa. Para tanto, Tuan (1980) propõe uma visão que inclua as atitudes e as crenças nas pesquisas.

Ao conectar essas ideias à pesquisa em análise e redirecioná-la ao estudo da qualidade de vida do indivíduo, surgem alguns questionamentos: como tais elementos estão presentes no fenômeno escalar da Feira da Prata? Qual sua relação com os indivíduos que vivenciam a feira? A percepção de transeuntes, feirantes e moradores que vivenciam a Feira da Prata fornece subsídios para o desenvolvimento do estudo, já que são esses indivíduos que a constroem e lhe dão vitalidade.

Dessa forma, faz-se necessário explorar os sentidos dos seres humanos, pois "o perceber [...] tem componentes sensoriais e ideacionais ao mesmo tempo" (Telford e Sawrey, 1968, p. 64). O desenvolvimento perceptivo depende da maturação dos órgãos dos sentidos, do sistema nervoso e da aprendizagem, enquanto a percepção seria o resultado do que o indivíduo recebe por meio dos sentidos e significados que experiencia.

As atuações dos sentidos (visão, tato, audição, olfato e paladar) proporcionam ao indivíduo a capacidade de vivenciar a realidade, de perceber aspectos concernentes ao mundo que o rodeia, ou seja, os sentidos subsidiam os indivíduos na apreensão da realidade. Portanto, por mais diversas que sejam as percepções do meio, os seres humanos, como membros da mesma espécie, estão limitados a ver as coisas de certa maneira; todos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares. A unicidade da perspectiva humana torna-se evidente quando se indaga como a realidade humana deve diferir-se da dos outros animais (Tuan, 1980).

Diante do exposto, faz-se necessário abordar, de forma sintética, a relação dos sentidos com a perspectiva da percepção.

A visão é um sentido bastante importante para a sobrevivência humana, pois fornece informações mais detalhadas sobre o mundo (Tuan, 1980) – a exemplo da percepção da paisagem –, e por isso o homem tende a depender mais dele. Por meio da visão, o feirante, o consumidor e o morador do entorno da Feira da Prata são capazes de perceber elementos que podem interferir no processo saúde-doença de quem consome os produtos da feira e de quem lida com eles, na qualidade da saúde do trabalhador e na questão da infraestrutura oferecida ao feirante.

Nesse sentido, de acordo com Pereira (2010), podem-se apontar três tipos de paisagem que o ser humano consegue visualizar nesse ambiente: de risco, de prevenção e de promoção da saúde. Pode-se entender a paisagem de risco como a representação, tida pelo sujeito, de sua percepção em relação a elementos que podem causar perigo à saúde e à qualidade de vida de um grupo ou indivíduo. A paisagem de prevenção, por sua vez, é entendida como o apontamento de elementos resultantes de processos que se materializam em ações para prevenir doenças. Já a paisagem de promoção da saúde é tida como a percepção humana de elementos resultantes para um bem-estar geral da sociedade.

O tato também desempenha sua preponderância para com a percepção humana, pois proporciona a capacidade de saber se determinada superfície é áspera ou lisa, se determinado ambiente está quente ou frio etc.

A audição, nos seres humanos, não é tão aguçada, mas isso não tira desse sentido sua parcela de significância, pois, muitas vezes, somos mais tocados pelo que ouvimos do que pelo que vemos. Observe-se, por exemplo, como a música é apreciada pelos seres humanos; para muitas pessoas, ela representa uma experiência emocional mais forte do que ver quadros ou cenários (Tuan, 1980).

O olfato fornece aos seres humanos a capacidade de sentir aromas e odores, elementos que podem levar os indivíduos a uma rememorização de tempos distantes.

O paladar, por fim, introduz o ser humano no mundo dos gostos, dos sabores.

Como os indivíduos percebem o mundo em que vivem por meio dos sentidos, que possuem particularidades? Os sentidos trabalham de forma sistemática e conjuntural. Por

exemplo: pode-se ver um feirante da janela de um carro e ser considerado apenas um observador, por não estar envolto completamente na cena; nesse caso, o mundo percebido pelos olhos é abstrato. Porém, é necessário ter em mente que os níveis de sensibilidade variam de indivíduo para indivíduo, em função de contexto social, cultura e história de vida.

A experiência é um elemento-chave para entender como os indivíduos percebem o lugar e criam laços afetivos com ele; é um termo que abrange as diferentes maneiras pelas quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos, como olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira diferente de simbolização (Tuan, 1980). Ao se consultar a etimologia da palavra "experiência", observa-se que ela provém da mesma raiz latina (*per*) de "experimento" e "perigoso" (p. 10). Por meio dos sentidos, os seres humanos são capazes de criar sentimentos intensos pelo lugar.

Essa capacidade de criar laços de afetividade para com os lugares é bem trabalhada pelo geógrafo Tuan, que elege o conceito de *topofilia* como representante dos laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material (p. 107). Determinados lugares podem fazer as pessoas reviverem tempos distantes ou até experiências negativas, deixando-as apreensivas ao passarem por eles de novo; o espaço em si torna-se lugar quando a ele se atribui personalidade.

A cidade, como uma construção humana, está repleta de lugares engendrados por relações afetivas. De acordo com Landim (2004), cada espaço na cidade é entendido por meio de informações a seu respeito; os espaços, construídos e cheios de significância, são conotados como lugares. A cidade não é construída apenas por aspectos formais, como estruturas arquitetônicas e espaços públicos; também é fruto da construção social, de processos dialéticos que percorrem toda a sua formação. Trazendo-se essa questão para os indivíduos que vivenciam a Feira da Prata, busca-se a relação entre modificação da paisagem e qualidade de vida.

Landim (2004) mostra que a noção de espaço arquitetônico e a percepção dos indivíduos sobre a paisagem urbana interferem e ajudam no melhoramento da qualidade da estrutura urbana, pois o indivíduo passa a conhecer seu entorno, a partir da percepção do meio ambiente (meio ambiente natural) e do ambiente urbano (paisagem urbana). Os indivíduos que vivenciam o lugar conhecem suas potencialidades e dificuldades.

Entretanto, é comum o poder público ou privado elaborar projetos urbanos sem ouvir os indivíduos que vivenciam o espaço, e, mesmo quando estes são ouvidos, suas reivindicações raramente são consideradas. Em suma, como afirma Tuan, a "participação ativa é muito escassa, nem sequer participam de maneira simbólica na construção de monumentos públicos" (1983, p. 130). Landim (2004) mostra que, ao trabalhar com o espaço urbano, o corpo técnico ainda pensa o projeto para esse espaço independentemente das expectativas de sua população usuária, e a forma como essa população apreende esse espaço raramente

é considerada. Evidentemente, ao se pensar sobre esse ponto, não se pretende realizar uma crítica destrutiva; ao contrário, o foco é justamente apontar os possíveis equívocos para uma melhora na qualidade de vida dos indivíduos que vivenciam a Feira da Prata.

Resultados obtidos

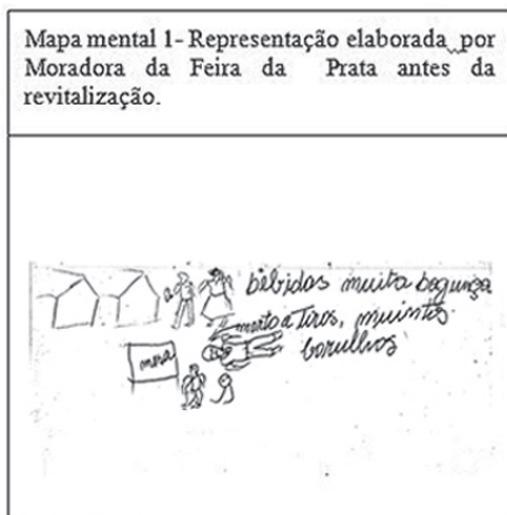
Apresentar-se-ão os resultados obtidos pela pesquisa a partir das informações coletadas no trabalho de campo. Vale salientar que os nomes aqui citados são fictícios e escolhidos pelos próprios entrevistados.

No que diz respeito à antiga e à nova estrutura da Feira da Prata e ao que essas estruturas simbolizam para os indivíduos pesquisados, o mapa mental subsidiou a materialização dessa representação. Os pesquisados foram auxiliados, principalmente, pela análise do discurso referente às entrevistas. Dois se destacaram por representar maior nível de detalhamento da realidade observada (esquema 1).

Esquema 1– Representação da antiga Feira da Prata realizada pela moradora Juliana

Mapa mental 1- Representação elaborada por Moradora da Feira da Prata antes da revitalização.

Fonte: Juliana (2012).

Foto 4- Feira da Prata antes da revitalização

Fonte: http://www.vitruvius.com.br/revistas/browse/minhacidade

Como era o local e seu entorno? O que se lembra?

Claro que lembro, era um local muito simples, não tinha calçamento, era tudo na terra mesmo, quando chovia os feirantes ficavam atoladas na lama. E outra, era muito bagunçado, os produtos ficavam misturados com a lama.

De acordo com o discurso dos entrevistados, a Feira da Prata era um local de desorganização. A violência era um aspecto latente, inclusive pela ocorrência de assassinatos no local. Outros aspectos colocados pela entrevistada dizem respeito à própria higienização dos alimentos. Antigamente, esse fator não era considerado pelos feirantes; os produtos ficavam no chão, onde tinham de coexistir com animais abandonados e a lama, nos dias de chuva.

Com relação à nova estrutura da Feira da Prata, percebeu-se um nível de satisfação considerável por parte dos três grupos (feirantes, moradores do entorno e consumidores), sobretudo, nos quesitos organização, higiene e estrutura física. Exemplificando, pode-se observar no esquema a seguir a materialização dos benefícios, a partir da representação elaborada pelo feirante Antônio com relação à nova estrutura da Feira da Prata (esquema 2).

Esquema 2 – Representação da nova Feira da Prata realizada pelo feirante Antônio

Mapa mental 2- Representação elaborada por Feirante da nova estrutura da Feira da Prata.

Fonte: Antônio (2012).

Foto 5- Organização da Feira da Prata

Fonte: Nogueira (2012).

Como o(a) senhor (a) considera a Feira da Prata depois da reforma?

Atualmente tem uma melhor estrutura, tem banheiro. A feira hoje oferece uma melhor condição de trabalho, pois não ficamos a mercê das intempéries da natureza, como o sol, a chuva, e os alimentos ficam mais limpos, por causa da pavimentação do local.

O feirante Antônio foi bem enfático ao colocar que a nova estrutura da Feira da Prata oferece mais subsídios para a prática de seu trabalho. Logo, a organização no interior da feira ajuda bastante no desenvolvimento da relação com os próprios consumidores.

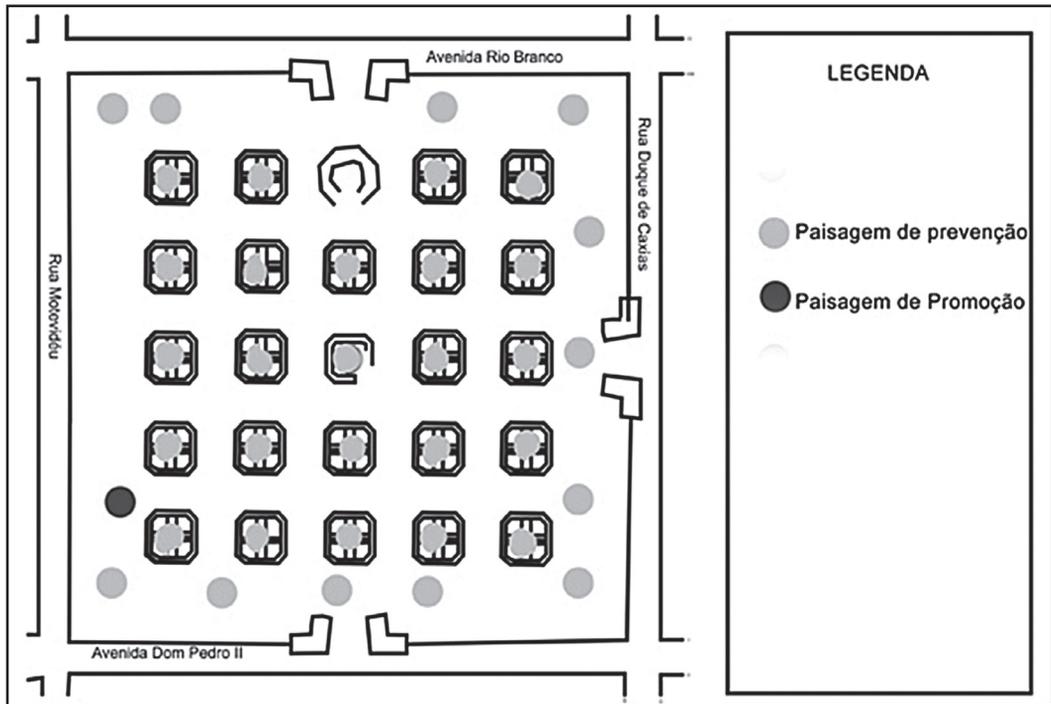
Feira da Prata: uma paisagem de prevenção e promoção da saúde

Na paisagem atual da Feira da Prata, observaram-se os três tipos de paisagem já mencionados: de risco, de prevenção e de promoção da saúde.

No que diz respeito à prevenção da saúde, verificam-se aspectos como a estrutura dos boxes (alvenaria) e a construção de um piso de cimento no térreo da feira. Esse piso proporcionou maior higienização do local e o devido acondicionamento dos alimentos em alguns boxes. Outro fator é o que se refere à prevenção de incêndios, que se materializa com a presença de extintores, sobretudo, na escada principal, que dá acesso ao piso superior.

A promoção da saúde é representada principalmente pelo posto de saúde existente na Feira da Prata, aberto não só para os feirantes, mas também para os moradores. Outro fator diz respeito a shows (serestas), um atrativo para os feirantes e os idosos que residem perto da feira.

De forma geral, observa-se que a paisagem de risco predomina em relação às outras, o que pode ser corroborado a partir da própria visão dos indivíduos que vivenciam o espaço da Feira da Prata. Eles sentem que tais aspectos são latentes e podem causar algum dano à sua saúde. Materializaram-se essas informações no croqui 1.

Croqui 1 – Paisagem de prevenção e promoção da saúde na Feira da Prata

Fonte: Nogueira e Pereira (2012).

Feira da Prata: uma paisagem de risco

Os possíveis fatores de risco à saúde dos indivíduos foram agrupados em oito grupos:

- *Riscos físicos*: poluição sonora, causada pelos carrinhos de som; cobertura incompleta, propiciando a exposição à chuva e aos raios solares; grande aglomeração de indivíduos em um espaço pequeno; problemas estruturais, especialmente aqueles ligados à cobertura incompleta da Feira da Prata. A iluminação é escassa no interior da feira, o que dificulta a visualização de pessoas e produtos, principalmente em dias nublados. Outro fator apontado diz respeito à própria forma de acomodação e acondicionamento de mercadorias: algumas são expostas no chão e não são devidamente estocadas em freezers. A drenagem também foi alvo de insatisfação. Quando chove, a água entra na feira por causa da não proteção total da cobertura. A feira fica

alagada quando há fortes chuvas, o que expõe os indivíduos à água suja, misturada com resíduos sólidos. Há ainda a presença de animais abandonados, como cachorros, o que coloca em risco não só as mercadorias, mas também as próprias pessoas que frequentam a feira.

- *Riscos químicos*: mau cheiro, proveniente do banheiro e do lixo; uso de agrotóxicos, como o carbureto (usado na banana); odor exalado por carnes e peixes (esses não são acondicionados de forma correta e ficam expostos a céu aberto, em alguns casos).

- *Riscos biossanitários*: odor oriundo de carnes, peixes e banheiros; lama oriunda dos períodos de chuva; resíduos sólidos no interior da feira, misturados com água parada; presença de esgoto; ausência de vestuários apropriados para o manuseio dos produtos; presença de cachorros abandonados; vetores, como baratas, que proporcionam a propagação de micro-organismos.

- *Riscos ergonômicos*: relacionam-se ao carregamento de peso por parte de alguns indivíduos e à própria postura em relação à longa jornada de trabalho.

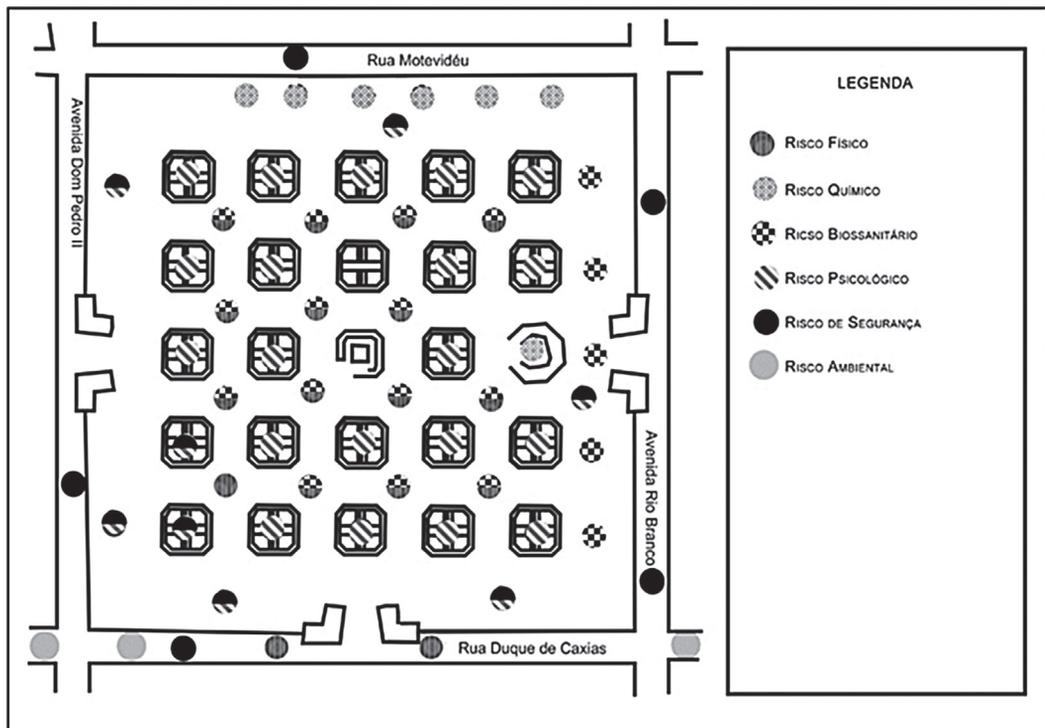
- *Riscos psicológicos*: pressão sofrida pelos feirantes, por parte do setor público, no que diz respeito à higiene e ao acondicionamento dos alimentos; pressão relativa à concorrência por clientela; estresse referente ao fato de acordar cedo e transportar as mercadorias; desapontamento de alguns feirantes em relação à mudança que houve na feira e à diminuição do lucro (no trabalho de campo, constatou-se a insatisfação de alguns feirantes, que chegaram a entrar em depressão e não foram mais trabalhar em virtude da mudança e do descontentamento com o lugar em que foram acomodados).

- *Riscos de segurança*: bancos de madeira, que deveriam ser de aço, já que os de madeira influenciam com maior agravo na higiene dos produtos; ausência de extintores de incêndio em alguns pontos; trânsito contínuo nos arredores da feira; furto de mercadoria.

- *Riscos sociais*: insegurança causada por pequenos furtos; diferença entre as rendas de consumidores, moradores do entorno e feirantes; feira de troca (é uma feira que fica fora do âmbito da estrutura e funciona, muitas vezes, como uma espécie de "mercado negro", em que alguns produtos de origem duvidosa são comercializados sem nota fiscal).

- *Riscos ambientais*: aqui se enquadra a relação da feira com o ambiente de forma geral. Mesmo havendo limpeza por parte do setor da prefeitura, quando termina a feira, resta lixo em alguns pontos, e é preciso que moradores ou proprietários façam a devida limpeza. Antes, essa relação era bastante precária; atualmente, foi amenizada de forma significativa.

De acordo com o agrupamento dos riscos, materializaram-se essas informações no croqui 2, resultado da visão dos três grupos (feirantes, consumidores e moradores do entorno) sobre os riscos à saúde existentes na Feira da Prata.

Croqui 2 – Materialização dos riscos contidos na Feira da Prata

Fonte: Nogueira e Pereira (2012).

Considerações finais

A utilização da abordagem qualitativa associada à metodologia do mapeamento de riscos foi de suma importância para a organização dos resultados da pesquisa, em virtude da quantidade de material obtido a partir das técnicas de pesquisa utilizadas. O estudo em questão foi um marco para a sociedade, em função da não existência de pesquisas no local, e pode servir de base para o planejamento da infraestrutura das feiras livres em Campina Grande e, talvez, em outros municípios.

Referências

ALES, Bello Angela. *Fenomenologia e ciências humanas: psicologia história e religião*. Bauru: EDUSC, 2004, 330 p.

APOLINÁRIO, Otávia Karla dos Santos. *Urbanização e mudanças na paisagem do bairro da Prata, na cidade de Campina Grande/PB: uma análise de sua forma, função e estrutura*. Trabalho de conclusão de curso. Campina Grande: UEPB, 2009, 53 p.

BÍBLIA SAGRADA. Edição pastoral. São Paulo: Paulus, 1991.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. Campina Grande: Caravela, 1998, 164 p.

CHAVES, Gilvando Rodrigues. *Análise socioeconômica e cultural da feira livre do município de Remígio/PB*. Trabalho de conclusão de curso. Campina Grande: UEPB, 2011, 98 p.

CHIZZOTTI, Antonio. "Da pesquisa qualitativa". *Pesquisa em ciências humanas sociais*. São Paulo: Cortez, 1998, pp. 77-87.

CLAVAL, Paul. *Terra dos homens: a geografia*. Tradução de Domilita Madureira. São Paulo: Contexto, 2010, 143 p.

COSTA, Antônio Albuquerque da. *Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo* (dissertação). UFPE, 2003.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. "Feiras no Nordeste". *Revista Mercator*, Fortaleza, 2008, v. 7, n. 13. Disponível em http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/11/7. Acesso em 2 dez. 2011.

DINIZ, Lincoln da Silva. *Permanências e transformações do pequeno comércio na cidade: as bodegas e a sua dinâmica socioespacial em Campina Grande*. Campina Grande: EDUFCG, 2009, 120 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, 790 p.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Tradução de Waltensir Dutra. 21 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, 313 p.

LANDIM, Paula da Cruz. *Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: UNESP, 2004, 132 p.

LIMA, Anna Erika Ferreira e SAMPAIO, José Levi Furtado. "Aspectos da formação espacial da Feira Livre de Abaiara – Ceará: relações e trocas". *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*.

USP, 2009. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Lima_AEF.pdf. Acesso em 23 dez. 2011.

MORAIS, Rafael Dantas de. *Mapa de localização: município de Campina Grande*. Campina Grande, 2013. Projeção UTM SAD 1969.

PEREIRA, Martha Priscila Bezerra. *Mercado Joaquim Torres: evolução e dinâmica atual* (monografia). UFPB, 1999.

——. "Conhecimento geográfico para a promoção da saúde". *Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Uberlândia, 2010, v. 6, pp. 77-88. Disponível em http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/16978/9364. Acesso em 4 dez. 2011.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, 293 p.

TELFORD, Charles W. e SAWREY, James M. "O atentar e o perceber". *Psicologia: uma introdução aos princípios fundamentais do comportamento*. Tradução de Octavio Mendes. São Paulo: Cultrix, 1968, pp. 170-208.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980, 288 p.

——. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

A dinâmica espacial na Região Metropolitana de Goiânia: reestruturação e fragmentação do município de Inhumas/GO

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira
Renato Araújo Teixeira

Delinear uma nova forma de compreender a Região Metropolitana de Goiânia foi um desafio, e, para tanto, elegemos como objeto de estudo a região de Inhumas, no estado de Goiás, por entender que esse município apresenta uma singularidade que o diferencia de toda a estrutura urbano-regional goiana.

O município de Inhumas compõe a Região Metropolitana de Goiânia e tem como centro econômico a produção de etanol. Isso propicia um estudo, no contexto municipal e regional goiano, de uma problemática singular, por causa dos reflexos dos canaviais no *front* da metrópole, e desencadeia novos olhares e abordagens sobre esse município, em função de ele responder às demandas dos *fronts* do agronegócio e da metropolização de Goiânia. A hipótese levantada é que o município de Inhumas tornou-se um espaço luminoso muito mais complexo, em virtude da tensão de forças vindas da metrópole e do campo, a qual mudou o arranjo produtivo local e gerou um descompasso na metrópole.

O primeiro argumento, que rege a tese principal do estudo em questão, é que há competição de uso e ocupação em Inhumas: um *front* da metrópole e outro do agronegócio, que, combinados, configuram o território da cidade. O segundo são as características geográficas de Inhumas: ponto de passagem para a cidade de Goiás

(patrimônio histórico-cultural); proximidade com Goiânia; solos propícios ao cultivo de cana-de-açúcar; mão de obra barata; boa malha de escoamento produtivo. Tais aspectos, somados, dão consistência ao território inhumense como apto e competitivo para reproduzir o capital.

Da década de 1990 aos dias atuais, o território de Inhumas perdeu espaço na rede urbana de Goiânia, principalmente porque o cerrado está se transformando num imenso canavial, o que destrói as cercas das fazendas em prol de investimentos no setor energético, e o estado de Goiás acompanha o ritmo do avanço da fronteira da cana-de-açúcar. No caso de Inhumas, a cidade está em descompasso em relação a Goiânia, porque a monocultura canavieira inibe o "abraço ingrato" da metrópole, mudando os arranjos produtivos locais e a forma de gestão política local. É sobre isso que trataremos neste artigo.

A dinâmica espacial na Região Metropolitana de Goiânia: um olhar a partir de Inhumas

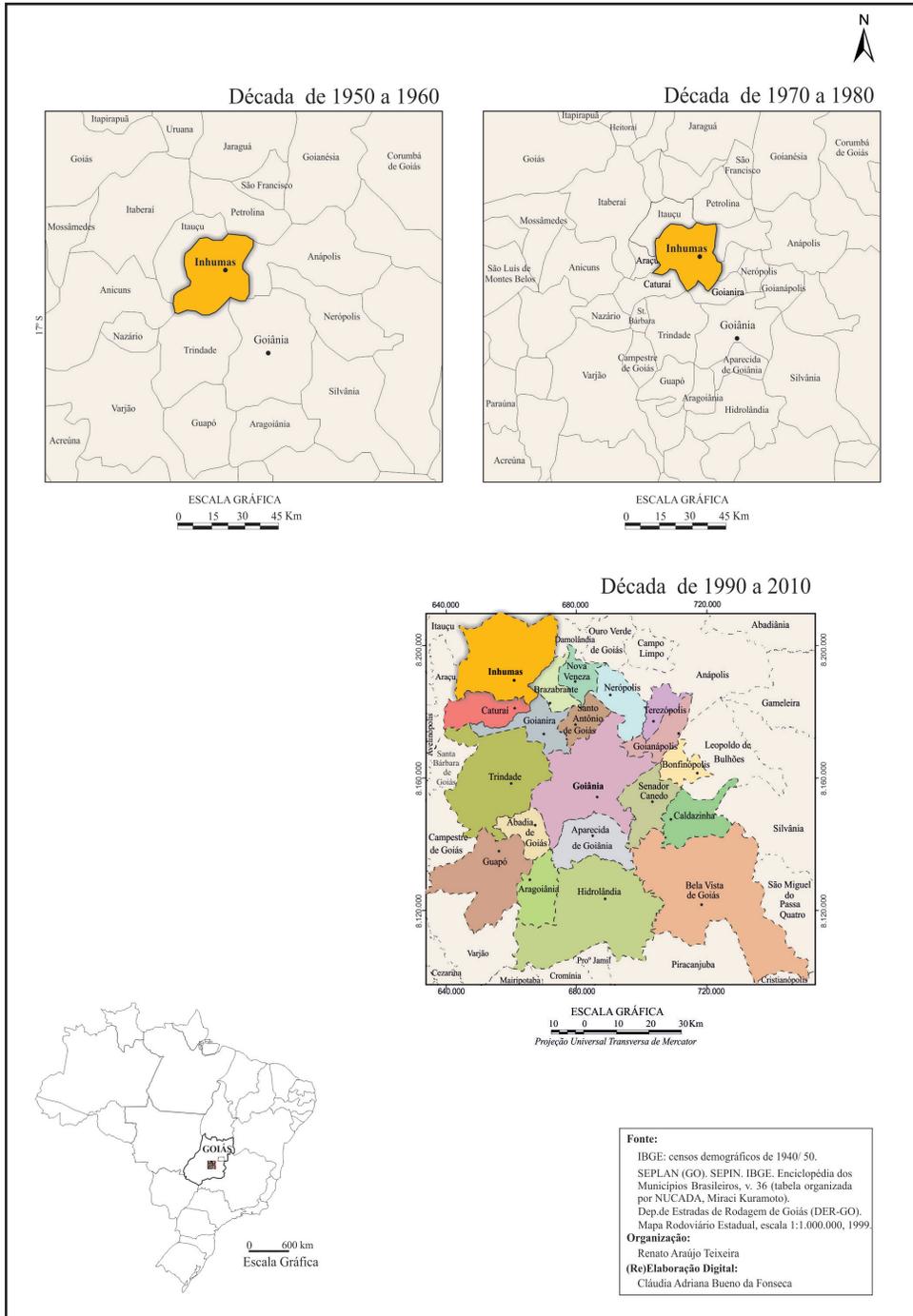
O poder de polarização de Goiânia gera uma aglomeração urbana dispersa e expandida territorialmente numa cidade-região (Klink, 2001). Delimitá-la é complexo por causa dos limites difusos, oriundos do movimento cotidiano das pessoas entre morar e trabalhar ou estudar em cidades distintas. Para Viard (apud Lencioni, 2006, p. 31), a crescente fragmentação do espaço está associada à crescente descontinuidade da mancha urbana, que desorganiza as formas antigas de urbanização. Assim, o espaço se fragmenta em função das diferenças que se apresentam em sua estrutura econômica, política e social, isto é, constitui hierarquia nas relações de subordinação e dominação. O espaço produzido é, então, homogêneo, fragmentado e hierarquizado.

É comum se referir às metrópoles como metapólis, metrópole-região, cidade-região, exopólis. O termo aqui utilizado é cidade-região, concebido por Scott et al. (2001), porque há tendência nas grandes cidades de vivenciar mais a região do que propriamente a metrópole, em virtude da intensa migração pendular. A região é, para a população urbana, uma experiência ampla; para a metrópole, um ponto determinado.

No caso da Região Metropolitana, a inserção de Goiânia foi o propulsor espacial que alavancou o fatiamento territorial. Muitos municípios da Região Metropolitana de Goiânia cresceram e apareceram a partir da influência da capital, como mostra o mapa 1, que indica a fragmentação territorial do entorno de Goiânia.

A espacialização do mapa mostra, a partir de Inhumas, como foi sendo construída a Região Metropolitana de Goiânia de 1950 a 2010. É possível constatar que, entre Goiânia e Inhumas, foram criados vários municípios que os separam ao longo da década de 1970. Portanto, seus territórios foram sendo afastados aos poucos, em função

do surgimento de novos municípios, como Nerópolis, Nova Veneza, Goianira, Santo Antônio de Goiás, Caturaí e Brazabrantes.

Mapa 1 – Estado de Goiás: fragmentação dos municípios

Por um lado, a luta por territórios (Bourdieu, 1998; Benko e Pecqueur, 2001) é um produto da prática social. No caso da escala metropolitana, os municípios do entorno são o epicentro de poder que viabiliza o domínio do território, ao passo que o espaço de fluxos financeiros, mercantis e informacionais impõe a superação de estados e fronteiras (Lima, 2009, p. 45). Por outro lado, Leite (2006, p. 14) afirma que território (Raffestin, 1993) não se resume ao território de um estado: é um produto da prática social. Como tal, envolve a apropriação, os limites e a intenção de poder sobre uma porção determinada do espaço, ao mesmo tempo que se constitui em um meio usado pelos atores que nele interagem para sua prática. Territórios são arenas políticas, na medida em que as áreas são delimitadas por um conjunto de relações sociais localizadas nelas e pelo poder implícito nessas relações.

Diante disso, cada município na Região Metropolitana de Goiânia constitui um território (Saquet, 2000, 2009), isto é, uma arena que induz a produção de relações de poder. O município de Inhumas está envolvido nessa lógica de tensões e interesses diversos, sendo o campo de forças entre as partes envolvidas na apropriação dos espaços (Haesbaert, 1995, 1997, 2004, 2006, 2010; Santos et al., 1996) materializado por meio do uso do solo. É da terra que se retira a riqueza que se transforma em capital, é no chão que fica o suor do trabalhador e se reproduz a mais-valia dos detentores dos meios de produção.

A guerra fiscal[1] é uma prática muito frequente em Goiás, pois os incentivos fiscais fazem muitos municípios tornarem-se competitivos no seleto rol das economias autossuficientes e globalizadas. Essas dinâmicas de inserção ou exclusão econômica ajudam a aflorar novos debates sobre reforma tributária.

Diante desse quadro, comparando as dez regiões de planejamento do estado de Goiás[2] – Metropolitana de Goiânia, Centro Goiano, Norte Goiano, Nordeste Goiano, Entorno do Distrito Federal, Sudeste Goiano, Sul Goiano, Sudoeste Goiano, Oeste Goiano, Noroeste Goiano –, entre todas, a Região Metropolitana de Goiânia concentra maior população, serviços e riqueza, mas apresenta baixos índices de produtividade, seja na produção de grãos ou leite, no rebanho bovino, entre outros. Em síntese, essa região gera desenvolvimento e emprego nos setores da construção civil, comércio e serviços, como mostra a tabela 1.

---

[1] De acordo com Piancastelli e Perobelli (1996, p. 22), procedimentos de concessões fiscais e creditícias implantados pelos estados têm sido generalizados e beneficiam todo e qualquer investimento, seja em capital fixo (maquinaria e equipamentos), em edificações e obras civis, em capital de giro ou em desenvolvimento tecnológico e pesquisa; não há critério de seletividade do investimento e, muito menos, explicitam-se as áreas ou os segmentos econômicos que os governos estaduais desejam realmente incentivar.

[2] As regiões de planejamento surgiram com a Lei n. 10.993, de 2004, da Presidência da República, com os Planos Plurianuais 2004-2007.

Tabela 1 – Estado de Goiás: participação do número de emprego das regiões de planejamento/Estado, 2009

Região	Número de emprego (%)					
	Total	**Agropecuária**	**Indústria**	**Construção civil**	**Comércio**	**Serviços**
001 – Metropolitana de Goiânia	**54,10**	**9,68**	**42,18**	**67,70**	**52,46**	**62,48**
002 – Centro Goiano	9,40	6,81	14,72	11,77	10,27	7,46
003 – Norte Goiano	3,37	7,01	4,15	3,20	2,80	2,91
004 – Nordeste Goiano	1,22	2,88	0,42	0,11	1,21	1,40
005 – Entorno do Distrito Federal	7,12	12,09	4,58	4,82	8,92	6,93
006 – Sudeste Goiano	3,88	8,58	5,73	3,53	3,82	2,77
007 – Sul Goiano	6,21	13,66	6,36	3,43	6,78	5,34
008 – Sudoeste Goiano	9,72	26,54	14,34	4,52	9,88	6,68
009 – Oeste Goiano	3,55	9,24	5,59	0,70	2,67	2,81
010 – Noroeste Goiano	1,43	3,50	1,94	0,23	1,20	1,22
Estado de Goiás	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica (2009).

A tabela 1 oferece uma visão panorâmica de como se territorializam a riqueza e o emprego por setor de atividade em Goiás. A Região Metropolitana, em relação ao estado em 2009, era a primeira em oferta de empregos nas indústrias (42,18%), na construção civil (67,70%), no comércio (52,46%) e no setor de serviços (62,48%).

Entre os setores da economia, a Região Metropolitana perde apenas no da agropecuária, com um índice de 9,68%, sendo a quarta em participação entre as dez regiões citadas, com a região do Sudoeste Goiano líder nesse setor. Esses números mostram que a região tem uma média em participação de empregos de 54,10% em todo o estado de Goiás. Essas condições favoráveis de concentração de emprego e riqueza facilitaram a fragmentação territorial nas margens da metrópole. A consolidação socioeconômica de uma metrópole alavanca um processo de metropolização, mudando os padrões territoriais e a direção de crescimento da rede urbana em escalas nacional, estadual e local. O próximo passo é entender o que representa essa me-

trópole para Goiás, em que contexto surge a Região Metropolitana de Goiânia e de que forma deve-se compreender a geografia dos municípios que formam essa região.

Um viés metodológico – geografia do município no contexto da dinâmica metropolitana

Analisar um município é como montar um grande quebra-cabeça, com peças que ilustram um conhecimento amplo e diversificado: uma vez montado, o resultado explicita uma confluência de elementos espaciais, econômicos e políticos. É um trabalho que marca a capacidade de manusear diversas escalas – a local, a regional e a global –, desenvolvendo uma estratégia metodológica que permita identificar a singularidade municipal no contexto da individualização contemporânea. No estudo em questão, fez-se necessário confrontar várias realidades socioespaciais para se compreender o todo.

Observar a dinâmica metropolitana a partir do município de Inhumas retundou especificamente em: identificar os reflexos socioespaciais da monocultura canavieira em Inhumas e região; e dimensionar a influência do processo de metropolização de Goiânia nesse município.

Além dos procedimentos usuais da pesquisa geográfica, no caso específico, fez-se necessário inserir novos recortes territoriais em virtude das interações espaciais que Inhumas estabelece com Goiânia e com os municípios que têm como pilares econômicos a agropecuária e, principalmente, a cana-de-açúcar. Com essa estratégia, percebeu-se que Inhumas polariza municípios da Região Metropolitana e outros que não fazem parte dela, o que redimensionou o recorte espacial do estudo.

Assim, para compreender um município, é preciso desenvolver estratégias de pesquisa que contemplem suas especificidades e sejam capazes de explicar as inter-relações urbano-regionais, além de caracterizar as principais nuanças territoriais no âmbito das redes urbanas com suas múltiplas funcionalidades.

A geografia do município permite averiguar as particularidades regionais e suas singularidades. Numa concepção operacional, alguns aspectos são relevantes, tais como: a história territorial do município em épocas distintas; os arranjos produtivos desde a época de povoamento até os dias atuais; os aspectos físicos da região em que está inserido o município; os impactos socioambientais no município e na região de influência decorrentes das atividades econômicas dominantes; as relações de dependência e as interdependência com os centros urbanos dominantes via redes geográficas; a renda e as desigualdades sociais; a renda da terra urbana e rural; e a dinâmica do comércio local.

Desse modo, a caracterização do contexto socioespacial metropolitano por meio de análises comparativas permitiu identificar as regularidades dos fenômenos espaciais. As técnicas utilizadas para compreender dado município transitam entre tratamento e coleta de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa. As estratégias de pesquisa possibilitam, ainda, apreender continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças dos fenômenos sociais no município de Inhumas e na Região Metropolitana de Goiânia.

No esforço de compreender o objeto "município de Inhumas", constatamos que fenômenos urbano-regionais apresentam uma complexidade singular, com desafios para integrar dados qualitativos e quantitativos. A saída mais adequada para a encruzilhada metodológica passou pelos seguintes pontos:

- Na aplicação dos 250 questionários na cidade de Inhumas, optamos por distribui-los em regiões distintas (norte, sul, leste, oeste e centro) a fim de obter uma heterodoxia na coleta dos dados.
- Nas quarenta entrevistas com roteiro prévio aplicadas na cidade de Inhumas, fez-se necessário integrar e analisar as confluências de diferentes abordagens e técnicas de pesquisa em relação aos sujeitos sociais. Elencamos, como amostra social, políticos, pioneiros, donas de casa, estudantes, fazendeiros, comerciantes, desempregados, entre outros, o que exigiu flexibilidade e um esforço perceptivo/intuitivo para apreender a realidade dos sujeitos sociais.
- O estudo não utilizou técnicas de laboratório submetidas a controle, pois tratava de caso singular, no qual analisamos o objeto por meio de documentos históricos, pesquisa de campo e registro de imagens e falas.
- À medida que objeto foi se conformando, o método e as técnicas de pesquisa foram se adequando à abertura da realidade social. A totalidade, um pressuposto teórico-metodológico, foi reconstruída de maneira parcial, pois os documentos coletados, as observações *in loco*, a comparação e a verificação dos dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), à prefeitura de Inhumas, entre outras instituições, apresentaram limites, e, de alguma forma, um supriu ou complementou a lacuna do outro.

Concluímos que a cidade e a região formam um todo inseparável. O retalhamento territorial da Região Metropolitana de Goiânia pelos especuladores imobiliários reduz as terras produtivas na fronteira das metrópoles. Esse problema é claramente prejudicial aos centros urbanos menores da região, porque, em tese, a estrutura econômica organiza-se em função da cidade de Goiânia, e isso gera uma "superatração" por parte da metrópole e o subdesenvolvimento nos municípios.

As ações governamentais privilegiam os sistemas de objetos em detrimento dos sistemas de ações. Esse é a falácia do planejamento regional: o distanciamento e o conflito entre cidadãos, empresas privadas, gestão pública e lugares.

A regionalização dos serviços e as políticas públicas devem obedecer a critérios e considerações socioeconômicas das unidades regionais. Ressaltemos, ainda, a necessidade do planejamento regional nas tomadas de decisão dos órgãos institucionais, em que as condições locais, as necessidades dos municípios e principalmente de seus moradores devem ser preponderantes.

As dinâmicas espaciais, os impactos sociais, ambientais e econômicos que determinam a evolução da região do entorno de Goiânia exigem respostas das políticas públicas. Assim, espera-se que as contribuições teórico-metodológicas oriundas da pesquisa em questão possam colaborar para encaminhamentos que promovam a redução das desigualdades intra e inter-regionais no estado de Goiás, conferindo melhoria das condições de vida para os cidadãos, ao se considerarem a realidade local e o contexto regional.

Município de Inhumas: entre o processo de metropolização e o avanço do agronegócio

O município de Inhumas é um território resguardado de *autonomia jurídica* e administrativa, ou seja, configura-se como uma autarquia local, constituída por diferentes órgãos (procuradorias, secretarias, superintendências, unidades, institutos etc.), sendo entidade estatal de terceiro grau, ao lado da União e dos estados-membros.

A Constituição Federal (CF) de 1988 foi o divisor de águas na repartição de competências entre União, estados e municípios. Os municípios emergiram juridicamente como entes federativos com capacidade legiferante, isto é, aptos a legislar sobre assuntos de interesse local e de natureza político-administrativa, como a criação de distritos.

Entretanto, apesar de o município caracterizar-se territorialmente com certa autonomia, torna-se dependente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM),[3] pois a maior parte dos impostos gerados no país fica centralizada com o governo federal. Os critérios utilizados para o cálculo[4] dos coeficientes de participação estão baseados na Lei n. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei n. 1881/81.

A distribuição de recursos aos municípios[5] é feita de acordo o número de habitantes: 10% dos recursos são destinados às capitais; 86,4%, aos demais municípios; e os 3,6% restantes, a um fundo de reserva que beneficia os municípios[6] com população superior a 142.633 habitantes, excluídas as capitais.

Sabemos que, para compreender a configuração territorial de um município, a relação entre economia e população não é suficiente. É importante colocar no bojo da discussão os aspectos urbanos e regionais, pois a configuração territorial desse município se formata de acordo com as contradições dos processos da metropolização de Goiânia e o avanço do agronegócio.

Nas cidades, há ao mesmo tempo dispersão, individualidade e mobilidade dos indivíduos no espaço. Esses processos somados geram padronizações via hábitos urbanos ou metropolitanos. Impregnam-se nessa mobilidade intraurbana desenhos de relações, formas de vida, movimentos e iniciativas de transformação socioespaciais, que resultam em fragmentações socioterritoriais em escalas diversas.

Esse processo de fatiamento dos territórios em sua eira (centralidades) e em sua beira (periferização da capital) provoca uma cadeia de análises do território goiano de grande monta. Em resumo, Goiânia é uma espécie de "encruzilhada territorial", o nó da rede que ordena o emaranhado dos espaços intraurbano e inter-regional, que transcendem a fronteira (Gomes, 2004) do estado de Goiás.

Aproveitando esse debate, destacamos Moysés (2005, p. 25), que estipula um perfil da Região Metropolitana de Goiânia que se construiu sobre um alicerce da desigualdade e sob a égide da intervenção política no espaço metropolitano. Diante disso, remetemos à lei de sua criação:

> Lei Complementar n. 78, de 25 de março de 2010. Altera a Lei Complementar n. 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o

---

[3] Transferência constitucional (CF, art. 159, I, b), é composto de 22,5% da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados.

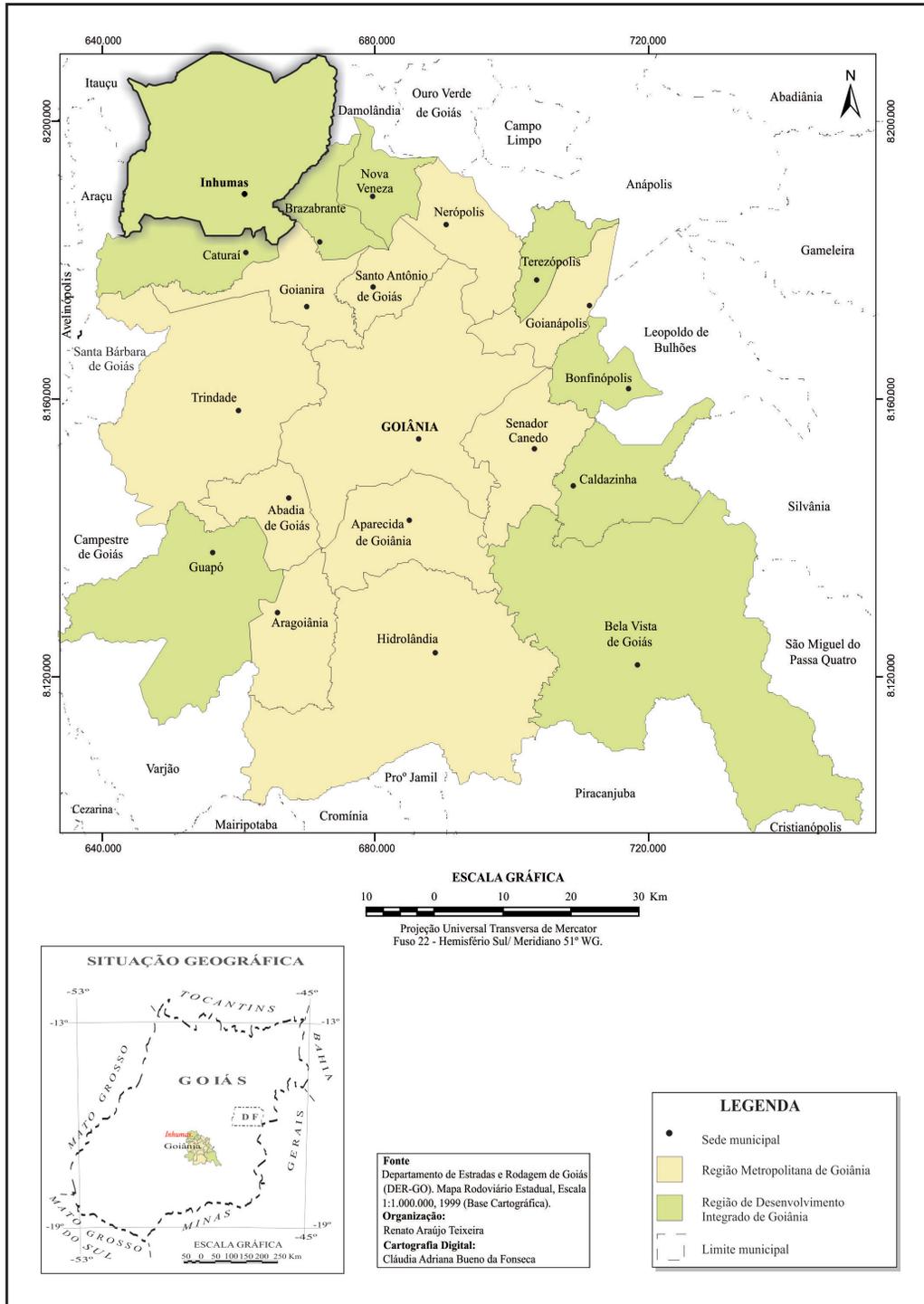
[4] Para saber a cota do município dentro de seu estado, devem-se somar os coeficientes populacionais de todos os municípios daquele estado e, em seguida, dividir o coeficiente populacional do município em questão pelo somatório dos coeficientes do estado.

[5] Consultar http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/download/cartFPEeFPM.pdf.

[6] O município de Inhumas está no coeficiente de intervalo (2 %) entre 44.149 e 50.940 habitantes.

> Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia.
>
> A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, nos termos do art. 90 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:
>
> Art. 1º: A Lei Complementar n. 27, de 30 de dezembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:
>
> Art. 1º: Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – Grande Goiânia, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea 'a', e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade (*Diário Oficial* apud Moysés, 2005, p. 182).

Contudo, a mesma lei de criação da Região Metropolitana de Goiânia (Lei n. 27, de 30 de dezembro de 1999) institucionalizou o Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG). Ou seja, além dos 11 municípios da Região Metropolitana de Goiânia, entraram mais sete para a formação do AGLUG: Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caturaí, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás. Por último, incluíram também Guapó e Cadalzinha, e o AGLUG passou a ser denominado Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, a RIDIG (com vinte municípios no total). O mapa 2 demonstra como se configurou o território no entorno de Goiânia.

Mapa 2 – Região Metropolitana de Goiânia (2010)

Uma vez criada a Região Metropolitana de Goiânia, ao longo da história do município de Inhumas, após a decadência da produção cafeeira na década de 1950, e da do alho na de 1990, consolidou-se a cana-de-açúcar como principal atividade agrícola; os setores econômico, político e social mudaram a partir da implantação do setor sucroalcooleiro na região. Em linhas gerais, houve uma reestruturação produtiva no município.

> A reestruturação produtiva é o produto da luta entre capital e trabalho e, ao mesmo tempo, uma tentativa do sistema capitalista de gerar respostas à crise estrutural, com a finalidade de recuperar suas bases produtivas e ampliar o controle sobre o trabalho (Santos, 2010, p. 20).

A crise estrutural que o autor cita diz respeito ao regime de acumulação capitalista, que começou a apresentar sinais críticos de sua reprodução em meados da década de 1970. Defeitos nas estruturas começaram a se manifestar e a refletir na reprodução do capital, dentre os quais destacamos: contradições entre produção e consumo, produção e circulação e produção e controle; dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo; e produção do tempo livre e sua paralisante negação, com o imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário (Mészáros, 2003, pp. 19-20).

O caso da produção canavieira no Brasil é uma resposta às necessidades dos mercados interno e externo. O território da cana-de-açúcar em Goiás configura-se de acordo com as investidas do capital no campo em momentos históricos distintos.

Desse modo, os momentos históricos mais destacados no cultivo da cana-de-açúcar no Brasil foram:[7] a) de 1975 a 1987, com a política do Proálcool, que teve como principal característica a rápida expansão produtiva de álcool e a redução na produção do açúcar; b) de 1988 a 2000, houve a desregulamentação do setor canavieiro, que gerou crise e estagnação e ocasionou oscilações na produção tanto de álcool quanto de açúcar; e c) de 2000 a 2011, ocorreu rápida expansão do setor sucroalcooleiro, em virtude do Plano Nacional de Energia (PNE) e, principalmente, da demanda dos mercados interno e externo pelo etanol/combustível.

O ponto de partida desta reflexão foi compreender, a partir do município de Inhumas, os reflexos da exploração canavieira em Goiás. Nesse caso, as plantações de cana-de-açúcar no *front* colocam Inhumas no descompasso da metrópole. Esse município insere-se no rol da globalização pela porta do agronegócio, tendo característica regional própria dentro do campo de força de Goiânia.

---

[7] Essa periodização do avanço e do recuo da cultura canavieira no Brasil é de Castro et al. (2010, p. 176).

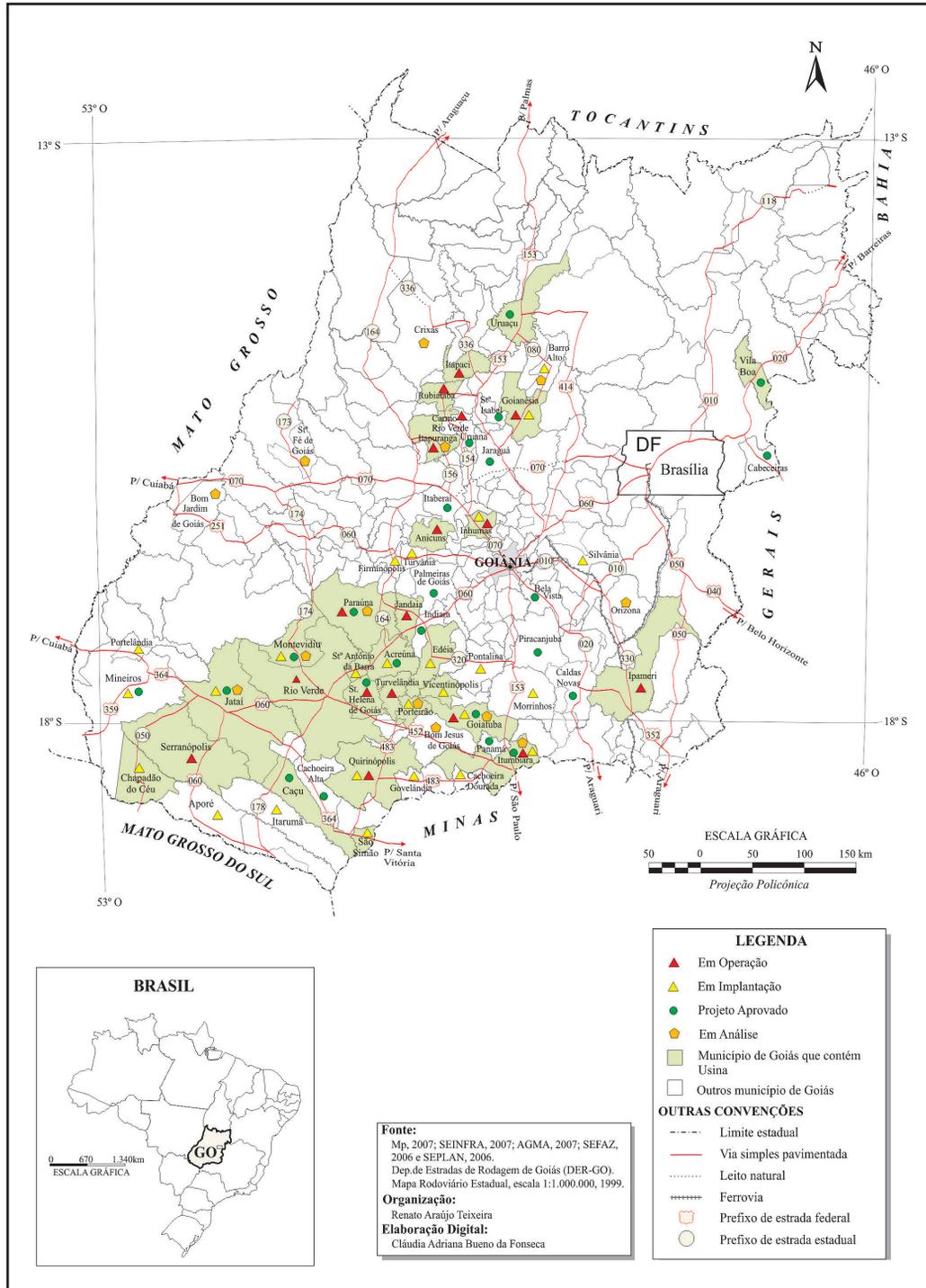
Os empreendimentos econômicos exercem influência tanto sobre o poder político quanto sobre a sociedade, e no estado de Goiás não é diferente; nos últimos cinco anos, o setor econômico que mais vem se destacando é o das destilarias de açúcar e álcool (sobretudo etanol).

Contudo, o setor industrial sucroalcooleiro acarreta injustiça social e degradação do meio ambiente, porque as destilarias se pautam na lógica capitalista e exploram a renda da terra e a mais-valia do trabalhador.

O problema colocado é: o impacto da produção de cana-de-açúcar em Inhumas é diferente dos demais municípios goianos? Constatamos que houve mudança dos arranjos produtivos locais, segundo a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás/Sistema de Informação ao Consumidor (SEFAZ/SIC), porque Inhumas é um município que tradicionalmente abastece Goiânia com produtos hortifrutigranjeiros, e a indústria canavieira na borda da metrópole mudou o padrão produtivo local.

Em síntese, uma crise estrutural no sistema capitalista levou a agroindústria canavieira a se interiorizar. As destilarias chegaram ao estado de Goiás territorializando um poder econômico, político e social, como mostra o mapa 3, que indica a distribuição das usinas em Goiás.

De acordo com SEFAZ/SIC (2007), nos últimos anos, houve acréscimo no número de usinas em operação (18), em análise (15), em implantação (29) e com projeto aprovado (41). Portanto, há uma correlação e uma coincidência no sentido da espacialização das usinas em Goiás, ou seja, há eixos rodoviários preferenciais, principalmente nas BRs 153, 060, 364 e 452, como é mostrado no mapa 3 (baseado em Castro at al., 2007).

Mapa 3 – Usinas alcooleiras e sucroalcooleiras em Goiás (2010)

Esse mapa mostra maior concentração de projetos de destilaria na parte sul de Goiás. Esse fenômeno se dá, entre outros fatores, pelo prolongamento da fronteira da cana de São Paulo rumo ao estado goiano. A fronteira passa na porção noroeste de Goiânia e vai em direção a Tocantins pela vizinhança da BR-153. O cultivo da cana-de-açúcar, como qualquer outra monocultura, necessita de vias de acessibilidade rápida para o escoamento da produção.

Como já dissemos, o padrão produtivo do município mudou e a economia gira, atualmente, na órbita da produção canavieira. Inhumas tornou-se menos influenciado pela metrópole e mais influenciável pelo agronegócio. Diante disso, na Região Metropolitana de Goiânia, é o único município que possui o agronegócio como sujeito transformador social. A população de Inhumas tem como centro hegemônico econômico a produção de etanol.

Considerações finais

A análise do município de Inhumas mostra que, apesar de estar com eira e sem beira na Região Metropolitana de Goiânia, a cidade entrou no descompasso da metrópole, porque a monocultura canavieira inibe o "abraço ingrato" de Goiânia, mudando os arranjos produtivos locais e a forma de gestão política municipal. Utilizando essa expressão popular e trazendo-a para a nossa realidade, a "eira" implica as metrópoles que ficam "eirando" o capital a fim de reproduzi-lo. Inhumas está na beira desse processo de valorização do capital.

O município de Inhumas serviu de aporte logístico e político para a construção da nova capital de Goiás. Além disso, o desenvolvimento socioeconômico de Inhumas passou por acontecimentos históricos importantes. O primeiro marco foi a imigração, com estrangeiros que fixaram residência e cultivaram lavouras de café em meados da década de 1940. O enfraquecimento da cultura cafeeira significou a inserção dos fazendeiros locais, na década de 1960, com a emergência da bacia leiteira. O segundo marco deu-se no final da década de 1970, com as plantações de alho e laranja no território inhumense. Por fim, o terceiro acontecimento histórico que impactou Inhumas foi a chegada do agronegócio, com as indústrias alimentícias e, principalmente, com a instalação da destilaria de etanol, que mudou os arranjos produtivos locais.

Na tentativa de contextualizar o perfil da Região Metropolitana de Goiânia na perspectiva que envolve o município de Inhumas, constatamos como problema norteador o universo da monocultura canavieira, por tratar-se de uma particularidade ímpar dentro da realidade que compõe os municípios da Região Metropolitana de Goiânia. A tese deste capítulo girou em torno desta lógica: o município de Inhumas está numa arena de influências do campo moderno e do processo de metropolização.

Os aspectos socioeconômicos e políticos de Inhumas gravitam preferencialmente pelo tripé bacia leiteira, comércio local e agronegócio. Essa particularidade, no ritmo de desenvolvimento econômico, coloca esse município no descompasso da metrópole. A proximidade de Goiânia não é um elemento determinante para que Inhuma se desenvolva espacialmente; pelo contrário, há políticas no ordenamento territorial que procuram adiar essa aproximação física e social.

Diante disso, faz-se necessário formular caminhos analíticos a serem estudados prospectivamente no contexto regional goiano para os municípios da Região Metropolitana de Goiânia por meio de dados primários e secundários obtidos por entrevistas, trabalhos de campo, questionários, documentos e leis. Resumindo:

- Uma arena (Arrais, 2004, 2007) de processos espaciais distintos que fazem com que esse município seja singular no entorno de Goiânia, ou seja, há um campo de força entre a influência do agronegócio e a da metropolização.
- Um município que apresenta ritmo de crescimento socioespacial próprio, negando o "abraço ingrato" da metrópole.
- Um município cuja fragmentação territorial do solo é controlada pelas políticas públicas locais que inibem aberturas de loteamentos.
- Um município em descompasso com o padrão espacial de ocupação no entorno da metrópole, em virtude da territorialização de um poder econômico e político hegemônico local.

O mar de cana que enfeita o *front* da capital goiana territorializou um poder local em que os atores procuram manter-se. O uso do solo de Inhumas é complexo, pois as terras disponíveis são, em sua maioria, de pequenas propriedades. Portanto, a cultura canavieira em Inhumas avança sobre as pequenas propriedades e áreas de pastagem. Essas terras são, em sua maior parte, arrendadas, o que gera uma dependência econômica a partir do solo. Por isso, outros segmentos industriais não conseguem espaço em Inhumas, pois a inserção de outro tipo de indústria representa uma mudança nos arranjos produtivos locais.

Referências

ARRAIS, Tadeu Alencar. *Geografia contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2004.

——. *A região como arena política*. Goiânia: Vieira, 2007.

BENKO, Georges e PECQUEUR, Bernard. "Os recursos de territórios e os territórios de recursos". *Geosul*, Florianópolis, jul.-dez. 2001, v. 16, n. 32, pp. 31-50.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1998.

CASTRO, Selma Simões de et al. *Estudo da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás: subsídios para uma avaliação do potencial de impactos ambientais*. II Forum de C&T no Cerrado, Goiânia, 2007, pp. 9-17.

——. "A expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo". *Boletim Goiano de Geografia (Revista Eletrônica)*, Goiânia, 2010, v. 30, n. 1, pp. 171-90.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. Dispõe sobre a aprovação e implantação, no município de Goiânia, de Planos Urbanísticos Integrados, define suas características, cria nova zona de uso e dá outras providências. Lei n. 7.042, de 27 de dezembro de 1991.

FIGUEIREDO, Roberta Maria Batista . "Territorialidade e resistência: práticas espaciais criando novas regras de uso do território no extrativismo do babaçu". *Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina – Caminando em una América Latina en transformacion*. Unversidade de Montevidéu, 2009, v. 1, pp. 1-20.

FREIRE, Désirée Guichard (org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. "Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões." In —; CASTRO, I. E. de; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. São Paulo: Betrand Brasil, 2004, pp. 219-22.

HAESBAERT, Rogério. "Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão". In CASTRO, I. et al. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 165-205.

——. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

——. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

——. *Territórios alternativos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

——. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

KLINK, Jeroen Johannes. *A cidade-região – regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. "Uso do território e investimento público". *Revista GeoTextos* (USP), 2006, v. 2, n. 2, pp. 13-30.

LENCIONI, Sandra. "Reconhecendo metrópoles: território e sociedade". In DA SILVA, C. A. e FREIRE, D. G. (orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

LIMA, Roberta Maria B. de F. "Territorialidade e resistência: práticas espaciais criando novas regras de uso do território no extrativismo do babaçu". Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL). *Anais*. Montevidéu, 2009. CD-ROM.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOYSÉS, Aristides (org.). *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

PIANCASTELLI, Marcelo e PEROBELLI, Fernando. "ICMS: evolução recente e guerra fiscal". *Texto de Discussão*, Brasília, fev. 1996, n. 402, pp. 1-58.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Adriano Pereira. *A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho/SP*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Milton et al. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. "O tempo, o espaço e o território". In SOUZA, Á. J. de et al. (orgs.). *Paisagem território e região: em busca da identidade*. Cascavel: EDUNIOSTE, 2000, pp. 103-14.

——. "Por uma abordagem territorial". In — e SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
SCOTT, A. et al. "Cidades-regiões globais". *Espaço e Debates*, São Paulo, 2001, n. 41, pp. 11-25.
SECRETARIA de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, 2009. Disponível em http://www.seplan.go.gov.br. Acesso em fev. 2010.
——. *Gerência de informações estatísticas*. Disponível em http://www.seplan.go.gov.br/sepin. Acesso em 2007-2009.

Site consultado

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/download/cartFPEeFPM.pdf. Acesso em 3 jul. 2012.

Parte 4
Pesquisa qualitativa: aplicações em outros estudos geográficos

Pesquisa social aplicada à geografia: histórias de vida como fontes de documentação

Rene Gonçalves Serafim Silva
Vicente de Paulo da Silva

Este texto objetiva apresentar aos pesquisadores das ciências humanas, em especial aos geógrafos, técnicas e métodos de pesquisa social aplicados ao estudo dos fenômenos sociais que ocorrem na dimensão do espaço. Além disso, busca entender como as histórias de vida, as experiências e os relatos de pessoas atingidas por grandes empreendimentos, por exemplo, podem servir de documentação acerca dos efeitos de determinados eventos sobre uma história alicerçada numa vida cotidiana repleta de simbolismos e de apego/afetividade aos lugares.

As técnicas propostas para a realização de pesquisas com esse intuito se baseiam, principalmente, nas fontes de documentação orais e nos trabalhos de campo. A inserção no meio em que vivem as pessoas pesquisadas, que se dá pelo trabalho de campo, revela minúcias do dia a dia desses sujeitos e permite que o pesquisador enxergue com mais nitidez o significado das mudanças no território de vida deles.

Somente seus relatos podem expressar os verdadeiros sentimentos de apego e afetividade aos lugares e, por conseguinte, compreender que os efeitos de grandes empreendimentos vão muito além do que os empreendedores tentam transmitir pelo discurso oficial. Além da materialização dos empreendimentos, não se pensa mais em um acompanhamento desses atingidos que lhes proporcione as condições de reprodução

de suas vidas, bem como as de seus símbolos, sonhos e memórias, que ficaram alagados pela formação de um reservatório de água.

Nesse sentido, este capítulo apresenta uma discussão teórica do aporte teórico-metodológico das fontes de documentações orais, como a técnica da história oral, aliada ao trabalho de campo, amplamente utilizado em pesquisas de cunho geográfico. A discussão perpassa pelos campos teóricos da pesquisa social, a história oral e o trabalho de campo em geografia, demonstrando a importância desse diálogo para o ato de produzir uma pesquisa considerada científica.

Em um segundo momento, um estudo de caso já realizado ilustra como a história oral e o trabalho de campo são importantes na construção de um conhecimento e, sobretudo, como essas técnicas humanizam não somente a pesquisa, mas as relações criadas e mantidas entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado. Outro fator importante situa-se na especificidade da coleta de dados, que traz à tona informações essenciais para uma pesquisa que busca compreender um espaço geográfico usado, destituído, alagado e ressignificado.

Este texto faz parte de um projeto em andamento intitulado *Efeitos socioespaciais de grandes empreendimentos: deslocamentos compulsórios e processos de territorialização/desterritorialização no Rio Araguari/MG*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

Discussão teórica: a pesquisa social, a história oral e o trabalho de campo em geografia

O desenvolvimento de uma pesquisa deve ser considerado de fundamental importância para o pesquisador, o objeto pesquisado, a ciência em si e a sociedade de maneira geral. Pesquisar pode soar como um momento prazeroso; porém, há muitos percalços que o pesquisador deve estar apto a solver, de forma a garantir os resultados.

Dentre os percalços a serem vencidos, Gil (2002) adverte para os casos que, se não são os mais importantes, podem levar a cometer sérias negligências, como o dogmatismo, o desinteresse por problemas sociais e a impaciência. Mas o que deve ser considerado no ato de pesquisar?

As dicas também são oferecidas por Gil (2002), quando enumera as qualidades pessoais do pesquisador, das quais depende o êxito da pesquisa. Dentre elas, destacam-se o conhecimento do assunto a ser pesquisado, a curiosidade, a criatividade, a integridade intelectual, a atitude autocorretiva, a sensibilidade social, a imaginação disciplinada, a perseverança, a paciência e a confiança na experiência.

O pesquisador deve ser flexível na empreitada de uma pesquisa, o que, inclusive, propicia maior autonomia sobre aquilo que se está produzindo. Quando se fala em

uma pesquisa social, por exemplo, essa flexibilidade e o respeito ao grupo pesquisado se tornam uma questão, muito além de respeito às regras, de honra e honestidade.

No que se refere à pesquisa em geografia, ainda que se considerem as especificidades desse campo, as orientações são semelhantes, ou seja, existem as regras formais, que hoje são muito difundidas para o público, mas a opção de um geógrafo por um tema a ser pesquisado influi fortemente no papel desse profissional para com a ciência e a própria sociedade.

Na pesquisa científica, deve-se preocupar com a base epistemológica do trabalho. Nesse sentido, cabe a sugestão de Eco (2001) sobre a humildade científica. A ideia exposta pelo autor contribui para que se pense acerca de algumas situações morais: quando podemos dizer que determinado autor não nos serve para nada ou que determinada leitura não tinha nada a nos acrescentar de útil? Não devemos julgar as obras pelo que elas não têm, mas, sim, buscar nelas o que pode haver de importante para a pesquisa.

Não há um consenso sobre por onde se deve começar a pesquisa. Porém, a leitura é obrigatória, e pode ser que os rumos do trabalho se definam a partir dela. Não pode haver pesquisa sem leitura, se falamos em pesquisa científica, seja na graduação, seja na pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*.

Na geografia, ainda se pode contar com outros recursos que tendem a elevar ainda mais a qualidade da pesquisa: os trabalhos de campo. Segundo Corrêa (1996), o trabalho de campo se torna importante na medida em que envolve uma reflexão crítica em sua concepção e realização, e deve-se estar atento, durante seu desenvolvimento, às complexas relações entre as diferentes escalas de apreensão da realidade. De acordo com esse autor, o trabalho de campo constitui uma importante ferramenta por meio da qual o geógrafo pode ver e analisar o movimento de transformação do homem numa dimensão espacial e refletir sobre esse movimento.

Coltrinari (1996), também falando da importância do trabalho de campo em geografia, diz que é com ele que o pesquisador conta para uma análise científica de seu entorno; ele ajuda a substituir as suposições por algum grau de certeza e aprofunda o conhecimento das mudanças que ocorrem à sua volta. Por sua vez, Suertegaray (1996) evidencia que o trabalho de campo exige o reconhecimento da dinâmica local e permite ao observador o questionamento sobre os fatos e processos que, muitas vezes, não têm explicação naquela dimensão escalar.

Como também reconhecem esses autores, o trabalho de campo não é tudo, mas deve estar associado a outros processos de análise para se concluir uma pesquisa. Por isso, o levantamento de fontes secundárias de informação também deverá servir de subsídio a uma análise mais próxima da realidade e permitir que se contemplem os objetivos propostos para a pesquisa em geografia.

Quem se dedica a fazer uma pesquisa em geografia não deve jamais esquecer que a proposta se insere no campo da geografia. Isso significa que, muitas vezes, aparecem propostas que se encaixam mais em outros campos do conhecimento, como a história, a antropologia ou a sociologia. Não quer dizer que não se possa dialogar com as outras ciências. Ao contrário, o diálogo é fundamental e intrínseco à pesquisa, mas se deve ter sempre em mente que se pretende fazer uma pesquisa em geografia.

Uma proposta em geografia deve levar em consideração suas especificidades. Nesse caso, o domínio das principais categorias de análise geográfica já contribui para diferenciar uma proposta em geografia de outras ciências. Esse é um ponto que demanda maior cuidado na pesquisa geográfica. Se não há preocupação com isso, pode-se incorrer em graves problemas, e o principal deles é o pesquisador não conseguir executar o trabalho ou alcançar seu objetivo.

A pesquisa geográfica não deve negligenciar o papel do sujeito ou do grupo pesquisado e, ainda mais, não deve considerá-lo apenas como quem pode testemunhar o fato. Deve-se, na verdade, aproveitar esse testemunho como instrumento a ser utilizado em defesa de quem vive situações que exijam um posicionamento da sociedade. Desse modo, o sujeito, além de ser personagem da "história" pesquisada, é a prova viva de que um movimento de transformação, de intervenção sem precedentes, pode estar acontecendo no espaço.

Assim, sugere-se que a importância dos depoimentos orais, ou das evidências orais, conforme Thompson (2002), não se restrinja ao ato de ouvir tais personagens. Acima de tudo, devem-se considerar essas evidências instrumento de defesa desses personagens, quer seja como denúncia do fato ou, por que não dizer, para a tomada de decisão que leve à intervenção no próprio fato.

O apelo ao método da história oral deveria ser assim concebido, ou seja, como uma prova cabal e viva de atos de opressão, de ditadura, de sujeição de um grupo às mazelas do poder. Entretanto, essas mazelas são caricaturadas pelo discurso oficial, expresso em argumentos escritos e assim apresentados à sociedade.

O alcance do documento escrito, sem levar em conta as evidências orais, ou ainda que o faça sem muita lealdade aos depoimentos dos sujeitos pesquisados, é muito mais abrangente e, nesse sentido, pode surtir efeito maior do que a documentação oral, pois sempre se está à mercê da opinião arbitrária de quem escreve e/ou pesquisa. A leitura de um documento escrito está ao alcance da maioria das pessoas, de forma facilitada, atualmente, pelos meios digitais.

Por seu turno, ouvir um grupo pesquisado requer ousadia, paciência, coragem, honestidade e fidelidade do pesquisador, pois a fonte oral só chegará ao alcance dos leitores à medida que se tornar fonte escrita publicada por esse pesquisador. Nesse sen-

tido, sua honestidade e sua fidelidade ao texto oral servirão como parâmetro para o que se chama de instrumento de transformação da realidade.

Anseia-se, com essas observações, chamar a atenção de quem se propõe a fazer uma pesquisa social em geografia – ou em outras áreas da ciência – para a importância de uma pesquisa que utilize o método da história oral ou, por que não dizer aqui e propor, de uma geografia oral. O pesquisador será o elo entre esse sujeito pesquisado e a sociedade. Do contrário, essas vozes que testemunham a verdadeira realidade podem ser levadas pelo vento ou utilizadas de acordo com as conveniências de quem se propõe a pesquisá-las.

De forma a evidenciar melhor o que se pretende ao defender o método da história oral nas pesquisas geográficas, relatamos um importante momento vivido pelos participantes do III Encontro Latino-Americano de Ciências Sociais e Barragens, ocorrido entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 2010, na cidade de Belém, no estado do Pará. Em uma mesa-redonda intitulada "Territorialidades, conflitos e demandas de movimentos sociais indígenas", composta por índios da etnia Caiapó, pôde-se ouvir do mundialmente conhecido cacique Raoni Metuktire, traduzido simultaneamente por um membro de sua tribo com melhor domínio da língua portuguesa, o seguinte depoimento, referindo-se à sua indignação pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, também no Pará: "Nóis num quer barrage; nóis num gosta de barrage; nóis quer o nosso rio; pescar o nosso peixe".

Talvez aí até resida uma limitação do uso da documentação oral, mas que não a torna menos importante se o pesquisador for fiel em seu relato. Uma coisa é ler esse depoimento. Outra, bem diferente, é ouvir o próprio índio, que se exaltava nesse momento, por vezes quase gritava e batia com a mão na mesa. Os tons de sua fala não podem ser escritos, mas ouvi-los convence a plateia de que há muito mais sentido em seus depoimentos do que nos forjados argumentos do discurso oficial, os quais defendem, ou impõem, a execução do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte.

Se o testemunho, ou a evidência oral, não fosse importante, por que os tribunais recorreriam a ele como forma de desvendar crimes, a ponto de os argumentos mais convincentes terem o poder de absolver ou condenar um réu das acusações que recaem sobre ele? Por que, então, os argumentos orais de atingidos por grandes empreendimentos são muitas vezes tachados de reducionistas, de alheios ao progresso? Acaso se vive numa sociedade de conveniências?

No campo da história, Thompson expõe o que talvez se possa chamar de supremacia da evidência oral perante outras formas de elucidar os fatos, as quais ele denomina de forma erudita de ficção, em face das possibilidades de descrições defeituosas e de projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador. Aqui reside, de acordo com Thompson, o diferencial da evidência oral nos estudos de história, e que,

acredita-se, tem o mesmo peso na pesquisa social em geografia: “a evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (1992, p. 137).

Utilizando-se o método da evidência oral, expõe-se a seguir a situação vivida por moradores expropriados de sua vida cotidiana e submetidos a outros ritmos, outra realidade, em virtude da execução de grandes empreendimentos no Rio Araguari/MG. A forma como contam suas memórias dos tempos anteriores às mudanças é muito mais reveladora dos fatos vividos por eles. Suas histórias poderiam confundir-se com as de outras pessoas também submetidas a processos semelhantes.

Ouvir de suas bocas o que nenhum autor se dignou a escrever, talvez por compromisso maior com uma elite no poder do que com esses moradores, torna a história mais comovente, usando a fala de Thompson (1992), e mais particular. O olho no olho entre pesquisador e pesquisado propicia mais confiança, mais detalhes na narração e, nesse sentido, mais convencimento.

O Complexo Energético Amador Aguiar e os atingidos por barragens que se tornaram moradores do Assentamento Rural Olhos d’Água: a pesquisa social no contexto geográfico

Contextualizar a pesquisa geográfica inserida numa pesquisa social é apontar os limites e potencialidades que a geografia agrega não somente como pesquisa, mas como função social dentro e fora do âmbito acadêmico. Portanto, a geografia e a pesquisa social são uma resposta aos problemas de cunho geográfico na sociedade contemporânea.

Desse modo, apresentam-se algumas questões relativas ao Complexo Energético Amador Aguiar, localizado na bacia do Rio Araguari, no Triângulo Mineiro, Minas Gerais, e os atingidos por barragens que se tornaram moradores do Assentamento Rural Olhos d’Água, no município de Uberlândia/MG, exemplificando a pesquisa social e suas técnicas nos estudos geográficos.

O Complexo Energético Amador Aguiar é o conjunto formado por duas usinas hidrelétricas (Amador Aguiar I e Amador Aguiar II) presentes na bacia do Rio Araguari, cujas barragens alagaram terras dos municípios de Uberlândia, Araguari e Indianópolis. Esse complexo energético foi formado a partir do Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), composto por várias empresas, entre elas a Vale e a Cemig.

Sua inauguração oficial ocorreu em 5 de dezembro de 2006, com a presença de políticos das esferas estadual e municipal, empresários locais, entre outras pessoas que tiveram alguma relação com o empreendimento. Nos informativos do consórcio, pode-se visualizar que os agentes hegemônicos da política e da economia local/regional se apresentaram como os responsáveis pelo “desenvolvimento”

econômico da região, por meio de seus discursos e da decisão de implantar o empreendimento.

Embora a finalidade do empreendimento seja a produção de energia elétrica, percebe-se que os envolvidos no consórcio não estão preocupados apenas com essa questão, essencial nos dias de hoje, mas com a reprodução do capital investido e, principalmente, do uso do território no tocante a seus recursos naturais, sociais e econômicos.

Com o alagamento de terras e o enchimento do reservatório para a formação do empreendimento, áreas imensas foram submersas. Consequentemente, grande número de pessoas foi desprovido de seus territórios, no sentido de pertencimento e afetividade, poder e posse, trabalho e cultura. Como há grande variedade de concepções acerca dos atingidos, e nem todos são atendidos ou reconhecidos como tal, utilizaram-se alguns estudos de Vainer (2008) e Silva e Silva (2011) para definir qual tipo de atingido é o morador que hoje se encontra no Assentamento Rural Olhos d'Água.

Para tanto, foi preciso compreender as relações que esses atingidos estabeleceram ao longo dos anos nos espaços ocupados e usados – relações culturais, de moradia, de trabalho, ou seja, de vida. O atingido pelo empreendimento que foi deslocado para o assentamento em questão se encaixa na concepção hídrica discutida por Vainer (2008) ou, ainda, na concepção nomeada por Silva e Silva (2011), deslocados econômicos, por entender que pessoas que não possuem propriedades alagadas são também atingidas, pois o meio de vida e o sustento de um grupo social são interrompidos pelo empreendimento hidrelétrico, que cessa suas relações de trabalho e seus meios de subsistência. Essa concepção se apoia em Bartolome et al. (2000), participantes da elaboração do documento publicado na Comissão Mundial de Barragens.

Retomando a discussão para o assentamento, Olhos d'Água foi criado, em primeiro lugar, para atender à lei estadual de Minas Gerais n. 12.812, de 1998, que impõe assistência social às populações que tiveram suas áreas inundadas por reservatórios, especificamente trabalhadores assalariados. Em segundo lugar, a criação do assentamento atendeu a um desejo de alguns trabalhadores rurais de permanecerem no campo, embora essa permanência estivesse condicionada ao recebimento de indenização por meio de uma gleba de terra escolhida pelo empreendimento, e não pelo atingido/assentado.

Feita a opção pelo assentamento, o consórcio responsável pelo empreendimento dotou toda a área e todos os lotes de infraestrutura básica para atender, com o mínimo de dignidade, a população que para lá se deslocou. Apesar de ser uma obrigatoriedade, o discurso apresentado nos boletins informativos demonstrava um apelo assistencialista, e uma versão que não condizia com a realidade, de que essa concessão de infraestru-

tura era um plano já previsto pelo empreendimento, o que transparecia uma ação de "boa vontade", e não de obrigatoriedade.

Nesta última parte do capítulo, propõe-se não um aprofundamento no Complexo Energético Amador Aguiar ou no espaço em que se localiza o Assentamento Rural Olhos d'Água, mas uma breve demonstração de como as técnicas de história oral e trabalho de campo foram importantes no delineamento da pesquisa e na busca por resultados que atendessem aos interesses da pesquisa e de seus sujeitos. Por isso, as informações sobre o complexo energético e o assentamento foram superficialmente expostas, no intuito de situar o leitor apenas na problemática dos grandes empreendimentos hidrelétricos *versus* atingidos por barragens.

Já se contemplou a importância da história oral na discussão teórica apresentada. Ainda assim, deve-se enfatizar que, ao contar uma história de sujeitos, a carga emocional visível durante a aquisição da informação torna o conteúdo ainda mais importante ou enfático. Relembre-se o exemplo com o cacique Raoni. Com alguns assentados com os quais se puderam realizar conversas e entrevistas, atentou-se para os gestos, os olhares, os movimentos, as pausas e até o tom de voz. Essa linguagem corporal, juntamente com a fala, possibilita resgatar não apenas a história que se conta, mas o que se viveu a partir dela.

Na pesquisa realizada, utilizou-se parte das falas dos atingidos para remontar um território simbólico-afetivo que foi alagado pelo empreendimento, mas ainda existia na memória da população que o viveu, construiu e reproduziu. Essas falas evidenciaram muito mais do que apenas a existência de trabalhadores rurais de alguns trechos alagados na bacia do Rio Araguari; evidenciaram a história de vida de populações que construíram elos e laços no território, além de terem sido testemunhas das transformações do espaço geográfico de um tempo.

Para demonstrar a importância que essa técnica produz na pesquisa, retoma-se uma passagem em que um dos entrevistados referia-se ao Rio Araguari como "rio das velhas". Vê-se, portanto, o mesmo rio, com os mesmos atributos físico-naturais, receber nomenclaturas diferentes, por haver na fala desse entrevistado uma carga de sentido e sentimento que o autorizou a se referir ao rio daquele jeito.

Tratar o rio assim, de forma simbólica e se apropriando da concepção proposta por Geertz (1978), faz o concreto da realidade, a forma perceptível, assumir um papel simbólico impregnado de abstrações, valores e juízos, e somente quem o atribui está apto a sentir e interpretar de tal forma em sua completude. Em outro trecho captado por meio da história oral, visualiza-se outra função simbólica do rio, não apenas como um aspecto natural da paisagem:

> Lá eu pescava, né?! Pescava fim de semana, tinha muito colega que ia lá pra casa. E hoje, dos tempo que eu tô aqui [mais de cinco anos], eu fui no rio duas vezes só. [É longe?] Ah... daqui até lá na ponte vai dar quase uns, quer ver, deve dá uns oito quilômetros, ou mais. É muito. Lá em casa, lá não, era pertinho. Era... você não gastava cinco minutos e já tava na beira do rio. Era o lazer que tinha, pescar fim de semana (entrevistado, 2011).

Por meio do relato, conclui-se que o "rio das velhas" possuía também uma função sociocultural, visto que era palco de ações de lazer e elos de amizade entre seus moradores e usuários. Com o alagamento das terras e a formação da represa, aqueles que o usavam romperam essa dinâmica sociocultural, e cessou uma atividade cotidiana, que fazia parte da rotina dos atingidos.

Neste outro relato, apreende-se mais uma vez a importância do rio nas ações materiais e imateriais que permeiam o uso do território. Quando se perguntou a um assentado se o deslocamento do antigo lugar para o assentamento mudou algo na vida cotidiana dele e de sua família, sua fala deixou clara sua opinião, principalmente pela intensidade de sua carga emocional e pela repetição da palavra "muda":

> Ah... muda. Muda muito, muda muito. Porque fim de semana você ia com os meninos, levava os meninos para a beira do rio, tomava um banho, né?! Muda muito. Era uma diversão na beira do rio, né?! Falta dos meus colegas. Era muito colega da cidade que ia pra lá, ia lá pra casa. Acabou tudo (2011).

A infinidade de informações obtida pela história oral deve se guiar por um roteiro prévio organizado pelo pesquisador, não necessariamente um questionário, mas apontamentos que se devem abordar durante o trabalho de campo com as pessoas que vão contar suas histórias, suas versões de um tempo pretérito no espaço geográfico. Trata-se de um recurso que visa à reconstrução do objetivo da pesquisa, que é compreender um recorte do espaço em determinado período, e não à incitação ou pressão, por parte do pesquisador, em obter as respostas que gostaria de ouvir.

Ressalta-se que as documentações orais possuem prazo, não necessariamente definido, para serem obtidas, que é o prazo de vida dos sujeitos pesquisados. A partir do momento em que não há mais como recorrer a esses sujeitos, perdem-se informações valiosas que jamais poderão ser obtidas por qualquer outra técnica. Mesmo no mundo contemporâneo, repleto de tecnologias da informação e da imagem, as fontes de documentação orais tornam-se uma aliada para preencher qualitativamente determinada compreensão do tempo e espaço. Não adianta obter diversas imagens de satélites do antes e do depois da chegada do empreendimento e do alagamento dos territórios dos atingidos, pois a imagem ou fotografia, por si sós, não explicam

nada, apenas ilustram um momento dentro de uma dinâmica de fluxos, construções e desconstruções.

A partir dos exemplos citados, pode-se reconstruir uma cena, um evento ou uma sucessão de cenas e eventos que vão formar o território que hoje se encontra alagado. Recorrer aos que vivenciaram o território alagado torna-se fundamental, na medida em que são peças importantes na reconstrução do espaço. Por isso, a história oral, ou o que chamamos aqui de história de vida, não deve ser desprezada, mas, ao contrário, valorizada e aliada a outras técnicas de pesquisa, sobretudo quando há carência de documentos e outras formas de obtenção de informação.

No entanto, para que se torne eficaz, a história oral deve estar atrelada ao trabalho de campo, pois o trabalho empírico revela não só aquilo que se observa com os sentidos, mas também o que se interpreta. As tramas vão sendo tecidas com o cruzamento dessas técnicas, e o resultado obtido garante uma releitura do território alagado.

Considerações finais

Inserir a pesquisa social no âmbito da geografia é apresentar aos estudiosos dessa ciência outras formas de se fazer pesquisa, inclusive com técnicas que auxiliem não somente aqueles que pesquisam, mas os pesquisados. Inserir esse grupo na pesquisa humaniza as técnicas de obtenção de informações, além de aproximar as relações que se estabelecem entre pesquisador e pesquisado.

A técnica da história oral, ou história de vida, acrescenta ao conhecimento de forma geral, na medida em que nuances são reveladas a partir da vivência dos próprios sujeitos. Essas nuances não seriam apreendidas e captadas por outras técnicas de pesquisa, mesmo em entrevistas estruturadas e rígidas.

Desse modo, a fonte de documentação oral permite que grupos sociais sejam mais bem compreendidos, principalmente quando estes estão envolvidos com estudos do espaço geográfico. Não há como dissociar o indivíduo do espaço que ele ocupa, pois o lugar, o território, a paisagem ou a região, categorias de análise tradicionais da geografia, em algum momento, encontram-se com o sujeito e o tornam uma extensão de seu corpo. Essa extensão, em termos geográficos, é a própria reprodução do indivíduo, seja social, cultural ou economicamente.

Neste capítulo, o objetivo principal foi trazer à luz uma alternativa ou um complemento para se fazer uma pesquisa de cunho científico que utilize a técnica da história oral sem torná-la algo mecanizado ou extremamente distante na relação que se estabelece entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado. Ademais, o trabalho de campo complementa essa proposta, visto que não há como fazer pesquisa apenas com levantamentos teóricos e documentais quando existe a necessidade de encontro do objeto, ou

sujeito, a ser pesquisado e com o pesquisador. O trabalho de campo é uma particularidade da geografia que deve sempre ser incentivada e reelaborada.

Por fim, é importante ressaltar que os exemplos citados aqui, de pesquisa realizada com o Complexo Energético Amador Aguiar e os atingidos por esse empreendimento que hoje são moradores do Assentamento Rural Olhos d'Água, são apenas ilustrativos e servem como parâmetros para outras pesquisas. Não há uma rigidez metodológica na utilização da documentação oral, mas esta também não deve ser realizada de qualquer forma, principalmente sem um aporte teórico-metodológico prévio e bem definido.

Referências

BARTOLOME, Leopoldo Jose et al. *Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation, and development*. WCD Thematic Review I.3 prepared as an input to the World Commission on Dams. Cape Town, 2000. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTINVRES/Resources/DisplaceResettle-RehabilitationReparationDevFinal13main.pdf/. Acesso em 12 out. 2010.

CAPIM BRANCO INFORMATIVO. *Informativo mensal do Consórcio Capim Branco Energia*. Disponível em http://www.ccbe.com.br/home/?page_id=1201. Acesso em 10 mar. 2012.

COLTRINARI, Lylian. *Trabalho de campo, geografia, século XXI*. Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Florianópolis: UFSC, 1996.

CONSÓRCIO CAMPIM BRANCO ENERGIA (CCBE). *Complexo Energético Amador Aguiar*. Disponível em http://www.ccbe.com.br. Acesso em 10 mar. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trabalho de campo e globalização*. Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Florianópolis: UFSC, 1996.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

——. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAS GERAIS. *Lei n. 12.812, de 28 de janeiro de 1998*. Regulamenta o parágrafo único do artigo 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios, e dá outras providências. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Disponível em http://www.almg.gov.br. Acesso em 12 jan. 2011.

SILVA, Angela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FRANÇA, Maria Nani. *Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*. 5 ed. Uberlândia: UFU, 2009.

SILVA, Rene Gonçalves Serafim. *Os atingidos por barragens do Complexo Energético Amador Aguiar: reminiscências simbólico-afetivas de territórios alagados e as novas identidades territoriais no Assentamento Olhos d'Água* (monografia). UFU, 2011, 82 p.

—— e SILVA, Vicente de Paulo da. "Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos d'Água em Uberlândia". *Soc. Nat.*, Uberlândia, dez. 2011, v. 23, n. 3, pp. 397-408. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/sn/v23n3/v23n3a03.pdf. Acesso em 15 jan. 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Geografia e trabalho de campo*. Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Florianópolis: UFSC, 1996.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VAINER, Carlos Bernardo. "Conceito de 'atingido': uma revisão do debate". In ROTHMAN, F. D. (org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: Ed. UFV, 2008, pp. 39-62.

Se o cascalho informa bem, a peneira tira a dúvida: geografia e pesquisa qualitativa nos garimpos de diamante em Coromandel/MG

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
Marcelo Rodrigues Mendonça

Se procurar bem você acaba encontrando.
Não a explicação (duvidosa) da vida,
Mas a poesia (inexplicável) da vida.
Carlos Drummond de Andrade

Este artigo mostra o caminho metodológico desenvolvido na pesquisa de mestrado realizada em garimpos de diamante no município de Coromandel/MG, localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG), *campus* Catalão, resultou na dissertação intitulada *A vida pode mudar com a virada da peneira: (re)organização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG*. Aqui se busca evidenciar as possibilidades de se trabalharem diversas técnicas e procedimentos metodológicos no âmbito da pesquisa qualitativa em geografia, como pesquisa de campo, observação, diário de campo e entrevistas, que propiciam diferentes interpretações por meio da leitura geográfica dos sujeitos, de suas relações e dos territórios em que vivem e trabalham.

A história e a geografia de Coromandel se conjuminam com os garimpos e os garimpeiros de diamante. Com o descobrimento dos primeiros diamantes no início do

século XIX, o garimpo passou a desempenhar um papel significativo no âmbito econômico, social, cultural e político do município. Desde então, a exploração desse mineral vem se efetuando naquele lugar, sempre incitando a continuidade das atividades de garimpagem praticadas por garimpeiros manuais, camponeses, empresários, fazendeiros, comerciantes, cooperativas de garimpeiros e empresas com capital nacional e transnacional. No decorrer desse período, assim como as águas correntes dos rios e córregos em Coromandel, o devir continua cavando sulcos profundos na realidade, transportando fragmentos de histórias, sonhos e esperanças da *sociedade coromandelense*. Pode-se dizer que os diamantes marcam profundamente as tramas cotidianas da vida e do trabalho dos diferentes sujeitos que constroem a realidade social do município.

Os garimpos de diamante *acumulam* décadas de trabalho dos garimpeiros. Assim, por meio da pesquisa qualitativa, adentramos territórios e trazemos para o âmago da pesquisa o papel dos garimpos de diamante, os grandes diamantes encontrados, o fascínio que o garimpo representa na imensidão ilimitada do horizonte imaginário, o saber fazer dos garimpeiros, a vida e o labor cotidiano nos *espaços tradicionais de garimpagem*[1] em Coromandel, também movimentados por camponeses, benzedores, raizeiros, fazendeiros e *capangueiros*.[2]

Em Coromandel, pela ação dos *garimpeiros da pedra rara* revirando montes de cascalhos ou furando profundos buracos, derramando suor do rosto nos solos, com lágrimas nos olhos de emoção ou tristeza, o município se transformou em "Terra dos Diamantes". Com o garimpo, alguns ficaram ricos, muitos ainda estão pobres. Outros passaram a viver apenas das lembranças dos momentos faustosos do passado. Pedras ex-

---

[1] Os *espaços tradicionais de garimpagem* são movimentados por sujeitos que hibridizam a vida e o trabalho na terra com o garimpo, identificados na pesquisa como *camponeses garimpeiros*. Essa compreensão também permitiu outra demarcação conceitual, ou seja, pensar esses espaços como *comunidades camponesas garimpeiras*, contribuindo para recuperar a ideia de espaços tradicionais em processo de transformação. Além disso, pensar o sujeito *camponês garimpeiro* compreende terra, água e subsolo (diamantes) como condição para sua existência. Quando perdem o direito de uso de um desses elementos (como o subsolo), pode-se dizer que isso representa uma ruptura no processo de produção existencial da vida e do trabalho. A presença dos diamantes nos espaços tradicionais da vida e do trabalho dos camponeses e *trabalhadores da terra* e as relações sociais que decorrem desse processo expressam territórios forjados por relações de poder, interesses e conflitos. Na pesquisa de mestrado, também demonstrou-se que o *subsolo pode ser entendido como território em disputa* (Gonçalves, 2012).

[2] O termo origina-se ainda no século XVIII, nas minas diamantíferas de Minas Gerais. No contexto da época, diante do extravio de diamantes, Santos diz que "entre os contrabandistas havia uma classe chamada dos *capangueiros*, ou *pechelingueiros*: era a dos que faziam o comércio de capanga, isto é, os que, com pequenos capitais, compravam aos garimpeiros pedras isoladas ou pequenas partidas para vendê-las aos exportadores" (1978, p. 217). Em Coromandel, o termo *capangueiro* é usado para se referir aos compradores de diamante e, na maioria das vezes, são sujeitos residentes na própria cidade ou em municípios vizinhos, como Monte Carmelo, Uberlândia, Patos de Minas e Patrocínio. Além disso, geralmente formam uma trama de acordos e contatos entre si ou com grandes compradores de centros maiores.

traídas por mãos calejadas de garimpeiros enfeitaram e enfeitam anéis e colares usados por madames, príncipes e princesas europeias.

Muitos garimpeiros, com os cabelos esbranquiçados, olhos ainda brilhantes e lembranças vívidas, trazem a lume as épocas em que os diamantes afloravam no cascalho e eram achados nos aluviões dos rios e córregos com facilidade. Contam histórias de grandes diamantes que foram parar em outras mãos, saídos de *picuás*[3] para os cofres em bancos e casas de leilão, extraídos por sujeitos que ainda continuam pobres e na solidão de uma vida dominada por um trabalho árduo. Entre esses sujeitos, encontram-se vendedores de picolé, espetinho e salgado nas ruas e praças que empurram "carrinhos" não mais carregados de cascalho diamantífero, como faziam quando eram garimpeiros, mas continuam sonhando com os diamantes; o varredor de rua que ainda tem vontade de substituir a vassoura por pás e peneiras no garimpo; o velho cuja possibilidade de voltar a garimpar foi interrompida entre as portas trancadas e paredes do asilo, mas continuou sonhando com rios, paisagens, pássaros e diamantes.

Na pesquisa, as vozes dos sujeitos continuam ecoando. São camponeses, garimpeiros, *trabalhadores da terra*,[4] trabalhadores sem-terra e desempregados cujas experiências existenciais se misturam com o garimpo e o salto social e econômico que ele anuncia, diante das oportunidades de enriquecimento súbito com a *virada da peneira*.[5] Para adentrar os territórios e apreender as tramas construídas no cotidiano de vida e trabalho desses sujeitos, o caminho metodológico contou com a contribuição da pesquisa qualitativa em geografia, o que possibilitou lançar novos olhares sobre os trabalhadores e as realidades em transformação nos garimpos de diamante.

O caminho metodológico: pesquisa qualitativa em geografia

O método adotado em determinada ciência fundamenta a apreensão do real. Nesse processo, com a inserção do pesquisador na realidade social, é importante enfatizar que as relações e os significados são considerados produto do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social (Kosik, 1976). O método

[3] É uma espécie de *porta-diamantes* feito artesanalmente. Uma peça oca em que os garimpeiros guardam os diamantes, feita de canela de lobo, pedaço de bambu, semente de jequitibá, chifre ou cano pvc, com o fundo e a tampa de madeira. O *picuá* de canela de lobo, geralmente mais raro entre os garimpeiros, é considerado uma peça que traz sorte e *bamburro* ao processo de garimpagem.

[4] Para Mendonça, "são aqueles que exercem o labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreendem os trabalhadores rurais assalariados, em suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc., que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, em situação de *desfiliação social*, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital" (2004, p. 29).

[5] A peneira é um dos principais instrumentos usados pelos garimpeiros no processo de garimpagem manual. Com as peneiras, é feito o processo de lavagem final do cascalho diamantífero. Ver Gonçalves (2012).

escolhido expressa a concepção de mundo que norteia a visão do pesquisador diante da realidade apreendida, sua percepção filosófica. Isso corresponde ao *método de interpretação* (Moraes e Costa, 1987), e, a partir dele, o caminho traçado na pesquisa, orientada por certa concepção de mundo e por um projeto político, complementa-se com a escolha dos procedimentos metodológicos, das técnicas e ferramentas que permitem capturar os processos, levantar dados e fazer entrevistas, capazes de tornar inteligíveis os elementos e suas relações por meio do *método de pesquisa* (Moraes e Costa, 1987).

De acordo com Pessôa (2006), a ciência é dinâmica, encontra-se sempre em processo de mudança e à procura de novos resultados, o que não está separado da materialidade das transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais da sociedade. Assim, a crise do modelo de racionalidade científica ou da ciência (neo) positivista potencializou esforços na tentativa de propor diferentes métodos e procedimentos metodológicos que englobassem as aceleradas transformações históricas no período do pós-Segunda Guerra (Souza e Pessôa, 2009). Nesse contexto, começaram a ganhar força nas ciências sociais, como a antropologia, a sociologia e, mais recentemente, a geografia, técnicas de pesquisa qualitativa.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a análise qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos a análises fragmentárias. Na pesquisa qualitativa, a imersão do pesquisador na realidade pesquisada, a fim de interpretá-la e interagir com os sujeitos e os territórios, constitui uma característica fundamental. Essa inserção é municiada de significados e elementos que exigem daquele que pesquisa uma postura teórico-metodológica adequada para que os fenômenos possam ser decifrados.

A pesquisa qualitativa abre espaço para que o pesquisador possa se aproximar do conhecimento que está inscrito na vida de cada dia, nos fazeres e saberes do cotidiano, nas múltiplas racionalidades e cosmologias, muitas delas permanecidas por séculos nos subterrâneos do modelo de pesquisa científica eurocêntrico. Como propõe Santos (2009, p. 18), é importante proceder a uma "dupla escavação arqueológica": escavar nos resíduos, nos escombros das relações dominantes, nas ruínas e nos fragmentos epistemológicos deixados pela modernidade ocidental, e descobrir tradições alternativas, culturais, sociais e políticas que ajudem a reinventar a emancipação social.

Pela escolha metodológica feita pelo pesquisador, é possível considerar processos pelos quais os saberes possam dialogar e se relacionar com a pesquisa científica, cuja análise exige comprometimento social. Para Mendonça,

> a escolha teórico-metodológica é eivada de significados, de trajetórias, de posicionamentos políticos. Qualquer interpretação e/ou análise espacial exige o nível de comprometimento social do pesquisador. A prioridade a determinadas categorias, as formas de construir o texto e a maneira de ver o papel da ciência geográfica são modos de dizer como se pensam 'as coisas do espaço', e a possibilidade de alterá-las está diretamente relacionada à escolha metodológica, que não é aleatória ou espontânea, mas, sim, política e social (2004, p. 54).

A escolha de categorias, técnicas e métodos expressa intencionalidades que perpassam a trajetória subjetiva e política do pesquisador, pois pesquisar também é uma opção política. Priorizar determinada concepção teórica e metodológica pode contribuir para o desvendamento ou a ocultação de contradições e conflitos que se chocam ou hibridizam na apropriação dos espaços e na produção dos territórios. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa em geografia permite maior aproximação com a realidade, com o mundo do trabalho, demonstrando significados e expressões que dão sustentação à atividade garimpeira de diamantes e aos diferentes sujeitos que compõem a trama de relações nos territórios em Coromandel.

Nas áreas de garimpo, a ação de *garimpeiros da pedra rara*, empresas transnacionais, camponeses, fazendeiros pecuaristas, empresários do agronegócio que também investem na garimpagem e cooperativas expressa territorialidades, racionalidades, relações de produção e trabalho que divergem ou convivem, relacionam-se e, paralelamente, disputam territórios. Assim, partindo-se do pressuposto de que o espaço é a acumulação desigual de tempos (Santos, 2008), compreende-se que em um mesmo espaço convivem diferentes temporalidades, as quais implicam múltiplas relações sociais em disputa, revelando as práticas culturais dos diversos sujeitos, que não estão dissociados dos territórios que (re)organizam e vivem, forjados no interior das lutas de classe.

Como construção social e resultado do trabalho humano, o território, à medida que é produzido, fortalece o exercício do poder de determinado grupo ou classe social que objetiva manter a hegemonia, em detrimento de camponeses, *trabalhadores da terra*, desempregados e garimpeiros, desterritorializados e precarizados, que se tornam hegemonizados. A produção dos territórios se dá por meio do trabalho, das relações sociais, na processualidade da vida em seu devir ininterrupto, num movimento que não repousa.

Em Coromandel, os sujeitos sociais da pesquisa também mantêm com os territórios produzidos, que estão sendo sempre (re)configurados, uma relação de pertencimento, lembranças, trabalho, modos de vida, possibilidades, lutas e interesses. Por isso, o estudo dos garimpos e garimpeiros de diamante, e das sociabilidades que permeiam os territórios, revela, em sua essência, a riqueza das relações entre as pessoas que neles (territórios) vivem, trabalham, sonham, choram, cantam e constroem saberes. Nos ter-

ritórios, relações materiais e simbólicas formam uma *encruzilhada de tempos* no processo de produção das (re)existências[6] (Pelá e Mendonça, 2010).

Como diz Moreira, "o viver humano é a unidade do simbólico e do real, unidade de um mundo impregnado de imagens e sua pletora de significados" (2007, p. 145). Para apreender esses significados na pesquisa, as ações do pesquisador são orientadas por diferentes procedimentos metodológicos enriquecidos pela pesquisa qualitativa. Isso pressupõe um diálogo não hierarquizado com as diferentes manifestações de saberes, que interaja com os lugares e os sujeitos e compartilhe cenários e paisagens.

Embasando-se em procedimentos qualitativos, a pesquisa no município de Coromandel permitiu adentrar os territórios e entendê-los em suas complexidades; entrevistar; dialogar; ouvir histórias; tirar fotos; desenhar; observar os sujeitos e anotar como se organizam suas ações, o cotidiano e o trabalho. A pesquisa qualitativa abre horizontes para isso, evidenciando que a ciência é dinâmica, múltipla e sempre em movimento. Daí decorre a necessidade de estar sempre aprendendo, o que é um grande desafio.

De acordo com Pessôa (2006), a escolha do caminho metodológico é de responsabilidade do pesquisador e está em consonância com seus princípios filosóficos e suas posturas frente à realidade em que vive. Pesquisar é uma opção política e envolve posicionamentos reveladores de discernimentos teóricos e metodológicos. Compreendendo-se essa opção, detalham-se, a seguir, os procedimentos metodológicos, as técnicas e os instrumentos que propiciaram o contato direto com os sujeitos e a apreensão dos elementos e relações que dão sustentação ao movimento dinâmico e contraditório da realidade espacial em Coromandel. Relaciona-se a discussão teórica com a aplicabilidade dos procedimentos metodológicos qualitativos para a pesquisa geográfica e as análises das práticas sociais sobre o espaço geográfico e a produção dos territórios.

A realidade social é apreendida pelo pesquisador de forma processual; por isso, as metodologias usadas emergem de acordo com as necessidades e os elementos da realidade espacial apreendida e não são um dado *a priori*. No estudo para a dissertação, o levantamento de dados a partir da pesquisa documental (fontes primárias), da bibliográfica (fontes secundárias) e na internet relacionou-se dialeticamente com os novos referenciais, impressões, problemas e informações que foram emergindo e permitindo desvendar as tramas que permeiam os territórios.

Para Luna, a primeira regra quanto às fontes de informação é escolher "sempre a fonte mais direta possível (2000, p. 54)". A segunda é estar "preparado para assumir, na análise das informações, as implicações da escolha feita" (p. 54). Buscando-se um

[6] Pelá e Mendonça compreendem a (re)existência "enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa reenraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (re)existindo" (2010, p. 54).

referencial teórico capaz de alicerçar as reflexões ao interpretar o espaço, metodologicamente orientadas conforme a proposta da pesquisa, tornaram-se fundamentais as vivências experienciadas em campo, em companhia do orientador da pesquisa, e as conversas ali estabelecidas, a participação em congressos e projetos, os debates em sala de aula, os eventos e as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM/UFG/CNPq) e pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT/UNESP/CNPq).

A escolha do referencial teórico é uma etapa processual, incluída no decorrer da pesquisa. Para isso, fizeram-se o levantamento bibliográfico e a localização de livros, artigos e jornais (isso também inclui a pesquisa na internet, em anais de congressos, periódicos e revistas *on-line* e bancos de tese das universidades) utilizados na pesquisa, consultados em diferentes bibliotecas. Concomitante, realizaram-se leitura, fichamento e discussão das obras catalogadas no decorrer da pesquisa. Escolheu-se o referencial teórico em diálogo com a pesquisa de campo, com o teórico orientando a empiria e vice-versa. A pesquisa de campo é *desveladora* de novas complexidades, que exigem uma revisão contínua do arcabouço teórico utilizado pelo pesquisador.

A pesquisa de campo nos espaços tradicionais do garimpo

A fase em que o pesquisador estabelece a relação direta com os sujeitos e a realidade pesquisada se insere no que se chama de *documentação direta*. Essa é a fase do levantamento de informações acerca dos fenômenos. Ela acontece por meio da pesquisa de campo, permitindo a inserção do pesquisador no movimento da realidade que ele se propôs a compreender. Ir a campo não é algo aleatório, é preciso ter clareza quanto aos objetivos e à escolha dos recursos a serem utilizados para a coleta de dados e informações. Olhar e permear a organização social e cultural do outro, com base nos procedimentos metodológicos claros e definidos, é parte substancial da pesquisa de campo. Conforme Suertegaray, "a pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito" (2002, p. 3).

Para Marafon (2009), uma das funções mais importantes da pesquisa de campo é transformar as palavras, os conceitos, em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. No campo, a teoria é confirmada, negada ou se contrapõe; por isso, o pesquisador deve estar atento ao movimento, mantendo um diálogo dialético permanente entre a teoria escolhida e a realidade pesquisada.

Gobbi e Pessôa (2009) afirmam que a pesquisa de campo é uma atividade de grande importância para a compreensão e a leitura geográfica do espaço, possibilitando o estreitamento da relação entre a teoria e a prática. Durante a realização da pesquisa,

algumas questões são postas de forma mais imediata, como resultados das elucubrações teóricas, enquanto outras vão aparecendo no decorrer da pesquisa de campo. Por isso, a relação dialética entre a teoria e a empiria – ou as processualidades que a realidade pesquisada manifesta – interage com a escolha teórico-metodológica como forma de dar respostas aos problemas que vão surgindo no decorrer da pesquisa.

Conforme Thomaz Júnior (2005), o trabalho de campo, considerado o "laboratório por excelência do geógrafo", apresenta-se como uma alternativa concreta de executar/praticar a leitura do real, sendo, assim, um momento ímpar do exercício da práxis teórica. Isso mostra que o campo não é vazio de teoria. O processo cognoscitivo da realidade empírica está carregado de teoria. Por meio desse processo, estabeleceu-se o contato com os diversos sujeitos da pesquisa, como garimpeiros, fazendeiros e camponeses. No campo, concretizaram-se as entrevistas, a observação e o diário de campo. O uso de equipamento fotográfico, filmadora, Sistema de Posicionamento Global (GPS), gravador de voz e diário de campo tornou-se imprescindível.

Nos vales e margens dos rios em Coromandel, pobres ficaram ricos, garimpeiros choraram de emoção ou de tristeza, enquanto outros sorriam ou lutavam persistentes, mesmo passando anos no garimpo e não encontrando nem mesmo um *xibiu*.[7] Entre os garimpeiros e camponeses, compartilharam-se diversos momentos de aprendizado. Na pesquisa de campo em outubro de 2011, recebeu-se a notícia da morte de alguns desses sujeitos, mas parte de seus conhecimentos e ensinamentos foi deixada – os olhos ainda brilhantes dos velhos de fala baixinha e cansada, os fortes apertos de mão em agradecimentos e despedidas. Esses sujeitos são conhecedores impecáveis do trabalho e das tramas cotidianas que permeiam a produção da existência nos garimpos. O conhecimento e as experiências que compartilharam pareciam exigir que se materializassem, de alguma forma, em palavras escritas. Eram histórias de vida misturadas com lendas, sonhos, perdas, lutas e esperanças que passaram de geração a geração e, pela primeira vez, estavam sendo registradas pela linguagem escrita, pois faziam parte apenas da memória dessas pessoas. Na pesquisa, procurou-se publicizar não só suas vozes, mas também seus silêncios.

Para compreender as relações de trabalho dos garimpeiros, os saberes e as sociabilidades construídas por eles, fizeram-se necessárias longas entrevistas e pesquisa de campo participativa nos *espaços tradicionais do garimpo* em Coromandel. Os *espaços tradicionais do garimpo* não se limitam à garimpagem de diamantes; eles abrangem as Comunidades Camponesas, pequenas propriedades em que vivem famílias e *trabalhadores da terra* (alguns já foram garimpeiros e outros, não). Dessa forma, *grafados* pela

[7] Diamante pequeno, normalmente inferior a três ou dois quilates. Também chamado pelos garimpeiros de *grinfo* ou *olho de mosquito*.

atividade garimpeira, esses espaços forjam territórios permeados não só por conflitos (muitas vezes ocultos) e interesses diversos, mas também por símbolos e significados que envolvem o labor na terra e no garimpo, localizados principalmente nos vales dos rios e córregos.

A pesquisa de campo em Coromandel teve como objetivo obter os conhecimentos para os problemas suscitados e para os quais se procuram respostas. Por meio da pesquisa de campo, realizou-se a coleta de dados e informações da realidade, posteriormente organizados e interpretados. Para isso, utilizaram-se técnicas e procedimentos no âmbito da pesquisa qualitativa, como a pesquisa participante.

Pesquisa participante: um *(des)encontro* de vidas, histórias e saberes

Participar do movimento da vida, das ações cotidianas, observar, conversar com os sujeitos, ouvi-los e registrar tudo isso é um tipo de metodologia que amplia os horizontes da percepção do real e dos fenômenos pesquisados. Engels (2008), por exemplo, conviveu com os operários ingleses em bairros e casas, debateu com eles, observou-os no trabalho, na vida cotidiana, conheceu a fundo a existência e as condições de vida desses trabalhadores, antes de publicar suas pesquisas sobre a classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX, no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Da mesma forma, Zola (2000), antes de escrever seu romance *Germinal*, conviveu com os mineiros e chegou até a trabalhar nas minas de carvão francesas. Viu homens sendo soterrados; crianças e velhos, homens e mulheres sendo explorados em troca de baixos salários; presenciou a precariedade das moradias, a exaustão, a fome; e, ainda, acompanhou os movimentos grevistas. Ou seja: Zola participou da vida deles.

Borges (2009) evidencia que a pesquisa participante é uma técnica em que o processo de observação deve ser feito de maneira direta, ou seja, o observador, ao analisar, participa da vida do grupo a ser pesquisado. Trata-se de um processo pelo qual o pesquisador deve se integrar ao grupo, analisando-o de dentro para fora, por meio de vivências e convivências cotidianas. Nesse sentido, a pesquisa participante é considerada importante como opção metodológica na pesquisa de campo.

O observador precisa ter uma capacidade aguçada para captar, no movimento do real, o visível e, ao mesmo tempo, o invisível, o dito e o não dito, ou seja, as pausas, os suspiros, os silêncios. Para um garimpeiro, o solo, a disposição dos rios e córregos, o tipo de cascalho e a vegetação, os sonhos, os imaginários e a intuição possuem significados que foram compreendidos pelos pesquisadores aos poucos.

Quanto ao cascalho, por exemplo, a prática o ensinou a reconhecer a boa *forma*[8] só num relance de vista. *Se o cascalho informa bem, a peneira tira a dúvida*. São saberes adquiridos no decurso das experiências existenciais e no trabalho cotidiano desses sujeitos, apreendidos lentamente, com a ajuda da pesquisa participante.

Por isso, não se pode *invadir* o mundo dos sujeitos sociais com uma atitude imediata de pesquisa. De acordo com Brandão,

> é muito enriquecedor viver um tempo que, dependendo do tempo global que você tenha, pode ser um dia, dois, uma semana, até quinze dias, quem sabe até um mês de puro contato pessoal, se possível até de uma afetiva intimidade com os bares, as ruas, as casas, as pessoas, os bichos, os rios e assim por diante (2007, p. 13).

Brandão chama esse primeiro contato com os sujeitos da pesquisa de "o primeiro nível do sentir" (p. 5). Isso permite ao pesquisador conhecer o lugar, as pessoas, saber como elas são e como pode se deixar imbricar em um mundo que não é vazio, mas entrecruzado por práticas, religiosidades, pertenças e conheceres. Partindo desse pressuposto, o pesquisador ameniza os riscos de ser recebido como um invasor ao aplicar questionários aleatoriamente, sem, primeiro, identificar-se. É preciso reconhecer os sujeitos e ser reconhecido por eles, e isso foi fundamental no decorrer da pesquisa de campo nos garimpos de diamante.

Para Brandão (2007), faz-se a pesquisa participante estando pessoalmente no lugar, observando e compreendendo aquilo que está acontecendo por participar da vida cotidiana das pessoas. Por isso, o contato prévio com os garimpeiros, camponeses e fazendeiros, por exemplo, foi essencial. Com esse primeiro contato, buscou-se apresentar os objetivos da pesquisa e obter a permissão dos entrevistados para registrar as informações; enfim, um esclarecimento necessário e primordial para fortalecer a relação com os sujeitos.

Nos garimpos, convidaram-nos para conhecer outros garimpeiros, contaram histórias de grandes *bamburros*,[9] alguns mostraram fotos, *formas de diamantes* e *xibius* e, ainda, falaram de sonhos e angústias. Na medida em que se estabeleceu uma relação de maior confiança, surgiram outros que forneceram novas informações e documentos que contribuíram para a pesquisa, como jornais e fotos. Chegou-se a passar dias intei-

---

[8] São fragmentos de rochas de minerais densos identificados pelos garimpeiros no cascalho diamantífero. Para os garimpeiros, as *formas* acompanham o diamante, ou seja, são consideradas satélites dos diamantes.

[9] "Pegar" diamante de peso e qualidade significativa e ganhar muito dinheiro com o produto de sua venda. O *bamburro* geralmente é o sonho do garimpeiro, o objetivo que, conforme suas palavras, pode justificar toda uma longa série de trabalho e dificuldades atravessadas até que se alcance algum resultado significativo, *mudar a vida com a virada da peneira*.

ros conversando com camponeses e garimpeiros, observando o trabalho na "roça" e no garimpo, participando e vendo a vida acontecer. Alguns tocaram violão, cantaram músicas, falaram versos e contaram histórias e causos.

O labor cotidiano dos garimpeiros não se encerra com a materialidade dos territórios. Nos *espaços tradicionais de garimpagem*, além da materialidade dos territórios, histórias de almas penadas, espíritos e assombrações compõem o imaginário dos sujeitos. Como expõe um garimpeiro entrevistado:[10]

> O lugar que tem diamante grande, ele é um serviço diferente. Vamos supor, tem a intuição de sofredor ali. Sofredor que eu falo é essas coisas, as almas de pessoas que ficam de vigia no garimpo, pagiano uma pedra. É isso que faz assombração no garimpo. Então ocê vai garimpar, mora ali de noite, joga pedra, chora dentro da cata, gente grita ali, gente lava cascalho, é esse tipo de coisa. Quando tem garimpeiro que morre no garimpo, ele vigia o lugar dele. Pedra tem vigia, não é qualquer um que pega ela; se não for dono, não pega mesmo, tem mistério.

São imaginários e sociabilidades que permeiam os espaços de garimpo. Os sonhos também movimentam esperanças e persistências na garimpagem. Os garimpeiros atribuem significados diversos a seus sonhos. Segundo um entrevistado,

> sonho com vaca parida, carneiro, mulher pelada, mulher vestida de noiva e criança dentro da cata é diamante no picuá, pode garimpar sem medo. [Também há os] sonhos da má sorte. Se estiver garimpando e sonhar com sal, pé de pimenta ou árvore seca perto da cata, aí pode sair fora do serviço porque não tem diamante.

Por outro lado, para os garimpeiros, a maioria dos sonhos manifesta uma indicação positiva, símbolo de esperança, construída na sutil fronteira entre a realidade e o devaneio.

Os sonhos têm tanta influência que até pessoas que nunca garimparam, quando sonham com diamantes, costumam "arriscar a sorte" no garimpo. Conforme explicou um garimpeiro,

> muitos sonhavam, falavam que sabiam onde estava o lugar diamantino, então iam e marcavam o lugar e dava certo. O sujeito nunca foi garimpeiro, vivia de plantar roça,

---

[10] A pronúncia original, com o uso dos erros ortográficos, será mantida em todas as falas, pois, de acordo com Whitaker, "quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos" (2002, p. 116).

> mas sonhava com um diamante, ia lá e pegava, experimentava a sorte, depende de acompanhar o sonho.

Sonho com mulheres nuas, crianças, animais, luz, água limpa ou turva, água dentro da cata e assim por diante, os garimpeiros relacionam seus sonhos com o garimpo e o possível sinal intuitivo de sorte. Segundo o próprio garimpeiro,

> o sonho pra mim é positivo mesmo. Toda vez que eu sonhei com mulher nua dentro do meu garimpo, eu sempre tenho trazido o diamante, vem mesmo, pra mim vem. É de qualquer tipo que pega, se a mulher for feia, veia banguela. Sonho com criança é xibiu, é desse jeito, pra mim o sonho é esse. Eu também sonhei uma vez que tinha um animal morto dentro da água, numa lagoa que eu garimpava perto, aí eu fui pra lá lavar um resto de cascalho e tive esse sonho. Eu pensei que podia ter um xibiu naquele cascalho, aí eu lavei e só tinha um xibiu mesmo, eu peguei e valeu.

Para uns, sonho de garimpeiro é apenas ilusão; para outros, não tem erro, se sonhou o *bamburro*, é certo. S*onho de garimpeiro é diamante no picuá*. Nos *espaços tradicionais de garimpagem*, estabeleceram-se contatos com homens que vivem na terra e, além de garimpeiros, são considerados benzedores e raizeiros. Mostraram as plantas do cerrado que usam como ervas medicinais. Segundo um garimpeiro, quando adoecem no garimpo, alguns recorrem a benzeções, simpatias, raízes, folhas de plantas do cerrado. Conhecem bem esse bioma e dele retiram raízes que consideram medicinais. Um camponês e "antigo garimpeiro" deixou isso claro:

> [...] eu venho tendo conhecimento de raiz desde criança. Minha mãe saía comigo pros campos, rancava uma raiz aqui, outra dali, outra aqui e ia me ensinando a serventia. Isso aqui é pra isso, isso é pra aquilo. Estou te explicando porque, se um dia ocê for no médico e ele não te curar, ranca essa raiz, ela te cura abaixo de Deus. Então aprendi a metade do que eu sei com minha mãe e a outra metade foi pelo mistério de nosso senhor Jesus Cristo. Ela me guiou, e nosso senhor acabou de fazer o resto pra mim. A gente mexe com cura também, a gente benze. Aqui a sexta-feira não é minha, é do povo. Na sexta-feira eu não trabalho, só recebo o povo que precisa de benzeção; tendo fé, cura muitos tipos de problemas.

Em contato com esses sujeitos, também se caminhou em roças de milho, arroz e abobreiras, plantados manualmente em áreas de várzea. Observando-se o plantio, sentando-se à sombra, conversou-se sobre a vida no campo, o garimpo, a importância da terra e a fartura que ela traz. No labor cotidiano, a esperança desses sujeitos é "pegar um

diamante grande". Mas plantar roça e garimpar são atividades que se hibridizam com a vida e o trabalho na terra. Essa mistura de sociabilidades e saberes permitiu chamá-los conceitualmente de *camponeses garimpeiros*. Na conversa com alguns desses sujeitos, muitos desempregados ou vivendo de aposentadoria, percebeu-se que a memória do trabalho na terra é indissociável do labor no garimpo:

> A gente vivia na roça, plantava, colhia e no tempo vago ia pro garimpo arriscar a sorte, hoje a gente lembra desse tempo e sente saudade.

Foram entrevistados camponeses que conhecem os saberes que permeiam a atividade garimpeira, mantendo uma relação de pertencimento com o lugar em que vivem e trabalham. Muitos informaram que já garimparam muito, pegaram diamante, investiram em casa na cidade, lotes, carro e dinheiro no banco, mas continuam no campo. Para alguns, a permanência na terra ou no garimpo também carrega um sentimento de pertencimento, pois compartilham com o lugar lembranças e histórias da família e dos amigos, momentos de alegria, solidão, perdas e sonhos. Outros deixaram a terra e o garimpo e foram para a cidade (Coromandel). Ao entrevistar alguns desses sujeitos, houve a oportunidade de resgatar a memória do tempo no garimpo, das relações de trabalho, dos diamantes garimpados e das esperanças que ainda alimentam. Velhos garimpeiros sempre trazem a lume lembranças de momentos acompanhadas por risos, tristezas, silêncios e nostalgia.

É possível relacionar a pesquisa com o movimento da vida, e, muitas vezes, ele é simples, surpreende e inspira com a poesia inaudita. Ou, então, nas experiências com a simplicidade, descobre-se a complexidade do universo das racionalidades e significados dos espaços sociais da vida e do trabalho dos sujeitos pesquisados. Aquele que se lança numa pesquisa adentrando *territórios da existência*, diante das impressões fenomênicas, está sujeito a surpresas, dúvidas, devaneios, angústias e até revolta. Logo, em alguns momentos, como na pesquisa de campo, o uso do diário de campo é essencial para registrar tudo.

O diário de campo e o registro das expressões fenomênicas e das experiências vividas

Na pesquisa de campo, a confecção do diário de campo é fundamental e necessária como forma de expressar as experiências vividas, as percepções e o olhar espacial integrado sobre a realidade social nos territórios existenciais dos sujeitos pesquisados. Com essa técnica, foi possível registrar a forma como os garimpeiros e camponeses

trabalham e se organizam, os conheceres e fazeres, a relação com o companheiro e as histórias contadas.

Para Venâncio e Pessôa (2009), a técnica de construir um diário de campo, mesmo tendo uma significativa importância no processo de investigação da realidade percebida, é pouco utilizada pelos pesquisadores. Mas na pesquisa considerou-se essa técnica um recurso indispensável para o levantamento de informações e o registro dos elementos e experiências vivenciadas e observadas na pesquisa de campo. O diário de campo permite exercitar o olhar na tentativa de apreender vivências experienciadas nos territórios e em contato com os sujeitos. Também abre espaço para a espontaneidade, como forma de gravar o que se observa de maneira imediata, recorrendo-se a anotações diante do fenômeno apreendido.

Por meio do diário de campo, foi possível expor os vários elementos observados na realidade pesquisada e relacioná-los com as preocupações e problemáticas levantadas, de acordo com a percepção imediata da relação com a realidade e os sujeitos. Por meio da observação, em determinados momentos, escrevia-se sobre as experiências em campo e, em outros, faziam-se desenhos sobre o movimento cotidiano dos trabalhadores no garimpo.

Desenho – Garimpeiro manual e o labor cotidiano da garimpagem em Coromandel

Autor: Gonçalves (2012).

Tendo o diário de campo em mãos e observando-se o trabalho no garimpo, fizeram-se vários desenhos. Munido da inspiração poética, como um artista, capaz de expressar percepções e devaneios e fazer deles uma obra de arte, o pesquisador que domina a técnica do desenho materializa e expõe a maneira de olhar e perceber o real e, até, de se defrontar com o irreal.

O contato e a relação do pesquisador com os fenômenos estudados criam condições para absorver o que está além da aparência; portanto, ter um diário de campo é essencial para que esse momento de lucidez e imersão imediata de ideias seja registrado e posteriormente ordenado, conforme necessário. No estudo, também se utilizou o diário de campo em momentos de solidão, após as entrevistas com os sujeitos da pesquisa, também fundamentais no decurso da pesquisa de campo.

As entrevistas: "O tempo passa, mas as histórias ficam vivas na memória da gente"

As primeiras entrevistas com os "velhos" camponeses e garimpeiros propiciaram momentos em que se experienciou a riqueza das memórias desses sujeitos, o que despertou a necessidade de se aprofundarem as leituras sobre a memória e o uso de fontes orais. Diante disso, autores como Thompson (1992), Bosi (1994) e Portelli (1996, 1997, 2004) contribuíram para ampliar as percepções diante da realidade e dos sujeitos pesquisados, na medida em que se optou por priorizar o uso das fontes orais. Percebeu-se que era preciso ganhar a confiança das pessoas para que, assim, elas *abrissem suas memórias*. Como um "garimpeiro", cavou-se fundo nas memórias dos sujeitos, à procura das "riquezas" de conhecimentos, muitas vezes ainda ocultas, desafiando o olhar atento do pesquisador.

Em certos momentos, foi preciso tornar-se um "garimpeiro de memórias", e, nesse tipo de "garimpagem", encontraram-se lições de vida, relações de solidariedade, histórias, exemplos de luta e sonhos que não são aprendidos em nenhum banco escolar, nem em densos livros de vastas bibliotecas. Essas foram as belas e raras riquezas encontradas entre os "pobres" camponeses e garimpeiros que contribuíram para a pesquisa. De certa forma, o pesquisador se enriqueceu, não encontrando diamantes, mas conhecimentos que não podem ser roubados ou perdidos, porque agora fazem parte de sua existência, entrecruzando nela vida e trabalho.

Na pesquisa de campo, a aquisição de informações mediadas pelas entrevistas facilita e fortalece a interação com os sujeitos pesquisados. Diferentemente do questionário, as entrevistas propiciam o contato direto com o informante. No estudo, primeiro a pesquisa de campo permitiu pensar, interagir, participar das relações sociais, observar,

aprender e, assim, pôde-se fazer um roteiro de entrevistas conforme os objetivos pretendidos.

> Uma das coisas que eu acho que mais tem comprometido certa qualidade de trabalho de campo é que, hoje em dia, esse dado tão rico do ver e compreender, do participar diretamente das relações sociais, e que mais uma vez eu quero dizer, não só é material de pesquisa, como é material para ser pensando, para daí fazer o roteiro de entrevista, isso tem sido abandonado em favor da pura entrevista. E de uma entrevista que se faz com gravador e que é padronizada, uma espécie de questionário mecânico, eletrônico (Brandão, 2007, p. 11).

As entrevistas também exigem espontaneidade e paciência. É preciso observar, pois os olhares, os gestos, a entonação da voz, as pausas e os silêncios expressam elementos que não ficam claros nos diálogos. Muita coisa é inaudita e difícil de colocar no papel, pois o pesquisador lida com emoções e um mundo penetrado por símbolos e cosmologias. Quando ele realiza uma pesquisa, precisa, depois das entrevistas, refletir sobre os fatos pesquisados e sua própria existência, pois participa do mundo dos "outros", e eles participam do seu.

Ao entrevistar ou ser entrevistado, compartilham-se saberes com as pessoas pesquisadas. Há uma relação de troca pedagógica e substantiva entre o sujeito que conta e o que ouve. Oliveira e Brandão dizem que, nessa relação,

> ambos sofrem um processo de mutação. Eu posso assegurar que não sou a mesma, porque agora sei e partilho o que os outros me contaram, compartilhando com todos e cada um os seus mundos vividos e sonhados. Quando contamos nossas vidas, enlaçamos o outro. Trazemos o outro para nós. Nem o que conta e nem o que ouve serão mais os mesmos. O que conta, porque revela algo de si e de sua vida, e o outro que escuta, porque agora sabe o que foi contado e que antes não sabia (2009, p. 237).

Essa dialética de saberes presente no movimento da vida deixa claro que as entrevistas expressam histórias, emoções e significados que dialogam, numa relação entre sujeito/sujeito, "um encontro de vidas, um encontro de almas" (p. 238). Alguns sujeitos não se abrem num primeiro momento, o que é um direito deles e deve ser respeitado. Por outro lado, isso também depende da capacidade do pesquisador de entrar nesse universo e estabelecer um diálogo.

No primeiro momento, a partir da relação imediata com os garimpeiros, camponeses e outros sujeitos entrevistados, fez-se necessário esclarecer as intenções da pesquisa e "ganhar" a confiança deles aos poucos, respeitando-os e valorizando-se o que

sabiam. Para isso, um procedimento muito importante foi ir às casas dos garimpeiros e camponeses, assim como aos garimpos, fazendo-se acompanhar por um conhecido. Nesse processo, a escolha dos sujeitos foi essencial, com aproximadamente 35 entrevistados entre camponeses, *trabalhadores da terra*, garimpeiros, fornecedores,[11] lideranças políticas, comerciantes e *capangueiros*, geralmente sujeitos envelhecidos que já mantiveram alguma relação com o garimpo ou experienciaram o labor na garimpagem.

No decorrer das idas a campo, nos primeiros encontros com homens e mulheres, optou-se pelo uso da entrevista não estruturada, em que se introduz um assunto e o entrevistado tem a liberdade de discorrer sobre a questão posta. De acordo com Matos e Pessôa (2009), essa entrevista tem por objetivo a exploração mais intensa do assunto, dando ao entrevistado liberdade para falar do tema. Esse era o momento em que se estavam conhecendo a área e os sujeitos; por isso, era importante dar ênfase à espontaneidade, fazendo-se perguntas apenas em consonância com o que era dito. As conversas informais com os sujeitos abrem espaços para sorrisos, pausas e causos, numa relação em que saber ouvir, em "um prosear sem pressa, como um remanso de águas calmas de um rio" (Oliveira e Brandão, 2009, p. 236), é essencial.

Com o reconhecimento mais detalhado da área e dos sujeitos, o uso de entrevistas semiestruturadas é importante. Matos e Pessôa (2009) demonstram que esse tipo de entrevista é recomendado porque possibilita que se obtenham informações além das previstas. Ademais, exige um planejamento para seu desenvolvimento. Na relação com os entrevistados, determinado questionamento pode abrir espaço para que eles possam falar ou complementar informações relacionadas à pesquisa. No decorrer das entrevistas, reconhecer os momentos de silêncio e de fazer as perguntas se revelou essencial, pois "quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou lhe impor suas próprias ideias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas" (Thompson, 1992, p. 254).

Entrevistar os velhos garimpeiros e, ao mesmo tempo, sorrir com eles, emocionar-se ao ouvir as histórias contadas, suas e dos companheiros, significou mergulhar em um mundo de possibilidades, esperanças, dificuldades, aventuras, sonhos e saberes. Resgatar a memória desses sujeitos foi também vivenciá-la, deixar-se penetrar nos horizontes da imaginação. Após as entrevistas, em momentos de solidão, de encontro do pesquisador consigo mesmo para depois avançar na construção teórica da pesquisa, a imaginação se desprende dele e percorre as fronteiras entre o real e o irreal. Como afirma Serpa, "imaginar é abstrair a realidade para a ela voltar após o sonho" (2008, p. 65).

[11] Sujeito que estabelece relação contratual com o garimpeiro, geralmente apenas com base na *palavra*. É ele quem fornece alimentação, ferramentas ou um salário mensal, enquanto o garimpeiro (mão de obra explorada) trabalha no garimpo. O resultado do trabalho, ou seja, o diamante encontrado é vendido, e os lucros são divididos de forma equivalente entre o fornecedor e o garimpeiro.

As pessoas entrevistadas com quem se experienciaram momentos dificilmente deixavam de contar alguma história, causos ou lendas sobre o garimpo e os garimpeiros, fantasmagorias ou fatos. Sem nenhum fato documentado, com base apenas nas memórias dos sujeitos, pôde-se registrar parte do que se ouviu. São várias histórias e causos: o pai que encontrou o diamante e, na volta para casa, deu a pedra para a criança ir brincando com ela, como se fosse uma bolinha de gude; o camponês que não conhecia diamante e encontrou uma pedra, achou-a bonita e a guardou por meses no buraco da parede de sua casa, feita de adobe; a criança que encontrou um diamante no caminho da escola e, sem conhecer, deu de presente para a professora; o camponês que foi tirar leite e, ao agachar, encontrou um diamante no cascalho do curral; o garimpeiro que achou um diamante tão grande que não adentrava a boca de um copo.

Nem tudo o que se ouviu está transcrito. Registraram-se fragmentos, mas a totalidade ampliou a compreensão do movimento por meio das memórias dos sujeitos. Como mostra Bosi,

> a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar, ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança, e seria preciso um escutador infinito (1994, p. 39).

Enfatizando-se as entrevistas com os garimpeiros, camponeses, fazendeiros e donos das áreas de garimpo, buscou-se explorar informações sobre a organização dos garimpeiros. Sem preocupação com experiências esquematizadas, em muitos momentos não se fizeram planejamentos, deixou-se a conversa fluir. Assim, em instantes de informalidade, as conversas fluíram e se captaram explicações primorosas, sempre se evitando fazer anotações diante das pessoas. Além disso, atentou-se para questões como as palavras usadas, o modo de falar e o tom da voz. Como ensina Thompson,

> o argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidências que valham por si mesmas, mas, sim, um registro 'subjetivo' de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Exatamente o modo como fala sobre ela, como ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista (1992, p. 258).

No decorrer da pesquisa, em diversos momentos, procurou-se adentrar em conversas sobre o garimpo ou apenas ouvir as pessoas conversarem ao lado. Muitas vezes, dentro dos ônibus que percorrem as Comunidades Camponesas de Coromandel, ouviam-se as pessoas comentarem sobre garimpo, sobre a sorte ou faina dos garimpeiros, dos parentes e amigos garimpeiros, os grandes diamantes, o garimpeiro que ficou rico, comprou fazenda, outro que perdeu tudo. Diante disso, em certas ocasiões, apenas ouvia-se e observava-se com atenção. Algumas vezes, as pessoas sentavam no banco ao lado e aproveitava-se, então, para conversar informalmente, sem dizer que era estudante ou pesquisava o garimpo. Em ambientes e momentos como esses, a pesquisa também foi se delineando.

As entrevistas com os "velhos" garimpeiros e camponeses, já nos limites de seu corpo, instrumento de comunicação às vezes deficitário, exigiram paciência, perguntando-se quando necessário, sabendo-se ouvir a voz calma e cansada, respeitando-se os momentos das pausas. Aqueles corpos já alquebrados também guardam dentro de si sonhos e esperanças. Segundo Bosi, "quando a memória amadurece e extravasa lúcida, é através de um corpo alquebrado; dedos trêmulos, espinha torta, coração acelerado, dentes falhos, urina solta, a cegueira, a ânsia, a surdez, as cicatrizes, a íris apagada, as lágrimas incoercíveis" (1994, p. 39).

No município de Coromandel, o trabalho, o saber fazer, os interesses e os conflitos que urdem os territórios demonstram as múltiplas racionalidades e sociabilidades que transitam a realidade. Uma realidade que chama a geografia a interpretá-la. Com a pesquisa qualitativa, lançam-se novos olhares sobre o mundo, utilizando uma pluralidade metodológica que mostra o movimento das ciências, reformulando teorias, métodos e procedimentos que estão à disposição do pesquisador. Isso contribuiu para adentrar os territórios da vida e do trabalho dos sujeitos em Coromandel, que confluem com a atividade garimpeira e as trajetórias existenciais e de trabalho dos garimpeiros.

Considerações finais

Com a pesquisa que se desenvolveu nos garimpos de diamante em Coromandel, as contribuições dos procedimentos metodológicos qualitativos abriram espaços para novos diálogos, análises e interpretações. Para adentrar os territórios materiais e imateriais do trabalho dos garimpeiros, nos quais o saber fazer cotidiano também é pressagiado por superstições e fantasias, desenvolveu-se a relação entre a análise geográfica dos fenômenos no espaço e a produção dos territórios sem perder de vista as práticas socioculturais dos sujeitos pesquisados. Não é possível existir vida sem solidariedade e construção de pertenças.

Fortalecida pelos procedimentos metodológicos qualitativos em geografia, a pesquisa procurou penetrar os territórios sem separar a materialidade histórico-social da imaterialidade cultural e simbólica, indo aos densos lugares da existência humana. Além disso, a leitura geográfica exigiu a captura de tramas e processos, conflitos e disputas, muitas vezes com desdobramentos e conteúdos não revelados. Necessitou-se ter o olhar orientado não só para as relações de poder e dominação que permeiam os espaços controlados pelo capital, mas também para os espaços cotidianos da vida e do trabalho como dimensão da experiência humana dos sujeitos nos *espaços tradicionais de garimpagem*, contribuindo para recuperar a ideia de espaços tradicionais em processo de transformação.

Assim, com o apoio de técnicas qualitativas – como entrevista, diário de campo, observação e pesquisa participativa –, estabeleceu-se um contato direto e pedagógico com os trabalhadores e territórios em que vivem e constroem trajetórias existenciais de lutas, relações de poder e sonhos. Isso demonstra que, por meio da pesquisa qualitativa, a geografia se expande para um campo mais brando e ao mesmo tempo político, com múltiplas formas de interpretação, o que contribui para os diversos campos da pesquisa e do saber geográfico. Talvez, nunca tenha sido tão atual a tese de que se precisa de rigor teórico-metodológico, mas sem jamais perder a ternura!!!

Referências

BORGES, Maristela C. “Da observação participante à participação observante: uma experiência de pesquisa qualitativa”. In RAMIRES, Julio Cesar de L. e PESSÔA, Vera Lúcia S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 183-98.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Reflexões sobre como fazer trabalho de campo”. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, 2007, v. 10, n. 1, pp. 11-27.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

GOBBI, Wanderléia Aparecida de O. e PESSÔA, Vera Lúcia S. “Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões sobre o trabalho de campo”. In RAMIRES, Julio Cesar de L. e PESSÔA, Vera Lúcia S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 485-508.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. F. *A vida pode mudar com a virada da peneira: (re)organização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG* (dissertação). UFG, 2012, 272 p.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUNA, Sérgio V. de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução; elementos para uma análise metodológica*. São Paulo: EDUC, 2000.

MARAFON. Glaucio José. "O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária". In RAMIRES, Julio Cesar de L. e PESSÔA, Vera Lúcia S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 379-94.

MATOS, Patrícia Francisca de e PESSÔA, Vera Lúcia S. "Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária". In RAMIRES, Julio Cesar de L. e PESSÔA, Vera Lúcia S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 279-92.

MENDONÇA, Marcelo R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano* (tese). UNESP, 2004, 457 p.

MORAES, Antonio Carlos R. e COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de e BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "Entre o murmúrio do rio e o despertar das lembranças". In RAMIRES, Julio Cesar de L. e PESSÔA, Vera Lúcia S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 221-52.

PELÁ, Márcia e MENDONÇA, Marcelo R. "Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa". In PELÁ, Márcia e CASTILHO, Denis (orgs.). *Cerrados: perspectivas e olhares*. Goiânia: Vieira, 2010, pp. 37-50.

PESSÔA, Vera Lúcia S. "Pesquisa e conhecimento: construindo os 'saberes'...". *Dialogus*, Ribeirão Preto, 2006, v. 1, n. 2, pp. 15-27.

PORTELLI, Alessandro. "A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". *Tempo*, Rio de Janeiro, 1996, v. 1, n. 2, pp. 59-72.

——. "O que faz a história diferente". *Projeto História*, São Paulo, fev. 1997, v. 14, pp. 25-39.

——. "'O momento da minha vida': funções do tempo na história oral". In FENELON, Déa R. et al. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, pp. 297-313.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SERPA, Angelo Szaniecki Perret. "Como prever sem imaginar? O papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico". In — (org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 59-67.

SOUZA, Murilo M. O. de e PESSÔA, Vera Lúcia S. "Diagnóstico rural participativo (DRP): um instrumento metodológico qualitativo em geografia". In RAMIRES, Julio Cesar de L. e PESSÔA, Vera Lúcia S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 199-220.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. "Pesquisa de campo em geografia". *Geographia*, Rio de Janeiro, 2002, v. 4, n. 7, pp. 1-5.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. "Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo". *Geografia passo a passo: ensaios críticos dos anos 1990*. Presidente Prudente: Centelha, 2005, pp. 20-6.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VENÂNCIO, Marcelo e PESSÔA, Vera Lúcia S. "O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar". In RAMIRES, Julio Cesar de L. e PESSÔA, Vera Lúcia S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 317-36.

WHITAKER, Dulce C. A. et al. *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Wenceslau: Letras à Margem, 2002, 256 p.

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A pesquisa qualitativa nos estudos geográficos: abordagens dos sistemas de transporte e das exportações na região norte de Minas Gerais*

Luiz Andrei Gonçalves Pereira

O sistema de trocas comerciais no cenário internacional, por meio dos fluxos das exportações e das importações de bens e serviços, resultou nas interações espaciais entre as diferentes regiões do mundo, nas quais os sistemas de transporte assumem um papel complexo e importante nas relações socioeconômicas internacionais. O processo de modernização tecnológica possibilitou a redução dos custos dos transportes, o crescimento dos fluxos de mercadorias, a diminuição dos custos de produção e a disponibilização de mais produtos nos mercados; por conseguinte, contribuiu para o aumento do consumo, da produção e da circulação em escala internacional.

Por meio de entrevistas semiestruturadas, busca-se responder: quais as motivações das empresas para a escolha dos meios de transporte, quais os problemas logísticos identificados e quais as soluções logísticas propostas? As respostas não se encontram disponíveis em bancos de dados e são de fundamental importância para a compreensão das especificidades das redes de transporte voltadas para as exportações no norte de Minas Gerais. O objetivo deste texto é discutir as interações espaciais inter-regionais dos sistemas de transporte responsáveis pela inserção das exportações do norte de Minas

* Agradeço ao ETENE/Banco do Nordeste do Brasil (BNB) pelo auxílio financeiro para a realização desta pesquisa no mestrado. Atualmente, sou bolsista CAPES no doutorado.

Gerais nos mercados internacionais, no período de 2004 a 2008, enfatizando a percepção dos representantes das empresas acerca das redes de transporte.

A pesquisa foi organizada em três etapas, que privilegiaram a articulação de métodos. Na primeira, os estudos se concentraram na revisão da literatura. Na segunda, o trabalho dedicou-se à coleta e à análise de dados de fontes secundárias disponibilizados pelas instituições governamentais Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/ALICEWEB2). Na terceira, desenvolveu-se a pesquisa empírica, que é o foco principal deste estudo.

A pesquisa empírica possibilitou a coleta de dados nas fontes primárias por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2010. A proposta inicial era aplicar as entrevistas junto aos representantes do setor de logística ou de comércio exterior das cinquenta empresas exportadoras, com domicílios fiscais em 18 municípios, localizadas na mesorregião norte de Minas Gerais. No entanto, foram entrevistados 45 representantes das empresas exportadoras, os quais se dispuseram a responder às perguntas, contribuindo diretamente para o desenvolvimento desta pesquisa. As 45 entrevistas cobriram um universo de, aproximadamente, 99,7% dos valores financeiros e 99,9% da quantidade em quilos exportados pela região norte mineira.

As contribuições dos entrevistados foram de fundamental importância para compreender a complexidade da logística de transporte regional voltada para o setor de exportações – uma vez que permitiram identificar a modalidade de transporte que cada empresa localizada no norte de Minas utilizou para exportar suas mercadorias – e para identificar o terminal alfandegado (porto, aeroporto e ponto de fronteira) que a empresa utilizou para fazer o desembaraço e/ou o embarque das mercadorias no modal de transporte internacional. Outro aspecto importante das entrevistas foi a análise da percepção dos usuários acerca da infraestrutura de transportes no norte de Minas utilizada para se ter acesso ao comércio internacional. A partir das entrevistas, puderam-se apontar os problemas e as possíveis soluções logísticas das redes de transporte usadas nas interações espaciais da circulação de mercadorias exportadas entre a região em foco e os mercados internacionais.

Geografia, transportes e comércio internacional

Na geografia, os estudos dos transportes são desenvolvidos por meio de relações interdisciplinares, já que a ciência geográfica mantém diálogos constantes com outras áreas do conhecimento, especialmente a engenharia, a história, a economia, a matemática e a sociologia. A geografia dos transportes tem como foco os estudos dos sistemas de transporte e seus impactos socioespaciais, considerando os aspectos que envolvem

os movimentos e as transformações constantes no espaço geográfico por meio da dinâmica espacial da estrutura de organização das redes e dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, além dos impactos ambientais provocados pelos sistemas de transporte (Hoyle e Knowles, 2001; Pons e Reynés, 2004; Rodrigue et al., 2006).

Para Rodrigue (1999), o desenvolvimento dos sistemas de transporte nacionais e internacionais ampliou o aproveitamento prolongado das vantagens comparativas, em termos de recursos, de capital e de trabalho, em diferentes mercados mundiais. A modernização tecnológica dos sistemas de transporte, o crescimento dos fluxos de mercadoria, a redução dos custos de produção e a disponibilização de mais produtos nos mercados, por conseguinte, contribuíram para o aumento do consumo, da produção e da circulação em escala internacional.

Os fluxos de bens e serviços viabilizados pelas redes de transporte mantêm as relações socioeconômicas de forma dinâmica entre os países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Segundo Rodrigue et al. (2006), na economia mundial, nenhum país é autossuficiente em produção para abastecer seu mercado interno, tornando-se necessárias as trocas de bens e de serviços entre os países envolvidos nas relações econômicas internacionais. Os países estão envolvidos em diferentes níveis de comércio internacional, para vender o que produzem para o exterior e para adquirir, no mercado externo, o que não é produzido em seu mercado interno, constituindo uma flexível e complexa rede de trocas comerciais no espaço geográfico mundial. Conforme Pons e Reynés (2004) e Rodrigue et al. (2006), a configuração da geografia do comércio internacional ainda revela o predomínio de um pequeno número de países, principalmente na América do Norte, na Europa e na Ásia, formando uma tríade constituída por Estados Unidos, Alemanha e Japão, países que dominam cerca de um terço de todo o comércio global. Mas, recentemente, essa supremacia está sendo desafiada pelas economias emergentes, como a chinesa, a indiana e a brasileira, entre outras.

No comércio internacional, a circulação de bens e serviços é viabilizada pelos terminais de cargas e pelos transportes aquaviários (marítimo e hidroviário), terrestres (rodoviário, ferroviário e dutoviário) e aéreo. Para Rodrigue et al. (2006), os terminais portuários e os transportes marítimos são responsáveis por cerca de 90% dos fluxos em tonelagem e, aproximadamente, 70% dos valores financeiros das mercadorias em circulação no comércio global, principalmente dos produtos de maior volume ou peso; enquanto o transporte aéreo internacional realiza escoamento de cerca de 0,2% dos fluxos de cargas em tonelagem e, mais ou menos, 15% dos valores financeiros de mercadorias no mercado internacional. O transporte aéreo é responsável sobretudo pelos deslocamentos dos produtos de baixo peso e volume; basicamente, produtos tecnológicos e perecíveis. Além dos fluxos do transporte marítimo e do aéreo, existem os fluxos

dos transportes rodoviário e ferroviário internacional entre os países interligados por fronteiras terrestres.

A modalidade de transporte marítimo apresenta custos operacionais menos elevados, se comparados aos outros meios de transporte. As interações espaciais dos transportes terrestres, da estrutura portuária e do transporte marítimo propiciaram o predomínio do transporte intermodal na cadeia global dos fluxos de bens e serviços. Peyrelongue (1999) destaca que a intermodalidade procedeu das relações espaciais do transporte marítimo e dos terminais portuários por meio da implementação do contêiner, grande invenção tecnológica que permitiu a integração das redes de transporte terrestres e marítimos na organização e na intensificação dos fluxos de longa distância na cadeia produtiva mundial. Os contêineres revolucionaram as redes de transporte e demandaram navios maiores para o transporte de cargas, melhoramentos na infraestrutura portuária e especialização das empresas prestadoras de serviços de transporte, o que reduziu os custos com transbordos e contribuiu para a ampliação do comércio internacional (Laxe, 2005).

Nesse contexto das redes de transporte e do comércio internacional, na seção seguinte, serão enfatizados o processo de modernização econômica, a expansão da infraestrutura e a organização das exportações.

Transformações socioeconômicas no norte de Minas Gerais: a organização espacial da infraestrutura de transportes e dos setores exportadores

As questões regionais, a partir da década de 1930, tornaram-se o foco das políticas de intervenções estatais que criaram as diretrizes para fomentar, por meio de subsídios, o processo de desenvolvimento econômico-regional nos países capitalistas ocidentais. O modelo de desenvolvimento regional criado na região do Tennessee Valley Authority (Estados Unidos) e na do Mezzogiorno (Itália) influenciou o processo de planejamento e desenvolvimento regional no Brasil. Nesse contexto, o governo brasileiro criou instituições de fomento para alavancar o desenvolvimento econômico nas chamadas "áreas deprimidas". Entre as instituições, destacam-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que passaram a atuar na Região Nordeste do Brasil e no norte de Minas Gerais, fomentando a modernização econômica por meio, principalmente, dos incentivos fiscais e financeiros (Rodrigue, 1999).

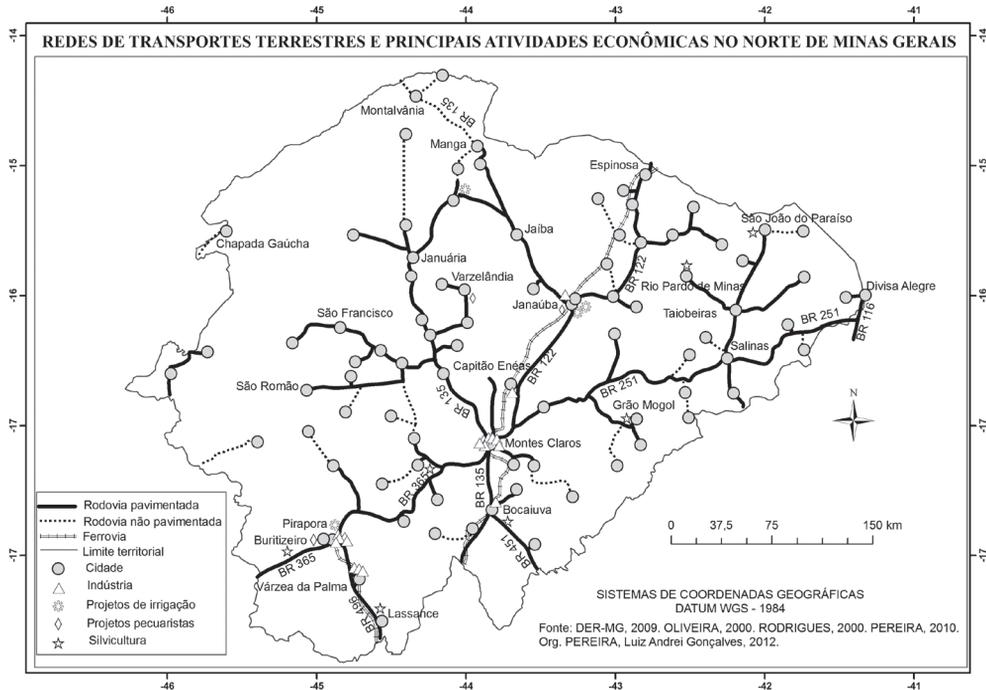
Em 1946, a região norte de Minas Gerais foi incluída na área do "polígono da seca". Por estar localizada no semiárido brasileiro, recebeu, a partir de 1955, as agências do BNB, as quais passaram a incentivar financeiramente as atividades econômicas. Em 1963, foi incorporada à área de atuação da SUDENE, que passou

a conceder incentivos fiscais às atividades industriais, agrícolas e agroindustriais (Pereira e Lessa, 2011). Para Oliveira (2000), as ações estatais favoreceram, por meio de incentivos fiscais e financeiros, a expansão das atividades produtivas privadas em pontos estratégicos do território norte mineiro, principalmente aqueles mais bem dotados de infraestrutura de transportes, energia e comunicações.

Na política de transporte, a chegada da ferrovia na região norte mineira, nos atuais municípios de Várzea da Palma (1910), Pirapora (1910), Bocaiuva (1924), Montes Claros (1926), Capitão Enéas (1944), Janaúba (1945), Monte Azul (1947-1950) e Espinosa (1950), dinamizou os fluxos de pessoas e de mercadorias nesse espaço geográfico, expandindo a infraestrutura e as comunicações e dinamizando o comércio, principalmente nas cidades de Pirapora e de Montes Claros. Em 1950, a complementação da ligação ferroviária entre as regiões Sudeste e Nordeste interligou os municípios do norte de Minas aos grandes mercados brasileiros.

Na década de 1960, a atuação da SUDENE teve um papel muito importante no processo de modernização dos sistemas de transporte na região norte de Minas Gerais, tendo como foco o reaparelhamento das vias permanentes e a modernização do material rodante do sistema ferroviário. Houve também investimentos no transporte rodoviário, que resultaram na pavimentação de rodovias federais e estaduais. Os investimentos em infraestrutura foram relevantes para a expansão do capital privado na região norte mineira, representado pelos setores industrial, agropecuário, agrícola, comercial e de serviços.

A expansão do capital por meio da industrialização tem ocorrido, em sua maioria, nos municípios que dispõem, simultaneamente, das redes de transporte terrestres ferroviários e rodoviários. Caracteriza-se, assim, o ordenamento da distribuição das atividades produtivas nos municípios de Montes Claros (BR-135, BR-365, BR-251 e Ferrovia Centro-Atlântica – FCA), Pirapora (BR-365, BR-496 e FCA), Bocaiuva (BR-135, BR-451 e FCA), Várzea da Palma (BR-496 e FCA) e Capitão Enéas (BR-122 e FCA). No setor agroindustrial, representado pela agricultura irrigada, também se encontra a presença simultânea da ferrovia e da rodovia nos projetos de irrigação de Pirapora (BR-365, BR-496 e FCA), Lagoa Grande e Gorutuba (Janaúba: BR-122 e FCA). No entanto, o acesso ao Projeto Jaíba e aos projetos de silvicultura ocorre somente pelo sistema rodoviário. O mapa 1 mostra a distribuição espacial da rede de transportes terrestres (rodoviário e ferroviário), bem como a localização geográfica das principais atividades econômicas industriais, agropecuárias e agroindustriais na região norte de Minas Gerais.

Mapa 1 – Redes de transporte terrestres e principais atividades econômicas no norte de Minas Gerais

Fonte: DER-MG (2009); Oliveira (2000); Rodrigues (2000); Pereira (2010).
Organização: Luiz Andrei Gonçalves Pereira (2012).

A modernização econômica do norte de Minas Gerais favoreceu a expansão das atividades produtivas, principalmente daquelas representadas pelo grande capital, controladas pela iniciativa privada e subsidiadas pelas ações estatais por meio dos incentivos fiscais e financeiros disponibilizados pelas instituições públicas federais, como a SUDENE e o BNB. Além disso, os municípios da região norte mineira subsidiam as atividades econômicas doando terrenos e concedendo isenções de tributos municipais. Esses subsídios, associados também ao baixo custo da mão de obra regional, tornam-se atrativos importantes para a instalação de indústrias e de projetos agroindustriais na região (Pereira, 2010). Nesse contexto, no norte de Minas Gerais, localizam-se cinquenta empresas exportadoras que atuam no mercado internacional.

Na política de exportação, os produtos exportados foram subdivididos em categorias setoriais, para a análise dos dados, e classificados em setores: siderúrgico-metalúrgico, têxtil/vestuário, químico-farmacêutico, frigorífico, madeira/derivados, mineração, fruticultura, cachaça e outros. No período de 2004 a 2008, todos esses setores exportaram juntos um valor total em torno de 1,9 bilhão de dólares (moeda corrente), e uma quantidade, em peso/

volume, de aproximadamente 862 milhões de quilogramas. De forma mais específica, considerando os valores financeiros exportados (US$/FOB), o setor siderúrgico/metalúrgico representou 62,25%; o têxtil/vestuário, 23,85%; o químico-farmacêutico, 11,46%; o de frigorífico, 0,88%; o de madeira/derivados, 0,49%; o de mineração, 0,35%; o de fruticultura, 0,17%; o de cachaça, 0,04%; e outros, 0,51%. Em valores percentuais da quantidade/quilograma exportada por cada setor, o setor siderúrgico/metalúrgico representou 82,79%; o têxtil/vestuário, 11,85%; o químico-farmacêutico, 0,20%; o de frigorífico, 0,36%; o de madeira/derivados, 3,46%; o de mineração, 0,36%; o de fruticultura, 0,69%; o de cachaça, 0,03%; e outros, 0,23%. Essas informações são visualizadas na tabela 1.

Tabela 1 – Norte de Minas Gerais: os setores exportadores no período 2004-2008

Setores	**Valor (US$/FOB – 1.000)**	**%**	**Quantidade (Quilo/kg – 1.000)**	**%**
Siderúrgico-metalúrgico	1.183.117	62,25	712.841	82,79
Têxtil/vestuário	453.427	23,85	102.267	11,85
Químico-farmacêutico	217.989	11,46	3.189	0,2
Frigorífico	16.807	0,88	2.992	0,36
Madeira/derivados	9.416	0,49	29.830	3,46
Mineração	6.772	0,35	3.079	0,36
Fruticultura	3.260	0,17	5.963	0,69
Cachaça	734	0,04	327	0,03
Outros	8.912	0,51	2.344	0,26
Total	**1.900.434**	**100**	**862.834**	**100**

Fonte: MDIC/ALICEWEB2 (2004, 2005, 2006, 2007, 2008).
Organização: Luiz Andrei Gonçalves Pereira (2012).

Na região norte mineira, grande parte das exportações é composta por produtos tradicionais, conhecidos como *commodities*, que apresentam valor agregado relativamente baixo, enquanto os produtos do setor químico-farmacêutico e do metalúrgico representam a categoria dos produtos de valor agregado mais elevado. Após a caracterização dos setores, na próxima seção, será dada ênfase à atividade de transporte que cada empresa utilizou para colocar sua produção no mercado externo.

Norte de Minas Gerais nas redes de exportação – transportes nacionais, terminais alfandegados e transportes internacionais: percepção dos entrevistados

Os fluxos de mercadorias exportadas são realizados por uma rede de transportes constituída de transporte nacional, terminal alfandegado e transporte internacional.

O transporte nacional é o percurso de circulação das mercadorias do local de produção até os terminais alfandegados, que são os portos, os aeroportos e os pontos de fronteira localizados em território brasileiro. O transporte internacional é o percurso das mercadorias a partir dos terminais alfandegados, promovendo a ultrapassagem das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas por meio de transporte marítimo, aéreo, rodoviário e ferroviário, entre outros.

No percurso nacional, o transporte rodoviário concentrou o escoamento de, aproximadamente, 89% dos valores financeiros e de 94,5% da quantidade em quilogramas. O terminal portuário e o transporte marítimo foram responsáveis pelo escoamento de 85,75% dos fluxos financeiros e por 96,8% da quantidade em volume/peso das exportações. O terminal aeroportuário, por 9,56% dos valores financeiros e por 0,24% da quantidade em peso/volume. Os pontos de fronteira escoam 4,69% dos fluxos financeiros e 3,18% da quantidade/quilograma; o transporte rodoviário internacional realiza 4,68% dos fluxos financeiros e 3,16% da quantidade peso/volume, enquanto o transporte ferroviário escoou 0,01% dos fluxos financeiros e 0,02% da quantidade em quilogramas. O setor "outros", representado pelos serviços postais, tem uma representatividade tão baixa no universo da pesquisa que os valores financeiros e a quantidade em quilograma foram arrendados para 0%. Essas informações podem ser observadas na tabela 2.

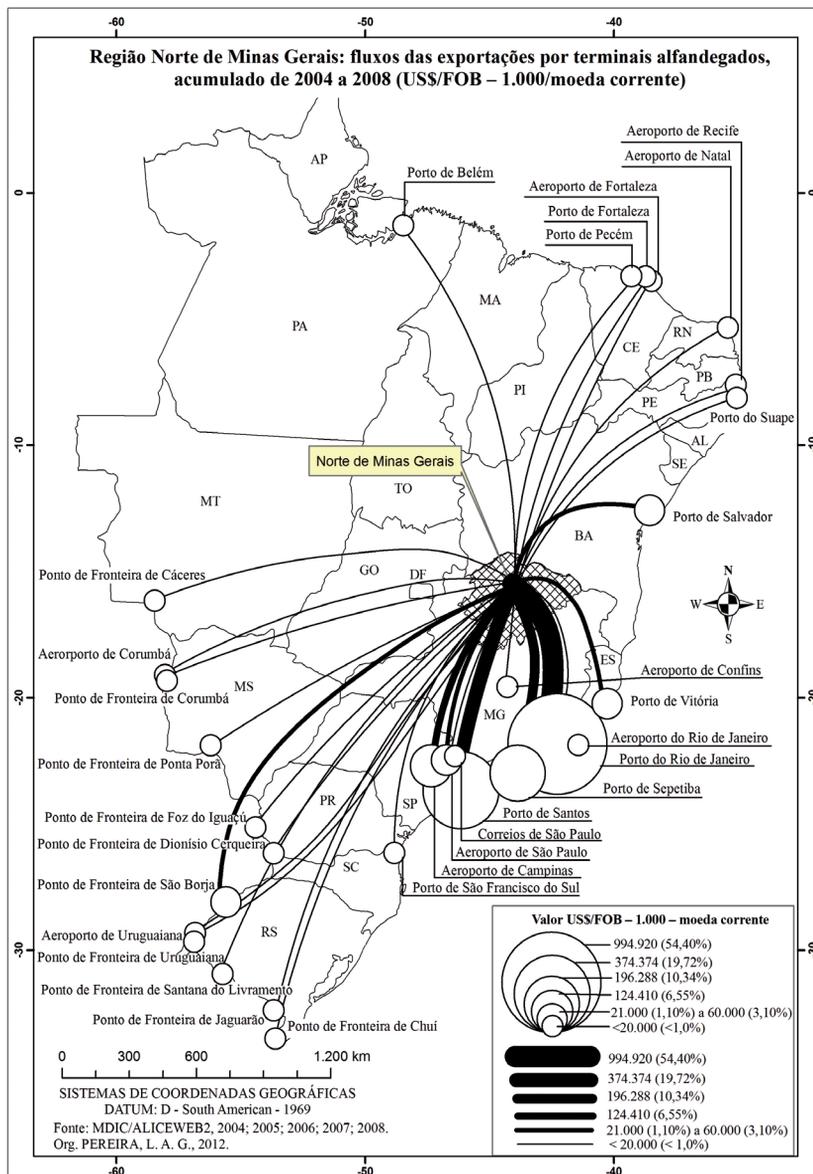
Tabela 2 – Fluxos das exportações do norte de Minas Gerais: por terminal alfandegado, transporte internacional, valor financeiro (US$/FOB) e quantidade (kg)

Terminal alfandegado	**Transporte internacional**	**US$/FOB 1.000**	**%**	**Quilo (kg) 1.000**	**%**
Porto	Marítimo	1.629.717	85,75	831.974	96,58
Aeroporto	Aéreo	181.846	9,56	2.047,6	0,24
Ponto de fronteira	Rodoviário	88.740	4,68	27.234	3,16
Ponto de fronteira	Ferroviário	129	0,01	163	0,02
Outros	Postal	2	0,00	0,04	0,00
Total		**1.900.434**	**100**	**861.419**	**100**

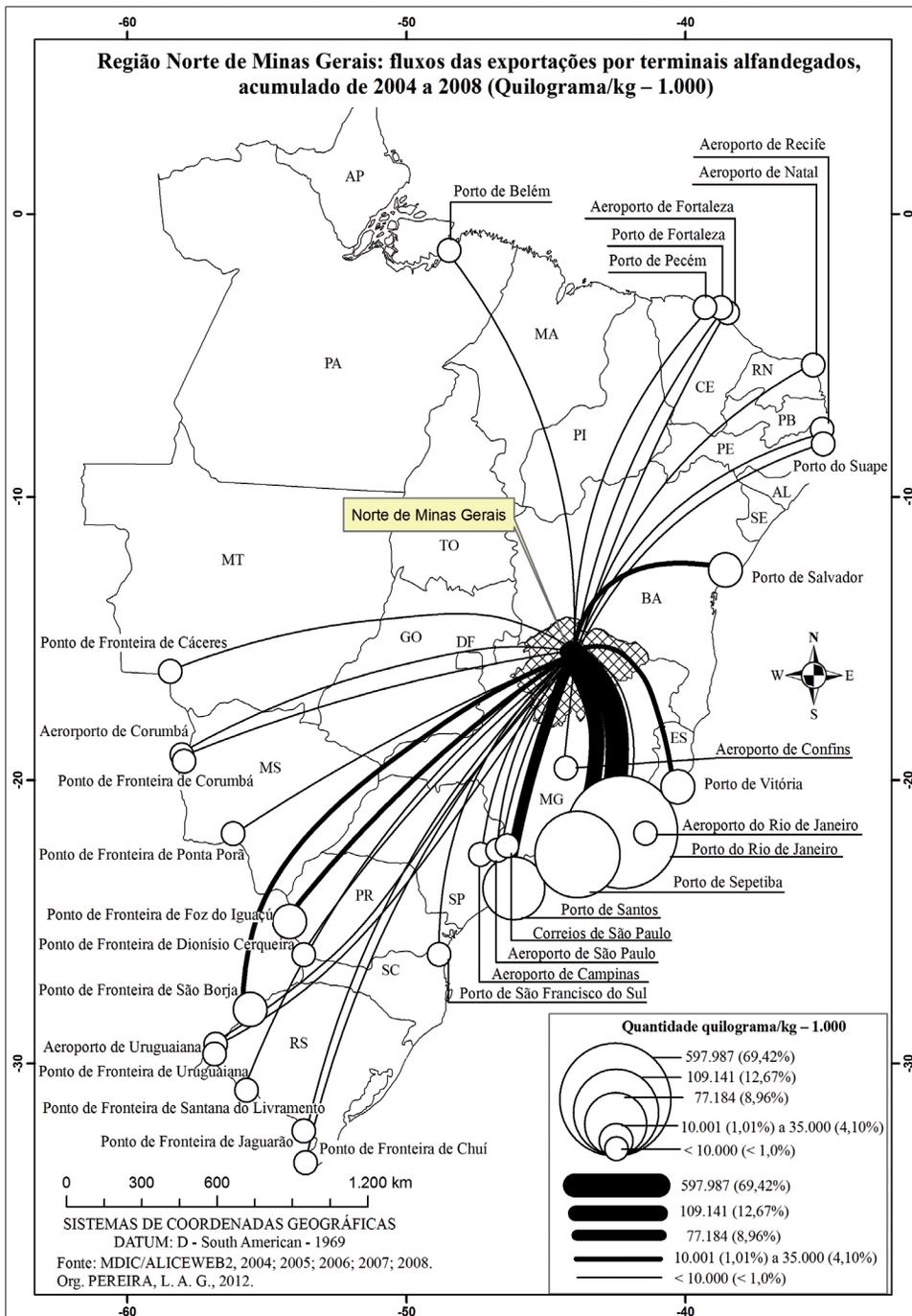
Fonte: MDIC/ALICEWEB2 (2004, 2005, 2006, 2007, 2008).
Organização: Luiz Andrei Gonçalves Pereira (2012).

Nos fluxos das exportações, o porto do Rio de Janeiro/RJ foi o principal concentrador dos fluxos de cargas, recebendo 52,40% dos fluxos financeiros e 69,42% dos volumes em peso. É seguido pelo porto de Santos/SP, que atraiu 19,72% dos fluxos financeiros e 8,96% da quantidade em peso/volume. Logo após, está o porto de Sepetiba/RJ, que recebeu 10,34% dos fluxos financeiros e 12,67% da quantidade em peso/volume. O aeroporto de Campinas/SP escoou 6,55% dos valores financeiros e menos de 1% de peso/volume. O ponto de fronteira de

São Borja /RS, o porto de Salvador/BA, o porto de Vitória/ES e o aeroporto de Guarulhos /SP escoaram entre 1,10% e 3,10% dos fluxos financeiros, e entre 1,01% e 4,10% da quantidade em peso/volume; exceto o aeroporto de Guarulhos, que escoou menos de 1% dos fluxos em peso/volume. E o ponto de fronteira de Foz do Iguaçu/PR deslocou entre 1,01% e 4,10% da quantidade em peso/volume das mercadorias exportadas. Os demais portos, aeroportos e pontos de fronteira escoaram valores financeiros e quantidades em volumes/peso inferiores a 1%. Essas informações podem ser observadas nos mapas 2 e 3.

Mapa 2 – Região norte de Minas Gerais: fluxos das exportações por terminais alfandegados, acumulado de 2004 a 2008 (US$/FOB – 1.000/moeda corrente)

Fonte: MDIC/ALICEWEB2 (2004, 2005, 2006).

Organização: Luiz Andrei Gonçalves Pereira (2012).

Mapa 3 – Região norte de Minas Gerais: fluxos das exportações por terminais alfandegados, acumulado de 2004 a 2008 (quilograma/kg – 1.000)

Fonte: MDIC/ALICEWEB2 (2004, 2005, 2006, 2007, 2008).
Organização: Luiz Andrei Gonçalves Pereira (2012).

Na pesquisa científica, considerando-se os instrumentos de coleta de dados, a entrevista semiestruturada permite investigar temas complexos, explorando, em profundidade, suas especificidades. Para Cruz Neto (1994), a entrevista semiestruturada articula elementos da entrevista estruturada e da não estruturada, na medida em que segue o roteiro elaborado previamente, mas, ao mesmo tempo, permite a introdução de novas perguntas, de acordo com o desenrolar da conversa com o entrevistado.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), na aplicação das entrevistas não estruturadas, o entrevistador faz uma introdução de questões relacionadas ao tema da pesquisa, ouve o sujeito entrevistado; insere tópicos de interesse no fluxo da conversa, faz perguntas específicas e deixa o entrevistado responder do seu jeito; assim, inicia-se a coleta dos dados a serem trabalhados na pesquisa. Os dados coletados precisam ser organizados, compreendidos, analisados e sistematizados, identificando-se temas e relações, interpretando-se, criando-se novas questões e demonstrando-se preocupação com a condução da investigação, com o intuito de se ter rigor na condução da pesquisa qualitativa, visando-se à maximização dos procedimentos de confiabilidade, de transferibilidade, de consistência e de confirmabilidade na apresentação dos dados da pesquisa para a sociedade.

No desenvolvimento da pesquisa, analisaram-se os dados coletados nas fontes primárias, por meio de entrevistas semiestruturadas, em categorias setoriais, por agrupamentos de produtos exportados. Isso possibilitou a elaboração do quadro 1, que mostra a formação e a utilização das redes de transporte nacionais, dos terminais alfandegados e dos transportes internacionais e também como ocorre o escoamento das exportações nas redes de transporte, por setor e por empresas, identificadas com um ordenamento numérico para preservar sua privacidade.

Quadro 1 – Rede de transporte utilizada por empresas exportadoras no norte de Minas Gerais

Setores	**Empresas**	**Transporte nacional**		**Terminais alfandegados**			**Transporte internacional**			
		Rodoviário	Ferroviário	Porto	Aeroporto	Ponto de fronteira	Marítimo	Aéreo	Rodoviário	Ferroviário
Siderúrgico / metalúrgico	**01**	X	O	O	X	O	O	X	O	O
	02	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	03	X	O	X	X	X	X	X	X	O
	04	X	O	X	O	X	X	O	X	O
	05	X	O	X	X	O	X	X	O	O
	06	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	07	X	O	X	O	X	X	O	X	O
	08	X	O	X	X	X	X	X	X	O
	09	X	O	X	X	X	X	X	X	O
	10	X	O	X	X	X	X	X	X	O
Têxtil/ vestuário	**11**	X	O	X	O	X	X	O	X	O
	12	X	O	X	O	X	X	O	X	O
	13	X	X	X	O	X	X	O	X	O
	14	X	O	O	O	X	O	O	X	O
	15	X	O	X	O	O	X	O	O	O
Químico/ farmacêutico	**16**	X	O	X	X	O	X	X	O	O
	17	X	O	X	X	X	X	X	X	O
Frigorífico	**18**	X	O	X	O	O	X	O	O	O
Madeiras/ derivados	**19**	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	20	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	21	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	22	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	23	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	24	X	O	X	O	O	X	O	O	O
Mineração	**25**	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	26	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	27	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	28	X	O	X	O	O	X	O	O	O
Fruticultura	**29**	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	30	X	O	X	O	O	X	O	O	O

	31	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	32	X	O	X	X	O	X	X	O	O
Cachaça	**33**	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	34	X	O	O	O	X	O	O	X	O
	35	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	36	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	37	X	O	O	X	O	O	X	O	O
	38	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	39	X	O	O	X	X	O	X	X	O
	40	X	O	X	O	X	X	O	X	O
Outros	**41**	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	42	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	43	X	O	X	O	X	X	O	O	X
	44	X	O	X	O	O	X	O	O	O
	45	O	O	O	O	O	O	O	O	O

Legenda: "X" indica a utilização dos modais de transporte nacional, internacional e os entrepostos logísticos. "O" indica a não utilização dos modais de transporte nacional, internacional e os entrepostos logísticos.
Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro e fevereiro de 2010.
Elaborado por Pereira (2010).

A concentração dos fluxos das exportações por transporte rodoviário do local de produção até os terminais alfandegados ocorreu por ser a modalidade de transporte que dá mais agilidade ao escoamento das mercadorias, por apresentar menor custo operacional em várias rotas, por ser a única opção de transporte em vários municípios, por causa da rapidez e pelo fato de algumas empresas terem frota rodoviária própria. O elevado uso do transporte rodoviário é explicado na fala do representante da empresa 03: "No mercado interno, quando se fala em levar a mercadoria até o entreposto (terminal alfandegado), o transporte rodoviário é mais viável economicamente e mais rápido". O representante da empresa 16 justifica: "Utilizamos o transporte rodoviário por ser mais viável economicamente e pela questão da rapidez e do menor custo com frete para o tipo de produtos que transportamos (insulina)". O representante da empresa 32 destaca que usou "o transporte rodoviário por ser o único meio de transporte disponível [...] apresenta menor custo para pequenos volumes". O representante da empresa 44 apontou que "usa transporte rodoviário em função da agilidade e da rapidez; no mercado externo, os prazos de entrega são curtos". Também o representante da empresa 18 destacou: "Temos toda uma estrutura logística rodoviária própria [...] constituída de carreta frigorífica e carreta porta-contêiner, que contribui para a redução dos custos no escoamento das mercadorias".

Além do transporte rodoviário, uma única empresa utilizou o transporte ferroviário para o porto de Salvador/BA, o que, nessa rota, apresentou menor custo de frete para o fluxo de contêiner, que chega vazio e sai carregado (cheio) da empresa; mas a circulação por ferrovia é mais lenta, se comparada ao transporte rodoviário, por isso, é importante adaptar a produção a esse meio de transporte. Além disso, um fator econômico externo levou à suspensão dos serviços de transporte ferroviário, optando-se pelo transporte rodoviário. A fala do representante da empresa 13 ilustra muito bem o uso dos transportes ferroviário e rodoviário:

> No período de 2004 a 2006 [...] usamos a FCA, que transportava contêineres vazios e estufados para o porto de Salvador. O aquecimento da economia na Ásia fez o armador retirar um dos dois navios que faziam a rota de interesse da empresa na costa brasileira [...] refletiu na retirada da escala da rota do porto de Salvador [...] em função disso, tivemos que parar com o transporte ferroviário no final de 2006 [...]. Fizemos contratos facilmente com a FCA, que cumpre os prazos, tem menor custo com frete, maior segurança; o prazo de entrega é um pouco mais longo, mas programamos para a adequação do transporte por ferrovia. O serviço do transporte ferroviário era satisfatório; a retirada do porto de Salvador da rota marítima nos fez parar com o transporte ferroviário; [...] assim que normalizar a frequência do navio em Salvador [...] pretendemos usar novamente a ferrovia [...]. No caso da nossa logística, os custos da ferrovia representam 65% do custo rodoviário [...]; a partir do final de 2006, passamos a usar o transporte rodoviário para levar a mercadoria para o porto de Santos e Suape; o contêiner vazio sai de Santos, vem para Montes Claros, é ovado e retorna ao porto.

O não uso do transporte ferroviário é justificado pelo representante das empresas 08, 09 e 10:

> Para a exportação, não usamos a ferrovia por causa dos custos, porque a produção sairia de Capitão Enéas e de Bocaiuva e iria para o embarque no terminal em Montes Claros; teríamos que levar os contêineres vazios autorizados para o comércio internacional para Montes Claros, estufá-los e levá-los ao porto. E, lá no porto, a mercadoria seria desembaraçada, porque Montes Claros não tem terminal alfandegado [...] esse processo elevaria os custos do transporte por causa, principalmente, da circulação do contêiner vazio; esse fator acaba justificando o uso do transporte rodoviário.

O terminal alfandegado mais utilizado foi o portuário, por causa do grande uso do transporte marítimo, da elevada oferta de serviços logísticos (transporte, armazenagem e transbordo) nas regiões portuárias, do menor custo dos fretes marítimos, do

transporte de grandes volumes de carga, da oferta de transporte para o país de destino e da escolha do cliente no exterior pelo terminal alfandegado brasileiro para embarque da carga. O representante da empresa 03 sintetiza porque usa o terminal portuário e o transporte marítimo:

> De forma geral, o transporte marítimo foi utilizado para o transporte de grande parte das mercadorias destinadas aos mercados da União Europeia, Estados Unidos, Canadá e Oriente Médio. O transporte marítimo apresenta um custo mais baixo, se comparado aos outros meios de transporte [...]; tendo um prazo mais longo de entrega, é priorizado o transporte marítimo, principalmente para os grandes volumes de carga.

O terminal aeroportuário e o transporte aéreo internacional foram utilizados para a circulação de cargas de baixo volume e de elevado valor financeiro, pela necessidade de urgência na entrega no exterior e por causa da localização geográfica do país de destino. Para o representante da empresa 03, "o transporte aéreo é usado para o Peru [...]; pode ser usado para outros mercados em caso de urgência". Para o representante da empresa 05, usa-se o transporte aéreo para "as pequenas remessas de mercadoria, até 200 kg, e que, geralmente, necessitam de urgência na entrega; são embarcadas no aeroporto [...], e transporte aéreo internacional". O representante da empresa 16 aponta que usou "o transporte aéreo para produtos de baixo peso (volume) e alto valor no mercado [...] pela urgência nas entregas; utilizamos o transporte aéreo com o custo muito mais elevado justamente para atender às necessidades do cliente no exterior".

O ponto de fronteira e o transporte rodoviário internacional foram utilizados para os deslocamentos de carga para os países que fazem fronteira terrestre diretamente com o Brasil, como o Uruguai, a Argentina, o Paraguai e a Bolívia, ou indiretamente, como o Chile. O representante das empresas 08, 09 e 10 destacou que, "para o Paraguai e a Argentina, usamos o transporte rodoviário em todo o percurso [...]; no caso de peças automotivas, usamos muito o transporte rodoviário (carreta Sider) para a Argentina [...]; é mais viável, mais ágil". A representante da empresa 17 destacou que "usa transporte rodoviário para levar diretamente a mercadoria de Montes Claros [...] para Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia". Outro fato que chamou a atenção foi o uso do transporte ferroviário em território boliviano, conforme destaca o representante da empresa 43: "Faço transporte rodoviário direto até Corumbá, no Mato Grosso do Sul; lá, o cliente assume a responsabilidade da carga, que segue de trem para La Paz/Bolívia".

A pesquisa mostrou que cada empresa tem estratégias específicas para o escoamento da produção exportada. A partir das informações coletadas, pode-se afirmar que os produtos siderúrgicos concentraram seu escoamento no porto do Rio de Janeiro (a maioria) e no de Sepetiba. Os produtos metalúrgicos foram escoados

pelo porto de Santos e pelos pontos de fronteira de São Borja e de Uruguaiana/RS. Os produtos químico-farmacêuticos de saúde animal foram escoados pelo porto de Santos, e os de saúde humana foram embarcados pelo porto de Sepetiba, aeroportos de Campinas e de Guarulhos. Os produtos têxteis foram enviados pelos portos de Santos, de Salvador e do Suape e pelos pontos de fronteira de Uruguaiana, de Foz do Iguaçu e de Corumbá. O setor de madeira utilizou os portos de Salvador e de Santos. O setor de mineração usou o porto de Vitória. O setor de cachaça usou os portos de Salvador, do Rio de Janeiro e de Santos e o ponto de fronteira de Uruguaiana. O setor de fruticultura usou o porto de Salvador. Outros setores concentraram o escoamento de suas exportações nos portos de Santos e do Rio de Janeiro.

Na análise das entrevistas, observou-se também que todas as empresas exportadoras agilizaram os fluxos das mercadorias contratando os serviços de transporte fora do norte de Minas Gerais, principalmente na região portuária do Rio de Janeiro, de Vitória, de Salvador e de Santos. Essa escolha ocorreu em virtude da concentração dos profissionais (despachante aduaneiro) e das empresas especializadas (operador logístico) nas atividades de prestação de serviços no setor de logística, transporte e comércio internacional. É importante destacar que as empresas da região norte mineira, especialmente do setor siderúrgico-metalúrgico, contrataram os serviços de transporte em Sete Lagoas/MG (cidade especializada no setor de siderurgia) para escoar as mercadorias até os terminais alfandegados. A falta de serviços especializados em transportes internacionais na região norte mineira estimulou as empresas exportadoras a buscarem esses serviços em outros centros logísticos do Brasil.

No escoamento das mercadorias por meio do modal de transporte marítimo, as empresas exportadoras priorizaram o uso dos contêineres de 20 e 40 pés dry cargo (carga seca) ou rifeer cargo (carga refrigerada), que foram alugados nas regiões portuárias. Ao simular a média dos custos da circulação dos contêineres no percurso nacional, observou-se que, na rota entre Pirapora/MG e o porto do Rio de Janeiro, os custos ficariam em aproximadamente 7 mil reais (moeda corrente) para contêineres de 40 pés dry cargo estufados (colocar mercadoria no contêiner) na unidade de produção da cidade mineira. Entretanto, se a empresa localizada em Pirapora fizesse a opção de estufagem de seus contêineres na região portuária, esse custo teria uma redução entre 40% e 50%. Por esse motivo, das 39 empresas que utilizaram porto e transporte marítimo, 32 optaram por fazer o serviço de estufagem de contêiner na região dos portos. Isso seria ou é uma forma de as empresas reduzirem seus custos operacionais com logística e transporte.

Na política de exportação norte mineira, é um grande desafio transportar as mercadorias das áreas interioranas para os terminais alfandegados e, consequentemente, colocá-las no mercado internacional, sendo que existem diversos problemas que

são empecilhos no escoamento da produção regional exportada. O quadro 2 mostra a percepção dos entrevistados acerca dos problemas e das possíveis soluções logísticas para melhorar a infraestrutura da rede de transporte para o escoamento das mercadorias exportadas.

Quadro 2 – Problemas e soluções logísticas para os setores exportadores no norte de Minas Gerais

Problemas logísticos	**Soluções logísticas**
Má conservação da malha rodoviária	Programas contínuos de investimentos para a melhoria da infraestrutura rodoviária
Precariedade e baixa cobertura do sistema ferroviário de cargas	Programas contínuos de investimentos na modernização do sistema ferroviário
Falta de serviços logísticos especializados	Mais oferta de serviços logísticos especializados
Burocracia no desembaraço das mercadorias	Modernização do sistema aduaneiro
Falta de transporte aéreo de cargas	Implantação de transporte aéreo de cargas
Falta de infraestrutura de apoio rodoviário nas margens das rodovias	Criação de infraestrutura de apoio nas margens das rodovias
Falta de uma Estação Aduaneira Interior – EADI (porto seco)	Instalação de uma EADI (porto seco)
Deficiências na infraestrutura logística portuária	Programa contínuo de modernização da infraestrutura do sistema portuário

Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro e fevereiro de 2010.
Elaborado por: Pereira (2010).

Os investimentos contínuos na infraestrutura de transportes terrestres, aquaviários e aeroviários são de suma importância para melhorar os fluxos de bens e serviços no espaço geográfico nacional e internacional e, assim, possibilitar a redução dos custos logísticos, elevar a capacidade competitiva dos produtos fabricados na região norte mineira e expandir os fluxos comerciais das exportações nos diferentes mercados mundiais.

Considerações finais

Os estudos dos transportes na geografia ocorrem a partir das relações interdisciplinares, mantendo constantes diálogos com outras ciências, permitindo investigar a organização espacial dos sistemas de transporte no espaço geográfico, os impactos

espaciais provocados por eles, as transformações da infraestrutura de transportes e as dinâmicas espaciais dos fluxos de pessoas, de mercadorias e de informações nas escalas regional, nacional e internacional.

No processo de desenvolvimento regional no norte de Minas Gerais, os investimentos em infraestrutura de transportes e os incentivos fiscais e financeiros foram elementos importantes para o processo de modernização econômica que possibilitou a expansão das atividades industriais, agrícolas e agroindustriais no espaço geográfico norte mineiro. Nesse contexto, encontra-se a organização das empresas exportadoras localizadas nessa região que estão inseridas no sistema de comércio internacional.

Na política de exportação da região norte de Minas Gerais, os setores siderúrgico-metalúrgico, têxtil/vestuário e químico-farmacêutico concentraram juntos mais de 94% dos fluxos financeiros e de peso/volume exportados. O transporte rodoviário foi responsável pelos fluxos de, aproximadamente, 89% dos valores financeiros e de 94,5% da quantidade em quilogramas das mercadorias exportadas do local de produção até os terminais alfandegados. No escoamento da produção exportada, o terminal portuário e o transporte marítimo internacional concentraram 85,75% dos fluxos financeiros e 96,8% da quantidade em peso/volume. O terminal aeroportuário e o transporte aéreo escoaram 9,56% dos valores financeiros e 0,24% da quantidade em peso/volume. Os pontos de fronteira e os transportes rodoviário e ferroviário internacional transportaram 4,69% dos fluxos financeiros e 3,18% da quantidade em quilograma.

A análise das informações extraídas das entrevistas semiestruturadas foi extremamente importante para se compreenderem as especificidades dos motivos que levaram os exportadores a utilizar os serviços de transporte para o escoamento da produção exportada. O transporte rodoviário concentrou os fluxos das exportações do local de produção até os terminais alfandegados por causa da agilidade, do menor custo operacional para várias rotas, por ser a única opção disponível e por possuir frota própria. Já o transporte ferroviário foi utilizado na rota entre Montes Claros e o porto de Salvador, que apresentou menor custo operacional para fluxo de contêiner vazio e estufado na empresa; porém, foi importante adaptar a produção a esse meio de transporte ferroviário, que é mais lento, se comparado aos outros.

O terminal alfandegado portuário e o transporte marítimo foram muito utilizados por causa da elevada oferta de serviços logísticos (transporte, armazenagem e transbordo) nas regiões portuárias, do menor custo dos fretes marítimos e por serem ideais para o transporte de grandes volumes de carga. O terminal aeroportuário e o transporte aéreo internacional foram utilizados para a circulação de cargas de elevado valor financeiro, de baixo peso/volume e pela necessidade de urgência na entrega para o exterior. Os pontos de fronteira e o transporte rodoviário e ferroviário internacional

foram utilizados para os deslocamentos de carga para alguns países que fazem fronteira terrestre direta ou indiretamente com o Brasil.

As empresas exportadoras localizadas no norte de Minas Gerais contrataram os serviços de transporte internacional principalmente nas regiões portuárias; grande parte delas optou por fazer estufagem dos contêineres nas regiões nas quais estão localizados os terminais portuários, pois isso possibilitou a redução nos custos dos fretes entre 40% e 50%. Além disso, os gargalos das redes de transportes podem ser minimizados, e até solucionados, em curto, médio e longo prazo, por meio de investimentos contínuos na infraestrutura de transporte, visando às melhorias no sistema de transporte rodoviário, ferroviário, aeroviário e marítimo, que são responsáveis pelas articulações dos fluxos de bens e serviços nos mercados interno e externo. Consequentemente, os produtos dessas empresas podem ser ainda mais competitivos no cenário internacional.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. e GEWANDSZNAJDER, Fernando. "O planejamento de pesquisas qualitativas". *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2002, pp. 147-76.

CRUZ NETO, Otávio. "O trabalho de campo como descoberta e criação". In MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 51-66.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS (DER/MG). *Mapa rodoviário*. Belo Horizonte, 2009. Disponível em http://www.der.mg.gov.br. Acesso em 26 dez. 2010.

HOYLE, Brian e KNOWLES, Richard. *Modern transport geography*. 2 ed. Chichester, UK: John Wiley & Sons Ltd., 2001, 382 p.

LAXE, Fernando González. "Puertos y transporte marítimo: ejes de uma nueva articulación global". *Revista de Economia Mundial*, Coruña, 2005, n. 12, pp. 123-48.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC/ALICEWEB2). *Exportação municípios*. Brasília, 2004. Disponível em http://www.aliceweb2. Acesso em 10 jan. 2012.

——. *Exportação municípios*. Brasília, 2005. Disponível em http://www.aliceweb2. Acesso em 10 jan. 2012.

——. *Exportação municípios*. Brasília, 2006. Disponível em http://www.aliceweb2. Acesso em 10 jan. 2012.

——. *Exportação municípios*. Brasília, 2007. Disponível em http://www.aliceweb2. Acesso em 10 jan. 2012.

——. *Exportação municípios*. Brasília, 2008. Disponível em http://www.aliceweb2. Acesso em 10 jan. 2012.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. "O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE". In MARTINS, Marcos Fábio e RODRIGUES, Luciene (orgs.). *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000, pp. 13-103.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves. *Planejamento e desenvolvimento: logística de transportes e exportações na mesorregião norte de Minas Gerais* (dissertação). UNIMONTES, 2010, 172 f.

—— e LESSA, Simone Narciso. "Processo de planejamento e desenvolvimento da logística de transportes". *Revista Mercator*, Fortaleza, mai.-ago. 2011, v. 10, n. 22, pp. 37-56.

PEYRELONGUE, Carlos Martner. "El puerto y la vinculación entre lo local y lo global". *Revista Eure*, Santiago, set. 1999, v. 25, n. 75, pp. 103-20.

PONS, Joana María Seguí e REYNÉS, Maria Rosa Martínez. *Geografía de los transportes*. Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, 2004, 444 p.

RODRIGUE, Jean-Paul. "Globalization and the synchronization of transport terminals". *Journal of Transport Geography*, Manchester, dez. 1999, v. 7, n. 4, pp. 255-61.

—— et al. *The geography of transport systems*. 2 ed. Abingdon/Oxon/England/Nova York: Routledge, 2006, 368 p.

RODRIGUES, Luciene. "Traços e cronologia do planejamento para o desenvolvimento no Brasil". *Revista Caminhos da História* (UNIMONTES), 1999, v. 4, n. 4, pp. 33-60.

——. "Formação econômica do norte de Minas e o período recente". In MARTINS, Marcos Fábio e RODRIGUES, Luciene (orgs.). *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000, pp. 105-72.

Complementaridade das técnicas quantitativas e qualitativas nos estudos ambientais: o solo e o manejo como foco de pesquisa

Thalita Mendes Resende
Vania Rosolen

O desenvolvimento de pesquisas em meio ambiente exige conceitos, métodos e aplicação de técnicas inter e multidisciplinares. O paradigma ambiental que ocupa o centro das discussões econômicas, políticas e sociais em todas as esferas de governo é um dos enfoques da geografia. Contudo, ao ampliar o foco sobre os objetos de estudo classificados como ambientais, inúmeras possibilidades existem dentro da geografia, permitindo a aplicação de métodos e técnicas por vezes mais quantitativos ou qualitativos em razão do caráter físico e humano que a caracteriza.

Considerando-se algumas questões de ordem ambiental de interesse internacional atreladas mais particularmente aos meios tropicais (entendidos como a faixa de terra cuja extensão geográfica situa-se entre as latitudes de 30°N e 30°S), destaca-se a conservação do solo. Segundo Lal (1999), os solos, como recurso nos trópicos, são heterogêneos e apresentam diferenças consideráveis em relação à qualidade e às limitações impostas para efetivar suas capacidades produtivas. Em função de características climáticas severas, cultivos com baixa tecnologia e elevada pressão demográfica, são esperados problemas de degradação dos solos e degradação ambiental que resultam em perdas relacionadas ao próprio recurso, como erosão, diminuição do teor de matéria orgânica,

perda estrutural, perda e desequilíbrio de nutrientes e redução da biodiversidade, assim como reflexos na produtividade, na segurança alimentar e na qualidade ambiental.

A equalização entre os ganhos e as perdas ambientais e sociais relacionadas ao solo depende essencialmente da capacidade de manter sua resiliência em razão de seu uso e dos sistemas de manejo. O uso do conceito de resiliência nos estudos ambientais e, por conseguinte, para a geografia é adequado por tratar da esfera social e ambiental, ou seja, é um sistema interdependente entre pessoas e natureza, verdadeiro para comunidades locais e seus ecossistemas de entorno, mas válido também em escala global relacionando a aceleração das atividades humanas sobre a Terra (Folke et al., 2010). Em vista dessa relação, é irracional separar o ecológico e o social ou tentar explicá-los independentemente, mesmo que para fins analíticos.

A agricultura (cultivos e pastagens) ocupa hoje 38% da superfície da Terra, configurando-se como o uso da terra de maior extensão em área (Fao, 2011). Ocupa as melhores terras disponíveis, pois o restante delas possui grandes limitações por se tratar de desertos, montanhas, tundras, cidades, reservas ambientais ou, ainda, outras impróprias para a agricultura. Apesar desse uso intensivo do solo, até recentemente, a comunidade científica não podia medir, monitorar e analisar as complexas ligações entre os sistemas agrícola e alimentar na escala global, enquanto hoje existem dados que permitem avaliar o padrão e as tendências da agricultura e do ambiente (Foley et al., 2011).

Os impactos ambientais relacionados à agricultura podem ser de duas formas (West et al., 2010; Foley et al., 2011): (1) causados pela expansão, quando áreas com vegetação original são convertidas em áreas agrícolas ou; (2) causados pela intensificação, quando o aumento da produção é resultado do aumento do uso de fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização. No primeiro caso, a substituição de áreas virgens por terras agrícolas causa severos impactos na biodiversidade e nos estoques de Carbono orgânico do solo. A agricultura, no mundo, converteu cerca de 70% das áreas originalmente cobertas por gramíneas, 50% das savanas, 45% das florestas decíduas temperadas e 27% da floresta tropical, e acredita-se que, nos trópicos, cerca de 80% das novas áreas agrícolas substituirão áreas originais que concentram elevada biodiversidade de serviços ecossistêmicos (Ramankutty et al., 2008). No Brasil, admite-se que 75% da emissão de CO_2 venham da agricultura e da mudança do uso da terra, o que significa que a agricultura representa mais de dois terços do total das emissões nacionais (Cerri et al., 2007). A intensificação agrícola, aumentada drasticamente nas últimas décadas, está atrelada ao crescimento do uso de energia, à pressão sobre os recursos hídricos e à poluição (Matson et al., 1997).

Em virtude do aumento de área e de tecnologias, a produção agrícola em todo o mundo vem crescendo substancialmente desde 1960, embora não sem contradições,

uma vez que uma em sete pessoas é malnutrida ou faminta (Foley et al., 2011) e estas concentram-se, em grande número, nas regiões tropicais.

A expansão e a intensificação agrícolas são duas características importantes da agricultura praticada no cerrado. As formações savânicas da América do Sul são apresentadas como uma das maiores áreas de potencial de desenvolvimento da agricultura e consideradas alternativas para evitar o aumento do desmatamento das florestas tropicais úmidas com elevada biodiversidade (López-Hernández, 1998).

O cerrado, considerado inapto para a agricultura até aproximadamente a década de 1960, a partir de então, torna-se área de utilização intensiva agrícola conduzida pelo desenvolvimento dos segmentos industriais de máquinas agrícolas, de agroquímicos e de melhorias fitossanitárias fortemente apoiados pelas políticas governamentais e grandes grupos ou empresas nacionais e estrangeiros que comandam o agronegócio (Brossard e López-Hernández, 2005; Pereira, 2012). Imensas áreas de vegetação original foram e continuam sendo desmatadas para dar espaço a monoculturas de grãos (soja e milho, principalmente), algodão, pastagens melhoradas associadas com pastagens degradadas, implantação de florestas homogêneas para produção de carvão e celulose e, nos últimos anos, a expansão da cana-de-açúcar. É inquestionável o desenvolvimento econômico relacionado ao agronegócio regional, mas é inegável também que tenha havido uma série de impactos ambientais relacionados especificamente ao solo.

Interpretar os impactos ambientais relacionados ao solo é relacionar parâmetros indicadores de qualidade do solo com algumas características inerentes ao próprio solo que determinam maior ou menor susceptibilidade e, enfim, avaliar o uso da terra e as condições históricas que levaram à conversão e às opções de manejo escolhidas pelo produtor. É nesse sentido que o desenvolvimento de pesquisas sobre conservação dos solos e avaliação da qualidade ambiental deve se pautar pelo uso de técnicas quantitativas, que fornecem valores de referência para a classificação do estado dos ambientes, e técnicas qualitativas, que fornecem informações sobre as ações que podem desencadear o impacto e as motivações sociais, políticas e econômicas associadas a elas.

Técnicas quantitativas e qualitativas tendo o solo como objeto da análise ambiental

Técnicas quantitativas

Avaliar a qualidade é dar um caráter de utilidade do solo para o desenvolvimento das atividades humanas. Assim, o solo perde a qualidade quando há o declínio da capacidade produtiva causada pelo mau uso. A avaliação da qualidade do solo é feita por meio de parâmetros de qualidade, que podem ser químicos, físicos e biológicos, e

o monitoramento do comportamento desses parâmetros ao longo do tempo permite avaliar a conservação do solo. O uso adequado garante a resiliência desse recurso e é condição para manter a capacidade de produção de alimentos.

Os indicadores de qualidade podem ser quantitativos e objetivos ou qualitativos e subjetivos. O termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a determinada meta (Hammond et al., 1995). Nessa etapa do estudo, optou-se por indicadores quantitativos.

Diante da necessidade de avaliar os impactos relacionados ao uso do solo agrícola no cerrado visando atribuir um caráter mais amplo ao impacto ambiental e manter a capacidade produtiva, optou-se pelo solo como objeto de análise. Dentre os parâmetros possíveis de ser avaliar, escolheu-se como indicador de qualidade o Carbono orgânico do solo, porque este, em ambientes tropicais, é um componente fundamental do potencial produtivo dos solos. A matéria orgânica do solo, composta por aproximadamente 90% de Carbono, tem grande importância como fonte de nutrientes para vegetais, complexação de elementos tóxicos e micronutrientes, estabilidade estrutural, infiltração e retenção de água, aeração e serve como fonte de energia aos organismos heterotróficos. Sob vegetação natural, o conteúdo de matéria orgânica do solo encontra-se estável, em um balanço que envolve adição e perda. A conversão de ecossistemas naturais em sistemas agrícolas altera esse balanço e ocasiona uma redução acentuada quando se utilizam métodos de preparo com intenso revolvimento do solo e sistemas de cultura com baixa adição de resíduos vegetais. As quantidades de Carbono adicionadas ao solo e perdidas se dão em função da umidade, da temperatura e das práticas de manejo. Em regiões tropicais, a perda do Carbono da matéria orgânica é elevada, e esse comportamento justifica sua escolha como parâmetro de qualidade nos solos do cerrado.

A aplicação do indicador Carbono do Solo para avaliar a qualidade baseia-se no teor total (Carbono Orgânico Total – COT %) e no Carbono Isotópico (^{13}C), que fornece informações sobre a fonte do Carbono. Usando-se o C%, pode-se avaliar o quanto de Carbono foi incorporado ou perdido na conversão e o ^{13}C permite avaliar se houve a incorporação de Carbono de outra fonte (agrícola, nesse caso) que não seja aquela da vegetação original (nesse caso, cerradão). Ambos são determinados por espectrômetro de massa.

Obtém-se o teor total do Carbono Orgânico estimando-se a diferença entre o Carbono Total e o Carbono Inorgânico. Expressa-se o resultado em porcentagem (%) de Carbono Orgânico (C).

Quanto à determinação da fonte do Carbono, parte-se do conhecimento que na natureza existem dois isótopos estáveis de Carbono: o ^{12}C, que é o mais leve e apresenta

a maior proporção no C total existente na natureza (98,89%); e o ^{13}C, que representa apenas 1,11%. Essas proporções se mantêm relativamente estáveis em qualquer resíduo orgânico. Para avaliar essa modificação na proporção de $^{13}C/^{12}C$ em uma amostra, adota-se como referência um padrão internacional. Esse padrão é uma rocha calcária dolomítica (*Belemnita*) encontrada em uma formação geológica denominada *Pee Dee Belemnite* (PDB), na Carolina do Norte (EUA), que tem uma relação molar de $^{13}C/^{12}C$ (R) constante de 0,01124. Os desvios da proporção de $^{13}C/^{12}C$ em relação ao padrão são conhecidos como unidades δ (letra grega delta minúscula), e, como essas diferenças são valores muito pequenos, convencionou-se expressá-los em partes por mil (‰) (equação 1). As relações molares $^{13}C/^{12}C$ do CO_2 atmosférico e das plantas são inferiores ao padrão PDB, e, por isso, seus valores de $\delta^{13}C$ são negativos. No caso do CO_2 atmosférico, os valores observados são próximos de -7 ‰δ; e, no das plantas, variam de -11 a -35 ‰ δ (Farquhar, Ehleringer e Hubick, 1989).

$$\textit{Equação 1:} \quad \delta‰ = \left(\frac{\text{R amostra}}{\text{R padrão}} - 1\right) \text{x } 1.000$$

onde R é a relação isotópica $^{13}C\,/^{12}C$.

Pôde-se aplicar a técnica de abundância natural de ^{13}C nos estudos da dinâmica da matéria orgânica do solo por causa da diferença na relação dos isótopos de C que existem nos diversos grupos de plantas de ciclos fotossintéticos C_3 e C_4. Plantas de ciclo C_3 apresentam variações na abundância isotópica de ^{13}C de -20 a -34 δ (média de -27 δ). Grande parte das espécies florestais pertence a esse grupo. As plantas de ciclo C_4 discriminam menos o ^{13}C e apresentam valores que variam de -9 a -17 δ (média de -13 δ) (Smith e Epstein, 1971).

Devem-se fazer as coletas das amostras de solo: (1) em uma área considerada valor de referência; e (2) nos diferentes usos do solo que se queira avaliar, cujos valores serão confrontados com os resultados da referência. Devem-se realizar as coletas na camada superficial do solo até aproximadamente 30 cm de profundidade, pois os maiores teores de Carbono Orgânico encontram-se estocados na superfície do solo, e o desflorestamento e a perda por mineralização se refletem de forma mais rápida e acentuada nessa camada (Bernoux et al., 2002). Em cada categoria de uso, devem-se coletar pelo menos três amostras para possibilitar o cálculo da média e do desvio padrão.

A aplicação dessas técnicas quantitativas escolhidas como parâmetros de qualidade dos solos em um estudo na Bacia do Ribeirão Bom Jardim, no município de Uberlândia/MG, resultou nos dados apresentados a seguir (tabela 1).

Sob vegetação original de cerrado arbóreo, na profundidade entre 0-10 cm, determinaram-se os teores de Carbono (C%) de 1,5 a 2% (média de 1,75%; desvio padrão de 0,26); e, na profundidade entre 20-30 cm, de 0,77 a 0,92% (média de 0,86%; desvio padrão de 0,08). No solo recoberto com pastagem melhorada, entre 0-10 cm, C% variou entre 0,91 e 1,43% (média de 1,13%; desvio padrão de 0,27); e, entre 20-30 cm, de 0,67 a 0,75% (média de 0,7%; desvio padrão de 0,04). A perda média aproximada de Carbono nas camadas de solo de pastagem melhorada em relação às camadas do solo do cerrado foi de aproximadamente 22% nos primeiros 10 cm de profundidade e de 19% na profundidade entre 20-30 cm.

No solo com pastagem degradada, houve nitidamente um empobrecimento de C, tanto em superfície quanto em subsuperfície (63,43% e 50%, respectivamente). Na profundidade entre 0-10 cm, os teores de C variaram de 0,61 a 0,66% (média de 0,64%; desvio padrão de 0,03); e, entre 20-30 cm, de 0,41 a 0,45% (média de 0,43%; desvio padrão de 0,02). No solo cultivado com soja, os teores de C na superfície, entre 0-10 cm, variaram de 2,06 a 2,36% (média de 2,23%; desvio padrão de 0,15); e, entre 20-30 cm, de 1,54 a 1,74% (média de 1,64%; desvio padrão de 0,10).

Tabela 1 – Análise de teor e origem do Carbono sob diferentes usos da terra e cobertura vegetal – Bacia do Ribeirão Bom Jardim

Ponto	**Identificação (uso atual)**	**Prof.*** (cm)**	**Teor e origem do Carbono**	
			C Total (g/100g)	**$\delta^{13}C$ (‰)**
C-1-1	Cerrado	0-10	1,74	-26,08
C-1-2	Cerrado	20-30	0,92	-25,04
C-2-1	Cerrado	0-10	2,01	-26,18
C-2-2	Cerrado	20-30	0,90	-24,84
C-3-1	Cerrado	0-10	1,50	-26,33
C-3-2	Cerrado	20-30	0,77	-24,44
Média	Cerrado	0-10	1,75	-26,20
DP*			0,26	0,13
Média	Cerrado	20-30	0,86	-24,77
DP*			0,08	0,31
S-1-1	Soja/milho**	0-10	2,28	-20,54
S-1-2	Soja/milho**	20-30	1,74	-18,48
S-2-1	Soja/milho**	0-10	2,36	-16,66
S-2-2	Soja/milho**	20-30	1,54	-14,81
S-3-1	Soja/milho**	0-10	2,06	-17,43
S-3-2	Soja/milho**	20-30	1,65	-16,13

Média	Soja/milho**	0-10	2,23	-18,21
DP*			0,15	2,06
Média	Soja/milho**	20-30	1,64	-16,47
DP*			0,10	1,86
	Pastagem manejada	0-10	0,91	-13,34
PM-1-2	Pastagem manejada	20-30	0,69	-13,05
PM-2-1	Pastagem manejada	0-10	1,06	-13,36
PM-2-2	Pastagem manejada	20-30	0,67	-13,17
PM-3-1	Pastagem manejada	0-10	1,43	-13,39
PM-3-2	Pastagem manejada	20-30	0,75	-12,85
Média	Pastagem manejada	0-10	1,13	-13,37
DP*			0,27	0,03
Média	Pastagem manejada	20-30	0,70	-13,03
DP*			0,04	0,16
	Pastagem degradada	0-10	0,63	-13,93
PD-1-2	Pastagem degradada	20-30	0,45	-14,62
PD-2-1	Pastagem degradada	0-10	0,61	-13,96
PD-2-2	Pastagem degradada	20-30	0,41	-14,38
PD-3-1	Pastagem degradada	0-10	0,66	-14,57
PD-3-2	Pastagem degradada	20-30	0,44	-13,50
Média	Pastagem degradada	0-10	0,64	-14,15
DP*			0,03	0,36
Média	Pastagem degradada	20-30	0,43	-14,17
DP*			0,02	0,59

Legenda: * desvio padrão; ** soja rotação com milho; *** profundidade.

Em relação à origem do Carbono, o enriquecimento ou o empobrecimento no solo estão acompanhados de mudanças da assinatura isotópica ($\delta^{13}C$). Na área de estudo, a matéria orgânica do solo (MOS) da área recoberta por cerrado apresentou $\delta^{13}C$ entre -26,08 e -26,33‰ na profundidade entre 0-10 cm (média de -26,20‰; desvio padrão de 0,13); e, entre -24,44 e -25,04‰, entre 20-30 cm (média de -24,77‰; desvio padrão de 0,31). O $\delta^{13}C$ da matéria orgânica dos solos atualmente usados com pastagem melhorada, pastagem degradada e soja e milho difere daqueles determinados sob cerrado e indica clara tendência de alteração da decomposição e incorporação da MOS nas áreas convertidas. Houve mudança nítida de incorporação de plantas C_4 originadas da gramínea forrageira *Brachiaria spp*. no solo convertido em pastagem melhorada (15 anos de conversão), que apresentou $\delta^{13}C$ entre -12,85 e -13,39‰ (média de -13,37‰ entre 0-10 cm e de -13,03‰ entre 20-30 cm de profundidade). Determinou-

-se assinatura isotópica similar no solo com pastagem degradada (40 anos de conversão), que apresentou $\delta^{13}C$ entre -13,50 e -14,62‰ (média de -14,15‰ entre 0-10 cm e de 14,17‰ entre 20-30 cm de profundidade). Na área cultivada com soja e milho (10 anos de conversão com sistema de plantio direto), determinou-se assinatura isotópica, que indica mistura de vegetação resultante da incorporação no solo de raízes e resíduos de soja (C_3) e milho (C_4). Os valores mínimos e máximos que se obtiveram nas profundidades entre 0-10 e 20-30 cm foram, respectivamente, -14,81 e -20,54‰ (a média que se obteve nas profundidades entre 0-10 cm foi de -18,21‰ e entre 20-30 cm de -16,47‰). Os resultados indicaram que, após 15 e 40 anos de conversão do cerrado arbóreo em pastagens, houve modificações relacionadas ao decréscimo do teor e à substituição do C derivado da MOS de espécies arbóreas C_3 pelo C da MOS derivada de gramíneas C_4 cultivadas ou não. A conversão em área agrícola não foi acompanhada por diminuição da taxa de Carbono, mas, sim, da qualidade da MOS.

Portanto, as técnicas quantitativas puderam fornecer valores de referência para a classificação do estado de degradação e/ou conservação dos ambientes. Essas técnicas visam garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e de interpretação e aumentar a margem de segurança das soluções encontradas.

Técnicas qualitativas

As pesquisas ambientais não utilizam apenas técnicas quantitativas e estatísticas. Antes de se obterem os dados quantitativos, são necessárias várias etapas que envolvem o uso de técnicas sociais, comumente utilizadas na pesquisa qualitativa. Elas são precursoras para a coleta de informações, a obtenção de resultados e a interpretação dos dados quantitativos. Essas etapas iniciais se inserem num método de pesquisa social que pode utilizar uma infinidade de técnicas para atingir os objetivos propostos.

Para obter uma compreensão global do objeto de estudo, a pesquisa ambiental deve partir de uma metodologia de trabalho baseada no entendimento das características e do arranjo sistêmico da área de interesse e de seu entorno, bem como do subsistema socioeconômico a ela associado (Seabra, 2001).

Portanto, somado às técnicas quantitativas, essenciais na descrição, mensuração e interpretação das variáveis ambientais, faz-se imperativo o uso de técnicas qualitativas, as quais fornecerão informações sobre as ações que podem desencadear o impacto e as motivações sociais, políticas e econômicas a elas associadas.

É necessário descobrir e classificar a relação entre variáveis e, ainda, investigar a relação de causalidade entre fenômenos. Para isso, inúmeros métodos e técnicas qualitativos são direta ou indiretamente utilizados no processo de coleta de dados na pesquisa ambiental. Dentre eles, pretende-se abordar os que são mais utilizados nessa área de

pesquisa e, muitas vezes, não são sequer descritos como parte da metodologia: observação simples, trabalho de campo e entrevista.

Na área pesquisada, a aplicação da técnica de observação simples consistiu no reconhecimento da área de pesquisa. Possibilitou a obtenção dos elementos para a definição do problema da pesquisa; favoreceu a construção de hipóteses acerca deste; e direcionou a escolha dos pontos de coleta e a posterior obtenção de dados. Por se tratar de uma técnica pouco sistemática (Gil, 1999), conjugou-se a outras técnicas, quantitativas, para obtenção de dados com maior confiabilidade. A pesquisa científica caminha para um único objetivo, que é a demonstração da verdade por meio da observação e da experimentação (Seabra, 2001).

A observação é o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. Pode, porém, ser utilizada como procedimento científico, na medida em que serve a um objetivo formulado de pesquisa, é sistematicamente planejada, registrada e ligada a proposições mais gerais e é submetida a verificação e controles de validade e precisão (Selltiz et al., 1967).

A técnica de observação constitui elemento fundamental no processo de pesquisa; é imprescindível desde a formulação do problema e passa pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados. Todavia, é mais utilizada na fase de coleta de dados. Segundo Gil (1999), sua principal vantagem em relação a outras técnicas é que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação, o que reduz a subjetividade. Embora possa ser caracterizada como espontânea, informal, não planificada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples constatação dos fatos. Exige-se um mínimo de controle na obtenção dos dados. Além disso, a coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científicos.

Para que houvesse a observação e o reconhecimento da área de pesquisa, fez-se necessária a realização do trabalho de campo. Essa técnica permitiu a interação do pesquisador com o objeto de estudo. É no campo que o pesquisador percebe e apreende os vários aspectos que envolvem seu estudo, tanto naturais quanto sociais.

Compiani (1991) destaca o campo como cenário de geração, problematização e crítica do conhecimento, onde o conflito entre o real e as ideias ocorre com toda a intensidade. Em geografia, os trabalhos de campo são imprescindíveis, pois permitem ao pesquisador se posicionar perante o saber teórico e a realidade vigente, desmitificando a ciência e construindo um saber mais próximo de seu cotidiano. Além disso, possibilitam a percepção da inter-relação entre os aspectos físicos e humanos (objetos de estudo concomitantes).

O trabalho de campo em geografia requer a definição de espaços de conceituação adequados aos fenômenos que se desejam pesquisar e analisar na realidade. É preciso,

também, reafirmar a necessidade de superação das dicotomias e ambiguidades características da geografia. O trabalho de campo é instrumento-chave para a superação dessas ambiguidades, sem priorizar a análise dos chamados fatores naturais nem a dos fatores humanos (ou "antrópicos"). Deve basear-se na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado. O trabalho de campo em geografia deve perseguir, portanto, a ideia de particularidade na totalidade (Serpa, 2006).

A realização do trabalho de campo num estudo pedológico é de suma importância para a coleta das amostras de solo. A escolha dos pontos deve estar relacionada com alguns parâmetros, sendo que a variabilidade dos parâmetros no campo garante a precisão e a qualidade dos resultados.

No momento do trabalho de campo, além da observação simples, utilizou-se a técnica de entrevista com os produtores, para que houvesse o reconhecimento do histórico de uso e ocupação do solo. Por meio da entrevista, puderam-se compreender claramente as opções político-econômicas agrícolas adotadas (convencional ou plantio direto), bem como a viabilidade do manejo visando à conservação.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta ao investigado e formula perguntas para obter dados de interesse. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Possibilita o acesso referente aos mais diversos aspectos da vida social, permite a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano, sendo eles suscetíveis de classificação e quantificação (Gil, 1999).

O diagnóstico político, social e econômico compreende a elaboração de um perfil atualizado sobre a área de estudo. Devem-se levar em consideração vários aspectos do processo de ocupação e dos meios de produção e apresentar, a partir de condições sociais determinadas, as principais tendências de uso do espaço, suas formas de produção e os modos de vida a elas associados. São essas relações sociais de produção que se manifestam integralmente no uso e na ocupação do espaço e acarretam consequências de natureza ambiental (Seabra, 2001).

As informações sobre as técnicas empregadas devem ser integradas aos dados quantitativos obtidos por análises laboratoriais e formar um quadro coerente da realidade pesquisada.

O uso e a ocupação do solo da área de estudo deverão ser enfocados tanto sob o ponto de vista da situação atual quanto em relação ao processo histórico de formação econômica e territorial. Nesse sentido, o objetivo principal da entrevista com os produtores consistiu em levantar as informações acerca da expansão espaçotemporal da agricultura e da pecuária. Também se devem ressaltar as ações governamentais na criação de infraestruturas rurais e/ou na facilitação de investimentos na produção. Por

exemplo, na área de estudo, a pastagem manejada que incorporou mais Carbono no solo em relação à pastagem natural é resultado da aplicação de tecnologia agrícola para melhoria de pastagens com *brachiaria* efetivada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cujos resultados positivos, em relação à qualidade ambiental ou ao aumento da produção, proporcionaram a obtenção de maiores lucros.

Considerações finais

A definição de parâmetros ou indicadores para medir a qualidade ambiental em sistemas agrícolas não é tarefa simples e de consenso, pois inúmeros fatores mudam ao longo do tempo, como as evoluções tecnológicas, a introdução de novos sistemas de cultura, os erros associados aos diferentes pontos de amostragem e os problemas de capitalização e de financiamento (Brossard e López-Hernández, 2005). Consciente da complexidade dos sistemas naturais e antrópicos, acredita-se que avaliar a qualidade relacionada ao uso do solo é utilizar indicadores que reflitam a melhoria ou a preservação dos parâmetros físicos, químicos e biológicos obtidos na amostra de referência.

As técnicas quantitativas e qualitativas se complementam nos estudos ambientais. O uso dos teores de Carbono Total e assinatura isotópica do Carbono é particularmente útil para avaliar o impacto gerado pela agricultura nas áreas de cerrado convertidas; porém, uma análise mais precisa e completa ocorre quando se associam técnicas qualitativas de pesquisa. Conhecer o histórico do uso fornecido pelo produtor assegura a interpretação dos resultados numéricos. Obter informações por meio de entrevistas permite a correlação entre as técnicas de manejo do solo aplicadas e o nível de degradação ou conservação deste. Finalmente, a capacidade de investimento, o acesso à informação e as tecnologias agrícolas informadas pelo agricultor respaldam as avaliações sobre alguns motivos que levam os proprietários de terra a optar entre técnicas de manejo mais ou menos conservacionistas.

O modelo de agricultura do cerrado pode se revelar conflitivo frente às necessidades de conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. A expansão recente da fronteira agrícola nesse bioma deve não apenas assegurar a produção, mas também permitir interrogar se o sistema de produção já efetivado provoca e provocará variações nos quadros bioclimáticos e sociais (Brossard e López-Hernández, 2005).

Referências

BERNOUX, Martial et al. “Brazil’s soil carbon stocks”. *Soil Science Society American Journal*, Madison, 2002, v. 66, pp. 888-96.

BROSSARD, Michel e LÓPEZ-HERNÁNDEZ, Danilo. “Des indicateurs d’évolution du milieu et des sols pour render durable I’usage des savanes d’Amérique du Sud”. *Natures Sciences Sociétés*, Paris, 2005, v. 13, pp. 266-78.

CERRI, Carlos E. P. et al. “Tropical agriculture and global warming: impacts and mitigation options”. *Scientia Agricola*, Piracicaba, 2007, v. 64, n. 1, pp. 83-99.

COMPIANI, Maurício. “A relevância das atividades de campo no ensino de geologia na formação de professores de ciências”. *Cadernos do IG/Unicamp*, 1991, v. 1, n. 2, pp. 2-25.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAOSTAT). *Agricultural production*. Disponível em http://faostat.fao.org/site/567/default.aspx#ancor. Acesso em dez. 2011.

FARQUHAR, Graham D.; EHLERINGER, James. R.; HUBICK, Kerry. T. “Carbon Isotope discrimination and photosynthesis”. *Annual Review of Plant Physiology and Molecular Biology*, Palo Alto, 1989, v. 40, pp. 503-37.

FOLEY, Jonathan A. et al. “Solutions for a cultivated planet”. *Nature*, Londres, 2011, v. 478, pp. 337-42.

FOLKE, Carl et al. “Resilience thinking: integrating resilience, adaptability and transformability”. *Ecology and Society*, Tempe, 2010, v. 4, n.15, pp. 1-9.

GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAMMOND, Allen et al. *Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development*. Washington: WRI, 1995, 53 p.

LAL, Rattan. “Managing tropical soil resource for food security and environmental quality”. In FORMOSO, M. L. L. e CERRI, C. C. (orgs.). *Workshop on tropical soils*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1999, pp. 31-54.

LÓPEZ-HERNÁNDEZ, Danilo. “Agricultura de bajos insumos en el entorno sabana-bosque como un medio para reducir la presión sobre la selva tropical húmeda”. *Informe Final CONICIT Proyecto RP VII 29 00 89*, 1998.

MATSON, Pamela A. et al. “Agricultural intensification and ecosystem properties”. *Science*, Washington, 1997, n. 277, pp. 504-9.

PEREIRA, Mirlei F. V. “Os agentes do agronegócio e o uso do território no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana-de-açúcar”. *Revista do Departamento de Geografia* (USP), 2012, v. 23, pp. 83-104.

RAMANKUTTY, Navin et al. “Farming the planet: 1. Geographic distribution of global agricultural lands in the year 2000”. *Global Biogeochemistry Cycles*, 2008, v. 22, GB1003.

SEABRA, Giovanni. F. *Pesquisa científica: o método em questão*. Brasília: Ed. UnB, 2001, 124 p.

SELLTIZ, Claire et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Herder/EDUSP, 1967, 688 p.

SERPA, Angelo. “O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, 2006, n. 84, pp. 7-24.

SMITH, Bruce N. e EPSTEIN, Samuel. “Two categories of $^{13}C/^{12}C$ ratios for higher plants”. *Plant Physiology*, Rockville, 1971, v. 47, pp. 380-4.

WEST, Paul C. et al. “Trading Carbon for food: global comparison of Carbon stocks vs. crop yields on agricultural land”. *PNAS*, Washington, 2010, v. 107, n. 46, pp. 19645-8.

Abordagem qualitativa na identificação das competências e habilidades sociais dos agentes de saúde no município de Campina Grande/PB

Antônio Pereira Cardoso da Silva Filho
Martha Priscila Bezerra Pereira

As políticas públicas de saúde são desenvolvidas como formas de enfrentamento de problemas relacionados à saúde coletiva ou individual. São evidenciadas a partir de modelos assistenciais que, segundo Paim, estruturam-se por "combinações tecnológicas estruturadas para o enfrentamento de problemas de saúde em determinados espaços-populações, incluindo ações sobre ambiente, grupos populacionais, equipamentos e usuários de serviços de saúde" (1999, p. 476).

A Vigilância Ambiental em Saúde (VAS) caracteriza-se como um conjunto de ações que, entre outras práticas, detecta qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes ambientais, buscando viabilizar medidas de prevenção e controle dos fatores do ambiente que interferem na saúde humana (Brasil, 2002). Essas colaborações para a promoção da saúde se configuram no âmbito da VAS por meio de ações diretas e imediatistas como o trabalho dos agentes de combate às endemias (ACEs), que, segundo Bezerra (2008), consiste no diagnóstico de problemas, na notificação de agravos e na minimização e eliminação de riscos ambientais biológicos e não biológicos. Outra forma de contribuição dessas políticas para a melhoria das condições ambientais ocorre a partir de trabalhos de educação em saúde e planejamento de ações intersetoriais.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) atua a partir de ações de promoção da saúde e de prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos e na manutenção da saúde da comunidade na qual está territorializada (Lobato, 2009). Baseia-se no trabalho de equipes multiprofissionais em Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSFs), formadas por médico, enfermeiro, dentista e auxiliares, além dos agentes comunitários de saúde (ACSs) (Pereira e Barcellos, 2006). Assim, concorda-se com Lobato (2009), quando esta afirma que, em síntese, a ESF, por ter um território definido e uma população delimitada, é um sistema hierarquizado e regionalizado de saúde, que, além de ampliar o acesso da população a tratamentos de saúde, organiza racional e hierarquicamente os diferentes níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, para a divisão territorial desse serviço de saúde, não há um estudo dirigido das condições sociais, econômicas, culturais etc. da localidade na qual ele se instala, o que acarreta um sério problema na distribuição dos recursos sociais.

Tanto a VAS quanto a ESF se configuram no âmbito da comunidade como recurso mobilizador de táticas que visam à melhoria das condições sociais e de saúde da população. A estruturação dessas políticas públicas de saúde estende-se aos aspectos relacionados a prevenção, tratamento e educação em saúde, e elas também podem servir de indicadores sociais voltados à comunidade em que se programam por meio de ações em conjunto entre esta e as equipes. Os ACSs e os ACEs, profissionais responsáveis pela viabilização do elo entre a comunidade e essas políticas, desenvolvem práticas que, além de interferirem diretamente na modificação da realidade local, podem auxiliar em estratégias de combate a problemas de cunho social em escala mais abrangente.

Dessa forma, busca-se identificar e analisar as competências sociais desenvolvidas pelos agentes de saúde inseridos na ESF e na VAS no município de Campina Grande/PB.

As competências e práticas sociais dos agentes de saúde

Os ACSs estão distribuídos nos municípios brasileiros com o objetivo de combater e prevenir diversos problemas inerentes à saúde, estando envolvidos diretamente com a prevenção, o tratamento e a educação em saúde (Pereira, 2011). Distribuem-se em UBSFs e possuem número de famílias e territorialidade definidos em planejamentos realizados no município pelos superiores hierárquicos. Já os ACEs têm como principal preocupação o ambiente e objetivam combater vetores que possam interferir nas condições de saúde da comunidade. Organizam-se por uma territorialidade determinada e possuem um Ponto de Apoio (PA) na área de trabalho, a qual, geralmente, não dispõe de uma estrutura capacitada (Pereira, 2011).

Assim, esses profissionais atuam em atividades relacionadas com: a) o mapeamento de áreas de risco; b) o cadastro de microáreas; c) a confecção de relatórios; d)

a participação no processo de programação e planejamento local; e) o acompanhamento das famílias; f) o desenvolvimento de ações básicas de saúde; g) a orientação à comunidade na utilização de serviços de saúde; e h) a alimentação do banco de dados nacional sobre ações relacionadas ao combate à dengue e sobre atividades relacionadas à observação da presença de vetores e riscos ambientais (Pereira, 2011; Costa Neto apud Saupe et al., 2005).

Nessa perspectiva, as competências são capacidades mais gerais de desenvolver os conhecimentos, e estes são analisados pelo pesquisador por meio de habilidades específicas (Alles, 2006). Desse modo, as competências se ratificam nos agentes por meio de características que se difundem com práticas sociais no sentido de facilitar, promover e idealizar ações para e com a comunidade. Nesse viés, pode-se destacar que as principais competências consideradas neste estudo foram: motivação, domínio conceitual, domínio da linguagem cartográfica, características pessoais e autonomia.

Com relação ao conceito de motivação, observou-se que, antes de ser executada determinada ação, existe um motivo que orienta a pessoa a certos objetivos, e estes se revelam em graus diferenciados (Angelini, 1973). Essa concepção correspondeu efetivamente ao que se observou em campo e, por isso, passou a ser utilizada como conceito-base na pesquisa.

Relacionou-se o domínio conceitual ao conhecimento, que, para Morin (1999), possui algumas características: a) bases flexíveis (estão em permanente construção, em movimento); b) não pode ser completamente conhecido; c) estabelece diálogo entre a reflexão subjetiva e o conhecimento objetivo; d) para se estudar o conhecimento (objeto), é necessário conhecer um pouco a pessoa possuidora desse conhecimento (sujeito); e e) o conhecimento se expressa por meio da linguagem.

O conceito de autonomia mais adequado ao que se observou em campo relacionou-se à concepção de Morin (2005), que entende a autonomia diretamente relacionada a imposições verticais e poderes horizontais. Essas imposições verticais seriam superiores às suas relações cotidianas, enquanto os poderes horizontais fazem parte do cotidiano, sendo mais fácil a decisão por determinada ação relacionada a esse tipo de poder.

Entendeu-se o domínio da linguagem cartográfica a partir de Santos (2002), que concebe que a cognição sobre determinado espaço e sua representação geográfica expressam uma visão e um raciocínio sobre ele. Quanto à aplicação, concordou-se com Pereira (2011), ao considerar duas dimensões dessa competência: a subjetiva e a técnica. A subjetiva estaria relacionada aos elementos representados, e a técnica, à forma de representação destes.

As características pessoais, de acordo com Spencer e Spencer (apud Alles, 2006), influenciam diretamente o desempenho de competências e habilidades e têm relação

com situações vivenciadas pelo indivíduo. Essas características podem interferir positiva ou negativamente na ação do agente de saúde.

Nessa concepção, observam-se nas duas políticas – ESF e VAS – ações que vão além do contexto de saúde, uma vez que os profissionais estudados – ACS e ACE – desenvolvem conhecimentos que são fruto tanto de seu aprendizado na formação profissional quanto de experiências na vida urbana/rural e no cotidiano de trabalho. É a partir daí que passa a ser importante considerar os fatores inerentes ao próprio município, o que instiga ainda mais a investigação. Afinal, a organização e os aspectos paisagísticos característicos de Campina Grande, assim como seu processo de produção espacial, são marcados por avanços e retrocessos socioeconômicos, que resultaram na estruturação do espaço geográfico no qual esses agentes intervêm por meio de práticas sociais.

Metodologia

A viabilização do estudo ocorreu a partir dos seguintes procedimentos: a) levantamento bibliográfico; b) trabalho de campo exploratório; c) treinamento nas técnicas de coleta e análise de informações; e d) trabalho de campo nas áreas de atuação dos agentes de saúde. Tentou-se aproximar esses procedimentos qualitativos das intersubjetividades analisadas e vivenciadas empiricamente.

Levantamento bibliográfico

A partir dos levantamentos realizados, identificou-se o perfil que o agente deve possuir no exercício de sua função. Silva e Dalmaso (2002) apresentam o agente de saúde como o elo entre a comunidade e os serviços públicos de saúde. Chiaravalloti Neto (2006) acrescenta que os ACSs são envolvidos diretamente com a comunidade e bem mais aceitos em relação aos ACEs por desempenharem uma função de prevenção e tratamento.

Considerando-se a modificação da paisagem e a territorialização que os agentes de saúde desenvolvem em suas áreas de atuação, percebe-se que o domínio conceitual estaria relacionado ao conceito de paisagem, e a autonomia, ao território, conceitos-chave da geografia.

Segundo González (apud Boullón, 2002), existem duas grandes concepções de paisagem. A primeira valoriza o enfoque estético e cultural, observando-a como uma imagem percebida. A outra estaria relacionada ao enfoque geossistêmico.

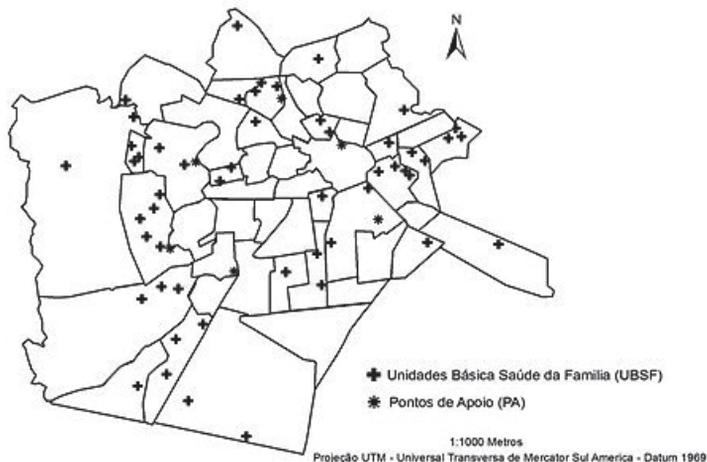
Sobre o conceito de território, analisa-se uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material, o que é evidenciado a partir de tipos de relação de poder do homem sobre a natureza e do homem sobre o homem (Haesbaert, 2004). Pode-se

aproveitar esse conceito para esta pesquisa a partir de uma perspectiva de relações com a saúde coletiva, mais especificamente o território, com base nas variadas escalas estabelecidas por meio da divisão entre distritos, áreas e microáreas sob a responsabilidade dos profissionais de VAS e ESF e, em especial, dos agentes de saúde. De acordo com Pereira e Barcellos (2006), a divisão do território na prática de trabalho dessas políticas considera principalmente a área delimitada e deixa de lado outros aspectos existentes dentro do território, como as questões econômicas, políticas etc.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, esses autores tiveram embasamento teórico a partir de trabalhos de: Minayo, Assis e Souza (2005); Gaskell (2002), sobre entrevista; Minayo (1998) e Víctora, Knauth e Hassen (2000), acerca da observação participante; Penn (2002) e Dubois (1999), no que diz respeito ao levantamento fotográfico e suas características; e Santos (2002), sobre a elaboração do mapa mental. Quanto à análise das informações, serviram de base Lefèvre e Lefèvre (2003), com relação à análise do discurso; Penn (2002), análise semiótica de imagens paradas; Almeida (2001) e Martinelli (2006), análise da representação espacial; e Franco (2005), análise de conteúdo.

Trabalho de campo nas áreas de atuação dos agentes de saúde

A fase exploratória do estudo consistiu na aplicação de inquéritos aos superiores hierárquicos das duas políticas (enfermeiros e supervisores), com o objetivo de identificar as características dos melhores agentes de saúde do município a partir de suas percepções. Realizou-se essa etapa nas UBSFs e nos PAs de Campina Grande (mapa 1).

Mapa 1 – Município de Campina Grande: locais de aplicação dos inquéritos (UBSFs e PAs)

Agruparam-se as características relacionadas aos agentes de saúde por competência social (quadro 1). Desse modo, considerou-se, por meio da observação participante, a maneira como foram relatadas, identificando-se o sentido em que eram ditas algumas das características que teriam mais de uma interpretação. Assim, estruturou-se uma matriz de características agrupadas por competência social.

Quadro 1 – Competências sociais dos agentes de saúde em Campina Grande

Autonomia	1. Iniciativa/antecipação; 2. Concretiza o elo entre a comunidade e a política; 3. Bom colega de trabalho; 4. Boa relação com a comunidade; 5. Engajado/atuante; 6. Firmeza nas atitudes; 7. Conhece toda a comunidade e as famílias; 8. Acessibilidade na comunidade; 9. Liderança/é um referencial para a comunidade; 10. Dinâmico; 11. Envolve-se com os problemas para ajudar a comunidade/facilidade na resolução dos problemas; 12. Credibilidade com a comunidade; 13. Estabelece relações de amizade com a população; 14. Divulga as informações; 15. Possui grande chance de promoção; 16. Auxilia psicologicamente; 17. Espírito de equipe; 18. Flexível; 19. Persuasão;
Características pessoais	20. Simpático/alegre; 21. Responsável; 22. Assíduo; 23. Comprometido; 24. Competente; 25. Pontual; 26. Cumpre as obrigações em dia; 27. Produtivo; 28. Compreensivo; 29. Prestativo; 30. Carismático; 31. Disposto; 32. Organizado; 33. Atencioso; 34. Criativo; 35. Paciente; 36. Exemplar; 37. Exerce fuções diferenciadas (pula muros, trabalha em áreas de risco); 38. Informa tudo o que faz; 39. Perfeccionista; 40. Dedicado; 41. Sincero; 42. Não é malfalado; 43. Atuante; 44. Espontâneo; 45. Respeitado; 46. Inovador;
Domínio da linguagem cartográfica	47. Tem conhecimento da área;
Domínio conceitual	48. Experiente; 49. Comunicativo; 50. Tecnicamente preparado; 51. Raciocínio rápido; 52. É bom na prática do trabalho; 53. Formação; 54. Orienta bem a comunidade; 55. Conhece o trabalho; 56. Facilidade de identificar o risco; 57. Bom educador;
Motivação	58. Profissionalismo; 59. Faz tudo o que é pedido; 60. Faz mais do que a obrigação; 61. Integrado; 62. Preocupado com a comunidade e o andamento das atividades; 63. Preocupado em realizar o trabalho; 64. Esforçado; 65. Dedicado/perseverante; 66. Participativo; 67. Usa equipamento de proteção individual; 68. Cooperativo; 69. Apoiador da comunidade; 70. Ético.

Fonte: Inquérito aplicado a 86 equipes da ESF (94,51%) e 23 PAs da VAS (100%) entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011. Agruparam-se as características para as duas políticas.
Organização: Silva Filho (2013).

Em seguida, construíram-se outras matrizes, relacionando-se as competências sociais aos agentes destacados que possuem tais características. Realizou-se esse procedimento por distrito, evidenciando-se a distribuição das habilidades relacionadas a todas as competências sociais.

A partir daí, foi possível responder aos seguintes questionamentos: que características relacionadas a cada competência foram mais destacadas? Em que distritos sani-

tários (DS) essas características estão mais presentes? Logo, identificaram-se, a partir da construção de outra matriz, quais agentes de saúde possuíam mais de uma das características elencadas, sendo eles os mais indicados para o acompanhamento em campo. Finalizando-se os critérios para a escolha dos agentes, analisaram-se, entre os selecionados, quais trabalhavam desde, pelo menos, o ano de 2008 e não obtiveram a segurança destacada negativamente em sua área de trabalho. Desse modo, chegou-se ao quadro 2.

Quadro 2 – Agentes que se destacaram por mais de uma competência e não têm a segurança destacada negativamente

DS	Agentes da ESF	Agentes da VAS
II	12	-
III	13, 14	6
IV	-	5, 6
V	4, 10	-
VI	16, 17, 31	-

Fonte: Trabalho de campo exploratório.
Organização: Silva Filho (2013).

Puderam-se escolher agentes da ESF e da VAS. Com relação à ESF, depois de uma análise criteriosa de destaques e das condições socioambientais da área relatadas pelos enfermeiros, as melhores possibilidades de escolha foram: o agente 4, do DS V; o agente 12, do DS II; e o agente 31, do DS III. Na VAS, encontraram-se, em ordem de prioridade, os agentes 6 e 5, do DS IV, e o agente 6, do DS III.

Treinamento nas técnicas de coleta e análise de informações

Neste item, apresentar-se-ão as técnicas de pesquisa utilizadas no trabalho de campo. Para conhecer as falas, ações, percepções, preocupações, modos de proceder, etc. dos agentes de saúde, trabalharam-se as seguintes técnicas de coleta de campo: entrevista individual, observação participante, relato de campo, levantamento fotográfico e elaboração de mapa mental.

Entrevista individual

Segundo Minayo (2005), pode-se definir a entrevista como uma interação direta entre o pesquisador e o interlocutor; por meio dela, é possível descobrir novas perspec-

tivas e pontos de vista. Boni e Quaresma (2005) assinalam que a entrevista utilizada em pesquisas qualitativas se configura como um processo de interação social entre o pesquisador, que tem por objetivo a coleta de informações (objetivas e subjetivas), e o pesquisado. Já Gaskell (2002) ressalta o fornecimento de dados básicos a respeito da compreensão das relações entre os atores sociais e suas situações e, também, a captação detalhada de crenças, atitudes, valores e motivações das pessoas em seus contextos sociais específicos.

Nessa perspectiva, aplicou-se o modelo de entrevista semiestruturada, que combina perguntas abertas e fechadas, possibilitando ao entrevistado discorrer sobre o tema sem grandes interferências do entrevistador, embora este possa sentir-se livre para direcionar a discussão ou fazer questionamentos adicionais quando necessário (Boni e Quaresma, 2005).

Para minimizar a possibilidade de interpretações errôneas ou de constrangimentos por parte dos entrevistados, após a transcrição realizada pelo pesquisador, como recomenda Gaskell (2002), entregou-se o material transcrito aos próprios agentes de saúde, a fim de que pudessem conferir ou modificar alguma fala indesejada. Para a realização das entrevistas no trabalho de campo, adaptou-se o roteiro-base adotado por Pereira (2011), por se considerar a semelhança dos objetivos e procedimentos metodológicos utilizados.

Observação participante

Essa técnica está atrelada ao conjunto de regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes de determinado grupo social. A partir dela, é possível analisar aspectos que não poderiam ser registrados por meio de questionamentos, mas, sim, da observação da própria realidade do indivíduo ou grupo (Minayo, 1998).

Becker e Geer (apud Gaskell, 2002) afirmam que a observação participante é "a forma mais completa de informação sociológica" e que, nessa técnica, o pesquisador está aberto a maior amplitude e profundidade de informações, sendo capaz de triangular diferentes impressões e observações.

Nessa abordagem, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles (Boni e Quaresma, 2005), podendo, assim, identificar elementos como "o ambiente, os comportamentos individuais e grupais, a linguagem não verbal, a sequência e a temporalidade em que ocorrem os eventos" (Víctora, Knauth e Hassen, 2000, p. 64).

Dentre as abordagens da observação, desenvolveu-se para a pesquisa a concepção de pesquisador como participante, que, segundo Minayo, "é empregada frequentemente como estratégia complementar ao uso das entrevistas [...] trata-se de uma observação

quase formal, em um curto espaço de tempo” (1998, p. 142). Minayo (1998) defende que, para o pesquisador conseguir avançar por meio desse tipo de observação, precisa estabelecer claramente o que busca conhecer (observar) no trabalho de campo.

Além disso, adotou-se o modelo-base de observação participante desenvolvido por Pereira (2011).

Relato de campo

A partir das indicações de Minayo (1998), utilizou-se o relato diário de campo, importante principalmente para registros completos e minuciosos dos mais variados aspectos (objetivos e subjetivos) observados. Pereira (2011) induz à utilização de tal recurso porque este evita a perda de informação que depois poderia ser considerada importante para o trabalho.

Durante o período de acompanhamento (cinco turnos), desenvolveram-se tanto os relatos que possibilitaram respostas mais precisas do roteiro da observação participante quanto os que podem auxiliar em diversos outros propósitos acadêmicos relacionados à área de estudo.

Levantamento fotográfico

Consideram-se as imagens fotográficas com base na perspectiva de Penn (2002), Loizos (2002) e Rodrigues (2007), sobretudo no que se refere aos fatores interpretativos que resultam em diversas percepções de uma mesma imagem ou fotografia, dependendo dos níveis culturais, sociais etc. de cada receptor. Como explica Loizos,“a informação pode estar na fotografia, mas nem todos estão preparados para percebê-la em sua plenitude” (2002, p. 41).

Segundo Dubois, a fotografia é “como uma fatia única e singular do espaço--tempo, literalmente cortada ao vivo” (1999, p. 161). Porém, está associada a um significante (própria imagem) e a um significado (ideia ou conceito), que, analisados em conjunto, contribuem para a efetivação do sentido completo da imagem, uma vez que o autor do texto é capaz de ausentar a ambiguidade da fotografia analisada (Penn, 2002).

A imagem estrutura-se como polissêmica e se dirige a dois significados: o denotativo e o conotativo. O denotativo se configura a partir do sentido real da imagem; o conotativo expõe aquilo que a imagem pode representar em determinado contexto. A análise e a tematização (criação de discursos referentes à imagem) são as tarefas mais importantes para sua interpretação e é possível garantir o acesso às informações necessárias e a recuperação destas para viabilizar determinada análise (Rodrigues, 2007).

Dando viabilidade aos objetivos da pesquisa, com base nos critérios desenvolvidos por Pereira (2011), o registro fotográfico foi realizado pelos próprios agentes de saúde acompanhados em campo. Assim, analisaram-se as imagens percebidas por eles e suas interpretações (escritas e faladas) a respeito das fotografias registradas. Ao final do acompanhamento, solicitou-se que o agente de saúde escolhesse, entre todas as fotografias retiradas, duas que, em sua percepção, melhor interferissem no processo saúde-doença da comunidade.

Elaboração do mapa mental

Nogueira (2002) define mapa mental como imagens espaciais que estão na mente do sujeito e são construídas a partir de um universo simbólico, reproduzido com base em acontecimentos históricos, sociais, econômicos etc. Santos (2002) ressalta que o mapa mental pode ser caracterizado como uma expressão do mundo real a partir de uma visão e um raciocínio individuais.

Os mapas mentais evidenciam situações de pensamento e capacidade do indivíduo, representam o aspecto visível do pensamento e da memória, envolvendo a percepção e a representação gráfica (Santos, 2002). Essa técnica de pesquisa é também visualizada como metodologia de investigação nos debates sobre percepção da paisagem (Santos, 2002).

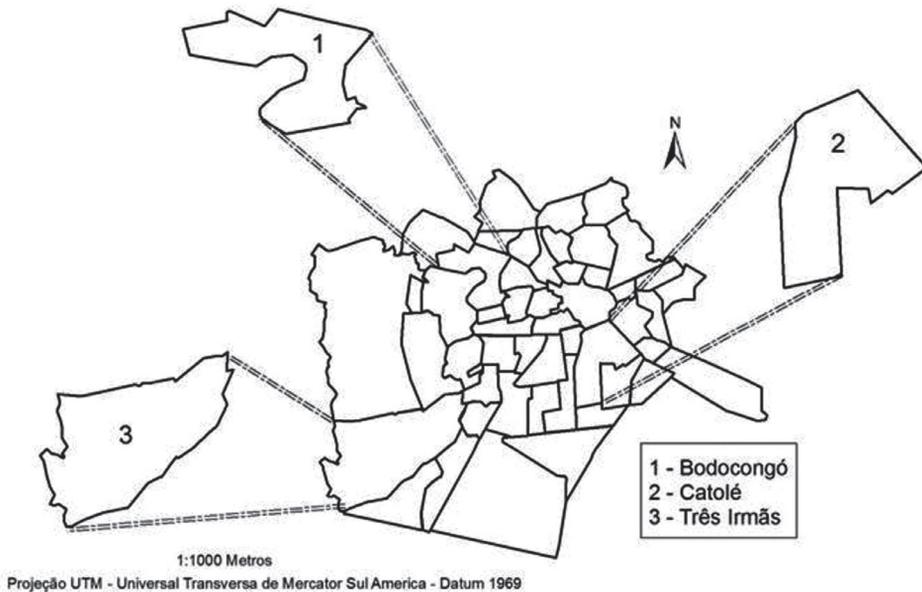
Nesse contexto, pode-se aproveitar tal recurso para analisar o domínio conceitual, as experiências, as preferências, as preocupações etc. do pesquisado, visto que "os mapas mentais trazem consigo representados muito mais do que pontos de referência para facilitar a localização e a orientação espacial [...]" (Nogueira, 2002, p. 130). Ou seja, podemos perceber, por meio das representações, os fatores relacionados ao indivíduo autor do desenho a partir de suas percepções.

Atendendo-se aos critérios da pesquisa e considerando-se que, segundo Santos (2002), a percepção da paisagem por meio do desenho demonstra a complexidade da atividade perceptiva, analisaram-se oito mapas mentais (livres e direcionados) produzidos pelos agentes de saúde acompanhados no trabalho de campo. Os mapas livres corresponderam à representação de sua área conforme o agente lembrasse; os direcionados destacaram aspectos gerais, como o número de famílias, estabelecimentos públicos etc. Complementou-se a análise dos mapas mentais com as informações da entrevista individual, principalmente no que se refere ao grau de escolaridade, interesses, preocupações etc. dos sujeitos pesquisados. Por fim, evidenciou-se o que os agentes de saúde representaram em seus desenhos.

Trabalho de campo

A escolha dos bairros para a realização do trabalho de campo (Bodocongó, Catolé e Três Irmãs) (mapa 2) foi resultado da aplicação dos inquéritos aos superiores

hierárquicos das duas políticas trabalhadas (ESF e VAS) e dos critérios estabelecidos, que consideraram, sobretudo, as competências e habilidades desenvolvidas pelos agentes de saúde.

Mapa 2 – Município de Campina Grande: bairros em que se realizou o trabalho de campo

Quanto à descrição do trabalho de campo específico, fez-se inicialmente o contato com os supervisores (VAS) e enfermeiros (ESF) para a realização de um encontro com os agentes indicados. No primeiro contato, após a apresentação do projeto de pesquisa, realizou-se uma entrevista semiestruturada, seguida pela elaboração de dois tipos de mapa mental, livre e direcionado.

Do segundo contato em diante (quatro encontros), realizou-se o acompanhamento do trabalho de campo do agente. Fizeram-se anotações, a partir de um roteiro de observação participante desenvolvido por Pereira (2011), e pediu-se que o agente se responsabilizasse pelo registro fotográfico, com explicação do que houvesse fotografado, sendo possível observar e entender as paisagens percebidas por esse profissional.

Resultados

No que diz respeito aos resultados obtidos, estes estão ligados às análises das informações relacionadas às técnicas de pesquisa utilizadas. Desse modo, foram escolhidos os seguintes procedimentos de análise para cada técnica: a) análise do discurso (entrevistas); b) análise de conteúdo (observação participante); c) análise semiótica de imagens paradas (registro fotográfico); e d) análise da representação espacial livre (mapa mental).

Análise do discurso

Utilizou-se esse procedimento de análise na elaboração do discurso do sujeito coletivo (agentes de saúde) a partir do material resultante da entrevista semiestruturada que se realizou no trabalho de campo. Observaram-se aspectos como interesses, características, informações sobre a forma de trabalho, dificuldades, cotidiano, formação etc., buscando-se ampliar as análises da percepção desses agentes sobre seu cotidiano de trabalho.

Estruturaram-se as perguntas para a análise do discurso após a realização da entrevista, a partir de questões relacionadas ao cotidiano de trabalho dos agentes. Desse modo, desenvolveram-se três questionamentos como base para a efetivação do discurso do sujeito coletivo: a) como você descreve sua atividade cotidiana na área de trabalho?; b) em sua percepção, quais as maiores dificuldades para a realização de suas atividades?; e c) qual a real importância de seu trabalho cotidiano para a comunidade?

Tomando-se por base os procedimentos para a visualização desse discurso segundo Lefèvre e Lefèvre (2003), estruturaram-se os itens no discurso relacionando-os às perguntas estabelecidas, sendo elas analisadas isoladamente por agente e por política.

Após a elaboração de uma matriz referente a essas informações, buscou-se analisar e agrupar as ideias centrais e as ancoragens a partir de uma possível aproximação de sentidos existentes entre elas. Logo, desenvolveu-se uma ideia central ou ancoragem síntese com todos os discursos de mesmo sentido. Em outras palavras, poder-se-ia afirmar que esse procedimento reuniria sob uma só denominação todas as ideias centrais e ancoragens que apresentam o mesmo sentido. Em sequência, elaboraram-se matrizes com as expressões-chave dos três questionamentos resultantes dessa análise, relacionadas tanto aos ACSs quanto aos ACEs.

Considerando-se o objetivo desse procedimento, iniciou-se a estruturação do discurso de sujeito coletivo (DSC), segundo Lefèvre e Lefèvre, "obedecendo a uma esquematização clássica do tipo: começo, meio e fim ou do mais geral para o menos geral e mais particular" (2003, p. 55). Desenvolver-se-ia o discurso a partir da introdução de

conectivos que não alterassem o sentido do que foi falado, mas, sim, proporcionassem coesão e sentido quando se reunissem os discursos e as ideias centrais e ancoragens analisadas para sua formação. Optou-se também pela eliminação tanto de particularismos quanto de repetições de ideias nas entrevistas. Assim, a partir dos três questionamentos, obteve-se o discurso dos agentes de saúde (quadro 3).

Quadro 3 – Elaboração do DSC

<table>
<tr><th colspan="2">Como você descreve sua atividade cotidiana na área de trabalho?</th></tr>
<tr><td colspan="2">DSC</td></tr>
<tr><td>ACS</td><td>ACE</td></tr>
<tr><td>Resume-se a preenchimento de fichas
“A questão de preenchimento de fichas, principalmente de gestantes.”</td><td>Tendo que estabelecer uma boa convivência
“Temos que saber lidar com as pessoas, estabelecendo um vínculo com a comunidade como um todo, já que o nosso trabalho é direcionado especificamente para a comunidade.”</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Tem relação com a territorialização
“O agente de saúde tem que trabalhar dentro das casas das pessoas, sentir a realidade de cada um, porém nem sempre isso ocorre, pois a maior dificuldade, sem dúvida, são as casas fechadas.”</td><td>Tem relação com a territorialização
“Existem grandes dificuldades para entrar nas residências.”</td></tr>
<tr><td>Descaso com a política pública
“Não existe um reconhecimento da nossa categoria por parte de trabalho.”</td></tr>
<tr><td>Tendo que estabelecer uma boa convivência
“Temos que estabelecer uma boa convivência com a população, não podemos levar problemas pessoais para o trabalho.”</td><td rowspan="3">Como um aprendizado contínuo
“Temos um constante aprendizado no nosso trabalho.”</td></tr>
<tr><td>Sofrendo com o descaso do poder público
“Não existe valorização do nosso trabalho. Sofremos grande discriminação por parte da gestão, pois somos malremunerados, não temos equipamentos de trabalho e passamos por riscos constantes.”</td></tr>
<tr><td>Como um aprendizado contínuo
“Nós temos que estar em constante aprendizado.”</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th colspan="2">Em sua percepção, quais as maiores dificuldades para a realização de suas atividades?</th></tr>
<tr><td rowspan="3">O descaso com a política pública
“Somos muito discriminados por parte da gestão, temos baixa remuneração e falta de instrumentos de trabalho. De modo que não existe um reconhecimento da categoria e passamos por riscos constantes.”</td><td>A convivência com a comunidade
“É muito difícil lidar com as pessoas.”</td></tr>
<tr><td>Tem relação com a territorialização
“Temos bastantes dificuldades em ter acesso aos imóveis.”</td></tr>
<tr><td>Dificuldade no uso de mapas
“As relacionadas ao manuseio de mapas, principalmente quando não é da minha área.”</td></tr>
<tr><th colspan="2">Qual a real importância do seu trabalho cotidiano para a comunidade?</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Auxiliar a comunidade
“Os usuários nos veem como alguém que os ajuda, sendo que são muito carentes. Desenvolvemos um trabalho facilitador voltado diretamente à comunidade.”</td><td>Auxiliar a comunidade
“Buscamos estabelecer uma convivência íntima com a comunidade. Tentando desenvolver vínculos para ajudar a população, estabelecendo um diálogo.”</td></tr>
<tr><td>Informar a comunidade
“Temos que realizar as divulgações necessárias para a comunidade.”</td></tr>
</table>

Organização: Silva Filho (2013).

Quanto aos discursos dos ACSs

No primeiro questionamento, geraram-se cinco discursos distintos, relacionados a: coleta de informações, interação com a comunidade, convivência mútua, problemas sobre o reconhecimento de suas atividades e risco no trabalho. No segundo, percebe-se como único discurso o descaso do poder público para com a política, interferindo diretamente nas atividades cotidianas dos profissionais em estudo. No terceiro, analisa-se que os ACSs, a partir de um mesmo discurso, reconhecem a importância que assumem para a comunidade, por estarem inseridos em locais carentes de recursos e servirem como profissionais que contribuíram para a efetivação de alguma melhoria prática das condições de vida da população.

Quanto aos discursos dos ACEs

Com relação à primeira pergunta, observaram-se quatro discursos por parte dos ACEs. Estes ressaltaram a dependência de seu trabalho, a boa relação com a comunidade, a atitude individual ou coletiva dos moradores para conseguir efetivar suas funções, além do aprendizado que se constitui continuamente. No segundo questionamento, surgiram três discursos. Destacaram-se a relação com a comunidade no que diz respeito à dificuldade de acesso às residências e a dificuldade com manuseio de mapas.

Já a terceira pergunta gerou dois discursos: enfatizou-se tanto a convivência que eles (ACEs) estabelecem com a população quanto os serviços de divulgação que, sobretudo, refletem na melhoria da qualidade de vida dos usuários das políticas púbicas das quais esses agentes fazem parte.

Análise de conteúdo

Para a análise da observação participante, utilizou-se a análise de conteúdo, no intuito de avaliar qualitativa e quantitativamente aspectos objetivos e subjetivos destacados no trabalho dos agentes de saúde. Dessa forma, observaram-se as temáticas presentes ou ausentes nos documentos avaliados, buscando-se, principalmente, viabilizar a interpretação de mensagens (implícitas ou explícitas) a partir da descrição dos contextos encontrados no campo de trabalho.

A análise de conteúdo considera o significado e o sentido contido nas mensagens (oral, escrita, gestual, documental etc.). Essas expressões, segundo Franco (2005), estão carregadas de componentes cognitivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis, além de caráter ideológico e conhecimentos gerais.

Para organizar o conteúdo analisado, fizeram-se necessários um julgamento comparativo dos enunciados a serem classificados posteriormente e a observação de elementos que extrapolam o conteúdo manifesto das mensagens, propiciando a estruturação da inferência, que, por sua vez, permite uma interpretação ou a possibilidade de correlacionar diferentes dados coletados na pesquisa (Franco, 2005, p. 26).

Seguindo-se as recomendações de Franco, após a organização, a leitura e a observação geral dos documentos, realizou-se a categorização, ou seja, o agrupamento por tema de determinados elementos contidos nos textos. A categorização se enquadra como ponto crucial na análise de conteúdo e é constituída por um processo longo e difícil.

No caso da pesquisa em questão, utilizou-se o próprio roteiro da observação participante como categoria de análise criada *a priori*, já que se agruparam apenas os elementos pertinentes aos questionamentos relacionados às políticas analisadas, o que também permitiu a viabilização de inferências entre essas informações. As categorias, em conjunto, devem conter aspectos como a pertinência e a objetividade (Franco, 2005).

Evidenciaram-se as categorias de análise, os temas presentes e o quantitativo dos assuntos presentes e ausentes a serem observados dentro e fora da área de trabalho dos agentes de saúde (quadro 4).

Considerem-se presença forte os itens em que os dois agentes de saúde apresentaram determinada característica: presença média, quando apenas um deles houver respondido positivamente; e ausência, quando não houver resposta relacionada.

Quadro 4 – Análise da observação participante

Legenda		
	(cinza escuro)	Presença forte
	(cinza claro)	Presença média
	(branco)	Ausência

Informações a serem observadas na área de trabalho			
Itens	Descrição	Quantidade	
		ACS	ACE
Fatores que impulsionam o agente a trabalhar	Preocupação com a comunidade	2	2
	Bom relacionamento com os usuários	2	2
	Reside na própria área	1	-
	Conhece bem a população	1	-
	Bom relacionamento com a equipe	2	1
	Preocupação ambiental	1	2
	Valores pessoais	2	2
	Cobrança do superior hierárquico	-	1
Relacionamento com a comunidade e parcerias	Liderança comunitária	2	-
	Possui credibilidade	1	1
	Respeitada	1	2
	Poder de persuasão	-	2
	Faz parte de organizações que ajudam a comunidade	1	-
Vocabulário utilizado	Coloquial	2	2
Destaque do agente com relação às fotografias	Problemas sociais	2	1
	Soluções efetivadas	1	-
	Problemas de saneamento	1	2
	Difícil acesso	1	-
	Riscos ambientais	1	2
	Terrenos baldios	-	2
Como utiliza o mapa	Não trabalha com o mapa	2	2

Habilidade de destaque	Atenção	2	2
	Divulgação sobre a dengue	-	2
	Incentivo	2	-
	Disposição	-	2
	Simpatia	2	2
	Poder de persuasão	2	2
	Boa relação com a comunidade	2	2
	Envolve-se com problemas da população	2	-
	Escuta a comunidade	2	2
	Conhecimento das famílias	2	1
	Conhecimento da área	2	2
	Educação	2	2
	Coragem	2	2
	Respeito às regras	2	2
	Pontual	2	2
	Faz mais do que é delimitado	2	1
	Conhecimento sobre medicamentos	2	-
	Organizado	2	1
	Possui atitude	2	1
	Luta pela melhoria do bairro	2	-
	Paciente	1	2
	Informado	1	1
	Conhecimentos sobre saúde	1	-
	Facilidade em identificar situações de risco	1	2
Relacionamento do agente com outros setores da sociedade	Ótimo relacionamento	2	2
	Liderança comunitária	2	-
	Faz parte de organizações de auxílio à população	1	-
Informações a serem observadas nas unidades de apoio (UBSF ou PA)			
Itens	Descrição	Quantidade	
		ACS	ACE
Distância/ proximidade entre pessoas do grupo	Proximidade entre o agente e a população	2	2
	Amizade do agente com grande parte da população	2	2
Como as ações dos agentes se relacionam com o que ele diz	Com coerência	2	2

Fatores que impulsionam o agente a trabalhar	Preocupação com a comunidade	2	2
	Valores pessoais	2	2
	Bom relacionamento com os usuários	2	2
	O fato de residir na própria área	1	1
	Conhecimento da população	1	1
	Bom relacionamento com a equipe	2	2
Relacionamento com a comunidade	Participa de associação de moradores	2	-
	Trabalhos voluntários	2	-
	Trabalhos com a igreja	1	-
	Procura realizar um trabalho de conscientização	2	2
Vocabulário utilizado com as pessoas no ambiente de trabalho	Formal	2	2
O que destaca como problema na área	Lixo	1	
	Falta de calçamento	2	2
	Falta de consciência por parte da população	2	2
	Tráfico de drogas	1	-
	Pobreza	2	1
	Violência	2	2
	Violência contra mulher	1	-
Principais problemas enfrentados	Difícil acesso à unidade	1	-
	Falta de saneamento	2	2
	Imóveis fechados	-	2
	Falta de apoio da gestão à área	1	2
	Terrenos baldios	-	2
Como utiliza o mapa	Não trabalha com o mapa	2	2
Habilidades de destaque	Iniciativa	2	1
	Autonomia	2	1
	Confiança por parte da equipe	2	2
	Confiança por parte dos usuários	2	-
	Pontual	2	2
	Disposição	-	2
	Atencioso	2	2
	Conhecimento de medicamentos	2	2
	Atitude	2	2
	Faz mais do que é delimitado	2	-
	Poder de persuasão	2	2
	Preocupação com a comunidade	2	2
	Educação	2	2
	Organização	2	2
	Paciente	1	1
	Informado	1	-

Organização: Silva Filho (2013).

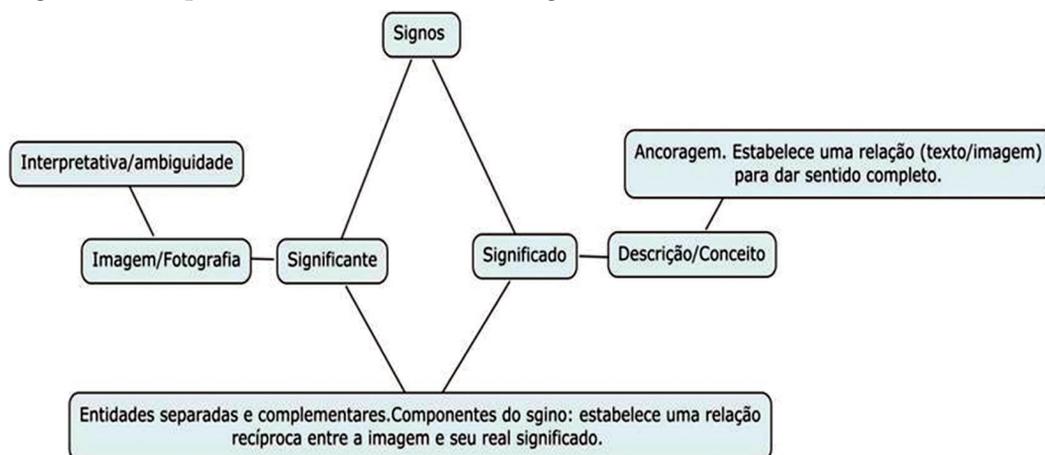
Percebe-se que os quatro agentes de saúde acompanhados durante o trabalho de campo apresentam características semelhantes entre si dentro e fora de sua área de trabalho. Entretanto, alguns temas tiveram maior ou menor representatividade entre algumas políticas analisadas. Esse fato é resultante das diferenciações de algumas funções e da percepção ambiental desses profissionais. Porém, observou-se a maioria dos temas estabelecidos tanto nos agentes da ESF quanto nos da VAS.

Análise semiótica de imagens paradas

Propôs-se o registro de imagens fotográficas pelos agentes de saúde a partir das indicações de Penn (2002). Esses profissionais fotografaram o que, segundo suas percepções, estava interferindo no processo saúde-doença em suas áreas de atuação e descreveram o que representava cada imagem. Ao final do trabalho de campo, escolheram duas imagens que melhor representariam os problemas vivenciados e identificados por eles em seus locais de trabalho.

Trabalharam-se essas imagens no intuito de analisar os aspectos conotativos (textos) e denotativos (referentes à interpretação) presentes em cada fotografia. Quanto aos procedimentos de análise desse material, atentou-se para as recomendações de Penn (2002), considerando-se a relação estabelecida pela autora entre significante (imagem acústica) e significado (conceito ou descrição) e a elaboração e a exposição dos resultados.

Nessa perspectiva, o signo seria como uma conjunção arbitrária entre significante e significado (imagem e descrição). Porém, essas duas expressões são analisadas como se fossem entidades separadas, mesmo existindo como componentes de um mesmo signo. O significado é o indicador do que de fato se quis evidenciar em determinado significante, sendo que, nesse viés, o sentido de uma imagem visual é ancorado pelo texto que a acompanha (Penn, 2002). Segundo a pragmática, não se trata de negar a significação de uma imagem, mas, sim, de refutar que ela é compreendida e esclarecida pelo meio linguístico. Então, o sentido completo de uma imagem é viabilizado por meio do texto que a acompanha, como se pode analisar na figura 1.

Figura 1 – Mapa conceitual do sistema de signos

Fonte: Penn (2002) e Rodrigues (2007).

Os elementos observados nas fotografias escolhidas pelos agentes de saúde ressaltam dois tipos de paisagem: a da promoção da saúde e a do risco, que se relacionam com aspectos referentes a saneamento, condições socioeconômicas e ações articuladas entre as equipes e a população, que podem interferir positiva e/ou negativamente nas condições de saúde da comunidade (quadro 5).

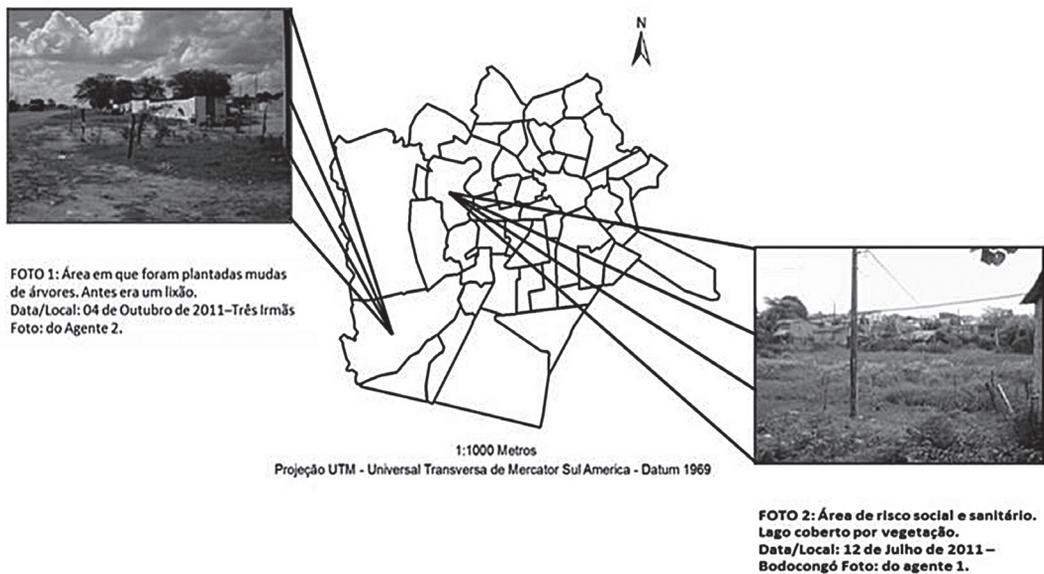
Quadro 5 – Análise das paisagens percebidas (fotografadas) pelos agentes de saúde

Tema	Descrição/significado	Tipo de paisagem	Políticas	
			ESF	VAS
Saneamento	“Acesso à unidade de saúde.”	Risco		
	“Terreno baldio com acúmulo de entulho e lixo.”	Risco		
Localização/ situação	“Lago coberto de vegetação, apresentando alagamentos e esgoto a céu aberto. Falta de apoio por parte do poder público.”	Risco		
	“Pobreza intensificada. Área de tráfico de drogas.”	Risco		
Conscientização	“Restos de alimento e panelas jogadas no quintal acumulando água e servindo de foco do *aedes*.”	Risco		
	“Descaso dos moradores quanto à prevenção contra a dengue (tonéis descobertos).”	Risco		
	“Terreno baldio com acúmulo de entulho e lixo.”	Risco		
Ações articuladas entre a equipe e a comunidade	“Área em que foram plantadas mudas de árvores. Antes, era um lixão.”	Promoção		

Organização: Silva Filho (2013).

Em virtude de os próprios agentes de saúde terem escolhido as imagens da análise e realizado o inventário denotativo (descrição), fez-se necessário analisar os níveis de significação mais altos, ou seja, aqueles que se relacionam à conotação e precisam de outros conhecimentos para ser identificados.

Partindo-se desse pressuposto, afirma-se que as imagens relacionadas à paisagem da promoção da saúde têm relação com a prevenção de doenças e as melhorias sociais (foto 1). Já as imagens referentes à paisagem do risco incluem aspectos como o agravo de e a maior vulnerabilidade a doenças e situações de risco à saúde individual e coletiva, o saneamento, a habitação, a falta de consciência, os riscos ambientais, as condições sociais, o lixo etc. (foto 2).

Figura 2 – Município de Campina Grande/PB

A foto 1 mostra um terreno localizado próximo à UBSF do bairro Três Irmãs, no qual se realizou um trabalho em conjunto, entre a equipe da ESF e a comunidade, para a retirada do acúmulo de lixo e a conscientização da população quanto à necessidade de se manter aquele lugar limpo. A partir de trabalhos voluntários, viabilizaram-se a limpeza e o plantio de mudas de árvore na localidade. Assim, esse trabalho, segundo o agente e os moradores, modificou consideravelmente a paisagem da área e as condições de higiene e saúde da população. Essa modificação evidenciada pelo ACS por meio da fotografia estaria relacionada à promoção da saúde, no sentido de proporcionar o bem--estar geral por meio de ações intersetoriais.

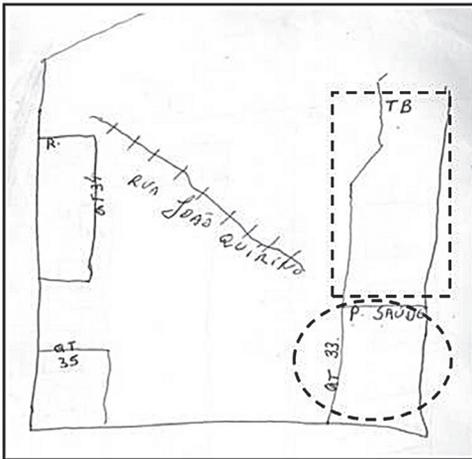
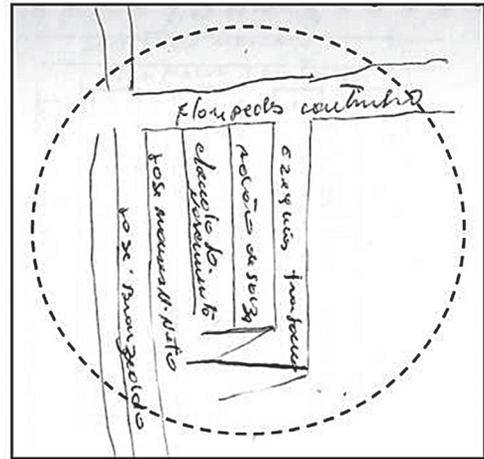
A foto 2 refere-se a um terreno localizado na área do agente no bairro de Bodocongó, que, segundo ele, potencializa inúmeros riscos à saúde e ao meio ambiente. Essa situação é tratada pelo agente como um problema que atinge a população de várias maneiras, pois trata-se de um local que, entre outros aspectos: a) serve como criadouro de diversos vetores de risco; b) inunda-se com facilidade; e c) é usado para consumo de drogas. Dessa forma, a referida imagem apresenta um ambiente de maior propensão a doenças, o qual é tratado em sua materialidade, na pesquisa, como paisagem de risco.

Análise da representação espacial livre

Considerando-se que os mapas mentais ou temáticos apresentam formas de saber socialmente construídas e carregadas de juízo de valor, analisou-se esse material a partir de sua dimensão subjetiva e técnica.

Na dimensão subjetiva, consideraram-se aspectos referentes a representações que poderiam aludir ao risco ou à promoção da saúde nos dois tipos de mapa solicitado (livre e direcionado). Na dimensão técnica, verificaram-se aspectos como a proporcionalidade e a diversidade de elementos representados, como recomendam Almeida (2001) e Martinelli (2006). Fez-se mister, também, na análise das duas dimensões, relacionar os aspectos representados nos mapas mentais aos tipos de competência social identificados nos agentes de saúde.

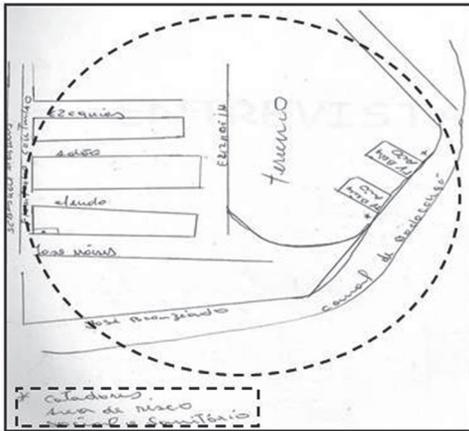
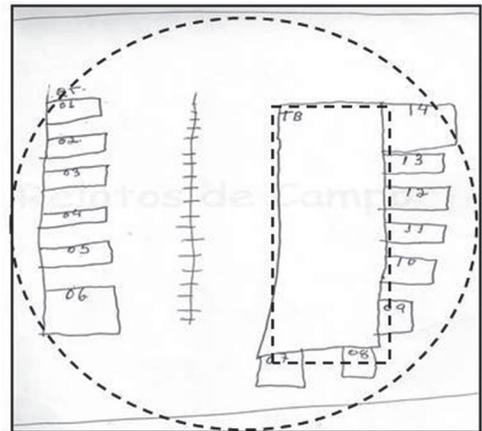
No que se refere à análise relacionada aos mapas livres, desenhados do jeito que o agente recorda, houve pouca representação tanto dos elementos da paisagem que interferem no processo saúde-doença quanto dos aspectos relacionados à dimensão técnica. Identificaram-se expressões mais subjetivas nos dois tipos de representação. No caso do agente da VAS, houve maior representatividade dos fatores da localidade que interferem nas condições de saúde da população (figura 3). Já os agentes da ESF tiveram mais facilidade em representar sua área de abrangência (territorialidade) (figura 4).

Figuras 3 e 4 – Representações cartográficas (livres) dos agentes de saúde

Na figura 3, observa-se que o agente representou um elemento que remete à paisagem da promoção da saúde, o posto de saúde ("P. Saúde"), que viabiliza atendimento médico de baixa complexidade, distribuição de medicamentos etc. Destacou-se também a paisagem do risco, a partir da representação de um terreno baldio ("TB"), que propicia maior vulnerabilidade a vetores de risco biológico e não biológico. Assim, partindo dessas representações, o agente demonstra a competência do domínio conceitual, por ter a consciência de que os aspectos que representou interferem nas condições de saúde da localidade. Morin (1999) relaciona o domínio conceitual ao conhecimento e estabelece um diálogo entre a reflexão subjetiva e o conhecimento (representação) objetivo.

Na figura 4, não se representou nenhum dos elementos anteriores, mas a questão da territorialidade está muito presente por meio da descrição de todas as ruas da área do agente e de seus respectivos nomes. Assim, pode-se apontar a autonomia como a competência presente nessa representação, pois o agente apresenta apropriação e controle espacial do território.

As dimensões técnica e subjetiva estiveram mais bem representadas nos mapas direcionados (desenhados pelo agente destacando todos os aspectos dos quais se recorda)

porque houve maior preocupação com a diversidade de representação, a proporcionalidade e os aspectos qualitativos (figuras 5 e 6).

Figura 5 e 6 – Representações cartográficas (direcionadas) dos agentes de saúde

Nesses mapas, os agentes representaram sua área a partir de diversos elementos existentes na localidade. No que se refere à dimensão técnica, observa-se, quanto à proporcionalidade, que o ACS (figura 5) representou os elementos com maior precisão e melhor localização relativa, destacando as quadras, a avenida e o terreno baldio em sua extensão relativamente proporcional. No que tange à diversidade de elementos, representaram-se em ambos os desenhos ruas, terrenos, quadras, canal, linha de trem etc., mas no mapa do ACS (figura 5) houve maior representatividade desses aspectos. O agente considerou informações qualitativas, como a presença de catadores de lixo, e as evidenciou por uma legenda localizada no mapa. Por fim, no que diz respeito especificamente aos aspectos qualitativos, o desenho do ACS também foi mais representativo do que o do ACE, tendo evidenciado elementos da paisagem do risco, como terreno baldio e catadores de lixo.

Percebe-se, então, que os ACSs conseguem representar em seus mapas mentais tanto maior quantidade de aspectos qualitativos quanto melhor dimensão técnica em relação aos ACEs. Pode-se relacionar esse fato ao domínio conceitual e ao domínio da linguagem cartográfica presentes no discurso e no trabalho dos ACSs.

Considerações finais

Tais análises têm contribuído para a abertura de novos caminhos teórico-metodológicos no que se refere ao estudo e ao planejamento das políticas públicas de saúde e das ações dos agentes de saúde.

Logo, percebe-se que esses profissionais desenvolvem diversas competências e habilidades, entre elas, conhecimentos geográficos (leitura e interpretação de mapas etc.), que contribuem para a realização de seu trabalho e a modificação da paisagem na qual estão inseridos. Eles são, além de fiscalizadores e profissionais da saúde, transformadores da paisagem e do território.

Entretanto, a partir dessa perspectiva, surgem novos questionamentos, tais como: quais são os maiores inibidores do desenvolvimento de competências no município? Como propor soluções práticas para o maior desenvolvimento das competências dos agentes de saúde a partir do viés geográfico? Esses questionamentos serão objeto da investigação em andamento, uma vez que os resultados aqui apresentados correspondem à primeira etapa das análises dos materiais coletados em campo.

Referências

ALLES, Martha Alícia. *Gestión por competência: el diccionario*. 2 ed. Buenos Aires: Granica, 2006, 304 p.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. "A projeção no plano". *Do desenho ao mapa. Iniciação cartográfica na escola*. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 75-89. (Caminhos da Geografia.)

ANGELINI, Arrigo Leonardo. *Motivação humana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, 150 p.

BRASIL. *Vigilância ambiental em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde/Fundação Nacional da Saúde, 2002, 42 p.

BEZERRA, Anselmo César V. *Subsídios à gestão territorial do Programa de Saúde Ambiental: contribuição da geografia à construção de mapas operacionais para territorialização dos agentes de saúde ambiental em Recife/PE* (dissertação). UFEP, 2008.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. "Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais". *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, jan.-jul. 2005, v. 2, n. 1 (3), pp. 68-80. Disponível em http:// www.emtese.ufsc.br. Acesso em 6 jan. 2012.

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Tradução de Josely Viana Baptista. São Paulo: EDUSC, 2002, 278 p. (Coleção Turismo.)

CHIARAVALLOTI NETO, Francisco et al. "Controle da dengue em uma área urbana do Brasil: avaliação do impacto do Programa Saúde da Família com relação ao programa tradicional de controle". *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, mai. 2006, v. 22, n. 5, pp. 587-997.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. 3 ed. Campinas: Papirus, 1999, 356 p. (Série Ofício de Arte e Forma.)

FRANCO, Maria Laura B. *Análise de conteúdo*. 2 ed. Brasília: Liber Livro, 2005, 79 p.

GASKELL, George. "Entrevistas individuais e grupais". In BAUER, Martin W. e GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guarechi. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 64-89.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400 p.

LEFÈVRE, Fernando e LEFÈVRE, Ana Maria C. *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003, 256 p.

LOBATO, Geórgia R. *Conhecimentos e práticas dos profissionais de saúde da família diante da violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Teresópolis, RJ* (dissertação). Universidade Estácio de Sá, 2009.

LOIZOS, Peter. "Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa". In BAUER, Martin W. e GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guarechi. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 97-120.

MARTINELLI, Marcelo. *Mapas da geografia e cartografia temática*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006, 97 p.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1998, 254 p.

——; ASSIS, Simone G. de; SOUZA, Edinilza R. de (orgs.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, 244 p.

MORIN, Edgar. *O método 3. O conhecimento do conhecimento*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1999, 288 p.

——. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005, 120 p.

NOGUEIRA, Amélia Regina B. "Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar". In PONTUSCHKA, Nídia Nacib e OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Geografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002.

PAIM, Jairnilson S. "A reforma sanitária e os modelos assistenciais". In ROUQUAYROL, Maria Zélia e ALMEIDA FILHO, Naomar de (orgs.). *Epidemiologia & Saúde*. 5 ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1999, pp. 474-87.

PENN, Gemma. "Análise semiótica de imagens paradas". In BAUER, Martin W. e GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guarechi. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 319-42.

PEREIRA, Martha Priscila B. *Competências e práticas sociais de promoção e vigilância à saúde na cidade do Recife: o agente de saúde em foco*. São Paulo: Scortecci, 2011, 351 p.

—— e BARCELLOS, Christovam. "O território no Programa Saúde da Família". *Hygeia*, Uberlândia, jun. 2006, v. 2, n. 2, pp. 47-55.

RODRIGUES, Ricardo C. "Análise e tematização da imagem fotográfica". *Ci. Inf*, Brasília, set.-dez. 2007, v. 36, n. 3, pp. 67-76.

SANTOS, Clézio. "O uso dos desenhos no ensino fundamental: imagens e conceitos". In PONTUSCHKA, Nídia Nacib e OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (orgs.). *Geografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 195-207.

SAUPE, R. et al. "Competence of health professionals for interdisciplinary work". *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, São Paulo, set.-dez. 2005, v. 9, n. 18, pp. 521-36.

SILVA, Joana A. e DALMASO, Ana Silvia W. "O agente comunitário de saúde e suas atribuições: os desafios para os processos de formação de recursos humanos sem saúde". *Interface*, Botucatu, 2002, v. 6, n. 10. Disponível em http://www.scielo.br. Acesso em 13 ago. 2010.

VÍCTORA, Ceres G.; KNAUTH, Daniela R.; HASSEN, Maria de Nazareth A. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000, 136 p.

O uso das geotecnologias na análise socioespacial

Glaucio José Marafon
Paulo Vinicius Rufino Fevrier
Renata da Silva Corrêa

Passado mais de um século desde a institucionalização da geografia, muito ainda se tem discutido sobre a definição do objeto de estudo de tal ramo do conhecimento. Entre as várias perspectivas que surgem na história do pensamento geográfico, encontra-se o espaço, como vital, singularizado, quantificado, abordado criticamente ou no viés mais fenomenológico. Assim, tem-se buscado entender a importância desse conceito para as análises e reflexões sobre os fenômenos que se processam nas interações do homem em sociedade intermediadas pela materialidade presente na Terra.

Entender o que é o espaço geográfico contribui para a busca por caminhos que melhor possam auxiliar na interpretação dos fenômenos socioespaciais. Na medida em que se identificam as características do espaço, entendendo-se as relações que existem entre suas partes, torna-se mais simples estabelecer os caminhos de análise, pois, ao saber que o espaço é dinâmico e responde diferenciadamente aos processos, por exemplo, entende-se que a metodologia escolhida não pode tratá-lo de forma estática.

O objetivo deste texto é mostrar como o uso de ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) pode contribuir para a interpretação de fenômenos que ocorrem no espaço geográfico. Para isso, buscaram-se exemplos de trabalhos que utilizam diferentes ferramentas para analisar distintos fenômenos socioespaciais. Os

exemplos apresentados focam processos socioeconômicos, não se considerando aqui os processos físicos. Os trabalhos retratam temas como geoestatística, análise multivariada, análise do uso e da ocupação do solo, entre outros.

As contribuições dessas geotecnologias à análise espaçotemporal têm sido amplamente discutidas e, para efeitos deste artigo, considera-se que seu uso associado ao exame de outros tipos de dados fornece ao pesquisador um rico material de análise das transformações socioespaciais.

O espaço geográfico e suas transformações

Como se disse, a compreensão do que configura o espaço geográfico e de como ocorrem suas transformações é necessária para se definir que caminhos podem ser seguidos em termos metodológicos para a análise dos processos socioespaciais. Considerando-se que não existe uma fórmula para analisar os fenômenos que se realizam no espaço geográfico, uma vez que estes são dinâmicos e não podem ser tomados em sua totalidade, é preciso entender o espaço e avaliar se os elementos escolhidos são suficientes para alcançar um resultado satisfatório na pesquisa. No intuito de identificar a contribuição das geotecnologias nesses estudos, apresentam-se a seguir as definições sobre o conceito de espaço na visão de Milton Santos (1997a, 1997b, 2007, 2008), Doreen Massey (2000, 2004, 2009) e Roberto Lobato Corrêa (2003, 2006, 2009a, 2009b).

Santos (1997b) define o espaço como sistemas de objetos e de ações tomados em conjunto. Pense no que seria, conforme indica o autor, o conjunto indissociável e contraditório dos sistemas de objetos e de ações. Eis um exemplo.

Em algum ponto deste mundo, existe um espaço (no sentido físico da palavra, com árvores e cultivos, ruas e casas, rios e praças) em que vive um grupo de pessoas, talvez muito distante fisicamente de outros grupos de pessoas que vivem em outras porções de um espaço maior, no qual o delas esteja inserido. Nesse espaço físico, as pessoas plantam, constroem, reúnem-se para uma conversa, andam pelas ruas para ir a escolas, mercearias, farmácias. Pessoas nascem, pessoas morrem, e no mesmo momento em que tudo isso acontece, outras pessoas chegam, ao passo que algumas saem, havendo ainda aquelas que estão ali só de passagem.

A luz elétrica se torna uma realidade e, com ela, a televisão e um admirável mundo novo de possibilidades. Os mercados chegam para suprir a demanda crescente por alimentos, os hospitais se tornam necessários. Aqueles que saíram, para estudar ou trabalhar, voltam diferentes, com novas ideias e comportamentos. Os que somente passam também deixam suas ideias e seus costumes. As estradas de terra são agora vias por que automóveis circulam frequentemente. As indústrias se instalam, o comércio cresce e os empregos au-

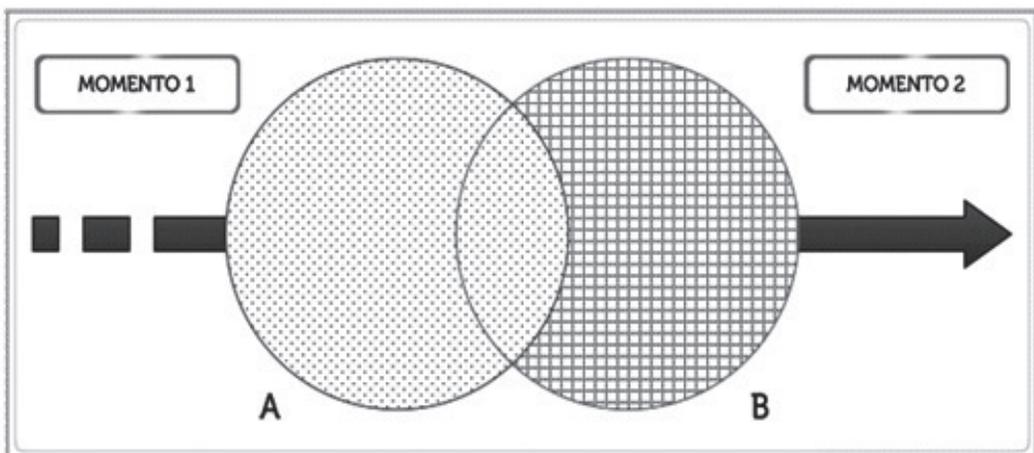
mentam, atraindo mais pessoas. Chegam os shoppings centers, o cinema e o teatro. A praça, cheia de pessoas em tempos remotos, é agora a casa de alguém sem emprego e moradia.

O celular já se tornou item de primeira necessidade. As amizades são feitas também pela internet, assim como as compras do mês e o pagamento das contas. Está tudo mais rápido, as pessoas correm para lá e para cá. Aquelas que podem, quando cansadas de tanto tumulto, falatório e correria, voltam para aqueles espaços isolados, pacatos e ávidos por mudanças.

Esses dois espaços, diferentes em população, áreas, costumes, crenças, clima, vegetação, número de escolas e de casas, são igualmente um conjunto de objetos naturais e criados pelo homem, mais a sociedade em movimento. Esses objetos não são independentes da sociedade, surgem ou deixam de existir, são valorizados ou não, de acordo com os interesses daquela; assim como a sociedade depende dos objetos para a realização de seu movimento. Santos (1997a) mostra que existe uma dialética entre os objetos e as relações características de cada momento histórico. Assim, o espaço constitui-se de relações e de objetos que servem de base para que essas relações aconteçam. "O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais" (Santos, 1997b, p. 71).

Os objetos vão sendo transformados e/ou substituídos segundo a lógica de produção de diferentes momentos históricos. "Em cada período histórico, temos um conjunto próprio de técnicas e de objetos correspondentes" (p. 67). O esquema 1 exemplifica essa mudança indicada por Santos, onde "A" são os elementos existentes no momento 1. Conforme a história se realiza, o espaço se transforma, estando presentes no momento 2 os novos elementos que surgem e aqueles de "A" que permanecem.

Esquema 1 – As transformações espaciais em distintos momentos históricos, de acordo com Santos (1997b)

Organização: Renata da Silva Corrêa (2012).

Apesar dessa permanência no espaço ao menos na aparência, as formas de A possuem um novo significado, um novo conteúdo histórico e só podem ser compreendidas segundo as variáveis existentes no momento 2.

Segundo Santos, é "pelo movimento geral da sociedade que apreendemos o movimento geral do espaço" (2007, p. 38). E é por meio do trabalho que o homem realiza seu movimento sobre o espaço, aplicando energia sobre a natureza (natural ou já modificada) para sua reprodução. Ao longo da história, o homem cria, recria e inova em suas ações, de acordo com as técnicas de que dispõe e com as possibilidades econômicas, políticas e culturais. Nesse movimento, a natureza se transforma, tornando-se cada vez mais artificial, socializada e tecnificada. Novos objetos são criados, enquanto antigos são eliminados ou ganham novas funções; formam-se conjuntos de objetos que influenciam as ações do homem e que são por estas modificados (Santos, 1997a).

Esse conjunto de objetos compõe-se de heranças da história natural da superfície terrestre mais o resultado da ação humana objetivada; constitui aquilo que Santos (1997a) considera também a configuração territorial, ou seja, a materialidade do espaço físico, formada por elementos naturais ou criados pela ação humana.

As ações humanas se referem à realização de um propósito, são resultados de necessidades naturais ou criadas e se distinguem segundo a escala de comando e a de sua realização (Santos, 1997a). Nem sempre são iguais; não são raras as transformações espaciais que ocorrem por determinação ou influência de fatores externos ao local.

Aqui se tem um ponto interessante, no qual os pensamentos de Massey (2000, 2004) são válidos, pois indicam que esses fatores externos não são parte de uma lógica que opõe aquilo que está dentro e o que está fora do local, como se este fosse constituído por identidades/entidades exclusivamente internas. A autora alerta para a questão de se pensar o lugar em um sentido local, particular, dada a atual fase em que se encontra a globalização. Para ela, o lugar não deve ser pensado, portanto, com o intuito de resgatar identidades construídas internamente para justificar atitudes reacionárias; ao contrário, deve ser pensado em um sentido progressista, que identifica influências do externo na constituição das identidades e dos lugares.

Segundo Massey, a visão reacionária do lugar traz consigo o fato de sua identidade ser algo singular, essencial, e construída voltada para dentro. A autora põe-se a favor de uma integração positiva entre o global e o local, na qual o lugar é algo não estático, uma vez que agrupa interações espaciais, sendo elas próprias processos. O lugar não pode ser definido por fronteiras rígidas, que contrapõem o interno e o externo, mas o que pode ser evidenciado são as ligações com esse externo, que também faz parte do que caracteriza o lugar (com seus conflitos e suas múltiplas identidades).

Massey (2004) afirma que existe uma inter-relação entre a construção das identidades/entidades e a do espaço/espacialidade, que faz parte de um processo contínuo

de coconstituição. O espaço é, assim, produto de inter-relações; sendo que estas não se encontram já delineadas seguindo uma linha sequencial do tempo em que todos os espaços evoluem. Esse tempo global (considerando-se aqui a escala em que ele ocorre) está acontecendo, mas simultaneamente aos tempos locais, dos cotidianos, das conversas na porta de casa, no mesmo instante em que um avião carrega gente de "todo canto para qualquer canto do mundo".

Além de o espaço ser produto de inter-relações, sempre abertas e inacabadas, é ainda possível que haja nele a multiplicidade. Segundo Massey (2004, 2009), a interação existente no espaço só se realiza porque neste há a multiplicidade, o que significa que nos espaços coexistem múltiplas histórias, infinitas inter-relações singulares. As possibilidades do "acontecer diferente", da não linearidade dos espaços no tempo e de que a multiplicidade abra caminho para inúmeros arranjos diferenciados permitem concluir que os espaços são diferentes, ainda que se considere todo o movimento "globalizante" do qual fazem parte.

De acordo com Santos (2007), processos semelhantes possuem respostas variadas em diferentes espaços, considerando-se a dinamicidade e a diversidade dos elementos que os compõem. Então, o espaço é um híbrido, é sistema de objetos e de ações tomados em conjunto, que se transformam conforme modificações nos meios instrumentais e sociais de que os homens dispõem a cada período histórico. Esses meios, ou sistemas técnicos, envolvem maneiras de produzir e de se relacionar, revelam o encontro de condições históricas (econômicas, políticas, sociais, culturais), em que mudanças nos sistemas técnicos são também mudanças nos objetos e nas formas de ação e, consequentemente, no espaço (1997a).

A atualidade caracteriza-se, nesse sentido, por um sistema técnico marcado pela rapidez de difusão, indiferença ao meio instalado, racionalidade e artificialidade. Há uma unicidade e uma universalidade das técnicas que se realizam por seu caráter sistêmico e pela capacidade de inserção dos sistemas técnicos locais numa história técnica e social mais abrangente. Logo, os objetos e as ações são cada vez mais carregados da mesma racionalidade; tornam-se universais e funcionam no nível do global. Nesse sentido, os lugares vivenciam processos constantes de revalorização mediante exigências globais, em um processo infindável de confronto, e por vezes de conflito, entre o novo e o velho, o interno e o que vem de fora (Santos, 1997a, 1997b, 2008).

Para compreender as mudanças de diversas naturezas pelas quais passam variados espaços, Santos propõe uma análise de acordo com quatro categorias que devem ser apreendidas simultaneamente, *estrutura*, *processo*, *função* e *forma*, pois os movimentos da totalidade social, ao modificarem as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas

se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade (Santos, 2007, p. 55).

No quadro 1, organizado a partir de Santos (2008) e de Corrêa (2009a, 2009b), expõe-se o significado de cada categoria mencionada anteriormente.

Quadro 1 – Categorias de análise do espaço

Forma	**Santos (2008)** Aspecto visível ou padrão de objetos.	**Corrêa (2009a, 2009b)** Formas criadas na superfície terrestre. É o recipiente da função.
Função	Uma tarefa ou atividade esperada.	Atividades que garantem a existência e reprodução da sociedade. São mutáveis, criadas e recriadas; ressignificadas.
Estrutura	Inter-relação das partes de um todo.	Própria sociedade com suas dimensões.
Processo	Ação contínua que implica um resultado.	Mecanismos e ações que permitem o movimento da estrutura/sociedade. Movimento de transformação da sociedade/Estrutura em movimento.

Fonte: Santos (2008), Corrêa (2009a, 2009b).
Organização: Renata da Silva Corrêa (2012).

Essas categorias constituem, para Santos (2008), uma unidade dialética, a totalidade. Nesse sentido, as formas sozinhas não explicam o espaço; é preciso analisar os processos que levam à construção ou ao desaparecimento delas, pois as ações que determinam o surgimento ou o reaproveitamento de formas antigas se encontram em níveis e escalas diversas, podendo estar no local ou em outras partes do mundo.

Não apenas os processos atuam no surgimento das formas, mas estas também podem influenciar o movimento da sociedade. Nesse "processo de realização geográfica da sociedade" (Santos, 2008, p. 60), as noções de tempo e de escala são fundamentais: primeiro porque as formas não são apenas do presente, mas também do passado; segundo porque existe uma produção seletiva do espaço.

Analisando as categorias apontadas por Santos (2008), Corrêa (2009a, 2009b) sugere a consideração do *significado*, com o objetivo de ampliar e enriquecer as categorias propostas por Santos como necessárias ao método geográfico. Ao resgatar essas categorias, Corrêa apresenta relações existentes entre processo e forma, por considerar que esse par dialético mantém a "integralidade da conexão" indicada por Santos.

A primeira relação identificada é a de convergência, quando dois processos distintos podem convergir para a mesma forma. O segundo caso é o da divergência, o que significa que um mesmo processo pode impactar diferentemente cada lugar, produzin-

do manifestações distintas do mesmo processo. Isso porque condições internas, como as ações de políticos, a infraestrutura e a lei existentes e a aceitação das pessoas, variam em cada lugar. Nesse sentido, consegue-se compreender a maneira pela qual os espaços vão se diferenciando, ainda que os processos neles presentes sejam os mesmos.

A refuncionalização ocorre quando formas do passado assumem novas funções no tempo presente. Os processos que levaram à construção dessas formas existiam no tempo 1, mas os que explicam a nova função assumida encontram-se no tempo 2.

A todo momento, na sociedade, as pessoas (agentes ou atores) estão desenvolvendo atividades que podem originar alguma materialidade, uma forma física, concreta. Os processos responsáveis por esse movimento são os chamados processos espaciais, que atuam como mediadores entre os processos sociais e as formas espaciais.

As transformações dos processos em formas espaciais ocorrem considerando-se dois fatores importantes: a escala e a intercausalidade existente entre processo e forma. Segundo Corrêa (2009a, 2009b), processos gerais são escalarmente transformados em formas locais, pois sofrem interferências de condições regionais, nacionais e locais. Em acordo com os pensamentos de Santos (2008), o autor mostra que as relações processo/forma deixam marcas na paisagem, que são também a matriz de novos processos.

Retomando Santos (2007), entende-se que ocorre uma mediação entre a estrutura social e seu conteúdo (que variam a cada fase histórica) e as formas. Essa mediação pode ser entendida quando se consideram as funções e os processos que possibilitam o movimento de transformação da sociedade.

Até o momento, sabe-se que o espaço é dinâmico, composto por objetos e ações que se relacionam em um movimento contínuo de inserção de novos elementos (fixos ou fluxos) e de revalorização dos já existentes. Por ser uma instância da sociedade – assim como a economia, a cultura e a ideologia –, por estar contido nela, o espaço está, a todo momento, reconfigurando-se (Santos, 2008). Espaço e paisagem se transformam continuamente, acompanhando o movimento de transformação da sociedade. Mas essa transformação ocorre em ritmos e intensidades diferenciados em cada porção do espaço.

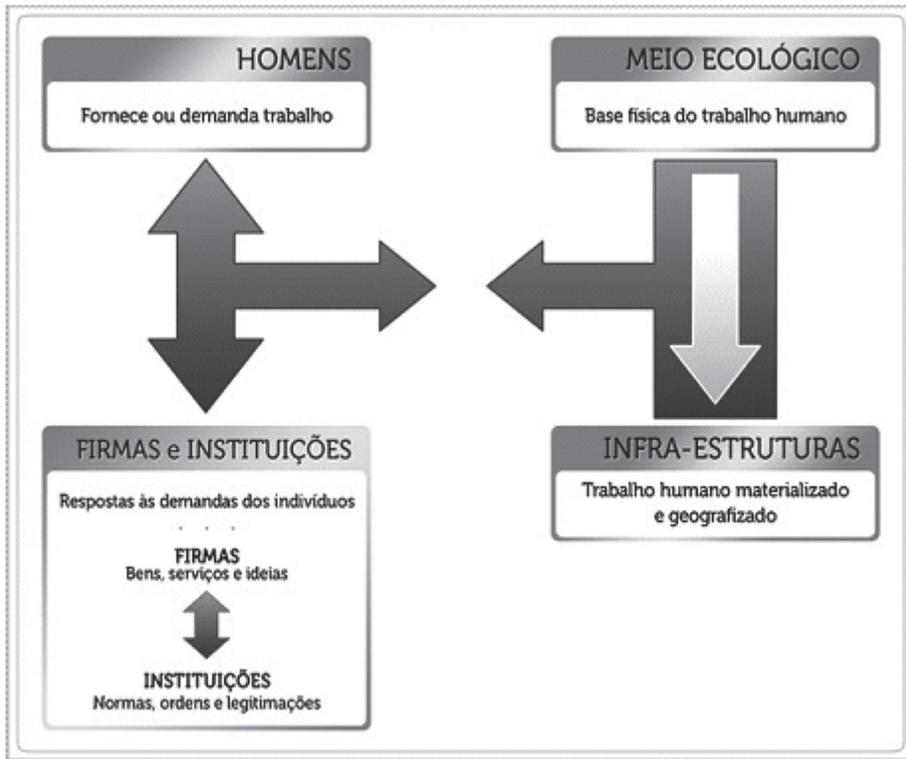
Embora os espaços apresentem processos que perpassam uma lógica global, o que os tornaria iguais ao menos na aparência, possuem histórias distintas, condições e elementos particulares, e, ainda que os mesmos processos se realizem – por exemplo, a instalação de uma indústria –, os resultados nunca serão iguais. Em cada lugar vai existir uma combinação particular daquilo que Santos (2008) considera os elementos do espaço: *os homens*, *as firmas*, *as instituições*, *o meio ecológico* e *as infraestruturas* (fluxograma 1).

Fluxograma 1 – Os elementos do espaço a partir de Santos (2008)

HOMENS
Fornece ou demanda trabalho

MEIO ECOLÓGICO
Base física do trabalho humano

FIRMAS e INSTITUIÇÕES
Respostas às demandas dos indivíduos
FIRMAS
Bens, serviços e ideias
INSTITUIÇÕES
Normas, ordens e legitimações

INFRA-ESTRUTURAS
Trabalho humano materializado e geografizado

Organização: Renata da Silva Corrêa (2011).

De acordo com Santos (2008), existem uma intercambialidade e uma redutibilidade entre os elementos do espaço que se complexificam com o desenvolvimento histórico. As funções entre os homens e as firmas e instituições e as funções entre estas se confundem e se entrelaçam, assim como o meio ecológico se torna cada vez mais humanizado e tecnificado. "A cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado de sua relação com os demais elementos e com o todo" (Santos, 2008, p. 20).

Os elementos que constituem o espaço variam quantitativa e qualitativamente, sendo, portanto, considerados variáveis. Em cada lugar, esses elementos possuem um valor particular. "O valor da variável não é função dela própria, mas de seu papel no interior de um conjunto" (p. 22). Cada grupo de elementos do espaço não é homogêneo, como também não são homogêneas as possibilidades de interação entre eles em cada lugar, que variam conforme a combinação da técnica e dos componentes do capital de seus elementos.

A partir do que se expôs, identifica-se que o espaço geográfico é constituído por objetos (naturais ou criados) e por ações emanadas de atores variados, responsáveis pela criação de novos objetos ou pela determinação de novas funções aos já existentes. Os objetos, por sua vez, também podem influenciar as ações, condicionando-as, e, dessa maneira, os espaços se transformam numa combinação de fatores culturais, políticos, econômicos e técnicos que variam em diferentes momentos históricos (Santos, 1997a). O espaço é, também, produto de inter-relações, em que é possível a existência da multiplicidade e do acontecer simultâneo de histórias diversas, cada qual com relativa autonomia. Por ser relacional e inacabado, o espaço é a esfera, ainda, do imprevisível, de inter-relações não planejadas. Considerado sob esses aspectos, o espaço contém a "produtividade da incoerência"; nele existem potencialidades, sendo, dessa forma, "fonte de produção de *novas* trajetórias, de *novas* estórias" (Massey, 2004, p. 18).

Como se vê, o espaço é movimento, é transformação que se realiza em sua forma e conteúdo. Nesse sentido, para analisar as transformações que ocorrem nos espaços, é necessário considerar não apenas as alterações físicas, materiais, mas também as ações que levam a estas, os elementos responsáveis pelas transformações. A reflexão sobre os caminhos de operacionalização do trabalho e de interpretação do objeto de estudo é parte da construção metodológica da pesquisa, lembrando que os métodos definidos nesta devem ser compatíveis com as qualidades intrínsecas dos objetos.

A metodologia na geografia e o uso das geotecnologias na análise espaçotemporal

Na geografia, as bases teórico-metodológicas que nortearam os estudos baseiam-se no positivismo clássico, no positivismo lógico, no materialismo histórico e dialético e na fenomenologia. Nessas bases, o desenvolvimento da geografia divide-se em correntes de pensamento: a clássica ou tradicional se baseia no positivismo lógico, com destaque para as leituras naturalistas e o determinismo ambiental; a neopositivista, cuja base é o positivismo lógico, está ligada à racionalidade, à linguagem matemática e à criação e aplicação de modelos em busca de padrões para interpretar os fenômenos que ocorrem no espaço geográfico; a mais crítica pauta-se na perspectiva dialética entre a teoria e o objeto, com temas vinculados às questões sociais e ao reconhecimento do caráter social do espaço; e a fenomenológica valoriza a perspectiva subjetiva, focando o estudo da relação homem/espaço a partir de valores, crenças, símbolos e comportamentos.

Como descrito em Suertegaray (2005), o fazer geográfico do período clássico da geografia consistia em localizar, observar, descrever e explicar. Os estudos sobre o espaço geográfico eram compartimentados em temas como população, economia, aspectos naturais, em que as características naturais e sociais eram descritas com base na empiria, na observação das paisagens e dos fenômenos. Passado esse período, os estudos geográ-

ficos passaram a ser desenvolvidos sob a ótica do método neopositivista, valorizando a linguagem matemática e a lógica formal e privilegiando o estudo "das cidades, suas funções e sua classificação hierárquica" (p. 22), na busca por explicações gerais sobre o espaço. Procedimentos estatísticos para o tratamento das informações são amplamente utilizados, o que garante a confiabilidade dos resultados.

Como crítica a essa geografia de base neopositivista, os estudos da corrente crítica buscam entender o espaço geográfico a partir de seu processo de formação histórica, desenvolvendo discussões sobre os conflitos sociais e os problemas ambientais. Há um reconhecimento do caráter social do espaço e uma revalorização da questão política. No âmbito da influência da fenomenologia nos estudos geográficos, a busca é pela compreensão do espaço, que é vivido e interpretado por meio dos significados, valorizando-se a diferença e a perspectiva subjetiva por meio de análises qualitativas das relações que os sujeitos estabelecem com os espaços.

Atualmente, o que se vê é uma diversificação dos trabalhos, que se associam a diferentes bases filosóficas e conjugam distintos materiais e técnicas de análise. De acordo com Alves (2008), a complexidade dos fenômenos que ocorrem no espaço geográfico dificulta a escolha de um método único de investigação por causa da velocidade e da dinamicidade de suas transformações. O aporte teórico-metodológico, que técnicas e materiais serão utilizados, deve ser definido pelo pesquisador à medida que seu objeto de estudo for construído. Não há restrições quanto à maneira pela qual a pesquisa deve ser desenvolvida; o que deve existir é uma coerência quanto aos métodos de interpretação e de pesquisa definidos para isso. Segundo Alves,

> as técnicas, que são meios para se chegar a um fim, devem estar de acordo com a fundamentação teórico-metodológica, e, por isso, a seleção de um método não contempla essa diversidade técnica e teórica tão vasta. Cabe ao geógrafo fazer sua escolha em relação ao método e à técnica, pois a complexidade do espaço geográfico é profunda e ele deve ter cuidado para não cair em um reducionismo ou senso comum (2008, p. 239).

Nesse sentido, o desafio que se coloca para aqueles que estudam as transformações do espaço geográfico, principalmente para a geografia, é a integração das ferramentas de análise espacial oferecidas pelo conjunto das geotecnologias com todo o aporte teórico, conceitual e metodológico que as ciências acumularam ao longo dos séculos. No âmbito desta pesquisa, essas ferramentas se apresentam como mais uma possibilidade de representação da dinamicidade do espaço geográfico ao permitir a agregação de diversos planos de informação – como mapas de solo, redes de transporte, cadastros fundiários, vegetação, concentração populacional –, que, analisados em associação com

outros dados de socioeconomia, podem indicar tendências, explicar fenômenos, refutar ideias previamente estabelecidas, entre outros.

A existência de um estreito vínculo entre a geografia e as geotecnologias tem possibilitado discussões sobre o futuro da geografia ou até sobre o surgimento de uma ciência da geoinformação, como designam Câmara, Monteiro e Medeiros (2001). Os autores propõem uma busca nas bases científicas da geografia a fim de estabelecer os fundamentos epistemológicos da pretensa ciência da geoinformação. Para tanto, fazem um resgate pelas distintas escolas de pensamento geográficas indicando as relações existentes entre as noções desenvolvidas e o geoprocessamento, como a noção de "unidade de área", com a caracterização de unidades homogêneas e os atributos que as singularizam.

Ainda segundo esses autores, a noção de espaço geográfico na perspectiva da geografia crítica não possibilita uma associação imediata entre conceitos da ciência da informação espacial, mas traz as limitações presentes nos sistemas de informação atuais, que representam essencialmente as formas, não sendo ainda capazes de ilustrar computacionalmente os processos e as funções que dão movimento à estrutura social. Conforme os autores, as "representações computacionais geométricas" e os "modelos funcionais" têm como resultado as materializações do espaço, e não a complexidade da transformação socioespacial.

Nesse ponto, faz-se uma crítica no sentido de que somente as técnicas do geoprocessamento e seus produtos gerados não são autossuficientes, ou seja, sem informações e dados complementares e um conhecimento construído em bases consistentes, as análises podem ser tendenciosas e imbuídas de interpretações errôneas da realidade. Acredita-se que a geografia pode, sim, fornecer os fundamentos para análises mais sólidas, agregando ao seu aporte científico o novo campo de possibilidades metodológicas fornecido pelas geotecnologias. Para Fitz (2008), duas opções de encaminhamento epistemológico se apresentam: a constituição de uma "geografia tecnológica", como novo campo do saber geográfico; ou uma "ciência da geoinformação", como novo ramo do conhecimento. O autor continua, afirmando que "essa caracterização, a nosso ver, não implicaria uma nova ciência, mas, sim, uma nova abordagem epistemológica da ciência, a qual denominamos 'geografia tecnológica'. Uma concepção que une características da geografia, da informática e da cartografia" (pp. 28-9).

Concorda-se com o autor, quando este diz que a contemporaneidade se apresenta à geografia como um momento de reflexão sobre suas orientações científicas. Entretanto, não se pode deixar que a geografia se restrinja a práticas mecânicas que são constantemente questionadas sobre sua essência geográfica. Sabe-se que, em outro momento de sua história, a aproximação da geografia com o pragmatismo e as técnicas estatísticas e matemáticas foi duramente criticada pela corrente do pensamento que a sucedeu. A chamada geografia crítica muito questionou a prática dos geógrafos lógico-

-positivistas, caracterizando-a como a-histórica e generalista, entre outros. Sobre isso, Corrêa mostra que, ao liberar a geografia quantitativa de alguns pressupostos, como a a-historicidade dos fenômenos sociais, alguns elementos se apresentam como importantes meios de compreensão da organização do espaço. Nesse sentido, afirma que

> as representações matricial e topológica devem, em nosso entender, constituir-se em meios operacionais que nos permitam extrair um conhecimento sobre localizações e fluxos, hierarquias e especializações funcionais, sendo, neste sentido, uma importante contribuição que, liberada de alguns de seus pressupostos como a planície isotrópica, a racionalidade econômica, a competição perfeita e a-historicidade dos fenômenos sociais, pode ajudar na compreensão da organização espacial (2003, p. 23).

Assim como as ferramentas que estavam disponíveis à dita geografia quantitativa, as técnicas do geoprocessamento apresentam hoje meios cada vez mais rápidos e com grande nível de detalhamento para as análises das ações dos homens sobre o ambiente.

Utilização de ferramentas SIG na interpretação de fenômenos socioespaciais – alguns exemplos

A representação da superfície da Terra pode ser tarefa muito simples, como também pode envolver modelos matemáticos, algoritmos e mapeamentos sistemáticos de determinadas áreas dessa superfície. Caso se peça a duas pessoas, um médico e um engenheiro cartógrafo, por exemplo, para representar no papel alguma porção do espaço físico, uma praça, talvez, é muito provável que exista uma diferença nos desenhos de ambos os profissionais. No desenho do médico, as árvores, as construções, as ruas em volta e os demais elementos que compõem a praça talvez tenham limites e proporções com pouca correspondência com o real. A preocupação do cartógrafo, por outro lado, será com a exatidão das posições dos objetos, a proporção entre o tamanho destes no real e no papel, as distâncias entre eles, a forma e outros elementos cuja utilização tem o objetivo de elaborar uma representação mais próxima do real.

Assim, sempre buscando a máxima correspondência com aquilo que existe e se encontra distribuído na superfície terrestre, seja natural ou construído, a cartografia avançou e tem à disposição, hoje, uma gama de ferramentas computacionais que não apenas facilitaram o trabalho dos profissionais, como também possibilitaram a difusão das informações espaciais para diversas áreas do conhecimento.

Essa "onda", poderia dizer-se, de uso da informação espacial, desde o caráter mais estratégico e voltado ao planejamento à simples localização de um endereço, foi possível por causa de alguns fatores que possibilitaram o desenvolvimento dos atuais

SIGs, como a evolução dos computadores pessoais, dos sistemas gerenciadores de banco de dados relacionais e a incorporação de inúmeras funções de análise espacial, a partir da década de 1980 (Câmara, Davis e Monteiro, 2001). Esses sistemas integram o conjunto de ferramentas matemáticas e computacionais que se desenvolvem no grupo das geotecnologias, apontadas por Fitz como

> as novas tecnologias ligadas às geociências e correlatas, as quais trazem avanços significativos no desenvolvimento de pesquisas, em ações de planejamento, em processos de gestão, manejo e em tantos outros aspectos relacionados à estrutura do espaço geográfico (2008, p. 11).

A partir delas, foi possível o processamento informatizado (ou geoprocessamento) de dados georreferenciados, o que acelerou e facilitou a elaboração de mapas e modelos de representação da superfície terrestre, além de possibilitar que o usuário (gestor, planejador, técnico e outros) elaborasse análises mais consistentes, uma vez que os SIGs permitem a combinação de mapas diversos e dados de diferentes características.

Nesta parte do texto, apresentam-se alguns exemplos de estudos na área da geografia que incorporam o uso das ferramentas SIG em seu processo de análise do espaço. Dessa forma, o artigo de Napoleão e Castro (2006) busca compreender, por meio da análise espacial, quais eram as relações entre as condições de vida da população e a taxa de criminalidade urbana na Região Administrativa de Campinas, em São Paulo, no ano 2000.

Os autores criaram o Índice de Condições de Vida (ICV), a partir de dados demográficos, de educação, renda e infraestrutura (IBGE, 1991, 2000; *Informações dos municípios paulistas*, Fundação SEADE, 1991; e *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*, PNUD, 1998), e o Índice de Criminalidade Urbana (ICU), com dados sobre crimes contra a pessoa e o patrimônio (Departamento de Administração e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2000, Núcleo de Análise de Dado).

Para a obtenção dos índices, relativizaram-se os dados coletados, dividindo-se seus valores pelo parâmetro regional estabelecido, que foi o maior valor da informação na série de dados. Após a relativização dos dados, atribuíram-se pesos, de maneira que se diferenciasse a influência das variáveis, e, posteriormente, agruparam-se os dados em cinco classes de acordo com a fórmula de Sturges. Os índices criados variam de 0 a 1, de forma que o fenômeno se torna mais intenso conforme a proximidade com o valor 1.

No *software* Idrisi, elaboraram-se os mapas com os índices que sintetizam os blocos demografia, educação, rendimento, infraestrutura urbana e criminalidade urbana. Posteriormente, analisou-se o comportamento da relação espacial entre o ICV e ICU, relacionando-os por meio da álgebra de mapas, em que foram multiplicados os mapas

representativos do ICV e do ICU, respeitando-se as seguintes relações: quanto menor o ICV, maior o ICU; quanto maior o ICV, maior o ICU; quanto menor o ICV, menor o ICU; e quanto maior o ICV, menor o ICU.

As funções de análise espacial dos SIGs permitem que estudos como o de Napoleão e Castro (2006) sejam elaborados avaliando o comportamento espacial de variáveis socioeconômicas e das relações que existem entre elas. A espacialização desses resultados torna os SIGs ferramentas importantes a serem utilizadas no planejamento e na gestão do território, além de sua capacidade de integrar e cruzar grande número de dados de forma rápida e eficiente. No estudo supracitado, os autores têm o cuidado de não serem deterministas mediante os resultados encontrados, atentando para a necessidade de estudos em outras escalas de análise para compreender as variações entre a criminalidade e a qualidade de vida. Concordando-se com eles, lembra-se aqui que o espaço geográfico não é homogêneo e os elementos explicativos dos fenômenos socioespaciais perpassam as mais variadas escalas. Nesse sentido, torna-se imprescindível analisar os processos específicos que justificam a configuração dessas relações espaciais.

Na esfera institucional, a publicação *O estado do ambiente – indicadores ambientais do Rio de Janeiro, 2010*, do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, em seu capítulo sobre os indicadores de pressão, trabalha com dados e informações agregados de forma a elaborar o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (ISVE) dos municípios. A construção do ISVE considerou as dimensões social e econômica e a infraestrutura de saneamento dos municípios do Rio de Janeiro. Para a avaliação dessas dimensões, trabalharam-se os indicadores de renda, educação, demografia, saúde, mercado de trabalho e saneamento ambiental. Coletaram-se os dados no *Censo demográfico* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) e no Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

O indicador de demografia é composto por variáveis que caracterizam o perfil demográfico e a mobilidade populacional (taxa de crescimento vegetativo, índice de envelhecimento, índice de dependência, taxa de pobreza, taxa de indigência, taxa líquida de migração e taxa de migração pendular). O indicador de educação agrega dados sobre faixas de escolaridade e taxa de alfabetização da população (taxa de alfabetização da população maior que 15 anos e porcentagem de chefes de domicílio sem ou com menos de um ano de instrução, de um-três anos, de quatro-sete, de oito-dez). O indicador de mercado de trabalho é obtido pela avaliação da formalidade e informalidade do mercado de trabalho. O indicador de renda considera as faixas de rendimento dos chefes de domicílio (%) e a renda *per capita* (em reais). O indicador de saúde é uma síntese de dados sobre longevidade e mortalidade: expectativa de vida da população (em anos); taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano, entre 1-5 anos); taxa de mortalidade

infantil por doença diarreica aguda (DDA); e taxa de internação por dia. O indicador de saneamento ambiental é uma síntese dos indicadores "destino da coleta de esgoto", "destino da coleta de lixo" e "forma de abastecimento de água".

Embora na publicação não se explicite a metodologia adotada para a criação dos indicadores e do índice, estes variam de 0 a 1, sendo maior a vulnerabilidade quanto mais próximo de 1. Representou-se cada indicador em mapas que sintetizam o resultado de análises estatísticas realizadas sobre os dados coletados, em que o mapa representativo do ISVE é o resultado da associação entre os demais indicadores criados. Como se disse, a análise espacial desses indicadores pode orientar a elaboração e a execução de políticas públicas, de forma que o direcionamento dos investimentos em saúde, educação, saneamento ou outros fatores responsáveis pela alta vulnerabilidade dos municípios seja realizado de maneira mais eficiente.

Outro exemplo de trabalho que utiliza os SIGs em sua produção é a dissertação elaborada por Corrêa (2012), na qual a autora analisou as transformações socioespaciais ocorridas nos municípios de Angra dos Reis e Paraty a partir das décadas de 1960-1970. Para se analisar as transformações, utilizaram-se imagens de satélite (Landsat 2 e 5) dos anos 1977, 1990 e 2010, a fim de gerar mapas por meio dos quais se pôde verificar a expansão das áreas urbanas. Para a elaboração dos mapas, selecionaram-se imagens de satélite Landsat 2 MSS de 1977, com resolução espacial de 80 metros, e Landsat 5 TM de 1990 e 2010, cuja resolução é de 30 metros, adquiridos no site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Após a seleção e os procedimentos de correção e de tratamento nas imagens, procedeu-se à reamostragem dos pixels, à composição de bandas, ao georreferenciamento e ao mosaico das imagens. A escala de trabalho estabelecida foi 1:100.000. Após a definição das classes temáticas, que foram "pasto", "vegetação", "área urbana" e "área urbana consolidada", realizou-se a classificação supervisionada da imagem de 2010 pelo método da máxima verossimilhança e, a partir desta, identificaram-se as diferenças do uso para o ano de 1990. Para a produção do mapa de áreas urbanas de 1977, efetuou-se a classificação visual da imagem.

Efetivou-se uma análise para os períodos de 1977 a 1990 e de 1990 a 2010. Para o primeiro período, realizou-se uma análise qualitativa entre os resultados dos mapas e, para o posterior, uma comparação quantitativa. Isso porque as diferenças entre as resoluções espectrais e espaciais das imagens não permitem uma compatibilidade entre os resultados dos mapas a fim de que se possa realizar uma comparação quantitativa entre 1977 e 1990.

Em conjunto, trabalhou-se com dados econômicos e populacionais de censos produzidos pelo IBGE, dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e outros utilizados na elaboração de quadros e tabelas sobre a estrutura

socioeconômica dos municípios. Selecionaram-se fotografias antigas fornecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), IBGE e outras fontes para ilustrar as transformações apresentadas.

O exame desses dados se realizou em confronto a outros, qualitativos, adquiridos pelas experiências de campo, da vivência da autora nos municípios estudados e da leitura de material bibliográfico sobre o tema. Ao agregar dados e informações que não apenas aqueles fornecidos pelo mapeamento elaborado, a autora conseguiu apresentar de maneira mais ampla as mudanças verificadas e, além disso, a busca por referências sobre o tema permitiu que o entendimento das transformações fosse alcançado de forma mais consistente. É nesse sentido que os mapeamentos de uso e cobertura devem ser desenvolvidos, associados sempre a outros tipos fontes de dados e informações, de maneira que se possam contextualizar e compreender os processos que levam às mudanças.

Há algum tempo, os SIGs têm sido utilizados em análises sobre o espaço geográfico no que tange a temas correlacionados à área da saúde. Nesse sentido, o trabalho de Leite et al. (2011) é um bom exemplo de como a utilização dessas ferramentas pode contribuir para a compreensão do comportamento espacial de certas doenças, como a dengue. Nessa pesquisa, os autores buscaram analisar a distribuição espaçotemporal da dengue nos municípios de Minas Gerais de 2006 a 2009 e sua relação com o perfil socioeconômico e a temperatura média anual das localidades.

Criaram-se quatro mapas de incidência da doença, elaborados a partir do cálculo definido pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), em que a incidência de dengue (Id) se dá pela relação entre o número de casos de dengue em residentes (N) e a população total residente (P) multiplicado por 100 mil. Por meio dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do IBGE, a incidência foi calculada, e os municípios foram classificados, de acordo com o padrão adotado pelo Programa Nacional de Controle da Dengue, como de baixa, média e alta incidência.

Quanto ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios, os autores mapearam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para o ano de 2006, que se baseia nas condições de emprego e renda, educação e saúde, varia de 0 a 1 e pode ser baixo, regular, moderado ou alto. Além desses, foi criado um mapa da temperatura média anual com dados coletados no Instituto Nacional de Meteorologia (INMET/MG) de 1992 a 2008.

Por meio do estudo, foi possível identificar áreas susceptíveis ao aumento dos casos de dengue e estabelecer algumas relações entre as áreas de incidência da doença, as condições de vida da população e a temperatura média anual dos locais em tela. Para essa análise, os autores consideraram o nível de urbanização dos municípios, a densida-

de populacional e a dificuldade de notificação dos casos de dengue em algumas regiões do estado decorrente da ineficiência no diagnóstico da doença.

Esse estudo é um exemplo de como a utilização de diferentes camadas possibilita a análise de relações que se manifestam no espaço geográfico. Cabe ao pesquisador avaliar os resultados dessas associações com seu conhecimento sobre a realidade e com estudos complementares que ratifiquem ou não as relações observadas em ambiente SIG.

No sentido também de analisar a relação entre distintos planos de informação, o artigo de Arend et al. (2011) objetiva, baseado em rotinas multicritério de apoio à decisão, auxiliar na identificação de locais propícios à implantação de Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária (SOPA) no município de Arroio do Meio/RS. Para isso, definiram-se os critérios de aptidão e de restrição considerando-se estas condições ambientais e econômicas: a declividade; o uso da terra; a distância de fragmentos florestais, de estradas e do centro consumidor; a presença de área de preservação permanente; os recursos hídricos; e a área urbanizada.

A partir de uma imagem de satélite de 2009, com resolução de 5 m, elaborou-se um mapa de uso e cobertura da terra, com o apoio de coordenadas geográficas demarcadas para as classes de uso definidas. A base cartográfica foi criada em escala 1:50.000 a partir das cartas topográficas da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército.

Para tornar os cinco fatores comparáveis entre si, seus valores foram padronizados de acordo com a Lógica Fuzzy, em que se buscou identificar o grau de aptidão à implantação dos sistemas orgânicos. Após a padronização, comparou-se cada fator com os demais, indicando-se uma relação de importância entre eles por meio de uma matriz de comparação pareada. Dessa forma, foi possível determinar o peso de cada fator e multiplicá-lo pelos cinco mapas padronizados e pelo mapa das restrições absolutas. Como resultado dessa agregação, gerou-se um mapa de aptidão com valores numéricos que foi reclassificado em classes temáticas de aptidão: baixa, média baixa, média, média alta, alta e a classe que contém as áreas com restrições absolutas.

Essa pesquisa é um exemplo de como os SIGs podem ser utilizados como ferramentas de apoio à gestão ao integrar dados de naturezas diversas e inter-relacioná-los usando métodos que buscam tornar as análises mais próximas das relações que ocorrem no real.

Considerações finais

A possibilidade de trabalhar espacialmente um conjunto de dados econômicos, sociais e ambientais tem feito dos SIGs ferramentas aliadas no estudo de fenômenos que se processam no espaço geográfico. A integração de formas georreferenciadas proporcionando as análises espaciais de grupos de dados dispostos em tabelas é o que difere

essas análises daquelas puramente estatísticas. Embora as análises realizadas com auxílio de SIGs sejam rápidas e aceitáveis quando se tem a consciência da precisão dos dados utilizados, é preciso avaliar a coerência dos resultados encontrados, identificar os porquês e determinar as possíveis causas do comportamento da distribuição espacial dos elementos analisados.

Acredita-se que as ferramentas disponíveis nos SIGs ainda não sejam amplamente utilizadas em estudos da chamada geografia humana. Comumente, sua aplicação tem se direcionado mais aos estudos dos fenômenos físico-naturais do que às dinâmicas das dimensões social, econômica e cultural. A apreensão desses movimentos em forma de mapas é algo difícil e perigoso, uma vez que as dinâmicas socioespaciais são menos previsíveis e mais subjetivas, se comparadas, por exemplo, com as características pedológicas e geomorfológicas. Identificar padrões espaciais e representá-los cartograficamente sem correr o risco de tornar estanques as dinâmicas que se realizam no espaço geográfico configura-se como um grande desafio àqueles que buscam integrar as ferramentas SIG em suas pesquisas.

Contudo, embora a dificuldade exista, a utilização dos SIGs para analisar os fenômenos socioespaciais se mostra eficiente quando integrada a outros tipos de dados e informações que auxiliem a interpretação dos resultados alcançados.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra. "Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana". *Dialogus*, Ribeirão Preto, 2008, v. 4, n. 1, pp. 227-41.

AREND, Mara Regina et al. "Múltiplos critérios de apoio à decisão em SIG para a promoção de Sistemas Orgânicos de Produção Agropecuária no município de Arroio do Meio/RS". *Anais do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR)*. Curitiba: INPE, 2011, pp. 423-30. Disponível em http://www.dsr.inpe.br/sbsr2007/biblioteca/. Acesso em set. 2011.

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel V. (orgs.). *Introdução à ciência da geoinformação*. São José dos Campos: DPI/INPE, 2001. Disponível em http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html. Acesso em mai. 2011.

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel V.; MEDEIROS, José Simeão de. *Representações computacionais do espaço: um diálogo entre a geografia e a ciência da geoinformação*. São José dos Campos: DPI/INPE, 2001. Disponível em http://www.dpi.inpe.br/geopro/trabalhos/epistemologia.pdf. Acesso em abr. 2011.

CORRÊA, Renata da S. *Transformações socioespaciais em Angra dos Reis e Parati (RJ) de 1960-1970 a 2010* (dissertação). UERJ, 2012, 133 p.

CORRÊA, Roberto L. "Espaço, um conceito-chave na geografia". In CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 15-47.

——. "Interações espaciais". In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). *Explorações geográficas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, pp. 279-318.

——. *Aula magna ministrada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 16 set. 2009a.

——. *Processo, forma e significado. Uma breve consideração*. Rio Grande do Sul, 2009b. Disponível em http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Processo_Forma_Significado.htm. Acesso em set. 2011.

FITZ, Paulo Roberto. *Geoprocessamento sem complicação*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). *Anuário estatístico do estado de São Paulo*. São Paulo, 1999. Disponível em http://www.seade.gov.br. Acesso em abr. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico de 1991*. Rio de Janeiro, 1993.

——. *Censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro, 2002.

LEITE, Marcela Ribeiro et al. "Distribuição espaçotemporal da dengue nos municípios de Minas Gerais e sua relação entre o desenvolvimento municipal e a temperatura". *Anais do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR)*. Curitiba: INPE, 2011, pp. 8397-404. Disponível em http://www.dsr.inpe.br/sbsr2007/biblioteca/. Acesso em set. 2011.

MASSEY, Doreen. "Um sentido global de lugar". In ARANTES, Antônio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, pp. 176-85.

——. "Filosofia política da espacialidade: algumas considerações". *GEOgraphia*, Niterói, jul.-dez. 2004, v. 6, n. 12, pp. 7-23.

——. *Pelo espaço. Uma nova visão política da espacialidade*. Traduzido por Rogério Haesbaert e Hilda Maciel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NAPOLEÃO, Patrícia Rosa Martines e CASTRO, José Flávio Morais. "Análise espacial da criminalidade urbana e das condições de vida na Região Administrativa de Campinas (SP) no ano 2000". In GERARDI, Lucia Helena de Oliveira e CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. (orgs.). *Geografia: ações e reflexões*. Rio Claro: UNESP/IGCE/AGETEO, 2006, pp. 181-202.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL (PNUD). *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília, 1998.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.

——. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.

——. *Pensando o espaço do homem*. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

——. *Espaço e método*. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes. "Notas sobre epistemologia da geografia". *Cadernos Geográficos*, Florianópolis, mai. 2005, n. 12, pp. 1-63.

Sobre os autores

Airton Sieben

Mestre em Geomática e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* Araguaína, atua nas discussões sobre território, população e hidroelétricas.

E-mail: asieben@uft.edu.br.

Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, *campus* Catalão (UFG/CAC).

E-mail: apsof86@hotmail.com.

Angela Fagna Gomes de Souza

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membro do Opará – Grupo de Estudos e Pesquisas do Rio São Francisco, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, e do grupo Sociedade e Cultura, vinculado ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

E-mail: angelafagna@hotmail.com.

Antônio Pereira Cardoso da Silva Filho

Aluno do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *campus* Campina Grande/PB. Atua na área de geografia da atenção à saúde e possui interesse em discussões metodológicas. Faz parte do Grupo de Pesquisa em Geografia para a Promoção da Saúde (Pró-Saúde Geo – http://www.prosaudegeo.com.br).

E-mail: tonycardoso.geo@hotmail.com.

Beatriz Ribeiro Soares

Professora associada do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduada em Licenciatura em Geografia pela mesma universidade. Mestre e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: brsoares@ufu.br.

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira

Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG). Líder do grupo de pesquisa CNPq Dinâmicas Territoriais em Goiás.

E-mail: celenemonteiro05@gmail.com.

Estevane de Paula Pontes Mendes

Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, *campus* Catalão (UFG/CAC). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Presidente Prudente. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UFG/CAC. Subcoordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq).

E-mail: estevaneufg@gmail.com.

Flamarion Dutra Alves

Licenciado em Geografia e mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Rio Claro. Professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES/UNIFAL-MG).

E-mail: dutrasm@yahoo.com.br.

Geraldo Inácio Martins

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

E-mail: geraldomartine@yahoo.com.br.

Glaucio José Marafon

Professor associado do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenador do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF). Pesquisador CNPq.

E-mail: glauciomarafon@hotmail.com.

Heloisa Vitória de Castro

Especialista em Neuropedagogia e Psicanálise. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, *campus* Catalão (UFG/CAC). Professora do Departamento de Educação da UFG, *campus* Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Infância e Educação (NEPIE).

E-mail: heloisavcp@hotmail.com.

Iara Soares de França

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Mestre e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Departamento de Geociências da UNIMONTES. Bolsista de Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

E-mail: isfufu@yahoo.com.br.

João Cleps Junior

Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisador do CNPq e do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA). Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT/CNPq).

E-mail: jcleps@ufu.br.

Julio Cesar de Lima Ramires

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: ramires_julio@yahoo.com.br.

Juniele Martins Silva

Licenciada e mestra em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, *campus* Catalão (UFG/CAC). Doutoranda pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Presidente Prudente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq).

E-mail: junielemartins@yahoo.com.br.

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira

Aluno do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atua na área de geografia da saúde e possui interesse em discussões metodológicas e culturais. Faz parte do Grupo de Pesquisa em Geografia para a Promoção da Saúde (Pró-Saúde Geo – http://www.prosaudegeo.com.br).

E-mail: kleiton_wagner@hotmail.com.

Luiz Andrei Gonçalves Pereira

Graduado em Geografia e mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: luizandreigoncalves@yahoo.com.br.

Marcelo Antonio Sotratti

Mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, é professor adjunto do curso de Turismo e chefe do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em 2008 e 2009, atuou na EMBRATUR/UNESCO, no desenvolvimento do Projeto de Promoção e Marketing Turístico do Turismo Cultural. Atua, desde 1991, como professor de ensino superior em cursos de Turismo, Arquitetura e Gestão Ambiental.

E-mail: mar_sotratti@yahoo.com.br.

Marcelo Rodrigues Mendonça

Professor doutor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, *campus* Catalão (UFG/CAC).

E-mail: ufgmendonca@gmail.com.

Márcia Andréia Ferreira Santos

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Colégio Shalom (ensinos fundamental e médio) e da Faculdade Shalom de Ensino Superior (FASES).

E-mail: karamby@yahoo.com.br.

Martha Priscila Bezerra Pereira

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 1998). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2002). Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, *campus* Presidente Prudente (UNESP, 2008). Professora da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Tem experiência na área de geografia nos seguintes temas: teoria e método em geografia, geografia da saúde, políticas públicas de saúde e educação ambiental e para a saúde. É líder do Grupo de Pesquisa em Geografia para Promoção da Saúde (Pró-Saúde Geo – http://www.prosaudegeo.com.br).

E-mail: mpcila@yahoo.com.br.

Miguel Angelo Ribeiro

Professor associado do Instituto de Geografia, Departamento de Geografia Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: mamikisi@gmail.com.

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Goiás (UnU/Goiás), e do Mestrado em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC). Coordenador do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UEG.

E-mail: murilosouza@hotmail.com.

Patrícia Francisca de Matos

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 2001). Mestre (2005) e doutora (2011) em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP/UFU).

E-mail: patriciafmatos@yahoo.com.br.

Paulo Vinicius Rufino Fevrier

Bacharel em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2009). Especialista em Geologia do Quaternário/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2012). Geógrafo no Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

E-mail: paulofevrier@hotmail.com.

Rafael de Melo Monteiro

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Goiás (UnU/Goiás) Pires do Rio. Graduado em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal Goiano (IF Goiano), *campus* Urutaí. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, *campus* Catalão (UFG/CAC). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Presidente Prudente). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq).

E-mail: rafaeldmlmntr@gmail.com.

Renata da Silva Corrêa

Bacharel (2009) e mestra (2012) em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Analista GIS na empresa Codex Remote Ciências Espaciais.

E-mail: renata_sc8@yahoo.com.br.

Renato Araújo Teixeira

Licenciado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor com dedicação exclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), *campus* Inhumas, desde 2007. Atualmente, pesquisa e orienta projetos de Iniciação Científica do IFG, nas áreas de climatologia e análise regional. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares (NEPEINTER). Tem vários artigos publicados em revistas *Qualis A* e *Qualis B*.

E-mails: renato@inhumas.ifg.edu.br; renatoaraujoufg@yahoo.com.br.

Rene Gonçalves Serafim Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Professor de Geografia da educação básica da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia/MG.

E-mail: renegoncalves_geo@yahoo.com.br.

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, *campus* Catalão (UFG/CAC). Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM/CNPq).

E-mail: ricardoassisgeo@hotmail.com.

Sâmara Iris de Lima Santos

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atuou como bolsista PIBIC de 2010 a 2012, tendo obtido a terceira colocação na categoria Estudante do Ensino Superior no Prêmio Jovem Cientista do CNPq. Estudante pesquisadora do Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs). Atua na área de desenvolvimento urbano com ênfase no estudo dos espaços públicos.

E-mail: samarairis_santos@hotmail.com.

Thalita Mendes Resende

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista CAPES.

E-mail: thalitamresende@yahoo.com.br.

Vania Rosolen

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Rio Claro. Mestre e doutora em Geociências pela Universidade de São Paulo (USP), *campus* São Paulo. Pós-doutora pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA/USP), *campus* Piracicaba. Professora de Pedologia do Departamento de Petrologia e Metalogenia da UNESP, *campus* Rio Claro, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: vrosolen@ig.ufu.br.

Vera Lúcia Salazar Pessôa

Graduada em Geografia (Licenciatura Plena) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia/MG. Especialista em Geografia Humana pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Mestre e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Rio Claro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, *campus* Catalão (UFG/CAC). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq).

E-mail: verinha.salazar@hotmail.com.

Vicente de Paulo da Silva

Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade

Federal de Uberlândia (UFU). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Efeitos de Grandes Empreendimentos (NEPEGE) do Instituto de Geografia da UFU.

E-mail: vicente@ig.ufu.br.

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Geógrafo e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Presidente Prudente. Professor do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). É presidente do Projeto Rondon/PB e líder do Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDs), realizando atividades de pesquisa nas áreas de produção do espaço urbano e desenvolvimento regional (http://www.gidsufcg.com.br).

E-mail: xtojunio@yahoo.com.br.